



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2164

Segunda-feira - 09 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Ilhota.....	190	Pinheiro Preto.....	387
Alto Bela Vista.....	4	Imbituba.....	191	Ponte Serrada.....	388
Anchieta.....	6	Iomerê.....	196	Porto Belo.....	389
Antônio Carlos.....	7	Ipuacú.....	197	Porto União.....	390
Arabutã.....	8	Ipumirim.....	200	Presidente Nereu.....	401
Arroio Trinta.....	14	Itá.....	218	Princesa.....	403
Balneário Piçarras.....	18	Itapema.....	220	Rio dos Cedros.....	407
Balneário Rincão.....	28	Itapiranga.....	221	Rio do Sul.....	405
Barra Bonita.....	30	Itapoá.....	228	Rio Fortuna.....	411
Barra Velha.....	32	Jacinto Machado.....	241	Romelândia.....	412
Bela Vista do Toldo.....	36	Jaraguá do Sul.....	242	Salto Veloso.....	428
Biguaçu.....	39	Joaçaba.....	244	Santa Cecília.....	430
Bom Jesus do Oeste.....	40	Lacerdópolis.....	249	Santa Rosa de Lima.....	431
Bom Retiro.....	41	Lages.....	250	Santa Rosa do Sul.....	432
Brusque.....	43	Lajeado Grande.....	251	Santa Terezinha do Progresso.....	436
Caçador.....	51	Lauro Muller.....	252	São Bento do Sul.....	439
Camboriú.....	54	Lebon Regis.....	253	São Carlos.....	449
Campos Novos.....	55	Leoberto Leal.....	258	São Domingos.....	450
Canoinhas.....	67	Lindóia do Sul.....	281	São Joaquim.....	451
Capinzal.....	78	Macieira.....	291	São José.....	473
Catanduvas.....	82	Maracajá.....	315	São José do Cedro.....	474
Caxambu do Sul.....	84	Maravilha.....	317	São Lourenço do Oeste.....	476
Celso Ramos.....	85	Marema.....	318	São Miguel da Boa Vista.....	490
Cocal do Sul.....	88	Meleiro.....	331	São Miguel do Oeste.....	491
Cordilheira Alta.....	89	Modelo.....	333	São Pedro de Alcântara.....	494
Coronel Freitas.....	114	Mondai.....	340	Seara.....	502
Corupá.....	115	Morro da Fumaça.....	341	Serra Alta.....	510
Curitibanos.....	119	Navegantes.....	350	Timbé do Sul.....	515
Ermo.....	120	Nova Trento.....	352	Timbó.....	517
Faxinal dos Guedes.....	121	Novo Horizonte.....	353	Três Barras.....	518
Flor do Sertão.....	122	Orleans.....	363	Treze Tilias.....	519
Fraiburgo.....	124	Ouro.....	365	Tunápolis.....	522
Galvão.....	163	Ouro Verde.....	367	Turvo.....	523
Garopaba.....	164	Palhoça.....	368	União do Oeste.....	525
Garuva.....	166	Palma Sola.....	369	Urussanga.....	533
Gaspar.....	167	Papanduva.....	370	Vargeão.....	534
Governador Celso Ramos.....	168	Paraíso.....	372	Vidal Ramos.....	535
Grão Pará.....	182	Passo de Torres.....	373	Videira.....	536
Guaraciaba.....	184	Paulo Lopes.....	376	Vitor Meireles.....	543
Guarujá do Sul.....	185	Penha.....	379	Xanxerê.....	545
Herval d'Oeste.....	186	Peritiba.....	384	Xavantina.....	550
Ibiam.....	189	Petrolândia.....	386	Xaxim.....	555

### Associações

AMERIOS.....	556	AMOSC.....	559
--------------	-----	------------	-----

### Consórcios

CIDEMA.....	560	CIS/AMOSC.....	569	IBERE.....	570
CIMCATARINA.....	560	CISAM.....	569		
CIS/AMMVI.....	562				

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARAI Nº 054/2017

PORTARIA Nº 054/2017 – DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL FREI SILVANO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear para o cargo de Diretora do Centro Educacional Municipal Frei Silvano, a servidora LUCI MARA ANSSOLIN LUCHESE, inscrita no CPF sob o nº 006.461.699-12, a partir 05/01/2017, recebendo o adicional de 50% conforme prevê a Lei 059/2009, Anexo III.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 051/2017

PORTARIA Nº 051/2017 – DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias a funcionária Cleonice Fátima de Oliveira, inscrita no CPF nº 042.580.039-30, efetiva no cargo de Merendeira, no período de 06/01/2017 até 04/02/2017, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 052/2017

PORTARIA Nº 052/2017 – DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE O SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear para o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Saúde, o servidor ADEMIR SOARES DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 461.147.859-91, a partir 02/01/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 053/2017**

PORTARIA Nº 053/2017 – DE 06 DE JANEIRO DE 2017

**“NOMEIA PARA O CARGO DE ASSESSORA DE DIREÇÃO DE ESCOLAS MULTISSERIIDAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”**

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear para o cargo de Assessora de Direção de Escolas Multisseriadas, a servidora EVANDRA REGINA MACAGNAN, inscrita no CPF sob o nº 023.418.239-39, a partir 02/01/2017, recebendo o adicional de 25% conforme prevê a Lei 059/2009, Anexo III.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 055/2017**

PORTARIA Nº 055/2017 – DE 06 DE JANEIRO DE 2017

**“NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL ESTRELINHA AZUL A SERVIDORA QUE MENCIONA”**

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear para o cargo de Diretora do Centro Educacional Infantil Estrelinha Azul, a servidora GIOVANA ROSA SARI MACAGNAN, inscrita no CPF sob o nº 636.186.569-04, a partir 05/01/2017, recebendo o adicional de 50% conforme prevê a Lei 059/2009, Anexo III.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 056/2017**

PORTARIA Nº 056/2017 – DE 06 DE JANEIRO DE 2017

**“NOMEIA PARA O CARGO DE ASSESSORA DE DIREÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL ESTRELINHA AZUL A SERVIDORA QUE MENCIONA”**

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear para o cargo de Assessora de Direção do Centro Educacional Infantil Estrelinha Azul, a servidora KAREN PADILHA KLOTZ, inscrita no CPF sob o nº 038.455.449-02, a partir 05/01/2017, recebendo o adicional de 25% conforme prevê a Lei 059/2009, Anexo III.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de janeiro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2.351, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.**

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeada a Sra. CARLINE FUNCKLER, inscrita no CPF sob o nº 053.408.089-80, portadora da cédula de Identidade nº 393177 - SSP/SC, para o cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL com as atribuições estabelecidas no art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.352, DE 05 DE JANEIRO DE 2017**

ALTERA REDAÇÃO DO DECRETO Nº 754, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2006 QUE REGULAMENTA, NO ÂMBITO MUNICIPAL, A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS DESTA MODALIDADE.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos das disposições do art. 99, VIII, da Lei Orgânica do Município e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

**DECRETA:**

Art. 1º As alíneas "a" e "b" do inciso I, do art. 11º, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006, ficam excluídas passando o inciso I a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11º .....

I – a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso no Mural Público Municipal e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina – DOM.

.....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.353, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.**

DESIGNA PREGOEIRO MUNICIPAL, EQUIPE DE APOIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Art 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam designados Pregoeiro Municipal e equipe de apoio, nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006 e suas alterações, para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

I - Vilmar José Zonta, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Administração, que será o Pregoeiro;

II - Cassiano Martinazzo, Ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração, que será o pregoeiro Substituto;

III - Marcelo Contessotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

IV - Josi Vitoria Lermen Finger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

V - Elsi Inês Krüger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Limpeza e Copa, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro; e

VI - Jacqueline Milena de Borba Weirich, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro.

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinadas com a lei 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c e as estabelecidas no art. 9º, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006 e suas alterações.

Art. 3º. Pelo desempenho das presentes funções administrativas os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o decreto 2187 de 07 de abril de 2016.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Marcelo Contessotto  
Responsável pelas Publicações

Alto Bela Vista, SC, 06 de janeiro de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 2.354; DE 05 DE JANEIRO DE 2017**

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**DECRETA**

Art. 1º. Para a Comissão Permanente de Licitações e também nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006 e alterações, para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

I – Vilmar José Zonta, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Administração, que será o presidente;

II – Cassiano Martinazzo, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Administração e Finanças, que será o vice-presidente;

III – Marcelo Contessotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente administrativo, que será o secretário;

IV – Josi Vitoria Lermen Finger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que será membro;

V – Elsi Inês Krüger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Limpeza e Copa, que será membro; e

VI – Jacqueline Milena de Borba Weirich, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, que será membro.

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Art. 3º. Pelo desempenho das presentes funções administrativas os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando o Decreto n.º 2186 de 07 de abril de 2016, e as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável pelas Publicações

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2016**

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2016

Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresas para prestação de serviços de recapagens, recauchutagem e vulcanização de pneus dos veículos da Frota Municipal.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 20/01/2017.

Abertura: às 09h do dia 20/01/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

# Anchieta

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 10/2016

Extrato do 1º Termo Aditivo do Convênio nº 10/2016

Partes: Município de Anchieta – SC e Associação Beneficente, Social, Educacional e Cultural APRISCO

Objeto: Constituiu objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo ao Convênio nº 10/2016 celebrado em 19 dezembro de 2016 que visa a concessão de auxílio financeiro pelo Município de Anchieta a Associação APRISCO em contrapartida pela disponibilização de uma vaga para o acolhimento institucional de crianças de zero a onze anos e trezentos e sessenta e quatro dias de idade que se encontra em situação de risco pessoal e social, a qual permanecerá em regime de acolhimento no lar APRISCO de São José do Cedro, Santa Catarina, situado na Rua Odilo Antonio Linck, nº1.621, centro na cidade de São José do Cedro.

Vigência: 06 de março de 2017

Valor: O Município repassará o valor total de R\$ 9.240,00 (Nove mil duzentos e quarenta reais) durante a vigência do presente Termo Aditivo da seguinte forma: o valor será contabilizado em diárias, correspondendo a R\$ 154,00/dia (cento e cinquenta e quatro reais).

Assinam:

Ivan José Canci – Prefeito Municipal

Marcos Cesar da Costa – APRISCO

### CREDENCIAMENTO N 001/2017 - PM

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. IVAN JOSÉ CANCI torna público, que a partir do dia 09 de Janeiro de 2017 até o dia 31 de Dezembro de 2017, a Comissão Permanente de Licitações estará recebendo os documentos para habilitação do objeto do Edital de Credenciamento nº 001/2017 Processo Licitatório Nº 009/2017 na modalidade de Inexigibilidade Nº 005/2017, para Prestação de Serviços mecanizados com Trator de Pneus, Carretão Agrícola e Ensiladeira, para confecção de silagem, em caráter de subsídio de acordo com Lei Municipal nº 2.300/2017, Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes e conforme especificado no Edital. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado na Prefeitura Municipal, sito à Av. Anchieta, 838, em Anchieta - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30hrs às 11:30hrs e das 13:30hrs às 17:30, e e-mail licitacoes@anchieta.sc.gov.br, Anchieta - SC, 06 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito municipal



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 002/2017

DECRETO Nº 002/17 de 5 de Janeiro de 2017

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 114.917,66 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 24.917,66

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 90.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 114.917,66

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 5 de Janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### PORTARIA N 029/2017

PORTARIA Nº 029/2017

Prorroga Licença sem vencimento.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1225/2009;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, a pedido, LICENÇA SEM VENCIMENTO, por mais 02 anos, a servidora efetiva VANIA REGINA FERREIRA GUESER ELIAS, ocupante do cargo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA – 20H, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 06 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09 de janeiro de 2017.

### PORTARIA N 030/2017

PORTARIA Nº 030/2017

Nomeia cargo Comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, SAMUEL KOCH SCHMITT, para o Cargo Comissionado de COORDENADOR MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, a partir de 06 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de janeiro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09 de janeiro de 2017.

# Arabutã

## PREFEITURA

### DECRETO 2006/2017

DECRETO Nº 2006, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

Fixa o Calendário Fiscal do exercício de 2017 e dá outras providências.

A PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 222 da Lei Complementar nº 15/1993, de 16 de dezembro de 1993, que institui o Código Tributário do Município e dá outras providências,

#### DECRETA:

Art. 1º O Calendário Fiscal do exercício de 2017 para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Taxa de Localização e Permanência no Local de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços e Outros, TLP, Taxa de Coleta de Resíduos – TCR, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza calculado sobre o movimento econômico – ISSQN-ME, Taxa de Sistema de Segurança Contra Sinistros – TVSCS, Financiamento Habitacional junto ao Fundo Municipal de Habitação – FMH e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos, Inter Vivos, a qualquer título, por ato Oneroso – ITBI, fica assim estabelecido:

TRIBUTOS	MESES												
TRIBUTOS	DIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IPTU	10							X	X	X	X		
TLP	30				X								
TCR	10							X	X	X	X		
ISSQN-FIXO	Último dia útil do mês subsequente ao mês de referência												
ISSQN-ME													
TVSCS	30			X									
FMH	30						X						X
ITBI	Antes da ocorrência da transmissão												

§ 1º No pagamento em parcela única (valor integral do IPTU), a ser realizado até o dia 10 de julho haverá um desconto de 10% (dez por cento) do valor total do imposto.

§ 2º No pagamento do IPTU em quatro parcelas, sendo a primeira no último dia 10 de julho e as demais nos meses seguintes, não haverá o desconto previsto no parágrafo anterior do presente artigo.

§ 3º Os tributos, e demais valores a serem pagos ao Município, quer tributários ou não tributários não previstos no presente decreto, serão pagos de acordo com as normas específicas para cada caso

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 04 de janeiro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se

Em, 04 de janeiro de 2017.

Glaucia Pottratz

Responsável Pelas Publicações

### DECRETO 2007/2017

Decreto nº 2007

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL, DESIGNA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENI KAPP SCHMITT, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Especial para proceder ao levantamento dos casos de revisão de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, nos termos do artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 15, de 16 de dezembro de 1.993.



Art. 2º Ficam designados os seguintes membros, para o exercício das atribuições da Comissão constituída, nos termos do artigo anterior:

I – Leila Ana Matiello, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, como Presidente.

II – Marcelo Morche, ocupante do cargo de fiscal de tributos, que desenvolverá os serviços de Secretaria.

III – Michael Medeiros, ocupante de cargo de provimento efetivo de Engenheiro Agrônomo, como membro.

IV – Paulo Hassemer, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, como membro-suplente.

Art. 3º Para o exercício das atribuições estabelecidas neste Decreto, seus membros poderão afastar-se das atribuições dos respectivos cargos, sem prejuízo da remuneração.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, para que a Comissão cumpra o mandato que lhe é determinado, nos termos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 04 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registra-se e Publica-se.

Glaucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

## DECRETO 2008/2017

DECRETO Nº 2008, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

Corrige os valores dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal e das multas decorrentes de infrações sanitárias, conforme anexos I e II da Lei Municipal nº 213, de 31 de dezembro de 2001, e dá outras providências.

A PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 55, da lei Municipal nº 213, de 31 de dezembro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Os valores constantes do Anexo I – Atos de Vigilância Sanitária Municipal e Anexo II – Multas Decorrentes de Infrações Sanitárias, ambos da Lei Municipal nº 213, de 31 de janeiro de 2001, 7,38% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, relativo aos meses de dezembro a novembro de 2016, cujos valores passa vigorar conforme Anexos I e II deste Decreto.

Parágrafo único. Os valores reajustados, conforme este artigo, vigorarão em todo o exercício de 2017.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 04 de janeiro de 2017.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registra-se e Publica-se  
Em 04 de janeiro de 2017

Glaucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

ANEXO I			
ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL			
(Lei Municipal nº 213, de 31 de dezembro de 2001)			
Codificação	Identificação do Ato e Valor	Valor em R\$	
1	LAVARÁ SANITÁRIO (Art. 31, III, da lei nº 213/2001)		
11	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS		
111	De Maior Risco Epidemiológico	686,20	

112	De Menor Risco Epidemiológico	448,31		
12	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS			
121	De Maior Risco Epidemiológico			
12101	Açougue	231,81		
12102	Casa de Carnes	132,72		
12103	Cantina Escolar	49,79		
12104	Casa de Sucos/Caldo de Cana e Similares	49,79		
12105	Comércio Atacadista e/ou Depósito de Produtos Perecíveis	358,46		
12106	Confeitaria	165,91		
12107	Cozinha de Escolas	132,72		
12108	Lanchonete/Café Colonial	132,72		
12109	Mercado/Supermercado	99,57		
12110	Mercearia/Armazém	99,57		
12111	Padaria/Panificadora	165,91		
12112	Pastelaria	99,57		
12113	Pizzaria	165,91		
12114	Restaurante/Buffer/Churrascaria	231,81		
12115	Sorveteria	99,57		
12199	Congêneres	132,72		
122	De Menor Risco Epidemiológico			
12201	Bar/Boate	99,57		
12202	Depósito de Bebidas	99,57		
12203	Depósito de Frutas e Verduras	99,57		
12204	Quitanda de Frutas e Verduras	44,29		
12299	Congêneres	99,57		
13	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE			
131	De Maior Risco Epidemiológico			
13101	Agrotóxicos	663,94		
13102	Cosméticos Perfumes e Produtos de Higiene	663,94		
13103	Produtos Farmacêuticos	663,94		
13104	Produtos de uso Laboratorial	663,94		
13105	Produtos de uso Médico/Hospitalar	663,94		
13106	Produtos de uso Odontológico	663,94		
13199	Congêneres	663,94		
132	De Menor Risco Epidemiológico			
13201	Produtos Veterinários	448,31		
13299	Congêneres	448,31		
14	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE			
141	De Maior Risco Epidemiológico			
14101	Agrotóxicos	448,31		
14102	Comércio e Distribuição de Medicamentos	448,31		
14103	Comércio e Distribuição de Produtos Odontológicos	448,31		
14104	Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários	448,31		
14105	Comércio e Distribuição de Saneantes/domissanitários	448,31		
14106	Produtos Químicos	448,31		
14199	Congêneres	448,31		
142	De Menor Risco Epidemiológico			
14201	Alimentação animal – ração e supletivos	267,49		
14202	Com. E Dist. de Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene	267,49		
14203	Próteses	267,49		
14204	Sementes Seleccionadas e Mudas	267,49		
14299	Congêneres	267,49		
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE			
151	De Maior Risco Epidemiológico			
15101	Ambulatório Médico	267,49		
15102	Ambulatório Odontológico	267,49		
15103	Ambulatório Veterinário	132,72		
15104	Clínica Médica	448,31		
15105	Clínica Veterinária	267,49		
15106	Farmácia	448,31		
15107	Drogaria	448,31		
15108	Hospital Geral	448,31		
15109	Laboratório de Análises Clínicas	448,31		
152	De Menor Risco Epidemiológico			

15201	Clínica de Fisioterapia e/ou Reabilitação	350,97	
15202	Clínica de Odontologia	350,97	
15203	Consultório Médico	267,49	
15204	Consultório Odontológico	267,49	
15205	Consultório Veterinário	267,49	
15206	Estabelecimento de Massagem	267,49	
15207	Laboratório de Prótese Dentária	267,49	
15208	Ótica	132,72	
15299	Congêneres	132,72	
16	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE		
161	De Maior Risco Epidemiológico		
16101	Escola de Natação e Similares	267,49	
16102	Estabelecimento de Ensino – Maternal, Educação Infantil, Creche	267,49	
16103	Estabelecimento de Ensino – Educação Básica	267,49	
16104	Sauna	267,49	
16199	Congêneres	267,49	
162	De Menor Risco Epidemiológico		
16201	Academia de Ginástica	132,72	
16202	Barbearia	49,79	
16203	Casa de Espetáculo – Discoteca, Baile e Similares	231,81	
16204	Estação de Tratamento de Água para Abastecimento Público	448,31	
16205	Estética Facial/Maquagem	121,74	
16206	Hotel – por cômodo	33,15	
16207	Motel – por cômodo	33,15	
16208	Pensão – por cômodo	16,57	
16209	Posto de Combustível/Lubrificante	132,72	
16210	Oficina Mecânica	99,57	
16211	Salão de Beleza/Manicura/Cabeleireiro	99,57	
16212	Serviços e Veículos para Transporte de Alimentos – por veículo	99,57	
16213	Serviço de Lavagem de Veículos	99,57	
16214	Transportadora de Produtos Perecíveis – por veículo	99,57	
16215	Transporte Coletivo	99,57	
16299	Congêneres	99,57	

Arabutã/SC, 04 de janeiro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se

Em 04 de janeiro de 2017

Glaucia Pottratz

Responsável Pelas Publicações

## ANEXO II

### MULTAS DECORRENTES DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

(Art. 41, da Lei Municipal nº 213, de 31 de dezembro de 2001)

IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO	VALOR EM R\$	
	DE	A
Infrações Leves	87,48	503,33
Infrações Graves	402,49	960,86
Infrações Gravíssimas	805,01	3.984,81

Arabutã/SC, 04 de janeiro de 2017.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se

Em 04 de janeiro de 2017

Glaucia Pottratz

Responsável Pelas Publicações

**DECRETO 2009/2017**

DECRETO Nº 2009, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERA REDAÇÃO DO DECRETO Nº 2002/2017 QUE DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE AULAS PARA O ANO LETIVO DE 2017 PARA OS MEMBROS CONCURSADOS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL - EDITAL Nº 02/2017.

LEANI KAPP SCHMITT, PREFEITA DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Considerando a Comunicação Interna nº 08/2017 expedida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, requerendo alteração de integrantes da comissão organizadora do Edital 02/2017

DECRETA

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 1º do Decreto N. 2002/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

I – Joana Goldmeyer  
II – Dulci Driemeier  
III – Darli Cristiane Dinnebier

Art. 2º Ficam inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 2002/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 06 de Janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registra-se e Publica-se.  
Em 06 de Janeiro 2017

Glaucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO 2010/2017**

Decreto nº 2.010, de 06 de janeiro de 2016.

ESTABELECE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS, PARA O EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Cronograma de Pagamentos dos fornecedores da Administração Municipal e Fundos, para o exercício 2017, em todos os meses do ano, conforme segue:

- Pagamento do mês: 15º dia útil;

§1º: Para os pagamentos será considerando a ordem cronológica de fornecimento e a disponibilidade de recursos do tesouro municipal.

§2º Os pagamentos serão realizados mediante transferência bancária eletrônica.

Art. 2º Fica estabelecido o Cronograma de Pagamentos da Folha dos Servidores Públicos Municipais, para o exercício de 2017, em todos os meses do ano, conforme segue:

- último dia útil do mês.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especial o Decreto Nº 1.832/2016.

Arabutã/SC, 06 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado em data supra.

Glaucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

**EDITAL 01/2017-EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO DE INTERESSADOS NO CADASTRO DE FORNECEDORES E PARA ATUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO CADASTRAL**

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO DE INTERESSADOS NO CADASTRO DE FORNECEDORES E PARA ATUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO CADASTRAL, JUNTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ARABUTÃ SC

LEANI KAPP SCHMITT– Prefeita de Arabutã, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberto EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO DE INTERESSADOS NO CADASTRO DE FORNECEDORES E PARA ATUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO CADASTRAL, JUNTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ARABUTÃ SC. Para esclarecimentos e informações os interessados, poderão obter informações junto a Diretoria de Administração e Fazenda, na Prefeitura Municipal de Arabutã ou pelo telefone (0xx49) 3448.0048, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Arabutã-SC, 06 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT- Prefeita Municipal.

**PORTARIA 093/2017**

PORTARIA Nº 093/2017

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 06 de janeiro de 2017, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 033/2017, de 02 de janeiro de 2017, do servidor PAULO FRITSCH inscrito no CPF sob nº. 023.318.529-10, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, sendo que os 27 (vinte e sete) dias remanescentes de férias ora suspensas será gozado em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de janeiro de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 094/2017**

PORTARIA Nº. 094/2017

ALTERA ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 06 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE JANEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita do Município de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de janeiro de 2017 é a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos de urgência e emergência, na saúde, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
PAULO FRITSCH	Motorista	06 a 13/01/2017
MARCELO KIEKOW	Motorista	14 a 22/01/2017
CLAUDIR KIEKOW	Motorista	22 a 31/01/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 06 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 95/2017**

PORTARIA Nº 095/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor VANDERLEI SCHRAMMEL inscrito no CPF sob nº. 949.966.019-49, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas no período de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 03 de janeiro de 2017.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 96/2017**

PORTARIA Nº. 096/2017, de 06 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc...

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERA termos da portaria de nº86 de 04 de janeiro 2017, passando o servidor PAULO VINICIUS HASSEMER ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo a ser o Presidente da Comissão de Sindicância.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã-SC, em 06 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### **TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 - CONTRATO Nº 0004/2016 - C. S. NET INFORMÁTICA E TEC. LTDA - EPP**

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0004/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MEGAS DE LINK DEDICADO DE INTERNET.

Pelo presente TERMO ADITIVO, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, neste ato representado pelo Secretário da Saúde, o Senhor FERNANDO ANDRÉ MANENTI, doravante denominadas CONTRATANTES e a empresa C.S.NET INFORMÁTICA E TEC. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.482.451/0001-66, com sede na Rua XV de Novembro, centro, Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor JANDIR ANTÔNIO CREPALDI, brasileiro, empresário, portador do CPF sob n. 715.611.029-20, residente e domiciliado à Rua XV de Novembro, Centro, no Município de Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA - Fica aditivado o prazo do contrato nº 0004/2016, por mais 03(três) meses, ou seja, de 1º /01/ 2017 a 31/03/2017, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta - SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CONTRATANTE

ALCIDIR FELCHILCHER

CPF nº 518.040.009-06

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC

CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97

FERNANDO ANDRÉ MANENTI

CONTRATANTES

C.S.NET INFORMÁTICA E TEC. LTDA

CNPJ nº 10.482.451/0001-66

JANDIR ANTÔNIO CREPALDI

CPF nº 715.611.029-20

CONTRATADA

Testemunhas:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta - SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo por mais 03(três) meses, ou seja de 1º/01/2017 a 31/03/2017, referente contrato nº 0004/2016, celebrado com a C.S.INFORMÁTICA E TEC. LTDA.

Arroio Trinta - SC, 21 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO ANDRÉ MANENTI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 004/2016, OBJETO: INTERNET, UNIDADE DE SAÚDE CONTRATADA C.S.INFORMÁTICA E TEC. LTDA ADITIVAÇÃO DO PRAZO - 31/03/17

### **TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 - CONTRATO Nº 0016/2016 - CARLOS MAGRO**

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0016/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2016, LOCAÇÃO DE CASA PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Pelo presente TERMO ADITIVO, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada LOCATÁRIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua xv DE Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e CARLOS MAGRO, brasileiro, casado, aposentado, com endereço a Rua Presidente Castelo Branco 318, casa, Centro na cidade de Arroio Trinta - SC, de agora em diante denominado LOCADOR, tem entre si justo e contratado na melhor forma de direito, e pelas Clausulas abaixo e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA - Fica aditivado o prazo do contrato nº 0016/2016, por mais 04(quatro) meses, ou seja, de 1º /01/ 2017 a 30/04/2017, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.



Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
ALCIDIR FELCHILCHER  
CPF nº 518.040.009-06  
LOCATÁRIO

CARLOS MAGRO  
CPF nº 501.568.029-53  
LOCADOR

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI  
CPF – 000.077.349-2  
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo por mais 04(quatro) meses, ou seja de 1º/01/2017 a 30/04/2017, referente contrato nº 0016/2016, celebrado com CARLOS MAGRO, PARA ALUGUEL DE CASA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR..

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0016/2016, OBJETO: A ALUGUEL DE CASA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR  
LOCADOR: CARLOS MAGRO  
ADITIVAÇÃO DO PRAZO – 30/04/17

#### **TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 - CONTRATO Nº 0030/2016 - C. S. NET INFORMÁTICA E TEC. LTDA**

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0030/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIDEOMONITORAMENTO E MANUTENÇÃO CAMERAS DE SEGURANÇA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua xv DE Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a empresa C.S.NET INFORMÁTICA E TEC. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.482.451/0001-66, com sede na Rua XV de Novembro, centro, Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor JANDIR ANTÔNIO CREPALDI, brasileiro, empresário, portador do CPF sob n. 715.611.029-20, residente e domiciliado à Rua XV de Novembro, Centro, no Município de Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:  
CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo do contrato nº 0030/2016, por mais 03(três) meses, ou seja, de 1º /01/ 2017

a 31/03/2017, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente.  
CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.  
E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CONTRATANTE  
ALCIDIR FELCHILCHER  
CPF nº 518.040.009-06

C.S.NET INFORMÁTICA E TEC. LTDA  
CNPJ nº 10.482.451/0001-66  
CONTRATADA  
JANDIR ANTÔNIO CREPALDI  
CPF nº 715.611.029-20  
CONTRATADA

Testemunhas:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN  
CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02  
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo por mais 03(três) meses, ou seja de 1º/01/2017 a 31/03/2017, referente contrato nº 0030/2016, celebrado com a C.S.INFORMÁTICA E TEC. LTDA.

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0030/2016, OBJETO: SERVIÇOS DE MONITORAMENTO CÂMERAS  
CONTRATADA C.S.INFORMÁTICA E TEC. LTDA  
ADITIVAÇÃO DO PRAZO – 31/03/17

#### **TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 - CONTRATO Nº 0031/2016 - C. S. INFORMÁTICA LTDA**

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0031/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA C.S. INFORMÁTICA LTDA.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016.

Pelo presente TERMO ADITIVO, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua xv DE Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a empresa C.S. INFORMÁTICA. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº

02.335.907/0001-37, com sede na Rua XV de Novembro, centro, Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor JANDIR ANTÔNIO CREPALDI, brasileiro, empresário, portador do CPF sob n. 715.611.029-20, residente e domiciliado à Rua XV de Novembro, Centro, no Município de Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo do contrato nº 0031/2016, por mais 03(três) meses, ou seja, de 1º /01/ 2017 a 31/03/2017, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CONTRATANTE

ALCIDIR FELCHILCHER

CPF nº 518.040.009-06

C.S.NET INFORMÁTICA E TEC. LTDA

CNPJ nº 10.482.451/0001-66

CONTRATADA

JANDIR ANTÔNIO CREPALDI

CPF nº 715.611.029-20

CONTRATADA

Testemunhas:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo por mais 03(três) meses, ou seja de 1º/01/2017 a 31/03/2017, referente contrato nº 0031/2016, celebrado com a C.S.INFORMÁTICA LTDA.

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0031/2016, OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES CONTRATADA C.S.INFORMÁTICA LTDA ADITIVAÇÃO DO PRAZO – 31/03/17

**TERMO ADITIVO Nº 0002 2016 - CONTRATO Nº 0006 2015 - INFO DIGITALLE - SOLUÇÕES TEC. P/ GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME**

TERMO ADITIVO Nº 0002/2016 AO CONTRATO Nº 0006/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita

no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta-SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC e a Empresa INFO DIGITALLE, ., empresa privada, CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, representada neste ato pelo Senhor JOSÉ DA SILVA (já qualificado no contrato inicial 0006/2015 e TERMO ADITIVO 001/2015), denominado CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo do contrato nº 0006/2015, por mais 3(três) meses, ou seja, de 1º /01/ 2017 a 31/03/2017, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CONTRATANTE

ALCIDIR FELCHILCHER

CPF nº 518.040.009-06

INFO DIGITALLE

CNPJ 86.731.494/0001-08

CONTRATADA

JOSÉ DA SILVA

TESTEMUNHAS:

TARCÍSIO LIDANI

CPF Nº 613.139.809-78

RONIVAN BRANDALISE

CPF Nº 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo por mais 03(tres) meses, ou seja de 1º/01/2017 a 31/03/2017, referente contrato nº 0006/2015, celebrado com a INFO DIGITALLE.

Arroio Trinta – SC, 21 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015 AO CONTRATO Nº 0006/2015, OBJETO: SERVIÇOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA CONTRATADA: INFO DIGITALLE ADITIVAÇÃO DO PRAZO – 31/03/17

**TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 - CONTRATO Nº 0028/2015 - RÁDIO TROPICAL FM LTDA**

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 AO CONTRATO Nº 0028/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº0008/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta –SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, e a empresa RÁDIO TROPICAL FM LTDA, pessoa jurídica de Direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 03.816.796/0001-43, com sede na Rua Presidente Kennedy, 60, 1º Andar, Centro na cidade de Treze Tílias – SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor FERNANDO LOPES DE LIMA, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do CPF sob nº 026.712.869-02 e CI sob nº 3.431.700, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy, 60, Bairro Centro na cidade de Treze Tílias - SC., e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Pelo presente Termo Aditivo, fica aditivado o prazo do contrato nº 0028/2015, de 1º de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 13 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ nº 82.826.462/0001-27

CONTRATANTE

ALCIDIR FELCHILCHER

CPF nº 518.040.009-06

RÁDIO TROPICAL FM LTDA

CNPJ nº 03.816.796/0001-43,

CONTRATADA

FERNANDO LOPES DE LIMA

CPF nº 026.712.869-02

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF SOB Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF SOB Nº 027.783.989-02

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

EU, ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para ADITIVAR o prazo do contrato nº 028/2015, CELEBRADO COM A RÁDIO TROPICAL FM até 28 de fevereiro de 2017. CABE DESTACAR, QUE A DEFINIÇÃO DA ADITIVAÇÃO DO PRAZO DE 02 MESES OCORREU EM REUNIÃO REALIZADA COM A EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO ATUAL E DO PRÓXIMO GOVERNO

Arroio Trinta – SC, 13 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER  
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 AO CONTRATO Nº 0028/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2015, PREGÃO PRESENCIAL  
Nº0008/2015

OBJETO: ADITIVAÇÃO DE PRAZO ATÉ 28/02/2017

CONTRATADA: RÁDIO TROPICAL FM LTDA

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### CONTRATO 03/2017 FMT

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Processo Licitatório nº 003/2017-FMT

Inexigibilidade nº 003/2017-FMT

Contrato 003/2017 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa BMR PROGRAMAÇÃO DE EVENTOS MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ 83.140.566/0001-46, para realização de apresentação da DUPLA RAZ E SERTÃO, no evento Festival Sertanejo, na data de 07 de janeiro de 2017. Valor do Contrato: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). Vigência: 07/02/2017. Balneário Piçarras/SC, 03 de janeiro de 2017. Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

### CONTRATO 04/2017 FMT

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Processo Licitatório nº 004/2017-FMT

Inexigibilidade nº 004/2017-FMT

Contrato 004/2017 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da ASSOSSIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO, inscrita no CNPJ 05.023.026/0001-79, para realização de apresentação da DUPLA NANDO E LEO na data de 07 de janeiro de 2017. Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Vigência: 07/02/2017. Balneário Piçarras/SC, 03 de janeiro de 2017. Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

### PORTARIA 013/2017

PORTARIA N.º 013/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE ORÇAMENTO, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda o Senhor, HUGO VICENTE TOMAZI FONTANA, brasileiro, maior, solteiro, portador do CPF nº 085.023.339-92 e C.I. nº. 5.205624, SESPDC-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 014/2017

PORTARIA N.º 014/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de, ASSESSOR ADMINISTRATIVO, DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda o Senhor, ALLAN DIEGO ELEUTÉRIO, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF nº 059.514.879-43, CI nº. 5263923/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 015/2017

PORTARIA N.º 015/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR CONTÁBIL, FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO com as atribuições pertinentes à retro citadas Secretaria de Administração e Fazenda, a Sra. KATIA CRISTINA ERICEIRA LOBO BORBA, brasileira maior, casada, inscrita no CPF nº 235.549.163-15, CI nº 4661463 SESPDC-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 016/2017

PORTARIA N.º 016/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO PARA ASSUNTOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS, com



as atribuições pertinentes à retro citadas Procuradoria Geral do Município, o Senhor, ALEXANDER PINTO, brasileiro, maior, solteiro, portador do CPF nº 048.226.669-48 e C.I. nº. 4658624 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 017/2017**

PORTARIA N.º 017/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA do cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Administrativa, com as atribuições pertinentes à retro citadas Secretaria de Administração e Fazenda a Senhora, ALINE ZORZAN DE ALMEIDA, brasileira, maior, CPF nº 008.095.849-48, CI nº. 3.253.387 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 018/2017**

PORTARIA N.º 018/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de DIRETORA DE GESTÃO GEOPROCESSAMENTO com as atribuições a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a Senhora MARTHA REGINA SCHWEGER DE SOUZA, brasileira, maior, portador do CPF 544.884.609-25, e inscrito na CI nº. 3.402.030-2 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 019/2017**

PORTARIA N.º 019/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE CONVÊNIO E PRESTACAO DE CONTAS, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, o Senhor, FARLEY CESAR RITA, brasileiro, maior, casado, portadora do CPF nº 499.718.089-00 e C.I. nº. 1548829 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 020/2017**

PORTARIA N.º 020/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições pertinentes ao Gabinete do Prefeito a Senhora, LEONOR BALTAZAR SERPA, brasileira, maior, casada, portadora do CPF nº 868.081.099-15 e C.I. nº. 28387538 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 021/2017**

PORTARIA N.º 021/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSORA DE GABINETE, junto ao Gabinete do Prefeito, a Senhora JULIANA REIS VITORINO, brasileira, maior, casada, portador do CPF nº 020.496.239-09, e inscrito na CI nº. 3.370.738-3 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 022/2017**

PORTARIA N.º 022/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de OUVIDOR, com as atribuições ao Gabinete do Prefeito, o Senhor JOSÉ AGLAILSON PEREIRA DE MELO JUNIOR, brasileira, maior, solteiro, CPF nº 046.764.419-59, C.I nº 5.184.611 SESPDC/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 023/2017**

PORTARIA N.º 023/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de SUBPROCURADOR com as atribuições pertinentes a Procuradoria Geral do Município, o Senhor GILBERTO OTAVIO BAZEN RIGO, brasileiro, maior, solteiro, CPF nº 066.154.849-00, CI nº. 4569322 com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 024/2017**

PORTARIA N.º 024/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO DE

GESTÃO ADMINISTRATIVA E CONTENCIOSA, com as atribuições pertinentes a Procuradoria Geral do Município, para atuar especificamente a Execução Fiscal, a Senhora, BIANCA LENARA FIAMONCINI, brasileira, maior, solteira, portador do CPF nº 068.357.199-07, C.I. nº. 4.938.453 SSP-SC, inscrita no OAB nº 38113-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 025/2017**

PORTARIA N.º 025/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA do cargo em comissão de Diretora de Técnica Legislativa e Redacional, com as atribuições pertinentes à retro citadas Procuradoria Geral do Município a Senhora, MARIA DE FÁTIMA PEREIRA, brasileira, casada, maior, inscrita no CPF nº 552.118.109-10, CI nº. 1994493 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **PORTARIA 026/2017**

PORTARIA N.º 026/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA do cargo em comissão de Diretora de Controle de Processos, com as atribuições pertinentes à retro citadas Procuradoria Geral do Município a Senhora, MIRIAM BRITO BEZERRA, brasileira, maior, separada judicialmente, CPF nº 906. 830.219-15, CI nº 651.799, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 027/2017**

PORTARIA N.º 027/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de provimento em comissão, de DIRETORA DE BENEFÍCIO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a Senhora NAIDI NAGILA ESPINDOLA, brasileira, maior, solteira, portador do CPF nº 040.612.539-21, e inscrito na CI nº. 4052097, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 028/2017**

PORTARIA N.º 028/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de provimento em comissão, de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Educação, o senhor, VALDINEI GONÇALVES DAS NEVES, brasileiro, maior, casado, CPF nº 007.415.019-70, CI nº. 3.428.324, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 029/2017**

PORTARIA N.º 029/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETORA DE ENSINO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Educação, a Senhora ESTER DOS PASSOS CARVALHO, brasileira, maior, casada, portadora do CPF nº 029.517.379-39, e inscrição na CI nº. 3.634.258 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e

competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 030/2017**

PORTARIA N.º 030/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda o Senhor ELIABE MELDOLA PEREIRA, brasileiro, maior, solteiro, portador do CPF 092.781.679-24, e inscrito na CI nº. 6.003.736, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 032/2017**

PORTARIA N.º 032/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTOS, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda a Senhora PAULA SERRANO CONDE, brasileira, maior, solteira, portadora do CPF 308.606.348-33, e inscrito na CI nº. 34645431, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 033/2017**

PORTARIA N.º 033/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de DIRETOR DE ESPORTE DE RENDIMENTO, com as atribuições a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, o Senhor RAFAEL BATISTA, brasileiro, maior, solteiro CPF nº 062.770.899-43, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRE-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 034/2017**

PORTARIA N.º 034/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de provimento em comissão, de CHEFE DE TRANSPORTE E MERENDA, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Educação, MARIA TEREZINHA GOMES, brasileira, maior, CPF nº 552.119.689-72, CI nº. 1996398, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRE-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 035/2017**

PORTARIA N.º 035/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE PATRIMÔNIO E MATERIAL ESCOLAR, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Senhora DOROTHEA APARECIDA MASSON, brasileira, maior, solteira inscrita no CPF nº 818.437.559-04, CI nº 2965674 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRE-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 036/2017**

PORTARIA N.º 036/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CLUSÃO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Educação, a Senhora MIRELLA COUTINHO DE AZEVEDO, brasileira, maior, portadora do CPF nº 828.629.409-25, e inscrição na CI nº. 1.404.143 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRE-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 037/2017**

PORTARIA N.º 037/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE ENSINO FUNDAMENTAL I E INCLUSÃO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Educação, a Senhora SARAH SILVIA PEREIRA, brasileiro, maior, CPF nº 037.182.949-66, C.I nº 6.859.375-1 SSP/SC ocupante do cargo efetivo de Professora III – Nível 3-B, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRE-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 038/2017**

PORTARIA N.º 038/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Saúde, o Senhor VINICIO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, maior, portador do CPF nº 047.518.139-51, CI nº. 4658224 SSP, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 039/2017**

PORTARIA N.º 039/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE AVALIAÇÃO, CONTROLE, REGULAÇÃO E AUDITORIA, com as atribuições pertinentes à retro citadas a Secretaria, a Senhora OSMARINA MARIA SOUZA WATZKO, brasileira, maior, casada, CPF nº 552.116.159-72, CI nº 1.801.186, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 041/2017**

PORTARIA N.º 041/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Saúde, a senhora, PRISCILLA CARDOSO JORGE, brasileiro, maior, CPF nº 050.561.729-36, CI nº 4.638.244-5, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 042/2017**

PORTARIA N.º 042/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE REGULAÇÃO E TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Saúde, a Servidora Efetiva Senhora MARIA DAS NEVES REIS, brasileira, maior, portadora do CPF nº 584.605.949-04 e CI nº. 1808212 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 043/2017**

PORTARIA N.º 043/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE SAÚDE ODONTOLÓGICA, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Saúde, o Senhor JONAS ROBERTO DE SOUZA TAVARES, brasileiro, maior, casado, CPF nº 863.002.109-87, CI nº 4R-2869059, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 044/2017**

PORTARIA N.º 044/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de provimento em comissão, de Chefe de Assistência Farmacêutica, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Saúde, a Senhora JANICE VIEIRA, brasileira, maior, solteira, portador do CPF nº 059.150.309-39, e inscrito na CI nº. 51617366, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 045/2017**

PORTARIA N.º 045/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de CHEFIA VIG. AMB. BEM-ESTAR ANIMAL CENTRO CON ZOONOSSES, com as atribuições a Secretaria Municipal de Saúde, a Senhora ELAINE APARECIDA DO NASCIMENTO SANTANA, brasileira, maior, portador do CPF 966.565.149-87, e inscrito na CI nº. 4/C 3371105 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 046/2017**

PORTARIA N.º 046/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE IMAGENS E LABORATÓRIO, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Saúde, a Senhora MAGDA REJANE BORDIN BUTTENDORF, brasileira, maior, casada CPF nº 515.742.33904, CI nº. 4/R.663620, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 047/2017**

PORTARIA N.º 047/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETORA DE GESTÃO, junto a Fundação Municipal de Cultura a senhora, CLAUDIA REGINA DA LUZ KOPSCH, brasileira, casada, maior, CPF nº 866.302.619-68, CI nº. 2/R 2.843.826 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 048/2017**

PORTARIA N.º 048/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETORIA DE ARTE, junto a Fundação Municipal de Cultura o senhor, Senhor JOSE SABINO DE SANTANA, brasileiro, maior, casado portador do CPF nº 382.329.959-04, CI nº. 057.196.65227, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município .

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda



**PORTARIA 049/2017**

PORTARIA N.º 049/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO com as atribuições pertinentes à retro citadas Secretaria de Turismo, o Sr. DANILO BORGES PEREIRA PETRY, brasileiro maior, casado, inscrita no CPF nº 043.316.399-24 e C.I. nº 4.436.454 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 050/2017**

PORTARIA N.º 050/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE EVENTOS E MARKETING, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Turismo o senhor, ROGER VICTÓRIO ESBITESKOSKI ROMERA, brasileiro, maior, casado, portador do CPF nº 054.840.479-86, C.I. nº 4331788 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 051/2017**

PORTARIA N.º 051/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE CULTURA, junto a Secretaria Municipal de Turismo, o Senhor ELINTON MANOEL GEREMIAS, brasileiro, maior, solteiro CPF nº 098.473.909-24, CI nº. 5.505.097-2 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 052/2017**

PORTARIA N.º 052/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE SERVIÇOS BÁSICOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E AÇÕES, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Senhor, JEFFERSON FREDERICO PEREIRA, brasileiro, maior, portador do CPF nº 083.522.129-66, CI nº. 590.893.8 SSP - SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 053/2017**

PORTARIA N.º 053/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, a senhora, TÂNIA REGINA POCIDONIA, brasileira, maior, solteira, CPF nº 644.914.559-53, CI nº. 4R 1.996.012, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.  
Leonel José Martins  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 054/2017**

PORTARIA N.º 054/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal De Planejamento E Desenvolvimento Econômico Sustentável a Senhora CAROLINA FERREIRA DA SILVA, brasileira, maior, solteira, CPF nº 035.202.629-40, CI nº. 3.972.617, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 055/2017**

PORTARIA N.º 055/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em Comissão de DIRETORA DE SERVIÇOS URBANOS, com as atribuições a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais a senhora, SCHEILA KERSCHBAUM, brasileira, maior, solteira, CPF nº 024.013.379-03, CI nº. 2258801, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 056/2017**

PORTARIA N.º 056/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal De Planejamento E Desenvolvimento Econômico Sustentável, o senhor MARCOS ZALESKI DE MATOS, brasileiro, maior, CPF nº 049.047.389-00, CI nº 80863772 SESP – PR, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 057/2017**

PORTARIA N.º 057/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal De Planejamento E Desenvolvimento Econômico Sustentável, o senhor MARCOS AURÉLIO DE MACEDO, brasileiro, maior, CPF nº 290.757.509-00, CI nº. 4/R.570305, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 058/2017**

PORTARIA N.º 058/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de Comissão de CHEFE DE TRANSPORTE E MOBILIDADE, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Planejamento, e Desenvolvimento Econômico Sustentável, a senhora LUCIANA GOHR, brasileira, maior, casada, CPF nº 846.741.309-30, CI nº. 3054231 SSP/SC,, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda



**PORTARIA 059/2017**

PORTARIA N.º 059/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rural, o Senhor, MARCO ANTÔNIO MARINHO DOS SANTOS, brasileiro maior, inscrito no CPF nº 025.591.448-24, CI nº 7.273.476 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PORTARIA 060/2017**

PORTARIA N.º 060/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR DE SERVIÇOS URBANOS E RURAIS com as atribuições a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rural, o Senhor DEYVID DE MOURA, brasileiro, maior, divorciado, portador do CPF 085.045.769-65, e inscrito na CI nº. 5811.361 SESP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### PORTARIA GP 001/2017

PORTARIA GP Nº. 001/2017 de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 084, em conformidade com a Lei Municipal nº. 001/2013,

Resolve:

NOMEAR; RAFAEL MOTA CUSTÓDIO, CPF nº. 007.827.879-16, ao cargo de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS do Município de Balneário Rincão.

Balneário Rincão (SC), 02 de janeiro de 2017.

Publicada no Paço Municipal em 02 de janeiro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

### PORTARIA GP 002/2017

PORTARIA GP Nº. 002/2017 de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 084, em conformidade com a Lei Municipal nº. 001/2013,

Resolve:

NOMEAR; GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA, CPF nº. 020.835.859-50, ao cargo de PROCURADOR GERAL do Município de Balneário Rincão.

Balneário Rincão (SC), 02 de janeiro de 2017.

Publicada no Paço Municipal em 02 de janeiro de 2017.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

### PORTARIA SA 075/2017

PORTARIA SA Nº. 075/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

CONSIDERANDO a instalação do novo município, as necessidades urgentes que se apresentam, a falta de funcionários efetivos, considerando os princípios da administração pública, quais sejam, LEGALIDADE, MORALIDADE, IMPESSOALIDADE, EFICIÊNCIA E PUBLICIDADE; JAIRO CELOY CUSTÓDIO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Municipal em vigor, nº. 02/2013, artigo 20, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal,

RESOLVE:

CONTRATAR; A pedido da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, Adryan Lee Cesca, brasileiro (a), CPF nº. 054.210.649-30, para atuar como Contador; 40 horas semanais, em virtude da necessidade da Secretaria de Administração e Finanças e as exigências legais para a contratação de profissionais habilitados para atuar nas áreas específicas.

Balneário Rincão (SC), 05 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada nesta Secretaria em 05 de janeiro de 2017.

### PORTARIA SA 076/2017

PORTARIA SA Nº. 076/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

CONSIDERANDO a instalação do novo município, as necessidades urgentes que se apresentam, a falta de funcionários efetivos, considerando os princípios da administração pública, quais sejam, LEGALIDADE, MORALIDADE, IMPESSOALIDADE, EFICIÊNCIA E PUBLICIDADE; JAIRO CELOY CUSTÓDIO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Municipal em vigor, nº. 02/2013, artigo 20, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal,

RESOLVE:

CONTRATAR; A pedido da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Adroaldo Faraco, brasileiro (a), CPF nº. 476.006.839-20, para atuar como Psicólogo; 20 horas semanais, em virtude da necessidade da Secretaria de Assistência Social e as exigências legais para a contratação de profissionais habilitados para atuar nas áreas específicas.

Balneário Rincão (SC), 05 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada nesta Secretaria em 05 de janeiro de 2017.

### PORTARIA SA 077/2017

PORTARIA SA Nº. 077/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

CONSIDERANDO a instalação do novo município, as necessidades urgentes que se apresentam, a falta de funcionários efetivos, considerando os princípios da administração pública, quais sejam, LEGALIDADE, MORALIDADE, IMPESSOALIDADE, EFICIÊNCIA E PUBLICIDADE; JAIRO CELOY CUSTÓDIO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Municipal em vigor, nº. 02/2013, artigo 20, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal,

RESOLVE:

CONTRATAR; A pedido da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Adroaldo Faraco, brasileiro (a), CPF nº. 476.006.839-20, para atuar como Psicólogo; 20 horas semanais, em virtude da necessidade da Secretaria de Assistência Social e as exigências legais para a contratação de profissionais habilitados para atuar nas áreas específicas.

Balneário Rincão (SC), 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JAIRO CELOY CUSTÓDIO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada nesta Secretaria em 06 de janeiro de 2017.

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### DIPENSA DE LICITAÇÃO Nº03/2017 FMS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

OBJETO: Assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de BARRA BONITA/SC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência

FORNECEDOR:

Fornecedor: 4316 - AMEOSC-ASSOC.DOS MUNIC.EXTREMO OESTE-SC.

Item Quantidade Unid Nome do Material Preço Total  
1 1,000 UND. assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de BARRA BONITA/SC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência. 57.198,96

RAZÃO DA ESCOLHA DO LOCAL E FORNECEDOR

Os fornecedores escolhido deu-se em razão do menor preço, os quais orçaram o Total em R\$ 57.198,96

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço está dentro da realidade sendo o praticado no mercado regional.

NILVA BAU BOSS  
Gestora FMS

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2017 FMS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

OBJETO: Contrato de Rateio celebrado entre o Município de BARRA BONITA/SC, Fundo Municipal da Saúde, Estado de Santa Catarina e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC-CIS/AMEOSC.

FORNECEDOR: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC-CIS/AMEOSC  
CNPJ: 02.311.972/0001-22  
Valor Contratado: R\$ 8.141,04 (oito mil cento e quarenta e um reais com quatro centavos)

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de compra do produto mencionados, ratifico a Dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

BARRA BONITA, 06/01/2017  
NILVA BAU BOSS  
Gestora FMS

### EDITAL PREGÃO Nº01/2017 FMS

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº 01/2017

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Aquisição de materiais odontológicos para Unidades Básicas de Saúde. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 13:30 horas do dia 17 de janeiro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 6 de janeiro de 2017.

NILVA BAU BOSS  
Gestora FMS

### PORTARIA Nº 011, DE 05 DE JANEIRO DE 2017. CONCEDE ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 011, de 05 de janeiro de 2017.  
Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento a Sra. Nilva Bau Boss matrícula nº142211, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$1000,00 (Um mil reais), conforme Memorando nº01/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 05 de janeiro de 2017.  
Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2017**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA BONITA-SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art.1º. Convocar a aprovada no cargo abaixo descritos no Concurso Publico Edital 001/2016, de 08 de julho de 2016, cujo resultado foi homologado pela Ata 001/2016 de 09 de setembro de 2016, a seguir relacionados:

SERVENTE						
Inscrição	Nome	C. Esp.	Port.	C.Gerais	Total	Classif.
00146	DEBORA PERONDI NUNES DE ARNOTE	5,40	2,8	0,80	9,00	2º

Art.2º Os convocados deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, junto a Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita- SC, até o dia 01 de Fevereiro de 2017, durante o horário de expediente munidos da seguinte documentação:

- Original e cópia do Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
- Original e cópia do título de eleitor, bem como, cópia da certidão de quitação eleitoral que pode ser obtido no sítio do Tribunal Superior Eleitoral ( [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br))
- Original ou cópia de comprovante de quitação com as obrigações militares, se for o caso;
- Atestado que comprove aptidão física e mental, com data posterior à nomeação e anterior à posse, em que conste a assinatura do médico, o nome legível do profissional (impresso ou em letra de forma) e o carimbo de registro no C.R.M. (Conselho Regional de Medicina);
- Original do comprovante de regularidade no C.P.F (Cadastro de Pessoas Físicas) – pode ser obtido no sítio [receita.fazenda.gov.br](http://receita.fazenda.gov.br), na internet;
- Original e cópia da carteira de exercício profissional, quando exigida para cada cargo específico: CRC – COREN – CRA – CREA – CRF – CREFITO – CRESS – CRM – CRN – CRO, OAB, etc;
- Original e cópia da certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos, para fins de pagamento do salário-família.
- Original e cópia de certidão de casamento, para alterar o nome, se for o caso;
- Original e cópia do comprovante de cadastro do PIS (Programa de Integração Social), se tiver;
- Original e cópia do comprovante de cadastro no PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), se tiver;
- Original e cópia da carteira de identidade civil, militar e profissional;
- Uma fotografia 3cm x 4cm, recente, de frente, em preto e branco ou em cores;
- Original e cópia da Carteira Nacional de Habilitação, se for o caso, e de acordo com as exigências para o cargo;
- Declaração de bens, a ser preenchida no setor de pessoal;
- Declaração de dependentes, se for o caso, a ser preenchida no setor de pessoal, para fins de abatimento no imposto de renda na fonte;
- Declaração de que não ocupa outro cargo, emprego ou função pública, exceto os acumuláveis de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c" da Constituição Federal, a ser preenchida no setor de pessoal.
- Declaração de ter ou não sofrido, no exercício da função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.
- Comprovante de residência.
- Declaração junto ao banco com o numero da conta para depósito dos vencimentos.

Art.3º O não comparecimento do candidato, bem como a não apresentação dos documentos exigidos ate a data aprazada ou não havendo justificativa para tal falta, importara em renuncia tácita do candidato a vaga que se classificou.

Barra Bonita - SC em 06 de Janeiro de 2017.

GILMAR MENEGUZZO

Presidente do Legislativo de Barra Bonita SC

# Barra Velha

## PREFEITURA

### INEX 001/2017 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 001/2017 – FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 001/2017 - FUNTEC  
Contratada: KATLIN CORREIA CARDOSO.

Objeto: Apresentação Musical com a cantora Kethy Rios que será realizado no dia 05 de janeiro de 2017 na Praia Central.

Valor do Contrato: R\$ 2.749,50

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 05 de janeiro de 2017.

KATLIN CORREIA CARDOSO.

- Contratado

VALTER MARINO ZIMMERMANN

- Prefeito

Barra Velha, 06 de janeiro de 2016.

SEBASTIÃO LINHARES.

- Contratado

VALTER MARINO ZIMMERMANN

- Prefeito

### PP 001/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 001/2017 - Pregão Presencial nº 001/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Item para aquisição/fornecimento material de expediente, para diversos setores conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 20/01/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 20/01/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 11:30 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 09 de janeiro de 2017. VALTER M. ZIMMERMANN – Prefeito.

### INEX 002/2017 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 002/2017 – FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 002/2017 - FUNTEC  
Contratada: SEBASTIÃO LINHARES.

Objeto: Apresentação Musical do Grupo Mensageiros da Paz para o Festival de Terno de Reis que acontecerá no dia 06 de janeiro de 2017 na Praça Central do Município.

Valor do Contrato: R\$ 3.750,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIAS EMITIDAS EM: 02/01/2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 1/2017 - "EXONERA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Sra. MARILEY DA CRUZ, do Cargo Comissionado de DIRETORA GERAL da Câmara de Vereadores de Barra Velha, em 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - O estado de gravidez da detentora de cargo em comissão não configura impedimento à sua exoneração, a qualquer tempo, pela autoridade que a nomeou, pois é justamente esta faculdade que caracteriza a precariedade de tal tipo de provimento.

Art. 3º - Na oficialização do ato de dispensa, a servidora deverá receber indenização substitutiva correspondente à remuneração desde a exoneração até 5 (cinco) meses após o parto.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

PORTARIA Nº 2/2017- "EXONERA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Sra. ANA CLÁUDIA ALVES, do Cargo Comissionado de DIRETORA ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA da Câmara de Vereadores de Barra Velha, em 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - O estado de gravidez da detentora de cargo em comissão não configura impedimento à sua exoneração, a qualquer tempo, pela autoridade que a nomeou, pois é justamente esta faculdade que caracteriza a precariedade de tal tipo de provimento.

Art. 3º - Na oficialização do ato de dispensa, a servidora deverá receber indenização substitutiva correspondente à remuneração desde a exoneração até 5 (cinco) meses após o parto.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.



**PORTARIA Nº 3/2017- "EXONERA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o Dr. Antonioni Lucas Costa Magalhães, do Cargo Comissionado de Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Barra Velha, em 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

**PORTARIA Nº 4/2017- "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 82/2009.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. - Nomear CLAUDIONIR ARBIGAUS para ocupar o Cargo Comissionado de DIRETOR GERAL, constante do Quadro de Provisão Comissionado, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

**PORTARIA Nº 5/2017- "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 82/2009.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. - Nomear PAULO ROBERTO LEITE, para ocupar o Cargo Comissionado de DIRETOR LEGISLATIVO, constante do quadro de provimento comissionado, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

**PORTARIA Nº 6/2017 - "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 82/2009.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. - Nomear JOSÉ ALFREDO DA SILVA, para ocupar o Cargo Comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, constante do Quadro de Provisão Comissionado, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

**PORTARIA Nº 7/2017 - "NOMEIA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 82/2009.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. - Nomear CAMILA BITTENCOURT, para ocupar o Cargo Comissionado de ASSESSORA PARLAMENTAR, constante do Quadro de Provisão Comissionado, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

**PORTARIA Nº 8/2017- "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 82/2009.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. - Nomear JUVAN DE SOUZA NETO, para ocupar o Cargo Comissionado de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, constante do Quadro de Provisão Comissionado, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

**PORTARIA Nº 9/2017 - "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 82/2009.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. - Nomear CRISTIANO ANDRÉ ZONTA para ocupar o Cargo Comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, constante do Quadro de Provisão Comissionado, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

**PORTARIA Nº 10/2017 - "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 82/2009.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. - Nomear EUNILDO AVELINO DOS SANTOS, para ocupar o Cargo Comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, constante do Quadro de Provimento Comissionado, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

**PORTARIA Nº 11/2017 - "NOMEIA SERVIDORA EM CARGO COMISSIONADO"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 82/2009.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. - Nomear MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS, para ocupar o Cargo Comissionado de DIRETORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA, constante do Quadro de Provimento Comissionado, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

**PORTARIA Nº 12/2017 - "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV e Lei Complementar nº 82/2009.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. - Nomear ALCEMAR LIMA JACQUES para ocupar o Cargo Comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, constante do Quadro de Provimento Comissionado, da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha – SC.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 02 de janeiro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 02/01/2017.

**PORTARIAS EMITIDAS EM: 30/12/2016.**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**PORTARIA Nº 21/2016 - "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO".**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar RAQUEL ATANÁSIO, do Cargo Comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 30 de dezembro de 2016.

Marciel Berlin

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 30/12/2016.

**PORTARIA Nº 22/2016 - "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO".**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar FRANCIELLE CRISTINA DE FREITAS BARBOSA CHIUFF, do Cargo Comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 30 de dezembro de 2016.

Marciel Berlin

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 30/12/2016.

**PORTARIA Nº 23/2016 - "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO".**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar MATHEUS MORAES, do Cargo Comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 30 de dezembro de 2016.

Marciel Berlin

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 30/12/2016.

**PORTARIA Nº 24/2016 "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO".**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar JOÃO ARLINDO DA SILVA FILHO, do Cargo Comissionado de ASSESSOR PARLAMENTAR, da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 30 de dezembro de 2016.

Marciel Berlin

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 30/12/2016.

**PORTARIA Nº 25/2016 - "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO".**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar CRISTIANO DELFINO, do Cargo Comissionado de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 30 de dezembro de 2016.

Marciel Berlin

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 30/12/2016.

PORTARIA Nº 26/2016 - "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO".

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar SAMUEL IDELMAR DA CUNHA, do Cargo Comissionado de CHEFE DE GABINETE, da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 30 de dezembro de 2016.

Marciel Berlin

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 30/12/2016.

PORTARIA Nº 27/2016 - "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO".

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar ANA CLAUDIA BORBA, do Cargo Comissionado de DIRETOR LEGISLATIVO, da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 30 de dezembro de 2016.

Marciel Berlin

Presidente da Câmara Municipal

Publicado no Mural da Câmara de Vereadores em: 30/12/2016.

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### DECRETOS 408 A 410

DECRETO EXECUTIVO Nº 408 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE AUDITORIA INTERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADELMO ALBERTI Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 37 "Caput" e 169 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 18, 19, 20, 21, 22 e 23 da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000 e com os Artigos 1º, 2º e 22, da Lei Federal Nº 8.429 de 02 de Junho de 1992, considerando que a Administração Municipal que findou em 31 de Dezembro de 2016 não promoveu a necessária transição de gestão e de governo e que a não realização dos atos de transição, além de não observar orientações do Tribunal de Contas do Estado resultou em desconhecimento pela Administração Municipal que ora se instala, sobre a real situação financeira, orçamentária, patrimonial, estrutural, fiscal, operacional e funcional do Município; considerando também, a necessidade de verificar a legalidade, a regularidade, a legitimidade e a autenticidade da despesa e da dívida pública municipal fundada e fluente e dos fatos e atos administrativos com elas relacionados, especialmente no que diz respeito a celebração de empréstimos, financiamentos, operações de crédito, acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados pelo Município e a aplicação correta dos recursos, no período compreendido entre 1º de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016; considerando ainda, a necessidade de obter dados, informações, elementos e demonstrativos de natureza administrativa, técnica, contábil e jurídica dos órgãos que integram a Estrutura Administrativa Municipal para a tomada de decisões, bem como a necessidade de verificar a regularidade, a legalidade e a legitimidade das aquisições, compras, contratações de serviços e outros fatos e atos administrativos, que possam ter causado prejuízo ao erário e a necessidade premente de averiguar a situação dos bens móveis, imóveis, máquinas, veículos e equipamentos que integram o acervo de bens pertencentes ao Patrimônio Público Municipal; considerando finalmente, a existência de fortes indícios de irregularidades e ilegalidades administrativas, praticadas durante o período compreendido entre 1º de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016, especialmente, no que diz respeito a gestão e administração de pessoal,

#### DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada, a Comissão Especial de Auditoria Interna do Município de Bela Vista do Toldo, a qual tem a sua composição, atribuições e competências estabelecidas e definidas neste decreto.

Art.2º. A Comissão Especial de Auditoria Interna nomeada por este decreto, será composta e integrada pelos seguintes membros:

I- Francisco Carlos Schiessl, agente político investido no cargo de Vice-Prefeito;

II- Marcos Pinto, servidor investido no cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

III- Maria Cristina Schiessl Gelinski, servidora investida no cargo de Professora do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

IV- Oinderson Damaso, servidor investido no cargo de Motorista do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

V- Jessica Alberti, servidora investida no cargo de Assistente Administrativo do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

VI- Jair Zattar Junior, servidor investido no cargo de Assistente Administrativo I do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

VII- Antonio de Lima, servidor investido no cargo de Assistente Administrativo I do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

Art.3º. A Comissão Especial de Auditoria Interna nomeada por este decreto, será presidida pelo Vice Prefeito Municipal Francisco Carlos Schiessl e terá como Secretária a Servidora Maria Cristina Schiessl Gelinski.

Art.4º. Compete a Comissão Especial de Auditoria Interna de que trata este decreto, as seguintes atribuições e competências:

I- localizar de imediato e encaminhar ao Prefeito Municipal cópias legíveis e integrais com os respectivos anexos, devidamente assinados e rubricados pelo Ex Prefeito Municipal das Leis Orçamentárias Municipais em vigor, consistentes nos seguintes diplomas legais:

a) Plano Plurianual de Investimentos-PPA com a suas eventuais alterações;

b) Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual -LOA aprovadas para o Exercício Financeiro de 2017;

II- localizar de imediato e encaminhar ao Prefeito Municipal cópias legíveis, integrais e assinadas pelo Ex Prefeito e pelo Contador do Município dos seguintes documentos de natureza contábil:

a) Balancete Contábil do mês de dezembro de 2016;

b) Balanço Anual formalizado do Exercício Financeiro de 2016;

c) Relação das contas bancárias e seus responsáveis, com os respectivos demonstrativos analíticos dos saldos disponíveis de caixa, bancos e realizáveis, com atenção às contas bancárias;

d) Conciliações bancárias;

e) relação das despesas sujeitas a aplicação do disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93, ou seja, ordem cronológica de pagamentos, por fonte de recursos, de modo a permitir, desde o início, o pagamento destas despesas em respeito à lei, devidamente assinada pelo Ex Prefeito, pelo Contador e pelo responsável pela Tesouraria;

f) demonstrativo analítico dos débitos e créditos de natureza orçamentária e extra orçamentária, inclusive os restos a pagar por exercício, liquidadas e não liquidadas, com existência ou não de disponibilidade de caixa, devidamente assinados pelo Ex Prefeito e pelo Contador;

g) demonstrativo analítico das dívidas de longo prazo e encargos



decorrentes das operações de crédito, assinadas pelo Prefeito e pelo Contador;

h) livros próprios registrando o inventário analítico dos bens patrimoniais existentes, bem como o montante da dívida ativa individualizada por exercício e o valor total conferindo com os registros do Setor de Contabilidade, assinados pelo Ex Prefeito e pelo Contador do Município;

i) backup dos registros de prestações de contas e sistemas de informações registrados em meio magnético.

j) relatório circunstanciado sobre os contratos de obras e serviços, formalizados, estando ou não em execução, inclusive informando o que foi realizado e pago e, o que ainda será executado e a pagar, assinado pelo Ex Prefeito, pelo Contador e pelo responsável pelo setor de obras;

k) situação analítica das concessões, permissões, convênios, acordos e ajustes em execução, devidamente conciliados, informando inclusive, as contas bancárias que guardam os recursos vinculados e pendentes de prestação de contas, devidamente assinada pelo Ex Prefeito e pela Contadora;

l) informações sobre as receitas de transferência, a serem recebidas, tanto da União como do Estado, mesmo que em razão de Convênios;

m) situação de cadastramento e arrecadação de receitas próprias devidamente assinada pelo Prefeito, contador e responsável pela tributação;

n) declaração de bens do Ex Prefeito, Vice-Prefeito e seu secretário que estão deixando os cargos, devidamente assinados pelos signatários.

III- levantar dados e informações e elaborar relatório completo e detalhado sobre a situação atual dos servidores públicos municipais investidos em cargos, empregos e funções públicas, especificando no relatório de forma individual e circunstanciada no mínimo os seguintes dados e elementos:

a) o nome do servidor;

b) o cargo, emprego ou função pública no qual esta investido;

c) data da admissão e ou contratação;

d) natureza do provimento;

e) órgão público no qual esta lotado;

f) carga horária semanal de trabalho;

g) se foi avaliado em estágio probatório;

h) se é detentor de estabilidade;

i) valor da remuneração básica;

j) se recebe ou não função gratificada;

k) se esta em desvio de função;

l) se está ou não à disposição de outro órgão público;

m) se está em atividade, afastado ou licenciado;

n) os atos de nomeação e designação;

o) outras informações que a Comissão Julgar oportunas e convenientes para informar e esclarecer a real e efetiva situação de todos os servidores vinculados ao Poder Executivo Municipal.

IV- promover o levantamento individualizado e setorizado dos bens móveis e imóveis, máquinas, veículos e equipamentos e materiais permanentes que integram o acervo de bens pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, identificando o estado de conservação e o respectivo cadastro de identificação e o servidor responsável pelo uso e guarda;

V- verificar a legalidade, legitimidade e autenticidade da dívida pública municipal e dos atos e fatos administrativos, relacionados com a celebração de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados pelo Município e aplicação correta dos recursos, no período compreendido entre 1º de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016;

VI- analisar a regularidade das aquisições, compras, contratação de serviços, processos licitatórios e outros atos e fatos administrativos, que possam ter causado prejuízo ao erário, proporcionado o enriquecimento ilícito de terceiros e atentado contra os princípios norteadores da Administração Pública, durante o exercício financeiro de 2016.

Art.5º. Para a realização e execução das suas atribuições e competências a Comissão Especial de Auditoria Interna poderá:

I- notificar, ex secretários, assessores, diretores e servidores públicos municipais, para que promovam a localização, exibição, reprodução e entrega de documentos existentes nos arquivos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo sujeitos a verificação, análise e auditoria pela comissão;

II- realizar diligências, verificações, vistorias, levantamentos e elaborar relatórios, relacionados com a Auditoria Interna;

III- promover convocações, notificações e intimações de pessoas para prestar declarações, esclarecimentos e justificativas, bem como para a apresentação e exercício do direito de defesa;

IV- tomar as termo as declarações de pessoas convocadas, notificadas e intimadas, que entender oportunas relacionadas com a Auditoria Interna;

V- requisitar ao Prefeito Municipal e aos Secretários Municipais, a estrutura física, financeira e de recursos humanos, necessários a realização dos seus serviços, atividades, atribuições e competências;

VI- sugerir se for necessário, a contratação, na forma da lei, de serviços técnicos profissionais, de pessoa física ou jurídica especializada, com o propósito de realizar a análise de documentos, atos e fatos administrativos sujeitos a Auditoria Interna;

VII- identificar, qualificar e atualizar o endereço dos responsáveis pela prática de eventuais irregularidades, ilegalidades e de atos de improbidade administrativa, porventura detectados durante a realização da Auditoria Interna, em cada caso;

VIII- encaminhar ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, cópia dos relatórios conclusivos por si elaborados;

IX- desempenhar outras atribuições e competências não relacionadas nos Incisos anteriores, que estejam afetas e relacionadas com a sua órbita de competência e com os objetivos que motivaram a sua nomeação.



Art.6º. A Comissão designada por este decreto, deverá apresentar relatório conclusivo sobre os seus trabalhos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua assinatura, prorrogável por igual período mediante pedido fundamentado formulado pelo seu presidente e dirigido ao Prefeito Municipal.

Art.7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo-SC, 02 de Janeiro de 2017.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

OINDERSON DAMASO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Este decreto foi publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo em 02 de Janeiro de 2017.

OINDERSON DAMASO  
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO EXECUTIVO Nº 409/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"SUSPENDE TEMPORÁRIAMENTE O PAGAMENTO DA REPOSIÇÃO SALARIAL CONCEDIDA AOS SERVIDORES PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.191 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando que a Administração Pública Municipal deve obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consoante estabelecem o Artigo 37 "Caput" da Constituição Federal e o Artigo 75 "Caput" da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas no Artigo 73, Inciso VIII, da Lei Federal Nº 9. 504 de 30 de Setembro de 1997, e no Artigo 359-G do Código Penal, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal Nº 10. 028 de 19 de Outubro de 2000; considerando ainda, que o Projeto de Lei Nº 55/2016 que deu origem a Lei Municipal Nº 1.191 de 19 de Dezembro de 2016, foi colocado em 2ª discussão e votação na data de 13 de Dezembro de 2016, sem a existência de quórum DE MAIORIA ABSOLUTA legalmente exigido pelos Artigos 42 e 43 "Caput" da Lei Orgânica do Município para discussão e deliberação legislativa válida; considerando finalmente, que o Prefeito Municipal é ordenador primário das despesas públicas, bem como que a realização de discussão e votação de Projeto de Lei sem o quórum legalmente exigido, inquina e reveste a norma de vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade, cuja sanção não o convalida,

DECRETA:

Art.1º. Ficam suspensos temporariamente os pagamentos à título de reposição salarial, concedidos pela Lei Municipal Nº 1.191 de 19 de Dezembro de 2016, à favor dos servidores públicos municipais, em razão dos vícios insanáveis de inconstitucionalidade e ilegalidade nela existentes, especialmente em razão de:

I- afronta a transgressão à legislação eleitoral, especialmente das disposições contidas no Artigo 73, Inciso VIII, da Lei Federal Nº 9. 504 de 30 de Setembro de 1997;

II- desobediência as normas legais contidas no Artigo 359-G do Código Penal, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal Nº 10. 028 de 19 de Outubro de 2000;

III- a não observância as normas que regem o Processo Legislativo

Municipal, especialmente as disposições contidas nos Artigos 42 e 43 "Caput" da Lei Orgânica do Município.

Art.2º. A suspensão determinada por este decreto, se estenderá até a realização de estudo de impacto financeiro sobre as despesas públicas com pessoal e a tomada de nova iniciativa legislativa.

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de Janeiro de 2017.

ADELMO ALBERTI  
PREFEITO MUNICIPAL

OINDERSON DAMASO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Este decreto foi publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo em 04 de Janeiro de 2017.

OINDERSON DAMASO  
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 410/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"REVOGA DECRETO Nº 387/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica REVOGADO o Decreto Municipal nº 387/2016, de 17 de outubro de 2016, o qual instituiu o horário excepcional do serviço público.

Art. 2º. As atividades deste Paço Municipal e demais Repartições Públicas voltarão ao horário normal de trabalho, qual seja, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, no dia 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 06 de janeiro de 2017.

ADELMO ALBERTI  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 06/01/2017.

OINDERSON DAMASO  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Biguaçu

## PREFEITURA

**EXTRATO ATA - PP 161-2016-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 DO PP 161/2016.

OBJETO: Aquisição de combustível para Secretaria de Administração e Famabi.

EMPRESA: AMA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 88.982,50

VIGÊNCIA: 06/01/2017 A 05/01/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Biguaçu, 6 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.114/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL – PP Nº 60/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.114/2016

Processo: PREGÃO PRESENCIAL – PP Nº 60/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MARMITAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DA UPA 24 HORAS E PARA OS PACIENTES DO CAPS PARA O ANO DE 2017

FORNECEDOR: MICHELLE CRISTINA FREITAS RODRIGUES HOFFMANN

Valor: R\$ 252.993,00 (duzentos e cinquenta e dois mil novecentos e noventa e três reais).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017.

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.112/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL – PP Nº 65/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.112/2016

Processo: PREGÃO PRESENCIAL – PP Nº 65/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2017.

FORNECEDOR: AMA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Valor: R\$ R\$ 344.500,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017.

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.113/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL – PP Nº 63/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.113/2016

Processo: PREGÃO PRESENCIAL – PP Nº 63/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO PARA A UPA 24 HORAS PARA O ANO DE 2017.

FORNECEDOR: WHITE MARTNS GASES INDUSTRIAIS LTDA.

Valor: R\$ 30.900,00 (trinta mil e novecentos reais).

Vigência: 01/01/2017 a 31/12/2017.

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 001/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU LTDA  
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2475/2016  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS E MAQUINAS PARA O EXERCICIO 2017.  
Valor: R\$ 285.775,00 (duzentos e oitenta e cinco mil setecentos e setenta e cinco reais).  
Vigência: 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 002/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 002/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS IDEAL LTDA  
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2475/2016  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS E MAQUINAS PARA O EXERCICIO 2017.  
Valor: R\$ 357.645,00 (trezentos e cinquenta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais).  
Vigência: 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 003/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 003/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA  
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2506/2016  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLANTÃO MÉDICO-HOSPITALAR PARA O EXERCÍCIO 2017.  
Valor: R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais).  
Vigência: 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 004/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 004/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DANELUZ SERVIÇOS MEDICOS LTDA  
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2520/2016  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO JUNTO A UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE) NA ESTRATEGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) COM 40 HORAS SEMANAIS.  
Valor: R\$ 293.988,00 (duzentos e noventa e três mil novecentos e oitenta e oito reais).  
Vigência: 02 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATOS 11 A 13/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 11/2017 Pregão Presencial 21/2016 (FMS)  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro  
Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.  
Objeto: Aquisição de Material Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC.  
Valor Total: R\$19.770,00 (dezenove mil setecentos e setenta reais)

Extrato Contrato 12/2017 Pregão Presencial 21/2016 (FMS)  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro  
Contratado: MF de Almeida Cia Ltda.  
Objeto: Aquisição de Material Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC.  
Valor Total: R\$ 27.679,26 (vinte e sete mil seiscentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos)

Extrato Contrato 13/2017 Pregão Presencial 21/2016 (FMS)  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro  
Contratado: Silmes Comercio de Produtos Odontológicos Ltda. ME.  
Objeto: Aquisição de Material Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC.  
Valor Total: R\$ 52.231,38 (cinquenta e dois mil duzentos e trinta e um reais e trinta e oito centavos)

Bom Retiro, 09 de janeiro de 2017.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

### MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 01/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 01/2017 para Aquisição de combustível para veículos da Frota Municipal, com abastecimento direto na bomba do Posto Vencedor, localizado dentro do Perímetro do município de Bom Retiro, para o exercício de 2017. A abertura dos envelopes será dia 19/01/17 às 10h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.  
Bom Retiro, 09 de janeiro de 2017.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

### MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 01/2017 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 DO FMAS

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 01/2017 do Fundo Municipal de Assistência Social, para Fornecimento mensal de 20 (vinte) cestas básicas de alimentos, de forma parcelada, fornecidas pela Secretaria Municipal de Assistência

Social no exercício de 2017. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 24/01/17 as 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.  
Bom Retiro, 09 de janeiro de 2017.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

### MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 01/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM RETIRO  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 01/2017 para Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender a Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2017. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 19/01/17 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.  
Bom Retiro, 09 de janeiro de 2017.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

### MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 02/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 02/2017 para Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2017. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 20/01/17 as 08h30min para inicio do credenciamento. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.  
Bom Retiro, 09 de janeiro de 2017.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

**MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 03/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 03/2017 para Aquisição de Material Médico Hospitalar para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC., para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2017. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 23/01/17 as 09h00min para credenciamento. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 09 de janeiro de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

**MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 04/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 04/2017 para Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABCFARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 24/01/17 as 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 09 de janeiro de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal



# Brusque

## PREFEITURA

**PORTARIA N.º 11.540/2017**

PORTARIA N.º 11.540, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga a Portaria n.º 11.506/2017, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do artigo 111, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 11.506, que nomeou Dirceu Marchiori para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.529, 05 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA nº 11.529, 05 DE JANEIRO DE 2017.

Designa a Secretária da Fazenda para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 3.248/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar Edena Beatris Censi, Secretária da Fazenda, para responder interinamente pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.531/2017**

PORTARIA nº 11.531, 05 DE JANEIRO DE 2017.

Torna sem efeito a Portaria n. 11.517, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 11.517, de 02 de janeiro de 2017, que nomeou Christiane dos Santos da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora-Geral, Símbolo CC-III, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.532/2017**

PORTARIA nº 11.532, 05 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Christiane dos Santos da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora, Símbolo CC-IV, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 7.926/2017

DECRETO nº 7.926, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Enxurrada – 1.2.2.0.0, conforme IN/MI 02/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, Jonas Oscar Paegle, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 82 da Lei Orgânica do Município, inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n. 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO que nas últimas horas ocorreu significativo aumento do volume pluviométrico no Município;

CONSIDERANDO a ocorrência de enxurrada, caracterizada por chuva intensa e concentrada, no dia 05 de janeiro de 2017, aproximadamente às 16:30h, atingindo parte do município, conforme mapa das áreas afetadas, descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE;

CONSIDERANDO que as enxurradas ocasionaram sérios danos ao Município, alagando várias regiões, sobretudo nos bairros Limeira, Azambuja, Rio Branco, Dom Joaquim, Santa Rita, Limoeiro, Primeiro de Maio, Cedro Alto, Tomás Coelho, Cedrinho, Zantão, Nova Brasília e Paquetá;

CONSIDERANDO que em decorrência das enxurradas, foram constatados vários pontos de deslizamentos, dentre eles nos bairros Nova Brasília, Limeira, Azambuja, Águas Claras, Batêas, Primeiro de Maio, São Luiz, Ponta Russa, Santa Terezinha, Poço Fundo, Rio Branco, Limoeiro e Cedrinho;

CONSIDERANDO que os alagamentos, bem como os deslizamentos provocaram a interdição de várias vias municipais, especialmente nos bairros supramencionados;

CONSIDERANDO que como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Informação de Desastres;

CONSIDERANDO que o parecer da Coordenadoria de Defesa Civil do Município, relatando a ocorrência de Enxurradas - 1.2.2.0.0, indica desastre classificado como nível II, segundo o art. 3º da Instrução Normativa n. 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional, e é favorável à declaração de Situação de Emergência;

CONSIDERANDO as informações de que várias pessoas estão desalojadas, quante dentre as quais buscam acolhimento no abrigo provisório instalado pela Secretaria de Assistência Social e Habitação junto à Arena Multiuso durante o dia de hoje e nos próximos dias.

### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência no Município de Brusque, em virtude de desastres classificados e codificados nos Formulários de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto como Enxurradas – 1.2.2.0.0, conforme a Instrução Normativa n. 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional.

Parágrafo único. Esta situação de emergência é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo

desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Informações do Desastre, anexo a este Decreto.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e construção.

Art. 3º Autoriza-se à convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Parágrafo único: A dispensa de que trata este artigo aplica-se somente no caso de não haver contrato vigente de fornecimento dos bens, serviços e obras necessários para a gestão da situação de emergência ou no caso de, mesmo havendo contrato vigente, o fornecimento esteja ou venha a ser prejudicado em razão dos próprios desastres que ensejam esta declaração de situação de emergência ou de desastres específicos neste ou em outros municípios, presente ou futuros.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MARIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Publicado na Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2010.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 090/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 090/2015

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 090/2015, entre o Município de Brusque e a empresa CAÇAMBA CIDADE LIMPA LTDA ME, em 16/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste contratual, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS METÁLICAS DESTINADAS À COLETA DE ENTULHOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, do edital Concorrência n. 012/2015, de 18/12/2016 a 18/03/2017. Valor: R\$ 92.863,75 - Fundamento legal: Artigo 57, II c/c art. 55, III da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 012/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Rogério Adilson Lana e Valter Floriani.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2015**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2015

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 004/2015, entre o Município de Brusque e a empresa AUTO MECÂNICA PINHEIRO LTDA, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste contratual, cujo objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA/PINTURA, MOLAS E ALINHAMENTO/BALANCEAMENTO DE PNEUS, TANTO PREVENTIVA QUANTO CORRETIVA PARA VEÍCULOS, MOTOCICLETAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME AS DIRETRIZES DO PREJULGADO N. 803 DO TCE/SC, de 31/12/2016 a 02/04/2017. Valor: R\$ 217.861,10 - Fundamento legal: Artigo 57, II c/c art. 55, III da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 121/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Rogério Adilson Lana e Cristian Pinheiro.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2015**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2015

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 006/2015, entre o Município de Brusque e a empresa JOCIANE NUNES FERREIRA BATTISTI ME, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste contratual, cujo objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA/PINTURA, MOLAS E ALINHAMENTO/BALANCEAMENTO DE PNEUS, TANTO PREVENTIVA QUANTO CORRETIVA PARA VEÍCULOS, MOTOCICLETAS, MÁQUINAS E

EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME AS DIRETRIZES DO PREJULGADO N. 803 DO TCE/SC, de 31/12/2016 a 02/04/2017. Valor: R\$ 163.905,73 - Fundamento legal: Artigo 57, II c/c art. 55, III da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 121/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Rogério Adilson Lana e Jociane Nunes Ferreira Battisti.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2015**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2015

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 008/2015, entre o Município de Brusque e a empresa CATEDRAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na execução das obras de macrodrenagem na Avenida Primeiro de Maio (Poço Fundo), município de Brusque, de 21/01/2017 a 20/01/2018. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 017/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Rogério Adilson Lana e José Ângelo Turra.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2015**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2015.

Espécie: 2º Termo Aditivo ao contrato nº 042/2015, entre o Município de Brusque e TERRAPLENAGEM NH LTDA EPP, em 16/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na locação de máquinas, caminhões e equipamentos (caminhões prancha, toco e hidrotrato; tratores de lâmina D4 / D5 / D6 e rompedor pneumático c/ perfuratriz), para atender a demanda da Administração Municipal, de 01/01/2017 a 03/04/2017. Fundamento legal: Artigo 57, II da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 001/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ROGERIO ADILSON LANA e NELMIR JOSÉ HASCKEL.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 049/2015**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 049/2015

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 049/2015, entre o Município de Brusque e a empresa OFICINA DO ZECA REPARADORA AUTOMOTIVA EIRELI EPP, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo, cujo objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; INCLUINDO SERVIÇOS DE MECÂNICA E ELÉTRICA PARA MOTOCICLETAS; FUNILARIA E PINTURA PARA CAMINHÕES E MÁQUINAS; ELÉTRICA PARA CAMINHÕES E CAMINHONETES DIESEL; ALINHAMENTO/BALANCEAMENTO, CAMBAGEM E MONTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS DIVERSOS DA ADMINISTRAÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME AS DIRETRIZES DO PREJULGADO N. 803 DO TCE/SC, de 01/01/2017 a 03/04/2017. Valor: R\$ 62.656,25 - Fundamento legal: Artigo 57, II da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 004/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Rogério Adilson Lana e José Heil Junior.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 086/2015**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 086/2015.

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 086/2015, entre o Município de Brusque e a empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP, em 15/12/2016. Objeto: Acréscimo quantitativo e alteração qualitativa do contrato, cujo objeto é a EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA, PADRÃO FNDE, NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL AYRES GEVAERD, LOCALIZADA NA RUA ALBERTO MICHEL, N. 67, BAIRRO BATEAS, MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC - Valor Quantitativo: R\$ 23.293,12 - Valor Qualitativo: R\$ 4.313,06. Fundamento legal: Art. 58, inc. I e art. 65, §1º ambos da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 003/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Fábio Barni.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 124/2014**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 124/2014

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 124CONSÓRCIO SC ENGENHARIA – AEROCARTA – ENGEMAP, com sede em Florianópolis, na Rua Pedro da Cunha, nº 61, Bairro Capoeiras, Estado de Santa Catarina, formado entre as empresas SC Engenharia e Geotecnologia Ltda (CNPJ nº 05.039.594/0001-68), AEROCARTA S.A. Engenharia de Aerolevantamentos (CNPJ nº 31.332.778/0001-21) e ENGEMAP – Engenharia, Mapeamento Aerolevantamento Ltda (CNPJ nº 01.020.691/0003-10), sob a liderança da primeira, em 19/12/2016. Objeto: Acréscimo quantitativo, cujo objeto é prestação de serviços de geoprocessamento, com cobertura aerofotogramétrica e mapeamento cadastral para a formação do sistema de informações gráficas do município de brusque, nas condições fixadas no edital – concorrência nº 020/2013 e seus anexos, e em conformidade com os projetos e especificações fornecidas, bem como as condições descritos na proposta do contrato, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos - Valor: R\$ 691.940,00. Fundamento legal: art. 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 020/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Rogério Adilson Lana e Adão dos Santos.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2014**

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2014

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 018/2014, entre o Município de Brusque e a empresa TECELAGEM LM LTDA, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na locação de Imóvel para instalação de uma Creche para Secretaria de Educação atender uma lista de espera de aproximadamente 200 crianças de 2 a 4 anos. O imóvel está localizado na Rua João Bianchini – Bairro Rio Branco – na cidade de Brusque/SC, registrado no CRI sob Matrícula nº 48.106, com área total do terreno de 2.461,50 m², com a construção de um galpão de alvenaria de dois pavimentos com área aproximada de 900m, de 01/01/2017 a 03/04/2017. Fundamento legal: Artigo 57, II, art.55III e artigo 62, §3º I, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 006/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e MARILDA TERESINHA PETERMANN.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 070/2014**

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 070/2014.

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 070/2014, entre o Município de Brusque e a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, em 16/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO DOS PASSEIOS E IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DA RUA NOVA TRENTO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE, de 02/01/2017 a 01/01/2018. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 008/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Rogério Adilson Lana e Marcelo Benvenuti.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 119/2013**

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 119/2013

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 119/2013, entre o Município de Brusque e a empresa TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, em 05/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste contratual, cujo objeto é PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONEXÃO DE INTERNET, para a Administração Pública, de 05/12/2016 a 05/03/2017. Valor: R\$ 27.082,68 - Fundamento legal: Artigo 57, II c/c art. 62, § 3º, I da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 138/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Rogério Adilson Lana e Fabiano Busnardo.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013 - FUMREBOM**

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013 - FUMREBOM

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2013, entre o Município de Brusque e CARLOS HENRIQUE BERNARDI, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA PARA EMISSÃO DE PARECER DOS PROJETOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIOS JUNTO A SEÇÃO DE ATIVIDADES TÉCNICAS – SAT, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BRUSQUE, DE ACORDO COM AS NORMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 4.909/94), INSTRUÇÕES NORMATIVAS E REGULAMENTADORAS DO COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS (BMSC) E DE MAIS NORMAS SOBRE A MATÉRIA, de 01/01/2017 a 31/12/2017. Fundamento legal: Artigo 57, II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 001/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Comandante da 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Brusque Hugo Manfrin Dalossi e Carlos Henrique Bernardi.

**EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2013 - FUMREBOM**

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2013 - FUMREBOM

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 003/2013, entre o Município de Brusque e VILSON DITTRICH, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTROLE INTERNO



PARA O FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS (FUMREBOM), de 01/01/2017 a 31/12/2017. Fundamento legal: Artigo 57, II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 002/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Comandante da 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Brusque Hugo Manfrin Dalossi e Vilson Ditrch.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2013**

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2013

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 004/2013, entre o Município de Brusque e ROLF KAESTNER, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual e reajuste, cujo objeto consiste na locação de imóvel na Rua Jorge Lacerda, esquina com a Rua Jacó Bauer, nº 408, Bairro Jardim Maluche, na cidade de Brusque/SC, para a instalação de Unidade de Ensino Infantil, de 01/01/2017 a 03/04/2017. Fundamento legal: Artigo 57, II, art.55III e artigo 62, §3º I, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 004/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e ROLF KAESTNER.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2012 - FMS.**

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2012 - FMS.

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 029/2012, entre o Município de Brusque e a empresa NOSSO SISTEMA DE ÔNIBUS BRUSQUE, em 16/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na contratação da Empresa Nosso Sistema de ônibus Brusque, para o fornecimento de crédito para transporte coletivo, dos usuários do CAPS e do SAE, que necessitam da continuidade aos tratamentos de saúde junto à rede de Unidades de Saúde Municipal, de 01/01/2017 a 31/12/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 004/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ e HERMES ARTUR KLANN.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 068/2014**

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 068/2014.

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 068/2014, entre o Município de Brusque e a empresa C. R. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, em 16/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DA VILA GERMÂNICA, BAIRRO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE, de 28/12/2016 a 27/06/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 007/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Rogério Adilson Lana e Walney Agílio Raimondi.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 089/2015.**

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 089/2015.

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 089/2015, entre o Município de Brusque e a empresa GERMANN CONSTRUTORA LTDA-ME, em 09/12/2016. Objeto: Supressão dos serviços que compõe a planilha orçamentária do contrato nº 089/2015, cujo objeto é a execução do remanescente/conclusão das obras de construção do Proinfância do Santa Luzia no município de Brusque Valor: R\$ 16.565,48. Fundamento legal: art. 65, §1º ambos da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 013/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Queila Katiuscia Rios Burin da Rocha.

#### **EXTRATO 4º TERMO ADITIVO À ATA 047/2016**

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO À ATA 047/2016

Espécie: 4º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 0472016, entre o Município de Brusque e a empresa JAMES COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA em 06/01/2017. Objeto: Aditivo quantitativo (25%) à ata de registro de preços, cujo objeto consiste na aquisição de alimentos – hortifrutigranjeiros - Valor: R\$ 26.787,50 Fundamento legal: artigo 11, §1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c art. 65, §1º da Lei 8666/93. Origem: Pregão nº 033/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Secretário de Educação José Zancanaro.

#### **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2012.**

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2012.

Espécie: 5º Termo Aditivo ao contrato nº 016/2012, entre o Município de Brusque e ORLANDO KLANN, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual e reajuste, cujo objeto consiste na locação do imóvel (galpão), com área construída de 600 m², localizado na Rua Augusto Klapoth, 1299, Bairro – Santa Luzia, na cidade de Brusque/SC, para uso da Escola de Ensino Fundamental Professor José Vieira Corte, de 01/01/2017 a 03/04/2017. Fundamento legal: Artigo 57, II, art. 55III e artigo 62, §3º I, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 003/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e ORLANDO KLANN.

#### **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2012 - FMS.**

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2012 - FMS.

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 017/2012, entre o Município de Brusque e JUSSARA RENAUX, em 16/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na locação de imóvel (casa de alvenaria com área construída de 473,72 m² edificada sobre um terreno com área de 1.590,68 m²) localizado na Rua Augusto Bauer nº 07 – Bairro Jardim Maluche – Brusque/SC, para instalação do CAPS-AD, de 01/01/2017 a 03/04/2017. Fundamento legal: Artigo 57,II da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 007/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ e JUSSARA RENAUX.



**EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 089/2015.**

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 089/2015.

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 089/2015, entre o Município de Brusque e a empresa GERMANN CONSTRUTORA LTDA-ME, em 09/12/2016. Objeto: Acréscimo quantitativo e alteração qualitativa do contrato, cujo objeto é a execução do remanescente/conclusão das obras de construção do Proinfância do Santa Luzia no município de Brusque Valor Quantitativo R\$ 6.333,29 – Valor Qualitativo R\$ 4.921,44. Fundamento legal: Art. 58, inc. I e art. 65, §1º ambos da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 013/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Queila Katuscia Rios Burin da Rocha.

**EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 113/2012**

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 113/2012

Espécie: 7º Termo Aditivo ao contrato nº 113/2012, entre o Município de Brusque e NOSSO SISTEMA DE ÔNIBUS BRUSQUE, em 16/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste no fornecimento de crédito para transporte coletivo dos servidores públicos municipal, que utilizam o transporte coletivo dentro dos limites do Município, de 01/01/2017 a 01/04/2017. Fundamento legal: Artigo 57, II da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 025/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ROGERIO ADILSON LANA e ORLANDO KLANN.

**EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 369/2009**

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 369/2009

Espécie: 7º Termo Aditivo, Contrato nº 369/2009, entre o Município de Brusque e ANÍRIO NATAL FUGAZZA, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste contratual, cujo objeto é a locação do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Brusque, matrícula 3.296, livro nº 2 A, com área de 238,98 m², localizado na Rua Nereu Ramos, Jardim Maluche, 660, Bairro Azambuja, na cidade de Brusque/SC, cuja finalidade é implantação de Centro Educacional Infantil, de 01/01/2017 a 03/04/2017. Valor: R\$ 12.291,30 - Fundamento legal: Artigo 57, II c/c art. 62, §3º, inc.I da Lei 8.666/93, acompanha o Prejulgado nº 318 do TCE/SC. Origem: Dispensa nº 059/2009. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Anírio Natal Fugazza.

**EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 374/2009**

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 374/2009

Espécie: 7º Termo Aditivo, Contrato nº 374/2009, entre o Município de Brusque e SALVADOR BIZARRI, em 15/12/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e reajuste contratual, cujo objeto é a locação de um imóvel que será usado para instalação de um Centro de Educação Infantil, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Brusque, matrícula 2.962, livro nº 2-a, com área de 840,00 m², localizado na rua Pedro Noldin, 199, Bairro Primeiro de Maio, na cidade de Brusque/SC, de 01/01/2017 a 03/04/2017. Valor: R\$ 10.788,27 - Fundamento legal: Artigo 57, II c/c art. 62,

§3º, inc.I da Lei 8.666/93, acompanha o Prejulgado nº 318 do TCE/SC. Origem: Dispensa nº 060/2009. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Salvador Bizarri.

**EXTRATO CONTRATO Nº 001/2017**

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2017

Espécie: Contrato nº 001/2017, entre o Município de Brusque e COOPERATIVA VINÍCULA GARIBALDI LTDA, em 05/01/2017. Objeto: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, no ano letivo de 2017, de acordo com a chamada pública n.º 001/2016 - Valor: R\$ 330.000,00. Fundamento legal: Art. 18, § 1º da Resolução nº 38/09-FNDE. Origem: Dispensa nº 001/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: José Zancanaro e Oscar Lô.

**EXTRATO CONTRATO Nº 001/2017 - FUNREBOM**

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2017 - FUNREBOM

Espécie: Contrato nº 001/2017, entre o Município de Brusque e a empresa SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, em 05/01/2017. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COZINHA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA - Valor R\$ 87.900,00. Fundamento legal: artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 006/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Comandante da 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Brusque – Hugo Manfrin Dalossi.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2017**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2017

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 001/2017, em 03/01/2017 - OBJETO: impressão de carnês de IPTU, formulários de notificações extrajudiciais de débito fiscal e certidões de isenção pelo período de 12 (doze) meses - VALOR: R\$ 95.000,00 - ORIGEM: Pregão nº 112/ 2016 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: Secretária da Fazenda Edena Beatris Censi.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2017.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2017.

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 002/2017, em 02/01/2017 - OBJETO: aquisição de piso intertravado de concreto, piso tátil, antiderrapantes, vibro prensados e meio fio, com fornecimento de mão de obra para colocação, areia e brita graduada, para atender as necessidades da Administração Pública pelo período de 12 (doze) meses - VALOR: R\$ 1.180.950,00 - ORIGEM: Pregão nº 111/2016 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: EDENA BEATRIS CENSI.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2016 - FEZB**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2016 - FEZB

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 003/2016, em 14/12/2016 - OBJETO: aquisição de rações e leite de soja, para atender as necessidades da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque pelo período de 12 (doze) meses - VALOR: R\$ 96.546,36 - ORIGEM: Pregão nº 003/2016 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: Rodrigo Fischer Silveira de Souza

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 089/2016**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 089/2016

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 089/2016, em 14/12/2016 - OBJETO: aquisição de pão dog, pão caseiro fatiado e leite líquido integral pelo período de 12 (doze) meses - VALOR: R\$ 815.636,80 - ORIGEM: Pregão nº 104/2016 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: Rogério Adilson Lana.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 090/2016**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 090/2016

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 090/2016, em 14/12/2016 - OBJETO: aquisição de utensílios de cozinha para atender a demanda da Administração Pública, pelo período de 12 (doze) meses - VALOR: R\$ 255.052,80 - ORIGEM: Pregão nº 106/2016 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: Rogério Adilson Lana.

**EXTRATO DO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 013/2014**

EXTRATO DO 4º TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 013/2014

Espécie: 4º Termo de Apostilamento Reajuste contratual, Contrato nº 013/2014, entre o Município de Brusque e WDF SERVIÇOS LTDA, em 15/12/2016. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO RIO BRANCO, LOCALIZADA NA RUA MARCIO HASS, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor: R\$ 4.049,15 - Fundamento legal: artigo 55, III e 65, § 8º da Lei 8666/93, - Origem: Tomada de Preços nº 003/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ.

**PORTARIA Nº 2.438/2016**

PORTARIA Nº 2.438/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º – Reiniciar a contagem do Estágio Probatório do servidor PAULO RODRIGO SESTREM, matrícula nº 669369, ocupante do

cargo de Técnico em Circulação de Tráfego, a contar de 18/10/2016.

Parágrafo 1º – O reinício da contagem do estágio probatório, se dá em virtude do mesmo ter retornado da licença para atividade política, concedida pela Portaria nº 11.060/2016.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Outubro de 2016

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 58/2017**

PORTARIA Nº 58/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão, através da Portaria nº 11.529/2017, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para tratar de assuntos particulares, ao servidor SENO ANTONIO GROFF, matrícula nº 916994, efetivo e estável no cargo de Agente Administrativo, por um período de 04 (Quatro) anos, conforme solicitação do mesmo, a contar de 09/01/2017.

Parágrafo 1º – A licença de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 137, da LC 147/2009, nos termos do pedido do servidor e, a anuência da Secretaria da Fazenda.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Janeiro de 2017

EDENA BEATRIZ CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 11.530/2017**

PORTARIA nº 11.530, 05 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E

RESOLVE:

Art. 1º Nomear José Altino Filho para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de janeiro de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/

SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.541/2017**

PORTARIA N.º 11.541, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga a Portaria n.º 11.507/2017, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do artigo 111, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 11.507, que nomeou Aurinho Silveira de Souza para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Controlador-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Caçador

## PREFEITURA

### **2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90 – 2014 – PREFEITURA**

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90 – 2014 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR ON-LINE, CONTRATADA: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.258.607/0001-92, com sede na cidade de Içara, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 90/2014 datado de 05 de dezembro de 2014, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 112.600,00 (cento e doze mil e seiscentos reais) para totalidade do presente aditivo. O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 05 de dezembro de 2016 e findando em 05 de dezembro de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### **2º ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 03 – 2016 – PREFEITURA**

2º ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 03 – 2016 – PREFEITURA, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2016 – IPPUC, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DAS RUAS RICARDO ANGELLI, ELOE HENRIQUE FORMIGHIERI, DINARTE JOSÉ RODRIGUES E HAIDE BENETTI BUSATO, CONTRATADA: QUALIDADE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.820.854/0001-14, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 94 (noventa e quatro) dias, iniciando em 12 de outubro de 2016 e findando em 13 de janeiro de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### **3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21 – 2016 – PREFEITURA**

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21 – 2016 – PREFEITURA, PRORROGA 90 DIAS PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA, PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016- CONCORRÊNCIA Nº 01/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DAS RUAS ALBINO PHELIPE POTRICH E GUILHERME LAURO RUPP, LOCALIZADAS NO BAIRRO MARTELLO, CONTRATADA: QUALIDADE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.820.854/0001-14, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 21/2016 datado de 28 de março de 2016 e aditivo integrante, O prazo de vigência do presente aditivo, inicia em 28 de dezembro de 2016 e finda em 28 de março de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### **4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41 – 2015 – PREFEITURA**

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 02/2015, PRORROGA POR 150 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONTRATADA: JND – CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.508.871/0001-25, com sede na Rua Vigário Frei João, nº 601, Box 06, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna/SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 41/2015 datado de 13 de maio de 2015, O prazo de vigência do Aditivo que passa a vigorar é de 150 (cento e cinquenta) dias, iniciando em 13 de setembro de 2016 e findando em 13 de fevereiro 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### **5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41 – 2015 – PREFEITURA**

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 02/2015, PRORROGA POR 60 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONTRATADA: JND – CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.508.871/0001-25, com sede na Rua Vigário Frei João, nº 601, Box 06, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 41/2015 datado de 13 de maio de 2015,

Adições conforme segue:

Rua Maria Rosa – R\$4.132,80 (quatro mil cento e trinta e dois reais e oitenta centavos) Rua Jocely Carlos França – 4.250,12 (quatro mil duzentos e cinquenta reais e doze centavos) Rua Santos Maria Scapinelli – R\$ 23.286,62 (vinte e três mil duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos) Rua Tomaz Wisniewski – R\$ 27.134,34 (vinte e sete mil cento e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos)

Supressões Conforme:

Rua Domingos Gabardi – R\$(22.679,47) (vinte e dois mil seiscientos e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos) Rua Olivio Abatti – R\$(73.654,11) (setenta e três mil seiscientos e cinquenta e quatro reais e onze centavos) Rua Pedro Deboni – R\$(10.961,81) (dez mil novecentos e sessenta e um reais e oitenta e um centavos) Rua Santa Rosa de Lima – R\$(4.855,09) (quatro mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e nove centavos) Rua Carlindo de Paula – R\$(689,02) (seiscentos e oitenta e nove reais e dois centavos) Rua Joaquim Lemos Correa – R\$(126.212,81) (cento e vinte e seis mil duzentos e doze reais e oitenta e um centavos) Rua Gumerindo José Colaço – R\$(250.922,68) (duzentos e cinquenta mil novecentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos) Totalizando uma supressão de R\$431.173,81(quatrocentos e trinta e um mil cento e setenta e três reais e oitenta e um centavos) O prazo de vigência do Aditivo é até 13 de fevereiro de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24 - 2016 FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24 - 2016 FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET VIA RÁDIO E FIBRA ÓPTICA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR, empresa CONECT INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 82.889.882/0001-52, com sede na cidade de Caçador/SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
16/12/2016	1	50461 - Mensalidade de 1 link de 10000/5000 kbps para a Sede da Secr Mensalidade de 1 link de 10000/5000 kbps para a Sede da Secretaria Municipal de Saúde com IP fixo real.	MES	12	1.434,96	17.219,52
16/12/2016	2	50462 - Mensalidade de 2 links de 5000/1000 kbps para o prédio do J Mensalidade de 2 links de 5000/1000 kbps para o prédio do Jonas Ramos e Posto de Saúde Central/Materno Infantil com IP fixo real.	MES	12	351,68	4.220,16
16/12/2016	3	50463 - Mensalidade de 25 links de 2000/1000 kbps para as unidades Mensalidade de 25 links de 2000/1000 kbps para as unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde com IP fixo real.	MES	12	4.043,19	48.518,28
16/12/2016	4	50464 - Mensalidade de 5 links de 1000/500 kbps para pontos a serem Mensalidade de 5 links de 1000/500 kbps para pontos a serem definidos.	MES	12	670,17	8.042,04
Total						78.000,00

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10 – 2016 – FMAS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10 – 2016 – FMAS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS COM 272,85 PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA, CADASTRO ÚNICO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2016 - DISPENSA Nº 01/2016, CONTRATADO/LOCADOR: IVANIR JOSÉ COLLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 065.888.919-20 e MARILDA DE FÁTIMA COLLA, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 771.670.409-59, ambos residentes nesta cidade de Caçador/SC; O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 42.212,16 (quarenta e dois mil duzentos e doze reais e dezesseis centavos) para totalidade do presente contrato, ou seja: R\$ 3.517,68 (três mil quinhentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos) ao mês O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01 de dezembro de 2016 a 30 de novembro de 2017

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83 – 2016 – PREFEITURA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO 108/2016 - TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DAS MANGUEIRAS DE ARREIMATE DO COMPLEXO AGROPECUARISTA, SITO NA AVENIDA FAHDO THOMÉ, BAIRRO CHAMPAGNAT, CAÇADOR/SC, CONTRATADA: ALAN MARCUS BLANC E CIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.691.549/0001-81, com sede na cidade de Guarapuava/PR, O presente Contrato tem o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, sendo:

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
20/12/2016	1	62853 - CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DAS MANGUEIRAS DE ARREIMATE DO COMPLEXO AGROPECUARISTA, SITO NA AVENIDA FAHDO THOMÉ, BAIRRO CHAMPAGNAT, CAÇADOR/SC.	RS	1	276.704,57	276.704,57
Total						276.704,57

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84 – 2016 – PREFEITURA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84 – 2016 – PREFEITURA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ANTIGRANIZO COMPREENDENDO 06 GERADORES DE SOLO, INSTALADOS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº 11/2016, CONTRATADA: AGF ANTIGRANIZO FRAIBURGO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.910.392/0001-14, com sede no Município de Lebon Régis, SC O presente Contrato tem o prazo de vigência de 90 dias, contados a partir da data de assinatura deste e findando em 20 de março de 2017, A CONTRATADA realizará os serviços nas localidades do interior descritas abaixo,

Nº	LOCALIDADE
CA/01	Sítio Araça
CA/11	Linha Aeroporto
CA/12	Linha Adolfo Konder
CA/18	Linha Cará 1
CA/26	Seminário Velho
CA/28	Linha Cará 2



**DECRETO Nº 6.994**

DECRETO Nº 6.994, de 03 de janeiro de 2017.

Delega poderes para assinar documentos junto aos Cartórios desta Comarca.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam delegados poderes à Servidora Pública Municipal KARINA POMPERMAYER, ocupando o cargo de Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC, para assinar junto aos Cartórios da Comarca de Caçador, os mapas e documentos referentes a desmembramentos, inserção de medidas e retificação de áreas e confrontações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de janeiro de 2017.  
Saulo Sperotto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

# Camboriú

## PREFEITURA

### PORTARIA 23/17

PORTARIA Nº 023/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“Nomeia a Pregoeira Oficial e respectiva equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade pregão, no âmbito do poder executivo do município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Educação, para os exercícios de 2017 e 2018”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Pregoeira Oficial e respectiva Equipe de apoio para a realização da licitação, da modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Educação, no decorrer de 2017 e 2018, conforme abaixo identificado pelos seguintes membros:

- PREGOEIRA OFICIAL: SIMONE SANTOS SOUZA

- EQUIPE: LUCINEIDE POLICARPO GALDINI  
MARISA DA COSTA  
TALITA LINHARES VELOSO

Art. 2º. Caberá ao Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento de propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor em 03 de janeiro de 2017, revogando a Portaria de nº 1.542/2016 e 1.706/2015.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA,  
DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

dentro de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta decisão, será exonerado do seu cargo ocupado no Município de Camboriú.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Controladoria – Geral do Município e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 020/2016 (JEFERSON SOARES RODRIGUES)

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 020/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1381/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que não existe compatibilidade de horários nas funções exercidas pelo servidor processado, razão pela qual incide ao caso o artigo 201 da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012. Assim, por se tratar de uma cumulação de boa-fé, deverá o servidor optar por um dos cargos e, se não o fizer

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº01/2017.**

#### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 02/2017

Inexigibilidade de Licitação Nº 01/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES: ACESSO A AMBIENTE DIGITAL, COM SENHAS INDIVIDUAIS PARA ALUNOS, PROFESSORES, DIRETORES ALÉM DE ATENDIMENTOS PERSONALIZADOS CONTRIBUINDO PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS TOTALIZANDO 52 HORAS; SISTEMA DE GESTÃO DAS INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS, POR MEIO DE FORNECIMENTO DE FERRAMENTA QUE PROPORCIONA O MONITORAMENTO DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Valor R\$ 514.793,60 (Quinhentos e quatorze mil e setecentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

Campos Novos, 06 janeiro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO.

Prefeito Municipal.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PP 01/2017**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO DE COMPRA Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 19 de janeiro de 2016 às 14 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÁS P13 E GÁS P45 E ÁGUA MINERAL (20 LITROS) PARA PREFEITURA E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 09 de janeiro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### **RETIFICAÇÃO Nº. 01 DE 06/01/2017 DE EDITAL Nº 001/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017**

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2017

DE 03 DE JANEIRO DE 2017

ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL PARA OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

\* - Retificação 01, de 06 de janeiro de 2017.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, Centro, Campos Novos-SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve abrir inscrições e estabelecer normas para a realização do Processo Seletivo para a contratação de servidores em caráter temporário e emergencial, para o quadro de pessoal no âmbito da Administração Municipal.

O Processo Seletivo será regido por este Edital e executado pela Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina – AMPLASC, localizada na Rua São João Batista, 347, Centro, Campos Novos - SC, CEP 89620-000, Fone/Fax: (49) 3541-0855 site [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) e e-mail: [amplasc@amplasc.org.br](mailto:amplasc@amplasc.org.br), entidade associativa sem fins lucrativos da qual o Município de Campos Novos - SC é membro integrante.

1. DOS CARGOS, DAS VAGAS, DA CARGA HORÁRIA DOS VENCIMENTOS E DO REGIME JURÍDICO.

1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste Edital, e dentro do prazo de validade.

1.2. Os cargos objeto deste Processo Seletivo são os descritos na tabela do Anexo I:

1.3. A escolaridade exigida deverá ser comprovada no ato da posse no cargo.

1.4. O Processo Seletivo objeto deste Edital será constituído de prova teórica de caráter eliminatório e classificatório.

1.5. A escolaridade, vagas e condições de habilitação exigidas são as constantes na tabela do ANEXO I:

1.6. No caso de não preenchimento das vagas descritas no ANEXO I do presente edital por candidatos com escolaridade/habilitação

descritas nas respectivas vagas, serão chamados para as vagas os candidatos não habilitados desde que comprovem a frequência de, no mínimo, 5 (cinco) fases/períodos do curso correspondente à vaga escolhida, ou comprovem formação no magistério, para as vagas de educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais. (\* - Retificação 01, de 06 de janeiro de 2017.)

1.6.1. A ordem de convocação dos aprovados será a seguinte: primeiramente ocuparão as vagas os portadores de certificado de habilitação em ensino superior, conforme descrito no Anexo I. As vagas não preenchidas por habilitados serão ocupadas por candidatos aprovados não habilitados, compreendidos os formados em Magistério e os em formação em ensino superior que estejam cursando no mínimo a 5ª (quinta) fase, obedecendo a classificação. (\* - Retificação 01, de 06 de janeiro de 2017.)

1.7 Os cargos a ser contratados se submeterão ao regime Estatutário e adotarão o sistema do regime geral da previdência social.

## 2. DAS INSCRIÇÕES.

### 2.1. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1.1. A participação do candidato no Processo Seletivo iniciar-se-á pela sua inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

2.1.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação de todas as condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital, eventuais alterações e demais instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento. É dever do candidato manter-se informado e atualizado de todas as comunicações e publicações inerentes ao certame.

2.1.3. O candidato somente poderá inscrever-se para concorrer a um único cargo.

### 2.2. CONDIÇÕES PARA POSSE:

2.2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de ter nacionalidade Portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 13 do Decreto 70.436 de 18/04/1972;

2.2.2. Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

2.2.3. Estar quite com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino) e eleitorais;

2.2.4. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse.

2.2.5. Ter conhecimento e aceitação das exigências e regras contidas neste Edital, nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo que venham a ser divulgados;

2.2.6. Ter a escolaridade exigida para o cargo público até o ato da posse, conforme dispõe o presente Edital.

2.2.7. No caso de o candidato já ser aposentado, será observado as disposições do § 10 do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 em que é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

### 2.3. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO:

2.3.1. As inscrições deverão ser efetuadas exclusivamente através da rede mundial de computadores, no endereço eletrônico [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br), clicando no banner "PROCESSOS SELETIVOS/CONCURSOS – Para realizar sua inscrição clique aqui", que redireciona o candidato para o site <http://amplasc.listaeditais.com.br>. Preencher o formulário de cadastro solicitado, efetuar a inscrição para o cargo que desejar e imprimir o boleto para pagamento, até o prazo de vencimento.

2.3.2. A Prefeitura Municipal de Campos Novos designará um agente, na sede da prefeitura (ou outro local), para orientação dos candidatos sob eventuais dúvidas ou dificuldades quanto às inscrições, ou caso necessite auxílio para realizar sua inscrição.

2.3.3. As taxas de inscrição para os cargos públicos será de R\$ 100,00 (cem reais);

2.3.4. A inscrição somente será efetivada após o pagamento da respectiva taxa que deverá ser efetuado única e exclusivamente através do pagamento do boleto bancário gerado no ato da inscrição, até o vencimento do mesmo.

2.3.5. Será cancelada a inscrição e eliminado o candidato, a qualquer tempo, por declaração inverídica ou incompleta nos dados da inscrição; por falta de pagamento da taxa de inscrição; por pagamento da taxa após o vencimento; por realizar segunda inscrição, o que cancelará a primeira inscrição; por não comprovação de condições para isenção da taxa de inscrição ou comprovação de possuir necessidades especiais, ou cuja documentação apresente qualquer irregularidade.

2.3.6. Não será aceita inscrição condicional ou por correspondência, ou por qualquer outro meio, senão o estipulado no item 2.3.1.

2.3.7. O candidato é inteiramente responsável pela fidedignidade e correção das informações prestadas por qualquer meio e por elas responderá administrativa, civil e penalmente, responsabilizando-se ainda pelas informações prestadas por procurador por ele constituído.

2.3.8. Uma vez efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração de quaisquer dos dados informados, permitido, entretanto, realizar nova inscrição, ato que cancela automaticamente as inscrições anteriores. O candidato deverá comunicar o Município de Campos Novos a mudança de endereço ou de contatos realizada após a inscrição, que poderá ser feito por correspondência registrada ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

2.3.9. A taxa de inscrição gerada por boleto vinculado e paga pelo candidato não será restituída, compensada, transferida ou aproveitada para nova inscrição, mesmo que o candidato desista expressamente ou realize nova inscrição. Somente poderá ser restituída a taxa de inscrição em caso de cancelamento do Processo Seletivo por conveniência da Prefeitura Municipal de Campos Novos ou por decisão judicial transitada em julgado.

2.3.10. Verificada mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente, e não será, sob qualquer hipótese, restituída, compensada, transferida ou aproveitada a taxa de inscrição anteriormente paga.

2.3.11. O candidato é única e inteiramente responsável pelos dados cadastrais informados no ato da inscrição, mesmo que realizada por procurador. Cabe ao candidato ou procurador conferir seus dados antes de concluir a inscrição, momento em que aceita expressamente as condições do edital.

2.3.12. A inveridicidade de declaração apresentada na inscrição ou em qualquer documento apresentado ao Município de Campos Novos, verificada a qualquer tempo, implicará o cancelamento da respectiva inscrição e na eliminação do candidato do Certame, mesmo que após a homologação do respectivo Processo Seletivo.

### 2.4 DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

2.4.1. Os doadores de sangue interessados na isenção de pagamento da inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico pelo sistema de inscrição os comprovantes que demonstrem 3 (três) doações nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores ao término da inscrição, ou seja, 3 doações entre os dias 31/01/2016 e 29/01/2017.

2.4.2. Os Doadores de medula óssea interessados na isenção de pagamento da inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico

pelo sistema de inscrição, os comprovantes que demonstrem seu enquadramento como doador de Medula Óssea.

2.4.3. Os candidatos que forem membros da família de baixa renda, cuja renda per capita seja inferior a meio salário mínimo, nos termos do Decreto n. 6.135 de 2007, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único de que trata o Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007) ou pessoas hipossuficientes, e ainda aqueles que recebam o Bolsa Família, interessados na isenção de pagamento da inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico pelo sistema de inscrição, os comprovantes que demonstrem seu enquadramento nos termos da citada legislação.

2.4.4. Os candidatos que desejam ser beneficiados com isenção da taxa de inscrição, deverão digitalizar e enviar por meio eletrônico exclusivamente pelo sistema de inscrição, as devidas comprovações documentais exigidas, para fins de homologação da inscrição, sem a qual, a inscrição será indeferida.

2.4.5. A não comprovação das condições de isenção no prazo e forma estipulados tornará a inscrição do candidato inapta, exceto se este opte pelo pagamento da referida taxa de inscrição, desde que dentro do prazo e nas condições gerais do edital.

### 3. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004 e na Legislação Local, é assegurado às pessoas portadores de necessidades especiais, consideradas aquelas constantes no Decreto 3.298/99 alterado pelo Decreto 5.296/04, o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, na proporção mínima de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.2. Somente serão consideradas como pessoas portadoras de necessidades especiais aquelas que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

3.3. O candidato que no ato de inscrição declarar-se portador de necessidade especial, em sendo aprovado no Processo Seletivo, além de constar da lista de classificação, terá seu nome publicado em outra relação, também observado a ordem de classificação.

3.4. O candidato portador de necessidade especial, que no ato da inscrição não declarar ou não comprovar ser portador de necessidades especiais, perderá o direito de concorrer nesta condição, e também das condições especiais para realização das provas.

3.5. Os portadores de necessidades especiais, quando da escolha da vaga, poderão, a critério da Prefeitura Municipal de Campos Novos, ser submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de necessidade especial ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

3.6. Os candidatos portadores de necessidades especiais aprovados no Processo Seletivo deverão comparecer à perícia médica marcada pela Prefeitura Municipal de Campos Novos, a qual emitirá laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da doença.

3.7. Caso o resultado da perícia médica conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo ou que a deficiência apresentada não se enquadre nos casos dispostos nos decretos 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004, o candidato não será admitido, acarretando a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições, passando a concorrer em iguais condições aos demais candidatos.

3.8. Os candidatos portadores de necessidades especiais, resguardadas as condições necessárias a participação deste Processo Seletivo, participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

3.9. Os candidatos que necessitarem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo por meio de requerimento escrito dirigido ao Município de Campos Novos, acompanhado de atestado médico específico com indicação da CID, sob pena de perda do direito, impreterivelmente até o término do prazo da inscrição, indicando claramente os recursos especiais necessários para a realização das provas. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade, após análise da comissão de acompanhamento do Processo Seletivo. O pedido será avaliado e julgado, deferindo ou indeferindo o pleito.

3.10. A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de necessidade especial na realização das provas, ou na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Processo Seletivo, não sendo, sob qualquer hipótese admitida.

3.11. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo ou função.

3.12. No ato da inscrição ou até a data do encerramento desta, o candidato que alegar ser portador de necessidades especiais deverá comprovar tal condição mediante atestado médico com indicação da CID, devendo o profissional que o emitir anotar todas as determinações decorrentes de lei.

### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela Administração Municipal de Campos Novos. A relação das inscrições homologadas estará disponível nos portais eletrônicos da AMPLASC, [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) e da Prefeitura Municipal de Campos Novos, [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou pelo link <http://amplasc.listaeditais.com.br>.

4.2. O candidato cujo nome não constar na relação preliminar de inscritos poderá interpor recurso online, conforme prazos constantes do cronograma, por meio do sistema de inscrição.

### 5. DAS PROVAS

5.1. A prova escrita para todos os cargos públicos será composta de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, com 4 (quatro) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas 1 (uma) estará correta, versando sobre os conteúdos minimamente constantes no conteúdo programático orientador Anexo do presente edital.

5.1.1. A prova escrita para os cargos públicos constituirá de:

a) Questões de Conhecimentos Específicos: 20 (vinte) questões, valendo 0,40 cada. (\* - Retificação 01, de 06 de janeiro de 2017.)

b) Questões de Língua Portuguesa: 05 (cinco) questões valendo 0,40 cada;

5.1.2. A prova será realizada na Escola de Educação Básica Paulo Blasi, sita à Rua Coronel Pedro Carlos, nº 803, Centro, Campos Novos – SC.

5.1.3. A prova escrita será realizada no dia 29 de janeiro de 2017, e terá duração total de 3 (três) horas.

5.1.4. As provas terão início às 09:00 horas e término às 12:00 horas, e início às 14:00 horas e término às 17:00 horas, conforme os cargos, de acordo com a divulgação em edital na data da homologação das inscrições.



5.1.5. Os Portões serão fechados, no período matutino, às 08:45 horas, e no período vespertino, às 13:45 horas, horário limite para ingresso do candidato no recinto.

5.1.6. Os candidatos deverão acompanhar as publicações para verificarem em qual turno prestarão a prova, o que será divulgado com a homologação das inscrições.

5.2. O candidato deverá comparecer ao local de realização da prova até 30 minutos antes do início das provas portando documento oficial de identificação com foto e caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente. Caso descumpra o estipulado, será o candidato sumariamente eliminado do Processo Seletivo.

5.3. Caso no dia de realização das provas o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento original de identificação com foto, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova. Não será aceito cópia de documento original de identificação com foto, ainda que autenticada.

5.3.1. A não apresentação de documento original de identificação com foto impedirá o acesso do candidato ao local de prova e implicará a sua eliminação automática do Processo Seletivo.

5.3.2. O candidato declara expressamente que concorda em ser submetido à inspeção física ou através de equipamentos eletrônicos, a qualquer momento e em qualquer local onde se realizar a prova, com a finalidade de se evitar fraude e manter a lisura do certame.

5.4. No dia de realização da prova não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação da prova informações referentes ao conteúdo da prova.

5.5. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o porte e uso de relógios analógicos ou digitais, aparelhos celular, pagers, palms e qualquer outro equipamento mecânico, elétrico ou eletrônico. Não será permitido no local de prova alimentos, bebidas (sendo permitido apenas água envasada em recipiente transparente), bem como o uso de chapéus, bonés ou qualquer outra cobertura e o uso de óculos escuros ou espelhados (salvo por indicação médica que deverá ser apresentada pelo candidato).

5.6. Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser desligados antes do candidato acessar a prova e guardados, conforme orientação dos fiscais.

5.7. Caso algum candidato se negue a desligar o aparelho celular, será eliminado da prova e do processo, lavrando-se em ata de sala a ocorrência do fato.

5.8. A recusa do candidato em atender o disposto nos itens 5.5., 5.6. e 5.7. do presente edital, bem como o uso de qualquer dos equipamentos descritos naqueles itens em qualquer lugar do estabelecimento em que se realizar a prova, até o momento em que o candidato entregar a sua prova escrita, implicará na atribuição de nota 0 (zero) e na eliminação automática do Processo Seletivo, mesmo que a prova seja entregue/realizada.

5.9. Não haverá, em qualquer hipótese segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

5.10. Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questão(ões) da prova escrita que contenha(m):

a) Emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);

b) Mais de uma opção de resposta assinalada, mesmo que parcialmente;

c) Espaço(s) não assinalado(s) no gabarito de respostas;

d) O gabarito de respostas preenchido fora das especificações contidas no mesmo.

e) No gabarito será permitida somente e exclusivamente a identificação do candidato pelo número fornecido pelos fiscais da prova no cartão de identificação. Não poderá haver nenhuma outra forma de identificação do candidato, como por exemplo, nome, apelido, símbolo, sinal, marca, dobradura, etc. Caso se identifique, será eliminado o candidato.

5.11. As letras correspondentes às respostas assinaladas nas questões da prova escrita objetiva, deverão ser transcritas (marcadas) no cartão respostas com o tipo de marcação determinados no caderno de provas, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul de material transparente.

5.12. A prova escrita objetiva será corrigida exclusivamente com base na marcação feita pelo candidato no cartão de respostas, independente do assinalado no caderno de provas.

5.13. O candidato, ao concluir a sua prova, deverá entregar ao fiscal de prova/sala o caderno de prova e o cartão de respostas totalmente preenchido, sob pena de ter sua prova anulada e ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.14. O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

5.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala no período de realização da prova, se autorizado e acompanhado por pelo menos um fiscal, e somente depois de transcorrido uma hora do seu início.

5.15.1. Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar as suas provas e retirar-se do local simultaneamente.

5.16. A Prova Escrita - PE será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo as notas expressas com 2 (duas) decimais, sem arredondamento.

5.17. A Nota Final-NF será a Nota da Prova Escrita-NPE, representada pela equação abaixo:

$NF = NPE$

5.18. O candidato poderá obter cópia do caderno de provas a partir do primeiro dia útil após a realização das provas escritas, bastando solicitá-lo à AMPLASC.

5.19. O caderno de provas original permanecerá arquivado para futuras consultas ou requisições de quem de direito, e não será entregue ao candidato.

5.20. O gabarito provisório das provas será divulgado na Internet no endereço eletrônico [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) a partir das 19:00 horas do dia da realização da prova.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. Os candidatos serão classificados por cargo, em ordem decrescente da nota final obtida.

6.2. Ocorrendo empate na classificação final, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único, do art. 27, da Lei Federal nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), considerados os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso (possuir idade igual ou superior a 60 anos completos), nos termos do art. 1º, da mencionada Lei.

a) candidato mais velho, considerado ano, mês e dia de nascimento, para candidatos com mais de 60 anos de idade;

b) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimento Específico;

c) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Língua Portuguesa;

d) tiver idade mais elevada.

e) Sorteio público.

6.3. Para o desempate dos candidatos não amparados pelo Estatuto do Idoso (candidatos com menos de 60 anos de idade), será considerado, sucessivamente, o seguinte critério:

a) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Conhecimento Específico;

b) maior número de acertos na prova escrita objetiva de Língua Portuguesa;

c) tiver idade mais elevada.

d) Sorteio público.

6.4. O candidato que obtiver nota final inferior a 5 (cinco) será considerado desclassificado.

6.5. Ao Prefeito Municipal de Campos Novos compete a homologação do resultado final do Processo Seletivo com a publicação da listagem dos candidatos aprovados e respectivas classificações.

## 7. DO RESULTADO

7.1. O Resultado do Processo Seletivo e todas as suas etapas serão divulgados por meio dos endereços eletrônicos [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) no portal dos concursos e processos seletivos e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) e/ou no Mural da Prefeitura Municipal de Campos Novos, e, ainda, se for o caso, em outros meios de publicação.

## 8. DA NOMEAÇÃO

8.1. As vagas serão preenchidas observando-se a ordem de classificação e necessidade da administração.

8.1.1. Quando houver mais de uma opção de carga horária disposta para o cargo, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

8.2. O candidato aprovado e classificado será convocado através de correspondência, pessoalmente ou por meio de edital de chamada pública.

8.3. O candidato que não se apresentar até a data, local e horário estabelecido conforme convocação será reclassificado para o último lugar da lista, com exceção dos casos de ausência justificada para tratamento de saúde, mediante comprovação através de perícia médica, situação em que o candidato será alocado à vaga imediatamente subsequente à sua classificação. No caso de impossibilidade de assumir a vaga, o candidato ou seu representante legal deverá protocolar em no máximo 5 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação, requerimento junto ao departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

8.4. O candidato que não tomar posse ou não entrar em exercício no prazo previsto será reclassificado para o último lugar da lista de classificação sendo convocado o candidato subsequente.

8.4.1. O candidato que desistir da vaga após a escolha, perderá o direito a nomeação futura. (\* - Retificação 01, de 06 de janeiro de 2017.)

8.5. Para tomar posse os candidatos deverão apresentar, quando convocados, os documentos solicitados pela Administração Municipal de Campos Novos observando-se também a escolaridade e exigências de cada cargo, conforme estabelecido na legislação vigente.

8.6. O laudo médico quando solicitado para a posse no cargo público deverá ser expedido por médico indicado pela Administração Municipal de Campos Novos.

8.7. O exame médico admissional consiste na avaliação do candidato, através de exames médicos para averiguar a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo a ser ocupado.

8.8. O exame médico admissional está restrito somente aos candidatos convocados para nomeação.

8.9. O resultado do exame médico será expresso com indicação de "apto ou inapto", para o exercício da atribuição do cargo.

8.10. A indicação de condição "inapto" será causa obstativa para a contratação do candidato aprovado no Processo Seletivo.

8.11. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático e imediato no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campos Novos. A admissão é de competência da Administração Municipal, dentro das necessidades e conveniência administrativas e dentro do período de validade do Processo Seletivo, que será de 2 (dois) anos, observada a ordem de classificação dos candidatos e o número de vagas ofertadas.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. Caberá recurso:

a) quanto às inscrições indeferidas;

b) quanto ao gabarito/questões da prova;

c) quanto a soma da pontuação.

9.1.1. O prazo decadal para se impetrar os recursos são os constantes no cronograma do Processo Seletivo.

9.2. Os candidatos que desejarem interpor recurso, nos prazos estabelecidos neste edital, deverão fazê-lo exclusivamente por meio eletrônico no endereço <http://amplasc.listaeditais.com.br>, acessando a "ÁREA DO CANDIDATO" mesmo local onde o candidato realizou a inscrição on-line. O candidato será direcionado para o endereço <http://amplasc.areadocandidato.com.br/login>, informará seu CPF e sua senha, redigirá seu recurso e enviará pelo próprio aplicativo.

9.2.1. A decisão exarada poderá ser consultada no mesmo local do protocolo dos recursos, na "ÁREA DO CANDIDATO".

9.2.2. O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

a) ser enviado eletronicamente conforme estabelecido no item 9.2;

b) ser preenchido e enviado conforme orientação do sistema;

c) possuir obrigatoriamente os itens abaixo:

I- Descrição dos fatos, descrevendo o fato ocorrido que levou o candidato à interpor recurso.

II- Fundamentação, apontando claramente, com argumentação lógica e consistente no corpo da descrição (não descrever em arquivo como anexo) o motivo pelo qual pretende: deferimento da inscrição; anulação/correção do gabarito; ou, recontagem da pontuação.

III- Pedido, descrevendo clara e objetivamente o pedido (deferimento da inscrição; anulação de questão; correção do gabarito; recontagem de pontos; etc.)

d) ser tempestivo, ou seja, protocolado/enviado nos prazos do edital.

9.3. Os recursos que não possuírem claramente a I- Descrição dos fatos; II- Fundamentação; e, III- Pedido, de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

- 9.4. A banca examinadora e a comissão do Processo Seletivo, conforme for o caso, deferirão ou indeferirão o recurso.
- 9.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telefone, e-mail, fac-símile, por meio postal, ou outros meios, que não o especificado acima, sendo que os intempestivos serão desconsiderados.
- 9.6. No caso de erro de publicação na indicação da resposta de uma questão no gabarito, ou erro na formulação da questão, o gabarito poderá ser corrigido e republicado, bem como poderá ser anulada a questão, de ofício.
- 9.7. Em caso de anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos que tiverem se submetido à prova cuja questão for anulada.

#### 10. DA COMPETÊNCIA.

10.1. Delega-se competência à AMPLASC para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir a prova escrita;
- b) apreciar os recursos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios;
- d) prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- e) atuar em conformidade com as disposições deste edital;
- f) definir regras e procedimentos gerais para aplicação das provas.

10.2. Compete à Administração Municipal de Campos Novos:

- a) Ceder o local de realização das provas.
- b) Efetuar a Publicação na Imprensa Oficial de todos os atos e editais necessários.

10.3. Compete à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nomeada pelo Município:

- a) Fiscalizar a execução de todas as etapas do Processo Seletivo;
- b) Prestar informações, dentro de sua competência;
- c) Prestar auxílio à executora, naquilo que for solicitado.
- d) Apreciar requerimentos de isenção de taxa de inscrição.
- e) Apreciar o pedido de condições especiais para realização da prova, deferindo ou indeferindo.

#### 11. DO FORO JUDICIAL

11.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo de que trata este edital, é o da Comarca de Campos Novos - Estado de Santa Catarina.

#### 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Este Processo Seletivo será válido por até 2 (dois) anos, a contar da data da homologação, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Municipal de Campos Novos.

12.2. Será aceito pedido de reclassificação para o último lugar entre os aprovados, na hipótese de o candidato manifestar desinteresse na posse quando convocado.

12.3. A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de contratação imediata e automática no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campos Novos. A nomeação e a posse serão realizadas dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Municipal de Campos Novos.

12.4. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando a burlar a prova, ou apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização sem estar acompanhado de um fiscal;
- e) negar-se a cumprir determinações dos fiscais do Processo Seletivo ou descumprir as regras contidas neste Edital.
- f) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

12.5. A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

12.6. O Edital na sua íntegra será publicado nos endereços eletrônicos [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br).

12.7. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um(a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

12.7.1. Não é permitida a permanência nos locais de prova de acompanhantes dos candidatos, mesmo que filhos menores e/ou seus cuidadores, a não ser lactantes.

12.8. Os casos não previstos serão resolvidos, conjuntamente, pela Comissão de acompanhamento do Processo Seletivo e pela AMPLASC.

Campos Novos – SC, 03 de janeiro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

#### CRONOGRAMA

ETAPA	DATA
Período de Recebimento das Inscrições e dos pedidos de isenção	De 04 de janeiro de 2017 até às 18:00 horas do dia 23 de janeiro de 2017
Divulgação Preliminar das Inscrições	25 de janeiro de 2017
Recurso quanto ao Deferimento/Indeferimento das Inscrições	26 de janeiro de 2017
Resposta aos Recursos quanto ao Deferimento/Indeferimento das Inscrições	27 de janeiro de 2017

Homologação das Inscrições	27 de janeiro de 2017
Prova período matutino	29 de janeiro de 2017, das 09h00 às 12h00 Fechamento dos portões: 08h45
Prova período vespertino	29 de janeiro de 2017, das 14h00 às 17h00 Fechamento dos portões: 13h45
Divulgação do Gabarito	29 de janeiro de 2017, às 19:00 horas
Recursos quanto ao gabarito/questões	30 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017
Resposta aos recursos quanto ao gabarito/questões	08 de fevereiro de 2017
Divulgação do Resultado Provisório (por nº identificação)	08 de fevereiro de 2017
Identificação Pública – Abertura cartões de identificação na Câmara de Vereadores	09 de fevereiro de 2017
Divulgação do Resultado Provisório (por nomes)	10 de fevereiro de 2017, às 19:00 horas
Recurso quanto contagem da pontuação	11 de fevereiro de 2017 à 13 de fevereiro de 2017
Resposta aos recursos quanto contagem da pontuação	14 de fevereiro de 2017
Resultado Final	14 de fevereiro de 2017

## ANEXO I

BARRA DO LEÃO – E.M.E.F. ANDRÉ REBOUÇAS					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
1	Professor de Educação Infantil	02	20 h	1.091,29	Licenciatura em Pedagogia
2	Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais	02	20 h	1.091,29	Licenciatura em Pedagogia
3	Professor Língua Portuguesa	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Letras
4	Professor de Matemática	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Matemática
5	Professor de Espanhol	01	10 h	545,64	Licenciatura em Língua Espanhola.
6	Professor de Educação Especial	02	20 h	1.091,29	Licenciatura em Educação Especial.
7	Professor de Educação Física	01	30 h	1.636,92	Licenciatura em Educação Física.
8	Professor de Ensino Religioso	01	10 h	545,64	Licenciatura em Ciências da Religião.
9	Professor de História	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em História.
10	Professor de Geografia	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Geografia.
11	Professor de Ciências	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Ciências ou em Biologia.
12	Professor de Inglês (* - Retificação 01, de 06 de janeiro de 2017.)	01	30 h	1.636,92	Licenciatura em Letras – Inglês.

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

IBICUI – CEIM PROFª AUDETE PAZ ANTUNES					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
13	Professor de Educação Infantil	01 04	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Pedagogia

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

BELA VISTA - CEIM MENINO JESUS					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
14	Professor de Educação Infantil	03	40 h	2.182,58	Licenciatura em Pedagogia

ASSENTAMENTO 30 DE OUTUBRO - CEIM CAMPO FELIZ

Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
15	Professor de Educação Infantil	01 01	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Pedagogia

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

ENCRUZILHADA - CEIM RAI DE LUZ					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
16	Professor de educação infantil	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Pedagogia

PINHAL PRETO - CEIM VIVENDO E APRENDENDO					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
17	Professor de Educação Infantil	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Pedagogia

PERÍMETRO URBANO – CAMPOS NOVOS - EDUCAÇÃO INFANTIL					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
18	Professor de Educação Infantil	06 104	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Pedagogia
19	Professor de Educação Especial	06 09	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Educação Especial

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

PERÍMETRO URBANO – CAMPOS NOVOS - ENSINO FUNDAMENTAL					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
20	Professor Língua Portuguesa	02	10 h	545,64	Licenciatura em Letras.
21	Professor de Matemática	02 02	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Matemática.
22	Professor de Espanhol	01 01	10 h 20 h	545,64 1.091,29	Licenciatura em Língua Espanhola.
23	Professor de Educação Física	05	20 h	1.091,29	Licenciatura em Educação Física.
24	Professor de Arte/Música	01 09	10 h 20 h	545,64 1.091,29	Licenciatura em Artes.
25	Professor de História	01	10 h	545,64	Licenciatura em História.
26	Professor de Geografia	02 01	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Geografia.
27	Professor de Ciências	02 01	10 h 40 h	545,64 2.182,58	Licenciatura em Ciências ou em Biologia.
28	Professor de Inglês	03 01	10 h 30 h	545,64 1.636,92	Licenciatura em Língua Inglesa.
29	Professor de Educação Especial	18 01	20 h 40 h	1.091,29 2.182,58	Licenciatura em Educação Especial.

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

ITINERANTE - ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS					
Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
30	Professor de Inglês	01	20 h	1.091,29	Licenciatura em Língua Inglesa.
31	Professor de Espanhol	01	10 h	545,64	Licenciatura em Língua Espanhola.
32	Professor de Ciências	01	30 h	1.636,92	Licenciatura em Ciências ou em Biologia.



33	Professor de Educação Física	01	30 h	1.636,92	Licenciatura em Educação Física.
34	Professor de Matemática	01	40 h	2.182,58	Licenciatura em Matemática

**MULTISSERIADAS - ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS**

(Escolas: Corredeira Ibicuí, Encruzilhada, Pe. Jósimo, Pinhal Preto, Andrea Durigon, Lides Titon, Maria Gorete Delavi e São Simão)

Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
35	Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais	10	20 h	1.091,29	Licenciatura em Pedagogia.
36	Professor de Educação Especial	04	20 h	1.091,29	Licenciatura em Educação Especial.

\* - Quando houver mais de uma opção de carga horária, o candidato melhor classificado terá a preferência na escolha da maior quantidade de horas, e assim sucessivamente.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
37	Nutricionista	01	40 h	2.913,07	Curso Superior em Nutrição.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE**

Cód. Cargo	Cargo / Função	Vagas	Carga horária semanal	Vencimento	Condições de Habilitação
38	Professor de Educação Física-Bacharelado	14	40 h	2.182,58	Bacharelado em Educação Física e Registro no CREF.

**ANEXO II****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ORIENTADOR MÍNIMO****CONHECIMENTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão e interpretação de textos; tipologia textual; ortografia oficial; acentuação gráfica; classes de palavras; sinal indicativo de crase; sintaxe da oração e do período; pontuação; fonemas e grafia; significação e formação de palavras; adequação semântica; apostro e vocativo; regência nominal e verbal: estudo de preposições, pronomes relativos, interrogativos, oblíquos, demonstrativos, possessivos, preposições, conjunções, interjeições, adjetivos, locuções adjetivas, advérbios, pronomes e determinadas flexões; concordância nominal: substantivos, numeral, artigos, adjetivos, locuções adjetivas, advérbios; concordância verbal: sujeito, flexão e articulação de modos e tempos verbais; figuras de linguagem; orações coordenadas e subordinadas; objeto direto e indireto; fonologia, divisão silábica; orações coordenadas; apêndice; apostro e vocativo; termos essenciais e integrantes da oração. Todo Conteúdo Curricular do MEC relativo à disciplina e grau de ensino (Currículo Básico). CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de educação infantil:

Estrutura da Educação Infantil, fundamentação e importância. Currículo da Pré-Escola. Prática e atividades pedagógicas. Metodologia na Educação Infantil. Tendências pedagógicas. Psicomotricidade. Educação Infantil no mundo atual. Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar. A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens como eixos norteadores do trabalho educativo-pedagógico; Desenvolvimento Infantil; Indicadores de Qualidade da Educação Infantil; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010); Proposta Curricular Municipal para a Educação Infantil (2013) Literatura: Emília Ferreira, Jussara Hoffmann, Gabriel Junqueira. Parâmetros, Medidas e Dispositivos Legais para a Educação – A LDB atual, o Estatuto da Criança e do Adolescente, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil. Professor Ensino Fundamental Anos Iniciais:

Alfabetização. Metodologias de Ensino. Função e Papel da Escola. Dificuldade de Aprendizagem. Alfabetização e letramento. Didática: Métodos e técnicas. Materiais Didáticos. Processo Ensino - Aprendizagem. Planejamento. Gêneros textuais, produção e reestruturação de textos, análise linguística; Campos Numéricos - Números Naturais, Números Racionais; Campos Geométricos - Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística; Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos. Tendências Pedagógicas. O ensino da matemática, português, ciências, história e geografia nos anos iniciais. Resolução CNE/CEB nº 04, de 13/07/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diretrizes, Parâmetros, Medidas e Dispositivos Legais para a Educação – A LDB atual, o Estatuto da Criança e do Adolescente, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. Professor de Língua Portuguesa:

O texto literário e o não-literário. Denotação e conotação. Gêneros Textuais. Elementos estruturais da narrativa. Texto: condições de leitura e produção textual. Coesão e coerência textuais. Intertextualidade. Tipologia textual. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia. Sistema fonológico do português. Sistema ortográfico. Morfossintaxe: classes de palavras. Formação de palavras. Morfologia. Processos sintáticos: subordinação e coordenação. Constituintes da oração e orações no período. Frase e discurso. Valores semântico-sintáticos dos conectivos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do acento da crase. Normas de pontuação. Abordagem linguística/discursiva da teoria gramatical. Professor de Matemática:

Operações fundamentais. Números fracionários, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Potenciação. Operações com frações. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade. Resolução de problemas. Logaritmos. Progressão aritmética. Análise combinatória. Conjuntos Numéricos. Equações do primeiro e segundo graus. Progressões Aritméticas. Função Exponencial. Logaritmos, Funções Trigonométricas. Matrizes, Determinantes e Sistemas lineares. Análise Combinatória Simples. Cálculo de Probabilidades. Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, semelhança de triângulos. Geometria Espacial: Poliedros, Prismas e Cilindros, Pirâmides e Cones, Esfera e Suas partes. Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência.

Questões de Raciocínio Lógico Matemático. Professor de Língua Espanhola:

Gramática, Fonética e fonologia. Ortografia. Morfologia. Sintaxe; Vocabulário. Compreensão de texto variados, pertencentes aos diversos gêneros textuais. Prática pedagógica do ensino da língua espanhola. Processo ensino aprendizagem centrados nas competências e habilidades linguísticas. Contextualização e interdisciplinaridade do ensino dos conteúdos. Métodos e técnicas de ensino. Recursos didáticos. Avaliação no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; Leitura como letramento; Comunicação oral como letramento e Prática escrita como letramento. Professor de Educação Especial:

Conceitos, Legislação e Histórico da Educação Inclusiva; Bases Genéticas das Deficiências; Desenvolvimento Neuropsicomotor Normal e Anormal; Deficiência Mental; Deficiência Auditiva; Deficiência Visual; Deficiência Motora; Libras, LDB, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Professor de Educação Física – Licenciatura:

Origem e evolução da Educação Física; Educação do corpo e do movimento humano; Hábitos de vida saudável, Corporeidade/Movimento: Aptidão motora; tempo/espaço; Jogos, Dança; Esporte; Fisiologia do exercício. Educação Física, reprodução e mudança: elementos para uma prática libertadora e democrática. A educação física no currículo da educação básica: significado e possibilidades. Desenvolvimento motor e desenvolvimento social: análise das tendências pedagógicas em Educação Física. Corpo e sociedade: a cultura corporal enquanto construção social. Corporeidade na escola: as práticas corporais no contexto das ações escolares. Esporte: dimensões educativas da competição no âmbito escolar. Educação Física, esporte e lazer. O movimento do ser humano nas dimensões filosófica, política, histórica, sociocultural e biológica: sua importância e implicações pedagógicas. Interfaces e desdobramentos; significados, contextualização e implicações. A Educação Física e a cidadania, inclusão e qualidade de vida; a Educação Física e suas diferentes abordagens; o ensino e a aprendizagem em Educação Física; procedimentos metodológicos e avaliatórios. Currículo e cidadania: saberes voltados para o desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, sociais e culturais. Escola inclusiva como espaço de acolhimento, de aprendizagem e de socialização. Pedagogias diferenciadas: progressão continuada, correção de fluxo, avaliação por competências, flexibilização do currículo e da trajetória escolar. A construção coletiva da proposta pedagógica da escola: expressão das demandas sociais, das características multiculturais e das expectativas dos alunos e dos pais. O trabalho coletivo como fator de aperfeiçoamento da prática docente. O papel do professor na integração escola-família. A formação continuada como condição de construção permanente das competências que qualificam a prática docente. O ensino centrado em conhecimentos contextualizados e ancorados na ação. O reforço e recuperação: parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem. A relação professor-aluno: construção de valores éticos e desenvolvimento de atitudes cooperativas, solidárias e responsáveis. Professor de Ensino Religioso:

A evolução dos conhecimentos e das estruturas religiosas no decorrer dos tempos (História. Tradições Religiosas). A função política das ideologias religiosas (Sociologia e Tradição Religiosa). A descrição do contexto sócio-político religioso significativo em algumas Tradição Religiosa na redação final dos textos sagrados/tradições orais de corporalidade e ancestralidade. A análise e hermenêutica dos mitos e histórias, dos textos sagrados se tradições orais de corporalidade e ancestralidade. As formas de revelação do revelante no espaço sagrado. A origem da autoridade da palavra revelada, segundo as diversas Tradições Religiosas. A revelação do Transcendente nas diversas Tradição Religiosa. Estudo das práticas de espiritualidade utilizados pelas diferentes Tradição Religiosa no relacionamento com o Transcendente, consigo mesmo, com os outros e o mundo. Conhecimento das práticas de reflexão do homem diante do Transcendente (Filosofias e Tradições Religiosas). Conhecimento do conjunto de princípios de cada Tradição Religiosa. A fundamentação dos limites éticos/morais propostos pelas várias Tradições Religiosas. As determinações da Tradição Religiosa na construção mental do inconsciente pessoal e coletivo (Psicologia e Tradição Religiosa). Conjunto de mitos e crenças e doutrinas em cada Tradição Religiosa. As possíveis respostas norteadoras do sentido da vida: ressurreição, reencarnação, ancestralidade e inexistência da vida além morte. A experiência religiosa, elemento vital para o fiel. A vivência com o mistério do Transcendente pelos ensinamentos, ritos e tradições. Autoconhecimento na vivência do relacionamento com o Transcendente. As exigências e qualidades éticas do procedimento humano na perspectiva da Tradição Religiosa. Orientações de vida nas normas, crenças e doutrinas nas Tradição Religiosa. Determinações da Tradição Religiosa na construção mental da pessoa. O limite e a busca do translimite. A experiência religiosa na busca de superação e da finitude humana. A fundamentação dos limites éticos estabelecidos pela Tradição Religiosa. As verdades nas Tradição Religiosa sob a ética da fé. A verdade que orienta o fiel através de mitos, crenças e das doutrinas. As respostas elaboradas para vida além morte pela Tradição Religiosa. (ancestralidade-reencarnação-ressurreição-nada). O sentido da vida perpassada pelo sentido da vida além morte. Professor de História:

História de Campos Novos, História de Santa Catarina, História do Brasil, História da América e História Geral; O neocolonialismo; A globalização e o neoliberalismo. Fundamentos teóricos do Pensamento Histórico; Didática e prática dos procedimentos de produção do conhecimento histórico; Linguagem e ensino de História; Tempo histórico e tempo cronológico. Temporalidade, tempo/espaço, cultura, cotidiano, relações sociais e de poder, gênero, etnia, Imaginário, memória, identidade, relações de produção, ideologia. Pré história, História antiga, medieval, moderna e contemporânea; Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Concepções da história oral. Professor de Geografia:

A evolução do Pensamento e suas repercussões no ensino de Geografia; A Geografia como disciplina escolar: histórico, situação atual e perspectivas; A Geografia da Natureza: os condicionamentos físicos da vida; a litosfera, composição e dinâmica; a hidrosfera, a água e sua importância; a atmosfera e a dinâmica climática; os seres vivos e o homem no âmbito da evolução geológica da terra; os inter-relacionamentos entre a dinâmica da natureza e a dinâmica das sociedades humanas; os principais problemas ambientais da natureza; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização. Os recursos naturais, distribuição e aproveitamento; os resultados das intervenções da sociedade na natureza. Fontes alternativas e energia no Brasil. A dinâmica dos elementos da natureza: atmosférica, hidrológica, litosférica e estratosfera. Cartografia e sua importância para o Ensino da Geografia. Professor de Ciências:

Origem e evolução biológica dos seres vivos. Características dos seres vivos: cinco reinos; Corpo humano: células, sistemas, reprodução; Características anatômicas do ser humano: aspectos básicos na organização e fisiologia dos sistemas; Herança biológica: a hereditariedade e o meio ambiente; Ecologia: ecossistemas, relações tróficas e biomas; O homem e a biosfera: poluição e degradação ambiental. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente; princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos; caracterização dos grandes grupos animais e vegetais. O corpo humano como um todo em equilíbrio e desequilíbrios. Continuidade das espécies: evolução; reprodução. Fundamentos teóricos da Química: conceitos, leis, relações e princípios básicos; interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos, leis, relações e princípios básicos. Massa: força e aceleração; Substâncias químicas e suas propriedades. Professor de Inglês:

Classes Gramaticais, Interpretação de Texto; Vocabulário; Contextualização das palavras com vários significados; Gramática. Fonética e fonologia. Ortografia. Morfologia. Sintaxe. Vocabulário. Compreensão e produção de gêneros textuais diversos. Prática pedagógica do ensino da língua inglesa: Abordagem comunicativa. Abordagem lexical. Abordagem reflexiva. Interculturalidade e interdisciplinaridade no ensino

de inglês. Competências para ensinar e aprender língua inglesa. Avaliação do processo ensino-aprendizagem e de seus atores. Interação em sala de aula e valorização do conhecimento prévio e de mundo do aluno. Conceito de letramento: aplicações ao ensino-aprendizagem de língua estrangeira/ Inglês, entre as quais: leitura como letramento, comunicação oral como letramento, prática escrita como letramento. Professor de Artes:

Conceito de Arte, Análise e interpretações da linguagem artística. Metodologia do ensino da arte. História da arte: Renascimento, Barroco e Impressionismo. O barroco no Brasil. Artes plásticas no Brasil. Cores. Educação Musical. Teatro na educação fundamental. Expressão corporal. A cultura popular e o folclore na escola. Manifestações artísticas populares do Brasil. Professor de Educação Física-Bacharelado: Origem e evolução da Educação Física; Educação do corpo e do movimento humano; Hábitos de vida saudável, Corporeidade/Movimento: Aptidão motora; tempo/espço; Jogos, dança; Esporte; Fisiologia do exercício Fundamentos da Educação Física; Concepções da Educação Física; Objetivos da Educação Física; Aspectos técnicos, políticos e pedagógicos da educação física; Esportes (regras oficiais); Desenvolvimento Humano - aprendizagem motora; Recreação; Anatomia/fisiologia do exercício; Qualidade de Vida; Educação Física e saúde. Nutricionista:

Metabolismo energético; Macro e micronutrientes (funções, interações, necessidades e recomendações); Avaliação do estado Nutricional (indivíduo e coletividade). Nutrição Clínica: Atenção Nutricional nos Ciclos da Vida; Cuidado Nutricional nas doenças do Trato gastrointestinal, nas doenças cardiovasculares, nas doenças pulmonares, na doença renal e nas Doenças e Agravos Não Transmissíveis; Suporte Nutricional Enteral e Parenteral; Prescrição de Suplementos Alimentares; Prescrição de Fitoterápicos. Planejamento de cardápios; Fichas técnicas de Preparo; Manual de Boas Práticas; POP (Procedimentos Operacionais Padronizados); Microbiologia dos Alimentos; DTAs (Doenças Transmítidas por Alimentos); PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador); Administração de UAN; PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Políticas Públicas na Área de Alimentação e Nutrição; Alimentação e Nutrição para grupos da população (crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos); NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família); Doenças carenciais de magnitude no Brasil; Monitoramento e avaliação das práticas de promoção à saúde; Epidemiologia das doenças nutricionais; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Sisvan. ANEXO III

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Professor – Todos:

Ministrar aulas com competência. Participar da elaboração e execução do Projeto Político e Pedagógico da escola. Participar do processo de análise e seleção de livros e materiais didáticos em consonância com as diretrizes e critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Elaborar o seu planejamento de acordo com o Projeto Político e Pedagógico da unidade escolar. Proporcionar aquisição do conhecimento científico, erudito e universal para que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e elaborem novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social do educando, garantindo-lhes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. Promover uma avaliação, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno, elevando-o a uma compreensão cada vez maior sobre o mundo e si mesmo. Aplicar as avaliações de acordo com as normas fixadas. Participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da unidade escolar onde desenvolve suas atividades pedagógicas. Sujeito a mudanças conforme orientação. Realizar recuperação continuada e paralela de estudos com os alunos que durante o processo ensino-aprendizagem não dominarem o conteúdo curricular ministrado. Participar ativamente do Conselho de Classe. Participar da elaboração do calendário escolar. Participar de reuniões de estudos, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, que envolvam educandos, tendo em vista seu constante aperfeiçoamento e envolvimento com a unidade escolar onde atua, e com isso primando pela melhoria e qualidade do ensino. Cumprir rigorosamente o calendário escolar, bem como atender as convocações estabelecidas pela Direção da unidade escolar ciente de que o não cumprimento resultará em falta (justificadas ou injustificadas) cientes que acarretará em desconto com o vale alimentação. Nutricionista:

Elaborar cardápios dentro dos padrões exigidos pelo MEC; aplicar testes de aceitabilidade quando for introduzir novos alimentos; verificar nas unidades educacionais o cumprimento do cardápio aprovado, a qualidade dos serviços oferecidos, a quantidade entregue e a aceitação por parte do alunado; avaliar alunos portadores de patologias e encaminhar dieta adequada para atendimento de suas necessidades; desenvolver e executar projetos de educação escolar e nutricional para serem aplicados à comunidade escolar; articular-se com a equipe pedagógica da Rede Municipal de Ensino para planejamento de atividades de educação alimentar; interagir com o Conselho de Alimentação Escolar no exercício das atividades de fiscalização, orientando o cumprimento das exigências do programa de Alimentação Escolar; elaborar capacitações para manipuladores de alimentos; orientar o correto armazenamento e o controle dos estoques de gêneros alimentícios e materiais de limpeza nas unidades educacionais; capacitar estagiários de ensino médio para atividades de supervisão nas cozinhas das unidades educacionais; acompanhar os trabalhos realizados pelos técnicos das empresas terceirizadas contratadas para o fornecimento da alimentação escolar transportada; realizar atividades educativas na comunidade escolar, também extensiva às famílias dos alunos; executar outras atividades afins e correlatas.

---

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

---

### PORTARIA 007/2017

PORTARIA SAMAE CNO 007/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor EDSON DANIEL MOCELIN, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.A, no período de 02/01/2017 à 31/01/2017, durante as férias de Joneci Ferreira.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE

**PORTARIA 008/2017**

PORTARIA SAMAE CNO 008/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Suspender por tempo indeterminado as concessões de LICENÇA PRÊMIO, haja vista a defasagem de servidores na Autarquia. Com base no Artigo 99, Seção X, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE

**PORTARIA 009/2017**

PORTARIA SAMAE CNO 009/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor Edimilson de Souza, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.J, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE

**PORTARIA 010/2017**

PORTARIA SAMAE CNO 010/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

DESIGNAR, a servidora LETICIA ALVES RIBEIRO, Auxiliar Administrativa, Padrão 4.1.B, para ocupar o cargo de Assistente Administrativa, nas atividades do Departamento de Pessoal, no qual fará jus à percepção de diferença salarial, até que o quadro de pessoal administrativo do SAMAE esteja novamente completo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE

**PORTARIA 011/2017**

PORTARIA SAMAE CNO 011/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

DESIGNAR, a servidora VERONICA DE CAMPOS WALTER, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.A, para ocupar o cargo de Auxiliar Administrativa, nas atividades de Atendimento ao Público, no qual fará jus à percepção de diferença salarial, até que o quadro de pessoal administrativo do SAMAE esteja novamente completo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE

**PORTARIA 012/2017**

PORTARIA SAMAE CNO 012/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista ao servidor Adão Alvisio Cordeiro, Encanador, Padrão 5.2.C, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen  
Diretor do SAMAE



# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 006/2017

DECRETO Nº. 006/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as inúmeras atribuições incumbidas à Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de delegação para o desempenho de atividades incumbidas ao gestor público;

#### DELEGAR PODERES

Art. 1º - Fica delegado a servidora ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 05/01/2017, a responsabilidade pela gestão do Departamento de Recursos Humanos, conferindo-lhe os poderes necessários e legais para tanto, inclusive, ficando a mesma autorizada a enviar e retirar documentos relacionados ao departamento nos órgãos de controle e fiscalização.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### LEI Nº. 5.965/2016

LEI Nº 5.965/2016

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

#### LEI

#### I – DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Canoinhas, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita em R\$ 149.669.439,00 (cento e quarenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais), e fixa a Despesa em R\$ 149.669.439,00 (cento e quarenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais), discriminados nos anexos integrantes desta Lei.

#### II – DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

Art. 2º - O orçamento do Município de Canoinhas (Prefeitura, Fundos, Fundações e Câmara de Vereadores) para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 149.669.439,00 (cento e quarenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais), fixa as Despesas para a Câmara Municipal em R\$ 4.00.000,00 (quatro milhões de reais), e fixa as despesas da Prefeitura Municipal, Fundos e Fundações em R\$ 145.669.439,00 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais). Estima as transferências financeiras da Prefeitura Municipal ao FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ao FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, ao FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA PM DE CANOINHAS, ao FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, ao FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, à FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS e à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES em R\$ 25.444.184,38 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos).

§ 1º - A Receita Consolidada da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:



1. RECEITAS CORRENTES .....	135.115.983,37
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	14.553.455,63
3. RECEITA TOTAL .....	149.669.439,00

§ 2º - A Despesa Consolidada da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte maneira:

**I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

Código	ORGÃO	VALOR R\$
02.00	Gabinete do Prefeito	1.809.220,00
03.00	Secretaria Mun. de Adm., Finanças e Orçamento	13.266.450,38
05.00	Secretaria Municipal de Educação	42.906.760,60
08.00	Secretaria Municipal de Desenv. Econômico	1.423.683,00
09.00	Secretaria Municipal de Desenv. Rural	1.645.321,00
10.00	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	4.098.502,50
11.00	Secretaria Municipal de Planejamento	1.560.240,00
12.00	Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano	23.367.551,00
13.00	Reserva de Contingência	7.949.300,00
23.00	Secretaria Municipal de Habitação	856.013,00
18.00	Fundo Municipal de Assistência Social	5.577.963,72
17.00	Fundo Municipal de Saúde	34.195.568,80
16.00	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	129.360,00
15.00	Funrebompm de Canoinhas	546.720,00
14.00	Fundação Municipal de Esportes e Lazer	756.172,50
19.00	Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer	758.972,50
20.00	Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	1.100.485,00
01.00	Câmara Municipal de Vereadores de Canoinhas	4.000.000,00
21.00	Fundo Municipal de Saneamento Básico	1.155,00
24.00	ICPREV – Instituto Canoinhense de Previdência	3.720.000,00
TOTAL		149.669.439,00
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	25.444.184,38
TOTAL		25.444.184,38

## II CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$	
01	LEGISLATIVA	4.000.000,00	
04	ADMINISTRAÇÃO	12.177.610,38	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	546.720,00	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.707.323,72	
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.720.000,00	
10	SAÚDE	34.195.568,80	
12	EDUCAÇÃO	42.906.760,60	
13	CULTURA	758.972,50	
15	URBANISMO	23.367.551,00	
16	HABITAÇÃO	856.013,00	
17	SANEAMENTO	1.155,00	
18	GESTÃO AMBIENTAL	4.098.502,50	
20	AGRICULTURA	2.745.806,00	
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.423.683,00	
27	DESPORTO E LAZER	756.172,50	
28	ENCARGOS ESPECIAIS	4.458.300,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.949.300,00	
TOTAL		149.669.439,00	
	Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.	25.444.184,38	
TOTAL		25.444.184,38	26.880.981,72

## III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
032	CONTROLE EXTERNO	4.000.000,00
121	PLANEJAMENTO	1.560.240,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.617.370,38
181	POLICIAMENTO	546.720,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E ADOLESCENTE	129.360,00
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	5.577.963,72
272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	3.720.000,00
301	ATENÇÃO BÁSICA	10.066.783,41
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	21.587.883,54

303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.165.318,50
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	565.275,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	810.308,35
361	ENSINO FUNDAMENTAL	29.461.688,10
362	ENSINO MÉDIO	841.937,00
364	ENSINO SUPERIOR	298.100,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	12.077.373,50
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	227.662,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	758.972,50
452	SERVIÇOS URBANOS	23.367.551,00
482	HABITAÇÃO URBANA	856.013,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.155,00
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	4.098.502,50
606	EXTENSÃO RURAL	2.745.806,00
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	1.321.683,00
695	TURISMO	102.000,00
812	DESporto COMUNITÁRIO	756.172,50
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	2.620.800,00
845	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	997.500,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	840.000,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.949.300,00
TOTAL		149.669.439,00
Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.		25.444.184,38
TOTAL		25.444.184,38

## IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

Código	PROGRAMAS	VALOR (R\$)
0001	LEGISLATIVO EFICIENTE	4.000.000,00
0010	ASSISTÊNCIA SOCIAL RESPONSÁVEL	5.577.963,72
0014	MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	4.098.502,50
0015	SEGURANÇA PÚBLICA EFICIENTE	546.720,00
0016	ESPORTE COMO QUALIDADE DE VIDA	756.172,50
0017	CULTURA AO ALCANCE DE TODOS	758.972,50
0018	MORADIA PARA TODOS	856.013,00
0019	SANEAMENTO BÁSICO EFETIVO	1.155,00
0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR EFICIENTE	1.809.220,00
0003	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	13.266.460,38
0004	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	4.167.489,00
0005	GESTÃO INOVADORA E QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO	42.906.760,60
0006	AÇÕES EFICIENTES EM OBRAS E URBANISMO	23.367.551,00
0106	ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	2.000,00
0007	PLANEJAMENTO EFICAZ	1.560.240,00
0008	SAÚDE DE QUALIDADE AOS CANOINHENSES	34.195.568,80
0009	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	129.360,00
0109	PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES ESTATUTÁRIOS	3.720.000,00
0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.949.300,00
TOTAL		149.669.449,00
Transferências Financeiras concedidas aos Fundos, Fundação e à Câmara de Vereadores.		25.444.184,38
TOTAL		25.444.184,38

## V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	121.172.243,44
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	20.547.895,56
9.0.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	7.949.300,00
TOTAL		149.669.449,00
Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores		25.444.184,38
TOTAL		25.444.184,38

**III - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Art. 3º - O Orçamento da entidade Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 116.447.225,86 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores em R\$ 25.444.184,38 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos) e fixa as Despesas em R\$ 91.003.041,48 (noventa e um milhões, três mil, quarenta e um reais, e quarenta e oito centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	103.241.770,23
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	13.205.455,63
3. RECEITA TOTAL .....	116.447.225,86

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
04	ADMINISTRAÇÃO	12.177.610,38
12	EDUCAÇÃO	42.906.760,60
15	URBANISMO	23.367.551,00
16	HABITAÇÃO	856.013,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	4.098.502,50
20	AGRICULTURA	1.645.321,00
23	COMERCIO E SERVIÇOS	1.423.683,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	4.458.300,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	69.300,00
TOTAL		91.003.041,48
Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.		25.444.184,38
TOTAL		25.444.184,38

**II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	72.390.068,25
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	18.543.673,23
9.0.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	69.300,00
TOTAL		91.003.041,48
Transferências Financeiras Concedidas aos Fundos, Fundações e à Câmara de Vereadores.		25.444.184,38
TOTAL GERAL		25.444.184,38

**IV - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS**

Art. 4º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 1.493.011,34 (um milhão, quatrocentos e noventa e três mil, onze reais e trinta e quatro centavos), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 4.084.952,38 (quatro milhões, oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos) e fixa as despesas em R\$ 5.577.963,72 (cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil, novecentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	1.441.011,34
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	52.000,00
3. RECEITA TOTAL .....	1.493.011,34

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.577.963,72
TOTAL		5.577.963,72

**II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	5.378.115,22
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	199.848,50
TOTAL		5.577.963,72

**V - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS**

Art. 5º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 18.813.236,80 (dezoito milhões, oitocentos e treze mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta centavos) as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 15.382.332,00 (quinze milhões trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e trinta e dois reais) e fixa as Despesas em R\$ 34.195.568,80 (Trinta e quatro milhões, cento e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	17.579.236,80
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	1.234.000,00
3. RECEITA TOTAL .....	18.813.236,80

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
10	SAÚDE	34.195.568,80
TOTAL		34.195.568,80

**II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	32.883.762,47
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	1.311.806,33
TOTAL		34.195.568,80

**VI - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUN DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CANOINHAS**

Art. 6º O Orçamento da entidade Fundo Municipal da Infância e Adolescência para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 125.300,00 (cento e vinte e cinco mil e trezentos reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 129.360,00 (Cento e vinte e nove mil e trezentos e sessenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	125.360,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00
3. RECEITA TOTAL .....	125.360,00

§ 2º - A Despesa da entidade do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	129.360,00
TOTAL		129.360,00

**II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	116.810,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	12.550,00
TOTAL		129.360,00

**VII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS – FUNREBOMPM DE CANOINHAS**

Art. 7º - O Orçamento da entidade Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da Polícia Militar de Canoinhas para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 408.120,00 (quatrocentos e oito mil, cento e vinte reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 138.600,00 (cento e trinta e oito mil e seiscentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 546.720,00 (quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e vinte reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	408.120,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00
3. RECEITA TOTAL .....	408.120,00

§ 2º - A Despesa da entidade do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e Melhoria da Polícia Militar de Canoinhas será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**



Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
06	SEGURANÇA PÚBLICA	546.720,00
TOTAL		546.720,00

## II- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	230.555,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	316.165,00
TOTAL		546.720,00

## VIII - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS

Art. 8º - O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 21.340,00 (Vinte e um mil, trezentos e quarenta reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 734.832,50 (setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 756.172,50 (setecentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	21.340,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00
3. RECEITA TOTAL .....	21.340,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
27	DESPORTO E LASER	756.172,50
TOTAL		756.172,50

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	738.222,50
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	17.950,00
TOTAL		756.172,50

## IX - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS

Art. 9º O Orçamento da entidade Fundação Cultural de Canoinhas para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 24.640,00 (Vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 734.332,50 (setecentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 758.972,50 (setecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	24.640,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00
3. RECEITA TOTAL .....	24.640,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
13	CULTURA	758.972,50
TOTAL		758.972,50

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	738.565,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	20.407,50
TOTAL		758.972,50

## X - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 10 - Orçamento da entidade Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 735.350,00 (Setecentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 365.350,00 (Trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.100.485,00 (um milhão, cem mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante as transferências financeiras do tesouro municipal, a arrecadação de rendas, as transferências de outras esferas de Governo, as rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros

anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES .....	735.350,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00
3. RECEITA TOTAL .....	735.350,00

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
20	AGRICULTURA	1.100.485,00
TOTAL		1.100.485,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	1.066.990,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	33.495,00
TOTAL		1.100.485,00

#### XI - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 11. O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 0,00 (Zero Reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e fixa as Despesas em R\$ 4.030.000,00 (quatro milhões e trinta mil reais).

§ 1º Os recursos disponíveis serão realizados mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminado nos quadros anexo, com os seguintes desdobramentos:

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS .....	4.000.000,00
2. TOTAL .....	4.000.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
01	LEGISLATIVA	4.000.000,00
TOTAL		4.000.000,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	3.970.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	30.000,00
TOTAL		4.000.000,00

#### XII - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO BÁSICO

Art. 12. O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saneamento Básico para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 1.155,00 (um mil cento e cinquenta e cinco reais), as transferências financeiras recebidas do tesouro municipal em R\$ 0,00 (Zero Reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.155,00 (um mil cento e cinquenta e cinco reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1. RECEITAS CORRENTES .....	1.155,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00
3. RECEITA TOTAL .....	1.155,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saneamento Básico será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
17	SANEAMENTO	1.155,00
TOTAL		1.155,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	1.155,00
TOTAL		1.155,00

#### XIII – DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV

Art. 13. O Orçamento da entidade Instituto canoinhense de Previdência – ICPREV, para o exercício de 2017 estima a receita em R\$ 11.600.000,00 (onze milhões e seiscentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 11.600.000,00 (onze milhões e seiscentos mil reais),

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferência financeiras do Tesouro Municipal, discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes

desdobramentos.

1. RECEITAS CORRENTES .....	11.538.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL .....	62.000,00
3. RECEITA TOTAL .....	11.600.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e quanto à natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

Código	FUNÇÃO	VALOR R\$
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.720.000,00
99	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	7.880.000,00
TOTAL		11.600.000,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00	Despesas Correntes	3.658.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital	62.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	Reserva de contingência	7.880.000,00
TOTAL		11.600.000,00

Art. 14. Os recursos da Reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme segue:

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

RESERVA DE CONTINGÊNCIA		69.300,00
9.9.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	69.300,00
EVENTOS		
Descrição		Valor
Demandas Judiciais não previstas		35.300,00
Frustração da arrecadação estimada		22.000,00
Outros Riscos Fiscais - Ocorrência de epidemias, enchentes, estiagem e outras situações de calamidade pública.		12.000,00
TOTAL		69.300,00

#### UNIDADE GESTORA: INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV

RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.880.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	Reserva de Contingência	7.880.000,00
EVENTOS		
Descrição		Valor
Passivos contingentes do RPPS		7.880.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 20/12/2017 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, descritos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 15. A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação em conformidade com a Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e suas alterações, e normas editadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC.

§ 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar por Decreto, dotações, de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

§ 2º Durante a execução orçamentária de 2017, autorizado por Lei, o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos fiscais, na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2017.

Art. 16. Poderá o Poder Executivo, nos termos do art. 167, V e VI da Constituição Federal e art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, abrir créditos adicionais, através de decreto, até o limite de um quarto do montante do orçamento inicialmente previsto, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, observados os valores disponíveis por fontes de recursos;  
II - os provenientes de excesso de arrecadação;  
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais;  
IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;  
Parágrafo único: excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 17. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operação de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64, será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 18. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais de projetos, atividades ou operações especiais, mediante Lei específica.

Art. 19. Durante o exercício de 2017 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei ou por créditos adicionais.

Art. 20. Através de Lei específica autorizativa e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Município poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 21. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 22. Ficam consignadas nas dotações de pessoal previsão para concessão de revisão e/ou correção salarial.

Parágrafo Único – As dotações de pessoal do orçamento poderão ser suplementadas sempre que necessário para fazer frente às despesas geradas com a reposição e/ou correção salarial, conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de subvenção ou auxílio, beneficiará somente aquelas declaradas de utilidade pública municipal de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.(Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 24. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos a título de cooperação técnica, financeira, técnica-financeira, ou contribuição beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, agrícola, econômico, administrativo e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.(Art. 4º, I, f; Art. 25 § 1º; e art. 26, caput da Lei Complementar 101/2000).

Art. 25. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, mediante Lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 26. Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 e Plano Plurianual 2014/2017, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgão e ações respectivas.

Art. 27. A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo revogadas as disposições em contrário.

Art. 28. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas-SC, 29 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## **PORTARIA Nº. 021/2017**

PORTARIA Nº. 021/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio à servidora MARIA SALETE CHACHAROVSKI, efetiva no cargo de Técnico de Higiene Dental, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2001/2006, a desfrutar no período de 06/02/2017 a 20/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 006/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 05/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino



# Capinzal

## PREFEITURA

### PORTARIA 0022/2017

PORTARIA Nº 0022, DE 02 DE JANEIRO DE 2017  
Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, formada por:

I – Ruites Valmir Andrioni Jr., engenheiro civil, portador do CPF nº 598.459.459-53, registro no CREA nº 031.257-1 e CRECI nº 008.351; e

II – Roberto Baretta, inscrito no CPF sob o nº 386.213.479-20, e no CREA sob o nº 22.047-2;

III - Sergio Luiz Riquetti, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e no CRECI sob o nº 6614;

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação do imóvel com área total de 1.416,545 m² (um mil, quatrocentos e dezesseis metros e quinhentos e quarenta e cinco centímetros quadrados), situado no lado par da Rua Alexandre Thomazzoni, nesta cidade, registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal sob matrícula nº 7.783, Livro nº 2-AE, Fls.

236, de propriedade de PROATIVA Madeiras LTDA.

§ 1º A área é dividida em: 756,945 m² (setecentos e cinquenta e seis metros e novecentos e quarenta e cinco centímetros quadrados) de área construída e 659,60 m² (seiscentos e cinquenta e nove metros e sessenta centímetros quadrados) de área do pátio, já inclusa a área de 103,82 m² (cento e três metros e oitenta e dois centímetros) de pátio coberto.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de vinte (20) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2017.  
NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

HILARIO CHIAMOLERA  
Secretário da Administração e Finanças, interino

## SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/01/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/01/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: BORDIGNON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 03.981.434/0001-08

OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S-10), DESTINADO AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA AUTARQUIA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

VALORES: R\$ 3,64 (TRÊS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS) / LITRO DE GASOLINA COMUM.

R\$ 2,92 (DOIS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) / LITRO DE ÓLEO DIESEL S-10.

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2017 A 31/12/2017

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2017 A 31/12/2017

### EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/03/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/03/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: BUSCHLE & LEPPER S.A.

CNPJ DO CONTRATADO: 84.684.471/0003-18

OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS, PARA O ATENDIMENTO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) E DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

VALORES: R\$ 1,73 (UM REAL E SETENTA E TRÊS CENTAVOS) POR QUILOGRAMAS DE HIPOCLORITO DE SÓDIO;

R\$ 4,20 (QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS) POR UNIDADES DE CLORO À BASE DE ÁCIDO TRICLORO-S- TRIAZINATRIONA (ÁCIDO TRICLOROISOCIANÚRICO) (CLORO ATIVO 90%). EM PASTILHAS DE 200G CADA;

R\$ 2,89 (DOIS REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS) POR QUILOGRAMAS DE PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO LÍQUIDO - CONCENTRAÇÃO 50%.

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2017 A 31/12/2017

### EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/02/2017

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/02/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: LABB - LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP.

CNPJ DO CONTRATADO: 81.322.141/0001-22

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE COLETA E REALIZAÇÃO DE ANÁLISES MENSAS, TRIMESTRAIS E SEMESTRAIS DA ÁGUA E DO ESGOTO, EM ATENDIMENTO A PORTARIA Nº 2914/11 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E RESOLUÇÃO Nº 357/2005 DO CONAMA).

VALOR: R\$ 41.000,00 (QUARENTA E UM MIL REAIS).

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/04/2017**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/04/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 46.481.156/0004-85

OBJETO: FORNECIMENTO DE CLORO GÁS PARA ATENDIMENTO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

VALOR: R\$ R\$ 8,10 (OITO REAIS E DEZ CENTAVOS) POR KG DE CLORO GÁS.

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2017 A 31/12/2017

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/05/2017**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/05/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 78.668.969/0001-22

OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS, PARA O ATENDIMENTO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) E DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

VALORES: R\$ 1,27 (UM REAL E VINTE E SETE CENTAVOS) POR QUILOGRAMA COAGULANTE INORGÂNICO CATIÔNICO PRÉ-POLIMERIZADO A BASE DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO (PAC) LÍQUIDO.

R\$ 0,87 (OITENTA E SETE CENTAVOS) POR QUILOGRAMA DE ÁCIDO FLUOSSILÍCICO.

R\$ 0,78 (SETENTA E OITO CENTAVOS) POR QUILOGRAMA DE CAL HIDRATADA.

R\$ 2,20 (DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS) POR QUILOGRAMA DE CARBONATO DE SÓDIO ANIDRO (BARRILHA LEVE).

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2017 A 31/12/2017

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/06/2017**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/06/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: INDÚSTRIA QUÍMICA MASCIA LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 87.822.110/0001-17

OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA ATENDIMENTO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) E DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

VALORES: R\$ 4,58 (QUATRO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) POR QUILOGRAMAS ANTIESPUMANTE SEM SILICONE.

R\$ 16,10 (DEZESSEIS REAIS E DEZ CENTAVOS) POR QUILOGRAMAS DE POLÍMERO CATIÔNICO GRANULADO.

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2017 A 31/12/2017

**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/07/2017**

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/07/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: CLAUDETE APARECIDA DE AMARANTE ME

CNPJ DO CONTRATADO: 11.335.689/0001-21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, COM FORNECIMENTO DE PESSOAL, MATERIAIS DE LIMPEZA E EQUIPAMENTOS, NA SEDE ADMINISTRATIVA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ALMOXARIFADO CENTRAL DO SIMAE.

VALORES: R\$ 2.214,26 (DOIS MIL DUZENTOS E QUATORZE REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS) MENSAIS PARA O CUMPRIMENTO DO ITEM 1 DO EDITAL Nº CAO/52/2016.

R\$ 1.006,23 (UM MIL E SEIS REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS) MENSAIS PARA O CUMPRIMENTO DO ITEM 2 DO EDITAL Nº CAO/52/2016.

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2017 A 31/12/2017

**SANTA CATARINA****SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Período: Novembro  
Página: 1

**BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA - NOVEMBRO/2016**

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>595.533,69</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>402.626,52</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.056,97	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>402.626,52</b>
RECEITA PATRIMONIAL	21.743,78	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	156.229,17
RECEITA DE SERVIÇOS	543.173,11	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	126.299,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.914,06	INVESTIMENTOS	120.098,16
ALIENAÇÃO DE BENS	7.645,77		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>961.387,29</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.017.625,54</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	85.077,70	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	82.841,85
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	403.693,05	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	469.857,27
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	3.483,04	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	3.483,04
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	469.133,50	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	459.095,64
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	2.347,74
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.198.342,93</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.335.011,85</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	2.064.028,00	BANCO C/ MOVIMENTO	2.192.163,46
POUPANÇA	134.314,93	BANCOS C/ VINCULADAS	7.645,77
		POUPANÇA	135.202,62
<b>TOTAL</b>	<b>3.755.263,91</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.755.263,91</b>

CAPINZAL, 16/12/2016

SIDNEI PENZO  
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

**BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA - OUTUBRO/2016**

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Período: Outubro  
Página: 1

**SANTA CATARINA**  
**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>571.102,67</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>484.935,09</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.422,40	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>484.935,09</b>
RECEITA PATRIMONIAL	19.784,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	322.446,44
RECEITA DE SERVIÇOS	532.306,21	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	136.788,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.589,86	INVESTIMENTOS	25.700,00
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.117.348,71</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.206.444,77</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	82.878,27	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	86.563,22
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	485.822,48	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	539.822,45
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDÇÃO	9.128,04	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDÇÃO	9.128,04
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	539.519,92	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	539.519,92
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	31.411,14
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.201.271,41</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.198.342,93</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	2.067.834,87	BANCO C/ MOVIMENTO	2.064.028,00
POUPANÇA	133.436,54	POUPANÇA	134.314,93
<b>TOTAL</b>	<b>3.889.722,79</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.889.722,79</b>

CAPINZAL, 16/12/2016

SIDNEI PENZO  
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

# Catanduvás

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2017 - PREGÃO Nº 0005/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2017

Objeto: Contratação de Transporte Escolar para o Ensino de Educação Infantil, Fundamental, Médio, Acadêmicos e Auto Socorro.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 25 de janeiro de 2017.

Dotação Orçamentária :

2.020.3390.00 - 136 - 29/2017 - TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL  
2.024.3390.00 - 100 - 40/2017 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR  
2.017.3390.00 - 101 - 24/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 06 de janeiro de 2017, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvás.sc.gov.br](http://www.catanduvás.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 06 de janeiro de 2017  
Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

### DECRETO 2.228/2017 - SUPLEMENTAÇÃO

#### DECRETO Nº 2.228/17 DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES E CONVÊNIO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE, APURADO NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2016, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvás (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município nº 2.520/15 de 08 de dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320, (art. 7º, I e 43, §1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art.1º - Fica o setor contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 103.368,86 (cento e três mil trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias.

Órgão UNID. ORÇ.	06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA 01 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS 1.037 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS Pavimentação da Rua Tiradentes Ministério das Cidades 53 – Aplicações Diretas (4490) Rec. Convênio União 0334 – Recurso Convênio da União	R\$ 60.360,96
Órgão UNID. ORÇ.	06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA 01 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS 1.037 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS Pavimentação da Rua Tiradentes Ministério das Cidades 53 – Aplicações Diretas (4490) Rec. Convênio União 0334 – Recurso Convênio da União	R\$ 21.207,90
Órgão UNID. ORÇ.	25 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS 1.094 – AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS Convênio Saúde Hospital aquisição de equipamentos 363 – Aplicações Diretas (4490) Rec. Convênio Saúde.	R\$ 21.800,00
	Total	R\$ 103.368,86

§ 1º Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de CONVÊNIOS (do Ministério das Cidades para a Rua Tiradentes e para Saúde Hospital com a aquisição de Equipamentos), resultante do Superávit Financeiro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 04 de janeiro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LUCIMAR SPADER

Secretária de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 06/01/2016.



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº PL/100/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº PL/100/2017 de 02 de janeiro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR COMISSIONADO LUAN RIBEIRO DA SILVA.

MONALISA RUARO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor Luan Ribeiro da Silva, ocupante do Cargo de Assessor de Imprensa, lotado na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, nos dias 02/01/2017 a 31/01/2017, referente ao período aquisitivo de 11/01/2016 a 10/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas (SC), 02 de janeiro de 2017.

MONALISA RUARO

Presidente

Registra-se e Publica-se em 02.01.2017.

Monalisa Ruaro

Presidente

Claire Regina Haro Zuqui

1ª Secretária

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 089/2017

PORTARIA Nº 089/2017

“Designa servidor para desempenhar função na secretaria municipal de desenvolvimento social e dá outras providências”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 71, IV e V da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o pedido de exoneração da Servidora Kassiane Chagas e a exoneração de sua substituta – Ana Cristina Menoncin Bosco (comissionada) que era a responsável pelos programas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

Considerando a necessidade de colocar servidor a disposição para desempenhar função no atendimento aos Programas do Bolsa Família e Habitação;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidor Público Municipal IRINEU MIRANDA NETO (CPF 048.754.569-99), ocupante do cargo de Diretor do Departamento Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para desempenhar função junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º. Fica nomeado o Servidor IRINEU MIRANDA NETO (CPF 048.754.569-99) para exercer a função de “GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PBF”.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrária.

Registre-se e Publique-se.

Caxambu do Sul – SC, 6 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

### PP 002/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 002/2017 PCS

Objeto: Contratação de empresa para firmar contrato de seguro de veículos da frota do Município de Caxambu do Sul, Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul e demais Fundos, de acordo com as especificações constantes no Anexo “C” deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 09:30 horas do dia 19/01/2017.

Abertura: dia 19/01/2017, às 10:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 09 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 8/2016

PREGÃO PRESENCIAL 21/2016  
MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC  
REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2016

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pelo Sra. INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS, brasileira, Prefeita Municipal, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

LA INFORMATICA, inscrita no CNPJ: 119248510001-45, sito à MARECHAL DEODORO 337 – CENTRO – CAMPOS NOVOS/SC, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. ANGELO MATOS DA CAS, inscrito pelo CPF: 015867539-83,; MAXI MOVEIS E PAPELARIA, inscrita no CNPJ: 23518341-0001/59, RUA FELIPE SCHMIDT, 265 – JOAÇABA/SC neste ato representada pelo seu representante legal Sr. LUCIANO PILATTI, inscrito pelo CPF: 021948939-46, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. RAPHAEL DEUCHER PIRES, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### 1. DO OBJETO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E HARDWARES PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMÁTICA E INTERNET PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC.

#### 2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

#### 2.2 - DOS ITENS

#### 3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar os itens nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

3.2 – Entregar os produtos na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado, e de acordo com as marcas estabelecidas nas propostas.

3.3 – Entregar somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

3.4 -Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

3.5 -Entregar os produtos e serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente, de acordo com a proposta apresentada.

3.6 - Todos os materiais devem ser de primeira linha, com garantia mínima de 6 (seis) meses em cada item LICITADO. Para que assim garanta a eficiência e qualidade na reposição de peças nos equipamentos da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde.

3.7 - Em caso de não funcionamento na instalação/primeiro uso de TODOS OS ITENS DESTE EDITAL, a empresa deverá enviar um

novo equipamento, lacrado.

#### 4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

#### 5. ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o objeto requisitado em até 5 dias úteis do recebimento da requisição (A.F) de Prestação de Serviços.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos (quando for o caso), bem como dos serviços que prestarem.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

#### 6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos será efetuado até 45 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

#### 7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, após 90 dias da homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei n. 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**8. DAS SANÇÕES**

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9. VIGÊNCIA**

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de 04/05/2016 à 04/05/2017.

**10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

**11. DESPESA**

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias de 2016:

PROJETO / ATIVIDADE	SECRETARIA/DESTINO
---------------------	--------------------

8 11	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
13 16	SECRETARIA DE AGRICULTURA 4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
25 24	SECRETARIA CIDADE E MEIO AMBIENTE 4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
45 46	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
55 57	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 4.4.90.00.00.00.00.00.0201 – Aplicações Diretas
73 74 82 100	FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00.0081 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
5 8	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 3.3.90.00.00.00.00.00.0202 – Aplicações Diretas 4.4.90.00.00.00.00.00.0202 – Aplicações Diretas

**12. RESCISÃO**

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

**13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

**14. DO FORO**

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 04 de maio de 2016.

PREFEITA MUNICIPAL

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

JOAO GUILHERME BISCARO

ASSESSOR JURIDICO

OAB/SC 28375

DETENTORES:

L.A. INFORMATICA

ANGELO MATOS DA CAS

MAXI MOVEIS E PAPELARIA

LUCIANO PILATTI

**CONTRATO ADITIVO 106/2016**

MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 106/2016

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA INOVAR CONSTRUÇÕES.

Pelo presente termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.493.343/0001-22, com sede sito à Rua Dom Daniel Hostin nº 930, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representado por seu titular a senhora INES TEREZINHA PEGORARO, Prefeita Municipal, residente e domiciliado no município de Celso Ramos - SC, e a empresa INOVAR CONSTRUÇÕES – SEDENIR DE LORENZI, inscrita no CNPJ nº 13.793.660/0001-19, com sede na Rua Dom Daniel Hostin, Centro, município de Celso Ramos - SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada por SEDENIR DE LORENZI, inscrito no CPF sob o nº 050.948.279-10, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório nº 62/2016, Tomada de Preços 03/2016, que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de R\$ 26.733,75 (vinte e seis mil setecentos e trinta e três reais e setenta centavos), ao Contrato Administrativo 106/2016, decorrentes de alterações do projeto original para proceder aos reparos necessários na estrutura, melhorias nos banheiros, nas paredes dos depósitos e nas instalações elétricas, bem como efetuar a pintura.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO**

O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas não constantes do projeto original R\$ 26.733,75 (vinte e seis mil setecentos e trinta e três reais e setenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA –** Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 15 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Celso Ramos  
Contratante

Inovar Construções  
Contratada

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 40/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 155/2014.

ADITIVO Nº: 40/2016.

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: JACI GUAREZI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 128/PMCS/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 25/PMCS/2014.

Objeto do contrato: locação do imóvel de propriedade do locador, localizado na Rua Jacinta Redivo, n. 242, Bairro Horizonte, neste município, para nele serem instalados Serviços Públicos de Interesse do Município - Armazenar Material da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 23/12/2014.

Assinatura: 14/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

**DECRETO N. 037/2017**

DECRETO Nº037/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 014/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 014/2015 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. JULCIONIR CUNICO , ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 014/2015.

Cordilheira Alta, SC, 05 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 016/2017**

DECRETO Nº016/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 266/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 266/2016 que atribui Adicional de Responsabilidade, na ordem de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao Servidor Municipal IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista , lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 266/2016.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 017/2017**

DECRETO Nº017/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 057/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 057/2016 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. Juliano Brustolin, ocupante do cargo de Médico Especialista-Geriatria, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 057/2016.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 018/2017**

DECRETO Nº018/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 053/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 053/2016 Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, a Servidora Municipal, Sra. ELIANE GRACIANI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 053/2016.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 019/2017**

DECRETO Nº019/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 239/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 239/2016 que atribui função de confiança, na ordem de 40% sobre o vencimento do cargo que ocupa, ao servidor Municipal, Sr. EVERSON VIVIAN, ocupante do cargo de operador de máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 239/2016.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 020/2017**

DECRETO Nº020/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 432/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 432/2015 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. IVANIA ATUATTI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 432/2015.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 021/2017**

DECRETO Nº021/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 392/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 392/2015 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. CARMEN APARECIDA TRES-SOLDI WARKEN, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 392/2015.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 022/2017**

DECRETO Nº022/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 297/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 297/2015 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. MARIA TERESINHA LUSA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 297/2015.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 023/2017**

DECRETO Nº023/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 143/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 143/2015 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 143/2015.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 024/2017**

DECRETO Nº024/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 142/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 142/2015 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. MÁRCIA DALAGASPERINA BOFF, ocupante do cargo de Assistente Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 142/2015.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 025/2017**

DECRETO Nº025/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 139/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 139/2015 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. JOÃO DO ROSÁRIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 139/2015.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 026/2017**

DECRETO Nº026/2017, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 138/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 138/2015 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. MIGUEL DO ROSÁRIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 138/2015.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 027/2017**

DECRETO Nº027/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal Sra. KATIA ROSY GRANDO, ocupante do cargo de Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 18/01/2015 a 17/01/2016 que serão gozadas a partir de 16/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

KATIA ROSY GRANDO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO N. 028/2017**

DECRETO Nº028/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal Sra. SILVANA M. FAVERO, ocupante do cargo de Técnico em Controle Interno, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016 que serão gozadas a partir de 09/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

SILVANA M. FAVERO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO N. 029/2017**

DECRETO Nº029/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. RAFAELA REGINA PACIFICO DEZEN, ocupante do cargo de Secretária Municipal, com carga horária integral, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 030/2017**

DECRETO Nº030/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

"REVOGA DECRETO N. 136/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 136/2015 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. Sr. FABIANO MORESCO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 136/2015.

Cordilheira Alta, SC, 03 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal



Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 031/2017**

DECRETO Nº031/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 135/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 135/2015 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. OSMAR BREANCINI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 135/2015.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 032/2017**

DECRETO Nº032/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 132/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 132/2015 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. JUSTINA GRACIANI VILANI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 132/2015.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 033/2017**

DECRETO Nº033/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 131/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 131/2015 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. VALDEMAR NECKER DE MOURA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 131/2015.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **DECRETO N. 034/2017**

DECRETO Nº034/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“FIXA HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o horário de expediente externo para atendimento ao público, na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, que será de segundas às sextas-feiras das 07:30 h às 11:30 h e das 13 h às 17 h.

Art. 2º Esta Decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 035/2017**

DECRETO Nº035/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 016/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 016/2015 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. ADEMIR PEDRO GROLLE, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 016/2015.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 036/2017**

DECRETO Nº035/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 016/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 016/2015 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. ADEMIR PEDRO GROLLE, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 016/2015.

Cordilheira Alta, SC, 04 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 038/2017**

DECRETO Nº038/2017, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 362/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 362/2014 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. . ADRIANA DE CÉZARO MORESCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 362/2014.

Cordilheira Alta, SC, 05 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 039/2017**

DECRETO Nº039/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

**"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBROS DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membros da família a Servidora Municipal, Sra . CLÁUDIA MICHELI ZIMMER, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 04/01/2017.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 040/2017**

DECRETO Nº040/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. ÉRICA SOARES VARIANI, conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 10/01/2016 a 09/01/2017, que serão gozadas a partir de 27/02/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

ÉRICA SOARES VARIANI Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO N. 041/2017**

DECRETO Nº041/2017, DE 0 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. LEANDRO TREVISAN, ocupante do cargo de Médico Especialista Pediatra, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 04/03/2015 a 03/03/2016 que serão gozadas a partir de 10/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

LEANDRO TREVISAN Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

**DECRETO N. 042/2017**

DECRETO Nº042/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"REVOGA DECRETO N. 619/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 619/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. DIRCEU GUOLO ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 619/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 043/2017**

DECRETO Nº043/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"REVOGA DECRETO N. 604/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 604/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. DIVA CORREA FIGUEIRO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 604/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 044/2017**

DECRETO Nº044/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 605/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 605/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. . EDER PIZZATTO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 605/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 045/2017**

DECRETO Nº045/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 606/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 606/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, à Servidora Municipal, Sra. EDILEIA VILANI ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 606/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 046/2017**

DECRETO Nº046/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 620/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 620/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. ELEANDRO FANTINEL, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 620/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 047/2017**

DECRETO Nº047/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 264/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 264/2016 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, a Servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 264/2016.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 048/2017**

DECRETO Nº048/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 622/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Revoga Decreto n. 622/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. LAUDIR ANTONIO PEDROSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 622/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 049/2017**

DECRETO Nº049/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 609/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Revoga Decreto n. 609/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, a Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FÁVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 609/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 050/2017**

DECRETO Nº050/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 623/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Revoga Decreto n. 623/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. LUCIANO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura .

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 623/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 051/2017**

DECRETO Nº051/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 263/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Revoga Decreto n. 263/2016 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, a Servidora Municipal, Sra. MARGA ANGELA MOCELLIN GIACOMIN, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 263/2016.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento



**DECRETO N. 052/2017**

DECRETO Nº052/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 625/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 625/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, a Servidora Municipal, Sra. . NILVETE APARECIDA SARTOR ATUATTI, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 625/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 053/2017**

DECRETO Nº053/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 611/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 611/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, a Servidora Municipal, Sra. . SYDIANE MARIA DEBASTIANE ZAMIANI ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 611/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 054/2017**

DECRETO Nº054/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 627/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 627/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. . SILVANO ANDREIS GABRIEL, ocupante do cargo de Operador de Máquinas .

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 627/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 055/2017**

DECRETO Nº055/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 628/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 628/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. . SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 628/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 056/2017**

DECRETO Nº056/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"REVOGA DECRETO N. 629/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 629/2013 que Atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. VALDINEI GARBOZZA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 629/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 057/2017**

DECRETO Nº057/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"REVOGA DECRETO N. 445/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 445/2013 que atribui função de confiança, na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. ANDRÉ LUIZ NASSINGER, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 445/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 058/2017**

DECRETO Nº058/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"REVOGA DECRETO N. 469/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 469/2013 que atribui função de confiança, na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sra. ANDRÉIA REGINA DI DOMÊNICO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 469/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 060/2017**

DECRETO Nº060/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"REVOGA DECRETO N. 443/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 443/2013 que atribui função de confiança, na ordem de 40 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sra. KELY CRISTINA RANZAN ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 443/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 061/2017**

DECRETO Nº061/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 462/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Revoga Decreto n. 462/2013 que atribui função de confiança, na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sra. OLIVIO BATISTA DE MATTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 462/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 062/2017**

DECRETO Nº062/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 468/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Revoga Decreto n. 468/2013 que atribui função de confiança, na ordem de 20 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sra. ZENILDA MALACARNE STAKONSKI, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 468/2013.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 063/2017**

DECRETO Nº063/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 141/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Revoga Decreto n. 141/2015 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, a Servidora Municipal, Sra. MÁRCIA ZANETTE, ocupante do cargo de Assistente de Farmácia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 141/2015.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 064/2017**

DECRETO Nº064/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

**"REVOGA DECRETO N. 134/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º Revoga Decreto n. 134/2015 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, a Servidora Municipal, Sra. ARLETE DAL SANTO GROLI, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 134/2015.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N. 065/2017**

DECRETO Nº065/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

“REVOGA DECRETO N. 621/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Revoga Decreto n. 621/2015 que atribui Adicional de Responsabilidade na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, a Servidora Municipal, Sra. JOÃO BASEGGIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 621/2015.

Cordilheira Alta, SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**EXTRATO AO CONTRATO N. 11 - FMS**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 11/2016 FMS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 014/2014 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: INVOLÁVEL MONITORAMENTO SANTA CATARINA LTDA

Objeto: Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação por 12 (doze) meses da vigência do Contrato Administrativo n. 14/2014 FMS, que possui o seguinte objeto: “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E RONDA OSTENSIVA NAS REPARAÇÕES PÚBLICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA”.

VIGÊNCIA: Com a presente prorrogação o Contrato Administrativo n. 14/2014 FMS estenderá seus efeitos até 31/12/2017.

Signatários: Alceu Mazzioni/Rafaela Regina Pacifico Dezen e Carolina Giacomelli Vivian.

Cordilheira Alta, SC, em 26/12/2016.

**EXTRATO AO CONTRATO N. 51/2016**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 51/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 39/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: DE MARCO LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ANO/MODELO 2016/2017 OU SUPERIOR, ZERO KM, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TIPO MINIBUS ESCOLAR, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 20 (VINTE) PASSAGEIROS – ITEM 01.

VALOR: R\$ 144.900,00 (Cento e quarenta e quatro mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31/12/2016.

RECURSOS: Projeto/Atividade nº 1.001, previsto na Lei Orçamentária do Exercício de 2016.

Signatários: Alceu Mazzioni e Rafael Tozzo.

Cordilheira Alta, SC, em 12/12/2016.

**EXTRATO AO CONTRATO N. 52/2016**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 52/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº 079/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NAS RUAS JOÃO MARTINI, LOCALIZADA NO CONJUNTO RESIDENCIAL CORDILHEIRA ALTA, E RUA ALBERTO TRESSOLDI, LOCALIZADA NO BAIRRO ROSA LINDA, COMPREENDENDO UM TOTAL DE 3.686,50M².

VALOR: R\$ 215.895,57 (duzentos e quinze mil oitocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos)

RECURSOS:

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 30/06/2017

Despesa	Projeto/Atividade	Item Orçamentário	
168	1018	44905191	REPASSE FEDERAL FINACIAMENTO MINISTÉRIO DAS CIDADES
96	1018	44905191	CONTRAPARTIDA MUNICIPAL

Signatários: Alceu Mazzioni e Lenoir José de Oliveira.

Cordilheira Alta, SC, em 20/12/2016.

#### **EXTRATO AO CONTRATO N. 54/2016**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 54/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 05/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA

Objeto: Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses da vigência do Contrato Administrativo n. 05/2016, no que se refere ao LICENCIAMENTO DE USO E MANUTENÇÃO DO SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VIGÊNCIA: Com a presente prorrogação o Contrato Administrativo n. 05/2016 estenderá seus efeitos até 31/12/2017.

Signatários: Alceu Mazzioni e Mauri Cesar Dengo.

Cordilheira Alta, SC, em 26/12/2016.

#### **EXTRATO AO CONTRATO N. 55/2016**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 54/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: RINOVI CONSTRUTORA LTDA ME

Objeto: O Objeto do presente Aditivo é a prorrogação, em 90 (noventa) dias, do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 41/2016, que possui o seguinte objeto: contratação de empresa especializada para executar obra de construção de uma Capela Mortuária com área de 123,60m² na comunidade de Linha Bento Gonçalves, interior do Município de Cordilheira Alta – Item 01.

Signatários: Alceu Mazzioni e Ivonir Flores.

Cordilheira Alta, SC, em 29/12/2016.

#### **EXTRATO AO CONTRATO N. 53/2016**

Extrato DO CONTRATO ADM N. 53/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 078/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC

CONTRATADA: INVOLÁVEL MONITORAMENTO SANTA CATARINA LTDA.

Objeto: Constitui como Objeto do presente Termo a prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses da vigência do Contrato Administrativo n. 78/2014, que possui o seguinte objeto: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E RONDA OSTENSIVA NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA".

VIGÊNCIA: com a presente prorrogação o Contrato Administrativo n. 78/2014 estenderá seus efeitos até 31/12/2017

Signatários: Alceu Mazzioni e Carolina Giacomelli Vivian.

Cordilheira Alta, SC, em 26/12/2016.



**TF. MÊS 12/2016****Santa Catarina  
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 01/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>1.077,54</b>
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	646,52
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	431,02

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina  
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 02/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>2.673,71</b>
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	1.430,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	746,23
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	497,48

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 05/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.787,26
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.072,36
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	714,90

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 06/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		848,66
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	509,20
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	339,46

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 07/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		30.222,94
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	9.200,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.028,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.384,50
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	736,57
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	491,04

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 08/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		280.756,28
4.1.7.2.1.01.03.01.00	Fundo de Participação dos Municípios Ordinário - dezembro	209.886,10
4.1.7.2.1.01.03.02.00	Fundo de Participação dos Municípios Educação - dezembro	69.962,03
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	544,89
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	363,26

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 09/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		200.576,16
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	126.256,19
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	63.128,10
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	44.423,47
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3,27
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,63
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,15
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.115,07
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.410,04
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-46.761,55
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1,21

Cordilheira Alta, 06/01/2017

ALCEU MAZZIONI  
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
 CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 12/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.856,62
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.113,97
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	742,65

Cordilheira Alta, 06/01/2017

ALCEU MAZZIONI  
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
 CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 13/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		7.681,63
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.608,98
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.072,65

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 14/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		42.237,89
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	14.829,80
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.444,85
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	10.963,24

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8



**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 15/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		32.953,89
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	19.772,33
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	13.181,56

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 16/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		3.195,45
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	1.675,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	912,27
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	608,18

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 19/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.676,27
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.005,76
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	670,51

Cordilheira Alta, 06/01/2017

ALCEU MAZZIONI  
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
 CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 20/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		183.532,87
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	111.177,04
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	55.588,52
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	39.117,85
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7,01
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3,50
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	2,46
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	11.289,45
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.526,30
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-41.176,67
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2,59

Cordilheira Alta, 06/01/2017

ALCEU MAZZIONI  
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
 CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 21/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		10.068,73
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.755,84
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.587,73
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.725,16

Cordilheira Alta, 06/01/2017

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 22/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		17.721,54
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD SUAS	6.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.032,92
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.688,62

Cordilheira Alta, 06/01/2017

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 23/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		36.808,50
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	11.813,38
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	2.860,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PSB - PROTEÇÃO SOCIAL B.	11.456,94
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.406,91
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.271,27

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 26/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		9.426,01
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	1.623,08
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transf do FNS BLMAC	3.389,97
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.647,78
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.765,18

Cordilheira Alta, 06/01/2017

---

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 27/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>39.961,72</b>
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.098,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00	Transferências do FEX	28.559,43
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.582,57
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.721,72

Cordilheira Alta, 06/01/2017

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 28/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>39.581,84</b>
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	6.844,50
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	8.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistencia Farmaceutica Basica	1.623,08
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	4.460,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	9.200,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Transferencia de recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	872,56
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	581,70

Cordilheira Alta, 06/01/2017

ALCEU MAZZIONI  
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8



**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 29/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		191.240,01
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	101.277,35
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	50.638,68
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	35.634,62
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	1.675,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PSB - PROTEÇÃO SOCIAL B.	28.370,82
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.692,20
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.461,46
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-37.510,12

Cordilheira Alta, 06/01/2017

ALCEU MAZZIONI  
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
 CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Data do Recebimento: 30/12/2016

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		369.245,47
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	218.404,89
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	109.202,45
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	76.846,17
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PSB - PROTEÇÃO SOCIAL B.	24.707,78
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.581,39
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	790,69
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	556,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.098,75
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.065,83
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-77.423,20
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-585,69

Cordilheira Alta, 06/01/2017

ALCEU MAZZIONI  
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO  
 CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 71 A 79/2016**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 71/2016 AO CONTRATO Nº 58/2016

Contratado: JEAN PYER VIVIAN EIRELI – ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 58/2016, prorrogando-se a vigência e execução do contrato para 28/04/2017, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 28/04/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 72/2016 AO CONTRATO Nº 59/2016

Contratado: TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 59/2016, prorrogando-se a vigência e execução do contrato para 28/04/2017, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 28/04/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 73/2016 AO CONTRATO Nº 60/2016

Contratado: AGROPRATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 60/2016, prorrogando-se a vigência e execução do contrato para 28/04/2017, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 28/04/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 74/2016 AO CONTRATO Nº 61/2016

Contratado: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI – ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 61/2016, prorrogando-se a vigência e execução do contrato para 28/04/2017, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 28/04/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 75/2016 AO CONTRATO Nº 64/2016

Contratado: ACOMAQ INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 64/2016, prorrogando-se a vigência e execução do contrato para 28/04/2017, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 28/04/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 76/2016 AO CONTRATO Nº 65/2016

Contratado: JEAN PYER VIVIAN EIRELI – ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 65/2016, prorrogando-se a vigência e execução do contrato para 28/04/2017, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 28/04/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 77/2016 AO CONTRATO Nº 66/2016

Contratado: JHONNY MAQUINAS E IMPLEMENTOS EIRELI – EPP

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 66/2016, prorrogando-se a vigência e execução do contrato para 28/04/2017, com fundamento no § 1º do Art.

57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 28/04/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 78/2016 AO CONTRATO Nº 67/2016

Contratado: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI – ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 67/2016, prorrogando-se a vigência e execução do contrato para 28/04/2017, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 28/04/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 79/2016 AO CONTRATO Nº 68/2016

Contratado: ALTAIR FABRO & CIA LTDA – EPP

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 68/2016, prorrogando-se a vigência e execução do contrato para 28/04/2017, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 28/04/2017

# Corupá

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 11105/17**

DECRETO Nº 11105/17.

NOMEIA O SR. EVERALDO MOKWA PARA RESPONDER DE MANEIRA ACUMULATIVA O CARGO DE SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. EVERALDO MOKWA, para responder de maneira acumulativa ao cargo de Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, acumulando o cargo de Secretário de Infra Estrutura, percebendo exclusivamente a remuneração do cargo de Secretário de Infra Estrutura, nos termos do Decreto nº 1192/17.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
06 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº 11106/17**

DECRETO Nº 11106/17.

NOMEIA O SR. IRINEU PASOLD PARA RESPONDER DE MANEIRA ACUMULATIVA O CARGO DE SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. IRINEU PASOLD, para responder de maneira acumulativa ao cargo de Secretário de Assistência Social, Trabalho e Habitação, acumulando o cargo de Secretário de Saúde, percebendo exclusivamente a remuneração do cargo de Secretário de Saúde, nos termos do Decreto nº 1190/17.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
06 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº 11107/17**

DECRETO Nº 11107/17

NOMEIA A SRA. SILVANA WILLE KLETTENBERG, PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Chefe de Divisão de Assistência Social é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a SRA. SILVANA WILLE KLETTENBERG, para ocupar o cargo de Chefe de Divisão de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº 11108/17**

DECRETO Nº 11108/17

NOMEIA A SRA. DANIELA NEVES DE SOUZA, PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR E SUPRIMENTOS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Chefe de Divisão de Merenda Escolar e Suprimentos é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a SRA. DANIELA NEVES DE SOUZA, para ocupar o cargo de Chefe de Divisão de Merenda Escolar e Suprimentos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de janeiro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **DECRETO Nº 11109/17**

DECRETO Nº 11109/17

NOMEIA A SRA. ROSELI SIEWERT, PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSORA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Assessora de Educação e Cultura é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a SRA. ROSELI SIEWERT, para ocupar o cargo de Assessora de Educação e Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de janeiro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **DECRETO Nº 11110/17**

DECRETO Nº 11110/17

NOMEIA O SR. ELISIO WEDDERHOFF, PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Chefe de Divisão de Educação é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. ELISIO WEDDERHOFF, para ocupar o cargo de Chefe de Divisão de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de janeiro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **DECRETO Nº 11111/17**

DECRETO Nº 11111/17

NOMEIA O SR. EUGÊNIO SCHIOCHET, PARA OCUPAR O CARGO DE SUPERVISOR DE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Supervisor de Topografia e Engenharia é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. EUGÊNIO SCHIOCHET, para ocupar o cargo de Supervisor de Topografia e Engenharia.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de janeiro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **DECRETO Nº 11112/17**

DECRETO Nº 11112/17

NOMEIA O SR. LUIZ CIEPLY, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Diretor de Obras e Infra Estrutura é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. LUIZ CIEPLY, para ocupar o cargo de Diretor de Obras e Infra Estrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de janeiro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº 11113/17**

DECRETO Nº 11113/17

NOMEIA A SRA. ANDRÉIA MIOTTO, PARA OCUPAR O CARGO DE GERENTE DE DIVISÃO DE FROTA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Gerente de Divisão de Frota é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a SRA. ANDRÉIA MIOTTO, para ocupar o cargo de Chefe de Gerente de Divisão de Frota.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº 11114/17**

DECRETO Nº 11114/17

NOMEIA A SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY, PARA OCUPAR O CARGO DE COORDENADORA DE EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Coordenadora de Equipe de Saúde da Família é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY, para ocupar o cargo de Coordenadora de Equipe de Saúde da Família.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº 11115/17**

DECRETO Nº 11115/17

NOMEIA A SRA. PATRICIA BUBLITZ, PARA OCUPAR O CARGO DE COORDENADORA DE EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Coordenadora de Equipe de Saúde da Família é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. PATRICIA BUBLITZ, para ocupar o cargo de Coordenadora de Equipe de Saúde da Família.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**DECRETO Nº 11116/17**

DECRETO Nº 11116/17

NOMEIA O SR. HEDIBERTO BERTHELSEN, PARA O CARGO DE ASSESSOR DE OPERAÇÃO DA AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. HEDIBERTO BERTHELSEN, para o cargo de Assessor de Operação da Autarquia Águas de Corupá.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

06 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**DECRETO Nº 11117/17**

DECRETO Nº 11117/17

NOMEIA O SR. ADILSON CONTE, PARA OCUPAR O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Chefe de Divisão de Serviços Público é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o SR. ADILSON CONTE, para ocupar o cargo de Chefe de Divisão de Serviços Público.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 06 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa DaCaz Auto Peças Ltda Me, com o valor total de R\$ 3.134,70 (Três mil e cento e trinta e quatro reais e setenta centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA VIATURA FORD MODELO TRANSIT ANO E MODELO 2010/2011, PLACA MIT7321, DENOMINADA ASU 241, UTILIZADA NA ATIVIDADE OPERACIONAL DO 2º BBM/SEDE, CONFORME JUSTIFICATIVA A VIATURA EM QUESTÃO É UMA AMBULÂNCIA DESTINADA AO ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIA DE SOCORROS PRÉ-HOSPITALARES, E ESTA É A ÚNICA DISPONÍVEL NO MUNICÍPIO, E DEMAIS JUSTIFICATIVAS EM ANEXO, ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 24 INCISO IV DA LEI 8.666/93.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – “Nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 02 de janeiro de 2017.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Josué Mocelin

Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitibanos, 02 de janeiro de 2017.

Herlon Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 02 de janeiro de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

# Ermo

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO N° 06/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 06/2017 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando o fornecimento de Gêneros Alimentícios para serem utilizados no preparo da merenda escolar dos alunos do Ensino Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante o exercício de 2017, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00, hs do dia 23/01/2016 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:00 hs às 12:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### **TOMADA DE PREÇOS 01/2017**

Extrato de Licitação

Tomada de Preços p/ compras e serviços nº 01/2017

O Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, 458, centro, Faxinal dos Guedes-SC, CEP nº 89.694-000, através de seu Prefeito Municipal GILBERTO ALNGELO LAZZARI, TORNA PUBLICO a todos os interessados, que autorizou nos termos do presente processo, na Modalidade de Tomada de Preços para Contratação de Serviços nº 001/2017, visando a seleção de interessados na realização da execução global, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil para Administração Pública Municipal no exercício de 2017, com data prevista para recebimento dos envelopes contendo, documentação para habilitação jurídica, técnica, fiscal e proposta, na Secretaria de Administração, até o dia 06 de fevereiro de 2017, às 09h30min , e abertura da sessão pública às 10h00min deste mesmo dia e local, junto ao endereço Avenida Rio Grande do Sul, 458, centro, Faxinal dos Guedes-SC, CEP nº 89.694-000, demais informações poderão ser contatadas no Departamento de Licitações das 08h00min às 12h00min, através do telefone (49) 3436-4300 e o edital na sua íntegra está disponível junto ao sítio [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) .

Faxinal dos Guedes, 05 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS

AVISO DE INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS

Lei municipal n. 441/2009

Alteração Lei Municipal n. 460/2010

DOCUMENTAÇÃO: A presente incineração esta amparada na legislação mencionada acima, os documentos que serão incinerados são relativos aos anos de 1997 até o ano 2000, serão incinerados documentos relativos a licitações, documentos contábeis, do setor de recursos humanos entre outros documentos que perderam valor jurídico.

CÓPIAS: Os interessados em requererem cópia da documentação deverão requisitar copias junto ao setor de Controle Interno do Município e atender o Art. 4º da Lei Municipal n. 441/2009, sendo que o prazo de 15 dias será contado a partir da data desta publicação.

INCINERAÇÃO: O levantamento e organização dos documentos ocorrerá no dia 28 de janeiro de 2017 com início às 09:00 horas, junto ao almoxarifado do município. Não sendo possível a incineração nesta data a Comissão Municipal de Arquivo fará no primeiro dia útil subsequente mantido o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: O presente ato está legalmente vinculado às Leis Municipal n. 441/2009 e Lei Municipal n. 460/2010.

Flor do Sertão – SC, aos 06 dias do mês de janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 062/2017

	PORTARIA Nº 062/2017
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal DIRCIANE FALKOSKI NEUHAUS, ocupante do Cargo de Assistente de Tributação lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, no período de 09/01/2017 a 07/02/2017, relativo ao período aquisitivo 12/15 a 12/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 09 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 063/2017

	PORTARIA Nº 063/2017
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE



Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal LEANDRO NEUHAUS, ocupante do Cargo de Agente de Administração exercendo a função de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração no período de 09/01/2017 a 07/02/2017, relativo ao período aquisitivo 01/16 a 01/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 09 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

## PORTARIA Nº 064/2017

	PORTARIA Nº 064/2017
	CONTRATA FUNCIONÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a funcionária KARINE BERNARDI WELTER, inscrita no CPF nº 058.453.349-77 com carga horária de 40 horas semanais, no cargo Comissionado de Assessora Especial I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social percebendo vencimentos constantes do quadro próprio, conforme a lei.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 09 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **AVISO CHAMADA PUBLICA - MERENDA ESCOLAR 2017**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2017 - PMF

Objeto: O Município de Fraiburgo(SC), com base Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará o Chamamento Público para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. Os interessados deverão protocolar os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTAS DE PREÇOS (projeto de venda) até às 14:00 horas do dia 31 de janeiro de 2016, para abertura no mesmo dia às 14:15 horas, na Sala do Departamento de Compras e Licitação do Município, sito a Avenida Rio das Antas, 185-Centro. Informações Complementares: O Edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas na Secretaria de Educação, através do telefone (49)3256-4257, ou, no Departamento de Compras e Licitações, através do telefone: (49) 3256-3039/3023.

Fraiburgo(SC), 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001\_2017-FMS**

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2017 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Dispensa de Licitação nº 0001/2017, para contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de controle de qualidade do laboratório de análises clínicas da Unidade de Saúde Vila Salete do município de Fraiburgo, nas áreas de bioquímica, hematologia, imunologia, microbiologia, parasitologia, urinálise, educação continuada do programa básico e hemoglobina glicosilada do programa avançado. Valor total: R\$ 5.140,32 (cinco mil, cento e quarenta reais e trinta e dois centavos), e será pago em 12 (doze) parcelas mensais iguais de R\$ 428,36 (quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e seis centavos). Empresa Contratada: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA – PNCQ, inscrita no CNPJ sob nº 73.302.879/0001-08. Fundamento Legal: Art 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001\_2017-SF**

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2017 – SF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2017 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, neste ato representado pelo Presidente, torna público a Dispensa de Licitação nº 0001/2017, cujo objeto é a contratação de serviços de manutenção e atualização do site da Sanefrai ([www.sanefrai.sc.gov.br](http://www.sanefrai.sc.gov.br)), no valor total de R\$ 1.500,00 (um mil e seiscientos reais) e será pago em 05 parcelas, com vigência 03.01.2017 e 31.05.2017, com base no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93. Empresa contratada: Revolucion Serviços de Informática Ltda ME, inscrita no CNPJ sob.

nº 09.484.316/0001-70.

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.

Idlo Lucas – Presidente da SANEFRAI

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002\_2017-FMS**

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2017 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0002/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, torna público a Dispensa de Licitação nº 0002/2017 cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para prestação de serviços relativos ao suporte e atualização técnica para o sistema COVS – Controle Operacional da Vigilância Sanitária. Valor total: R\$ 2.427,12 (dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e doze centavos), e será pago em 12 (doze) parcelas mensais iguais de R\$ 202,26 (duzentos e dois reais e vinte e seis centavos). Empresa Contratada: HGL TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.471.338/0001-85. Fundamento Legal: Art 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003\_2017-PMF**

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003/2017 - PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0010/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Município de Fraiburgo – SC, neste ato representado pela Prefeitura, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0003/2017, cujo objeto é o fornecimento de créditos para o transporte de funcionários do Município de Fraiburgo, nos termos da Concessão de prestação e exploração de serviços públicos de transporte coletivo urbano de passageiros, na modalidade convencional regular e seletivo, por ônibus, conforme contrato nº CT12PMF121, datado de 11 de maio de 2012. Valor total do contrato: R\$ 282.720,00 (duzentos e oitenta e dois mil e setecentos e vinte reais). Vigência: de 03 de janeiro a 31 de dezembro de 2017. Empresa Contratada: Santa Teresinha Transporte e Turismo Ltda. Fundamento Legal: Art. 25, Caput, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004\_2016-AGF**

Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0004/2016-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0011/2017 – PMF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2017 – PMF

O Município de Fraiburgo – SC, neste ato representado pelo Prefeito, torna público, com fundamento no art. 25, inc. I, da Lei nº

8.666/93 e alterações, a Inexigibilidade de Licitação nº 0004/2017, cujo objeto é a contratação da empresa AGF – ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA., inscrita no CNPJ de nº 03.910.392/0001-14, para prestação de serviços de operacionalização de 12 (doze) geradores de solo para combate ao granizo, instalados nas Localidades: Barro Preto; Vila Reflor – Butiá Verde; Faxinal dos Domingues; Assentamento Rio Mansinho; Linha Brasília; Nossa Senhora de Saúde; Baia e Taboão, Arroio da Barra; Casa do Turista; Dez de Novembro. No município de Fraiburgo, durante o período de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 242.391,45 (duzentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.850,31 (um mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e um centavos), pela prestação de serviços e R\$ 18.348,98 (dezoito mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos).

Fraiburgo(SC), 03 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001\_2017-FME RP 0001- DOM (1)**

Aviso do Pregão Presencial nº 0001/2017 – FME

Registro de Preços Nº 0001/2017 – FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa do ramo para a realização de serviços de arbitragem e de mesário dos campeonatos municipais, jogos escolares e amistosos deste município. Vigência da Ata: Janeiro a Dezembro de 2017. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro a dezembro de 2017. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 19.01.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001\_2017-RP 0001 PMF-DOM**

Aviso do Pregão Presencial nº 0001/2017 – PMF

Registro de Preços Nº 0001/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisição de material escolar para os alunos que frequentam os Centros de Educação Infantil, Centros de Educação Municipal anos iniciais e anos finais, EJA – Educação de Jovens e Adultos e para professores da rede Pública Municipal de Ensino de Fraiburgo-SC, para o ano letivo de 2017. Vigência da Ata: fevereiro de 2017 a julho de 2017. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 20.01.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 06 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002\_2017-FME RP 0002- DOM**

Aviso do Pregão Presencial nº 0002/2017 – FME

Registro de Preços Nº 0002/2017 – FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa do ramo para a realização de serviços de lavanderia no período de fevereiro a dezembro de 2017. Validade da Ata de Registro de Preços: fevereiro a dezembro de 2017. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 02.02.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 05 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### **CT17PMF01**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF01

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL

CATARINENSE-CIMCATARINA

Valor ..... : 61.248,00 (sessenta e um mil duzentos e quarenta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017

Objeto ..... : RATEIO OBJETIVANDO A ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA ESPECIFICADO NA CLÁUSULA PRIMEIRA, RELATIVO AO RATEIO FIXO DAS DESPESAS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS – PROLICITA, PREVIAMENTE APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, NA AÇÃO: DESENVOLV. E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS.

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

### **CT17PMF02**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF02

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

Valor ..... : 29.092,80 (vinte e nove mil e noventa e dois reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2017

Objeto ..... : RATEIO FIXO DAS DESPESAS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS – PROLICITA, PREVIAMENTE APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, NA AÇÃO: MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA

**PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.**

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**CT17PMF03****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF03  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
Valor ..... : 312.000,00 (trezentos e doze mil e reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2017  
Objeto ..... : REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO CON-  
SÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA PARA  
PAGAMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO  
DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**CT17PMF04****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF04  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
Valor ..... : 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Nº.: 4/2017  
Objeto ..... : REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS AO CON-  
SÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA, PARA  
PAGAMENTO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓ-  
VEL.

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**CT17PMF05****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF05  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CIGA - CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PUBL. MU-  
NICIPAL  
Valor ..... : 47.508,96 (quarenta e sete mil quinhentos e oito  
reais e noventa e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Nº.: 5/2017  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISPONIBILIZADO PELO CON-  
SORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL -  
CIGA, DURANTE O ANO DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**CT17PMF06****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF06  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEOR-  
GETE  
Valor ..... : 22.699,20 (vinte e dois mil seiscentos e noventa e  
nove reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2017  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO ABRI-  
GAMENTO DOS MENORES TALITA RIBEIRO, BRASILEIRA, NASCI-  
DA EM 01 DE MARÇO DE 2001 NA CIDADE DE MONTE CARLO-SC  
E MAURICIO KAUÃ RODRIGUES BRASILEIRO, NASCIDO EM 16 DE  
JULHO DE 2008, NESTA CIDADE, DURANTE OS MESES DE JANEI-  
RO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**CT17PMF07****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF07  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA  
ME  
Valor ..... : 1.770,00 (um mil setecentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/05/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Nº.: 6/2017  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO  
E ATUALIZAÇÃO MENSAL DO SITE MUNICIPAL WWW.FRAIBURGO.  
SC.GOV.BR., NO PERÍODO DE JANEIRO A MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**CT17PMF08****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF08  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME  
Valor ..... : 30.660,00 (trinta mil seiscentos e sessenta reais)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2017  
Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO ABRI-  
GAMENTO DA IDOSA SRA. ANA LUIZA ESCUISSATO, BRASILEIRA,  
NASCIDA EM 26 DE AGOSTO DE 1948, RESIDENTE E DOMICILIA-  
DA NESTA CIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO  
DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**CT17PMF09****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF09  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: ALTINO LUIZ MIGUEL 10376755920 (M.I.)  
Valor ..... : 7.332,00 (sete mil trezentos e trinta e dois reais)



Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
 Nº.: 7/2017

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, CONSER-  
 TOS, REVISÕES E ADAPTAÇÕES REFERENTE A MANUTENÇÃO DE  
 RETRANSMISSORAS DE TELEVISÃO DA REDE RECORD E CANÇÃO  
 NOVA, NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, NO PERÍODO DE JANEIRO  
 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

### CT17PMF10 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF10  
 Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
 Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA  
 Valor ..... : 215.280,00 (duzentos e quinze mil duzentos e oi-  
 tenta reais)

Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 31/12/2017  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2017  
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Objeto  
 ..... : FORNECIMENTO DE CRÉDITOS PARA O TRANSPORTE  
 DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA CONCES-  
 SÃO DE PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE  
 TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, NA MODALI-  
 DADE CONVENCIONAL REGULAR E SELETIVO, POR ÔNIBUS, CON-  
 FORME CT12PMF121.

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

### DECRETO Nº 004/2017

DECRETO Nº 004, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso  
 de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2348 de 01  
 de Dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, cré-  
 dito adicional suplementar para o exercício de 2017, no valor de  
 R\$ 27.429,60 (vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e  
 sessenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de saneamento de Fraiburgo		
14.01 - SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.1.71.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos 0.1.0900 (3)	R\$	18.405,60
3.3.71.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos 0.1.0900 (5)	R\$	5.222,00
4.4.71.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos 0.1.0900 (8)	R\$	3.802,00
TOTAL	R\$	27.429,60

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no  
 artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes  
 dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de saneamento de Fraiburgo		
14.01 - SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (6)	R\$	27.429,60
TOTAL	R\$	27.429,60

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
 revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
 FRAIBURGO, 06 DE JANEIRO DE 2017.  
 CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
 Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
 Secretário de Administração e Planejamento

### EDITAL IPTU 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 0001/2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, considerando o disposto  
 nos artigos 107, III, b, 116, I da Lei Orgânica do Município de  
 Fraiburgo, promulgada em 05 de abril de 1990 e considerando o  
 disposto nos artigos 6º, I, 8º, 9º, 27 a 30, do Código Tributário  
 Municipal (Lei Complementar Municipal nº 053/2003);

#### NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a  
 qualquer título, por natureza ou acessão física, de imóveis urbanos  
 ou urbanizáveis, situados no Município de Fraiburgo, que o Impos-  
 to sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e demais taxas  
 de serviços públicos, relativos ao exercício de 2017 foram lançadas  
 pela Secretaria Municipal de Finanças, cuja relação encontra-se dis-  
 ponível junto ao mural público municipal, situado junto ao prédio  
 da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas nº 185,  
 e deverão ser pagos observados os seguintes prazos e condições:

#### I - Prazo e forma de pagamento do IPTU e demais Taxas:

- a) em um só pagamento, com desconto de 20% (vinte por cento),  
 se recolhido até o dia 10 (dez) de abril;
- b) em um só pagamento com desconto de 10% (dez por cento), se  
 recolhido até o dia 10 (dez) de maio;
- c) de forma parcelada, em até 06 (seis) parcelas, até o dia 10 (dez)  
 dos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e de outubro.

O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 05 (cinco) UFM´s.  
 Valor unitário da UFM para o exercício de 2017 é de R\$ 2,15 (dois  
 reais e quinze centavos).

II - Isenções: deverão ser requeridas junto a Secretaria de Ação  
 Social, situada na Av. Arnoldo Frey nº 179, do dia 23/01/2017 até  
 a data de 23/02/2017, no horário das 12:30 às 17:30 horas. O  
 interessado deverá cumprir as disposições contidas na Lei Com-  
 plementar nº 096 de 09 de dezembro de 2008, com os seguintes  
 requisitos básicos:

Lei Complementar nº 096/2008

Art. 1º. Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial  
 Urbano – IPTU, o contribuinte que preencher cumulativamente os  
 seguintes requisitos:

- I – Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um  
 único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários

mínimos.

§ 1º Os requisitos para a isenção deverão ser apresentados pelo interessado até a data limite estabelecida no edital de lançamento de cada tributo, da seguinte forma:

I – Do contribuinte empregado, incluindo-se nesta situação o aposentado e pensionista, por meio da apresentação do recibo de pagamento ou declaração do empregador, relativo ao mês imediatamente anterior;

II – Do contribuinte não-empregado, de declaração expressa de seu rendimento, relativo ao mês imediatamente anterior;

III – Nos casos previstos nos incisos I e II, o interessado apresentará declaração de que atende às condições para a isenção, responsabilizando-se criminalmente e se sujeitando ao recolhimento do imposto devido juntamente com as taxas acrescidas de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor total do tributo, juros e atualização monetária, em caso de comprovada falsidade de informações.

§ 2º O titular de domínio útil e possuidor de imóvel, citados no inciso I do caput deste artigo, deverá comprovar seus direitos documentalmente ou mediante justificação administrativa, em processo administrativo instaurado a requerimento dos interessados e dirigido ao Secretário de Finanças.

§ 3º Para os fins dos parágrafos anteriores, o Secretário de Finanças, a quem compete decidir sobre o requerimento, poderá valer-se de estudo sócio-econômico do contribuinte e se presente pessoa deficiente na família, poderá conceder a isenção, mesmo que o contribuinte não se enquadre nos incisos do caput deste artigo. Verificada a propriedade ou posse de bens móveis, veículos, equipamentos e similares será indeferido o pedido de isenção pela presença de indícios e visível capacidade contributiva.

§ 4º A isenção de que trata esta lei não será obstada pela existência de outros débitos tributários municipais do interessado.

III - Pagamento com atraso: o contribuinte que efetuar o pagamento com atraso estará sujeito, nos termos do artigo 545 do Código Tributário Municipal ao pagamento de:

a) juros de mora no percentual igual a 1% (um por cento) ao mês ou fração deste, contados da data do vencimento até o seu efetivo pagamento, incidindo sobre o valor do crédito tributário devidamente corrigido;

b) multa moratória em se tratando de recolhimento espontâneo, de 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor corrigido do crédito tributário, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), contados da data do vencimento;

c) correção monetária, calculada da data do vencimento do crédito tributário até o efetivo pagamento, com base na variação do anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE.

IV - Falta de pagamento: os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente (artigo 748, § 1º do Código Tributário Municipal). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos espontaneamente, serão cobrados judicialmente.

V - Impugnações: os tributos acima mencionados poderão ser objeto de impugnação até a data de 20/03/2017, obedecido o disposto nos artigos 609 e seguintes do Código Tributário Municipal.

VI – Impugnação do Presente Edital: o presente edital poderá ser impugnado até cinco dias úteis da sua publicação.

Outras informações: O contribuinte poderá obter maiores informações na Secretaria Municipal de Finanças, junto ao Departamento de Tributos, local onde poderá efetuar a retirada dos carnês para pagamento.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e

publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Fraiburgo, 05 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

## **EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO 2017**

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

Fone: (49) 3246-0160 – Fax: (49) 3246-1868

CNPJ: 06.017.932/0001-23

Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0003 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público no Município de Fraiburgo, na função pública de AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO, o preenchimento de vagas será para os meses de janeiro a abril do ano de 2017, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei complementar Municipal nº 186 de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas no período de 10 de janeiro a 10 de fevereiro de 2017, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente, (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

Ildo Lucas

Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

## **EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO-01 2017**

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

Fone: (49) 3246-0160 – Fax: (49) 3246-1868

CNPJ: 06.017.932/0001-23

Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0002 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público no Município de Fraiburgo, na função pública de INSTALADOR HIDRÁULICO, o preenchimento de vagas será para os meses de janeiro a abril do ano de 2017, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 186, de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas no período de 10 de janeiro



até 10 de fevereiro de 2017, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente, (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos) na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

Ildo Lucas

Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

#### EXTRATO DE EDITAL Nº 0001-2017

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrac

Fone: (49) 3246-0160 – Fax: (49) 3246-1868

CNPJ: 06.017.932/0001-23

Rua Nereu Ramos, nº 1061, Centro.

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0001 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de Operador de ETA/ETE. O preenchimento de vagas será para os meses de janeiro a abril do ano de 2017, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 186, de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas no período de 10 de janeiro a 10 de fevereiro de 2017, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

Ildo Lucas

Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

André Luiz de Oliveira

Secretário de Administração e Planejamento

#### EXTRATO DE EDITAL Nº 0004 AGENTE OPERACIONAL

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0004 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de saneamento do Município de Fraiburgo, através da SANEFRAI,

para a função pública de Agente Operacional. O preenchimento de vagas será para os meses de janeiro a abril de 2017, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Complementar 186 de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas no período de 10 de janeiro a 10 de fevereiro de 2017, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente, (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

ILDO LUCAS

Presidente da SANEFRAI

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### PORTARIA Nº 0136/2017

PORTARIA Nº 0136, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0004/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora assumiu a direção do CEI Santo Antonio;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora LÚCIA AMÉLIA SARTORI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 848.002.679-00, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, de 09 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### PORTARIA Nº 0137/2017

PORTARIA Nº 0137, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0016/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora assumiu a direção do CEI Liberata;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta)

horas semanais, da servidora PATRICIA FRAGOSO POSSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 060.811.489-80, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, de 09 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0138/2017**

PORTARIA Nº 0138, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0019/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora assumiu a direção do CEI São José;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora LUCIANE FABER DIDOMENICO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 041.564.689-84, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, de 09 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0139/2017**

PORTARIA Nº 0139, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0021/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora assumiu a direção do EM Carlos Gomes e CEI Carlos Gomes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ELAINE FATIMA DE ANDRADE MATHIAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 845.390.549-53, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, de 09 de janeiro de 2017

até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0140/2017**

PORTARIA Nº 0140, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0023/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora assumiu a direção do CEI Antonio Porto Burda;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora QUEILA MARIA VIZOLLI CHAVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.529.309-10, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, de 09 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0141/2017**

PORTARIA Nº 0141, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0025/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora assumiu a direção do CEI Bela Vista;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS POLESE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.486.629-58, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, de 09 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0142/2017**

PORTARIA Nº 0142, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora LÚCIA AMÉLIA SARTORI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 848.002.679-00 nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 2, por ter assumido a direção do Centro de Educação Infantil Santo Antonio, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0143/2017**

PORTARIA Nº 0143, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora PATRICIA FRAGOSO POSSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 060.811.489-80, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 1, por ter assumido a direção do Centro de Educação Infantil Liberata, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0144/2017**

PORTARIA Nº 0144, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora LUCIANE FABER DIDOMENICO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 041.564.689-84, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 2, por ter assumido a direção do Centro de Educação Infantil São José, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0145/2017**

PORTARIA Nº 0145, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ELAINE FATIMA DE ANDRADE MATHIAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 845.390.549-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 2, por ter assumido a direção na Escola Municipal Carlos Gomes e Centro de Educação Infantil Carlos Gomes, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0146/2017**

PORTARIA Nº 0146, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora QUEILA MARIA VIZOLLI CHAVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.529.309-10, nomeada

no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 3, por ter assumido a direção no Centro de Educação Infantil Antonio Porto Burda, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0147/2017**

PORTARIA Nº 0147, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS POLESE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.486.629-58, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 4, por ter assumido a direção no Centro de Educação Infantil Bela Vista, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0148/2017**

PORTARIA Nº 0148, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ALESSANDRA ZONTA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 025.108.759-06, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 1, por ter assumido a direção no Centro de Educação Infantil São Sebastião, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0149/2017**

PORTARIA Nº 0149, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ELIANI LUCI MORSOLETTI DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.613.899-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 4, por ter assumido a direção no Centro de Educação Infantil Estrelinha, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0150/2017**

PORTARIA Nº. 0150, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna 0014/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROSENILDA APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 893.419.969-53, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 0151/2017**

PORTARIA Nº. 0151, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0028/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora QUEILA MARIA VIZZOLI CHAVES, que assumiu a direção do CEI Antonio Porto Burda;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARILENE DE FATIMA DO PRADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.621.129-66, na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0152/2017**

PORTARIA Nº. 0152, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0029/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS POLESE, que assumiu a direção do CEI Bela Vista;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSANGELA DORNELLES NEVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.238.389-05, na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0153/2017**

PORTARIA Nº. 0153, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0030/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora ELIANI LUCI MORSOLETO DOS SANTOS, que assumiu a direção do CEI Estrelinha;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELENICE MELLO PHILIPPUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 006.565.609-16, na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0154/2017**

PORTARIA Nº. 0154, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0031/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora PATRICIA FRAGOSO POSSA, que assumiu a direção do CEI Liberata;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVETE FATIMA SEGALA PUHL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.766.899-04, na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0155/2017**

PORTARIA Nº. 0155, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0032/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora LUCIANE FABER DIDOMENICO, que assumiu a direção do CEI São José;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.310.749-52, na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0156/2017**

PORTARIA Nº. 0156, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0033/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora MARIA LUCIA DAROL, que será transferida para o CEI Zenaide da Costa;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EDIANE MOLIM BITENCOURT, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 074.214.099-71, na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga

horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0157/2017**

PORTARIA Nº. 0157, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0034/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora TANIA DA SILVA FERREIRA, que assumiu a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.133.939-50, na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0158/2017**

PORTARIA Nº. 0158, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0035/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora TATIANA CARLA SCALABRIN, que assumiu as funções administrativas na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARCIA ADRIANA ROSALEN MALLMANN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.821.539-01, na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0159/2017**

PORTARIA Nº. 0159, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0036/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora MONICA CAMPANHARO ZANELLA, que assumiu as funções de Coordenadora Pedagógica na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 030.321.019-21, na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0160/2017**

PORTARIA Nº. 0160, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a

comunicação interna nº 0037/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOILENE APARECIDA MORAIS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 569.100.299-68, na função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 01 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0161/2017**

PORTARIA Nº. 0161, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0118/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DAIANE APARECIDA BORGES DE BRITO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.428.049-07, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0162/2017**

PORTARIA Nº. 0162, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0119/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GABRIELA FANTIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.798.989-04, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0163/2017**

PORTARIA Nº. 0163, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0090/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RAQUEL FÁTIMA RIBEIRO DE ANDRADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.574.519-06, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0164/2017**

PORTARIA Nº. 0164, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0091/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOCELI APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 021.808.899-09, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0165/2017**

PORTARIA Nº. 0165, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0092/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VALERIA CLARA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.923.429-02, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0166/2017**

PORTARIA Nº. 0166, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0093/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RICARDO ANTUNES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 069.230.299-96, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0167/2017**

PORTARIA Nº. 0167, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0094/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VANESSA VELOSO RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 105.246.959-03, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0168/2017**

PORTARIA Nº. 0168, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0095/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JUCIMARA WEBER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 045.672.369-20, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0169/2017**

PORTARIA Nº. 0169, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0096/2017, da Secretaria de Educação, Cultura



e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA MOREIRA VALTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 059.998.899-10, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0170/2017**

PORTARIA Nº. 0170, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0097/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MÁRCIA VELOSO DE LINHARES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.247.249-45, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0171/2017**

PORTARIA Nº. 0171, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0098/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GREICE MARTINS GONÇALVES KLEINÜBING, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 014.339.150-06, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0172/2017**

PORTARIA Nº. 0172, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0099/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VANESSA DOS SANTOS MOTTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 067.979.769-60, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal



ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0173/2017**

PORTARIA Nº. 0173, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0100/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SILVANA APARECIDA FERREIRA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 075.495.349-18, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0174/2017**

PORTARIA Nº. 0174, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0143/2016, da Secretaria de Ação Social;

Considerando a necessidade dos serviços de Psicólogo, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 008.816.079-32, na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 30 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0175/2017**

PORTARIA Nº. 0175, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANTONIO RODRIGUES ALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 028.521.058-02, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0176/2017**

PORTARIA Nº. 0176, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear CRISTIANE MEISTER BURDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 737.641.169-00, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0177/2017**

PORTARIA Nº. 0177, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear RENAN ANTONIO THIBES RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 059.234.709-50, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0178/2017**

PORTARIA Nº. 0178, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LUCAS BERTAIOLLI ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 080.538.299-29, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0179/2017**

PORTARIA Nº. 0179, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear RENATA DEBORTOLI RALDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 083.235.039-74, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0180/2017**

PORTARIA Nº. 0180, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear GUILHERME TROMBETTA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 076.525.799-88, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0181/2017**

PORTARIA Nº. 0181, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0126/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVETE APARECIDA CORDEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 052.479.359-00, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL,

com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0182/2017**

PORTARIA Nº. 0182, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0127/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA PAULA CAMPOS ZAMPIERI PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 080.716.049-09, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0183/2017**

PORTARIA Nº. 0183, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0128/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e

que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EMANUELA CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.080.879-75, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0184/2017**

PORTARIA Nº. 0184, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0129/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELAINE PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.478.679-54, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0185/2017**

PORTARIA Nº. 0185, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0130/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FERNANDA MATTOS DE ANDRADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.673.739-59, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0186/2017**

PORTARIA Nº. 0186, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0131/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LIDIANE GARCIA DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.611.039-03, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0187/2017**

PORTARIA Nº. 0187, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0132/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 595.921.769-49, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0188/2017**

PORTARIA Nº. 0188, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0133/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JUCELI FAGUNDES DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.568.589-05, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal



ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0189/2017**

PORTARIA Nº. 0189, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0134/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCILENE TEREZINHA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 800.474.249-15, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0190/2017**

PORTARIA Nº. 0190, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0135/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSEANE DE LARA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.087.819-22, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0191/2017**

PORTARIA Nº. 0191, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0136/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELE DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.150.599-10, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0192/2017**

PORTARIA Nº. 0192, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0137/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;



**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIANE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.565.349-54, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0193/2017**

PORTARIA Nº. 0193, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0138/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDRESSA MELO MORAES SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 093.029.869-18, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0194/2017**

PORTARIA Nº. 0194, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0139/2017, da Secretaria de Educação, Cultura

e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FATIMA APARECIDA CAMARGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 071.657.989-86, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0195/2017**

PORTARIA Nº. 0195, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0140/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FERNANDA DIAS PINHEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 084.003.819-47, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0196/2017**

PORTARIA Nº. 0196, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0141/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário AMANDA ANDRADE MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.550.579-35, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0197/2017**

PORTARIA Nº. 0197, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0142/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUANA DOS ANJOS GASPAR DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 056.301.899-21, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0198/2017**

PORTARIA Nº. 0198, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0143/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIANE TEREZINHA PONTES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.119.319-16, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0199/2017**

PORTARIA Nº. 0199, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0144/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISELI DE MATOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.943.519-59, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0200/2017**

PORTARIA Nº. 0200, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0145/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.035.949-31, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0201/2017**

PORTARIA Nº. 0201, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0146/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCIÊLE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 088.614.039-05, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0202/2017**

PORTARIA Nº. 0202, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0147/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VIVIANE DO AMARAL RICHTER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.492.579-85, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0203/2017**

PORTARIA Nº. 0203, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0148/2017, da Secretaria de Educação, Cultura

e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSA PRATES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 960.586.509-25, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0204/2017**

PORTARIA Nº. 0204, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0149/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DENIZE APARECIDA PIRES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 066.488.399-02, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0205/2017**

PORTARIA Nº. 0205, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em

conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0150/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LANIE CRISTINI CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.294.309-00, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0206/2017**

PORTARIA Nº. 0206, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0151/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DAIANE GISLAINE BONATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.670.009-75, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 0207/2017**

PORTARIA Nº. 0207, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0152/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FABIANA ALVES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.165.329-11, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0208/2017**

PORTARIA Nº. 0208, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0153/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELE FIGUEIREDO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.137.349-00, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0209/2017**

PORTARIA Nº. 0209, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0154/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário AMANDA OZÓRIO FERREIRA DAVI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.272.499-36, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0210/2017**

PORTARIA Nº. 0210, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0155/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SCHELLA ALVES DOS SANTOS BARRETO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.286.709-50, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0211/2017**

PORTARIA Nº. 0211, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0156/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIZA ANDRÉIA MAGAGNIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.644.929-33, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0212/2017**

PORTARIA Nº. 0212, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0157/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JÉSSICA BENTO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 091.708.629-58, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0213/2017**

PORTARIA Nº. 0213, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0158/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANETE TEREZINHA DE OLIVEIRA FORLIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 938.491.259-04, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0214/2017**

PORTARIA Nº. 0214, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0159/2017, da Secretaria de Educação, Cultura

e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELAINE TEREZINHA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.957.099-70, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0215/2017**

PORTARIA Nº. 0215, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0160/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MICHELE ANA DALAPRIA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.811.959-67, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0216/2017**

PORTARIA Nº. 0216, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0161/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLAUDIA ALINE PONTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.389.839-41, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0217/2017**

PORTARIA Nº. 0217, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0162/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSELI GONÇALVES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.947.479-80, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0218/2017**

PORTARIA Nº. 0218, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0163/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JÉSSICA MUSSOLIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.886.919-19, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0219/2017**

PORTARIA Nº. 0219, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0164/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRÍCIA CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.032.179-06, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0220/2017**

PORTARIA Nº. 0220, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0165/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SAMARA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 103.517.509-67, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0221/2017**

PORTARIA Nº. 0221, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0166/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PAMELA CINTYELLE BARBOSA CAMARGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 095.224.449-79, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0222/2017**

PORTARIA Nº. 0222, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0167/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA CLÁUDIA MUMBERGER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.055.489-07, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0223/2017**

PORTARIA Nº. 0223, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0168/2017, da Secretaria de Educação, Cultura

e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAROLINE STANGUERLIN BLEIDORN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 110.762.879-21, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0224/2017**

PORTARIA Nº. 0224, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0169/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário AMANDA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.263.259-92, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 0225/2017**

PORTARIA Nº. 0225, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0170/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONETE DE FATIMA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 003.372.609-40, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0226/2017**

PORTARIA Nº. 0226, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0171/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MAKAREN NAHARA DE LIMA LUCIANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 115.943.609-60, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0227/2017**

PORTARIA Nº. 0227, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0172/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.109.339-90, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0228/2017**

PORTARIA Nº. 0228, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0173/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELOISA FORTES DE CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.589.049-96, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0229/2017**

PORTARIA Nº. 0229, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0174/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAROLINE LEMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.434.239-70, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0230/2017**

PORTARIA Nº. 0230, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0175/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARISA FERREIRA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.220.819-24, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0231/2017**

PORTARIA Nº. 0231, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0176/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TAINÁ OLIVEIRA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 098.496.859-80, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0232/2017**

PORTARIA Nº. 0232, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0177/2017, da Secretaria de Educação, Cultura

e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário OLEDIR FERREIRA CORREA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 018.109.649-89, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0233/2017**

PORTARIA Nº. 0233, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0178/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MISCHELI FAGUNDES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 010.058.099-84, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0234/2017**

PORTARIA Nº. 0234, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0179/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário BRUNA PONTES CHAGAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.925.409-02, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0235/2017**

PORTARIA Nº. 0235, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0180/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELAÍNE DOMINGUES GRANEMANN, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 071.065.959-85, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0236/2017**

PORTARIA Nº. 0236, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0181/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOLANGE APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.707.849-94, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0237/2017**

PORTARIA Nº. 0237, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0182/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EMILY GOETTEN RIBEIRO BARTOLOMEU, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.746.599-27, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0238/2017**

PORTARIA Nº. 0238, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0183/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARILENE COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 018.580.029-74, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0239/2017**

PORTARIA Nº. 0239, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0184/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CRISTIANE APARECIDA ROSA BIERHALZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.317.569-50, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0240/2017**

PORTARIA Nº. 0240, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0185/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RAYANE SILVA DUARTE KUKMARSKI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.772.421-76, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0241/2017**

PORTARIA Nº. 0241, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0186/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALANA DE LARA REINALDO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 096.326.819-83, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0242/2017**

PORTARIA Nº. 0242, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0187/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.770.439-30, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 0243/2017**

PORTARIA Nº. 0243, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0204/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional - Educação Infantil, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TAINARA APARECIDA GOMES DE CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.217.539-86, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0244/2017**

PORTARIA Nº. 0244, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0203/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARISA DALANHOL BERNARDI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.710.129-20, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 03 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0245/2017**

PORTARIA Nº. 0245, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROALVES JORGE POLESE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 371.911.870-34, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0246/2017**

PORTARIA Nº. 0246, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SALVIO RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 516.344.149-34, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0247/2017**

PORTARIA Nº 0247, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0201/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;



Considerando a necessidade dos serviços de Professor para preenchimento de vaga excedente e, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora LORENI MARCELINO ALVES SAO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 021.812.809-67, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, de 09 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0248/2017**

PORTARIA Nº 0248, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Comissão do Plano Diretor Físico Territorial.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o disposto no artigo 23, parágrafo 3º, inciso II da Lei Complementar n.º 097/2008;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para fazerem parte efetiva da Comissão do Plano Diretor Físico Territorial do Município de Fraiburgo:

I – JOÃO CARLOS PADILHA;  
II - GEORGES DOS REIS SANTOS;  
III - WIGAND LEONHARDT;  
IV - FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA;  
V – SÉRGIO ANTÔNIO GEBROSKI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 0445, de 05 de fevereiro de 2015.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0249/2017**

PORTARIA Nº. 0249, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LINDAMIR APARECIDA DE ALMEIDA DE ALBUQUERQUE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.955.079-16, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0250/2017**

PORTARIA Nº. 0250, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0385/2016, da Secretaria de Saúde;

Considerando a necessidade dos serviços de Enfermeiro, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NATALIA FANTINEL BAHIA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.033.639-92, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 09 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0251/2017**

PORTARIA Nº. 0251, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna 0080/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SIMONE PATRICIA HEPP GOMES, brasileira, casada,

inscrita no CPF sob o nº 053.349.719-12, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0252/2017**

PORTARIA Nº. 0252, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna 0122/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADRIANA FATIMA DE LARA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 051.696.389-90, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0253/2017**

PORTARIA Nº. 0253, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna 0123/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MAGALI CRISTINA PONTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 071.376.979-33, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0254/2017**

PORTARIA Nº. 0254, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna 0124/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 080.520.599-33, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0255/2017**

PORTARIA Nº. 0255, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna 0125/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSENI DE FATIMA MARCONDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 899.856.219-72, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0256/2017**

PORTARIA Nº 0256, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0083/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a servidora assumiu a função de Diretora de Ensino na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora JULIANA PADILHA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 951.525.049-87, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, de 02 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0257/2017**

PORTARIA Nº 0257, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0102/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que o servidor assumiu a função de Coordenador de Transporte Escolar na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, do servidor DENILSON DALAGNOL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 701.316.609-00, nomeado para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, de 05 de janeiro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0258/2017**

PORTARIA Nº 0258, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor DENILSON DALAGNOL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 701.316.609-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, Função Gratificada Nível 4, por ter assumido a coordenação de transporte escolar na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0259/2017**

PORTARIA Nº 0259, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora TATIANA CARLA SCALABRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 001.084.979-33, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, Função Gratificada Nível 6, por ter assumido a coordenação de gestão de pessoal na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0260/2017**

PORTARIA Nº 0260, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora JULIANA PADILHA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 951.525.049-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, Função Gratificada Nível 6, por ter assumido a direção de ensino na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 0261/2017**

PORTARIA Nº 0261, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora DENISIA POSANSKE MITTANCK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 636.519.809-44, nomeada no cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, Função Gratificada Nível 6, por ter assumido a coordenação da Educação Infantil na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 0262/2017**

PORTARIA Nº. 0262, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0028 de 08 de novembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0148/2016, da Secretaria de Ação Social;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público; e que não há aprovados em concurso público e que estará em vaga excedente;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIANE APARECIDA DOMINGUES RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o

n.º 033.617.459-42, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de janeiro de 2017 até 09 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de janeiro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **TA17PMF001**

#### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA17PMF001 - Contrato Nº: CT16PMF109  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVICOS LTDA - EPP  
Valor ..... : 24.172,82 (vinte e quatro mil cento e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/01/2017 Término: 03/04/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 19/2016  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO SETOR DE ENGENHARIA (ANEXO AO PROCESSO), RESULTANDO EM ACRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 24.172,82 (VINTE E QUATRO MIL, CENTO E SETENTA E DOIS REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS).

Fraiburgo, 6 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2017 - 012 A 012

DECRETO Nº 012/2017

NOMEIA GESTOR RESPONSÁVEL PARA RESPONDER JUNTO A FUNDOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a mudança do gestor do Município de Galvão, ocorrida no início do presente exercício;

Considerando que até a presente data não foram nomeados gestores para responder junto aos fundos públicos municipais abaixo, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal senhor Admir Edi Dalla Cort, nomeado Gestor Responsável junto aos Fundos Públicos do Município de Galvão-SC abaixo relacionados:

1) Fundo Municipal de Assistência Social de Galvão, CNPJ 13.509695/0001-83;

2) Fundo Rotativo Habitacional do Município de Galvão, CNPJ 20.930.431/0001-64;

3) Fundo Municipal Para a Infância e Adolescência – FIA, CNPJ 21.240.105/0001-98.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

### DECRETOS 2017 - 013 A 014

DECRETO Nº 013/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o requerimento formulado pelo servidor, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para o servidor Célio Luiz Pozzan, ocupante do cargo de contador, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, pelo período de 03 (três) meses, com efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2017 e término previsto para o dia 30 de abril de 2017, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 01/04/2006 até 31/03/2011.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 014/2017

NOMEIA CONTADOR MUNICIPAL SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 44, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o período de férias e a licença prêmio por assiduidade e eficiência concedida ao contador municipal senhor Célio Luiz Possan, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor público municipal senhor Leonídio Levinski, ocupante do cargo de provimento efetivo de tesoureiro, matrícula funcional nº 767-6, designado contador municipal substituto junto ao Município de Galvão-SC, pelo período de 04 (quatro) meses, com efeitos a partir do dia 03 de janeiro de 2017 e término previsto para o dia 30 de abril de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Roberval Dalla Cort



# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 002, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO N.º 002, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CIRCULAÇÃO E O ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DE TURISMO E DE EXCURSÕES DE VEÍCULOS DE GRANDE PORTE EM GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba, Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.766, de 20 de novembro de 2013 e demais legislação vigente:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a circulação e o estacionamento de ônibus e micro-ônibus de turismo, em vias públicas ou outros locais expressamente autorizados pelo Órgão Gestor de Trânsito, apenas e tão somente para a realização do desembarque no local de hospedagem e embarque para retorno de passageiros.

Art. 2º. Ficam autorizados a circular por Garopaba somente os ônibus de linhas intermunicipais, interestaduais ou oriundos de outros países, somente poderão circular em acessos que levam ao Terminal Rodoviário de Garopaba.

Art. 3º. Os ônibus de linhas intermunicipais, interestaduais ou oriundos de outros países, somente poderão circular em acessos que levam ao Terminal Rodoviário de Garopaba, de acordo com o estipulado em seus itinerários autorizados pelo Órgão Gestor de Trânsito em Garopaba.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder licença às pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para exploração de locais que apresentem infraestrutura adequada para o estacionamento dos veículos mencionados nesta Lei.

Parágrafo único. É vedada a permanência de passageiros em veículos nos estacionamentos, excetuando-se os motoristas devidamente identificados.

Art. 5º. O estacionamento ou circulação dos veículos mencionados no art. 1º desta Lei fora dos locais expressamente permitidos constitui infração punível com multa no maior valor de uma diária de estadia, sem prejuízo de remoção do veículo para depósitos municipais ou outro local designado para esse fim e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação do trânsito.

Parágrafo único. O veículo removido para depósitos municipais só será liberado mediante comprovação do recolhimento da multa correspondente à infração e das diárias de permanência no Município.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 003.2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 003/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RONALD VIEIRA DE OLIVEIRA

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 875,55 (oitocentos e setenta e cinco reais com cinquenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 09/01/2017 até 09/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 004.2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 004/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: REINALDO FELIX

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 875,55 (oitocentos e setenta e cinco reais com cinquenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 09/01/2017 até 09/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 005.2017.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 005/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARCIO BATISTA PIRES

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 875,55 (oitocentos e setenta e cinco reais com cinquenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 09/01/2017 até 09/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### EXTRATO TERMO ADITIVO 1º AO CONTRATO Nº 24/2016

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 24/2016. Processo nº 38/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: SETEP CONSULTORES S.A.; CNPJ N.º 83.665.141/0001-50; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência d contrato nº 24/2016 por 12(doze) meses; Data da Assinatura: 29/12/2016.

### EXTRATO TERMO ADITIVO 1º AO CONTRATO Nº 47/2016

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 47/2016. Processo nº 72/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: SETEP CONSULTORES S.A.; CNPJ N.º 83.665.141/0001-50; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência d contrato nº 24/2016 por 12(doze) meses; Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 4º AO CONTRATO Nº 27/2013****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 27/2013. Processo nº 59/2013; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA; CNPJ N.º 08.158.865/0001-92; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência d contrato nº 27/2013 por 12(doze) meses; Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 7º AO CONTRATO Nº 041/2015****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 041/2015. Processo nº 57/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP; CNPJ N.º 13.565.760/0001-98; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto acrescentar ao contrato nº 041/2015 o valor de R\$ 255.080,88 (Duzentos e cinquenta e cinco mil e oitenta reais e oitenta e oito centavos) referente as alterações promovidas no projeto, para urbanização do pátio da obra, conforme planilha e justificativa.; Valor: R\$ 255.080,88

Data da Assinatura: 29/12/2016.

**PORTARIA N.º 017/2017.**

PORTARIA N.º 017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

CONSTITUI equipe de trabalho e dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n.º 020/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Instrução Normativa n.º 002/2016, da Diretoria de Controle Interno Municipal,

RESOLVE,

Art.1º. Constituir Equipe de Trabalho, para levantar e repassar informações, a serem utilizadas na elaboração da Prestação de Contas do Município, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.2º. A Equipe de Trabalho será composta dos membros abaixo relacionados:

Edinei José Vieira – Orçamento e Contabilidade  
Gabriela Bernardi Zuglianello – Contratos e Convênios  
Lorena Bernardo de Abreu – Recursos Humanos  
Luiz Carlos Gaspar – Fazenda  
Rafael de Souza – Licitações

Parágrafo Único. Os trabalhos serão coordenados por Honorato Timóteo Pacheco.

Art.3º A Comissão ora instituída encerrará os trabalhos, para este exercício, em 28 de fevereiro de 2017.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/01/2017, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 018/2017.**

PORTARIA N.º 018, DE 06 DE JANEIRO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata DANIELLE SCARABELOT BARBOSA DA SILVA, CPF n.º 017.596.770-94, aprovada e classificada como 1ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de RECEPCIONISTA.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar funções de atendimento ao público, arquivo, protocolo de correpondências e atendimento a telefonemas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de janeiro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/01/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO 038/2017

DECRETO Nº. 038 de 06 de Janeiro de 2017

“Dispõe sobre a nomeação de Nelise Dias Vieira da Silva, para o cargo comissionado de Diretora Administrativa da Unidade de Pronto Atendimento.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada NELISE DIAS VIEIRA DA SILVA, para o cargo comissionado de Diretora Administrativa da Unidade de Pronto Atendimento – CC2, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de 09 de janeiro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### DECRETO 39/2017

DECRETO Nº. 039 de 06 de janeiro de 2017

“Dispõe sobre a designação do Senhor Plotino de Bitencourt, Vice-Prefeito, para responder pela Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica designado o Senhor PLOTINO DE BITENCOURT, Vice-Prefeito, para responder pela Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

# Gaspar

## CÂMARA MUNICIPAL

### **TERMO DE POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR = DIA 1º/01/2017**

TERMO DE POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, ELEITOS EM DOIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, PARA O PERÍODO DE PRIMEIRO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, ÀS DEZOITO HORAS, NAS DEPENDÊNCIAS DA SOCIEDADE CULTURAL E RECREATIVA ALVORADA, SITUADA NA RUA CORONEL ARISTILIANO RAMOS, NÚMERO CENTO E SETENTA E DOIS, NESTA CIDADE DE GASPAR, ESTADO DE SANTA CATARINA, REUNIRAM-SE EM SESSÃO SOLENE DA CÂMARA DE VEREADORES, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR ELEITO JOSÉ HILÁRIO MELATO, NOS TERMOS DO ARTIGO QUINTO, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DESTA EDILIDADE, LEGISLAÇÃO VIGENTE E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GASPAR, O SENHOR KLEBER EDSON WANDALL E O SENHOR LUIS CALOR SPENGLER FILHO, ELEITOS PREFEITO E VICE-PREFEITO, RESPECTIVAMENTE, PELAS LEGENDAS DO PMDB E DO PP, EM DOIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, NESTE MUNICÍPIO DE GASPAR. APÓS A APRESENTAÇÃO DOS DIPLOMAS CONFERIDOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL E DA DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE SEUS PATRIMÔNIOS, NOS TERMOS DO ARTIGO SESENTA E SEIS, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, O SENHOR KLEBER EDSON WANDALL E O SENHOR LUIS CARLOS SPENGLER FILHO, PROFERIRAM, SEPARADAMENTE, O SEGUINTE COMPROMISSO DE POSSE: "COMPROMETO-ME A MANTER, DEFENDER, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GASPAR E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, DEFENDENDO A JUSTIÇA SOCIAL, A PAZ E A IGUALDADE DE TRATAMENTO A TODOS." EM SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE DA MESA PROVISÓRIA DECLAROU EMPOSSADOS NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GASPAR O SENHOR KLEBER EDSON WANDALL E, NO CARGO DE VICE-PREFEITO, O SENHOR LUIS CARLOS SPENGLER FILHO, PARA O MANDATO COMPREENDIDO DE PRIMEIRO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE. E, PARA EFEITOS LEGAIS, FOI LAVRADO O PRESENTE TERMO DE POSSE QUE, APÓS LIDO E ACHADO CONFORME, FOI ASSINADO PELO SENHOR PRESIDENTE E SENHOR SECRETÁRIO DA MESA PROVISÓRIA, PELO PREFEITO E PELO VICE-PREFEITO ELEITOS E EMPOSSADOS, SENHORES KLEBER EDSON WANDALL E LUIS CARLOS SPENGLER FILHO, NA PRESENÇA DOS DEMAIS VEREADORES.

GASPAR, PRIMEIRO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

PREFEITO EMPOSSADO: KLEBER EDSON WANDALL.

VICE-PREFEITO EMPOSSADO: LUIS CARLOS SPENGLER FILHO.

PRESIDENTE DA MESA PROVISÓRIA: JOSÉ HILÁRIO MELATO.

SECRETÁRIO DA MESA PROVISÓRIA: CIRO ANDRÉ QUINTINO.

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### DECRETO 002/2017 - NOMEIA COMISSÃO PARA SELETIVO EDUCAÇÃO

DECRETO Nº002/2017.

NOMEIA COMISSÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017 DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão referente ao Processo Seletivo Público Nº 001/2017, os seguintes servidores:

Como membros efetivos e sob a presidência do primeiro:

- ADILSON COSTA
- GEOVANI MAURICIO DOS SANTOS
- MARIA CREUZA BITTENCOURT DE CARVALHO

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, 04 de janeiro de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PUBLICO - EDUCAÇÃO Nº 001/2017

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público que realizará PROCESSO SELETIVO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Administração Municipal vinculados a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA.

#### DAS REGRAS GERAIS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

1. Este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL e destina-se, exclusivamente, a selecionar candidatos para provimento de cargos públicos junto ao Município de Governador Celso Ramos - SC.

2. Todas as etapas do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO serão realizadas no Município de Governador Celso Ramos - SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos em outras localidades, a critério, exclusivo, da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no Anexo I, do presente edital.

3. O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO constará de Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos, conforme tabela descritiva no Anexo II deste Edital.

4. Será disponibilizado 01 (um) Posto de Atendimento para atender aos candidatos nas etapas descritas no Anexo II, no seguinte endereço:

- 4.1 Local: Biblioteca Municipal;
- 4.2 Endereço: Av. Bela Vista, S/N, Governador Celso Ramos - SC.
- 4.3 Telefone: (48) 3039-8808;
- 4.4 Horário: 14h0min às 17h30min, em dias úteis.

5. Os cargos, carga horária, vencimentos e requisitos de escolaridade estão definidos no Anexo III deste Edital.

6. As inscrições ocorrerão conforme cronograma constante no Anexo I e deverão obedecer às regras constantes no Anexo IV.

6.1 Os candidatos PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE)

deverão observar as disciplinas constantes no Anexo V.

6.2 Os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das Avaliações deverão seguir as orientações constantes no Anexo V deste Edital.

7. A divulgação Oficial de todas as etapas referentes a este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO se dará através de avisos publicados nos locais abaixo, mantendo-se acessíveis até 90 (noventa) dias após a homologação do certame.

7.1 No sítio de internet do Município de Governador Celso Ramos - SC: ([www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br));

7.2 No sítio de internet da FAEPESUL: ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos)).

8. É de exclusiva responsabilidade do candidato, o acompanhamento integral das etapas deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, por meio dos órgãos de divulgação Oficial citados neste Edital.

9. Os horários e cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame, sendo que essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação Oficial mencionados no Item 7 deste Edital.



9.1 Qualquer alteração em cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tão pouco a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela FAEPEsul.

10. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer às orientações e requisitos constantes no Anexo X.

11. Os Candidatos aprovados nas avaliações deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO serão convocados para ocupar os Cargos, em funções das vagas constantes no Anexo III e de acordo com a necessidade do Município de Governador Celso Ramos - SC dentro do prazo de validade do certame.

12. A aprovação neste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO não implica a admissão imediata do candidato. Todavia, o processo admissional do candidato deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação dos aprovados, sendo que serão chamados à medida que a necessidade funcional assim o permitir, obedecendo aos critérios do Município de Governador Celso Ramos - SC.

13. Os candidatos aprovados, quando convocados ao trabalho, deverão apresentar os documentos admissionais exigidos pelo Município de Governador Celso Ramos - SC.

13.1 A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

13.2 O candidato será convocado através dos meios de comunicação informado na ficha de inscrição deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO;

13.3 O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto à Gerência de

Pessoal do Município de Governador Celso Ramos - SC;

13.4 O Município de Governador Celso Ramos - SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Telefone, e-mail (se houver), carta com AR (Aviso de Recebimento), Publicação no Diário Oficial do Município (Imprensa Oficial).

13.5 O candidato terá o prazo máximo de 03 (três) dias para apresentação após a última forma de convocação;

13.6 O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados;

13.7 O candidato será convocado quantas vezes for necessário, durante a validade deste processo seletivo, segundo a ordem de classificação, até o limite das vagas autorizadas.

14. O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO terá validade de 01 (um) ano, prorrogável uma vez, por igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do Resultado Final a critério do Município de Governador Celso Ramos - SC.

15. Será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO o candidato que:

15.1 Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortesias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações;

15.2 For surpreendido durante a aplicação da Avaliação Escrita Objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

15.3 For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer Avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

15.4 Afastar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

15.5 Ausentar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

15.6 Recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão-resposta ou de outros documentos, nos termos deste Edital;

15.7 Recusar-se, em qualquer das etapas, a se submeter à fiscalização eletrônica e/ou física;

15.8 Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame.

16. A inscrição dos candidatos implicará aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17. Fica delegada competência à FAEPEsul, para:

17.1 Receber as taxas de inscrições;

17.2 Deferir e indeferir as inscrições;

17.3 Emitir os documentos de confirmação de inscrições;

17.4 Prestar informações sobre o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO;

17.5 Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a Avaliação Escrita Objetiva e demais etapas do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, bem como divulgar seus respectivos resultados;

17.6 Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;

17.7 Publicar a homologação final do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

18. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, constituída pelo Decreto Municipal nº. 002/2017.

19. O foro para dirimir qualquer questão relacionada a este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO é o da Comarca de Biguaçu - SC.

Governador Celso Ramos - SC, 6 de Janeiro de 2017.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

Profº. Adilson Costa Secretário de Educação, Esporte e Cultura

## ANEXO I CRONOGRAMA

## ANEXO II ETAPAS

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – ANOS FINAIS - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – ANOS FINAIS - HABILITADO	X	X
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – ANOS FINAIS - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS – ANOS FINAIS (COM POSSIBILIDADE DE LECIONAR NOS ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) - HABILITADO	X	X
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS – ANOS FINAIS (COM POSSIBILIDADE DE LECIONAR NOS ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA – ANOS FINAIS - HABILITADO	X	X
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA – ANOS FINAIS - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – ANOS FINAIS - HABILITADO	X	X
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – ANOS FINAIS - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MANUAIS - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MANUAIS - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MARCIAIS - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MARCIAIS - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – DANÇA - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – DANÇA - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ESPORTE - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ESPORTE - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – INFORMÁTICA - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – INFORMÁTICA - NÃO HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – MÚSICA - HABILITADO	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – MÚSICA - NÃO HABILITADO	X	X

1. O não comparecimento do candidato em hora e local aprazados para realização da Avaliação Escrita Objetiva implicará **ELIMINAÇÃO** do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter eliminatório/classificatório de acordo com a forma constante no Anexo VII.

3. A Avaliação de Títulos terá caráter classificatório de acordo com a forma constante no Anexo VIII.

## ANEXO III

CARGOS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÃO

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidas até a data da posse. Caso não comprovados a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante nos itens 7 e 8 deste Anexo, a nomeação não será efetivada.
2. As atividades inerentes a cada um dos cargos serão desenvolvidas em quaisquer dependências, locais ou órgãos do Município de Governador Celso Ramos - SC.
3. A Carga Horária está expressa em tempo semanal de trabalho.
4. O regime jurídico é o estatutário.
5. Os Candidatos classificados acima das vagas estabelecidas figurarão como Cadastro Reserva para posterior análise de aproveitamento pela Administração Municipal.
6. Os Cargos que excederem a quantidade de 5 (cinco) vagas terão a reserva de cinco por cento em face da classificação obtida para Portadores de Necessidades Especiais – PNE conforme Anexo V deste Edital.
- 6.1 Caso não houver nenhum candidato Portador de Necessidade Especial inscrito neste certame, a quantidade reservada voltará a reintegrar a quantidade ofertada.

#### 7. CARGOS, CARGA HORÁRIA, NÍVEL E VENCIMENTOS

Finais) Professor de Educação Informal	20 Horas Semanais		R\$ 958,89 + R\$ 143,83
	30 Horas Semanais		R\$ 1.438,34 + R\$ 215,75
	40 Horas Semanais		R\$ 1.917,78 + R\$ 287,67
Professor de Ensino Fundamental (Anos Finais) Professor de Educação Informal	10 Horas Semanais	Graduado	R\$ 623,29 + R\$ 93,49
	20 Horas Semanais		R\$ 1.246,56 + R\$ 186,98
	30 Horas Semanais		R\$ 1.869,84 + R\$ 280,48
	40 Horas Semanais		R\$ 2.493,11 + R\$ 373,97

#### 8. CARGOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

ARTES – ANOS FINAIS - NÃO HABILITADO	concluída.
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – ANOS FINAIS - HABILITADO	Licenciatura Plena na Área
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS – ANOS FINAIS - NÃO HABILITADO	Cursando Licenciatura Plena na Área, no mínimo na 4ª fase concluída.
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS (COM POSSIBILIDADE DE LECIONAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) - HABILITADO	Licenciatura Plena na Área
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA ANOS FINAIS (COM POSSIBILIDADE DE LECIONAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) - NÃO HABILITADO	Cursando Licenciatura Plena na Área, no mínimo na 4ª fase concluída.
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – ANOS FINAIS - HABILITADO	Licenciatura Plena na Área

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA – ANOS FINAIS - NÃO HABILITADO	Cursando Licenciatura Plena na Área, no mínimo na 4ª fase concluída.
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – ANOS FINAIS - HABILITADO	Licenciatura Plena na Área
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA – ANOS FINAIS - NÃO HABILITADO	Cursando Licenciatura Plena na Área, no mínimo na 4ª fase concluída.
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS – ANOS FINAIS (COM POSSIBILIDADE DE LECIONAR NOS ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) - HABILITADO	Licenciatura Plena na Área
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS – ANOS FINAIS (COM POSSIBILIDADE DE LECIONAR NOS ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANO) - NÃO HABILITADO	Cursando Licenciatura Plena na Área, no mínimo na 4ª fase concluída.
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA – ANOS FINAIS - HABILITADO	Licenciatura Plena na Área
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA – ANOS FINAIS - NÃO HABILITADO	Cursando Licenciatura Plena na Área, no mínimo na 4ª fase concluída.
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – ANOS FINAIS - HABILITADO	Licenciatura Plena na Área
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – ANOS FINAIS - NÃO HABILITADO	Cursando Licenciatura Plena na Área, no mínimo na 4ª fase concluída.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MANUAIS - HABILITADO	Licenciatura Plena na Área
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL –	nível médio completo com curso de aperfeiçoamento na
ARTES MANUAIS - NÃO HABILITADO	área, com carga horária mínima de 200 horas.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MARCIAIS - HABILITADO	Licenciatura Plena ou Bacharelado na Área
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MARCIAIS - NÃO HABILITADO	nível médio completo com curso de aperfeiçoamento na área, com carga horária mínima de 200 horas.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – DANÇA - HABILITADO	Licenciatura Plena na Área
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – DANÇA - NÃO HABILITADO	nível médio completo com curso de aperfeiçoamento na área, com carga horária mínima de 200 horas.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ESPORTE - HABILITADO	Licenciatura Plena ou Bacharelado na Área
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ESPORTE - NÃO HABILITADO	nível médio completo com curso de aperfeiçoamento na área, com carga horária mínima de 200 horas.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – INFORMÁTICA - HABILITADO	Graduação na Área
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – INFORMÁTICA - NÃO HABILITADO	nível médio completo com curso de aperfeiçoamento na área, com carga horária mínima de 200 horas.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – MÚSICA - HABILITADO	Licenciatura Plena na Área
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – MÚSICA - NÃO HABILITADO	nível médio completo com curso de aperfeiçoamento na área, com carga horária mínima de 200 horas.

## ANEXO IV INSCRIÇÕES

1. As inscrições para este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO deverão ser realizadas no sítio de Internet da FAEPESUL, no seguinte endereço: [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos).

2. Os candidatos que não possuem acesso à Internet deverão se dirigir ao Posto de Atendimento, constante no item 4 deste Edital.

## 3. O valor das inscrições segue a tabela abaixo:

	ESCOLARIDADE		VALOR (em R\$)
Nível Superior		70,00	

## 4. Não serão aceitos pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição;

5. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos), deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.

5.1 O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;

5.2 Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os Dados Bancários relacionados a inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.

## 6. Será permitido a inscrição para apenas 1 (um) Cargo.

7. Após o pagamento do respectivo boleto bancário, em hipótese alguma, será aceito o pedido de alteração da inscrição realizada.

8. O sistema de inscrição via Internet permite ao candidato, a emissão de uma segunda via do boleto bancário, esse só poderá ser emitido dentro do período de inscrição.

9. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, o mesmo deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no Anexo I.

10. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após a FAEPESUL ser certificada pela Instituição Financeira responsável pelo recebimento, sobre o efetivo adimplemento dos boletos bancários.

11. Caso o candidato não conste na Lista de inscrições deferidas a ser publicada pela FAEPESUL e tenha efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, deverá protocolizar Recurso Administrativo no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame e sob pena de ser indeferida a sua inscrição.

12. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído, salvo em caso de cancelamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

13. No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.

14. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.

15. A FAEPESUL não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores; falhas na comunicação; congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.

16. A inscrição no presente PROCESSO SELETIVO PÚBLICO implica conhecimento expresso e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

## ANEXO V

## PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIAIS E CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

1. Dos cargos disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco por cento) para os Candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE, na conformidade do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988 c/c a Lei nº 12.870 de 12 de Janeiro de 2004 do Estado de Santa Catarina.

1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições dos Cargos constantes do Anexo III.

2. Não havendo candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE classificados em números suficientes para preencheras vagas reservadas, estas se reverterão às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

3. Os candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE deverão protocolizar, no posto de atendimento descrito no item 4 deste Edital, o respectivo Laudo Médico que ateste sua portabilidade de necessidade especial, contendo o respectivo CID e a confirmação da sua capacidade física e mental para exercer o Cargo pretendido nos prazo constante no Anexo I.

4. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada), referente à solicitação de atendimento especial, terá validade somente para esta seleção pública e não será devolvido ou fornecida cópia do instrumento ao final do certame.

5. A apresentação do Laudo Médico, referido no item anterior, não elidirá a atuação da Junta Médica Oficial do Município de Governador Celso Ramos - SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.

6. Após análise da Junta Médica Oficial, se a deficiência do candidato não for atestada como compatível ao cargo para o qual se inscreveu, o mesmo deverá concorrer às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.



7. Para efeito deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, consideram-se deficiências que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.
8. A opção de concorrer às vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência é de inteira responsabilidade do candidato.
9. O candidato portador de deficiência participará do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
10. Os candidatos que necessitarem de algum atendimento especial, para a realização das Avaliações Escritas Objetivas, deverão declará-lo no Formulário de Inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis, com antecedência. Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato.
11. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante (adulto), que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não atender a essa exigência e vier acompanhada do amamentando não realizará a Avaliação acima mencionada.
- 11.1 O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.
12. O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
- 12.1 Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a Avaliação Escrita Objetiva em condições normais com os demais candidatos.
13. Tendo sido aprovada no PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, a pessoa portadora de necessidade especial será submetida à Equipe Multiprofissional do Município de Governador Celso Ramos - SC, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais da atividade com as condições limitadas de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para investidura no Cargo escolhido neste certame.
14. Não serão reservadas vagas para Portadores de Necessidades Especiais – PNEs.

#### ANEXO VI CLASSIFICAÇÃO

1. A Classificação deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO obedecerá às disciplinas constantes neste Anexo.
2. A Avaliação Escrita Objetiva terá valor de, no máximo, 10 (dez) pontos.
3. A Nota máxima que poderá ser aferida ao candidato na Avaliação de Títulos é de 5,0 (cinco) pontos.
4. O Resultado referente aos Cargos que possuem Avaliação de Títulos será a soma aritmética entre os pontos obtidos na Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos, perfazendo o total máximo de 15 (quinze) pontos.
5. O critério de desempate da Avaliação Escrita Objetiva obedecerá à seguinte ordem: a) Tiver idade superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;  
b) Obter a maior nota na prova objetiva de conhecimentos específicos;  
c) For o mais idoso;  
d) Possuir maior titulação acadêmica;  
e) Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio. A realização do sorteio será em data, horário e local a serem divulgados juntamente com os resultados da Prova de Conhecimentos.
6. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da Avaliação Escrita Objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações Oficiais deste Edital.

#### ANEXO VII AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

1. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter classificatório/eliminatório, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.
2. O horário e os locais de aplicação da Avaliação Escrita Objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no Anexo I.
3. O candidato que não comparecer à etapa de Avaliação Escrita Objetiva será considerado ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
4. A Avaliação Escrita Objetiva será composta por 25 (vinte e cinco) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) assertiva correta.
- 4.1 Quadro de distribuição das questões das Avaliações Escritas Objetivas:

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA – ANOS FINAIS	5	5	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MANUAIS	5	5		5
		10		
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MARCIAIS	5	5	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – DANÇA	5	5	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ESPORTE	5	5	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – INFORMÁTICA	5	5	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – MÚSICA	5	5	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – VIOLÃO	5	5	10	5

5. Cada questão terá o valor de 0,40 (zero quarenta) pontos

6. O resultado da Avaliação Escrita Objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.

7. A Nota mínima, na Avaliação Escrita Objetiva para classificação e, consequente continuação do candidato nas próximas fases deste certame é de 03 (três), independentemente da disciplina a ser versada.

8. O Candidato que não atingir o quantitativo mínimo de acertos descrito neste item será, automaticamente, ELIMINADO do certame.

9. Na hipótese de anulação de questão(ões) da Avaliação Escrita Objetiva, por parte da Comissão de Coordenação do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.

10. Na Avaliação Escrita Objetiva, também, será considerada com pontuação 0 (zero), a resposta do candidato contida no cartão-resposta quando:

10.1 Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

10.2 Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;

10.3 Não estiver assinalada(s);

10.4 For preenchida fora das especificações contidas nas instruções fornecidas;

10.5 Não estiver a opção completamente preenchida para o espaço destinado a opção da questão.

11. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo Candidato com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.

11.1 O Candidato que não assinar ou recusar a apostar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

11.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato.

11.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões.

11.4 O preenchimento do cartão será de inteira responsabilidade do candidato.

11.5 O cartão-resposta não será substituído.

12. A duração da Avaliação Escrita Objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de 3(três) horas.

13. O candidato somente poderá se retirar do local da Avaliação Escrita Objetiva, após 1h (uma hora) do seu início.

14. Para a entrada nos locais de realização das Avaliações, conforme etapas descritas no Anexo II, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e se solicitado, a confirmação de inscrição.

14.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizadores de exercício profissional; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.

15. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 45 min (quarenta e cinco minutos) antes do horário previsto para aplicação da prova.

16. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a Avaliação Escrita Objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.

17. Durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva é vedada a consulta a: livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

17.1 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, antes do início das avaliações, para serem devolvidos ao seu término.

17.2 A FAEPSUL não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.

18. A Avaliação Escrita Objetiva será corrigida por processo opto-eletrônico, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da Avaliação, desconsiderando-se qualquer marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.

19. O candidato, ao encerrar a Avaliação Escrita Objetiva, entregará, ao fiscal de sua sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o Caderno de Avaliação, podendo reter para si, apenas, a folha do Caderno de Avaliação onde consta o rascunho do gabarito.

20. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a Avaliação Escrita Objetiva, somente poderão retirar-se, após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinar a Ata de Encerramento da Avaliação Escrita Objetiva.

20.1 O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será ELIMINADO do certame.

21. O Gabarito da Avaliação Escrita Objetiva será divulgado no local indicado no item 7 deste Edital, conforme cronograma disciplinado no Anexo I.

22. Os Cadernos de Avaliações ficarão disponíveis no site [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos), a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.

23. O conteúdo programático para a Avaliação Escrita Objetiva será assim composto:

#### 23.1 CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

23.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Nova Ortografia. Análise e interpretação de texto. Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem; Termos essenciais da oração; Vícios de linguagem, semântica; Gramática, divisão silábica, Crase, Classes gramaticais variáveis, Termos integrantes da oração, Orações coordenadas, Orações subordinadas: substantivos e pontuação. Encontros vocálicos, encontros consonantais; Dígrafo, sílaba; Sinais de pontuação; Sinônimos, antônimos, homônimos, substantivo, adjetivo, numeral, verbo, advérbio, preposição; Linguagem coloquial e formal; Sentido figurado; Gênero (masculino/feminino); Concordância entre adjetivos e substantivos.

23.1.2 MATEMÁTICA: Raciocínio Lógico. Operações Matemáticas: Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão. Operações em conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais). Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; estatística; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias. Máximo divisor comum e mínimo divisor comum. Algarismos romanos. Raízes. Frações.

23.1.3 PROFESSOR: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o Ensino Básico (Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010). Lei nº 11645/2008. Educação, sociedade e cultura. A natureza do trabalho pedagógico: fundamentação filosófica, política, social e educacional. Teorias da aprendizagem. Psicologia da aprendizagem. Pedagogia Social Contribuições de Piaget e Vygotsky e Paulo Freire à Educação. Políticas públicas Inclusivas de educação. Currículo: concepções, relações de poder, transdisciplinaridade transversalidade. Pedagogia e Intervenção social. Relação escola-família e escola-cultura. Violência intraescolar. Estatuto da Criança e do Adolescente. Aspectos relevantes da legislação do FUNDEB. Integração docente e discente. Modalidades de gestão. Cotidiano da escola: conselho de classe, reuniões pedagógicas, treinamento, planejamento, avaliação e acompanhamento. A construção do projeto político-pedagógico. Análise de erros. Aprendendo a aprender. Princípios éticos profissionais. Concepção Histórico Cultural. Lei Municipal n. 566/2007 – Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público de Governador Celso Ramos.

23.1.4 ESPECÍFICAS PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL: Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. Marcos legais, políticos e educacionais da educação inclusiva e da educação especial. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Língua Brasileira de Sinais. Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com deficiência; conceito de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; atendimento educacional especializado – AEE e seus serviços, recursos e estratégias de acessibilidade; tecnologia assistiva, suas modalidades e o AEE; público da educação especial, conteúdos do AEE.

23.1.5 ESPECÍFICAS PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL: Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes teóricas da educação. Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel. Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade.

Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados. Princípios que fundamentam as práticas na educação infantil. Concepção do Educar na escola. Concepção de cuidar na educação infantil. Diferença entre Educar e Cuidar. Necessidades e características de crianças de 0 a 5 anos. Conceitos de Creche, Educação Infantil e escola e sua relação com a família. As fases do desenvolvimento e sua relação com a construção da autonomia. Funções e papéis das instituições de Educação Infantil para cada etapa dos 0 aos 5 anos. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

**23.1.6 ESPECÍFICAS PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL:** Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes teóricas da educação. Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel.

Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados. Concepção de Conteúdo, Habilidades e Competências. Temas Transversais. Conceito e aplicação da Contextualização de Conteúdos. Educação Mediadora. Taxonomia de Bloom. Didática e Metodologia do Ensino em Séries Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infanto-juvenil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, matemática, História, Geografia, Ciências do Ensino Fundamental nos anos Iniciais. Confeção, histórico cultural/pacto pela alfabetização da idade certa.

**23.1.7 ESPECÍFICAS PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES:** História da arte. Movimentos artísticos. O lúdico na obra de arte. Arte – educação. Psicologia da arte. Processo de criação. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o mundo sonoro, o visual, o tátil. Aspectos formais da Arte: linha, cor, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento, som, ruído, intensidade, timbre, altura, duração, ritmo, dinâmica. Integração através da arte. Artes Cênicas: história das artes cênicas; papel das artes cênicas no processo educacional, teoria e prática; teatro e jogo, criatividade e imaginação. Artes Plásticas: história geral das artes; história e ensino da arte no Brasil; teoria da arte: arte como produção, conhecimento e expressão; a obra de arte e sua recepção. Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade. Artes visuais e o multiculturalismo. Música: aspectos históricos da música ocidental; elementos estruturais da linguagem musical; tendências educacionais quanto ao ensino da música, na sala de aula; visão interdisciplinar do conhecimento musical. Música e expressão. Dança: história da dança; papel da dança na educação; estrutura e funcionamento do corpo para a dança; proposta triangular: fazer, apreciar, contextualizar. As danças como manifestações culturais. Cultura musical brasileira. Cultura local. Folclore do Brasil.

**23.1.8 ESPECÍFICAS PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS:** A Ciência como produção humana. Concepção de Ciência. Ensino de Ciências no Brasil. O currículo de Ciências no Ensino Fundamental. O Método Científico e suas aplicações. Conceitos primitivos e unificadores. Metodologia do ensino de Ciências. Os seres vivos e o ambiente. Características dos seres vivos. Níveis de organização e propriedades dos seres vivos. Os reinos dos seres vivos. Noções básicas de Ecologia: Biomas/Ecosistema – meio biótico e meio abiótico. Cadeia alimentar, relações e equilíbrio ecológico. Sustentabilidade. Alimentação saudável. O ser humano e a saúde: profilaxia das doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis. Sexualidade e sexo. Teorias sobre a origem da vida. Teorias da Evolução. Botânica: classificação, importância, partes e funções dos vegetais. Zoologia dos invertebrados e vertebrados. Desenvolvimento histórico da química. Evolução dos modelos atômicos. Guerra Química e Bacteriológica.

Física do cotidiano. Temas Transversais. Relações etnicorraciais, relações de gênero, cultura, tecnologia e ecocidadania. Consumo. Produção e destino do lixo.

**23.1.9 ESPECÍFICAS PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ESPORTE e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MARCIAIS:** Objetivos e conteúdo da Educação Física em função do nível de desenvolvimento e aprendizagem da criança e do adolescente. Fases do desenvolvimento. Psicomotricidade. Aprendizagem motora e cognitiva. Organização desportiva: torneios, campeonatos, competições, colônia de férias. Didática e Prática de Ensino específica da disciplina. Educação para o lazer. Recreação: conceito e finalidades. Jogo: conceito e valor. Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Técnicas e instrumentos de medida e avaliação em Educação Física. Métodos e técnicas da Educação Física. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal. Jogos Cooperativos. Educação Física Escolar: diferentes abordagens. Fisiologia do exercício. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica - Parecer CNE/CEB nº 07, de 07 de abril de 2010 e Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Resolução nº 07, de 14/12/2010.

**23.1.10 ESPECÍFICAS PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ENSINO RELIGIOSO:** História do Ensino Religioso. Legislação do Ensino Religioso no Brasil. Fenômeno religioso e diversidade. Conhecimento religioso, identidade e formação do professor do Ensino Religioso. Concepções do Ensino Religioso. Objetivos do Ensino Religioso. Fundamentos e metodologia para o ensino religioso. Conteúdo para o ensino religioso. Avaliação do ensino religioso. O educando e o questionamento sobre o seu ser no aqui e agora. O reconhecimento e a identificação enquanto ser humano. A relação com o outro, semelhante e ao mesmo tempo distinto. Aspectos da convivência com os semelhantes: acolhida, respeito, partilha, perdão, escuta, compreensão participação. A reflexão e o questionamento sobre a vida e a relação com o mundo. A relação com o universo amplo. Grau de dependência, possibilidades de exploração em função das necessidades humanas, consciente de suas limitações. Atualidades relacionadas ao universo e ao ensino religioso.

**23.1.11 ESPECÍFICAS PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – GEOGRAFIA:** Geografia Física, Humana e Econômica de: Geografia de Santa Catarina. Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia. Leitura de Paisagens. Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza. Meio Rural e Meio Urbano. Produção e Distribuição de Riquezas. População. Brasil – Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica. Brasil – Diversidade Cultural segundo o IBGE. Brasil – Campos – Cidades. Espaços em transformação. Brasil – Regiões Geoeconômicas. Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra. Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido. A antiga e a Nova Ordem Mundial. A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica



– Conflitos Mundiais Contemporâneos. Temas Transversais.

**23.1.12 ESPECÍFICAS PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA:** Tempo e espaço como categoria histórica. Relações sociais de produção. Didática e metodologia da história. Movimentos sociais. Globalização. Capitalismo. Circuito do poder: democracia, participação, descentralização. Lutas sociais na América Latina, Argentina, Brasil e Chile. A escravidão reabilitada. Revolução Burguesa no Brasil. Processos eleitorais do Brasil. História de Santa Catarina. História do Brasil. História geral. Temas Transversais.

**23.1.13 ESPECÍFICAS PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – INGLÊS** A importância do ensino de Língua Inglesa no Brasil. A história, objetivos e características das metodologias e abordagens de ensino de Língua Inglesa no Brasil. A língua como forma de interação. A língua numa perspectiva histórico- cultural. Interdisciplinaridade. Recursos didáticos pedagógicos. O ensino das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever): o ensino da gramática. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Interpretação de textos. Temas Transversais. As questões da prova objetiva de conhecimentos específicos poderão ser formuladas na língua inglesa.

**23.1.14 ESPECÍFICAS PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA:** Concepções de linguagem. Concepções de aprendizagem. Gêneros do discurso. Leitura e formação de leitores na escola. Intertextualidade na leitura e produção textual na escola. Literatura juvenil: possibilidades de abordagem. Texto e discurso (linguagem, interlocutor, situação comunicativa, coesão, coerência, adequação textual e clareza). Gramática normativa e o ensino da língua portuguesa. Desdobramentos da gramática normativa: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Linguagem nas modalidades oral e escrita em diferentes esferas da interação humana. Interdisciplinaridade no ensino de língua portuguesa. Ensino de língua portuguesa conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino de língua portuguesa e o uso de tecnologias da informação e comunicação. O ensino de língua portuguesa conforme a Temas transversais e o ensino de língua portuguesa. Avaliação da aprendizagem no ensino de língua portuguesa.

**23.1.15 ESPECÍFICAS PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA:** Concepções do ensino e aprendizagem da matemática. Tendências pedagógicas do ensino de Matemática no Brasil. A didática e a metodologia do ensino da matemática. A resolução de problema e o ensino- aprendizagem de Matemática. Jogos nas aulas de matemática e o papel do lúdico no ensino da Matemática. A história da matemática. Temas transversais. Os campos conceituais no ensino da Matemática: - Números e Operações: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais; - Espaço e Forma: figuras planas, sólidos geométricos, ângulos, simetria, Teorema de Tales, Teorema de Pitágoras, Relações métricas num triângulo qualquer, Trigonometria; - Grandezas e Medidas: comprimento, massa, capacidade, superfície/área, tempo, temperatura, sistema monetário; - Tratamento da Informação: tabelas, gráficos, quadros, listas, diagramas, médias e probabilidades, moda e mediana; - Álgebra: operações inversas, equações e sistemas de equações de 1º e 2º

grau, razão e proporção, regra de três, porcentagem, juros, operações com expressões algébricas, polinômios, funções polinomiais de 1º e 2º grau, exponencial e logarítmica, matrizes, sistemas e determinantes de equações lineares, progressões aritmética e geométrica, análise combinatória e cálculo de probabilidades.

**23.1.16 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – ARTES MANUAIS:** Receita e preparação da massa de biscoito; utilização adequada de estecas, rolos de texturas, moldes de silicone, extrusora e seus discos; modelagem; montagem de arranjos decorativos variados; decoração de vidros; tingimento correto da massa com tinta a óleo e tinta para tecidos; pintura; Reciclagem: Utilização de garrafas Pets; Artesanato em Papel-Jornal; Fuxico; Patchwork; Decoupage; Técnica de Mosaico; Customização.

**23.1.17 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – DANÇA:** Contextualização histórica da dança. Noções de técnicas corporais. Características estéticas e conceituais da dança clássica, dança moderna, pós moderna e contemporânea. Aspectos biográficos e estéticos de artistas da dança. Principais expoentes da Dança no Brasil: suas linguagens e estéticas. Dança e novas tecnologias.

**23.1.18 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – INFORMÁTICA:** Conhecimentos Básicos em Hardware e Software: Conceitos e fundamentos de hardware e software; sistemas operacionais Windows e Linux (instalação, configuração e manutenção). Modelos de sistemas de computação, cliente-servidor. Codificação em linguagem de programação, testes e manutenção de programas no computador; Codificação e interpretação de trechos de programas; Depuração de erros de lógica através de trechos de programas; Procedimentos em implantação e manutenção de programas. Bancos de Dados: Fundamentos de banco de dados relacional, conceitos, componentes, funcionamento, segurança e integridade, transações, controle de concorrência, recuperação após falha, modelagem lógica e física; Microprocessadores; Placas-mãe; Barramentos; Memórias; Unidades de disco rígido; Arquitetura e configuração de equipamentos. Softwares: Pacote Microsoft Office, LibreOffice, Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome, Correio Eletrônico (Webmail, Mozilla Thunderbird, Microsoft Outlook); Recuperação de dados; Sistemas de arquivos; Antivírus. Redes: Equipamentos (switchs gerenciáveis, roteadores, etc.); Conceitos de conectividade; Protocolo; Conceitos básicos de segurança em redes: Firewall. TCP/IP; Modems e redes sem fio; Servidor WEB: Conhecimentos de Servidor HTTP Apache; Desenvolvimento WEB: Python, PHP, Javascript, JQuery e Ajax; WebDesign: HTML e HTML5, CSS2 e CSS3, Grids CSS; Conceitos de Acessibilidade WEB. Sistemas Operacionais: Sistemas monotarefas, multitarefas, sistemas operacionais de rede e sistemas distribuídos. Arquitetura de sistemas operacionais: Programas de sistema, programas aplicativos, núcleo, gerência do processador, gerência de memória, gerência de entrada e saída, sistema de arquivos; Cópias de segurança (backup): Tipos, ciclos e principais dispositivos e meios de armazenamento. Windows 7: Instalação; configuração e gerenciamento (rede, dispositivos e impressoras, discos e partições,

segurança, manutenção e otimização); processo de inicialização, trabalhando com arquivos e pastas, registro do Windows, monitor de recursos, direitos e contas de usuários, configurações regionais e de idioma, ferramentas administrativas, aparência e personalização.

**23.1.19 ESPECÍFICAS PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFORMAL – MÚSICA:** Pedagogia Musical – DALCROSE E KODALY; Reflexões e Pensamentos dos rumos da música atual. Produção Musical no século XX e XXI: Processos e Perspectivas Composicionais. Acústica musical e organologia: Elementos de som: Timbre, Altura, Duração e Intensidade; série harmônica; classificação dos instrumentos musicais. Teoria da música: compasso: definição, classificação; regras de grafia; articulação e sinais de repetição; intervalos, elementos de harmonia, escalas – modos eclesiásticos; tonalidade; ornamentos, graus tonais e modais; acordes de 3, 4 e 5 sons; cadências; funções tonais e modais; sistema



anglo-americano de representação gráfica utilizada na música popular (cifras). História da Música Universal, História da Música Brasileira Popular e Erudita. Músicas popular e folclórica: correntes da produção musical popular brasileira; cultura popular e contextos sócioantropológicos que a geraram.

#### ANEXO VIII AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

1. A Avaliação de Títulos terá caráter classificatório, conforme critérios constantes no presente anexo.
2. Os Cargos que terão computo de pontuação concernente à Avaliação de Títulos estão especificados no Anexo II.
3. O Candidato deverá reunir os Títulos objeto desta avaliação em Cópia Autenticada e protocolar junto com a Ficha de Avaliação no dia da Avaliação Escrita Objetiva.
4. A Recepção dos Títulos deverá obedecer ao cronograma estabelecido conforme Anexo I do presente Edital.
5. A Avaliação de Títulos será apurada por Avaliadores designados pela FAEPESUL, através da análise dos documentos protocolados.
6. Somente serão considerados, para efeitos de pontuação, os títulos concluídos até a data da publicação do presente Edital.
7. A não apresentação de documentos para a Avaliação de Títulos pelo candidato o sujeitará apenas a classificação obtida no resultado da Avaliação Escrita Objetiva do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
8. Uma vez entregues os títulos, não serão aceitos acréscimos, modificação e/ou substituição de documentos.
9. Os títulos entregues deverão possuir paginação, podendo ser escrito a mão, para organização e maior clareza da avaliação.
10. Os títulos devem ser entregues juntamente com a ficha de avaliação, constante no Anexo IX, preenchido e dentro de envelope não transparente.
11. A Nota máxima que poderá ser aferida ao Candidato na Avaliação de Títulos é de 5,0 (cinco) pontos, sendo o resultado da soma aritmética da pontuação obtida nos Títulos de Pós Graduação limitados a 3,0 (três) pontos, Títulos de Capacitação limitados a 1,0 (ponto) e Tempo de Serviço limitado a 1,0 (ponto).
12. Os Títulos de PÓS GRADUAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas a seguir:
  - 12.1 Não serão avaliados título exigido como requisito para provimento do cargo;
  - 12.2 Não serão avaliados título de especialização, mestrado e doutorado, não reconhecidos pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;
  - 12.3 Os títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.
  - 12.4 Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.
  - 12.5 A avaliação dos títulos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado não é cumulativa e é limitada a um único título de pós- graduação. Caso o candidato entregue mais de um título, será avaliado unicamente o de maior valor acadêmico, conforme tabela constante no item 15 deste Anexo.
13. Os Títulos de CAPACITAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas abaixo:
  - 13.1 Não serão avaliados título de Capacitação emitidos por instituições não reconhecidas pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;
  - 13.2 Somente serão avaliados os Títulos que possuam no mínimo 20 (vinte) horas de realização;
  - 13.3 Os Títulos deverão constar a data de Início e Término de realização, sob pena de não avaliação;
  - 13.4 Somente serão computados os Títulos de Capacitação realizados até 3 (três) anos contados da Publicação deste Edital;
  - 13.5 A Pontuação será necessariamente a soma das horas devidamente comprovadas dentro das disciplinas constantes neste Edital conforme tabela constante no item 15 deste Anexo;
14. Os Títulos de TEMPO DE SERVIÇO serão avaliados conforme as disciplinas abaixo:
  - 14.1 Será computado o Tempo de Serviço, mesmo em período concomitante de exercício, até a data Limite da Publicação deste Edital;
  - 14.2 Será Computado somente o Tempo de Serviço no Cargo e nas mesmas atribuições para o qual o Candidato esta concorrendo neste certame;
  - 14.3 O Tempo de Serviço deverá ser comprovado através de Declaração, apresentada conforme especificado no item 3 deste Anexo, emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que comprove, sob pena de caracterização de falsidade ideológica, o tempo de serviço efetivamente laborado em acordo ao estabelecido neste Edital;
  - 14.4 A Pontuação será a soma do tempo total de Serviço Prestado conforme tabela constante no item 15 deste Anexo;
15. Consta abaixo a tabela de pontuação dos títulos apresentados:

Capacitação	0,1 (ponto) por curso comprovado, limitado a 1,0	Comprovar realização de capacitação, com no mínimo 20 (vinte) horas por curso dentre as atribuições das atividades para o Cargo que esta em Seleção.
Tempo de Serviço	0,5 (ponto) - Até 2 (dois) anos de experiência na Atividade	Comprovar o exercício, com o tempo total em dias, meses e anos de Atividades desenvolvidas no mesmo Cargo e mesma atribuição para o Cargo que esta em Seleção.
	1,0 (ponto) - Acima de 2 (dois) anos de experiência na Atividade	Comprovar o exercício, com o tempo total em dias, meses e anos de Atividades desenvolvidas no mesmo Cargo e mesma atribuição para o Cargo que esta em Seleção.

**ANEXO IX**  
**FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULOS**

**ANEXO X INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

1. Caberá interposição de recursos à FAEPESUL, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação, a respeito:
  - a) Revisão do indeferimento de inscrição;
  - b) Revisão de questão da Avaliação Escrita Objetiva;
  - c) Resultado das Etapas.
2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente através do Site de Internet ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos)) na Área do Candidato.
3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FAEPESUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
  - a) Fundamentar, com argumentação lógica e consistente;
  - b) Apresentar recursos individuais, para questões diferentes (se for o caso).
  - c) Estar relacionado ao próprio impetrante.
4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.
5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos, ou apócrifos.
6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.
7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.
8. As decisões dos recursos estarão disponíveis ao candidato no Posto de Atendimento/Área do Candidato e resultado, na forma de extrato, publicado nos locais especificados no item 8 deste Edital.
9. Se do exame do recurso resultar a anulação de item integrante de Avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

**ANEXO XI**  
**DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO**

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será nomeado na forma mencionada neste Edital.
2. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:
  - 2.1 A aprovação em processo seletivo público;
  - 2.2 A prova da nacionalidade;
  - 2.3 O gozo dos direitos políticos;
  - 2.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens;
  - 2.5 A quitação com as obrigações eleitorais;
  - 2.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
  - 2.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
  - 2.8 A comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;
3. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.
4. A perda ou suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a

Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com trânsito em julgado de:

- 4.1 Cancelamento da naturalização;
- 4.2 Reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
- 4.3 Condenação penal, enquanto durarem os seus efeitos;
- 4.4 Condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.

5. O não cumprimento dos requisitos disciplinados no item 2 impede a contratação do candidato e gera a sua recondução à última colocação neste certame.

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### **RESOLUÇÃO Nº 03 - 2017**

RESOLUÇÃO Nº 03//2017

O Senhor Josué Ocker da Silva, presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições conferidas pelo regimento interno da Câmara,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar todos os vereadores desta Casa de Leis, para uma Sessão Extraordinária, para atender a convocação extraordinária feita pelo Prefeito Municipal (Art. 52, I lei Orgânica Municipal), através do ofício nº 01/2017/GAB/PREF).

ART. 2º - A sessão Extraordinária será realizada no dia 18 de janeiro de 2017 (quarta feira), às 19:00 horas no plenário da Câmara Alvino Francisco Baldaña, e compor-se-á exclusivamente de Pequeno expediente e da Ordem do dia (art. 79 regimento), com a seguinte ordem do dia:

- Posse dos Vereadores Suplentes;
- Apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 01/2017, o qual Cria cargos, Departamentos, Secretaria Executiva de Controle Interno e Extingue Secretaria na nova Estrutura Organizacional do Município de Governador Celso Ramos e altera art.35, Inciso da lei 1087/2016 e altera a lei complementar nº 1085/2016 e lei complementar nº 1159/206, e lei complementar 1016/2015, acrescenta parágrafo único ao art. 84 da lei nº 566/2007 e dá outras providências;
- Intervalo para reunião de apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 01/2017;
- Discursão do Projeto de Lei Complementar nº 01/2017;
- Votação do Projeto de Lei.

Câmara Municipal Governador Celso Ramos, 05 de janeiro de 2017.

JOSUÉ OCKER DA SILVA

PRESIDENTE

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 002/2017 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 002, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.061, de 20 de dezembro de 2016,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.3151	Aplicações Diretas	R\$	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3154	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3161	Aplicações Diretas	R\$	29.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3151	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3154	Aplicações Diretas	R\$	9.000,00
14.04	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGIÂNCIA SANITÁRIA		
2.040	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
3.1.90.00.00.00.00.00.0366	Aplicações Diretas	R\$	1.658,54
4.4.90.00.00.00.00.00.0366	Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
14.05	DEPARTAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.041	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0367	Aplicações Diretas	R\$	7.216,28
3.3.90.00.00.00.00.00.3160	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

Cód.	Descrição do Recurso	Valor	
0366	Vigilância em Saúde - Superávit Financeiro	R\$	3.658,54
0367	Assistência Farmacêutica Básica - Superávit Financeiro	R\$	7.216,28
3151	Atenção Básica - Pab Fixo - Superávit Financeiro	R\$	100.000,00
3154	Atenção Básica - PMAQ - Superávit Financeiro	R\$	39.000,00
3160	Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Farmácia Básica - Superávit Financ.	R\$	10.000,00
3161	Transf. de Convênios - Saúde - Estado - Co-Financiamento - Superávit Financ.	R\$	29.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,

06 de Janeiro de 2017.

MÁRCIO BORBA BLASIUS

Prefeito de Grão-Pará

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 06 de Janeiro de 2017.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**DECRETO DF 003/2017 - ORÇAMENTO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000003/17 de 6 de Janeiro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002061/16 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(207)3.3.90.00.00.00.00.2.013-3207 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
Total Suplementação:	2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(206)4.4.90.00.00.00.00.2.013-3207 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
Total Anulação:	2.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Janeiro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 6 de Janeiro de 2017.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 08.17 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 12/17, Edital de Pregão Presencial Nº 08/17, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Tubos de Concreto; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 25/01/17; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 25/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 06 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 09.17 AQUISIÇÃO CONSERTO DIFERENCIAL CAMINHÃO MB1513 PLACA LZR 8937**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 13/17, Edital de Pregão Presencial Nº 09/17, Objeto: Aquisição de Peças e serviços para conserto Do diferencial do caminhão MB 1513 Plca LZR 8937; recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 25/01/17; a abertura do Edital será às 14:00 horas do dia 25/01/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 06 de janeiro de 2017.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**9/2017**

DECRETO Nº 09/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.093

3.3.90.00-00.00.3071- Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00 -----

Soma ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do excesso do Superavit Financeiro do exercício de 2016, referente recursos do PAB/SUS, no valor de R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

05 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

**AVISO DE LICITATAÇÃO - PREF 02/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 02/2017 - Pregão Presencial Nº. 01/2017.

Objeto: Locação de Rolo Compactador para recuperação da malha viária do interior do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 20/01/2017 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 06 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 3.622/2017.**

DECRETO Nº 3.622/2017.

“PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº. 002/2015/SMECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e com o Edital de Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado até o final do ano letivo de 2017, a contar da data de publicação deste Decreto, o prazo de validade do Processo Seletivo previsto no Edital nº. 002/2015/SMECE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 3.619/2017.

Herval d'Oeste (SC), 06 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

### **PORTARIA Nº 055/2017**

PORTARIA Nº 055/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CHARLUANY ERICA BELLON (Matr. 3854), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência “A”, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de abril de 2015 e 15 de maio de 2016, para serem gozadas a partir de 05 de janeiro de 2017 a 03 de fevereiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 056/2017**

PORTARIA Nº 056/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

REINTEGRAR, a Servidora JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM (Matr. 4236), a qual exerce a função de Professor, Nível/Referência – 2/A, 20 horas semanais, Educação Infantil, Anexo XI da LC Nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar de 05 de janeiro de 2017 até a conclusão do benefício de Licença Maternidade, conforme preceitua o Artigo 107, da Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**TERMO DE AJUSTE Nº 002/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
POSTO VILA RICA LTDA.ME  
CNPJ/MF Nº 84.590.124/0001-64  
Rua Santos Dumont, nº 1.090, Centro  
CONTRATADA

TERMO de ajuste Nº 002/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO VILA RICA LTDA.ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 1090, – Bairro Centro – Município de Herval d'Oeste - Estado do Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 84.590.124/0001-64, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Mauro Antonio Dall'Orsoletta, brasileiro, casado, portador do CPF nº 509.673.719-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de ajuste a ata de Registro de Preços nº 004B/2016, que tem por objeto o eventual fornecimento de combustíveis para uso nos veículos, máquinas e equipamentos da Frota do município e do Corpo de Bombeiros de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 020/2016, na Modalidade de Pregão Presencial nº 008/2016 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

O Presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de Combustíveis.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES**

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de combustíveis, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGIS-TRADO	%	VALOR REAJUS-TADO
03	Óleo Diesel S – 10/S-50	Litro	GP	R\$ 3,20	- 0,375 %	R\$ 3,068

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

Altera-se a forma de pagamento a Contratada que passa a constar com a seguinte redação:

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados semanalmente, mediante apresentação da Nota Fiscal/faturas, devidamente atestada pela unidade competente, acompanhada das certidões negativa de débitos junto ao INSS (Federal) e regularidade de FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso II, alíneas d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

**CLÁUSULA QUINTA – Das Disposições Finais**

A publicação deste Termo de ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 004B/2016, que não foram modificados por força deste Termo de Ajuste, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 06 de janeiro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal  
CPF: 162.730.799-00

Mauro Antonio Dall'Orsoletta  
Sócio Administrador  
CPF: 509.673.719-53

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia  
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio  
CPF: 600.730.049-87

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº CM 0169/2017**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0169/2016

"NOMEIA Servidor Público da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada a partir do dia 02 de Janeiro de 2017, a servidora pública municipal: a Jornalista JOCIRLEI FÁTIMA PEREIRA, portadora da CI n.º 11/R – 1.515.438 - SSP/SC, CPF sob N.º 486.510.959-53 e inscrição junto a FENAJ/SC sob n.º 383, que responderá pelo Cargo de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste – SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 02 de Janeiro de 2017.

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA

Presidente

**RESOLUÇÃO Nº CM 0170/2017**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0170/2017

"NOMEIA Servidor Público da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º FICA NOMEADO, a partir de 02 de janeiro de 2017, o servidor público municipal: o advogado MARCIO MENDES DA ROSA, portador da CI nº 2092456661 – SSP-RS, CPF nº 006.137.360-52 e inscrição junto a OAB/SC sob nº 28344, que responderá pelo cargo de Assessor Jurídico do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste - SC.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de janeiro de 2017.

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA

Presidente

**IPREVI/HO****RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 01/2017**

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ESPECIAL DE PROFESSOR, COM PROVENTOS INTEGRAIS EQUIVALENTES À ÚLTIMA REMUNERAÇÃO E PARIDADE, À SERVIDORA CLARA MARIA SOBOTKA TIEPO."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o pedido de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Especial de Professor, formalizado pela servidora Clara Maria Sobotka Tiepo em 11/11/2016;

Considerando que o requerimento foi protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos sob o nº 1060, estando devidamente formalizado e com todos os procedimentos regulares;

Considerando a Portaria nº 050/2017 de 03/01/2017;

**RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Especial

de Professor de Educação Infantil, Fundamental e Médio, à servidora Clara Maria Sobotka Tiepo, Matrícula nº 62, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 5/1, Classe "A", do Anexo XI da LC nº 316/2013/Quadro Geral de Carreira deste Município, 40 horas semanais, com proventos integrais equivalentes à última remuneração e paridade; a partir de 03 de janeiro de 2017;

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de janeiro de 2017.

JAQUELINE RAZERA  
Diretora Administrativa

SILVANA LAZZARINI BULLA  
Presidente do Conselho  
de Administração



# Ibiam

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 012/2017**

PORTARIA Nº 012, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“DESIGNA INTERINAMENTE SERVIDORA PARA ASSINAR, CONJUNTAMENTE COM PREFEITO MUNICIPAL E GESTORES DOS FUNDOS, OS CHEQUES, TRANSFERÊNCIAS E DEMAIS DOCUMENTOS BANCÁRIOS RELATIVOS AO MUNICÍPIO DE IBIAM E FUNDOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada interinamente a servidora efetiva CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Professora II, inscrita no CPF sob nº 490.157.709.30, com Registro Geral nº 1.308.608, para assinar, em conjunto com o Prefeito Municipal e Gestores dos Fundos Municipais os cheques, transferências e demais documentos bancários relativos a todas as contas bancárias de titularidade do Município de Ibiam, bem como todos os Fundos Municipais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8

DECRETO Nº 8, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

"Regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar, dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VI do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e do artigo 148 e seguintes da Lei Complementar nº 5/2002 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Ilhota, decreta:

Art. 1º A comissão responsável pelo processo disciplinar previsto no art. 149 da Lei Complementar nº 5/2002 será designada como Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, devendo promover a atuação em processos disciplinares, destinados a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar será composta por 3 (três) membros, todos servidores efetivos e estáveis do quadro da Administração, a serem nomeados através de Portaria do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Os membros nomeados não poderão estar enquadrados nas condições previstas no art. 149, §2º da Lei Complementar nº 5/2002, tampouco estarem respondendo processo disciplinar, ou ainda terem sofrido penalidade de advertência ou suspensão nos últimos 5 (cinco) anos.

Art. 4º A Comissão terá como Secretário servidor designado pelo seu Presidente, podendo a indicação recair em um dos membros, e designado a cada instauração de processo disciplinar específico.

Art. 5º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 6º O rito processual deverá obedecer o disposto no Capítulo III da Lei Complementar nº 5/2002.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 06 de janeiro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 001/2017

DECRETO PMI Nº 001, de 04 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a delegação de competência, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º Além do Chefe do Poder Executivo, fica delegada a competência da assinatura de cheques e da autorização de transação via gerenciador financeiro, conforme discriminação nos incisos deste artigo:

I – Assina/autoriza o Prefeito e o Secretário Municipal da Fazenda;

II – Assina/autoriza o Prefeito e o Tesoureiro;

II – Assina/autoriza o Secretário Municipal da Fazenda e o Tesoureiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto PMI nº 033, de 01 de março de 2013.

Imbituba, 04 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/SEAGP Nº 29/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 29, de 05 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Expedição de Materiais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. ANDRÉ DE CARVALHO FRANCISCO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 054.600.679-52, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Expedição de Materiais junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de janeiro de 2017.

Imbituba, 05 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/SEAGP Nº 30/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 30, de 05 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. MAXIMIANO BERNARDO FILHO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 578.681.829-20, para exercer o cargo de Assessor II junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de janeiro de 2017.

Imbituba, 05 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/SEAGP Nº 31/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 31, de 05 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor I, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. VINÍCIUS DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 067.572.289-63, para exercer o cargo de Assessor I junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de janeiro de 2017.

Imbituba, 05 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 32/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 32, de 05 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a nomeação de Secretária Executiva, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, a Sra. MAURINA BORGES SILVANO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 507.251.579-68, para exercer o cargo de Secretária Executiva junto ao Gabinete do Prefeito, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de janeiro de 2017.

Imbituba, 05 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 33/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 33, de 05 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a nomeação de Assessor I, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, o Sr. THIAGO AGOSTINHO MARTINS, brasileiro,

inscrito no CPF sob o n.º 057.851.919-46, para exercer o cargo de Assessor I junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 05 de janeiro de 2017.

Imbituba, 05 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 34/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 34, de 05 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a nomeação de Diretor de Frotas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 02 de janeiro de 2017, o Sr. ILSOMAR NUNES FRANCISCO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 289.142.289-91, para exercer o cargo de Diretor de Frotas junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA 15ª LEGISLATURA**

ATA DA INSTALAÇÃO DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, POSSE DOS VEREADORES, POSSE DO PREFEITO MUNICIPAL, VICE-PREFEITO, TRANSMISSÃO DO CARGO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO E ELEIÇÃO E POSSE DA MESA DIETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA-SC PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Mesa Provisória:

PRESIDENTE: Vereador mais velho eleito no pleito de 02/10/2016 ANTÔNIO CLÉSIO COSTA

SECRETÁRIO "AD HOC": ELÍSIO SGROTT

Ao 1º (primeiro) dia do mês de janeiro do ano de 2017, às 20:00 horas, nas dependências do Imbituba Atlético Clube, sito à Rua Otacílio de Carvalho, nº 790, Centro de Imbituba-SC, nos termos legais regidos pela Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba foi realizada a Sessão Solene de Instalação da 15ª Legislatura e Cerimônia de Posse de Vereadores, Vereadora, Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Transmissão do cargo do Chefe do Poder Executivo e Eleição e Posse da Mesa Diretora do Poder Legislativo para o exercício de 2017.

Foram chamados pelo Mestre de Cerimônia Arenilton de Carvalho para compor a Mesa o Presidente em exercício nos termos regimentais o Vereador mais velho eleito no pleito de 02/10/2016, Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO CLÉSIO COSTA. Ato contínuo, também foram chamadas as seguintes autoridades: Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, JAISON CARDOSO DE SOUZA, Excelentíssimo Senhor Prefeito eleito de Imbituba no pleito de 02/10/2016, Senhor ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito eleito de Imbituba no pleito de 02/10/2016, LUIZ GONZAGA DE CARVALHO, Excelentíssimo Senhor Delegado de Polícia da Comarca de Imbituba, DOUTOR RAPHAEL JHOANN GIORDANI, Excelentíssimo Senhor Comandante da Guarnição Especial da Polícia Militar de Imbituba, TENENTE-CORONEL JEAN CARLOS DE BRIDA SILVA, Excelentíssimo Senhor Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Imbituba, CAPITÃO RAFAEL FORTUNATO CAMILO, Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Imbituba, DOUTOR ORLANDO GONÇALVES PACHECO JÚNIOR. Após, foram chamados por ordem alfabética os Vereadores eleitos no pleito de 02/10/2016: Excelentíssimo Senhor ANDERSON TEIXEIRA, Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO CLÉSIO COSTA, Excelentíssimo Senhor EDUARDO FAUSTINA DA ROSA, Excelentíssimo Senhor ELÍSIO SGROTT, Excelentíssimo Senhor FERNANDO JOÃO ANCELMO, Excelentíssimo Senhor GILBERTO PEREIRA, Excelentíssimo Senhor HUMBERTO CARLOS DOS SANTOS, Excelentíssimo Senhor LUÍS ANTÔNIO DUTRA, Excelentíssimo Senhor LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA, Excelentíssima Senhora MICHELA DA SILVA FREITAS, Excelentíssimo Senhor RENATO CARLOS DE FIGUEIREDO, Excelentíssimo Senhor ROBERTO LUIZ RODRIGUES e Excelentíssimo Senhor THIAGO MACHADO. Com a palavra, o Presidente ANTÔNIO CLÉSIO COSTA iniciou a Sessão. "Havendo número legal, declaro aberta a 1ª Sessão Solene da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura e convido os presentes para, em posição de respeito, entoar o Hino Nacional Brasileiro." Na sequência, o Presidente nomeou como secretário "ad hoc" o Vereador eleito no pleito de 02/10/2016 ELÍSIO SGROTT, onde solicitou ao mesmo a chamada nominal de cada Vereador também eleito no pleito de 02/10/2016 para fazer individualmente o seu juramento. PRESIDENTE: "OS SENHORES PROMETEM CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE LHE FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA. ANDERSON TEIXEIRA: "ASSIM O PROMETO." ANTÔNIO CLÉSIO COSTA: "ASSIM O PROMETO." EDUARDO FAUSTINA DA ROSA: "ASSIM O PROMETO." ELÍSIO SGROTT: "ASSIM O PROMETO." FERNANDO JOÃO ANCELMO: "ASSIM O PROMETO." GILBERTO PEREIRA: "ASSIM O PROMETO." HUMBERTO CARLOS DOS SANTOS: "ASSIM O PROMETO." LUÍS ANTÔNIO DUTRA: "ASSIM O PROMETO." LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA: "ASSIM O PROMETO." MICHELA DA SILVA FREITAS: "ASSIM O PROMETO." RENATO CARLOS DE FIGUEIREDO: "ASSIM O PROMETO." ROBERTO LUIZ RODRIGUES: "ASSIM O PROMETO." THIAGO MACHADO: "ASSIM O PROMETO." PRESIDENTE: "Em nome da Lei que me confere este poder, declaro-os empossados os Vereadores deste município para a 15ª Legislatura – Mandato 2017/2020. Solicito que os Vereadores ora empossados se dirijam à Mesa para entregarem ao Secretário "Ad Hoc", os documentos de praxe e assinarem o Termo de Posse por ordem de chamada. Solicito agora que fiquem de pé o Senhor ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, Prefeito eleito do Município de Imbituba, assim como seu Vice-Prefeito LUIZ GONZAGA DE CARVALHO para prestarem o seu juramento. PRESIDENTE: "OS SENHORES PROMETEM CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE LHE FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA. PREFEITO ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR: "ASSIM O PROMETO." VICE-PREFEITO LUIZ GONZAGA DE CARVALHO: "ASSIM O PROMETO." PRESIDENTE: Diante dos poderes que me confere a Constituição Federal, eu DECLARO o Senhor ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR empossado Prefeito do Município de Imbituba e o Senhor LUIZ GONZAGA DE CARVALHO, Vice-Prefeito. Solicito que o Excelentíssimo Senhor Prefeito e seu Vice, ora empossados, entreguem ao Secretário da Mesa, os documentos de praxe e assinem o Termo de Posse. Mestre de Cerimônia: Convidamos o Prefeito empossado ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR e o ex-Prefeito do Município de Imbituba, JAISON CARDOSO DE SOUZA, para o procedimento de transmissão de posse. Convidamos o ex-Prefeito JAISON CARDOSO DE SOUZA para fazer seu pronunciamento. Com a palavra, o ex-Prefeito JAISON CARDOSO DE SOUZA assim se manifestou: "Senhoras e Senhores, boa noite. Estamos cumprindo, aqui, mais do que uma cerimônia de posse. Estamos de fato fazendo história. E nessa história o maior protagonista é, sem dúvida, o povo de Imbituba que exerceu seu poder de eleger seus representantes. O mandato que encerramos hoje, partilhado permanentemente com o nosso Vice-Prefeito ELÍSIO SGROTT, buscou atender aos anseios desse povo. Contamos com uma equipe dedicada que nos fez transformar o município e, enquanto outros governantes municipais se escoraram nas justificativas da crise para deixar de cumprir os compromissos assumidos, nós lutamos, trabalhamos, organizamos, aprimoramos a administração e chegamos nesta data com a consciência tranquila e o sentimento de realização plena, pois até o último instante cuidamos bem da gestão, com eficiência, que nos permitiu fazer investimentos, mesmo na contramão da economia nacional e estadual. Tivemos neste período a participação efetiva dos Vereadores, não só na aprovação de leis, mas, principalmente, na busca de soluções para os problemas da nossa comunidade. De outro modo, temos orgulho de ter estabelecido, em conjunto com o Prefeito eleito e sua equipe, um processo de transição que iniciou já no primeiro dia após o pleito, que assegurou as informações necessárias para que os serviços públicos não sofram solução de continuidade. Afinal, vivemos todos nesta terra maravilhosa e queremos o melhor para seus cidadãos, ou seja, desejamos que os novos gestores cumpram seus compromissos e façam o melhor por nossa cidade, pois antes de tudo somos imbitubenses. Quero destacar alguns pontos que consideramos mais relevantes em nossa gestão. Na educação, proporcionamos um salto em investimentos, passando de R\$ 1,6 milhões por mês em 2012, para 2,6 milhões por mês neste ano, o que proporcionou avanços consideráveis do IDEB, que superou a média nacional tanto na avaliação dos anos iniciais, quanto nos anos finais do ensino fundamental. Também batemos recorde em infraestrutura, com valores que chegaram a R\$ 1,9 milhão por mês em 2016, superando em 90% os recursos destinados para esta área em 2012, em que foi gasto R\$ 1,0 milhão por mês. Nestes quatro anos foram pavimentadas mais de 40 ruas, além da grande participação financeira do município na obra de recuperação do acesso norte. Na saúde, em quatro anos, os investimentos cresceram 80%, passando de 1,4 milhões por mês em 2012, para 2,5 milhões neste ano. Só para o Hospital São Camilo os repasses financeiros mais que dobraram, ultrapassando R\$ 203 mil mensais em 2016, enquanto em 2012 o valor repassado era de R\$ 98 mil por mês. Estamos transmitindo o cargo de Prefeito em condições favoráveis aos novos gestores, pois todas as contas estão absolutamente em dia e aquelas ainda pendentes de prestação de contas estamos assegurando os recursos financeiros para provê-los. Ficam nos cofres da Administração recursos que ultrapassam R\$ 10 milhões, que permitem honrar compromissos com a manutenção da máquina pública no início do novo Governo, como é o caso das férias dos profissionais do magistério. Deixamos ainda a Prefeitura com uma capacidade de endividamento superior a 13 milhões de reais, o que poderá ser utilizado para investimentos em obras e serviços. Enfim, estamos concluindo um ciclo que gerou desenvolvimento, crescimento e ampliação do atendimento ao cidadão. Parabenizo os Vereadores que assumem seus cargos,



com a certeza que lutarão pelos interesses do município e sua população. Desejo, sinceramente, ao Prefeito DOUTOR ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, e ao seu vice, LUIZ GONZAGA DE CARVALHO, muito sucesso na Administração que agora se inicia. Obrigado povo de Imbituba pela oportunidade de fazer o melhor possível para nossa terra. Felicidade a todos." Na sequência, o Mestre de Cerimônia convidou o Prefeito ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR para fazer seu pronunciamento. Com a palavra, o Prefeito ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR cumprimentou a todos os presentes, bem assim declarou que é com imenso senso de responsabilidade que assume a Prefeitura da cidade de Imbituba e que se sente preparado para isso. Todavia, declarou que foi com ajuda de muitos que chegou até aqui. Principalmente dos militantes do Partido dos Trabalhadores, do PMDB, do PDT, do PTB e do PPS que aguerridamente mobilizaram as ruas. Fez um agradecimento especial aos seus pais, irmãos, avós, sua esposa Aline. Por fim, declarou que pretende honrar todos os compromissos de campanha divulgando as ações do governo e contando com a participação de todos os munícipes nessa nova etapa de sua vida. A seguir, o Presidente concedeu a palavra ao Vereador EDUARDO FAUSTINA DA ROSA para fazer o seu pronunciamento. Com a palavra, o Vereador empossado EDUARDO FAUSTINA DA ROSA cumprimentou a todos os presentes, bem como declarou que seu sonho se tornou realidade e que uma nova página da história de Imbituba se inicia. Emocionado, agradeceu a Deus a sua família, a sua esposa Manuela pelo apoio recebido. Dando prosseguindo à Sessão, o Presidente concedeu a palavra aos demais Vereadores, onde não houve mais Vereadores inscritos. Após, o Presidente deu início a eleição da Mesa Diretora da Câmara para o ano de 2017. Dessa forma, foi concedido o tempo de 10 minutos para que as candidaturas à Mesa Diretora fossem registradas. Foram registradas 2 chapas com os seguintes composições. Chapa 1: Presidente: Renato Carlos Figueiredo. Vice-Presidente: Luiz Cláudio Carvalho de Souza. 1º Secretário: Gilberto Pereira. 2º Secretário: Humberto Carlos dos Santos. Chapa 2: Presidente: Anderson Teixeira. Vice-Presidente: Antônio Clésio Costa. 1º Secretário: Michela da Silva Freitas. A seguir, o Presidente declarou que para que seja respeitada a proporcionalidade partidária para composição da chapa 2 foi concedida a palavra ao Vereador Anderson Teixeira para fazer o convite a bancada do PMDB interessada em participar da Chapa 2. Não houve Vereadores interessados, então a Chapa 2 foi completada com o 2º Secretário, Vereador Fernando João Ancelmo. Ato contínuo, o Vereador Anderson Teixeira declarou que a executiva de seu partido PSD lhe outorgou o direito de concorrer à eleição da Mesa Diretora da Câmara como Presidente. Todavia, de antemão tem conhecimento que a sua Chapa não será Vencedora, isso porque as articulações políticas sinalizam que a outra Chapa inscrita será vencedora. Com a palavra, o Presidente declarou que a Chapa 1 não está respeitando a proporcionalidade partidária na sua composição. Todavia, foi concedida a palavra ao Vereador Renato Carlos Figueiredo que também convidou as bancadas do PSDB e PP para participarem da sua Chapa. Também não houve interesse dessas bancadas em participar da Chapa 1. Presidente: "Na forma do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Imbituba, chamarei nominalmente os Vereadores em Ordem Alfabética, devendo cada Vereador proclamar oralmente o seu voto no microfone e solicito ao Secretário "Ad Hoc" que realize a anotação dos votos dos Vereadores, preenchendo ao final o boletim com o resultado." Com a palavra, o Secretário Elísio Sgrott chamou os Vereadores para proclamarem seus votos. Vereador Anderson Teixeira: Chapa 2. Vereador Antônio Clésio Costa: Chapa 2. Vereador Eduardo Faustina da Rosa: Chapa 1. Vereador Elísio Sgrott: Chapa 2. Vereador Fernando João Ancelmo: Chapa 2. Vereador Gilberto Pereira: Chapa 1. Vereador Humberto Carlos dos Santos: Chapa 1. Vereador Luís Antônio Dutra: Chapa 2. Vereador Luiz Cláudio Carvalho de Souza: Chapa 1. Vereadora Michela da Silva Freitas: Chapa 2. Vereador Reanato Carlos de Figueiredo: Chapa 1. Vereador Roberto Luiz Rodrigues: Chapa 1. Vereador Thiago Machado: Chapa 1. Secretário: "Declaro eleita com 7 votos a Chapa 1." Presidente: "Eleita a Mesa Diretora, convido para fazer parte da mesma o Presidente eleito para a 1ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, o Vereador Renato Carlos Figueiredo." Mestre de Cerimônia: "Finalmente convidamos o Presidente da Câmara eleito nesta Sessão, Vereador Renato Carlos Figueiredo para fazer o seu pronunciamento." Com a palavra, o Presidente eleito disse que vai tentar presidir a Câmara de forma harmoniosa e transparente. "Todavia, nós temos que entender a voz das urnas, e elas disseram o que queriam, e nós temos que tomar como lição. E não é um grupo político, como foi falado, que deve prevalecer, mas sim a voz do povo. "Eu nunca fui convidado para nada no Governo do Prefeito Jaison. Diferente do Prefeito eleito Rosivaldo que já me convidou para várias reuniões, nas quais várias ideias foram lançadas, sendo uma delas a redução dos cargos comissionados e uma atenção especial no saneamento básico do município. Sobre o grupo político que apoiava a candidatura adversária, nós somos 03 Vereadores eleitos e um me apoia, então que grupo político é esse. Por fim, quero agradecer os Vereadores que me elegeram e desejar um Feliz Ano Novo a todos." Na sequência, o mestre de cerimônia convidou a todos para entoar o Hino de Imbituba. Presidente eleito: em nome da Câmara de Vereadores de Imbituba agradeço a presença de todos e declaro encerrada a 1ª Sessão Solene, da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Imbituba.

Imbituba, 01 de janeiro de 2017.

Renato Carlos Figueiredo  
Presidente Eleito

Antônio Clésio Costa  
Presidente Provisório

Elísio Sgrott  
Secretário "Ad Hoc"

**PORTARIA CMI Nº 006/2017**

PORTARIA CMI Nº 006/2017

“Nomeia Julio Cesar Pamato Demetri para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar Especial”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor Julio Cesar Pamato Demetri, brasileiro, casado, portador do RG nº 4.067.916 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 288.303.269-68, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar Especial.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/01/2017.

# Iomerê

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra. MACLEISE TRENTTO, para o cargo de Psicóloga e que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- i)Avaliação Cardiológica;
- j)Avaliação Neurológica;
- l)RX Tórax;
- k)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- m) Hemograma;
- n)VDRL;
- o)ABO RH;
- p)Glicemia
- q)Ex. Quat. Urina
- r)EPF;
- s)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 06 de janeiro de 2017

Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

# Ipuaçu

## PREFEITURA

### **DECRETO 0017/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017. EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

DECRETO 0017/2017

DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, EXONERADO à pedido, do respectivo cargo efetivo de Auxiliar de Informática - 40 horas.

SERVIDOR	CARGO	DATA
Jaison Ferreira	Auxiliar de informática – 40 horas	09/01/2017

Art. 2º. O presente decreto é elaborado com base no pedido formulado pelo servidor requerente, e seus efeitos a partir da data de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir da data de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita do município de Ipuaçu-SC, em 04 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

### **DECRETO 018/2017 DE 04 DE JANEIRO DE 2017. "DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, EM ESPECIAL AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA AGRICULTURA, SECRETARIA DE OBRAS, EXATORIA MUNICIPAL, SECRETARIA DA SAÚDE E CRAS E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

DECRETO 018/2017

DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, EM ESPECIAL AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA AGRICULTURA, SECRETARIA DE OBRAS, EXATORIA MUNICIPAL, SECRETARIA DA SAÚDE E CRAS E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XL do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º. A partir desta data, o horário de atendimento ao público, nas repartições supra, será das 07h30min às 11h30min e das

13:00horas às 17:00horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu - SC, em 04 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

### **DECRETO Nº 0011/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL**

DECRETO Nº 0011/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005 e Lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Servidora abaixo relacionada, NOMEADA para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDORA	CARGO	DATA
Ruth Prezotto	Diretora de Saúde	02/01/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuaçu-SC, em 02 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

### **DECRETO Nº 0012/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

DECRETO Nº 0012/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005 e lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013.

## DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, NOMEADO para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDOR	CARGO	DATA
Vagner Piana	Secretário de Educação	02/01/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu-SC,  
em 02 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 0013/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL**

DECRETO Nº 0013/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005 e Lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013.

## DECRETA:

Art. 1º. Fica a Servidora abaixo relacionada, NOMEADA para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDORA	CARGO	DATA
Nelcy Nicolao Mocellin	Diretora de Ensino Fundamental	02/01/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu-SC,  
em 02 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 0014/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL**

DECRETO Nº 0014/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005, Lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013 e Lei Complementar nº. 0060/2016 de 24 de dezembro de 2016.

## DECRETA:

Art. 1º. Fica a Servidora abaixo relacionada, NOMEADA para o

respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDORA	CARGO	DATA
Indiamara Visoli	Diretora de Indústria, comércio e urbanismo	02/01/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu-SC,  
em 02 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 0015/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

DECRETO Nº 0015/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005, Lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013 e Lei Complementar nº. 0060/2016 de 24 de dezembro de 2016.

## DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, NOMEADO para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDOR	CARGO	DATA
Jonatas Oliveira	Diretor de cultura, esporte e lazer	02/01/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuauçu-SC,  
em 02 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 0016/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017. RENOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA**

DECRETO Nº 0016/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

RENOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005, Lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013 e alterado pela Lei Complementar nº. 0060/2016 de 24 de dezembro de 2016.



## DECRETA:

Art. 1º. Fica renomeado o cargo em comissão da servidora abaixo relacionada:

SERVIDORA	CARGO ANTERIOR	CARGO ATUAL
Luciane Cristina Mileski	Diretora de Desenvolvimento Habitacional	Diretora de Desenvolvimento Comunitário e Habitacional

Parágrafo único. O presente Decreto não gera contratação e nem exoneração, somente alterada a nomenclatura do cargo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu-SC,  
em 02 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 0019/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017. NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL**

DECRETO Nº 0019/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do município, Lei Complementar nº 013/2005, de 14 de junho de 2005, Lei Complementar nº. 0041/2013, de 01 de julho de 2013 e Lei Complementar nº. 0060/2016 de 24 de dezembro de 2016.

## DECRETA:

Art. 1º. Fica a Servidora abaixo relacionada, NOMEADA para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDORA	CARGO	DATA
Tatiane Mollmann	Controlador Geral	02/01/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipuacu-SC,  
em 02 de janeiro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017-FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017.

CLORI PEROZA, prefeita do município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e na forma prevista no artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, as disposições da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal n. 12, de 14 de junho de 2005, e demais legislação vigente, TORNA PÚBLICO que estarão abertas entre os dias 09/01/2017 à 23/01/2017, as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017-FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC, para os cargos de Professor Séries Iniciais, Professor Educação infantil e Professor de Matérias Específicas, o que se regerá de acordo com as instruções especiais regidas pelo edital 001/2017, disponibilizados no site do município: [www.ipuacu@sc.gov.br](http://www.ipuacu@sc.gov.br) e no mural público municipal. Ipuacu-SC 04 de janeiro de 2017.

## Ipumirim

## PREFEITURA

## EDITAL Nº 048/2016 - PROCESSO SELETIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM - SC

Auxiliar de Creche   Ensino Fundamental															
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	478914	Maiara Bedin	096.264.599-05	3	1,50	2	1,00	4	2,00	9	4,50	18	9,00	0,210	9,21
2	494635	Adriane Marisa Wille	092.498.479-12	3	1,50	2	1,00	4	2,00	9	4,50	18	9,00	0,085	9,09
3	483771	Naiza Elizete Haefliger	098.180.349-02	3	1,50	3	1,50	3	1,50	9	4,50	18	9,00	0,050	9,05
4	496198	Andreia Führ	079.908.149-35	2	1,00	3	1,50	4	2,00	9	4,50	18	9,00	0,040	9,04
5	484965	Danieli Florinda Vortmann	087.245.729-00	2	1,00	2	1,00	4	2,00	9	4,50	17	8,50	0,185	8,69
6	496691	Ediane Carla Hoffmann	063.697.599-10	3	1,50	1	0,50	4	2,00	9	4,50	17	8,50	0,080	8,58
7	490934	Silvia Regina Zanluchi	798.514.449-87	3	1,50	2	1,00	3	1,50	9	4,50	17	8,50	0,000	8,50
8	495161	Roselene Carla Hoffmann Koch	035.025.349-85	3	1,50	1	0,50	4	2,00	8	4,00	16	8,00	0,185	8,19
9	491568	Liziane Schaefer	043.076.999-71	3	1,50	2	1,00	2	1,00	9	4,50	16	8,00	0,150	8,15
10	493778	Darlene Buth	038.807.999-11	2	1,00	2	1,00	3	1,50	9	4,50	16	8,00	0,085	8,09
11	492784	Tainara Schimmelpfennig	088.494.779-37	2	1,00	1	0,50	3	1,50	10	5,00	16	8,00	0,050	8,05
12	479102	Josiele Chiavagatti Haboski	080.729.489-62	3	1,50	0	0,00	4	2,00	9	4,50	16	8,00	0,040	8,04
13	485631	Ana Paula Grave	101.518.049-31	2	1,00	3	1,50	3	1,50	8	4,00	16	8,00	0,000	8,00
14	485465	Lisandra Biffi	041.474.049-10	3	1,50	0	0,00	3	1,50	9	4,50	15	7,50	0,260	7,76
15	497150	Salua El Kadri Renner	042.729.419-33	1	0,50	2	1,00	3	1,50	9	4,50	15	7,50	0,040	7,54
16	492333	Camila Bernardi	062.291.779-00	2	1,00	2	1,00	3	1,50	8	4,00	15	7,50	0,025	7,53
17	498727	Candida Ramos	077.344.199-92	1	0,50	1	0,50	4	2,00	9	4,50	15	7,50	0,000	7,50
18	498464	Maira Raquel Schneider	051.895.239-85	2	1,00	2	1,00	3	1,50	8	4,00	15	7,50	0,000	7,50
19	493459	Virlene Siebeneichler Lappe	030.825.579-88	3	1,50	2	1,00	3	1,50	7	3,50	15	7,50	0,000	7,50
20	484802	Morgana Cason Weimer	071.529.949-27	2	1,00	1	0,50	2	1,00	9	4,50	14	7,00	0,135	7,14
21	483519	Elizandra Cristina Haboski Schmidt	078.575.079-70	2	1,00	0	0,00	3	1,50	9	4,50	14	7,00	0,135	7,14
22	497798	Janaina Tironi	079.461.729-82	1	0,50	0	0,00	3	1,50	10	5,00	14	7,00	0,075	7,08
23	497005	Inair De Souza	086.021.019-70	2	1,00	0	0,00	3	1,50	9	4,50	14	7,00	0,000	7,00
24	493378	Marina Moscon	009.838.119-97	1	0,50	1	0,50	3	1,50	9	4,50	14	7,00	0,000	7,00
25	482028	Caroline Drumm	080.013.209-28	2	1,00	1	0,50	2	1,00	9	4,50	14	7,00	0,000	7,00
26	497723	Suelen Cristina Cerutti	104.302.219-83	1	0,50	1	0,50	3	1,50	9	4,50	14	7,00	0,000	7,00

27	494436	Ana Raphaela Proenca Gama	110.528.249-00	2	1,00	0	0,00	3	1,50	9	4,50	14	7,00	0,000	7,00
28	487771	Caroline Hilleshein	093.593.849-41	1	0,50	2	1,00	3	1,50	8	4,00	14	7,00	0,000	7,00
29	498804	Marciane Raimundi	093.575.639-62	2	1,00	1	0,50	3	1,50	8	4,00	14	7,00	0,000	7,00
30	495137	Rafaela De Freitas Soccol	093.573.299-35	2	1,00	1	0,50	3	1,50	8	4,00	14	7,00	0,000	7,00
31	487610	Fernanda Montag	084.901.359-32	1	0,50	2	1,00	4	2,00	7	3,50	14	7,00	0,000	7,00
32	495542	Tahis Cristina Otowicz	031.578.699-06	1	0,50	2	1,00	3	1,50	7	3,50	13	6,50	0,270	6,77
33	497711	Eluana Schwartz	085.765.889-19	3	1,50	1	0,50	1	0,50	8	4,00	13	6,50	0,075	6,58
34	498354	Ana Scalco	093.593.869-95	1	0,50	1	0,50	3	1,50	8	4,00	13	6,50	0,055	6,56
35	486009	Marcieli Usinger Arend	071.941.549-78	1	0,50	1	0,50	2	1,00	9	4,50	13	6,50	0,050	6,55
36	493403	Lais Franzon	076.714.569-00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	9	4,50	13	6,50	0,000	6,50
37	500057	Camila Telles Da Silva	091.688.549-60	0	0,00	1	0,50	3	1,50	9	4,50	13	6,50	0,000	6,50
38	499780	Samara Janca Metz	087.187.989-18	1	0,50	1	0,50	4	2,00	7	3,50	13	6,50	0,000	6,50
39	486732	Suelen Heemann	086.712.589-63	2	1,00	3	1,50	2	1,00	6	3,00	13	6,50	0,000	6,50
40	496330	Tiara Conte	075.486.529-09	0	0,00	1	0,50	3	1,50	8	4,00	12	6,00	0,275	6,28
41	487819	Jania Raimundi De Mello	050.028.099-10	1	0,50	0	0,00	2	1,00	9	4,50	12	6,00	0,090	6,09
42	497658	Marcieli Regina Moraes	062.966.509-57	2	1,00	0	0,00	3	1,50	7	3,50	12	6,00	0,000	6,00
43	488151	Dalane Corso	077.855.959-92	3	1,50	1	0,50	1	0,50	7	3,50	12	6,00	0,000	6,00
44	491389	Jandira Zimmermann	101.475.739-80	2	1,00	1	0,50	2	1,00	7	3,50	12	6,00	0,000	6,00
45	492156	Larissa Cristina Schmidt	099.185.759-30	2	1,00	1	0,50	2	1,00	7	3,50	12	6,00	0,000	6,00
46	495237	Dalane Simoni	090.466.179-20	2	1,00	1	0,50	3	1,50	6	3,00	12	6,00	0,000	6,00
47	494813	Beatriz Ramos	093.575.679-50	2	1,00	0	0,00	2	1,00	7	3,50	11	5,50	0,000	5,50
48	497734	Paula Cristina Giron	084.429.279-64	2	1,00	2	1,00	1	0,50	6	3,00	11	5,50	0,000	5,50
49	493052	Rosi Maria Putton Moscon	056.666.499-22	1	0,50	1	0,50	2	1,00	6	3,00	10	5,00	0,030	5,03
50	492969	Thalia Piccinini	109.297.159-93	1	0,50	0	0,00	1	0,50	8	4,00	10	5,00	0,020	5,02
51	494754	Solange Cristina Siebeneichler	089.132.829-76	1	0,50	1	0,50	2	1,00	6	3,00	10	5,00	0,000	5,00
52	498501	Taise Sandi	082.143.419-57	2	1,00	0	0,00	2	1,00	6	3,00	10	5,00	0,000	5,00
53	480635	Jaqueline Fiorini	109.345.489-00	1	0,50	0	0,00	3	1,50	6	3,00	10	5,00	0,000	5,00
54	480262	Cristiane Aparecida Goncalves	055.578.219-02	1	0,50	1	0,50	3	1,50	5	2,50	10	5,00	0,000	5,00
55	488837	Solange Lazzarotto Cason	892.482.959-91	1	0,50	1	0,50	1	0,50	6	3,00	9	4,50	0,055	4,56
56	499078	Charlie Mueller Angnes	034.908.199-93	1	0,50	0	0,00	2	1,00	6	3,00	9	4,50	0,000	4,50
57	488615	Gilvana Montag	020.420.949-86	0	0,00	1	0,50	3	1,50	4	2,00	8	4,00	0,000	4,00
58	486195	Marcieli Fernandes	105.307.229-50	1	0,50	1	0,50	2	1,00	4	2,00	8	4,00	0,000	4,00
59	497464	Andreia Pereira Chaves	058.077.309-41	0	0,00	0	0,00	3	1,50	4	2,00	7	3,50	0,000	3,50
60	498062	Elizandra Vargas Vicente	100.798.539-94	0	0,00	1	0,50	2	1,00	3	1,50	6	3,00	0,000	3,00
61	499232	Kelly Aparecida Golfe	097.656.149-26	2	1,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	6	3,00	0,000	3,00
62	494116	Roseli Maria Guerini Falabretti	040.710.639-12	1	0,50	0	0,00	1	0,50	3	1,50	5	2,50	0,000	2,50

63	492680	Cleci Da Rosa	021.920.669-45	0	0,00	0	0,00	1	0,50	3	1,50	4	2,00	0,000	2,00
64	487916	Madalena Zat	006.814.279-06	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,50	1	0,50	0,000	0,50
65	478678	Carmelinda Bonfim Colinski	019.703.739-97	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,50	1	0,50	0,000	0,50
66	488630	Marinalva Ferreira	046.599.589-65	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,50	1	0,50	0,000	0,50

### Professor - Atletismo (Habilitado) | Ensino Superior (Programas e Projetos)

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	494303	Volmir Casagrande Zilli	690.721.089-49	1	0,50	1	0,50	1	0,50	8	4,00	11	5,50	3,462	8,96
2	493942	Dilviana Cason	036.991.419-85	2	1,00	1	0,50	3	1,50	6	3,00	12	6,00	2,942	8,94
3	498627	Adilson Luis Spagnol	073.025.759-24	0	0,00	1	0,50	4	2,00	6	3,00	11	5,50	1,870	7,37

### Professor - Atletismo (NÃO Habilitado) | Ensino Superior (Programas e Projetos)

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	493032	Mateus Cristiani Serafin	093.595.099-06	1	0,50	1	0,50	3	1,50	9	4,50	14	7,00	1,20	8,20
2	497052	Giovan Sangaletti	082.274.869-08	1	0,50	0	0,00	2	1,00	6	3,00	9	4,50	0,00	4,50

### Professor - Dança Folclórica e Artística (Habilitado) | Ensino Superior (Programas e Projetos)

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	494784	Angelica Mendes	084.773.609-10	0	0,00	1	0,50	3	1,50	4	2,00	8	4,00	1,750	5,75
2	498253	Jerri Antonio De Martini	016.972.039-06	1	0,50	0	0,00	2	1,00	7	3,50	10	5,00	0,000	5,00

### Professor - Dança Folclórica e Artística (NÃO Habilitado) | Ensino Superior (Programas e Projetos)

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	498594	Charlene Montag	039.711.469-96	0	0,00	1	0,50	3	1,50	7	3,50	11	5,50	1,205	6,71

### Professor - Futebol de Salão e Campo (Habilitado) | Ensino Superior (Programas e Projetos)

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	493943	Dilviana Cason	036.991.419-85	2	1,00	1	0,50	3	1,50	6	3,00	12	6,00	2,942	8,94

2	494318	Emerson Luiz Bodaneze	646.159.609-72	1	0,50	1	0,50	2	1,00	8	4,00	12	6,00	2.492	8,49
3	481452	Wiliam Luiz Artmann	055.923.009-56	1	0,50	0	0,00	3	1,50	7	3,50	11	5,50	2.230	7,73
4	495844	Samuel Junior Costa	085.715.789-23	2	1,00	0	0,00	2	1,00	8	4,00	12	6,00	1.548	7,55
5	493465	Juarez Lopes Da Silva	990.701.629-20	0	0,00	1	0,50	2	1,00	6	3,00	9	4,50	2.761	7,26
6	488734	Tiago Vinicius Trenea	084.750.279-11	0	0,00	2	1,00	3	1,50	5	2,50	10	5,00	1.640	6,64
7	487262	Leonardo Gasparotto	009.524.039-00	1	0,50	0	0,00	2	1,00	7	3,50	10	5,00	0.000	5,00

**Professor - Futebol de Salão e Campo (NÃO Habilitado) | Ensino Superior (Programas e Projetos)**

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	496390	Lucas Rissi Von Dentz	084.670.359-94	0	0,00	2	1,00	3	1,50	9	4,50	14	7,00	2,000	9,00
2	497746	Dyonatan Luiz Scalco	081.774.159-30	0	0,00	1	0,50	2	1,00	7	3,50	10	5,00	1,832	6,83
3	499402	Alexandre Ferreira Farias	082.715.949-82	0	0,00	1	0,50	2	1,00	5	2,50	8	4,00	1,200	5,20
4	488530	Tais Dilda	075.526.079-12	0	0,00	1	0,50	1	0,50	8	4,00	10	5,00	0,000	5,00
5	492505	Igor Andrei Stopassola	089.769.019-24	0	0,00	2	1,00	2	1,00	6	3,00	10	5,00	0,000	5,00

**Professor - Handebol (Habilitado) | Ensino Superior (Programas e Projetos)**

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	492030	Cleide Regina Baron	777.287.189-91	1	0,50	0	0,00	3	1,50	6	3,00	10	5,00	3,962	8,96
2	495893	Vanderson Cerutti	052.068.709-43	2	1,00	1	0,50	1	0,50	8	4,00	12	6,00	2,599	8,60
3	499622	Gabriel Deola	096.083.959-33	1	0,50	1	0,50	3	1,50	8	4,00	13	6,50	0,000	6,50
4	491181	Luana Bedin	066.325.589-92	2	1,00	1	0,50	3	1,50	6	3,00	12	6,00	0,066	6,07

**Professor - Handebol (NÃO Habilitado) | Ensino Superior (Programas e Projetos)**

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	494836	Andre Lauro Proinelli	083.017.779-58	0	0,00	0	0,00	2	1,00	6	3,00	8	4,00	1,800	5,80
2	497053	Giovan Sangaletti	082.274.869-08	1	0,50	1	0,50	2	1,00	6	3,00	10	5,00	0,000	5,00
3	496596	Dirceu Von Dentz	075.842.489-26	0	0,00	0	0,00	1	0,50	5	2,50	6	3,00	1,825	4,83

**Professor Instrutor Musical (NÃO Habilitado) | Ensino Superior (Programas e Projetos)**

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português	Matemática e Raciocínio Lógico	Conhecimentos Gerais e Atualidades	Conhecimentos Específicos	Total Acertos	Nota Prova	Nota Final



			Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Escrita	Títulos			
1	493107	Margner Adriano Helbing	055.271.139-00	1	0,50	2	1,00	3	1,50	10	5,00	16	8,00	0,280	8,28
2	493089	Paulo Jose Lersch	521.864.239-87	1	0,50	0	0,00	3	1,50	3	1,50	7	3,50	0,280	3,78
3	495068	Greici Fernanda Sonntag	087.936.449-14	1	0,50	0	0,00	1	0,50	2	1,00	4	2,00	0,106	2,11

## Secretário de Escola | Ensino Médio

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	498957	Andre Wagner Verardi	045.199.929-07	1	0,50	2	1,00	4	2,00	9	4,50	16	8,00	0,000	8,00
2	492250	Alessandra Bringhenti	085.370.249-70	1	0,50	1	0,50	2	1,00	9	4,50	13	6,50	0,000	6,50
3	498704	Caroline Guarezi	074.550.539-24	1	0,50	1	0,50	2	1,00	9	4,50	13	6,50	0,000	6,50
4	493730	Thais Cisotto	093.656.389-33	0	0,00	2	1,00	3	1,50	8	4,00	13	6,50	0,000	6,50
5	488663	Dariane Pilatti	045.746.799-13	1	0,50	0	0,00	2	1,00	9	4,50	12	6,00	0,000	6,00
6	499522	Suzamara Bautitz	065.383.899-96	1	0,50	0	0,00	3	1,50	8	4,00	12	6,00	0,000	6,00
7	480483	Josieli Chiavagatti Haboski	080.729.489-62	0	0,00	1	0,50	2	1,00	9	4,50	12	6,00	0,000	6,00
8	488023	Juliano Zanella	085.430.339-18	1	0,50	2	1,00	2	1,00	7	3,50	12	6,00	0,000	6,00
9	478775	Filipe Rossi Daltoe	061.849.189-90	0	0,00	1	0,50	2	1,00	9	4,50	12	6,00	0,000	6,00
10	495162	Roselene Carla Hoffmann Koch	035.025.349-85	1	0,50	2	1,00	0	0,00	8	4,00	11	5,50	0,000	5,50
11	496696	Salua El Kadri Renner	042.729.419-33	0	0,00	1	0,50	2	1,00	8	4,00	11	5,50	0,000	5,50
12	480422	Marília Franciela Farina	053.976.069-28	1	0,50	0	0,00	2	1,00	8	4,00	11	5,50	0,000	5,50
13	492089	Anelise Andrin Barbieri	071.746.359-11	1	0,50	0	0,00	2	1,00	8	4,00	11	5,50	0,000	5,50
14	491689	Cheila Felipe Chiella	083.892.129-94	1	0,50	0	0,00	2	1,00	8	4,00	11	5,50	0,000	5,50
15	497604	Ana Caroline Patzlaff	092.418.439-69	1	0,50	1	0,50	2	1,00	7	3,50	11	5,50	0,000	5,50
16	488016	Monalise Miely Roos	100.886.139-17	1	0,50	1	0,50	1	0,50	8	4,00	11	5,50	0,000	5,50
17	498723	Tania Rauschkolb	085.738.649-23	1	0,50	2	1,00	2	1,00	5	2,50	10	5,00	0,000	5,00
18	491518	Keila Daniela Goncalves	091.833.489-64	1	0,50	1	0,50	1	0,50	7	3,50	10	5,00	0,000	5,00
19	487772	Caroline Hilleshein	093.593.849-41	0	0,00	1	0,50	2	1,00	7	3,50	10	5,00	0,000	5,00
20	495625	Luele Fernanda Eisenhardt	101.182.909-67	0	0,00	2	1,00	2	1,00	6	3,00	10	5,00	0,000	5,00
21	495138	Rafaela De Freitas Soccol	093.573.299-35	1	0,50	0	0,00	2	1,00	7	3,50	10	5,00	0,000	5,00
22	480665	Rosani Rauschkolb Vortmann	029.197.879-77	1	0,50	0	0,00	2	1,00	6	3,00	9	4,50	0,000	4,50
23	494793	Monica Teles Dos Santos Regert	045.321.289-19	0	0,00	0	0,00	3	1,50	6	3,00	9	4,50	0,000	4,50
24	498465	Maira Raquel Schneider	051.895.239-85	0	0,00	0	0,00	2	1,00	7	3,50	9	4,50	0,000	4,50
25	493379	Marina Moscon	009.838.119-97	0	0,00	0	0,00	2	1,00	7	3,50	9	4,50	0,000	4,50
26	493404	Lais Franzon	076.714.569-00	1	0,50	1	0,50	1	0,50	6	3,00	9	4,50	0,000	4,50
27	495867	Rostiane Zat	093.574.909-81	0	0,00	1	0,50	3	1,50	5	2,50	9	4,50	0,000	4,50

28	485619	Ana Paula Grave	101.518.049-31	0	0,00	1	0,50	2	1,00	6	3,00	9	4,50	0,000	4,50
29	482029	Caroline Drumm	080.013.209-28	1	0,50	0	0,00	1	0,50	7	3,50	9	4,50	0,000	4,50
30	494808	Beatriz Ramos	093.575.679-50	2	1,00	1	0,50	1	0,50	5	2,50	9	4,50	0,000	4,50
31	499544	Samara Ianca Metz	087.187.989-18	1	0,50	0	0,00	1	0,50	7	3,50	9	4,50	0,000	4,50
32	486733	Suelen Heemann	086.712.589-63	0	0,00	1	0,50	2	1,00	6	3,00	9	4,50	0,000	4,50
33	498503	Rose Wazlawick	789.843.949-04	0	0,00	1	0,50	2	1,00	5	2,50	8	4,00	0,000	4,00
34	497724	Suelen Cristina Cerutti	104.302.219-83	1	0,50	0	0,00	2	1,00	5	2,50	8	4,00	0,000	4,00
35	479092	Fernanda Montag	084.901.359-32	0	0,00	1	0,50	3	1,50	4	2,00	8	4,00	0,000	4,00
36	498355	Ana Scalco	093.593.869-95	0	0,00	2	1,00	2	1,00	4	2,00	8	4,00	0,000	4,00
37	480214	Renata Bedin	038.480.169-23	0	0,00	0	0,00	1	0,50	6	3,00	7	3,50	0,000	3,50
38	497659	Marceli Regina Moraes	062.966.509-57	1	0,50	1	0,50	1	0,50	4	2,00	7	3,50	0,000	3,50
39	495272	Candida Ramos	077.344.199-92	0	0,00	0	0,00	2	1,00	5	2,50	7	3,50	0,000	3,50
40	494755	Solange Cristina Siebeneichler	089.132.829-76	0	0,00	0	0,00	3	1,50	4	2,00	7	3,50	0,000	3,50
41	491569	Liziane Schaefer	043.076.999-71	0	0,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00	6	3,00	0,000	3,00
42	493213	Anelise Tatiane Usinger Lermen	063.251.669-06	0	0,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00	6	3,00	0,000	3,00
43	499578	Thomas Alves De Mello	069.958.399-35	1	0,50	0	0,00	2	1,00	3	1,50	6	3,00	0,000	3,00
44	484582	Andresa Angela Schiavini	087.936.819-50	0	0,00	1	0,50	2	1,00	3	1,50	6	3,00	0,000	3,00
45	495543	Tahis Cristina Otowicz	031.578.699-06	0	0,00	1	0,50	1	0,50	3	1,50	5	2,50	0,000	2,50
46	485679	Gilvana Montag	020.420.949-86	0	0,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	4	2,00	0,000	2,00
47	495626	Janete Aparecida Simoni	026.623.219-11	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	2,00	4	2,00	0,000	2,00
48	491462	Angelica Priscila Silvestre	081.885.549-52	1	0,50	1	0,50	1	0,50	1	0,50	4	2,00	0,000	2,00
49	497350	Marini De O Luz Montag	030.582.469-43	1	0,50	0	0,00	0	0,00	2	1,00	3	1,50	0,000	1,50
50	480390	Juliana Fernandes Vitorino Bautitz	077.781.039-58	0	0,00	2	1,00	1	0,50	0	0,00	3	1,50	0,000	1,50

## Zeladora | Alfabetizado

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	492329	Camila Bernardi	062.291.779-00	2	1,32	3	1,98	3	1,98	4	2,72	12	8,00	0,000	8,00
2	497873	Tainara Machado	084.726.849-70	3	1,98	2	1,32	4	2,64	3	2,04	12	7,98	0,000	7,98
3	496493	Lucilaine Siebeneichler	048.761.619-76	3	1,98	2	1,32	1	0,66	4	2,72	10	6,68	0,000	6,68
4	493055	Rosi Maria Putton Moscon	056.666.499-22	2	1,32	1	0,66	2	1,32	4	2,72	9	6,02	0,000	6,02
5	490933	Silvia Regina Zanluchi	798.514.449-87	1	0,66	0	0,00	3	1,98	4	2,72	8	5,36	0,000	5,36
6	499077	Charlie Mueller Angnes	034.908.199-93	2	1,32	1	0,66	2	1,32	3	2,04	8	5,34	0,000	5,34
7	487818	Janira Raimundi De Mello	050.028.099-10	2	1,32	1	0,66	3	1,98	2	1,36	8	5,32	0,000	5,32
8	497915	Neiva Salete Vieira	041.623.209-42	1	0,66	1	0,66	2	1,32	3	2,04	7	4,68	0,000	4,68

9	495911	Ana Paula Dos Santos	011.705.359-76	0	0,00	1	0,66	3	1,98	3	2,04	7	4,68	0,000	4,68
10	488836	Solange Lazzarotto Cason	892.482.959-91	1	0,66	0	0,00	2	1,32	3	2,04	6	4,02	0,000	4,02
11	495455	Lucimar Roos	848.637.819-20	2	1,32	0	0,00	2	1,32	2	1,36	6	4,00	0,000	4,00
12	493830	Cristina Haas	059.225.709-60	1	0,66	1	0,66	2	1,32	2	1,36	6	4,00	0,000	4,00
13	497822	Beatriz Spessatto	082.143.329-66	0	0,00	0	0,00	4	2,64	2	1,36	6	4,00	0,000	4,00
14	498969	Meniken Bicigo	115.508.359-80	1	0,66	1	0,66	2	1,32	2	1,36	6	4,00	0,000	4,00
15	480741	Juceleia Parizotto Roy	032.109.119-16	1	0,66	1	0,66	3	1,98	1	0,68	6	3,98	0,000	3,98
16	487915	Madalena Zat	006.814.279-06	1	0,66	0	0,00	1	0,66	3	2,04	5	3,36	0,000	3,36
17	499222	Claudete Stiehl	052.219.129-02	2	1,32	0	0,00	1	0,66	2	1,36	5	3,34	0,000	3,34
18	493659	Natalina Correia De Albuquerque	433.359.699-87	1	0,66	0	0,00	3	1,98	1	0,68	5	3,32	0,000	3,32
19	493926	Josangela Schneider	853.848.369-20	0	0,00	2	1,32	2	1,32	1	0,68	5	3,32	0,000	3,32
20	493840	Marivete Pimentel	032.577.449-86	0	0,00	2	1,32	2	1,32	1	0,68	5	3,32	0,000	3,32
21	488590	Marinalva Ferreira	046.599.589-65	1	0,66	0	0,00	3	1,98	1	0,68	5	3,32	0,000	3,32
22	494115	Roseli Maria Guerini Falabretti	040.710.639-12	1	0,66	0	0,00	2	1,32	1	0,68	4	2,66	0,000	2,66
23	486194	Marceli Fernandes	105.307.229-50	2	1,32	1	0,66	1	0,66	0	0,00	4	2,64	0,000	2,64
24	479344	Eleani Schiavini	040.641.239-13	0	0,00	1	0,66	0	0,00	2	1,36	3	2,02	0,000	2,02
25	499017	Margarida Vieira	892.715.139-91	0	0,00	1	0,66	1	0,66	1	0,68	3	2,00	0,000	2,00
26	498061	Elizandra Vargas Vicente	100.798.539-94	1	0,66	0	0,00	2	1,32	0	0,00	3	1,98	0,000	1,98
27	489530	Marines Fatima Marques	023.381.729-81	1	0,66	1	0,66	0	0,00	0	0,00	2	1,32	0,000	1,32
28	478649	Adelita Decker Appelt	017.722.539-44	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,68	1	0,68	0,000	0,68

## Professor AEE (Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	495638	Jane De Lurdes Simoni	848.627.859-72	0	0,00	0	0,00	3	1,50	2	1,00	3	1,50	8	4,00	2,710	6,71
2	495632	Jussara Eliza Simoni	059.798.019-52	0	0,00	0	0,00	2	1,00	2	1,00	3	1,50	7	3,50	1,870	5,37

## Professor AEE (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	483353	Fabiane Damin	081.937.249-84	1	0,50	2	1,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	7	3,50	2,090	5,59
2	497584	Elizandra Lovera Lazzarotto	051.825.189-60	0	0,00	0	0,00	2	1,00	2	1,00	1	0,50	5	2,50	0,000	2,50

## Professor de 1º ao 5º Ano - Ensino Fundamental (Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	495394	Werenise Schach Ludescher	746.792.950-15	3	1,50	1	0,50	2	1,00	3	1,50	4	2,00	13	6,50	3,182	9,68
2	481544	Keli Cristina Guerini	090.759.069-19	3	1,50	2	1,00	2	1,00	3	1,50	4	2,00	14	7,00	1,838	8,84
3	491260	Sirleia Kist	004.831.649-09	3	1,50	1	0,50	3	1,50	1	0,50	4	2,00	12	6,00	2,790	8,79
4	486804	Idiane Regina Pottratz Wildner	076.010.599-52	2	1,00	2	1,00	3	1,50	2	1,00	4	2,00	13	6,50	2,182	8,68
5	491109	Tatiane Panissi	011.149.020-04	2	1,00	0	0,00	4	2,00	4	2,00	3	1,50	13	6,50	1,985	8,49
6	493731	Merlin Luci Nath	082.950.209-27	3	1,50	2	1,00	1	0,50	3	1,50	4	2,00	13	6,50	1,870	8,37
7	495583	Ivanete Siebeneichler Locatelli	039.825.719-10	1	0,50	0	0,00	4	2,00	3	1,50	4	2,00	12	6,00	2,054	8,05
8	497671	Marta Ines De Mello	722.671.279-20	2	1,00	2	1,00	3	1,50	2	1,00	1	0,50	10	5,00	3,042	8,04
9	496697	Eliane Regina Bonissoni Rossetto	915.025.789-72	2	1,00	1	0,50	3	1,50	1	0,50	3	1,50	10	5,00	3,038	8,04
10	482454	Jucini Marisa Molozzi	065.334.719-70	2	1,00	0	0,00	3	1,50	2	1,00	4	2,00	11	5,50	1,950	7,45
11	489517	Edite Lourdes Siebeneichler Kruetzmann	800.233.399-34	1	0,50	1	0,50	2	1,00	2	1,00	3	1,50	9	4,50	2,782	7,28
12	493487	Cleia Bonassi Metz	081.526.469-03	0	0,00	2	1,00	2	1,00	3	1,50	4	2,00	11	5,50	1,726	7,23
13	480772	Juciane Raimundi	055.779.159-61	2	1,00	0	0,00	2	1,00	3	1,50	3	1,50	10	5,00	2,030	7,03
14	491832	Dilce Zatta Gasparotto	557.937.469-00	1	0,50	0	0,00	2	1,00	3	1,50	3	1,50	9	4,50	2,514	7,01
15	487941	Rosane Weiss Kern	026.284.399-48	2	1,00	1	0,50	2	1,00	1	0,50	4	2,00	10	5,00	1,998	7,00
16	498597	Angela Izaura Rocha Peruzzo	053.545.509-71	1	0,50	1	0,50	3	1,50	2	1,00	3	1,50	10	5,00	1,974	6,97
17	491119	Tatiane Heinrichs	070.647.439-22	0	0,00	0	0,00	2	1,00	4	2,00	4	2,00	10	5,00	1,862	6,86
18	497553	Rosimar Ferrazzo	026.647.569-82	1	0,50	1	0,50	1	0,50	3	1,50	4	2,00	10	5,00	1,838	6,84
19	482871	Ilei Carmem Frigeri	501.624.469-34	1	0,50	0	0,00	3	1,50	3	1,50	4	2,00	11	5,50	1,296	6,80
20	491486	Salette Benelli	614.665.069-20	1	0,50	1	0,50	1	0,50	1	0,50	4	2,00	8	4,00	2,775	6,78
21	487886	Patrícia Moterle	048.101.699-60	1	0,50	0	0,00	2	1,00	2	1,00	4	2,00	9	4,50	2,230	6,73
22	498039	Bruna Gabriela Sandi	082.143.399-79	2	1,00	0	0,00	3	1,50	2	1,00	3	1,50	10	5,00	1,726	6,73
23	488414	Lisandra Biffi	041.474.049-10	3	1,50	1	0,50	3	1,50	1	0,50	3	1,50	11	5,50	1,106	6,61
24	492675	Maritania Marta Besler Eisenhardt	055.551.429-35	2	1,00	0	0,00	2	1,00	3	1,50	3	1,50	10	5,00	1,274	6,27
25	492871	Taise Daiane Fuchs Wentz	082.512.199-06	3	1,50	0	0,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00	9	4,50	1,720	6,22
26	479033	Adrieli Cisotto Lodi	080.169.169-96	1	0,50	1	0,50	3	1,50	2	1,00	3	1,50	10	5,00	1,130	6,13
27	491610	Simone Analice Brand	040.476.979-90	0	0,00	2	1,00	1	0,50	2	1,00	3	1,50	8	4,00	2,102	6,10
28	487159	Raquel Evangelista	031.712.969-42	1	0,50	2	1,00	1	0,50	1	0,50	3	1,50	8	4,00	1,994	5,99
29	498705	Dirlei Olkoski Soares	728.405.799-87	2	1,00	0	0,00	2	1,00	2	1,00	2	1,00	8	4,00	1,894	5,89
30	488664	Dariane Pilatti	045.746.799-13	2	1,00	1	0,50	1	0,50	1	0,50	2	1,00	7	3,50	2,031	5,53
31	479834	Leonice Marcia Braatz Wildner	023.928.919-66	2	1,00	1	0,50	3	1,50	2	1,00	3	1,50	11	5,50	0,000	5,50
32	497415	Karina Rubia Simao Wommer	055.785.839-97	1	0,50	1	0,50	0	0,00	2	1,00	2	1,00	6	3,00	2,174	5,17
33	489476	Marcia Benvenuti	026.736.319-25	0	0,00	1	0,50	2	1,00	1	0,50	4	2,00	8	4,00	1,152	5,15

34	495519	Tais Agostini	084.877.109-56	1	0,50	1	0,50	0	0,00	1	0,50	3	1,50	6	3,00	1,710	4,71
35	494951	Jordana Elisa Tibolla	093.466.499-41	0	0,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	3	1,50	7	3,50	1,098	4,60
36	494746	Marcia Veronica Hilleshein Seghetto	686.883.690-20	2	1,00	0	0,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	6	3,00	1,186	4,19
37	498412	Juciane Salete Soares Baranoski	058.123.109-04	0	0,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00	2	1,00	8	4,00	0,000	4,00
38	497694	Cristiana Cilene Guerini Otowicz	007.238.019-59	1	0,50	0	0,00	1	0,50	1	0,50	1	0,50	4	2,00	1,714	3,71
39	493423	Luci Margarete Patzloff Borelli	016.212.519-42	1	0,50	0	0,00	0	0,00	2	1,00	4	2,00	7	3,50	0,098	3,60

### Professor de 1º ao 5º Ano - Ensino Fundamental (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	483772	Naiza Elizete Haefliger	098.180.349-02	1	0,50	3	1,50	2	1,00	2	1,00	4	2,00	12	6,00	2,226	8,23
2	496921	Adriana Tania Sipp Toffoli	061.389.999-75	0	0,00	1	0,50	2	1,00	3	1,50	3	1,50	9	4,50	2,146	6,65
3	494345	Aneliria Tecchio Artfon	800.232.319-04	1	0,50	0	0,00	2	1,00	0	0,00	4	2,00	7	3,50	3,026	6,53
4	498736	Raquel Raber	093.982.389-69	1	0,50	1	0,50	3	1,50	1	0,50	2	1,00	8	4,00	2,000	6,00
5	497068	Cristiele Schouten	090.443.269-61	1	0,50	1	0,50	0	0,00	2	1,00	3	1,50	7	3,50	2,210	5,71

### Professor de Artes (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	480502	Gabriela Brandelero	069.416.819-00	3	1,50	2	1,00	1	0,50	0	0,00	3	1,50	9	4,50	2,226	6,73
2	497554	Rosimar Ferrazzo	026.647.569-82	1	0,50	1	0,50	2	1,00	3	1,50	2	1,00	9	4,50	2,138	6,64
3	484544	Daniela Grün Haupt	008.235.830-31	1	0,50	3	1,50	2	1,00	3	1,50	1	0,50	10	5,00	1,270	6,27
4	484583	Andresa Angela Schiavini	087.936.819-50	1	0,50	1	0,50	2	1,00	1	0,50	3	1,50	8	4,00	2,210	6,21
5	495067	Greici Fernanda Sonntag	087.936.449-14	1	0,50	0	0,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	5	2,50	1,906	4,41
6	498502	Taise Sandi	082.143.419-57	0	0,00	0	0,00	2	1,00	0	0,00	2	1,00	4	2,00	1,200	3,20

### Professor de Ciências (Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	493950	Andressa Proinelli	059.388.879-09	3	1,50	1	0,50	4	2,00	2	1,00	2	1,00	12	6,00	1,738	7,74
2	497803	Marlete Terezinha Valandro	690.333.749-00	2	1,00	1	0,50	2	1,00	2	1,00	1	0,50	8	4,00	1,730	5,73
3	493460	Virilene Siebeneichler Lappe	030.825.579-88	2	1,00	1	0,50	2	1,00	3	1,50	1	0,50	9	4,50	1,216	5,72
4	479300	Nivia Rosana Weber Peter	057.669.649-86	0	0,00	0	0,00	1	0,50	3	1,50	2	1,00	6	3,00	1,738	4,74
5	493170	Jaqueline Diana Seghetto	082.143.279-62	1	0,50	1	0,50	2	1,00	1	0,50	2	1,00	7	3,50	1,171	4,67



6	497250	Marciana Junges	063.697.579-77	1	0,50	2	1,00	2	1,00	1	0,50	1	0,50	7	3,50	1,000	4,50
7	495627	Janete Aparecida Simoni	026.623.219-11	1	0,50	0	0,00	1	0,50	0	0,00	0	0,00	2	1,00	2,814	3,81

### Professor de Educação Física (Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	492029	Cleide Regina Baron	777.287.189-91	1	0,50	0	0,00	3	1,50	2	1,00	1	0,50	7	3,50	3,926	7,43
2	481451	Wiliam Luiz Artnann	055.923.009-56	1	0,50	0	0,00	3	1,50	3	1,50	3	1,50	10	5,00	2,230	7,23
3	488733	Tiago Vinicius Tremea	084.750.279-11	0	0,00	2	1,00	3	1,50	2	1,00	3	1,50	10	5,00	1,604	6,60
4	494317	Emerson Luiz Bodaneze	646.159.609-72	1	0,50	1	0,50	2	1,00	2	1,00	2	1,00	8	4,00	2,492	6,49
5	494302	Volmir Casagrande Zilli	690.721.089-49	1	0,50	1	0,50	1	0,50	1	0,50	2	1,00	6	3,00	3,462	6,46
6	493457	Juarez Lopes Da Silva	990.701.629-20	0	0,00	1	0,50	2	1,00	1	0,50	3	1,50	7	3,50	2,761	6,26
7	484703	Jonatan Da Campo	070.814.629-52	1	0,50	1	0,50	2	1,00	2	1,00	3	1,50	9	4,50	1,750	6,25
8	480127	Eduarda Moscon	083.303.189-90	1	0,50	0	0,00	4	2,00	2	1,00	3	1,50	10	5,00	1,110	6,11
9	491180	Luana Bedin	066.325.589-92	2	1,00	1	0,50	3	1,50	1	0,50	3	1,50	10	5,00	1,066	6,07
10	499621	Gabriel Deola	096.083.959-33	1	0,50	1	0,50	4	2,00	3	1,50	3	1,50	12	6,00	0,000	6,00
11	496389	Lucas Rissi Von Dentz	084.670.359-94	0	0,00	2	1,00	3	1,50	2	1,00	3	1,50	10	5,00	1,000	6,00
12	498626	Adilson Luis Spagnol	073.025.759-24	0	0,00	1	0,50	4	2,00	0	0,00	3	1,50	8	4,00	1,870	5,87
13	481941	Leonce Marcia Braatz Wildner	023.928.919-66	2	1,00	1	0,50	3	1,50	2	1,00	3	1,50	11	5,50	0,000	5,50
14	478831	Gabriela Brandelero	069.416.819-00	2	1,00	2	1,00	1	0,50	0	0,00	2	1,00	7	3,50	1,926	5,43
15	494783	Angelica Mendes	084.773.609-10	0	0,00	1	0,50	3	1,50	1	0,50	2	1,00	7	3,50	1,750	5,25
16	481074	Gabriela Luiza Schrammel Hollerwerger	063.426.439-70	0	0,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	3	1,50	7	3,50	1,662	5,16
17	495843	Samuel Junior Costa	085.715.789-23	2	1,00	0	0,00	2	1,00	2	1,00	1	0,50	7	3,50	1,548	5,05
18	478872	Marlova Bringhenti	054.380.649-97	2	1,00	0	0,00	3	1,50	0	0,00	3	1,50	8	4,00	1,000	5,00
19	497712	Eluana Schwartz	085.765.889-19	1	0,50	0	0,00	3	1,50	1	0,50	1	0,50	6	3,00	1,838	4,84
20	498252	Jerri Antonio De Martini	016.972.039-06	1	0,50	0	0,00	2	1,00	1	0,50	4	2,00	8	4,00	0,000	4,00
21	487258	Leonardo Gasparotto	009.524.039-00	1	0,50	0	0,00	2	1,00	1	0,50	3	1,50	7	3,50	0,000	3,50
22	488529	Tais Dilda	075.526.079-12	0	0,00	1	0,50	1	0,50	3	1,50	2	1,00	7	3,50	0,000	3,50
23	491816	Tainara Cavalet Jacintho	091.385.479-45	2	1,00	0	0,00	2	1,00	0	0,00	1	0,50	5	2,50	1,000	3,50

### Professor de Educação Física (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	496199	Andreia Fuhr	079.908.149-35	1	0,50	2	1,00	2	1,00	3	1,50	3	1,50	11	5,50	1,800	7,30
2	485050	Sabrina Ferriazzo Torres Dos Reis	097.653.599-85	0	0,00	1	0,50	2	1,00	2	1,00	3	1,50	8	4,00	2,300	6,30

3	493031	Mateus Cristiani Serafin	093.595.099-06	1	0,50	1	0,50	3	1,50	1	0,50	2	1,00	8	4,00	1.200	5,20
4	498593	Charlene Montag	039.711.469-96	0	0,00	0	0,00	3	1,50	1	0,50	3	1,50	7	3,50	1.205	4,71
5	498290	Lucas Ricardo Benelli	081.854.059-13	1	0,50	0	0,00	3	1,50	1	0,50	4	2,00	9	4,50	0,000	4,50
6	497745	Dyonatan Luiz Scalco	081.774.159-30	0	0,00	1	0,50	2	1,00	0	0,00	2	1,00	5	2,50	1,832	4,33
7	494835	Andre Lauro Proinelli	083.017.779-58	0	0,00	0	0,00	2	1,00	1	0,50	2	1,00	5	2,50	1,800	4,30
8	499401	Alexandre Ferreira Farias	082.715.949-82	0	0,00	1	0,50	2	1,00	1	0,50	2	1,00	6	3,00	1,200	4,20
9	499515	Thiago Correa	063.741.349-07	0	0,00	2	1,00	1	0,50	1	0,50	3	1,50	7	3,50	0,000	3,50
10	481240	Henrique Giombelli Magentanz	105.328.399-78	3	1,50	0	0,00	0	0,00	1	0,50	2	1,00	6	3,00	0,000	3,00
11	492504	Igor Andrei Stopassola	089.769.019-24	0	0,00	2	1,00	2	1,00	0	0,00	2	1,00	6	3,00	0,000	3,00
12	496595	Dirceu Von Dentz	075.842.489-26	0	0,00	0	0,00	1	0,50	0	0,00	1	0,50	2	1,00	1,825	2,83
13	497982	Susana Aparecida Da Rosa	053.795.629-81	0	0,00	1	0,50	1	0,50	1	0,50	2	1,00	5	2,50	0,000	2,50

**Professor de Educação Infantil - Pré Escola (Habilitado) | Ensino Superior**

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	495395	Werenise Schach Ludescher	746.792.950-15	3	1,50	2	1,00	3	1,50	3	1,50	5	2,50	16	8,00	3,182	11,18
2	481520	Keli Cristina Guerini	090.759.069-19	3	1,50	2	1,00	2	1,00	3	1,50	5	2,50	15	7,50	1,838	9,34
3	486805	Idiane Regina Pottratz Wildner	076.010.599-52	2	1,00	2	1,00	3	1,50	2	1,00	5	2,50	14	7,00	2,182	9,18
4	491111	Tatiane Panissi	011.149.020-04	2	1,00	0	0,00	4	2,00	4	2,00	5	2,50	15	7,50	1,553	9,05
5	480773	Juciane Raimundi	055.779.159-61	2	1,00	0	0,00	2	1,00	3	1,50	5	2,50	12	6,00	2,030	8,03
6	482455	Julcini Marisa Molozzi	065.334.719-70	2	1,00	0	0,00	3	1,50	2	1,00	5	2,50	12	6,00	1,950	7,95
7	493732	Merlin Luci Nath	082.950.209-27	3	1,50	2	1,00	2	1,00	3	1,50	2	1,00	12	6,00	1,870	7,87
8	491091	Candice Venancio	082.230.059-13	0	0,00	1	0,50	3	1,50	3	1,50	5	2,50	12	6,00	1,798	7,80
9	491487	Salette Benelli	614.665.069-20	1	0,50	1	0,50	1	0,50	2	1,00	4	2,00	9	4,50	2,775	7,28
10	492676	Maritania Marta Besler Eisenhardt	055.551.429-35	2	1,00	0	0,00	2	1,00	3	1,50	5	2,50	12	6,00	1,274	7,27
11	487887	Patricia Moterle	048.101.699-60	1	0,50	0	0,00	2	1,00	2	1,00	5	2,50	10	5,00	2,230	7,23
12	493491	Cleia Bonassi Metz	081.526.469-03	1	0,50	1	0,50	2	1,00	3	1,50	4	2,00	11	5,50	1,726	7,23
13	487160	Raquel Evangelista	031.712.969-42	1	0,50	2	1,00	1	0,50	1	0,50	5	2,50	10	5,00	1,994	6,99
14	498664	Rejane Cristina Muller	008.436.439-43	2	1,00	1	0,50	1	0,50	1	0,50	3	1,50	8	4,00	2,758	6,76
15	492865	Taise Dairane Fuchs Wentz	082.512.199-06	3	1,50	0	0,00	1	0,50	1	0,50	5	2,50	10	5,00	1,720	6,72
16	487942	Rosane Weiss Kern	026.284.399-48	2	1,00	1	0,50	2	1,00	1	0,50	3	1,50	9	4,50	1,998	6,50
17	498040	Bruna Gabriela Sandi	082.143.399-79	2	1,00	0	0,00	2	1,00	2	1,00	4	2,00	10	5,00	1,226	6,23
18	494064	Katia Regina Patzlaff	891.961.049-53	2	1,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	3	1,50	9	4,50	1,718	6,22
19	497551	Adrieli Cisotto Lodi	080.169.169-96	1	0,50	1	0,50	3	1,50	2	1,00	3	1,50	10	5,00	1,130	6,13
20	491463	Angelica Priscila Silvestre	081.885.549-52	2	1,00	0	0,00	1	0,50	3	1,50	2	1,00	8	4,00	1,642	5,64

21	494347	Aneliria Tecchio Artifon	800.232.319-04	1	0,50	0	0,00	2	1,00	0	0,00	4	2,00	7	3,50	2,026	5,53
22	493516	Tatiane Heinrichs	070.647.439-22	0	0,00	0	0,00	1	0,50	2	1,00	4	2,00	7	3,50	1,862	5,36
23	492090	Anelise Andrin Barbieri	071.746.359-11	0	0,00	1	0,50	2	1,00	1	0,50	3	1,50	7	3,50	1,670	5,17
24	493341	Fabiola Rodrigues De Lima	066.438.359-92	0	0,00	0	0,00	3	1,50	2	1,00	3	1,50	8	4,00	1,050	5,05
25	493450	Maiara Barbieri	082.120.759-82	1	0,50	0	0,00	2	1,00	3	1,50	2	1,00	8	4,00	1,050	5,05
26	494747	Marcia Veronica Hilleshein Seghetto	686.883.690-20	1	0,50	0	0,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00	7	3,50	1,236	4,74
27	496481	Beatriz Cristina Kiekow De Oliveira	091.561.339-52	2	1,00	0	0,00	1	0,50	1	0,50	3	1,50	7	3,50	1,050	4,55
28	486077	Michele Aline Rizzi Nunes	062.248.489-39	1	0,50	1	0,50	2	1,00	1	0,50	4	2,00	9	4,50	0,000	4,50
29	497461	Luciana Bochi	017.496.969-40	2	1,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	3	1,50	9	4,50	0,000	4,50
30	498413	Juciane Salete Soares Baranoski	058.123.109-04	0	0,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00	2	1,00	8	4,00	0,000	4,00
31	499315	Carla Alexandra Guerini	041.473.819-52	1	0,50	0	0,00	1	0,50	2	1,00	1	0,50	5	2,50	1,402	3,90
32	495520	Tais Agustini	084.877.109-56	1	0,50	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	1,50	4	2,00	1,710	3,71

### Professor de Educação Infantil - Pré Escola (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	484966	Danieli Florinda Vortmann	087.245.729-00	0	0,00	2	1,00	1	0,50	2	1,00	5	2,50	10	5,00	2,050	7,05
2	498737	Raquel Raber	093.982.389-69	1	0,50	1	0,50	3	1,50	1	0,50	2	1,00	8	4,00	2,000	6,00
3	497586	Tainara Schimmelpfennig	088.494.779-37	1	0,50	0	0,00	1	0,50	2	1,00	5	2,50	9	4,50	1,298	5,80
4	498749	Cirlei Da Silveira	093.725.539-48	1	0,50	1	0,50	3	1,50	2	1,00	4	2,00	11	5,50	0,000	5,50
5	491519	Keila Daniela Gonçalves	091.833.489-64	0	0,00	1	0,50	3	1,50	1	0,50	5	2,50	10	5,00	0,000	5,00

### Professor de Geografia (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	486849	Daiane Simoni	090.466.179-20	0	0,00	1	0,50	2	1,00	2	1,00	2	1,00	7	3,50	0,915	4,42
2	498114	Alessandra Bauermann Da Silva	061.067.459-51	0	0,00	2	1,00	2	1,00	2	1,00	2	1,00	8	4,00	0,000	4,00

### Professor de História (Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	496506	Andressa Benelli	082.083.129-83	2	1,00	0	0,00	2	1,00	1	0,50	2	1,00	7	3,50	1,063	4,56
2	498115	Alessandra Bauermann Da Silva	061.067.459-51	0	0,00	2	1,00	2	1,00	2	1,00	3	1,50	9	4,50	0,000	4,50
3	488584	Beloni Fatima Kades	032.726.879-47	1	0,50	1	0,50	2	1,00	1	0,50	1	0,50	6	3,00	1,373	4,37

4	495160	Joenia Baes Pereira	926.510.970-04	1	0,50	1	0,50	1	0,50	0	0,00	2	1,00	5	2,50	1,242	3,74
5	494077	Marlice Fasnelli Schio	945.188.589-72	2	1,00	0	0,00	0	0,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00	1,638	3,64
6	498962	Lairtes Kirsten	025.737.299-74	1	0,50	1	0,50	2	1,00	0	0,00	0	0,00	4	2,00	1,312	3,31

#### Professor de História (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	497458	Debora Gaio Nunes	104.214.439-79	3	1,50	0	0,00	2	1,00	2	1,00	4	2,00	11	5,50	1,375	6,88
2	491411	Ricardo Lecardelli	082.831.939-10	1	0,50	2	1,00	2	1,00	1	0,50	1	0,50	7	3,50	1,200	4,70
3	495227	Cesar Henrique Benelli	079.567.249-70	2	1,00	0	0,00	2	1,00	0	0,00	3	1,50	7	3,50	0,000	3,50

#### Professor de Informática (Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	494794	Monica Teles Dos Santos Regert	045.321.289-19	0	0,00	0	0,00	2	1,00	3	1,50	3	1,50	8	4,00	1,666	5,67
2	498982	Cristina Laura Schuck	059.486.859-93	0	0,00	1	0,50	2	1,00	2	1,00	3	1,50	8	4,00	1,544	5,54
3	481743	Lucas Eduardo Zamarki	090.585.489-61	1	0,50	1	0,50	1	0,50	1	0,50	3	1,50	7	3,50	1,434	4,93

#### Professor de Informática (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	494371	Ray Junior Zat	081.670.399-00	1	0,50	1	0,50	1	0,50	1	0,50	3	1,50	7	3,50	2,266	5,77

#### Professor de Língua Estrangeira - Inglês (Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	493853	Mayara Trentini De Souza	815.986.610-00	2	1,00	0	0,00	2	1,00	3	1,50	2	1,00	9	4,50	1,686	6,19
2	488774	Carla Mueller	057.494.659-42	2	1,00	0	0,00	2	1,00	1	0,50	2	1,00	7	3,50	2,254	5,75
3	487361	Angelica Parizotto Santian	084.752.479-54	2	1,00	1	0,50	2	1,00	2	1,00	2	1,00	9	4,50	1,050	5,55
4	482132	Vanessa Kist	050.601.319-71	1	0,50	0	0,00	3	1,50	1	0,50	0	0,00	5	2,50	2,118	4,62

#### Professor de Língua Estrangeira - Inglês (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				

1	482265	Erica Tamires Jesus De Carvalho	048.104.755-73	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Escrita	
				3	1,50	1	0,50	3	1,50	2	1,00	2	1,00	11	6,51

### Professor de Língua Portuguesa (Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	488775	Carla Mueller	057.494.659-42	2	1,00	0	0,00	2	1,00	1	0,50	2	1,00	7	3,50	2,254	5,75
2	493854	Mayara Trentini De Souza	815.986.610-00	1	0,50	1	0,50	1	0,50	2	1,00	3	1,50	8	4,00	1,686	5,69
3	482133	Vanessa Kist	050.601.319-71	1	0,50	0	0,00	3	1,50	1	0,50	1	0,50	6	3,00	2,118	5,12

### Professor de Língua Portuguesa (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	478674	Roberta Mosele	059.979.489-51	1	0,50	1	0,50	2	1,00	3	1,50	4	2,00	11	5,50	2,138	7,64
2	480918	Monalise Miely Roos	100.886.139-17	3	1,50	0	0,00	3	1,50	3	1,50	3	1,50	12	6,00	1,305	7,31
3	493779	Darlene Buth	038.807.999-11	3	1,50	1	0,50	3	1,50	3	1,50	1	0,50	11	5,50	0,990	6,49
4	482017	Gisele Rodrigues Santos	983.604.421-34	1	0,50	0	0,00	2	1,00	1	0,50	2	1,00	6	3,00	2,114	5,11
5	499192	Simone Regina Scalco	021.382.429-94	0	0,00	1	0,50	1	0,50	0	0,00	2	1,00	4	2,00	1,222	3,22

### Professor de Matemática (Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	493350	Maiane Bernardi	081.853.939-90	2	1,00	3	1,50	4	2,00	2	1,00	2	1,00	13	6,50	1,758	8,26
2	493871	Gabriela Maria Denck	077.131.619-45	0	0,00	3	1,50	1	0,50	2	1,00	5	2,50	11	5,50	1,748	7,25
3	485034	Dândara Bellé	087.656.079-61	2	1,00	2	1,00	4	2,00	1	0,50	2	1,00	11	5,50	0	5,50
4	488687	Andre Luiz Moterle	087.911.649-82	1	0,50	2	1,00	1	0,50	1	0,50	1	0,50	6	3,00	2,014	5,01
5	499469	Jordano Bertol	064.067.769-09	0	0,00	2	1,00	2	1,00	0	0,00	2	1,00	6	3,00	0	3,00

### Professor de Matemática (NÃO Habilitado) | Ensino Superior

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	479313	Cheila Felipe Chiella	083.892.129-94	1	0,50	2	1,00	3	1,50	3	1,50	2	1,00	11	5,50	2,327	7,83
2	499523	Suzamara Bautitz	065.383.899-96	0	0,00	0	0,00	2	1,00	3	1,50	3	1,50	8	4,00	2,104	6,10



3	487129	Rosane Lazzarotto Rossetto	945.193.909-15	0	0,00	2	1,00	1	0,50	0	0,00	2	1,00	0	0,00	5	2,50	1,646	4,15
---	--------	----------------------------	----------------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	-------	------

**Professor de Reforço Escolar (Habilitado) | Ensino Superior**

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	491092	Candice Venancio	082.230.059-13	0	0,00	1	0,50	3	1,50	3	1,50	4	2,00	11	5,50	1,798	7,30
2	497672	Marta Ines De Mello	722.671.279-20	1	0,50	0	0,00	3	1,50	1	0,50	3	1,50	8	4,00	3,042	7,04
3	491833	Dilce Zatta Gasparotto	557.937.469-00	1	0,50	0	0,00	2	1,00	3	1,50	3	1,50	9	4,50	2,478	6,98
4	494637	Adriane Marisa Wille	092.498.479-12	0	0,00	1	0,50	2	1,00	4	2,00	4	2,00	11	5,50	1,202	6,70
5	489518	Edite Lourdes Siebeneichler Kruetzmann	800.233.399-34	1	0,50	1	0,50	2	1,00	2	1,00	0	0,00	6	3,00	2,782	5,78
6	498665	Rejane Cristina Muller	008.436.439-43	2	1,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	0	0,00	6	3,00	2,758	5,76
7	491611	Simone Analice Brand	040.476.979-90	1	0,50	2	1,00	1	0,50	2	1,00	1	0,50	7	3,50	2,102	5,60
8	493841	Sonia Silva Almeida Falossi	090.074.848-69	1	0,50	0	0,00	1	0,50	2	1,00	3	1,50	7	3,50	1,506	5,01
9	493035	Marlei Salete Frasnelli	860.282.439-49	0	0,00	0	0,00	2	1,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00	1,25	3,25

**Professor para Turmas com Alunos de Inclusão (Habilitado) | Ensino Superior**

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	496699	Eliane Regina Bonissoni Rossetto	915.025.789-72	2	1,00	1	0,50	3	1,50	1	0,50	3	1,50	10	5,00	2,998	8,00
2	495639	Jane De Lurdes Simoni	848.627.859-72	0	0,00	0	0,00	3	1,50	2	1,00	3	1,50	8	4,00	2,710	6,71
3	498598	Angela Izaura Rocha Peruzzo	053.545.509-71	1	0,50	1	0,50	3	1,50	1	0,50	4	2,00	10	5,00	0,474	5,47
4	495633	Jussara Eliza Simoni	059.798.019-52	0	0,00	0	0,00	2	1,00	1	0,50	3	1,50	6	3,00	1,870	4,87
5	499316	Carla Alexandra Guerini	041.473.819-52	1	0,50	0	0,00	1	0,50	2	1,00	0	0,00	4	2,00	0,402	2,40

**Professor para Turmas com Alunos de Inclusão (NÃO Habilitado) | Ensino Superior**

Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	495584	Ivanete Siebeneichler Locatelli	039.825.719-10	1	0,50	1	0,50	3	1,50	3	1,50	4	2,00	12	6,00	0,554	6,55
2	491261	Sirleia Kist	004.831.649-09	3	1,50	1	0,50	3	1,50	1	0,50	2	1,00	10	5,00	1,290	6,29
3	484803	Morgana Cason Weimer	071.529.949-27	1	0,50	1	0,50	2	1,00	2	1,00	3	1,50	9	4,50	0,210	4,71
4	483354	Fabiane Damin	081.937.249-84	1	0,50	2	1,00	1	0,50	1	0,50	4	2,00	9	4,50	0,090	4,59
5	497062	Cristiele Schouten	090.443.269-61	1	0,50	1	0,50	0	0,00	2	1,00	4	2,00	8	4,00	0,210	4,21
6	494778	Marlei Salete Frasnelli	860.282.439-49	0	0,00	0	0,00	3	1,50	1	0,50	3	1,50	7	3,50	0,250	3,75
7	489478	Marcia Benvenuti	026.736.319-25	1	0,50	1	0,50	2	1,00	1	0,50	2	1,00	7	3,50	0,152	3,65

8	483520	Elizandra Cristina Haboski Schmidt	078.575.079-70	0	0,00	0	0,00	3	1,50	2	1,00	2	1,00	7	3,50	0,050	3,55
9	494376	Ray Junior Zat	081.670.399-00	1	0,50	1	0,50	1	0,50	1	0,50	2	1,00	6	3,00	0,466	3,47
10	497691	Cristiana Cilene Guerini Otowicz	007.238.019-59	1	0,50	0	0,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	5	2,50	0,714	3,21
11	496908	Adriana Tania Sipp Toffoli	061.389.999-75	0	0,00	1	0,50	2	1,00	3	1,50	0	0,00	6	3,00	0,146	3,15
12	497585	Elizandra Lovera Lazzarotto	051.825.189-60	0	0,00	0	0,00	2	1,00	2	1,00	2	1,00	6	3,00	0,000	3,00
13	487145	Rosane Lazzarotto Rossetto	945.193.909-15	1	0,50	2	1,00	1	0,50	0	0,00	1	0,50	5	2,50	0,146	2,65
14	493424	Luci Margaret Patzlaff Borelli	016.212.519-42	1	0,50	0	0,00	0	0,00	1	0,50	3	1,50	5	2,50	0,098	2,60
15	499193	Simone Regina Scalco	021.382.429-94	0	0,00	1	0,50	1	0,50	0	0,00	1	0,50	3	1,50	0,322	1,82

Professor Substituto para Afastamentos Legais (Habilitado)   Ensino Superior																	
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	493214	Anelise Tatiane Usinger Lermen	063.251.669-06	1	0,50	1	0,50	2	1,00	2	1,00	1	0,50	7	3,50	1,186	4,69
2	493842	Sonia Silva Almeida Falossi	090.074.848-69	1	0,50	0	0,00	1	0,50	2	1,00	1	0,50	5	2,50	1,506	4,01
3	497820	Gabriela Luiza Schrammel Hollerweger	063.426.439-70	0	0,00	1	0,50	1	0,50	2	1,00	0	0,00	4	2,00	1,662	3,66

Professor Substituto para Afastamentos Legais (NÃO Habilitado)   Ensino Superior																	
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Português		Matemática e Raciocínio Lógico		Conhecimentos Gerais e Atualidades		Conhecimentos na Área de Educação		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Nota Prova Títulos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota	Acertos	Nota				
1	491412	Ricardo Lecardelli	082.831.939-10	1	0,50	2	1,00	2	1,00	1	0,50	1	0,50	7	3,50	1,200	4,70
2	488015	Helioze Spricigo	081.854.039-70	0	0,00	0	0,00	2	1,00	1	0,50	2	1,00	5	2,50	2,068	4,57

Ipumirim - SC, 05 de Janeiro de 2017.

Volnei Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 030/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2.017.**

NOMEIA PARA EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE CONSULTOR DE DIREITO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 18 da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2.005 e Lei Complementar nº.87 de 20 de Maio de 2010, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

NOMEIA

CASSIO CANTON, matricula 2584, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade sob o nº. 2.699,603 e CPF sob o nº.019.465.719-11, para o exercício do cargo de provimento em comissão de CONSULTOR DE DIREITO – CONDI – CC-050, da Lei Complementar 087/2.010, de 20 de maio de 2010, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-050, da Lei supra mencionada.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 03 de Janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 06 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº.032/2017 DE 09 DE JANEIRO DE 2.017.**

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

RESOLVE.

Art. 1º - Conceder à JANETE CLARICE BERNARDI LOCATELLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, portadora da cédula de identidade nº. 1.873.533 e CPF sob o nº.586.249.539-87, admitida por concurso público pela portaria nº. 559/1991, gratificação de função de 100% (cem por cento) sobre o piso salarial do município. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legítima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contratio a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 02 de Janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 09 de Janeiro de 2.017.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 031/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.**

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos

do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ROSANI CAMILLO matrícula 2007, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 09/01/2017 a 28/01/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 09/01/2017.

Ipumirim - SC, 06 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.029/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.**

EXONERA SERVIDOR NOMEADO EM CARGO COMISSIONADO DE CONSULTOR DE DIREITO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ADELAR MAURO CANTON, Matrícula 1632-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.144.825-3 e do CPF 445.531.709-06, com nomeação para o cargo de CONSULTOR DE DIREITO, constante no , nível salarial CC - 050, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 226/2010, a presente portaria produzirá efeitos retroativo a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 05 de Janeiro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 2, DL Nº 1-2017-PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 1/2017 - DL</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 2/2017 <b>Data do Processo:</b> 04/01/2017
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2017  
b) Licitação Nr.: 1/2017-DL  
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d) Data Homologação: 04/01/2017  
e) Objeto da Licitação: Aquisição de peças para conserto Trator de esteira marca komatsu, serie B13912 modelo D51EX-22, motor nº 3676278RXE, destinado as atividades do Dmer.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**MARAVIMÁQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-E (9488)**

1	6754-72-1012- Bomba de combustível	UN	1,00	0,0000	6.340,00	6.340,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>6.340,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>6.340,00</b>

Ipumirim, 4 de Janeiro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

# Itá

## PREFEITURA

### DECRETO N. 113/2016

DECRETO Nº 113/2016, de 21 de dezembro de 2016.

“Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.437, de 14 de dezembro de 2015 e Inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 8.305,00 (oito mil, trezentos e cinco reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.437, conforme programação a seguir:

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.02 – Departamento de Esporte e Lazer

2.021 – Manutenção Ativ. do Dpto de Esporte

Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 4.305,00 Anulação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 4.305,00 09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.008 – Manutenção das Atividades do Departamento de Urbanismo

Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 4.000,00 Anulação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 4.000,00

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

2.044 – Brilha Itá

3.3.90.00.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	12.000,00
--	-----------

Fonte de recursos - 1045– Recusos Compensação Financeira

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.437, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção Atividades Fundo Municipal de Saúde

Suplementação

3.3.71.00.00.00.00.1002 Transferência a Consórcios	100,00
--	--------

Anulação

3.3.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas	100,00
--	--------

Art. 4º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.032 – Manter Programa de Saúde da Família

3.3.90.00.00.00.00.1064 Aplicações Diretas	12.000,00
--	-----------

Fonte de recursos - 1064– Transf. SUS – Atenção Básica –PAB Fixo



11.00 – Fundo Municipal de Saúde  
11.01 – Fundo Municipal de Saúde  
2.036 – Manutenção do sobreaviso médico

3.3.90.00.00.00.00.1064 Aplicações Diretas	5.000,00
--	----------

Fonte de recursos - 1064– Transf. SUS – Atenção Básica –PAB Fixo

11.00 – Fundo Municipal de Saúde  
11.01 – Fundo Municipal de Saúde  
2.037 – Manutenção Convênio com Hospitais

3.3.90.00.00.00.00.1664 Aplicações Diretas	40.000,00
--	-----------

Fonte de recursos - 1664– Transf SUS - Atenção Básica - PAB Variável - PMAQ

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Itá - SC, 21 de dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ADELIANE JACIRA BETTO

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

#### EXTRATO CONTRATO CONCISA

Aditivo Nº ..... : 1AD 85/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Valor ..... : 47,50 (quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2016

Objeto ..... : Aditivo de prazo de vigência do contrato e execução da obra, e redução do valor devido a ajustes de planilhas junto ao BADESC.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

# Itapema

## PREFEITURA

### DECRETO N° 003-2017

DECRETO N° 003/2017

Nomeia os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para a composição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, com as atribuições constantes da Lei Municipal nº 3202 de 01 de julho de 2013, os seguintes membros:

I – representantes com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade:

- a) Titular: Natalino de Jesus Falkievicz (Polícia Militar)
- b) Suplente: Geraldo Rodrigues Alves Junior (Polícia Militar)

II – representantes servidores do órgão ou entidade que impôs a penalidade – Diretoria de Trânsito do Município de Itapema:

- a) Titular: Luis Albares de Jesus Matos
- b) Suplente: Edemilson Begnini

III – representantes de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito:

- a) Titular: Ricardo Adriano Agostini Ribeiro
- b) Suplente: Rodrigo Willian de Souza

Art. 2º - Fica revogado o Decreto nº 328 de 28 de junho de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itapema, 05 de janeiro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº. 004 DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Delega competência a servidores municipais para autenticação de documentos.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### Decreta:

Art. 1º Fica delegada competência aos servidores DIONE WIGGERS JUNG, matrícula n. 15256/01, THIAGO ROHDEN, matrícula nº 14971/01 e DIENIFER STRACK, matrícula nº 15042/01, para efetuar as autenticações dos documentos referente o Departamento de Compras e Licitações do Município de Itapiranga – SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2017.

JORGE WELTER  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretário de Administração.

### DECRETO Nº 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 005 DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Designa a Comissão Permanente de Licitações do Município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em atendimento a Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e suas atribuições;

#### Decreta:

Art. 1º Fica designada a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, na modalidade de CONVITE, DISPENSA DE LICITAÇÃO E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para exercício de 2017, que a partir desta data é composta pelos seguintes servidores:

Nome: Função: CPF: Matrícula:

TITULARES: Dione Wiggers Jung Presidente 016.338.539-42 15264/01  
Thiago Rohden Secretário 060.505.089-92 14971/01  
Dienifer Strack Membro 777.645.609-87 15042/01

SUPLENTEs: Ane Rohden Membro 482.529.800-15 3985/01  
Paula Prost Welter Membro 028.348.699-60 11741/03

Art. 2º A designação mencionada no artigo 1º do presente Decreto

não conta ônus para os cofres públicos municipais por se tratar de serviço relevante prestado ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 2 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 1, de 4 de janeiro de 2014.

Itapiranga - SC, 2 de janeiro de 2016.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretário Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 006, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Pregoeira e Equipe de Apoio do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em atendimento a Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e suas atribuições;

#### Decreta:

Art. 1º Fica com o presente Decreto designada a PREGOEIRA e EQUIPE DE APOIO, para julgamento dos Processos Licitatórios na Modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico para o exercício de 2017, sendo composta pelos seguintes servidores:

Função: Nome: CPF: Matrícula

PREGOEIRA: Dione Wiggers Jung 016.338.539-42 15264/01  
SUPLENTE: Thiago Rohden 060.505.089-92 14971/01

EQUIPE DE APOIO: Ane Rohden 967.690.099-00 11733/03  
Thiago Rohden 060.505.089-92 14971/01  
Dienifer Strack 065.829.389-32 15042/01

SUPLENTEs: Ademir Rohden 035.057.169-44 14715/01  
Paula Prost Welter 028.348.699-60 11741/03

Art. 2º A designação mencionada no artigo 1º do presente Decreto não conta ônus para os cofres públicos municipais por se tratar de serviço relevante prestado ao Município.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 002, de 2 de janeiro de 2016

Itapiranga- SC, 2 de janeiro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretaria Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 007, DE 2 DE JANEIRO DE 2017.

Delega atribuições à Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

**D e c r e t a :**

Art. 1º Fica pelo presente, delegadas atribuições à Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento, Tecla Royer Scholz, matrícula nº 15262/01, para efetuar a assinatura da documentação referenciada ao setor financeiro deste Município no que couber e prevista nos incisos XXII e XXIII do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Itapiranga SC.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 02 de janeiro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretario Municipal de Administração.

### **DECRETO Nº 010 DE 02 DE JANEIRO DE 2016**

DECRETO Nº 10 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Altera o Decreto nº 75/2016 para disciplinar o novo numero de vagas de caráter temporário de combate as endemias e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39, de 12 de julho de 2011;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o art. 2º do Decreto 75/2016 para constar que os números de vagas passam de 02 (duas) para 03 (três) vagas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 05 de janeiro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretario Municipal de Administração.

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2017**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 002/2017

Dispensa de Licitação nº 001/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Locação de imóveis destinados ao funcionamento da sala de atendimento do PREVICIDADE e CONSELHO TUTELAR sendo:

Item 1: Espaço físico localizado na Rua do Comércio, Centro, com área de 114,42m² registrado sob matrícula nº 14.127 para funcionamento da sala de atendimento do PREVICIDADE.

Item 2: Espaço físico localizado na rua São Jacó, nº 02, sala 203 - centro, com área de 75m², registrado sob matrícula nº 14.130, destinado ao funcionamento da sala de atendimento do CONSELHO TUTELAR do Município de Itapiranga.

Fundamentação Legal: artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93.

Contratados:

Item	Contratado	Valor Global
01	Ivan Rohden	21.120,00
02	Marlei Rohden Werlang	7.320,00

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017

Itapiranga - SC, 02 de Janeiro de 2017  
Jorge Welter – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e VANESSA BARTZ SILVA.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 05/2016.

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 128/2016 onde altera o prazo de vigência de 31/12/2016 para 31/12/2017 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Agente de Combate a Endemias.

Nível salarial: 627

Classe - Referencia: A - 01

VIGÊNCIA: 31/12/2016 a 31/12/2017

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ANI BEATRIZ OSTGEN KIPPER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 28/2016 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2016 para 16/07/2017 em 30 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: C - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2016 a 16/07/2017

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2017/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e EDIANE WEIS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 126/2016 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2016 para 31/12/2017 em 10 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2016 a 31/12/2017

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e EDIANE WEIS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 17/2016 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2016 para 31/12/2017 em 30 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2016 a 31/12/2017

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2017/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JOSIANI PAULI.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 30/2016 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2016 para 18/09/2017 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2016 a 18/09/2017

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2017/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e KATIANA GIEHL.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 112/2016 onde altera o prazo de vigência de 05/12/2016 para 16/09/2017 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Educação Física.

Nível salarial: 578

Classe - Referência: B - 01

VIGÊNCIA: 05/12/2016 a 16/09/2017

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2017/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e KATIANA GIEHL.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 91/2016 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2016 para 16/09/2017 em 10 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Educação Física.

Nível salarial: 578

Classe - Referência: B - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2016 a 16/09/2017

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e TATIANE RODS LEITE HABIT-ZREITER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 50/2016 onde altera o prazo de vigência de 14/12/2016 para 13/06/2017 em 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 14/12/2016 a 13/06/2017

Itapiranga – SC, 02 de janeiro de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal



# QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 193/2016

Página: 1/4

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 55298 - TRANSPORTES BARCELO LTDA - ME									
Licitação: 193/2016 - PR Data da Homologação:									
4	78121	TRANSPORTE DE ALUNOS DE DOURADO GUAIRA E DIVISA COM SANTA CR		KM	16.400,000	0,0000	3,3500	54.940,00	Venceu
8	78125	TRANSPORTE DE ALUNOS DE VOLTA DE CAPELA, DIVISAS JABOTICABA		KM	22.550,000	0,0000	3,0000	67.650,00	Venceu
20	78136	TRANSPORTE DE ALUNOS DE CORDILHEIRA E GUAIRA PARA POPI		KM	16.400,000	0,0000	3,3700	55.268,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			177.858,00	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 140990 - FERRARIA E TRANSPORTES JOCLEMA LTDA									
Licitação: 193/2016 - PR Data da Homologação:									
10	78127	TRANSPORTE DE ALUNOS DE TOCO PRETO E POÇO PRETO PARA ESCOLAS		KM	16.400,000	0,0000	3,3000	54.120,00	Venceu
15	78132	TRANSPORTE DE ALUNOS DE VOLTA GRANDE PARA SANTO ANTONIO		KM	15.375,000	0,0000	3,3000	50.737,50	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			104.857,50	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 141399 - MÁRIO E. KUNZLER - ME.									
Licitação: 193/2016 - PR Data da Homologação:									
6	78123	TRANSPORTE DE ALUNOS DE CHAPÉU PARA A ESCOLA DE SEDE CAPELA		KM	18.450,000	0,0000	4,4400	81.918,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			81.918,00	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 141928 - MEES & WALKER TRANSPORTES LTDA - ME									
Licitação: 193/2016 - PR Data da Homologação:									
9	78126	TRANSPORTE DE ALUNOS XAXIM E LINHA LORO PARA ESCOLAS DE CONC		KM	18.450,000	0,0000	3,3300	61.438,50	Venceu
12	78129	TRANSPORTE DE ALUNOS DE GUABIROBA		KM	14.350,000	0,0000	3,4400	49.364,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			110.802,50	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 143160 - JACO ASTOR JUCHEIM									
Licitação: 193/2016 - PR			Data da Homologação:						
1	78118	TRANSPORTE DE ALUNOS DA LINHA APARECIDA E LINHA LARANJEIRA P		KM	18,450,000	0,0000	3,3400	61,623,00	Venceu
Total do Fornecedor					18,450,000			61,623,00	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 143162 - ROMEU BECKER									
Licitação: 193/2016 - PR			Data da Homologação:						
14	78131	TRANSPORTE DE ALUNOS DE DOIS SALTINHOS PARA SANTO ANTÔNIO		KM	9,225,000	0,0000	3,5700	32,933,25	Venceu
Total do Fornecedor					9,225,000			32,933,25	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 144093 - EDIPO CASPERS 07659760998									
Licitação: 193/2016 - PR			Data da Homologação:						
7	78124	TRANSPORTE DE ALUNOS DE PONÃ E VOLTA DE CHAPEU PARA A ESCOLA		KM	19,475,000	0,0000	4,4500	86,663,75	Venceu
Total do Fornecedor					19,475,000			86,663,75	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 144140 - ALDOMIRO PETZOLD 42303761972									
Licitação: 193/2016 - PR			Data da Homologação:						
2	78119	TRANSPORTE ALUNOS DA COMUNIDADE DE APARECIDA E LINHA GLÓRIA		KM	17,425,000	0,0000	3,3200	57,851,00	Venceu
Total do Fornecedor					17,425,000			57,851,00	
Nr. do Processo: 193/2016 Fornecedor: 144329 - THIAGO CASPERS 05736679930									
Licitação: 193/2016 - PR			Data da Homologação:						
3	78120	TRANSPORTE DE ALUNOS DE DOURADO - DIV. ERVALZINHO PARA ESCOL		KM	16,400,000	0,0000	3,2900	53,956,00	Venceu
Total do Fornecedor					16,400,000			53,956,00	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/4

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 193/2016</b> <b>Fornecedor: 144330 - FABIANE REGINA TERNUS MEES 04434517961</b> <b>Licitação: 193/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação:</b>									
18	78138	TRANSPORTE DE ALUNOS DA DIVISA COM SANTO ANTÔNIO PARA POPI		KM	14.350,000	0,0000	3,2700	46.924,50	Venceu
					<b>Total do Fornecedor</b> →			46.924,50	
<b>Nr. do Processo: 193/2016</b> <b>Fornecedor: 144331 - ANDERSON CANISIO DETERS 07142168951</b> <b>Licitação: 193/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação:</b>									
17	78134	TRANSPORTE DE ALUNOS DE SOLEDADE E POPI		KM	14.350,000	0,0000	3,2700	46.924,50	Venceu
					<b>Total do Fornecedor</b> →			46.924,50	
<b>Nr. do Processo: 193/2016</b> <b>Fornecedor: 144332 - NOEMIA KLEIN BEUMER 98630946920</b> <b>Licitação: 193/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação:</b>									
11	78128	TRANSPORTE DE ALUNOS DA LINHA ESCONDIDA PARA CONCEIÇÃO E SAN		KM	18.450,000	0,0000	3,4800	64.206,00	Venceu
					<b>Total do Fornecedor</b> →			64.206,00	
<b>Nr. do Processo: 193/2016</b> <b>Fornecedor: 144333 - VILSON KLEIN 62713655900</b> <b>Licitação: 193/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação:</b>									
5	78122	TRANSPORTE DE ALUNOS DE SANTA CRUZ E DOURADO PARA ESCOLAS DE		KM	22.550,000	0,0000	3,3400	75.317,00	Venceu
13	78130	TRANSPORTE DE ALUNOS DE SÃO LUDGERO PARA SANTO ANTÔNIO		KM	13.455,000	0,0000	5,3300	71.715,15	Venceu
21	78137	TRANSPORTE DE ALUNOS DE SANTA ISABEL E SOLEDADE PARA		KM	20.500,000	0,0000	4,7000	96.350,00	Venceu
					<b>Total do Fornecedor</b> →			243.382,15	
<b>Nr. do Processo: 193/2016</b> <b>Fornecedor: 144334 - VALCIR PAULI 03051603970</b> <b>Licitação: 193/2016 - PR</b> <b>Data da Homologação:</b>									
19	78135	TRANSPORTE DE ALUNOS DE LINHA RICKIA E GORETTI A SOLEDADE E		KM	20.500,000	0,0000	3,9800	81.590,00	Venceu
					<b>Total do Fornecedor</b> →			81.590,00	

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 193/2016      Licitação: 193/2016 - PR Fornecedor: 144336 - NILVA SCHWENDLER BECKER 02834458901      Data da Homologação:									
16	78133	TRANSPORTE DE ALUNOS DE LINHA PASSO FUNDO PARA LA. BECKER E		KM	14.350,000	0,0000	3,1900	45.776,50	Venceu
					Total do Fornecedor	→		45.776,50	

Itapiranga, 6 de Janeiro de 2017.

# Itapoá

## PREFEITURA

### CONCURSO PÚBLICO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 055 DO EDITAL Nº 050/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 055

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Marlon Roberto Neuber – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Médico do Trabalho	Carlos Augusto Pereira Walger	430000445	01

Itapoá – SC, 06 de janeiro de 2017

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 0011/2017

PORTARIA Nº 0011/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ANTONIA NERES DO ROSÁRIO, matrícula 60406-2, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### PORTARIA Nº 0012/2017

PORTARIA Nº 0012/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ANTÔNIO PAULO TERCZIANY, matrícula 62200-1, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 0013/2017**

PORTARIA Nº 0013/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ARITANA KLUCK DA SILVA, matrícula 60758-4, investido(a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0014/2017**

PORTARIA Nº 0014/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) BERNADETE FAGUNDES CHAVES, matrícula 61724-5, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0015/2017**

PORTARIA Nº 0015/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) CAMILA MACIEL DE MIRANDA, matrícula 121118-8, investido(a) no cargo de NUTRICIONISTA I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0016/2017**

PORTARIA Nº 0016/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) CARLA APARECIDA RUSISKA, matrícula 62339-3, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0017/2017**

PORTARIA Nº 0017/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) CLAUDETE THOMAS, matrícula 58103-8, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0018/2017**

PORTARIA Nº 0018/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) CLAURENICE RAMOS DE JESUS, matrícula 60585-9, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0019/2017**

PORTARIA Nº 0019/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) CORIVALDINO MIGUEL CAPIVERDE, matrícula 58235-2, investido(a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0020/2017**

PORTARIA Nº 0020/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) CRISTIAN ANGELO GRASSI, matrícula 60738-0, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0021/2017**

PORTARIA Nº 0021/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) CRISTIANE REGINA BITTENCOURT COSTA, matrícula 60541-7, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0022/2017**

PORTARIA Nº 0022/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) CRISTINA BASTOS PEQUENO, matrícula 76507-4, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0023/2017**

PORTARIA Nº 0023/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) DAIANE BATISTA, matrícula 121106-4, investido(a) no cargo de SECRETÁRIA EXECUTIVA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0024/2017**

PORTARIA Nº 0024/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 5% referente a Pós-Graduação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) DAIANE SITADELA, matrícula 124526-0, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0025/2017**

PORTARIA Nº 0025/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) DANIEL HENRIQUE PASTUCHAKI, matrícula 62007-6, investido(a) no cargo de FISIOTERAPEUTA I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0026/2017**

PORTARIA Nº 0026/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) DEBORA DA SILVA ESTEVÃO COELHO, matrícula 61034-8, investido(a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0027/2017**

PORTARIA Nº 0027/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) DELICIA DE SOUZA ZIMERMANN, matrícula 60492-5, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 0028/2017**

PORTARIA Nº 0028/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) DENISE DE SOUZA ZAGONEL, matrícula 60237-0, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0029/2017**

PORTARIA Nº 0029/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) DORILDA DA SILVA SCHORKI, matrícula 60525-5, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0030/2017**

PORTARIA Nº 0030/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) DOUGLAS ANTONIO URSO, matrícula 56246-7, investido(a) no cargo de MÉDICO PSF, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0031/2017**

PORTARIA Nº 0031/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) EDER ELOY KWIATKOWSKI, matrícula 624195, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0032/2017**

PORTARIA Nº 0032/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 3% referente a Curso Técnico, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) EDMILSON CARLOS PRESTES GOMES, matrícula 62413-6, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0033/2017**

PORTARIA Nº 0033/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) EDSON PROENÇA PEREIRA, matrícula 61547-1, investido(a) no cargo de FISCAL SANITÁRIO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0034/2017**

PORTARIA Nº 0034/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ELIANA FRIGO DA SILVA, matrícula 62204-4, investido(a) no cargo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0035/2017**

PORTARIA Nº 0035/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ELIANA NEHRING BELO, matrícula 42474-8, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0036/2017**

PORTARIA Nº 0036/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ELIANE PEDROZA DOS SANTOS, matrícula 60647-2, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0037/2017**

PORTARIA Nº 0037/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ELIANE PINHEIRO CUNHA, matrícula 60579-4, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0038/2017**

PORTARIA Nº 0038/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ELIS REGIANE BUENO DA SILVA COSTA, matrícula 70671-0, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0039/2017**

PORTARIA Nº 0039/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ELTON LUÍS PEREIRA DA SILVEIRA, matrícula 121353-9, investido(a) no cargo de VETERINÁRIO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0040/2017**

PORTARIA Nº 0040/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) EUNICE ALEXANDRINO SCHRIPIETCZ, matrícula 121361-0, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0041/2017**

PORTARIA Nº 0041/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 4% referente a Graduação de Nível Superior, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) FABRÍCIA PERES DO ROSÁRIO, matrícula 62036-0, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0042/2017**

PORTARIA Nº 0042/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) FABRICIO LIMA, matrícula 184-8, investido(a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 0043/2017**

PORTARIA Nº 0043/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 5% referente a Pós-Graduação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) FLÁVIA JORDANA SANCHES, matrícula 121746-1, investido(a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0044/2017**

PORTARIA Nº 0044/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) FERNANDA CRISTINA ROSA, matrícula 253-4, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0045/2017**

PORTARIA Nº 0045/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 3% referente a Curso Técnico, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) FERNANDA LUZIA GHISLERI GRASEL, matrícula 77414-6, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0046/2017**

PORTARIA Nº 0046/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) FRANCIS LEDOUX DE OLIVEIRA, matrícula 252-6, investido(a) no cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0047/2017**

PORTARIA Nº 0047/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) FRANCISCO DOS SANTOS MACHADO, matrícula 3735, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0048/2017**

PORTARIA Nº 0048/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) GABRIELA DE MELO BARBERO, matrícula 62014-9, investido(a) no cargo de NUTRICIONISTA II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 60, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei nº. 8.666/93, Art. 51, § 4º.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do Município, que ficará assim constituída:

I – JAISON PINHEIRO DA SILVA

II – BRAZ PEREIRA MORO

III – JANETE ZAUER TOMASI

Parágrafo Único: A comissão terá como suplente GÉSSICA CAROLINA FRÖHLICH SCHILLING, GISLENE RECCO DE ARAÚJO ONÓRIO e EVANDRO BOFF DE MELLO.

Art. 2º - A Comissão será presidida pelo Servidor JAISON PINHEIRO DA SILVA e Secretariado por BRAZ PEREIRA MORO, tendo seu prazo de duração fixado em 01 (um) ano.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá a seu critério, sempre mediante Decreto, nomear Comissões Especiais de Licitação, que tenha como objetivo a agilização dos serviços.

Art. 4º - O Serviço da Comissão será considerada de caráter relevante, não se lhe atribuído qualquer direito ou obrigação social ou trabalhista.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 02 de janeiro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### DECRETO Nº. 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº. 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 60, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei nº. 8.666/93, Art. 51, § 4º.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado como pregoeiro oficial do Município de Jacinto Machado o Sr. JAISON PINHEIRO DA SILVA.

Art. 2º - Fica nomeada a equipe de apoio composta dos seguintes

servidores, GÉSSICA CAROLINA FRÖHLICH SCHILLING, LAURA KOCHHANN TRIKEIS e BRAZ PEREIRA MORO.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 02 de janeiro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

### EDITAL 01\_2017 DL

Estado de Santa Catarina

Município de Jacinto Machado/SC

Termo de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório nº 01/2017 - Dispensa de Licitação

Do Objeto: Assessoramento Jurídico para início de mandato Eletivo, incluindo revisão e elaboração dos Contratos Públicos, assessoria a licitação e demais demandas Jurídicos Administrativos, pelo período de 02/01/2017 a 28/02/2017.

Do Fornecedor: Eduardo Rovaris, brasileiro, casado, Advogado, residente e domiciliado no município de Turvo/SC, inscrito no CPF nº 621.038.149-91, OAB/SC 19.395.

Do Valor: O valor total dos serviços é de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)

Da justificativa da Dispensa: Trata-se de início de Governo em que o Governo anterior não procedeu a abertura de processo administrativo de licitação para contratação regular do fornecimento dos bens e/ou serviços previstos neste termo.

A dispensa de licitação se justifica para atender necessidade emergencial caracterizada pela urgência na formalização de atos administrativos tais como: nomeação de servidores, processo licitatório e/ou dispensa de licitação, contratos e outros atos administrativos indispensáveis para o atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, tais como: os serviços de Saúde; Educação, em especial a infantil; serviços de coleta de lixo e outros cuja continuidade não possa ser interrompida.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado de 02 (dois) meses, tendo início em 02/01/2017 e término em 28/02/2017.

Da Justificativa da Escolha do Fornecedor e do Preço: Por serem os preços os mais baixos conforme pesquisa de preços anexa e serem os mesmos compatíveis com os preços de mercado praticados na região.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Jacinto Machado/SC, 02 de Janeiro de 2017.

Ana Arleth Belletini Citadin Klock

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 1/2017

#### EDITAL DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 1/2017

Notificação Geral de Lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar, Relativos ao Exercício de 2017.

JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS, matrícula 8987, Fiscal Tributarista da Prefeitura de Jaraguá do Sul, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e em cumprimento ao que determina a alínea “b”, do inciso I, do § 3º, do art. 26, da Lei Complementar nº 001/93 (Código Tributário Municipal – CTM) e do Decreto Municipal nº 3.225/95 (Regulamento do CTM), em conformidade com os arts. 142, 144 e 145, da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional) torna pública a NOTIFICAÇÃO GERAL DE LANÇAMENTO do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar, relativos ao exercício de 2017:

1) Ficam os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis localizados na zona urbana, ou, de expansão urbana do Município de Jaraguá do Sul, SC e os usuários de serviços urbanos, notificados do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar referentes ao exercício de 2017;

2) O valor da UPM foi corrigido monetariamente em 8,50% (oito vírgula cinquenta por cento) e fixado para o exercício de 2017 nos termos do Decreto nº 11.112/2016, de 18 de novembro de 2016, em R\$ 174,58 (cento e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos);

3) Nos termos do artigo 124 do Código Tributário Municipal, alterado pela Lei Complementar nº 183/2016, de 16 de dezembro de 2016, o contribuinte poderá optar pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU à vista com desconto de 10% (dez por cento), até o dia 10/02/2017, com desconto de 8% (oito por cento), até o dia 10/03/2017, com desconto de 5%, até o dia 10/04/2017, ou parcelado em até 10 (dez) vezes, sem o desconto, com o vencimento da primeira parcela para o dia 10/02/2017 e as demais com vencimentos mensais e consecutivos, sendo que o valor das parcelas não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da Unidade Padrão Municipal – UPM, ou seja, R\$ 61,10 (sessenta e um reais e dez centavos);

4) O desconto previsto no item 3 não incide sobre a Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar;

5) Ficam renovadas, por força do Decreto nº 11.113/2016 de 18 de novembro de 2016, para o exercício de 2017, as isenções abaixo relacionadas, descritas no artigo 3º da Lei Complementar nº 48/2005, de 20 de dezembro de 2005:

a) o imóvel qualificado na categoria de “enxaimel” ou de reconhecimento do valor histórico, cultural ou arquitetônico pela Secretaria de Educação e Cultura, com base em parecer do COMPHAAN - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural;

b) os imóveis relacionados com as finalidades essenciais de entidades beneficentes, sociais, educativas, culturais ou esportivas que cedam o uso gratuitamente aos órgãos do Município quando houver interesse público e que atendam aos requisitos exigidos no artigo 14, da Lei Federal Nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 (Código Tributário Nacional);

c) a área de preservação permanente, acima da cota 100 m (cem metros) em relação ao nível do mar, de acordo com a legislação

federal a respeito;

d) imóvel de propriedade de Associação de Moradores, reconhecida de utilidade pública municipal, cujas atividades estejam de acordo com suas finalidades;

e) imóvel de propriedade da União Jaraguense das Associações de Moradores - UJAM;

f) o terreno de propriedade de pessoa física, localizado em área urbana, área de expansão urbana ou área urbanizável, e que seja utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária, aquicultura ou apicultura, ou para depósito de colheita, de animais e de equipamentos.

6) Os Valores Venais Imobiliários de Terrenos e Edificações para fins de cálculo do IPTU, para o exercício de 2017, foram fixados pelo Decreto nº 11.130/2016, de 28 de novembro de 2016, corrigidos monetariamente em 8,50% (oito vírgula cinquenta por cento), correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período de novembro de 2015 a outubro de 2016;

7) A Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar foi reajustada de acordo com o valor da Unidade Padrão Municipal – UPM, fixada através do Decreto Nº 11.112/2016, de 18 de novembro de 2016;

8) Os contribuintes que até o dia 10 de fevereiro de 2017 não receberam a guia para pagamento em cota única do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar, que será enviado para o endereço de entrega constante na base cadastral do setor Tributário da Prefeitura de Jaraguá do Sul em 01 de janeiro de 2017, deverão fazer a impressão da 2ª via pela Internet, através do endereço <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/> ou fazer a retirada no Setor de Tributos, situado à Rua Walter Marquardt, nº 1.111, Barra do Rio Molha, nesta cidade, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de expediente que estiver em vigor;

9) Após os vencimentos dos prazos de pagamento previstos no art. 5º da Lei Complementar nº. 183/2016 de 16/12/2016, todos os contribuintes serão considerados notificados, ficando assim sujeitos aos acréscimos legais previstos, além da inscrição em dívida ativa e consequente cobrança judicial.

10) Os dados do lançamento estão disponíveis no Setor de Cadastro Técnico Multifinalitário da Prefeitura de Jaraguá do Sul.

11) O prazo limite para propositura de recursos administrativos referentes à contestação dos lançamentos, solicitação de isenção e demais benefícios previstos em lei é até o dia 10 de abril de 2017, conforme preceitua o art. 5º. da Lei Complementar nº. 183/2016 de 16/12/2016, combinado com o art. 4º do Decreto nº 11.177/2016 de 20 de dezembro de 2016. O requerimento deverá ser feito até esta data no Setor de Protocolo da Prefeitura no endereço citado. Após esta data, o recurso será considerado intempestivo.

Jaraguá do Sul – SC, 02 de janeiro de 2017.

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS

Fiscal Tributarista

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 10/2017**

PORTARIA Nº 10/2017

Nomeia Vereadores para compor Comissões.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os Vereadores Natália Lúcia Petry, Marcelindo Carlos Gruner e Anderson Kassner, para fazer parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 2º Ficam nomeados os Vereadores Isair Moser, Eugenio José Juraszek e Ronaldo José de Souza, para compor a Comissão de Finanças e Orçamento.

Art. 3º As nomeações ora realizadas produzirão efeitos até o dia 1º de fevereiro de 2017.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 05 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA
-----------------------

Presidente
------------

# Joaçaba

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 5.059 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 5.059 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 28.193,62 (vinte e oito mil, cento e noventa e três reais e sessenta e dois centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.076 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ABRIGO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - R\$ 8.193,62 (46)

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.100 MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - R\$ 20.000,00 (47)

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 06 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**LEI Nº 5.062 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.**

LEI Nº 5.062 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

ALTERA A LEI Nº 4.666 de 21 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

**LEI:**

Art. 1º - Fica inserido Parágrafo Único ao art. 1º da Lei nº 4.666 de 21 de dezembro de 2015, com a seguinte redação:

Parágrafo Único. Aos valores previstos neste artigo ficam garantidas as revisões gerais anuais dos anos de 2015 e 2016, conforme índices aplicados por cada Poder.

Art. 2º - Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 06 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**PORTARIA N.º 040**

PORTARIA Nº 040 DE 04 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DERLI FRANCISCO DA SILVA, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 002/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 041**

PORTARIA Nº 041 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) KARINE FERREIRA MARTINS DA ROSA, Cuidador, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 002/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 042**

PORTARIA Nº 042 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo", a fim de que se apure possível infração ao art. 133 da Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações por parte da Sra. Daniela Radel Bortoli Patrzykot.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 043**

PORTARIA Nº 043 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo", a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte do Sr. Glaucio Pergentino Carsten da Rosa, conforme relatos contidos nos memorandos n.º 93/2016 da Secretaria Municipal de Educação, n.º 72/2016 da Secretaria Municipal de Assistência Social, n.º 210/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, bem como parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 044**

PORTARIA Nº 044 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Sindicância", a fim de que se apure fatos ocorridos no Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender, possibilitando vislumbrar possível infração disciplinar para instauração de processo administrativo se for o caso, face ao memorando n.º 08/2016 do CEI Tempo de Aprender e parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de dezembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 045**

PORTARIA Nº 045 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) IVONE ZANATTA, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), para exercer as funções de Chefe de Execução dos Programas Sociais, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 210 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 046**

PORTARIA Nº 046 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA DIRETORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE ,

Art. 1º - Fica nomeada a Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social, de que trata o Art. 24 da Lei n.º 4.281 de 23 de novembro de 2012, na seguinte forma:

Gestor da Assistência Social: Jucelino Jorge Ferraz  
Tesoureiro: Fabiano Colombo  
Secretário: Nathalia Costenaro Mascarello  
Contador: Adones Marciano

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 047**

PORTARIA Nº 047 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE ,

Art. 1º- NOMEAR os senhores JORGE LUIZ DRESCH – Secretário Municipal de Gestão Administrativa e BRUNO ROGERIO DA ESPADA – Técnico de Administração para proceder à movimentação financeira e assinatura de talonários de cheques das contas bancárias mantidas pelo MUNICÍPIO - CNPJ 82.939.380/0001-99, junto às instituições financeiras.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 048**

PORTARIA Nº 048 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIANE KLOTZ, Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 833/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 049**

PORTARIA Nº 049 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ENEMARA CRISTIANE PRETTO, Médico Pneumologista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 833/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 16 de julho de 2015 a 15 de julho de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 050**

PORTARIA Nº 050 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) HELENA ARENHRDT, Auxiliar de Saúde Bucal, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 833/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 051**

PORTARIA Nº 051 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARIA TAVARES ALVES, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 833/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 07 de janeiro de 2016 a 05 de janeiro de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 09 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 052**

PORTARIA Nº 052 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SIDIRLEI DOS ANJOS, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 833/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 21 de maio de 2013 a 20 de maio de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 053**

PORTARIA Nº 053 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SULANY DE FATIMA B. WELTER, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 833/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de janeiro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 06/2017**

PORTARIA SIMAE. JHL –Nº 006/2017 DE 05/01/2017

“ALTERAR COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Paulo Cesar Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar n. 76 de 11 de dezembro de 2003,

Resolve:

1º SUBSTITUIR membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituído pela Portaria JHL n. 355/2016 de 20/12/2016, conforme segue: Paulo Cesar Lamin por Valdinei Antônio Gusatto, ficando assim constituída: Giane Maria Marquenze Lecher, Valdinei Antônio Gusatto e Fabiola Fritzen Pellizzaro, para atuarem sob a Presidência do primeiro.

2º As demais determinações da Portaria JHL n. 355/2016 de 20/12/2016, permanecem inalterados.

3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC 05 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 08/2017**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 08/2017 DE 06.01.2017

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o Estágio Probatório do servidor Alcimar dos Santos por 64 (setenta e quatro) dias, com base no inciso IV, do § 5º do artigo 18 da Lei Complementar 76/2003, referente aos seguintes afastamentos: 04/12/2016 a 05/02/2017.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de janeiro de 2017, retroagindo seus efeitos ao período de 04/12/2016, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 06 de janeiro de 2017.

Paulo César Lamin  
Diretor Adjunto

**RESUMO CONTRATO JHL 0002/2017 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0002/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0001/2017  
PROCESSO JHL 0001/2017  
PROTOCOLO Nº 0001/2017  
Data assinatura: 05/01/2017

Objeto: PERMISSÃO ESPECIAL DE USO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA FEDERAL BR 282/SC. TRECHO: SNV 282BSC0270 – ENTR. SC-135 (JOAÇABA) – ENTR. SC-463 (P/JABORÁ) COM OCUPAÇÃO TRANSVERSAL NO KM 384+230M, LARGURA EFETIVA 0,16M, EXTENSÃO 80,00M (TUBO CAMISA), PERFAZENDO UMA ÁREA TOTAL DE 44,80M², COM A EXCLUSIVA FINALIDADE DE SUA UTILIZAÇÃO, PELA PERMISSIONÁRIA, PARA IMPLANTAÇÃO/TRAVESSIA DE REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC.

Contratado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT.

Valor Anual Contratado: R\$ 344,06 (Trezentos e quarenta e quatro reais e seis centavos).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.47.10.00.00.00

Prazo de vigência: 05/01/2017 a 04/01/2022.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0003/2017 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0003/2017  
SMOS JHL 0008/2017

PROTOCOLO Nº 0024/2017

Data assinatura: 06/01/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE LABORATÓRIO QUÍMICO, TIPO CLASSE I, GERADOS PELO LABORATÓRIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE.

Contratado: TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

Valor Contratado: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.28.00.00.00

Prazo de vigência: 06/01/2017 a 31/12/2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### DECRETO 04-2017

DECRETO Nº 04 DE 06 DE JANEIRO DE 2017

“Atualiza planta de valores mobiliários e dá outras providências”.

SÉRGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com a lei complementar municipal nº 13/2002.

DECRETA:

Art. 1º - Fica reajustada a partir desta data em 7,32 % (sete vírgula trinta e dois por cento), a planta de valores mobiliários, em conformidade com o art. 455 da Lei Complementar Municipal nº 13/2002, passando os setores e o metro quadrado de construção aos seguintes valores:

I – Setor I - R\$ 47,39 (quarenta e sete reais e trinta e nove centavos);

II – Setor II - R\$ 35,59 (trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos);

III – Setor III - R\$ 21,32 (vinte e um reais e trinta e dois centavos);

IV – Setor IV - R\$ 16,55 (dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos);

V – Setor V - R\$ 11,23 (onze reais e vinte e três centavos);

VI – m² Construção Alvenaria R\$ 141,88 (cento e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos);

VII – m² Construção mista R\$ 117,33 (cento e dezessete reais e trinta e três centavos);

VIII – m² Construção madeira R\$ 93,01 (noventa e três reais e um centavo).

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Lacerdópolis - SC, 06 de janeiro de 2017

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito

# Lages

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 01/2017

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob nº 01/2017, através da Secretaria Municipal da Administração, para Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos e Máquinas pertencentes a frota da PML, FMS, FMAS e SEMASA, com as empresas:

- STANG & STANG LTDA. – CNPJ nº 08.033.253/0001-73

Valor Total de R\$ 371.400,00 (trezentos e setenta e um mil e quatrocentos reais), sendo: Gasolina Comum – 70.000 litros pelo valor unitário por litro de R\$ 3,37 (três reais e trinta e sete centavos) e Diesel S10 – 50.000 litros pelo valor unitário por litro de R\$ 2,71 (dois reais e setenta e um centavos).

- CENTRO COML. DE COMBUSTÍVEL DOM PEDRO II LTDA. – CNPJ nº 08.824.026/0001-66

Valor Total de R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais), sendo: Diesel Comum – 70.000 litros pelo valor unitário por litro de R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 03 de janeiro de 2017.

Antônio Cesar Alves de Arruda  
Secretário da Administração

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Antônio Cesar Alves de Arruda, Secretário da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de janeiro de 2017.

Antônio Ceron  
Prefeito do Município



# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N°01/2017

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N°01/2017

OBJETO: O Prefeito do Município de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e em conformidade com Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lajeado Grande, Leis de criação dos cargos de carreira e demais Legislações relacionadas, torna público, a realização de Processo Seletivo de Provas Objetivas, Práticas e Títulos, para a admissão dos cargos de: Auxiliar de Conservação – Masculino e Feminino; Psicólogo; Nutricionista; Técnico em Enfermagem; Professor Pedagogo; Professor de Artes; Motorista e Operador de Máquinas.

1. Período das Inscrições: 07 de janeiro à 23 de janeiro de 2017, por meio do site [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).

2. O edital na íntegra encontra-se no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Lajeado Grande/SC, e nos endereços: [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br) e [www.lajeadogrande.sc.gov.br](http://www.lajeadogrande.sc.gov.br).

Lajeado Grande (SC), 05 janeiro de 2017.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 020/2017

DECRETO Nº 020/2017.

DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADA – COBRADE 1.2.2.0.0 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 63 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608/2012 de 10 de Abril de 2012.

#### CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de fortes chuvas, intensa e localizada, no dia 05 de Janeiro de 2017 à partir das 17h00min, ocasionando forte enxurrada, alagamentos e escorregamento de terras, atingindo parte do município, conforme Formulário de Informações do Desastre – FIDE anexo a este decreto;

- Como consequência deste desastre, resultaram danos e prejuízos, públicos e privados, constantes no Formulário de Informações do Desastre – FIDE em anexo a este decreto;

- À recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre;

- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

#### DECRETA:

Art.1º - Fica declarado a existência de Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pela Declaração Municipal de Atuação Emergencial DMATE, Formulário de Informações do Desastre – FIDE e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I – Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE JANEIRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

### PRORROGAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO 01/17 PMLM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO 01/17/PMLM

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/PMLM/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 19/01/2016 às 11h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de equipamentos e mobiliários para Centro de Educação Infantil do Barro Branco do Município de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em Termo de Compromisso PAR Nº201401714 firmada com FNDE

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações do Município de Lauro Muller, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com)

Lauro Muller – SC, 03 de Janeiro de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva.

# Lebon Régis

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 004/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 004/2017 de 05 de janeiro de 2017.

“Fixa expediente interno da Prefeitura Municipal”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica estabelecido o expediente na sede da Prefeitura Municipal a partir de 05/01/2017, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º. Os demais setores permanecem com o mesmo horário de expediente.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,  
Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 005/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 005/2017 de 05 de janeiro de 2017.

“Fixa horário de atendimento ao público na Prefeitura Municipal”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica estabelecido o horário de atendimento ao público na Prefeitura Municipal de Lebon Régis, de segunda a sexta-feira, das 13h30min às 17h00, durante o período de 30 dias a contar do dia 05 de janeiro de 2017, em caráter excepcional.

Art. 2º - A partir de 05/02/2017, o horário de atendimento ao público volta ao normal, sendo das 09h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00.

Art. 3º- A presente redução do horário de atendimento se faz necessário devido à transição de governo e também em razão do acúmulo de serviços internos.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se,  
Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM

MAURICIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 06/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 06/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL E MATERNIDADE SANTO ANTÔNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, promulga o presente Decreto.

Art. 1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, na forma que segue:

- Presidente: Leoniro da Silva Pahl
- Vice-presidente: Nabor de Oliveira Rocha
- 1º Secretário: Antônio Guesser da Rosa
- 2º Secretário: José Custódio de Mello Netto
- 1º Tesoureiro: Everaldo Kogikoski
- 2º Tesoureiro: Lucindo João David

Conselho Fiscal Efetivo:  
Alberth Heine Carlin Barreto  
Luzia Lucimar Leffer  
Volnei Alves Webber

Suplente Conselho Fiscal:  
Cícero Raimundo Machado  
Joaquim Leonir Prestes Caetano  
Maurício Passo Pinheiro

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário do Decreto nº 045/2012, de 25 de abril de 2012.

Publique-se,  
Registre-se,

GABINETE DO PREFEITO, 06 de janeiro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

MAURÍCIO PASSOS PINHEIRO  
Secretário de Administração e Finanças

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 01/2017**

Edital de Convocação n. 01/2017

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2016, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h30min e 17h30min, até o dia 16/01/2017, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Rafael Rio Ribeiro	Médico	1º
Ana Rosa Rodrigues da Silva	Fiscal Vigilância Sanitária	1º
Valter Altemar Ortiz dos Santos	Controlador Interno	1º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 06 de janeiro de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 645/2016 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 645/2016 de 31 de Dezembro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR O FUNCIONÁRIO, AMAURI ANTONIO GRAZZIOTIN, ocupante do cargo de ASSESSOR FINANACEIRO, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº. 646/2016 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 646/2016 de 31 de Dezembro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR O FUNCIONÁRIO, JEAN CARLOS TELES DE SOUZA, ocupante do cargo de VIGIA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2016.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**PORTARIA Nº. 647/2016 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 647/2016 de 31 de Dezembro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, IRONI RODRIGUES CAVALHEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2016.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**PORTARIA Nº. 648/2016 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 648/2016 de 31 de Dezembro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, LAÍS DANIELA FIDELES, ocupante do cargo de MÉDICA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2016.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**PORTARIA Nº. 649/2016 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 649/2016 de 31 de Dezembro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, ELIANE DIAS DOS REIS, ocupante do cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº. 650/2016 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 650/2016 de 31 de Dezembro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR O FUNCIONÁRIO, VILMAR JOÃO PIERDONÁ ocupante do cargo de CHEFE DE SERVIÇOS CONTABÉIS, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº. 651/2016 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 651/2016 de 31 de Dezembro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, JOZIANY GRANEMANN DE SOUZA, ocupante do cargo de DIRETORA ADMINISTRATIVA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº. 652/2016 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 652/2016 de 31 de Dezembro de 2016.



O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR O FUNCIONÁRIO, VILMAR JOSÉ DE MIRANDA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 31/12/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 31 de Dezembro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

### **PORTARIA Nº 011/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 011/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER EMERGENCIAL, DILVA RODRIGUES DA SILVA, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 05/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 05 de janeiro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

Publicada em 05 de janeiro de 2017 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 003/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 19 de janeiro de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoal.sc.gov.br](http://www.leobertoal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 06/01/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

### LEI N.º 519/1991

LEI Nº 519 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1991.

"Instituir o Fundo Municipal de Saúde e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal Waldir Gorges Alves, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte lei:

#### CAPÍTULO I

##### SEÇÃO I

##### DOS OBJETIVOS

Art.1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerências dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de saúde, que compreendem:

- I. O atendimento à saúde universalizada, integral, regionalizada e hierarquizado;
- II. A vigilância Sanitária;
- III. A vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondente;
- IV. Controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente do trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas Federal e Estadual.

V.

#### CAPÍTULO II

##### SEÇÃO I

##### DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

Art.2º - O Fundo Municipal de Saúde ficará subordinado diretamente ao Secretário Municipal da Saúde:

##### SEÇÃO II

##### DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art.3º - São atribuições do Secretário Municipal de Saúde:

- I. Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer política de aplicação dos seus recursos em conjunto com o conselho Municipal de Saúde;

- II. Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de saúde;
- III. Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o FMS e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV. Submeter ao CMS as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;
- V. Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;
- VI. Subdelegar competência aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviços de Saúde que integram a rede municipal;
- VII. Assinar cheques com responsável pela tesouraria, quando for o caso.
- VIII. Ordenar empenhos e pagamento das despesas do Fundo.
- IX. Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

##### SEÇÃO III

##### DA COORDENAÇÃO DO FUNDO

Art.4º - São atribuições do Coordenador do Fundo:

- I. Preparar as demonstrações mensais de receita e despesas a serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;
- II. Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;
- III. Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo;
- IV. Encaminhar à contabilidade geral do Município;
- a) Mensalmente, os demonstrativos de receitas e despesas;
- b) Trimestralmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;
- c) Anualmente, o inventário dos bens móveis e o balanço geral do Fundo.

- V. Firmar com o responsável pelos controles da execução orçamentária as demonstrações mencionadas anteriormente;
- VI. Preparar relatórios de acompanhamento da realização das ações integradas de Saúde para serem submetidas ao Secretário Municipal de Saúde;
- VII. Providenciar junto à contabilidade geral do município, as demonstrações que indiquem a situação, econômico-financeira geral do Fundo Municipal de saúde;
- VIII. Apresenta, ao Secretário Municipal de Saúde, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de saúde de detectada nas demonstrações mencionadas;
- IX. Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a saúde;
- X. Encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;
- XI. Manter o controle e avaliação da produção das unidades integrantes da rede Municipal de saúde;
- XII. Encaminhar mensalmente, ao Secretário Municipal de Saúde relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestado pela rede Municipal de Saúde.

SEÇÃO IV  
DOS RECURSOS DO FUNDO  
SUBSEÇÃO I  
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art.5º - São receitas do Fundo:

- I. As transferências oriundas do orçamento da Seguridade Social, como decorrência do que dispõe o Art. 30, VII da Constituição da República;
  - II. Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;
  - III. O produto de convênio firmado com outras entidades financiadoras;
  - IV. O produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene (no caso de sua existência no âmbito do Município), multa e juros de mora por infrações ao código sanitário municipal, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o município vier a criar;
  - V. As parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas de prestação de serviços e de outras transferências que o município tenha direito a receber por força da Lei e de convenio no setor;
  - VI. Doações em espécie feitas diretamente para este Fundo.
- Parágrafo 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta a mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.
- Parágrafo 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeiras dependerá:

- I. Da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;
- II. De prévia aprovação do Secretário Municipal de saúde;

SUBSEÇÃO II  
DOS ATIVOS DO FUNDO

Art.6º - Constituem ativos do Fundo Municipal de saúde:

- I. Disponibilidade monetária em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas específicas;
  - II. Direitos que por ventura vier a constituir;
  - III. Bens imóveis que forem destinadas ao Sistema de Saúde do Município.
  - IV. Bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinado ao Sistema de saúde.
  - V. Bens móveis e imóveis destinados à administração do Sistema de Saúde do Município.
- Parágrafo único – Anualmente se processará o inventário de bens e direitos vinculados ao Fundo.

SUBSEÇÃO III  
DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art.7º - Constituem passivos do FMS as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do Sistema Municipal de saúde.

SEÇÃO V  
DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE  
SUBSEÇÃO I  
DO ORÇAMENTO

- Art. 8º - O orçamento do FMS evidenciará as políticas e o programa de trabalhos governamentais, observadas o plano plurianual e a Lei de diretrizes Orçamentárias, e os princípios da universalidade e o equilíbrio.
- Parágrafo 1º - O orçamento do FMS integrará o orçamento do município e, obediência ao princípio da unidade.
- Parágrafo 2º - O orçamento do FMS observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação

pertinente.

SUBSEÇÃO II  
DA CONTABILIDADE

- Art. 9º - A contabilidade do FMS tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema Municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente;
- Art. 10º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços, e consequentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.
- Art. 11º - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.
- Parágrafo 1º - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos de serviços.
- Parágrafo 2º - Entende-se por relatório de gestão os balancetes mensais de receita e de despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.
- Parágrafo 3º - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

SEÇÃO VI  
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
SUBSEÇÃO I  
DA DESPESA

- Art. 12º - imediatamente após a produção da Lei de Orçamento, o Secretário Municipal de saúde aprovará o quadro de contas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do Sistema Municipal de Saúde.
- Parágrafo único – As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento da execução.
- Art. 13º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.
- Parágrafo único – Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizadas por Lei e abertos decreto do executivo.
- Art. 14º - a despesa do FMS se constituirá de:
- I. Financiamento total ou parcial do programa integrados de saúde desenvolvidos pela Secretária ou com ela conveniados;
  - II. Pagamentos de vencimentos, salários, gratificações ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no Art. 1º da presente Lei;
  - III. Pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor da saúde, observando o disposto no parágrafo 1º, Art. 199 da Lei da Constituição Federal.
  - IV. Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
  - V. Construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação de rede física de prestação de serviços de saúde;
  - VI. Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão planejamento, administração e controle das ações de saúde.
  - VII. Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde.
  - VIII. Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no Art. 1º da Presente Lei.

SUBSEÇÃO II  
DAS RECEITAS

Art. 15º - À execução orçamentária das receitas se processará

através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Art. 16º - O fundo municipal de saúde terá vigência Ilimitada.

Art. 17º - Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional no valor de C\$ 22.000,00 para cobrir as despesas de implantação do fundo que trata a presente Lei.

Parágrafo único - As despesas a serem atendidas pelo presente crédito ocorrerão à conta de código de despesas 4130, investimentos em regime de execução especial, as quais serão compensadas com os recursos oriundo do Art. 43, parágrafos e incisos da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 18º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 10 de dezembro de 1991.

WALDIR GORGES ALVES  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se nesta data em 10 de dezembro de 1991.

JOSE LINO FRANZEM  
Chefe de Gabinete

## LEI ORGÂNICA MUNICIPAL 001

LEI ORGÂNICA

MUNICÍPIO

LEOBERTO LEALPREÂMBULO

Nós, Vereadores de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, investidos na função de Constituintes Municipais, sob a proteção de Deus, pelo ideal de a todos assegurar o progresso, bem-estar e o desenvolvimento, promulgamos, com o respaldo nas Constituições da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município de Leoberto Leal.

### TÍTULO I DO MUNICÍPIO

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município de Leoberto Leal é uma unidade do território do Estado de Santa Catarina, com autonomia política, administrativa e financeira, regendo-se por esta Lei Orgânica e pelas demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º - Os limites do território do Município só podem ser alterados por lei estadual e, ainda em função de requisitos estabelecidos em lei complementar estadual, consultada, previamente, através de plebiscito, a população.

Parágrafo Único - Poderão ser criados, organizados e suprimidos, Distritos, por lei municipal, observada a legislação federal e estadual pertinente.

Art. 3º - O governo municipal é exercido:

I - pela Câmara Municipal, com funções legislativas, fiscalizadora e julgadora;

II - pelo Prefeito, com função executiva.

Art. 4º - São símbolos do Município, sua Bandeira, seu Hino e seu Brasão.

Art. 5º - O Município pode celebrar convênio com a união, o Estado e outros municípios, para a realização de obras ou exploração dos serviços públicos de interesse comum.

Art. 6º - Constituem objetivos fundamentais do Município de Leoberto Leal, dentro de suas atribuições e competência:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento municipal;

III - erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais dentro de seus limites;

IV - promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

### CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 7º - Ao Município compete prover a tudo quanto se relacionar ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

I - elaborar o orçamento, prevendo a receita e fixando a despesa, com base em planejamento adequado;

II - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como fixar e cobrar os preços;

III - aplicar as rendas que lhe pertencerem, na forma da lei;

IV - dispor sobre a utilização e alienação de seus bens;

V - dispor sobre a concessão, permissão e autorização de serviços públicos locais;

VI - adquirir bens, inclusive, mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

VII - elaborar o seu plano diretor de desenvolvimento e de expansão urbana;

VIII - promover, sempre com vistas aos interesses urbanísticos, o ordenamento de seu território, estabelecendo normas para edificação, loteamento e arruamento, bem como zoneamento urbano;

IX - exigir, na forma da lei, para a execução de obras e serviços, ou para o exercício de atividade, potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, estudo prévio dos respectivos impactos ambientais;

X - estabelecer as servidões administrativas necessárias aos seus serviços;

XI - regulamentar a utilização dos logradouros públicos, especialmente, no perímetro urbano:

a) regulamentar o transporte coletivo, inclusive, sua forma de prestação, determinando, ainda, as respectivas tarifas, o itinerário e os pontos de parada.

b) determinar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

c) Conceder, permitir ou autorizar os serviços de táxis, fixando as respectivas tarifas;

d) fixar a sinalizar os limites das zonas de silêncio, trânsito e tráfego em condições especiais;

e) disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos, que circulam em vias públicas municipais;

XII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XIII - prover a limpeza das ruas públicas, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XIV - ordenar as atividades urbanas, instituindo horários e condições de funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais pertinentes;

XV - prestar serviços de atendimento à saúde da população, com a cooperação técnica e financeira da união e do Estado;

XVI - dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidade privadas ou religiosas;

XVII - regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XVIII - dispor sobre o registro, a vacinação, a captura, o depósito e o destino de animais, com a finalidade precípua de erradicação da raiva e de outras moléstias de que possam ser portadores ou



transmissores, e por infração à legislação municipal;  
XIX – dispor sobre o depósito e o destino de mercadorias apreendidas, em decorrências de transgressão a legislação municipal;  
XX – instituir regime jurídico único para os servidores da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas, bem como os respectivos planos de carreira;  
XXI – disciplinar o funcionamento e manter os programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;  
XXII – disciplinar o funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e similares e de prestação de serviços, localizados no território do Município;  
a) conceder ou renovar a licença para instalação, localização e funcionamento;  
b) revogar a licença daqueles estabelecimentos, cujas atividades de tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar social, ao sossego público, aos bons costumes, ou prejudiquem a ecologia e o meio ambiente;  
c) promover o fechamento daqueles que funcionarem sem licença, ou em desacordo com a lei;  
XXIII – estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;  
XXIV – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;  
XXV – dispor sobre serviços públicos em geral, regulamentando-os no que couber, inclusive, os de uso coletivo, como os de águas, gás, luz e energia elétrica, estabelecendo os respectivos processos de instalação, distribuição e consumo no município;  
XXVI – prestar assistência nas emergências médica, hospitalar e de pronto socorro, por seus próprios serviços, ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas.

Art. 8º - Compete ao Município, concomitantemente com a União e o Estado:

- I – zelar pela saúde, higiene, assistência e segurança pública, bem como pela proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- II – promover os meios de acesso à educação, à cultura, à ciência e ao desporto;
- III – proteger o patrimônio artístico, paisagístico, turístico, histórico, cultural, arqueológico, além da fauna e flora;
- IV – fiscalizar, nos locais de venda direta ao consumidor as condições sanitárias dos gêneros alimentícios e de suas instalações;
- V – proteger o meio ambiente, combatendo a poluição em qualquer de suas formas;
- VI – fomentar a produção agropecuária local e organizar o abastecimento alimentar no território do Município;
- VII – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos à pesquisa e exploração de recursos minerais, em seu território, exigindo dos responsáveis laudos e pareceres técnicos, emitidos pelos órgãos competentes, para comprovar que o projeto:
  - a) não acarretou desequilíbrio ecológico prejudicando a flora, a fauna e a paisagem local;
  - b) não causará, mormente aos portos de areia, rebaixamento do lençol freático, assoreamento dos rios, lagoas e represas;
  - c) não provocará erosão do solo;

Parágrafo Único – O Município organizará e manterá guarda municipal, para colaboração na segurança e educação do trânsito, especialmente, para a proteção de seus bens, serviços e instalações.

Art. 9º - ao Município é vedado:

- I – permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de auto falante ou de qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade, para propaganda política ou afim, e estranho à administração;
- II – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, em bargar-lhes o exercício, ou manter com eles ou com seus representantes relações de aliança ou de dependência de caráter confessional;

- III – criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de qualquer pessoa de direito público interno;
- IV – instituir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça, bem como cobrá-los, em cada exercício, sem que alei, que os houver instituído ou aumentado, tenha sido publicada no exercício anterior;
- V – instituir imposto compulsório;
- VI – recusar fé nos documentos públicos;
- VII – doar bens imóveis, conceder isenções tributárias ou permitir a remissão de dívidas, salvo justificado interesse público;
- VIII – realizar serviços em propriedades particulares, sem prévia autorização da Câmara Municipal.

## TÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS

#### CAPÍTULO I

##### DO PODER LEGISLATIVO

#### SEÇÃO I

##### DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 10 – O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta por Vereadores eleitos através de sistema proporcional, dentre os cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício de seus direitos políticos, pelo voto direto e secreto.

Parágrafo Único – Cada legislatura terá a duração de quatro anos, dividida em quatro sessões legislativas.

Art. 11 – Cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

- I – tributos municipais, bem como autorizar isenções, anistias fiscais e remissão de dívidas;
- II – o orçamento anual e o plurianual de investimentos, as diretrizes orçamentárias, a abertura de créditos suplementares e especiais;
- III – a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como sobre a forma e os meios de pagamento;
- IV – concessão de auxílios e subvenções;
- V – concessão de serviços públicos;
- VI – concessão de direito real de uso de bens municipais, bem como de sua administração;
- VII – alienação de bens móveis e imóveis;
- VIII – aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;
- IX – criação, alteração e extinção de cargos públicos municipais e fixação dos respectivos vencimentos;
- X – plano diretor de desenvolvimento e de expansão urbana;
- XI – convênios com entidades públicas ou particulares, bem como consórcios com outros Municípios;
- XII – o perímetro urbano da sede do município e de seus distritos;
- XIII – zoneamento urbano, bem como sobre a denominação de vias e logradouros públicos;
- XIV – regime jurídico dos servidores municipais;
- XV – símbolos e hino do Município.

Art. 12 – À Câmara compete, privativamente, entre outras atribuições, as seguintes:

- I – eleger sua mesa, bem como destituí-la, na forma regimental;
- II – elaborar seu regimento interno;
- III – criar, alterar e extinguir cargos de sua secretaria, fixar seus vencimentos, bem como organizar os seus serviços administrativos;
- IV – dar posse e receber compromisso dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los, definitivamente do exercício do cargo;
- V – conceder licenças:
  - a) aos vereadores, por motivo de saúde, para tratamento de interesse particular ou missão temporária, sem prejuízo do quorum

necessário às deliberações;

b) ao Prefeito, para se ausentar do Município por prazo superior a quinze dias, salvo quando em gozo de férias;

c) ao Prefeito, para se afastar temporariamente das respectivas funções, ressalvado o previsto na letra "b" acima;

VI – fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais, até seis meses antes do término da Legislatura para a subsequente. (conforme Emenda nº 001/2000)

VII – criar comissões parlamentares de inquérito, sobre fato determinado, que se inclua na competência municipal, sempre que o requerer, no mínimo, um terço de seus membros;

VIII – convocar o Prefeito, Secretário do Município, ou qualquer servidor público municipal, para prestar esclarecimentos sobre a administração municipal, importando sua ausência, sem justificativa adequada, em crime de responsabilidade, punível na forma da legislação federal e nesta Lei Orgânica;

IX – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

X – autorizar referendo e plebiscito;

XI – deliberar, mediante Resolução, sobre assunto de sua economia interna, inclusive sobre seus servidores, e nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo;

XII – conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem à pessoa que reconhecidamente tenha prestado serviços ao Município, mediante Decreto Legislativo, aprovado por voto de, no mínimo, dois terços de seus membros;

XIII – julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei, e cassar seus mandatos;

XIV – exercer a fiscalização financeira e orçamentária do Município, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, tomando e julgando as contas do Prefeito, de acordo com a lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º - O parecer prévio do tribunal de Contas do estado sobre as contas, que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º - As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º - É vedado a criação de Tribunal, Conselho ou órgãos de contas Municipais.

XV – o número de Vereadores, guardada a proporcionalidade com a população do Município, será de acordo com o previsto no inciso IV, do artigo 111, da Constituição Estadual.

Parágrafo Único – Quando ocorrer alteração do número de Vereadores, este será fixado por Decreto Legislativo até 6 (seis) meses antes das eleições, comunicando-se ao Tribunal Regional Eleitoral; XVI – decidir sobre a perda do mandato do Vereador, por voto secreto e pelo quorum de dois terços, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do artigo 19, mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido Político, representado na Câmara.

Art. 13 – São, ainda, objeto de deliberação privativa da Câmara Municipal, dentre outros atos e medidas, na forma do Regimento Interno:

I – requerimento;

II – indicações;

III – moções.

## SEÇÃO II

### DOS VEREADORES

Art. 14 – No primeiro ano de cada legislatura, no dia primeiro de

janeiro, às dez horas, em sessão solene de instalação, independentemente de número, sob a presidência do vereador mais votado dentre os presentes, os vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º - No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente em exercício, de pé, no que será acompanhado por todos os Vereadores, proferirá o seguinte compromisso, que se completará com a assinatura do termo competente:

"Prometo cumprir a Constituição da República, a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, desempenhar leal e sinceramente o mandato a mim conferido, e trabalhar pelo engrandecimento deste Município e bem-estar do seu povo". Ato contínuo, feita a chamada nominal, cada vereador, ainda de pé, declarará: ASSIM O PROMETO.

§ 2º - No ato da posse os vereadores deverão desincompatibilizar-se e, na mesma ocasião, e ao término do mandato, apresentarão sua declaração de bens.

§ 3º - O vereador que não tomar posse, na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, ressalvados os casos de motivo justo e aceito pela Câmara.

Art. 15 – A remuneração do mandato de vereador será fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, obedecendo aos prazos previstos no inciso VI, do artigo 12, observado o teto máximo de cinco por cento da receita Realizada no Exercício e o máximo percebido em espécie pelo Prefeito.

Parágrafo único – A Representação do Presidente da Câmara será de 50% (cinquenta por cento) do subsídio do Vereador.

Art. 16 – Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos, na circunscrição do Município.

Art. 17 – É admitida a licença do Vereador:

I – em virtude de doença, devidamente atestada por médico credenciado, pela Mesa da Câmara;

II – em face de licença à gestante;

III – para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou político, de interesse do Município;

IV – para tratar de interesses particulares, nunca inferior a trinta dias, em cada sessão legislativa, não podendo, em qualquer caso, reassumir suas funções, antes do término da licença.

§ 1º - Para fins de remuneração, considerar-se-á em exercício:

a) o vereador licenciado nos termos dos incisos I e II;

b) o vereador licenciado na forma do inciso III, se a missão decorrer de expressa designação da Câmara ou tiver sido previamente autorizado pelo Plenário.

§ 2º - A licença à gestante será concedida segundo os mesmos critérios e condições estabelecidos para a servidora pública municipal.

Art. 18 – No caso de vaga, investidura em cargo de Secretário Municipal, ou licença superior à sessenta dias, o Presidente da Câmara convocará, imediatamente, o suplente.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse, dentro do prazo de quinze dias, salvo motivo justo e aceito pela Câmara.

§ 2º - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral, a fim de serem convocadas eleições para preenchê-la, quando faltarem mais de quinze meses para o término da legislatura.

Art. 19 – O Vereador não poderá:



I – desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço, salvo quando o contrato obedecer à cláusula uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive, os de que seja demissível “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior.

Art. 20 – Perderá o mandato o Vereador:

- I – que infringir quaisquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III – que deixar de comparecer, mesmo que esteja licenciado, salvo os casos previstos nos incisos I a III, do artigo 16, a um terço da sessão legislativa;
- IV – que fixar residência fora do Município;
- V – que perder ou tiver suspeitos seus direitos políticos;
- VI – quando o decretar a justiça eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;
- VII – que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e transitada em julgado, na forma definida em lei;
- VIII – que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.

Art. 21 – Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestada em função do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 22 – Ao se extinguir o mandato do vereador por qualquer dos itens do artigo 19, e ocorrido e comprovado o fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão comunica-lo-á ao Plenário e fará constar da Ata.

Parágrafo Único – Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências deste artigo, o Suplente de Vereador ou o Prefeito poderá requerer, em Juízo, a declaração de extinção do mandato e, se julgada procedente, a respectiva decisão judicial importará na destituição automática do Presidente omissor do Cargo da Mesa e no seu impedimento para nova investidura, durante a Legislatura, além de ser condenado às comunicações legais decorrentes da sumbância.

### SEÇÃO III DA MESA DA CÂMARA

Art. 23 – Imediatamente, depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão, sob a Presidência do mais votado, dentre os presentes, e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da mesa, que ficarão automaticamente, empossados.

Parágrafo Único – Não havendo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes, permanecerá na presidência e convocará sessões, até que seja eleita a Mesa.

Art. 24 – A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre na última Sessão Ordinária de cada ano Legislativo, considerando-se, automaticamente, empossados os eleitos no primeiro dia do segundo ano legislativo. (Conforme Emenda nº 002/1998).

§ 1º - O Regimento Interno disciplinará a forma de eleição e a composição da Mesa.

§ 2º - O mandato da Mesa será de 1 (um) ano, proibida a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo. (Conforme Emenda nº 001/1998)

§ 3º - Pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, quando negligente, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro vereador para completar o mandato.

Art. 25 – São atribuições da Mesa, entre outras:

- I – propor projetos que criem ou extinguem cargos dos serviços da Câmara, e fixem os respectivos vencimentos;
- II – elaborar e expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário;
- III – apresentar projetos, dispondo sobre a abertura de créditos suplementares, ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara.
- IV – suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da câmara, observando o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total, ou parcial de sua dotação orçamentária;
- V – devolver à tesouraria da Prefeitura, o saldo de caixa existente na Câmara, no final do exercício;
- VI – enviar ao Prefeito, até o dia primeiro de fevereiro as contas do exercício anterior;
- VII – nomear, promover, comissionar, conceder gratificação, licença, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir servidores da Secretaria da Câmara, nos termos da lei.

Art. 26 – Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

- I – representar a Câmara, em juízo e fora dele;
- II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV – promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;
- V – fazer publicidade dos Atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;
- VI – declarar extinto o mandato do Prefeito, vice-prefeito e vereador, nos casos previstos em Lei;
- VII – requisitar numerário destinado às despesas da Câmara;
- VIII – apresentar ao Plenário, até o dia 20 de cada mês, o balanceamento relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;
- IX – representar contra a inconstitucionalidade da lei ou ato municipal;
- X – solicitar intervenção no município, nos casos admitidos na Constituição Federal;
- XI – manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;
- XII – presidir as reuniões da Câmara;
- XIII – substituir o Prefeito, na falta ou impedimento do Vice-Prefeito;
- XIV – oferecer projetos, indicações ou requerimentos, na qualidade de Presidente da Mesa e votar nos casos previstos no artigo 27, incisos I, II e III;
- XV – comunicar ao Tribunal de Contas do Estado, o resultado do julgamento das contas do Prefeito;
- XVI – tomar parte nas discussões, deixando a Presidência, passando-a a seu substituto, quando se tratar de matéria que se propuser discutir;
- XVII – a competência dos demais membros da Mesa será fixada no Regimento Interno.

Art. 27 – O Presidente da Câmara e, igualmente, seu substituto, votarão, apenas quando:

- I – da eleição da Mesa;
- II – a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;
- III – houver empate em qualquer votação no Plenário;

#### IV – nas votações secretas.

§ 1º - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, salvo nos seguintes casos:

- a) no julgamento dos Vereadores, do Prefeito e Vice-Prefeito;
- b) na eleição dos membros da Mesa;
- c) nas votações de decretos legislativos, voltados à concessão de honrarias e denominação de vias e logradouros públicos;
- d) nas concessões de auxílios e subvenções sociais.

§ 2º - Fica impedido de votar, o vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, anulando-se, se o fizer, a votação, quando decisivo o seu voto.

#### SEÇÃO IV

##### DA SESSÃO LEGISLATIVA

Art. 28 – A Câmara de Vereadores, reunir-se-á, anualmente, em período ordinário, dispensada a convocação, de 15 de fevereiro à 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro e, em período extraordinário, sempre que for convocada pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou por dois terços dos seus membros.

§ 1º - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara em sessão ou fora dela, mediante, neste ultimo caso, comunicação pessoal e escrita aos Vereadores, com antecedência mínima de vinte a quatro horas.

§ 2º - As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço de seus membros, considerando-se presente o vereador que assinar o livro de presença e participar dos trabalhos do plenário e das votações.

Art. 29 – A Câmara reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

Art. 30 – As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

Art. 31 – As sessões ordinárias e extraordinárias serão sempre remuneradas, obedecidas às normas previstas no artigo 15.

Parágrafo Único – O número das sessões ordinárias mensais será de quatro e as extraordinárias, para fins de remuneração, será de, no máximo, quatro por mês.

#### SEÇÃO V DAS COMISSÕES

Art. 32 – A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais, constituídas na forma e com atribuições definidas no Regimento Interno, ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º - Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos, ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º - Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

- I – discutir e votar projeto de lei, que dispensa, na forma do Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recursos de dois nonos dos membros da Câmara;
- II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- III – convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV – solicitar depoimento de qualquer autoridade, ou cidadão;  
V – apreciar programas, obras e planos e sobre eles emitir parecer;  
VI – acompanhar, junto à Prefeitura Municipal, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

§ 3º - Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara, que lhe permita emitir conceitos e opiniões, junto às comissões, sobre projetos, que nelas se encontrem para estudo.

§ 4º - O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

Art. 33 – As comissões especiais de inquérito, que terão poderes de investigação, próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara, mediante requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil, ou criminal dos infratores.

#### SEÇÃO VI DO PROCESSO LEGISLATIVO

##### SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 – processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – decretos legislativos;
- VI – resoluções.

##### SUBSEÇÃO II DAS EMENDAS À LEI ORGANICA MUNICIPAL

Art. 35 – A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- II – do Prefeito Municipal;
- III – de iniciativa popular, subscrita por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores do Município;

§ 1º - A proposta de emenda a lei orgânica do município será discutida e votada em dois terços de discussão e votação considerando-se aprovada, quando obtiver, em ambos, dois terços dos votos da Câmara.

§ 2º - A emenda aprovada nos termos deste artigo será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A matéria constante de emenda rejeitada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 4º - A Lei Orgânica Municipal não poderá ser emendada na vigência de Estado de Sítio, ou de intervenção no Município.

##### SUBSEÇÃO III DAS LEIS

Art. 36 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito e a qualquer Vereador ou comissão da Câmara e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta lei.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, as leis que

versem sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, ou aumento de sua remuneração;
- b) regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;
- c) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;
- d) criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração direta do Município.

§ 2º - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, salvo matéria orçamentária.

Art. 37 – É de competência exclusiva da Mesa da Câmara, a iniciativa de projetos que disponham sobre:

- I – criação, extinção, ou transformação de cargos e funções de seus servidores;
- II – fixação ou aumento da remuneração;
- III – organização e funcionamento dos seus serviços.

Art. 38 – A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município, contendo assunto de interesse específico do Município.

§ 1º - Obedecidos os requisitos do caput do artigo, o recebimento de projetos de iniciativa popular dependerá, também, da identificação dos assinantes, através da indicação do número dos respectivos títulos eleitorais.

§ 2º - A tramitação dos projetos de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo.

§ 3º - Caberá ao regimento Interno da Câmara assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão definidos na tribuna da Câmara.

Art. 39 – São objeto de leis complementares as seguintes matérias:

- I – Código Tributário Municipal;
- II – Código de Obras ou de Edificações;
- III – Código de Posturas;
- IV – Código de Zoneamento;
- V – Código de Parcelamento do Solo;
- VI – Plano Diretor;
- VII – Regime Jurídico dos Servidores;
- VIII – Estatuto dos Servidores Municipais;
- IX – Código de Defesa do Meio Ambiente.

Parágrafo Único – As leis complementares exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da câmara.

Art. 40 – As leis ordinárias exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria simples do plenário.

Art. 41 – As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal, que deverá solicitação a delegação à Câmara.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência privativa da Câmara Municipal e a Legislação sobre planos plurianuais, orçamentos e diretrizes orçamentárias.

§ 2º - A delegação ao Prefeito Municipal terá a forma de decreto legislativo da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se o decreto legislativo determinar a apreciação pela Câmara, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 42 – O Prefeito Municipal, em caso de calamidade pública, poderá adotar o decreto, com força de Lei, para a abertura de crédito extraordinária, devendo submetê-lo de imediato à Câmara Municipal, eu, estando em recesso, será convocada extraordinariamente, para se reunir no prazo de quarenta e oito horas.

Parágrafo Único – O decreto perderá a eficácia, desde a edição, se não for convertido em lei no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dele decorrentes.

Art. 43 – Não será admitido aumento da despesa prevista:

- I – nos projetos de iniciativa popular e nos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvados, neste caso, os projetos de lei orçamentária.
- II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 44 – O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º - Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no caput deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer outra matéria, exceto veto e leis orçamentárias.

§ 2º - O prazo referido neste artigo, não corre no período de recesso da Câmara e nem de aplica aos projetos de codificação.

Art. 45 – O projeto de lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

§ 2º - Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte inconstitucional, ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º - O veto será apreciado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do seu recebimento, com parecer ou sem ele, em uma única discussão e votação.

§ 5º - O veto somente será rejeitado pela maioria absoluta dos vereadores, mediante votação secreta.

§ 6º - Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto no parágrafo 4º deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal, em 48 (quarenta e oito) horas, para sanção.

§ 8º - Se o Prefeito Municipal não sancionar a lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará, e se este não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§ 9º - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 10º - A lei sancionada ou promulgada produzirá seus efeitos a partir de sua publicação.

Art. 46 – A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo, não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos à deliberação da Câmara.

Art. 47 – O projeto de lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões, será tido como rejeitado, sem deliberação do plenário.

#### SUBSEÇÃO IV DOS DECRETOS LEGISLATIVOS E DAS RESOLUÇÕES

Art. 48 – o projeto de decreto legislativo e a proposição destinada a regular matéria de competência exclusiva do Poder Legislativo, que produza efeitos externos, não dependerá, de sanção do Prefeito.

Parágrafo Único – O decreto legislativo, aprovado pelo plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

Art. 49 – O projeto de resolução e a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, não dependem da sanção do Prefeito.

Parágrafo Único – O projeto de resolução, aprovado pelo plenário, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

Art. 50 – O processo legislativo das resoluções e dos decretos legislativos dar-se-á conforme determinado no Regimento Interno da Câmara, observado, no que couber, o disposto na Lei Orgânica.

Art. 51 – O cidadão que desejar usar da palavra, durante a discussão dos Projetos de Lei, para opinar sobre os mesmos, poderá se inscrever em lista especial na Secretaria da Câmara, antes do início da sessão.

§ 1º - Ao se inscrever, o cidadão deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

§ 2º - Caberá ao Presidente da Câmara fixar o número de cidadãos que poderão fazer uso da palavra em cada sessão.

§ 3º - O Regimento Interno estabelecerá as condições e requisitos para o uso da palavra pelos cidadãos.

#### CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

##### SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 52 – O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, com funções políticas, executivas e administrativas, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores.

Art. 53 – O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos simultaneamente, para cada legislatura, por eleições diretas, em sufrágio universal e secreto, até 90 (noventa) dias antes do término do mandato de seu antecessor, dentre os brasileiros maiores de 21 (vinte e um) anos e no exercício de seus direitos políticos.

Art. 54 – O Prefeito e Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene da Câmara

Municipal ou, se esta não estiver reunida, perante a autoridade judiciária competente, ocasião em que prestarão o seguinte compromisso:

“Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar o bem geral dos Municípios e exercer o cargo sob inspiração democrática, da legitimidade e da legalidade”.

§ 1º - Se até 10 (dez) de janeiro o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela Câmara Municipal, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º - No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, resumida em atas e divulgada para o conhecimento público.

§ 4º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pela legislação local, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado, para missões especiais, substituí-lo-á nos casos de licença e o sucederá no caso de vacância do cargo.

Art. 55 – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único – A recusa do Presidente em assumir a Prefeitura implicará em perda do cargo que ocupa na Mesa Diretora.

Art. 56 – Se as vagas ocorrerem na primeira metade do mandato, far-se-á eleição direta, na forma da legislação eleitoral, cabendo aos eleitos completarem o período.]

Art. 57 – O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do respectivo mandato.

Art. 58 – Para concorrerem a outros cargos eletivos, o Prefeito e o Vice-Prefeito devem renunciar aos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito.

Art. 59 – O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de mandato:

I – firmar ou manter contrato com o Município, ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes;

II – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível ad nutum, na Administração Pública, direta ou indireta, ressalvada a posse, em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no artigo 38 da Constituição Federal;

III – ser titular de mais de um mandato eletivo;

IV – patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo;

V – ser proprietário, controlador ou diretor de empresa, que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município, ou nela exercer função remunerada;

VI – fixar residência fora do município;

VII – ser fornecedor ou credor de qualquer das entidades referidas no inciso I, estendendo-se a proibição ao seu cônjuge, filhos e pais. (Conforme Emenda nº 001/1997).

Art. 60 – O Prefeito não poderá ausentar-se do Município, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do mandato, salvo por período inferior a 15 (quinze) dias.



Art. 61 – O Prefeito poderá licenciar-se, quando impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença, devidamente comprovada.

§ 1º - No caso deste artigo e de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado fará jus à remuneração integral.

§ 2º - O Prefeito gozará férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir o descanso.

Art. 62 – A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito será fixada pela Câmara Municipal, para cada legislatura, até o seu término, obedecendo aos prazos previstos no inciso VI, do artigo 12 e observado o que dispõem os artigos 37, XI, 150, II, 153, III e parágrafo 2º da Constituição Federal.

Art. 63 – A verba de representação do Prefeito será fixada pela Câmara e não poderá exceder a 100% do valor do subsídio.

Art. 64 – A verba de representação do Vice-Prefeito não poderá exceder à metade da fixada para o Prefeito.

Art. 65 – A extinção ou cassação do mandato do Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito, ou seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previsto nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal.

## SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 66 – Ao Prefeito compete privativamente:

I – nomear e exonerar os Secretários Municipais e os Diretores dos Órgãos da Administração Direta e Indireta;

II – iniciar o processo legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

III – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;

IV – vetar, no todo, ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

V – representar o Município em juízo e fora dele;

VI – decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, ou por interesse social;

VII – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

VIII – permitir, ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros, desde que autorizado pela Câmara;

IX – prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

X – enviar à Câmara os projetos de lei, relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;

XI – encaminhar à Câmara, até 31 de março, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;

XII – encaminhar aos órgãos competentes, os planos de aplicação e as prestações de contas exigidos em lei;

XIII – fazer publicar os atos oficiais;

XIV – prestar à Câmara, dentro de quinze dias, as informações pela mesma solicitada, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria, ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, de dados necessários ao atendimento do pedido;

XV – prover os serviços e obras da administração pública;

XVI – superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias, ou dos créditos votados pela Câmara;

XVII – colocar à disposição da Câmara, dentro de dez dias de sua requisição, as quantias que devem ser despendidas de uma só vez;

XVIII – aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como revê-las, quando impostas irregularmente;

XIX – oficializar, obedecidas às normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XX – convocar extraordinariamente a Câmara, quando o interesse da administração o exigir;

XXI – aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano, ou para fins urbanos;

XXII – apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem como o programa da administração, para o ano seguinte;

XXIII – organizar os serviços internos das repartições, criadas por lei, com observância do limite das dotações e elas destinadas;

XXIV – contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

XXV – providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;

XXVI – organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do Município;

XXVII – desenvolver o sistema viário do Município;

XXVIII – conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição prévia e anualmente aprovado pela Câmara;

XXIX – providenciar sobre o incremento do ensino;

XXX – estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

XXXI – solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos;

XXXII – solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a 15 (quinze) dias;

XXXIII – adotar providências, para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXIV – publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido de execução orçamentária;

XXXV – o numerário relativo às dotações da Câmara Municipal será entregue segundo a programação financeira de desembolso, ou na falta desta em duodécimos, até o 25º (vigésimo quinto) dia de cada mês.

Art. 67 – O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos IX, XV e XXIII do artigo 66.

Art. 68 – Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entrega ao sucessor e para publicação imediata, relatório circunstanciado da situação da Administração Municipal.

Art. 69 – É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros, para execução de programas ou projetos, após o término de seu mandato, não previstos na legislação orçamentária.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica aos casos comprovados de calamidade pública.

§ 2º - Serão nulos e não produzirão efeitos os empenhos e atos praticados em desacordo com este artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

§ 3º - Bimestralmente, o Prefeito Municipal enviará à Câmara Municipal, relação dos Servidores Públicos Municipais, constando cargo, Função e Vencimento.

§ 4º - Mensalmente, até o vigésimo dia do mês subsequente, o Prefeito enviará à Câmara Municipal, o balancete financeiro analítico da receita e despesa, acompanhados de cópias dos documentos que originaram o empenho.

## SEÇÃO III

**DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO**

Art. 70 – É vedado ao Prefeito Municipal assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no artigo 38, II, IV e V da Constituição Federal, e no artigo 58 desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único – A infringência ao disposto neste artigo, implicará em perda do mandato do Prefeito.

Art. 71 – As incompatibilidades declaradas nos artigos 18 e 19, incisos e letras, desta Lei Orgânica estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais, ou autoridades equivalentes.

Art. 72 – São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos em lei federal.

Parágrafo Único – O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 73 – São infrações político-administrativas do Prefeito as previstas em lei federal.

Parágrafo Único – O Prefeito será julgado, pela prática de infração político-administrativa, perante a Câmara Municipal.

Art. 74 – Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito, quando:

- I – ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;
- II – deixar de tomar posse, sem motivo justo, aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez dias;
- III – infringir as normas do artigo 59, no que couber, desta Lei Orgânica;
- IV – perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

Art. 75 – Depois que a Câmara Municipal declarar a admissibilidade da acusação contra o Prefeito, pelo voto de dois terços de seus membros, será ele submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns e perante a Câmara, nos crimes de responsabilidade.

Art. 76 – O Prefeito será afastado do cargo:

- I – nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia, queixa-crime pelo Tribunal de Justiça do Estado;
- II – nos crimes de responsabilidade, após instauração, de processo pela Câmara Municipal.

§ 1º - Se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo de regular prosseguimento do processo.

§ 2º - O Prefeito, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

**SEÇÃO IV****DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO**

Art. 77 – A Lei Municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Art. 78 – Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal são solidariamente responsáveis, junto com este, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 79 – Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal deverão fazer declaração de bens no ato de sua posse em cargo ou função

pública municipal, e quando de sua exoneração.

Parágrafo Único – A declaração de bens, constante deste artigo, será apresentada à Mesa da Câmara para ser registrada em livro próprio.

Art. 80 – São auxiliares diretos do Prefeito:

- I – os Secretários Municipais;
  - II – os Diretores, Chefes ou Encarregados de órgãos da Administração Pública direta.
- Parágrafo Único – Os cargos previstos acima são de livre nomeação e exoneração do Prefeito.

Art. 81 – São condições essenciais para investidura no cargo de Secretário ou Diretor:

- I – ser brasileiro;
- II – estar no exercício dos direitos políticos;
- III – ser maior de 21 (vinte e um) anos;
- IV – residir no Município.

**SEÇÃO V****DAS ATRIBUIÇÕES DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO**

Art. 82 – Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários, Diretores, Chefes ou Encarregados:

- I – subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;
- II – expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;
- III – apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por suas secretarias ou órgãos;
- IV – comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestar esclarecimentos oficiais;

§ 1º - Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelo Secretário ou Diretor da Administração.

§ 2º - A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade, nos termos da Lei Federal.

Art. 83 – Lei Municipal de iniciativa do Prefeito, poderá criar Administrações Distritais.

Art. 84 – O administrador distrital terá a remuneração que for fixada na legislação municipal.

Parágrafo Único – Aos administradores distritais, como delegados do poder Executivo, compete:

- I – cumprir e fazer cumprir as leis, decretos, resoluções, regulamentos e, instruções expedidas pelo Prefeito;
- II – atender às reclamações dos munícipes e encaminhá-las ao Prefeito Municipal, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições, ou quando julgar conveniente;
- III – indicar ao Prefeito as providências necessárias no Distrito;
- IV – fiscalizar os serviços que lhe são afetos;
- V – prestar contas ao Prefeito mensalmente, ou quando lhes forem solicitadas.

Art. 85 – O administrador distrital, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

**SEÇÃO VI****DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Art. 86 – O Município colaborará com o Estado e a União na manutenção da ordem e da segurança pública.

§ 1º - A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina.



§ 2º - A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

## SEÇÃO VII DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 87 – A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º - Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura organizam-se e coordenam-se atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º - As entidades dotadas de personalidade jurídica própria, que compõem a Administração indireta do Município se classificam em:  
I – autarquia – serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada;  
II – empresa pública – entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio e capital exclusivo do Município, criada por lei para exploração de atividades econômicas que o governo municipal seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;  
III – sociedade de economia mista – entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, ao Município ou à entidade da Administração Indireta;  
IV – fundações públicas - entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

§ 3º - A entidade de que trata o inciso IV do parágrafo 2º, deste artigo, adquire personalidade jurídica com a inscrição de escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernente às Fundações.

## TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88 – A Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional do Município obedecerá, no que couber, ao disposto no Capítulo VII, do Título III, da Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 89 – Os planos de cargos e carreira do serviço Público Municipal serão elaborados de forma a assegurar aos servidores municipais, remuneração compatível com o mercado de trabalho, para a função respectiva e oportunidade de progresso funcional.

§ 1º - O Município proporcionará aos servidores, oportunidade de crescimento profissional através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem.

§ 2º - Os programas mencionados no parágrafo anterior terão caráter permanente. Para tanto, o Município poderá manter convênios com instituições especializadas.

Art. 90 – O Prefeito Municipal, ao prover os cargos em comissão e as funções de confiança, deverá fazê-lo de forma a assegurar que pelo menos 50% (cinquenta por cento) desses cargos ou funções sejam preenchidos por servidores de carreira técnica, ou profissional do próprio Município.

Art. 91 – Um percentual não inferior a 2% (dois por cento) dos cargos e empregos do Município será destinado a pessoas portadoras de deficiências, devendo os critérios para ser preenchimento, serem definidos em Lei Municipal.

Art. 92 – É vedada a conversão de férias ou licença em dinheiro, ressalvados os casos previstos na legislação própria.

Art. 93 – O Município assegurará a seus servidores e dependentes, na forma da lei municipal, serviços de atendimento médico, odontológico e de assistência social.

Parágrafo Único – Os serviços referidos neste artigo são extensivos aos pensionistas e aposentados do Município.

Art. 94 – O Município poderá instituir contribuições, cobradas de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.

Art. 95 – Os concursos públicos para o preenchimento de cargos, empregos ou funções na Administração Municipal, não poderão ser realizados antes de decorridos 10 (dez) dias do encerramento das inscrições, as quais deverão ser abertas por pelo menos 10 (dez) dias.

Art. 96 – o Município, suas entidades da Administração Indireta e Funcional, bem como as concessionárias e as permissionárias de serviço público, responderão pelos danos, que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo e culpa.

## CAPÍTULO II DOS ATOS MUNICIPAIS

### SEÇÃO I DA PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.

Art. 97 – A publicação das leis e dos atos municipais far-se-á em órgãos da imprensa local ou, não havendo, em órgão oficial.

§ 1º - No caso de não haver periódicos no Município, a publicação será feita por afixação, em local próprio e de acesso ao público, na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal.

§ 2º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa poderá ser resumida.

“Art. 97º Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município definido em lei ou, na falta deste, em diário da respectiva associação municipal ou em jornal da microrregião a que pertencer.

§ 1º A lei poderá instruir diário oficial eletrônico do Município, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação dos atos municipais.

§ 2º O sítio e conteúdo das publicações de que trata § 1º deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 3º A publicação eletrônica na forma do § 1º substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei especial, exijam outro meio de publicação.”

Este parágrafo foi alterado pela Emenda nº 001/2011, com vigência a partir de 01 de fevereiro de 2011.

## SEÇÃO II DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 98 – A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito, far-se-á:

I – mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) regulamentação de lei;
  - b) criação ou extinção de gratificações, quando autorizadas em lei;
  - c) abertura de créditos especiais ou suplementares;
  - d) declaração de utilidade pública, ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão pública;
  - e) criação, alteração e extinção de órgãos do Município, quando autorizado em lei;
  - f) definição de competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas em lei;
  - g) aprovação de regulamentos e regimento dos órgãos da administração pública;
  - h) aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
  - i) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
  - j) permissão para a exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;
  - l) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
  - m) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da Lei;
  - n) medidas executórias do plano diretor;
  - o) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativos de lei;
- II – mediante portaria, quando se tratar de:
- a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeitos individual relativos aos serviços municipais;
  - b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
  - c) criação de comissões e designação de seus membros;
  - d) inscrição e dissolução de grupos de trabalho;
  - e) abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades;
  - f) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

§ 1º - Os atos constantes do item II deste artigo, poderão ser delegados.

§ 2º - Os casos não previstos neste artigo obedecerão à forma de instruções ou avisos da autoridade responsável.

## SEÇÃO III DAS PROIBIÇÕES

Art. 99 – O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município.

Parágrafo Único – Não se incluem nesta proibição os contratos, cujas cláusulas e condições sejam uniformes, para todos os interessados e aos casos especiais autorizados pela Câmara.

Art. 100 – A pessoa jurídica em débito com a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, bem como, com o sistema de seguridade social, como estabelecidos em lei federal, não poderá contratar

com o Poder Público Municipal, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

## SEÇÃO IV DAS CERTIDÕES

Art. 101 – O Poder Executivo e Legislativo Municipal são obrigados a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, certidões dos atos, contratos e decisão, desde que requeridas para fins de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade, ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender as requisições judiciais, se outro não for fixado pelo Juiz.

Parágrafo Único – As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário, ou Diretor de Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

## CAPÍTULO III DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 102 – É de responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses, e as necessidades da população, prestar serviços, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares, através de processo licitatório.

Art. 103 – Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência, devidamente justificado, será realizada sem que conste:

- I – o respectivo projeto;
- II – o orçamento do seu custo;
- III – a indicação dos recursos financeiros, para o atendimento da respectiva despesa;
- IV – os prazos para o seu início e término.

Art. 104 – A concessão ou permissão de serviço público somente será efetivada mediante contrato, precedido de licitação, ad referendum da Câmara Municipal.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito às concessões e as permissões, bem como qualquer autorização para exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços concedidos, ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e à fiscalização da Administração Municipal, cabendo ao Prefeito aprovar as tarifas respectivas.

§ 3º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos, ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, mediante edital ou comunicado.

Art. 105 – Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviço público na forma que dispuser a legislação municipal, assegurando-se sua participação em decisões relativas a:

- I – planos e programas de expansão dos serviços;
- II – revisão da base de cálculo dos custos operacionais;
- III – política tarifária;
- IV – nível de atendimento da população em termos de qualidade e quantidade;
- V – mecanismos para a formulação de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive, para apuração de danos, causados por terceiros.

Parágrafo Único – Em se tratando de empresas concessionárias

ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade mencionada neste artigo, deverá constar do contrato de concessão ou permissão.

Art. 106 – Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão obedecidos, entre outros:

I – dos direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;  
II – as regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;  
III – as normas que possam comprovar a eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;  
IV – as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

Art. 107 – As tarifas dos serviços públicos, prestados diretamente pelo Município, ou por órgãos de sua administração descentralizada, serão fixados pelo Prefeito Municipal, cabendo à Câmara definir os serviços, que serão remunerados, pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

Art. 108 – O Município poderá consorciar-se com outros Municípios, para a realização de obras ou prestação de serviços públicos de interesse comum, desde que autorizado por lei.

Art. 109 – Ao Município é facultado conveniar com a União, ou com o Estado, a prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem recursos técnicos, ou financeiros para execução do serviço em padrões adequados, ou quando houver interesse mútuo para a celebração do mesmo.

Art. 110 – A criação pelo Município de entidade da Administração indireta, para execução de obras ou serviços públicos, só será permitida caso a entidade possa assegurar sua auto-sustentação financeira.

Art. 111 – Os órgãos das entidades de Administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes, mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito Municipal.

#### CAPÍTULO IV DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 112 – Cabe ao Prefeito, a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara, quanto aos utilizados em seus serviços.

Art. 113 – Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis, segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sobre a responsabilidade do Chefe da Secretaria, ou Diretoria a que forem distribuídos.

Art. 114 – A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público, devidamente justificado será sempre precedida de avaliação e autorização legislativa e licitação, dispensada esta no caso de doação e permuta.

Art. 115 – A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 116 – É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos, salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas ou refrigerantes.

Art. 117 – Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores do Município, desde que não haja

prejuízos para os trabalhos do Município e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

§ 1º - As viaturas do Poder Público Municipal, somente serão utilizadas para fins de interesse do Município.

§ 2º - Os bens de propriedade do Município, somente poderão ser demolidos, mudados de local, sofrer alteração de sua arquitetura, ou finalidade, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 118 – A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercado, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

#### CAPÍTULO V DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 119 – A investidura em cargo público, depende sempre de aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único – O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável, por uma vez, por igual período.

Art. 120 – Será convocado para assumir o cargo, aquele que for aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos, com prioridade, durante o prazo previsto no edital de convocação, sobre novos concursados, na carreira.

Art. 121 – São estáveis, após 2 (dois) anos de efetivo exercício, os nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial, transitada ou julgada, ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada, por sentença judicial, a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo, ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 122 – A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos da administração direta, ou indireta, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie pelo Prefeito.

Art. 123 – A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos entre cargos de atribuições iguais, ou semelhantes do mesmo poder, ou entre servidores dos poderes executivo e legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza, ou ao local de trabalho.

Art. 124 – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

I – de dois cargos de professor;  
II – de um cargo de professor;  
III – de dois cargos privativos de médico.

Parágrafo Único – A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantida pelo poder público.

Art. 125 – Os cargos públicos serão criados por lei, que fixará sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimento e indicará os recursos pelos quais serão pagos seus ocupantes.

Parágrafo Único - A criação e extinção de cargos da Câmara, bem como fixação e alteração de seus vencimentos, dependerão de projeto de resolução de iniciativa da Mesa. (revogado conforme Emenda nº 001/1997).

Art. 126 – Aplicam-se aos servidores municipais, no que couber, o disposto nos artigos 26 e 30 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

#### TÍTULO IV

#### DA TRIBUTAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

##### CAPÍTULO I

##### DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 127 – São tributos municipais, os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituídas por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e as normas gerais do direito tributário.

Art. 128 – Compete ao Município instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão, inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, a sua aquisição;

III – vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na Lei complementar, previsto no art. 156, IV, da Constituição Federal, e excluídos de sua incidência as exportações de serviços para o exterior.

§ 1º - O imposto previsto no inciso I, poderá ser progressivo, nos termos da lei municipal de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão, ou extinção da pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens, ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - A lei que instituir tributo municipal observará, no que couber, as limitações do poder de tributar, estabelecidas, nos artigos 150 a 152 da Constituição Federal.

Art. 129 – As taxas serão instituídas em razão do exercício de Poder de Polícia ou pela utilização efetiva, ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição pelo Município.

Art. 130 – A contribuição de melhoria poderá ser instituída e cobrada em decorrência de obras públicas, nos termos e limites definidos em lei complementar a que se refere o art. 146 da Constituição Federal.

Art. 131 – Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultando à administração municipal, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único – as taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 132 – O Município poderá instituir contribuições, cobradas de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do sistema de previdência e assistência social, que criar e administrar.

##### CAPÍTULO II

##### DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 133 – A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em impostos da união e do Estado, dos recursos resultantes do fundo de participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços e de outros ingressos.

Art. 134 – Pertencem ao Município:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações por ele mantidas;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III – setenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos, ou valores mobiliários, incidente sobre o ouro, observado o disposto no art. 153, parágrafo 5, da Constituição Federal;

IV – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

V – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação e serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

Art. 135 – A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto.

Parágrafo Único – a tarifa dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis, quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 136 – Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo, lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º - Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento ao domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal.

I – Quando o contribuinte residir fora do domicílio fiscal, o mesmo será notificado através de aviso postal e registrado.

§ 2º - Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado, para sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

Art. 137 – A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 138 – Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita, sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que ocorrer por conta de crédito extraordinário.

Art. 139 – Nenhuma Lei que crie, ou aumente a despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 140 – A disponibilidade de caixa do Município, de suas autarquias, fundações e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.



### CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO

Art. 141 – a elaboração e a execução da lei orçamentária anual e do Plano Plurianual obedecerão às regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, em conformidade com os seguintes prazos para encaminhamento e votação na Câmara Municipal:

I – O Plano Plurianual será encaminhado à Câmara Municipal de Leoberto Leal pelo Poder Executivo Municipal até 31 de julho do primeiro ano do mandato;

II – A Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhada à Câmara Municipal de Leoberto Leal pelo Poder Executivo Municipal até 20 de setembro de cada exercício;

III – A Lei Orçamentária Anual será encaminhada à Câmara Municipal de Leoberto Leal pelo Poder Executivo Municipal até 15 de novembro de cada exercício”

§ 1º - A Câmara Municipal apreciará, votará e devolverá ao Executivo Municipal os instrumentos de planejamento referidos nos incisos deste artigo:

I – O Plano Plurianual, até 31 de agosto do primeiro ano do mandato;

II – A lei de Diretrizes Orçamentárias, até 20 de outubro de cada exercício;

III – A Lei Orçamentária anual, até 15 de dezembro de cada exercício.

§ 2º - Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos no §1º deste artigo sem que tenha concluído a votação, a Câmara passará a realizar sessões diárias até concluir a votação da matéria objeto da discussão, sobrestando todas as outras matérias em tramitação.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre relatório resumido da execução orçamentária. (Este artigo foi alterado, conforme Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 015/2001)

Art. 142 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente do Orçamento e Finanças a qual caberá:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas, anualmente, pelo Prefeito Municipal;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara.

§ 1º - As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.

§ 2º - As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual, ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovados caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviço de dívida.

III – sejam relacionados:

a) com a correção do texto do projeto de lei;

b) com dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 143 – A lei orçamentária compreenderá:

I – o orçamento fiscal, referente aos poderes do Município, seus fundos e entidades da administração direta e indireta;

II – o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 144 – O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta de orçamento anual do município para o exercício seguinte.

§ 1º - O não cumprimento do disposto no caput deste artigo implicará na elaboração, pela Câmara, independentemente, do envio da proposta, da competente Lei de Meios, tomados por base a lei orçamentária em vigor.

§ 2º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que desejar alterar.

Art. 145 – A Câmara não enviando, no prazo consignado na lei complementar federal, o projeto de lei orçamentária à sanção, será sancionado como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 146 – Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-lhe a atualização dos valores.

Art. 147 – Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariarem o disposto neste Capítulo, as regras do processo legislativo.

Art. 148 – O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se, discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custeio de todas os serviços municipais.

Art. 149 – O orçamento não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita, nem à fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição a:

I – autorização para abertura de créditos suplementares;

II – contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 150 – São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas, mediante créditos suplementares, ou especiais com finalidade precisa, aprovadas, mediante créditos suplementares, ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação de impostos a que se refere os arts. 158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determina o art. 190 desta Lei Orgânica e a prestação

de garantias às operações de crédito por antecipação da receita, previstas no art. 149, II desta Lei Orgânica;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes; VI – a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação, para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, para suprir necessidade, ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 143, III desta Lei Orgânica;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 151 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, serão entregues até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.

Art. 152 – A despesa com pessoal ativo e inativo do Município, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) da receita orçamentária.

Parágrafo Único – A concessão de qualquer vantagem, ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alterações de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

#### CAPÍTULO IV DA GESTÃO DE TESOURARIA

Art. 153 – As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa único, regularmente, instituído.

Parágrafo Único – A Câmara Municipal terá sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados e os provenientes de aplicações financeiras.

Art. 154 – As disponibilidades de caixa do Município, da Câmara Municipal, das entidades de Administração direta ou indireta, inclusive, os fundos especiais e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em instituições financeiras oficiais.

Parágrafo Único – As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de Administração indireta poderão ser feitas, através de rede bancária privada, mediante convênio.

#### CAPÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

Art. 155 – A contabilidade do Município obedecerá, na organização do seu sistema administrativo e informativo e nos seus procedimentos, aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 156 – A Câmara Municipal terá a sua própria contabilidade, devendo encaminhar as suas demonstrações até o dia 15 (quinze) de cada mês, para fins de incorporação à contabilidade central da Prefeitura.

Art. 157 – O tesoureiro do Município, ou servidor que exerça a função, fica obrigado a apresentação do boletim diário de tesouraria, que será afixado em local próprio na sede da Prefeitura Municipal.

#### CAPÍTULO VI DA PRESTAÇÃO E CONTROLE DAS CONTAS

Art. 158 – São sujeitos à tomada ou à prestação de contas os agentes da Administração Municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ao Município.

Art. 159 – Os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, um sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis com o objetivo de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

#### TÍTULO V DA ORDEM ECONOMICA E SOCIAL

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 160 – O Município dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 161 – A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais.

Art. 162 – O trabalho é obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e à justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 163 – O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, objetivando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo Único – São isentas de imposto as respectivas cooperativas, sem fins lucrativos, bem como os Sindicatos dos Trabalhadores.

Art. 164 – Aplica-se ao Município o disposto no art. 171, parágrafo 2º, 1 175, parágrafo único da Constituição Federal.

Art. 165 – O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 166 – O Município dispensará à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas am lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação, ou redução destas, por meio de lei.

##### CAPÍTULO II



**DA ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL E DA SAÚDE**

Art. 167 – O Município dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo o coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

§ 1º - Caberá ao Município, promover e executar as obras, que por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º - O plano de assistência social do Município, nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção do desequilíbrio do sistema social, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no art. 203 da Constituição Federal.

Art. 168 – Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na lei federal.

Art. 169 – A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas, que visem à eliminação do risco de doenças e outros agravos e acesso universal e igualitário das ações, para a sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 170 – Para atingir os objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance:  
I – condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;  
II – respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;  
III – acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação.

Art. 171 – As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através de serviços públicos e, complementarmente, através de serviços de terceiros.

Parágrafo Único – É vedado ao Município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde, mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiros.

Art. 172 – São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS:

I – planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;

II – planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual;

III – gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV – executar serviços de:

a) vigilância epidemiológica;

b) vigilância sanitária;

c) alimentação e nutrição.

V – planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

VI – executar a política de insumos e equipamentos, para a saúde;  
VII – fiscalizar as agressões ao meio ambiente, que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar junto aos órgãos estaduais e federais, para controlá-las;

VIII – formar consórcios intermunicipais de saúde;

IX – gerir laboratórios públicos de saúde;

X – avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, elaborados pelo município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;

XI – autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento.

Art. 173 – As ações e os serviços de saúde, realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo o

Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – comando único exercido pela Secretaria Municipal de Saúde;

II – integração na prestação das ações de saúde;

III – participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle da política municipal das ações de saúde através de Conselho Municipal de Saúde de caráter deliberativo e paritário.

Art. 174 – O Prefeito deverá convocar semestralmente o Conselho Municipal de Saúde, para avaliar a atuação do Município, com ampla participação da sociedade e fixar as diretrizes gerais da política de saúde do Município.

Art. 175 – A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, que terá as seguintes atribuições:

I – formular a política municipal de saúde, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;

II – planejar e fiscalizar a distribuição de recursos destinados à saúde;

III – aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos, ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do plano municipal de saúde.

Art. 176 – As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público, ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 177 – O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, será financiado com recursos do orçamento municipal, do Estado, da União e da seguridade social, além de outras fontes.

§ 1º - Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde no Município, constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

§ 2º - O montante das despesas de saúde não será inferior a 5% (cinco por cento) das despesas globais do orçamento anual do Município.

§ 3º - É vedada a destinação de recursos públicos, para auxílios ou subvenções a instituições privadas, com fins lucrativos.

Art. 178 – Os recursos destinados à saúde pelo Município serão aplicados, preferencialmente, na medicina preventiva, dando-se prioridade absoluta ao programa materno infantil e ao saneamento básico.

**CAPÍTULO III****DA CULTURA, DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**

Art. 179 – O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

Art. 180 – A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

Art. 181 – Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os documentos, as paisagens naturais, os sítios arqueológicos, os rios e fontes, em articulação com o Governo Estadual e Federal.

Art. 182 – O dever do Município com a educação será efetivado, mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive, para os que não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao

ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola, da criança de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular ou supletivo, destinado àqueles que não tiveram acesso na idade própria, erradicando assim o analfabetismo;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporta, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais, ou representantes, pela frequência à escola.

Art. 183 – O sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 184 – O ensino oficial do Município será gratuito em todos os seus níveis e atuará, prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3º - O Município orientará e estimulará, por todos os meios a educação física que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares, que recebem auxílio do Município.

Art. 185 – O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II – autorização e avaliação de qualidade, pelos órgãos competentes.

Art. 186 – Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias confessionais, ou filantrópicas, definidas em Lei Federal que:

I – comprove finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica, confessional ou ao Município, no caso de encerramento de suas atividades.

Art. 187 – O Município auxiliará, pelos meios ao seu alcance, as organizações beneficentes, culturais e amadoras, nos termos da lei, sendo que as amadoras e as colegiais terão prioridade no uso de estádios, quadras de esportes, campos e instalações de propriedade do Município.

Parágrafo Único – Aplica-se ao Município, no que couber, o disposto no art. 217, da Constituição Federal.

Art. 188 – O Município manterá o professorado municipal em nível econômico, pedagógico, social e moral, à altura de suas funções.

Art. 189 – A lei regulará a composição, o funcionamento e as

atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 190 – O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

Art. 191 – É de competência comum da União, do Estado e do Município, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, ao desporto amador e à ciência.

Parágrafo Único – O sistema de ensino municipal será organizado em regime de colaboração com a União e o Estado.

Art. 192 – Fica assegurado aos estudantes, gratuidade do transporte escolar no âmbito do Município, exceto quando o mesmo for executado pela iniciativa privada, ficando neste caso assegurada a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem.

Art. 193 – Ficam isentos do pagamento do imposto predial e territorial urbano, os imóveis tombados pelo Município em razão de suas características históricas, culturais, paisagísticas e considerados de reserva permanente, para proteção do meio ambiente.

Art. 194 – O Município fomentará as práticas esportivas, especialmente nas escolas a ele pertencentes, além de incentivar o desporto amador em todos os níveis.

Parágrafo Único – O Município destinará um percentual que não será inferior a 1% (um por cento) das despesas globais do orçamento anual, assim distribuído:

I – 90% (noventa por cento) para a Comissão Municipal de Esportes;

II – 10% (dez por cento) para as demais entidades esportivas.

#### CAPÍTULO IV

#### DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 195 – O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º - Serão proporcionadas aos interessados, todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º - A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais, assegurada aos maiores de sessenta e cinco anos a gratuidade dos transportes coletivos urbanos por concessão do Município.

§ 3º - Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual dispoendo sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros públicos, edifícios e veículos de transporte coletivo.

§ 4º - No âmbito de sua competência, lei municipal disporá sobre a adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 5º - Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I – amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II – estímulo aos pais e às organizações sociais, para formação moral, cívica e intelectual da juventude;

III – colaboração com as entidades assistenciais, que visem à proteção e educação da criança;

IV – amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e

garantindo-lhe o direito à vida.

V – colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios para a solução do problema dos menores desamparados, através de processo adequado de permanente recuperação.

Art. 196 – O disposto neste capítulo, aplica-se, no que couber, o disposto nos artigos 186, 187, 189 e 190 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único – Lei Municipal regulamentará, no prazo de 120 dias, da promulgação desta Lei Orgânica, a gratuidade do transporte coletivo Municipal.

## CAPÍTULO V DO MEIO AMBIENTE

Art. 197 – Todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida,, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo, para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - O Município, em articulação com a União e o Estado, observadas as disposições pertinentes do art. 23, VI da Constituição Federal, desenvolverá as ações necessárias para o atendimento do previsto neste capítulo.

§ 2º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies do ecossistema;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Município e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização, que comprometa a integridade dos atributos, que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias, que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública, para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas, que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;

VIII – o Poder Público estimulará a criação e manutenção de unidades privadas de conservação do meio ambiente;

IX – estimular e contribuir para a recuperação da vegetação em áreas urbanas e rurais, com plantio de árvores nativas;

X – incentivar e auxiliar, tecnicamente, as associações de proteção ao meio ambiente, constituídas na forma da lei;

§ 3º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 4º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão, os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente, da obrigação de reparar os danos causados.

§ 5º - O Poder Público Municipal estimulará a criação e manutenção de unidades privadas de conservação do meio ambiente.

§ 6º - São áreas de proteção e preservação permanente:

I – as nascentes, os mananciais e matas ciliares;

II – as áreas que abrigam exemplares raros da flora e da fauna.

Art. 198 – Os proprietários rurais deverão manter, no mínimo, 10% (dez por cento) da área de sua propriedade com cobertura verde nativa e/ ou reflorestada.

Parágrafo Único – Fica concedido o prazo de 5 (cinco) anos para que o proprietário rural cumpra o disposto neste artigo, caso sua propriedade não atenda a esta exigência.

Art. 199 – Ficam proibidos os desmatamentos, as derrubadas, numa faixa de 10 (dez) metros ao longo de cada margem dos rios, riachos e córregos do Município.

Parágrafo Único – O Município incentivará, na forma da lei, o reflorestamento das referidas faixas.

Art. 200 – Após 5 (cinco) anos de vigência desta Lei Orgânica não será mais permitida a instalação de fornos para queima de carvão vegetal de árvores nativas.

## CAPÍTULO VI DA POLÍTICA URBANA

Art. 201 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e do interior, e garantir o bem-estar social de seus habitantes.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento de expansão urbana, e será revisto a cada 5 (cinco) anos.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressa no Plano Diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 202 – O Município poderá, mediante lei específica, para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsória;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo;

III – desapropriação, com o pagamento mediante título da dívida pública de emissão, previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 203 – Fica concedido aos atuais proprietários de terrenos urbanos o prazo de cinco anos para edificarem sobre os mesmos, sob pena de se sujeitarem ao imposto sobre a propriedade territorial urbana, por exercício, nesta proporção:

I – no primeiro exercício – uma Unidade Fiscal Monetária;

II – no segundo exercício – duas Unidade Fiscal Monetária;

III – no terceiro exercício – quatro Unidade Fiscal Monetária;

IV – no quarto exercício – oito Unidade Fiscal Monetária;

V – no quinto exercício – vinte Unidade Fiscal Monetária.

Parágrafo Único – O prazo deste artigo se inicia no dia da promulgação desta Lei Orgânica.

Art. 204 – Constará da autorização para novos parcelamentos a

exigência do artigo anterior, cabendo ao parcelador a obrigação de fazê-la constar da respectiva escritura pública.

Art. 205 – Obedecidas às legislações federal e estadual pertinentes, nos dez anos seguintes à promulgação desta Lei Orgânica, o Município participará de novos parcelamentos do solo urbano ou de expansão urbana com:

- I – a execução das obras de construção da rede de água, energia elétrica, esgoto e vias públicas;
- II – a elaboração de plantas e levantamentos topográficos;
- III – a isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, enquanto a propriedade pertencer ao parcelador.

Parágrafo Único – O parcelador não poderá repassar a valorização proveniente dos benefícios concedidos às novas unidades urbanas ou de expansão urbana.

Art. 206 – Aquele que possuir, como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia, ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo Único – O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, por apenas uma vez.

## CAPÍTULO VII DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Art. 207 – A política agrícola será planejada, executada e avaliada na forma que dispuser o plano de desenvolvimento rural, aprovado pela Câmara Municipal, com a participação efetiva das classes produtoras, trabalhadores rurais, técnicos e profissionais da área, dos setores de comercialização, armazenamento, transporte, entidades privadas e públicas, saúde, órgão de imprensa, considerando:

- I – as condições de produção, comercialização e armazenagem, prestigiada a comercialização direta entre produtor e consumidor;
- II – a utilização e desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades;
- III – a garantia de vias de acesso em boas condições de trafegabilidade, para escoamento da produção;
- IV – lazer, habitação, educação e saúde para o produtor rural e sua família;
- V – a execução de programas de recuperação e conservação do solo e da água, reflorestamento e aproveitamento racional dos recursos naturais;
- VI – o incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e ao sindicalismo;
- VII – prestação de serviços públicos e fornecimento de insumos a preços diferenciados, para a pequena propriedade rural;
- VIII – incentivo ao ensino, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, em articulação com os Governos Estadual e Federal;
- IX – a infra-estrutura física para atender às necessidades sociais e econômicas do setor rural;
- X – o incentivo à instalação de agro-indústrias.

Art. 208 – São isentos dos tributos Municipais os veículos de tração animal, e os demais instrumentos, para o trabalho do pequeno produtor rural, empregados nos serviços da própria lavoura, ou no transporte de produtos.

Art. 209 – O Município destinará para a Secretaria Municipal da agricultura, um percentual que não será inferior a 5% (cinco por cento) das despesas globais do orçamento anual.

Parágrafo Único – Do percentual acima previsto, será destinado 20% (vinte por cento) na pesquisa agropecuária.

## TÍTULO VI DA COLABORAÇÃO POPULAR

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 210 – Além da participação dos cidadãos, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, será admitida e estimulada a colaboração popular em todos os campos de atuação do Poder Público.

Parágrafo Único – O disposto neste Título tem fundamento nos artigos 5, XVII e XVIII, 29, X e XI, 174, parágrafo 2, 194, VII, entre outros da Constituição Federal.

### CAPÍTULO II DAS ASSOCIAÇÕES

Art. 211 – A população do Município poderá organizar-se em associações, observadas as disposições da Constituição Federal e do Estado, desta Lei Orgânica, da legislação aplicável e do estatuto próprio, o qual além de fixar o objetivo da atividade associativa, estabelecerá, entre outras vedações:

- a) atividades político-partidárias;
- b) participação de pessoas residentes, ou domiciliadas fora do Município, ou ocupantes de cargo de confiança da Administração Municipal;
- c) discriminação a qualquer título.

§ 1º - Nos termos deste artigo, poderão ser criadas associações com os seguintes objetivos, entre outros:

- I – proteção e assistência à criança, ao adolescente, aos desempregados, aos portadores de deficiência, aos pobres, aos idosos, à mulher e aos doentes;
- II – representação dos interesses de moradores de bairros e distritos, de consumidores, de donas de casa, de pais de alunos, de alunos, de professores e de contribuintes;
- III – colaboração com a educação e a saúde;
- IV – proteção e conservação da natureza e do meio ambiente;
- V – promoção e desenvolvimento da cultura, das artes, do esporte e do lazer.

§ 2º - O Poder Público incentivará a organização de associações, com objetivos diversos dos previstos no parágrafo anterior, sempre que o interesse social e da administração convergirem para colaboração comunitária e participação popular, na formulação e execução de políticas públicas.

### CAPÍTULO III DAS COOPERATIVAS

Art. 212 – Respeitado o disposto na Constituição Federal e na do Estado, nesta Lei Orgânica e na legislação aplicável, poderão ser criadas cooperativas, para o fomento de atividades, nos seguintes setores:

- I – agricultura, pecuária e pesca;
- II – construção de moradias;
- III – abastecimento urbano e rural;
- IV – assistência judiciária;

V – crédito.

Parágrafo Único – Aplica-se às cooperativas, no que couber, o previsto no parágrafo 2º do artigo anterior.

Art. 213 – O Poder Público estabelecerá programas especiais de iniciativa popular, que objetive implementar a organização da comunidade local, de acordo com as normas deste título.

Art. 214 – O Governo Municipal incentivará a colaboração popular, para a organização de mutirões de colheita, de roçado, de plantio,



de construção e outros, quando assim recomendar o interesse da comunidade diretamente interessada.

Arino Scheidt Eger – Vereador  
Arlindo Guchert Scheidt – Vereador

## TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1º - O Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara e os Vereadores, prestarão, no ato de promulgação da Lei Orgânica, o compromisso de mantê-la, defendê-la e cumpri-la.

Art. 2º - Incumbe ao Município:

I – auscultar, permanentemente, a opinião pública, sempre que o interesse público, não recomendar o contrário. Os Poderes Executivo e Legislativo divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II – adotar medidas, para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

III – facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão.

Art. 3º - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos o patrimônio municipal.

Art. 4º - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 5º - Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade Municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo Único – As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios fiscalizados, porém, pelo Município.

Art. 6º - Até a entrada em vigor da lei complementar federal, o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do mandato em curso do Prefeito, e o projeto de lei orçamentária anual, serão encaminhadas à Câmara até 3 (três) meses antes do encerramento da sessão legislativa.

Art. 7º - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais que estejam sendo percebidos em desacordo com a Lei Orgânica, serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

Art. 8º - O Prefeito, o Vice-Prefeito e o Vereador no exercício do mandato, quando acometidos de moléstia ou acidente que os inabilite ao desempenho de suas funções, terão as despesas de tratamento médico e hospitalar pagas pelo Município.

Art. 9º - Ficam revogadas as Leis Municipais que concedem isenções a qualquer título, em vigor na data da promulgação desta Lei Orgânica, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido.

Leoberto Leal, 05 de abril de 1990.

Vereadores:

Francisco Raulino Zimmermann – Presidente  
Moacir Antônio Otto – Vice-Presidente  
Antério Kammer Franzen – 1º Secretário  
Valdir Koneski – 2º Secretário  
Valdino Braz Guchert – Relator Geral  
Adolfo Schüssler Scheimann – Vereador  
Pedro Anito Prim – Vereador

**PROCESSO SELETIVO N.º 003/2016 - GABARITO PROVISÓRIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

**GABARITO PROVISÓRIO**

Técnico de Enfermagem (Curso Técnico na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	C	D	A	D	A	D	D	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	A	D	C	D	B	A	B	A	A
21	22	23	24	25					
C	C	D	D	D					

Enfermeiro (Curso Superior na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	B	A	D	C	C	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	D	A	A	A	C	C	A	C
21	22	23	24	25					
A	B	B	B	A					

Nutricionista (Curso Superior na Área)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	B	A	D	C	C	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	D	D	B	A	B	A	A	C
21	22	23	24	25					
A	C	C	A	B					

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO DISTRATO Nº 03/2016 - AMIGÁVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE DISTRATO

RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO Nº 03/2016  
REFERENTE CONTRATO Nº 200/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescindiu de forma amigável o seguinte contrato:

Nº de Contrato: 200/2015  
Contratada: ABATEDOURO LOSS LTDA

Objeto: Outorga de concessão de incentivos econômicos, para empresa do ramo de abate de médios e grandes animais (especialmente bovinos e suínos).

A CONCEDENTE e a BENEFICIADA resolvem, de forma amigável, rescindir, a partir de 06 de dezembro de 2016, o Contrato nº 200/2015, de 16 de dezembro de 2.015

Lindóia do Sul/SC, 06 de dezembro de 2016.

### EXTRATO DO DISTRATO Nº 04/2016 - AMIGÁVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE DISTRATO

RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO Nº 04/2016  
REFERENTE CONTRATO Nº 17/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescindiu de forma amigável o seguinte contrato:

Nº de Contrato: 17/2016  
Contratada: FUNILARIA SBARDELLA LTDA

Objeto: Aquisição de equipamentos para instalação de abatedouro de médios e grandes animais (especialmente bovinos e suínos).

A CONTRATANTE e a CONTRATADA resolvem, de forma amigável, rescindir, a partir de 30 de dezembro de 2016, o Contrato nº 17/2016, de 02 de fevereiro de 2.016

Lindóia do Sul/SC, 06 de dezembro de 2016.

### EXTRATO DOS CONTRATOS ASSINADOS EM DEZEMBRO/2016 - (ENTIDADE PREFEITURA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 182/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA

Licitação: PREGÃO Nº 51/2016

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, para a composição da cesta natalina para os funcionários públicos municipais, para as

famílias cadastradas no programa bolsa família, e para os participantes do programa serviços de convivência - forte vínculo.

Valor: R\$ 23.399,99

Vigência: 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 01 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 183/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: ALTAIR FABRO & CIA LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 50/2016

Objeto: Aquisição de três distribuidores de adubo sólido.

Valor: R\$ 49.620,00

Vigência: 02 de dezembro de 2.017.

Assinatura: 02 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 184/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: PIPPI MÁQUINAS AGRÍCOLAS SANTA CATARINA LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 50/2016

Objeto: Aquisição de três tratores agrícolas.

Valor: R\$ 314.910,00

Vigência: 02 de dezembro de 2.017.

Assinatura: 02 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 185/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 50/2016

Objeto: Aquisição de três colhedoras de forragens.

Valor: R\$ 45.000,00

Vigência: 02 de dezembro de 2.017.

Assinatura: 02 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 186/2016 - 1º TA 178/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: DISBRAPLAC LTDA EPP

Licitação: PREGÃO Nº 49/2016

Objeto: Fornecimento de mais 12 lixeiras e 02 suportes metálicos.

Valor: R\$ 918,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2.016.  
Assinatura: 02 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 187/2016 - 1 º TA 15/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: CONSTRUTORA UNIÃO LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 05/2016  
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência do aumento quantitativo do objeto do contrato, de mais 44 horas de serviços com escavadeira hidráulica.  
Valor: R\$ 7.568,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2.016.  
Assinatura: 02 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 188/2016 - 1 º TA 160/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: CONCRETEL CONCRETO DE EDIFICAÇÕES LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 44/2016  
Objeto: Aquisição de mais 6,25 m³ de concreto usinado 25 MPA bombeado, para construção de cabeceiras para uma ponte.  
Valor: R\$ 2.325,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2.016.  
Assinatura: 06 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 189/2016 - 1 º TA 95/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 26/2016  
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência do aumento quantitativo do objeto do Contrato, em mais 11 camisetas.  
Valor: R\$ 186,37  
Vigência: 31 de dezembro de 2.016.  
Assinatura: 07 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 190/2016 - 1 º TA 151/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: FELIPE ZUANAZZI ME  
Licitação: PREGÃO Nº 42/2016  
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência do aumento quantitativo do objeto do Contrato, em razão da aquisição de mais 43,72 m² de rede de proteção para uma quadra de futebol de

areia.  
Valor: R\$ 607,71  
Vigência: 31 de dezembro de 2.016.  
Assinatura: 07 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 191/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: PROTENSUL PRÉ-FABRICADOS LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 37/2016  
Objeto: Aquisição e instalação de um kit para transposição de obstáculo.  
Valor: R\$ 77.000,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2.016.  
Assinatura: 07 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 192/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA EPP  
Licitação: PREGÃO Nº 52/2016  
Objeto: Aquisição conforme necessidade do município, de até 1.235,83 toneladas de brita mista suja para manutenção de estradas vicinais.  
Valor: R\$ 30.772,17  
Vigência: 31 de dezembro de 2.016.  
Assinatura: 13 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 193/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: JUCEMAR CASON ME  
Licitação: PREGÃO Nº 53/2016  
Objeto: Aquisição de móveis sob medida novos em MDF, de uma porta, e reforma de mesa.  
Valor: R\$ 6.050,00  
Vigência: 16 de dezembro de 2.017.  
Assinatura: 16 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 194/2016 – 2º TA 158/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: FORMATTO ENGENHARIA LTDA EPP  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2016  
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução da obra de construção de uma praça, por mais 30 dias.  
Vigência: 15 de abril de 2.017.  
Assinatura: 16 de dezembro de 2.016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 195/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: LORENZATTO CONSTRUÇÕES LTDA  
Objeto: Contratação de empresa do ramo de construção civil, para fornecimento de mão de obra, visando a execução de reforma em passeio público na Rua Barrão do Rio Branco, cidade de Lindóia do Sul, SC, totalizando 216,00 m².

Valor: R\$ 5.888,00  
Vigência: 04 de fevereiro de 2.017.  
Assinatura: 21 de dezembro de 2.016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 196/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: ILC PINTURAS RESIDENCIAS LTDA  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2016  
Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para lavagem, reparos e pintura da sala de leituras, do Núcleo de Educação Ottaviano Nicolao e pintura de postes.

Valor: R\$ 35.867,80  
Vigência: 31 de janeiro de 2.017.  
Assinatura: 22 de dezembro de 2.016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 198/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: BALBINOT – TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2016  
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência do aumento quantitativo do objeto do Contrato que a este dá causa, para execução de pintura em áreas não previstas inicialmente;

Valor: R\$ 4.674,75  
Vigência: 31 de janeiro de 2.017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2.016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 198/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: BALBINOT – TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2016  
Objeto: Contratação em regime de empreitada global (material e mão de obra) de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. na Rua Santo João Rossetto;

Valor: R\$ 126.552,33  
Vigência: 24 de junho de 2.017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2.016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 199/2016 – 3º TA 06/2015

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: EDITORA POSITIVO LTDA  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014  
Objeto: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual por mais 12 meses consecutivos.  
Valor estimado para 2017: R\$ 111.168,81  
Vigência: 31 de dezembro de 2.017.  
Assinatura: 22 de dezembro de 2.016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 200/2016 – 4º TA 241/2012

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato originário por mais 11 meses consecutivos  
Valor estimado para 2017: R\$ 6.000,00  
Vigência: 03 de dezembro de 2.017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2.016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 201/2016 – 8º TA 116/2013

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA  
Objeto: Prorrogação por mais seis meses consecutivos, do contrato de locação, atualização e manutenção dos sistemas de informática nas áreas de contabilidade pública, planejamento, compras e licitações, folha de pagamento, tributação municipal, patrimônio público, sistema de atendimento ao cidadão via internet, tesouraria e portal da transparência.  
Valor estimado para 2017: R\$ 25.885,20  
Vigência: 30 de junho de 2.017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2.016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 202/2016 – 3º TA 179/2014

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: CRI – COLETA, RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA ME  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014  
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência, do contrato de coleta, e destinação final de lixo e varrição de vias públicas, por mais doze meses consecutivos

Vigência: 31 de dezembro de 2.017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 203/2016 – 1º TA 105/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, (nota eletrônica e livro eletrônico de serviços).  
Valor estimado até o fim da vigência: R\$ 6.192,00  
Vigência: 30 de junho de 2.017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 204/2016 – 1º TA 209/2015

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA  
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:  
I - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC  
II – REGIN;  
III – Simples Nacional.  
Valor para 2017: R\$ 7.410,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 205/2016 – 2º TA 132/2015

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: JACUTINGA AMBIENTAL LTDA  
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015  
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de coleta no reservatório, transporte, tratamento e destinação final de esgotos sanitários, por mais doze meses consecutivos.  
Valor por m³: R\$ 50,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 206/2016 – 4º TA 223/2013

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: CONECT TURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 66/2013

Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de fornecimento de link para acesso a internet via radiofrequência, por mais 12 meses consecutivos.  
Vigência: 31 de dezembro de 2017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 207/2016 – 6º TA 221/2012

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2012  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de locação, manutenção e assistência técnica de máquinas impressoras e copiadoras, por mais 11,5 meses consecutivos.  
Valor estimado para 2017: R\$ 32.130,00  
Vigência: até 15 de novembro de 2017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 208/2016 – 3º TA 43/2014

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – SICOOB CREDIAUC  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de cobrança de boletos, relativos a tributos, por mais quatro meses consecutivos.  
Vigência: até 30 de abril de 2017.  
Assinatura: 27 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 209/2016 – 8º TA 03/2013

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: PARÓQUIA PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA  
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2013  
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 02 (dois) meses consecutivos.  
Valor para 2 meses: R\$ 2.188,00  
Vigência: 28 de fevereiro de 2017.  
Assinatura: 27 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 210/2016 – 1º TA 191/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: PROTENSUL PRÉ-FABRICADOS LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016



Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de aquisição e instalação de um kit para transposição de obstáculo.

Vigência: 28 de fevereiro de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 211/2016 – 16º TA 39/2014

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

Vigência: 29 de junho de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 212/2016 – 11º TA 71/2014

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: BALBINOT – TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. nas Ruas Victorio Dalmora, Urbano Nicolau, e Capitão Zorzi, neste município, por mais seis (seis) meses consecutivos, tendo em vista que a prestação de contas relativa a execução do objeto contratual, ainda encontra-se em análise junto ao órgão responsável pelo repasse dos recursos financeiros (BRDE).

Vigência: 30 de junho de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 213/2016 – 5º TA 29/2015

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: TRANSPORTES ARI BARBIERI LTDA. - ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 04/2015

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de transporte escolar, por mais doze meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 214/2016 – 6º TA 23/2014

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: CESAR SANTO BENELLI & CIA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 69/2013

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da

vigência do contrato de prestação de serviços de transporte escolar, por mais doze meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 215/2016 – 6º TA 29/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: CESAR SANTO BENELLI & CIA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de transporte escolar, por mais doze meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 216/2016 – 1º TA 26/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos universitários até o município de concórdia, por mais doze meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 217/2016 – 8º TA 61/2014

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 35/2014

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de transporte escolar, por mais doze meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 218/2016 – 4º TA 98/2015

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 28/2015

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos universitários até o município de concórdia, por mais doze meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 219/2016 – 4º TA 28/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: GILMAR ROSSI TRANSPORTES

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos universitários até o município de concórdia, por mais doze meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 220/2016 – 3º TA 30/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: TRANSPORTES PIZZATTO LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, de alunos universitários até o município de concórdia, por mais doze meses consecutivos.

Vigência: 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 217/2016 – 3º TA 158/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: FORMATTO ENGENHARIA LTDA EPP

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2016

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto, a reprogramação do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência da reprogramação do valor pela execução dos itens adicionais, na obra de construção de uma praça ao lado do CRAS, conforme justificativa técnica e planilha orçamentária emitidas pelo departamento de engenharia e arquitetura do município.

Valor adicional: R\$11.797,64

Vigência: 15 de abril de 2.017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 222/2016 – 1º TA 174/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: CONSTRUSUL CONSTRUTORA E EMPREITEIRA LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2016

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto, a reprogramação do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência da reprogramação do valor pela execução dos itens adicionais, na obra

de reformas gerais no estádio municipal Romano Giovanni Sandrin, conforme justificativa técnica e planilha orçamentária emitidas pelo departamento de engenharia e arquitetura do município.

Valor adicional: R\$9.891,66

Vigência: 10 de maio de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 223/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: INFO DIGITALE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME.

Objeto: Locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização de documentos administrativos.

Valor: R\$ 1.820,64

Vigência: 30 de junho de 2017.

Assinatura: 29 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 224/2016

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: ASSOCIAÇÃO NÚCLEO DE PROFISSIONAIS AMIGOS DOS IDOSOS - NUPAI

Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2016

Objeto: Prestação de serviços de internamento de longa permanência a munícipe idoso, interditado judicialmente.

Valor mensal: R\$ 2.811,00

Vigência: 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 30 de dezembro de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 225/2016 – 1º TA 169/2015

O Município de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: TIM CELULAR SA

Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de telefonia móvel, por mais doze meses consecutivos.

Valor Fixo: R\$ 10.904,40

Valor variável: R\$ R\$ 0,99 (noventa e nove centavos) por minuto que exceder o pacote contratado.

Vigência: 31 de dezembro de 2017.

Assinatura: 30 de dezembro de 2.016.

**EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS ASSINADAS EM DEZEMBRO DE 2016 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 26/2016



O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. EPP Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.  
Valor: R\$ 685,00  
Vigência: 14 de dezembro de 2016..  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 27/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.  
Valor: R\$ 4.013,60  
Vigência: 14 de dezembro de 2016..  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 28/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.  
Valor: R\$ 354,00  
Vigência: 14 de dezembro de 2016..  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 29/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.  
Valor: R\$ 30.284,00  
Vigência: 14 de dezembro de 2016..  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 30/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.  
Valor: R\$ 1.140,00  
Vigência: 14 de dezembro de 2016..  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 31/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: DRV COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.  
Valor: R\$ 390,00  
Vigência: 14 de dezembro de 2016..  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 32/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.  
Valor: R\$ 7.360,00  
Vigência: 14 de dezembro de 2016..  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 33/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 4.758,00  
Vigência: 14 de dezembro de 2016..  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 34/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES SA  
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.  
Valor: R\$ 2.300,00  
Vigência: 14 de dezembro de 2016..  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 36/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de fitas com área para verificação de glicemia capilar.  
Valor: R\$ 16.000,00  
Vigência: 14 de dezembro de 2016..  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 37/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços no mês de dezembro de 2016:

Detentora da ATA: S & R Distribuidora LTDA EPP  
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde.  
Valor: R\$ 3.330,00  
Vigência: 14 de dezembro de 2016.  
Assinatura: 14 de dezembro de 2016.

**EXTRATOS DO CONVÊNIO 20/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO  
CONVÊNIO Nº 20/2016 - 2º TA 57/2014

O Município de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM  
Lei: 1.079/2012 de 09 de março de 2012.  
Objeto: O presente aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência do convênio que visa o funcionamento de órgão de defesa do consumidor PROCON, por mais 12 meses.  
Vigência: 31 de dezembro de 2017  
Assinatura: 29 de dezembro de 2016.

**EXTRATOS DOS CONTRATOS ASSINADOS EM DEZEMBRO/2016 - (ENTIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL)**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 12/2016 – 1º TA 10/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: FARMÁCIA LINDÓIA LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016  
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado, visando aquisição de mais medicamentos em farmácia para distribuição a população.  
Valor: R\$ 2.300,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2016  
Assinatura: 05 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 13/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: MANUPA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016  
Objeto: Referente aquisição de uma ambulância UTI nova.  
Valor: R\$ 171.936,00  
Vigência: 19 de janeiro de 2018.  
Assinatura: 19 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 14/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: BENEFICIENCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO  
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2016  
Objeto: Prestação de serviços médicos, mediante escala de sobre-aviso nas especialidades de Clínica Médica, Pediatria, Ginecologia/Obstetrícia, Cirurgia Geral, Anestesiologia, Neurocirurgia, Ortopedia e Traumatologia, Cirurgia Vascular e Cardiologia, junto ao Hospital São Francisco da cidade de Concórdia, SC.  
Valor: R\$ 26.375,40  
Vigência: 31 de dezembro de 2017.  
Assinatura: 26 de dezembro de 2016.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 15/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: HOSPITAL LINDÓIA LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016  
Objeto: Prestação de serviços de exames laboratoriais.  
Valor: R\$ 132.131,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2017.  
Assinatura: 28 de dezembro de 2016.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 16/2016 – 1º TA 06/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA  
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016  
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de fornecimento mediante licença de uso, de sistemas de gestão da assistência social e gestão da saúde.  
Valor estimado para 2017: R\$ 18.240,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2017.  
Assinatura: 28 de dezembro de 2016.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 17/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: DE MARCO LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 10/2016  
Objeto: Fornecimento de um veículo tipo passeio novo.  
Valor: R\$ 53.500,00  
Vigência: 29 de janeiro de 2017.  
Assinatura: 29 de dezembro de 2016.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 18/2016 – 1º TA 07/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: SANTA MARIA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
Licitação: PREGÃO Nº 06/2016  
Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 meses, para fornecimento de serviços médicos.  
Valor estimado para 2017: R\$ 108.000,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2017.  
Assinatura: 29 de dezembro de 2016.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 19/2016 – 1º TA 08/2016

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: HOSPITAL LINDÓIA LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016  
Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 meses, para fornecimento de serviços médicos.  
Valor estimado para 2017: R\$ 195.600,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2017.  
Assinatura: 29 de dezembro de 2016.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 20/2016 – 1º TA 07/2015

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: HOSPITAL LINDÓIA LTDA  
Licitação: CONCORRÊNCIA 01/2015  
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de saúde na área hospitalar, por mais 12 meses consecutivos.  
Valor estimado para 12 meses: R\$ 1.152.000,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2017.  
Assinatura: 29 de dezembro de 2016.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 21/2016 – 1º TA 07/2015

O Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC, torna público que firmou o seguinte contrato no mês de dezembro de 2016:

Contratado: HOSPITAL LINDÓIA LTDA  
Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2016  
Objeto: Prestação de serviços médicos especializados em Concentração em Psiquiatria e Psicoterapia, aos pacientes de Lindóia do Sul.  
Valor estimado para 12 meses: R\$ 45.600,00  
Vigência: 31 de dezembro de 2017.  
Assinatura: 29 de dezembro de 2016.

**PORTARIA Nº 007/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 007/2017, de 06 de Janeiro de 2017.  
CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.  
RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Enfermagem, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2015 a 01 de maio de 2016, para gozo no período de 09 de Janeiro de 2017 a 07 de Fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 06 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**PORTARIA Nº 008/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 008/2017, de 06 de Janeiro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso II, a) do artigo 113 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Diego Frare, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Cadastrista, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 13 (treze) dias de férias, no período de 09 a 21 de Janeiro de 2017, relativas a Portaria nº 062/2016, de 19 de Fevereiro de 2016, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 085.1/2016, de 19 de Fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 06 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

**PORTARIA Nº 009/2017, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 009/2017, de 06 de Janeiro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso II, a) do artigo 113 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Edem Luiz Tumelero, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auditor Interno, vinculado no Gabinete do Prefeito e Vice, 13 (dezesesseis) dias de férias, no período de 09 a 21 de Janeiro de 2017, relativas a Portaria nº 139/2016, de 26 de Abril de 2016, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 153/2016, de 13 de Maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 06 de Janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

# Macieira

## PREFEITURA

### **decreto 1617**

DECRETO Nº 1617, de 04 de janeiro de 2017.

Autoriza servidor público municipal a realizar Movimentações financeiras em instituições financeiras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA-SC, no uso das suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeira onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o servidor público municipal SEVERINO DE OLIVEIRA CPF: 703.033.049-87, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, juntamente com o prefeito municipal ZELIR CITADIN CPF: 347.701.519-34, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo Único – O servidor designado no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade – meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 2º - Os poderes elencados pelo servidor citado no artigo 1º serão:

- I. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- II. Efetuar transferências por meio eletrônico;
- III. Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- IV. Abrir contas de depósito;
- V. Liberar arquivos de pagamento no GFN/ASP;
- VI. Emitir cheques.

Art 3º - As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas no art 1º deste decreto, referem-se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ :

- I – 95.992.020/0001-00 – Município de Macieira SC
- II – 01.996.270/0001-67 – Fundo Municipal de Saúde
- III – 01.739.381/0001-98 – Fundo Municipal de Assistência Social
- IV – 02.408.670/0001-77 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 1616/2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 04 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### **portaria 3586**

PORTARIA N.º 3586/2016

“Exonera, os Servidores que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, os servidores abaixo relacionados:



NOME	CARGO	EXONERADOS A CONTAR DE
Alvair Arconti	Diretor de Transp. E Obras	09/12/2016
Valdir Villan	Assessor de Secretaria	16/12/2016
Alan D R Mueler	Diretor de Esportes	09/12/2016
Evani D Cardoso	Diretora de Unidade Escolar	16/12/2016
Giovana Betinelli	Sec. de Ed. Cult. E Esportes	14/12/2016
Edemar Nicolau Kuhn	Contador Geral do Município	30/12/2016
Cassiane Farinon	Ag. Desen. Ind. Com. e Turismo	30/12/2016
Eliane Bertotto	Dir Apoio Adm e Operacional	30/12/2016
Fabio Piat	Diretor da Saúde	30/12/2016
Mariza Ap Perego Schmitz	Secretaria de Saúde	30/12/2016
Moacir Jose Maurina	Diretor de desenvolv. Urbano	30/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 30 de dezembro de 2016.

Emerson Zanella  
Prefeito Municipal

### portaria 3587

PORTARIA N.º 3587/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Alexa R Di Domenico	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Ailson Gomes	Op Maq Pesadas	02/01/17 a 21/01/17
Adelino C Gomes	Pedreiro	02/01/17 a 31/01/17
Adelir Bertotto	Motorista II	02/01/17 a 31/01/17
Anadir Rampinelli	Tec em Enfermagem	16/01/17 a 30/01/17
Alencar Castanheiro	Motorista II	02/01/17 a 31/01/17
Alzira Locatelli	Serviços Gerais II	02/01/17 a 31/01/17
Ana Ap. Weizmann	Serviços Gerais II	02/01/17 a 21/01/17
Bruna C Bahir de Andrade	Odontologa	02/01/17 a 31/01/17
Bruna Dalmina	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Carla Locatelli	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Cleciane R dos Santos	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Carlos A Pedroso	Serviços Gerais II	02/01/17 a 11/01/17
Carlile Musskopf	Fiscal Vig Sanitária	02/01/17 a 16/01/17
Cristiane Turmina	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Cristina Lazzarotti	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Clair Arconti	Motorista I	02/01/17 a 31/01/17
Clodoaldo C Scheffemacher	Motorista I	02/01/17 a 31/01/17
Delci Campagnin	Motorista I	02/01/17 a 31/01/17
Donato Bonassa	Motorista II	02/01/17 a 21/01/17
Daiane Locatelli	Ag Com saúde	02/01/17 a 31/01/17
Daiane G Cousseau	Aux em Odontologia	02/01/17 a 31/01/17
Edson Luiz Maurina	Motorista II	02/01/17 a 31/01/17
Edilene Piat	Aux Administrativo	02/01/17 a 31/01/17
Evelize Zanella	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Fermino J. de Oliveira	Motorista I	02/01/17 a 31/01/17
Fernanda Zilio	Serviços Gerais II	02/01/17 a 21/01/17
Francieli M Colaço	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Gilberto Cerry	Pedreiro	02/01/17 a 31/01/17
Ivan C Carneiro	Professor	02/01/17 a 31/01/17
Ivanir Canonica	Op. Maq Pesada	02/01/17 a 31/01/17
Iana S Abraão	Aux Adm	02/01/17 a 31/01/17
Idalina Favarin	Serv Gerais II	02/01/17 a 31/01/17
Ivete R de Freitas	Odontóloga	02/01/17 a 31/01/17

Jairo Bernardino	Op Maq Leves	02/01/17 a 31/01/17
Juliano Silverio	Motorista II	02/01/17 a 31/01/17
Elaine Mafioletti	Professora	02/01/17 a 28/01/17
Jenifer T Begnini	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Jossemara Z. Camuzzato	Serviços Gerais II	02/01/17 a 21/01/17
Leida C Maurina	Sec Assist. Social	16/01/17 a 30/01/17
Lorena M. Recalcatti	Serviços Gerais II	02/01/17 a 21/01/17
Larini Grahl	Recepcionista	10/01/17 a 29/01/17
Leudanires L C Cerry	Aux Odontóloga	02/01/17 a 16/01/17
Marlise Scapin	Diretora de P de Saude	02/01/17 a 31/01/17
Marlene Ap S Cesca	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Maristela Tasca	Tec Saude Búcal	02/01/17 a 16/01/17
Marylucy B. Setti	Professora	02/01/17 a 31/01/17 02/01/17 a 31/01/17
Maldines Locatelli	Psicóloga	
Maria Lucia Mafioletti	Ag Com Saúde	02/01/17 a 21/01/17
Marilia Civiero	Ag Com Saúde	02/01/17 a 31/01/17
Mirian C C Baptistela	Ag Com Saúde	02/01/17 a 31/01/17
Natani Zamboni	Enfermeira	02/01/17 a 31/01/17
Nadir Z Telegen	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Nilo Camuzzato	Op Maq. Agrícolas Rod II	02/01/17 a 21/01/17
Noilir Manenti	Assistente Social	02/01/17 a 31/01/17
Neldo Zimmer	Motorista II	02/01/17 a 31/01/17
Odenir J Moraes	Serviços gerais II	02/01/17 a 31/01/17
Ocimar C Pioli	Assessor Juridico	02/01/17 a 31/01/17
Paulo S. Pedrozo	Motorista II	02/01/17 a 31/01/17
Pablo C Pedrozo	Recepcionista	02/01/17 a 31/01/17
Patrick do Nascimento	Fiscal de O e Posturas	02/01/17 a 31/01/17
Pedrinho R. Bernardino	Motorista II	02/01/17 a 31/01/17
Rosane Bertotto	Controle Interno	02/01/17 a 16/01/17
Rejane S Abraão	Diretora de Adm	16/01/17 a 30/01/17
Rafael Balbisan	Medico C Geral	16/01/17 a 30/01/17
Rosemari G da Silva	Serviços Gerais II	02/01/17 a 31/01/17
Rose Mari Lemos Zarur	Professora	02/01/17 a 31/01/17
Simone L Gomes	Ag Comb Endemias	16/01/17 a 30/01/17
Simone Setti	Ag Com Saúde	02/01/17 a 31/01/17
Suziane F Tolotti	Ag Com Saúde	02/01/17 a 31/01/17
Taia Scopel	Nutricionista	16/01/17 a 30/01/17
Terezinha de J E dos Santos	Serviços Gerais II	02/01/17 a 21/01/17
Valdir Moraes	Op Maq. Agrícola Rod II	02/01/17 a 21/01/17

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 30 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

## **PUBLICAÇÃO RESUMIDA - TERMO ADITIVO Nº 25 E 26/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0035/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2016

REGISTO DE PREÇO Nº 0012/2016.

Objeto: Registro de preços para contratações futuras, com pedidos parcelados, de prestação de serviços de horas máquinas (com máquina e operador qualificado), destinados a manutenção das estradas vicinais do Município de Macieira, e atendimento ao Decreto nº 1574, de 23 de maio de 2016, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

Valor e Pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços.

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 23 de junho de 2017.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 19/2016.

Contratada: JANDIR ELIZEU PIRAN ME

ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QTDE PREVISTA	PREÇO MÁXIMO (R\$) UNITÁRIO
01	HT (hora trabalhada)	Prestação de serviços de trator de esteiras D-50 (horímetro), com peso mínimo de 13.000 kg e peso máximo de 15.000 kg, com lâmina anisilho, com operador qualificado, conforme especificações do edital e Decreto nº 1574, de 23 de maio de 2016, destinado ao incentivo e apoio ao produtor rural.	750 horas	84,00

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 20/2016.

Contratada: R.N LOGISTICA E SOLUÇÕES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA EPP

ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QTDE PREVISTA	PREÇO MÁXIMO (R\$) UNITÁRIO
02	HT (hora trabalhada)	Prestação de serviços de escavadeira hidráulica PC 160 (horímetro), com peso mínimo de 17.000 kg, com operador qualificado para manuseio da máquina, conforme especificações do edital.	750 horas	189,00

Macieira – SC, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 11/2016 ATA DE RP**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2016  
REGISTO DE PREÇO Nº 0003/2016

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016 – ACRESCIMO E PRORROGAÇÃO.

Objeto: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível – tipo gasolina comum - destinado ao abastecimento dos veículos da Frota municipal e demais equipamentos do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 05/2016.

Contratada: POSTO SERIBA LTDA.

ITEM	UNID	QTDE PREVISTA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO
02	LT	21.250	GASOLINA COMUM – a ser fornecida em posto de abastecimento instalado na sede do município de Macieira ou em um raio de no máximo 20 km de distância da sede na Rodovia sentido Arroio Trinta, Salto Veloso, Videira ou Treze Tílias.	IPIRANGA	R\$ 3,75

Ficam acrescidas as quantidades previstas em 25% (vinte e cinco por cento) passando de 17.000 (dezessete mil) litros para 21.250 (vinte e um mil duzentos e cinquenta) litros.

Valor e pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 05/2016.

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 21 de março de 2017.

Macieira – SC, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 12/2016 A ATA DE RP**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2016  
REGISTO DE PREÇO Nº 0006/2016

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016 – ACRESCIMO E PRORROGAÇÃO.

Objeto: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível – tipo gasolina comum - destinado ao abastecimento dos veículos da Frota municipal e demais equipamentos do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 09/2016.

Contratada: BORTOLI, ARGENTA E CIA LTDA.

Valor e pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 09/2016.

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 21 de março de 2017.

ITEM	UNID	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. REGISTRADO
01	LT	01	GASOLINA COMUM – a ser fornecida em posto de abastecimento instalado na sede do município de Macieira ou em um raio de no máximo 60 km de distância da sede na Rodovia sentido Caçador.	R\$ 3,75

Macieira – SC, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO N° 13/2016 A ATA DE RP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0014/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 0007/2016

REGISTO DE PREÇO N° 0004/2016

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/2016 – ACRESCIMO E PRORROGAÇÃO.

Objeto: Registro de preços para eventuais contratações, para os serviços de publicação dos Atos Oficiais, Institucionais e de interesse público (em mídia impressa), relativos ao Município de Macieira, com fornecimento de exemplares a serem entregues nos locais solicitados, de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 06/2016.

Contratada: ARTE EDITORA JORNALISTICA EIRELI - EPP

Valor e pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 06/2016.

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 29 de março de 2017.

Item	Descrição	Unidade	QTDE	Valor registrado cm/columa R\$
01	Serviços de divulgação de publicidade de utilidade pública, editais e/ou publicidade institucional para veiculação na forma impressa/ 4x0 (preto e branco) cores através de jornal no município ou na região, com periodicidade diária de até 05 veiculações semanais dentro dos municípios de Macieira, Caçador (localização da SDR e da Comarca) e região.	Cm/Coluna	01 cm/columnas	9,50
02	Serviços de divulgação de publicidade de utilidade pública, editais e/ou publicidade institucional para veiculação na forma impressa/ 4x4 (colorido) cores através de jornal no município ou na região, com periodicidade diária de até 05 veiculações semanais dentro dos municípios de Macieira, Caçador (município em se localiza a SDR) e região.	Cm/Coluna	01 cm/columnas	12,00
Item	Descrição	Unidade	QTDE	Valor registrado dos exemplares diários
04	Fornecimento de 30 exemplares diários em jornal impresso, com circulação dentro dos municípios de Macieira, Caçador (localização da SDR e da Comarca) e região, a serem entregues na Prefeitura Municipal e distribuídos nas demais localidades.	Exemplares por dia	30	1,70

Macieira – SC, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 14/2016 E 15/2016 A ATA DE RP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0015/2016.

Pregão Presencial nº 0008/2016.

Registro de Preços nº 0005/2016.

PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.

Objeto: Registro de preços para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para os serviços de recauchutagem e recapagem de pneus destinados à manutenção dos veículos e máquinas pertencentes à frota do Município de Macieira, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 29/03/2017, conforme justificativas do Termo Aditivo.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a prestação dos serviços, entrega e emissão de Nota Fiscal.

**TERMO ADITIVO Nº 14/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016 -**

Fornecedor : FM PNEUS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO (R\$)
03	RECAPAGEM PNEU 215/75 R 17,5 BORRACHUDO	01	SERVIÇO	340,00
05	RECAUCHUTAGEM 18.4/34	01	SERVIÇO	1.860,00
09	RECAPAGEM PNEU 1000R20 BORRACHUDO	01	SERVIÇO	571,00
11	RECAPAGEM PNEU 1100R 22 BORRACHUDO	01	SERVIÇO	620,00
13	RECAPAGEM 900 R 20 BORRACHUDO 14 LONAS	01	SERVIÇO	501,00
14	VULCANIZAÇÃO 215/75 R 17,5	01	SERVIÇO	86,00
15	VULCANIZAÇÃO 900 R 20 14 LONAS	01	SERVIÇO	111,00
16	VULCANIZAÇÃO 1000 R 20	01	SERVIÇO	120,00
17	VULCANIZAÇÃO 18.4/34	01	SERVIÇO	400,00
22	VULCANIZAÇÃO 275/80 R 22,5	01	SERVIÇO	120,00
23	VULCANIZAÇÃO 1100 R 22	01	SERVIÇO	130,00
26	RECAUCHUTAGEM 12.5/80-18, 10 LONAS	01	SERVIÇO	1.020,00
28	VULCANIZAÇÃO 12.5/80-18	01	SERVIÇO	270,00
29	RECAPAGEM 295/80X22,5	01	SERVIÇO	615,00
30	VULCANIZAÇÃO 295/80X22,5	01	SERVIÇO	135,00

**TERMO ADITIVO Nº 14 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016**

Fornecedor: RECAUCHUTADORA RODA LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO (R\$)
04	RECAUCHUTAGEM 18.4/30	01	SERVIÇO	1.748,00
06	RECAUCHUTAGEM 14.9/24	01	SERVIÇO	1.167,00
07	RECAUCHUTAGEM 12.4/24	01	SERVIÇO	907,00
08	RECAUCHUTAGEM 19.5/24	01	SERVIÇO	1.917,00
10	RECAPAGEM PNEU 275/80 R 22.5	01	SERVIÇO	573,00
12	RECAUCHUTAGEM 1400/24 BORRACHUDO	01	SERVIÇO	1.410,00
18	VULCANIZAÇÃO 18.4/30	01	SERVIÇO	362,00
19	VULCANIZAÇÃO 14,9/24	01	SERVIÇO	310,00
20	VULCANIZAÇÃO 12.4/24	01	SERVIÇO	309,00
21	VULCANIZAÇÃO 19.5/24	01	SERVIÇO	449,00
24	VULCANIZAÇÃO 1400X24	01	SERVIÇO	370,00
25	RECAUCHUTAGEM 12-16.5, 12 LONAS	01	SERVIÇO	770,00
27	VULCANIZAÇÃO 12-16.5	01	SERVIÇO	235,00

Macieira, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira



**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 17/2016 A ATA DE RP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2016

REGISTO DE PREÇO Nº 0008/2016

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 –PRORROGAÇÃO.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de lubrificantes, graxas e detergentes destinados a manutenção da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Município de Macieira, conforme especificações do Edital e seus Anexos.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 11/2016.

Contratada: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Valor e Pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 11/2016.

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 03 de maio de 2017.

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT. REGISTRADO
01	01	BALDE de 20 litros	Óleo lubrificante para motores a diesel de alta potencia, viscosidade SAE 15W40 extra turbo classificação API CI-4	PETRONAS	320,00
02	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante 85W140 Classificação API GLS.	AGECOM	235,00
03	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante para transmissões automáticas, ATF DEXRON III, tipo A.	LUBRAX	470,00
04	01	litro	Fluido de freio com qualidade DOT 4, recomendado para sistema hidráulico .	HI TECH	21,00
05	01	Tambor de 170 kg	Graxa lubrificante para múltipla aplicação automotivas a base de lítio grau NLGI-2.	INCOL	2.500,00
06	01	Tambor de 200 litros	Detergente neutro, para aplicações em geral, produto para remover sujeiras, manchas, graxas, gorduras, óleo do chassi e carrocerias.	LG	390,00
09	01	litro	Óleo lubrificante multiviscoso para motor a gasolina á base semi-sintética API SL SAE 15W40.	AGECOM	22,00
10	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante para direção hidráulica, SAE 30, classificação API CF-4.	INCOL	390,00
11	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante SAE 40, API GL-5.	LUBRAX	360,00
12	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante SAE 80W, para engrenagens API GL-4.	AGECOM	240,00
14	01	Balde de 20 litros	Óleo lubrificante hidráulico 46 DIN.	LUBRAX	245,00
15	01	Balde de 20 litros	Óleo hidráulico AW 68 .	INCOL	160,00
16	01	500 ml	Óleo lubrificante mineral para motores 2 tempos á gasolina refrigerados a ar. API TC	LUBRAX	12,30
17	01	litro	Aditivo para radiadores concentrado	LUBRAX	17,00

Macieira – SC, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 18, 19 E 20/2016 A ATA DE RP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2016

REGISTO DE PREÇO Nº 0009/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento do Município de Macieira, conforme especificações no Edital e seus Anexos.

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 05 de maio de 2017.

Valor e pagamento: De acordo com o registrado em Ata de Registro de Preços.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 12/2016

## TERMO ADITIVO Nº 18/2016

Fornecedor: ITACIR ANTONIO SERIGHELLI ME.

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE (com acréscimo de 25%)	MARCA	VALOR REGISTRADO
02	Açúcar cristal. Pacotes de 5 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses.	Pctes de 5 kg	62	ALTO ALEGRE	14,40
03	Açúcar refinado branco. Pacotes de 5 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 05 meses a partir da entrega.	pctes de 5kg	450	ALTO ALEGRE	13,90
08	Arroz integral. Pacotes de 1 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	pctes de 1kg	62	DELLARAZ	4,40
12	Biscoito doce, sabor chocolate. Pacotes de 300g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	pctes de 300g	262	PARATI	5,30
16	Biscoito salgado, tipo água e sal. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	Pctes de 400g	162	PARATI	4,30
18	Biscoito salgado integral. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	Pctes de 400g	62	PARATI	6,05
20	Café torrado moído tradicional de boa qualidade, com selo de pureza ABIC. Embalagens caixa de papel com embalagens metálicas internas de 500 g, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de 12 meses.	pctes de 500g	400	CABOCLO	8,50
22	Canjica de milho (branca), tipo 1, classe branca, subgrupo despelculada, de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 500g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	pctes de 500g	91	PINDUCA	3,65
25	Chá de camomila in natura, pacotes contendo no mínimo 20 gramas. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e livre de resíduos, bolor ou cheiro não característico.	Pctes de 20g	25	LEÃO	3,90

27	Chá de maçã, acondicionado em caixas contendo no mínimo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	cx	87	LEÃO	4,95
28	Chá de cidreira, acondicionado em caixas contendo no mínimo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	cx	87	LEAO	3,95
30	Colorau, acondicionado em pacotes de no mínimo 100 gramas. embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informações nutricionais e ingredientes.	Pctes de 100g	37	APTI	2,15
32	Canela em casca. Pacotes de no mínimo 10g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 03 meses da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	Pctes de 10 g	62	APTI	2,50
34	Coco ralado: polpa de coco parcialmente desengordurada, desidratada. Produto acondicionado em embalagens de no mínimo 100 g. O produto deve estar seco, livre de umidades. A embalagem deve estar bem fechada, intacta, e conter data de fabricação e validade do produto	Emb. de 100 g	125	SOCOCO	4,70
36	Creme de leite: UHT, acondicionado em caixas de no mínimo 200 g, a embalagem deve estar bem vedada, intacta e não deverá estar estufada. Com data de validade de 05 meses da data de entrega do produto. Devendo ser inspecionado pelo Ministério da Agricultura através de selo federal, ou Estadual.	Emb. de 200 g	100	TIROL	1,90
39	Ervilha. Embalagem tetra pak ou sache, contendo no mínimo 200g, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes. Deverá constar o registro no Ministério da Saúde.	emb. de 200g	75	QUERO	2,00
40	Extrato de tomate de boa qualidade e bom rendimento. Embalagem tetra pak ou sache, contendo no mínimo 340g, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 18 meses, informação nutricional e ingredientes.	Emb. de 340 g	250	QUERO	2,45
43	Farinha de trigo integral. Pacotes de 1 kg. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.	Pctes de 1kg	37	REALTA	4,80
48	Fermento químico em pó de boa qualidade. Embalagens de 500 g. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 500g	62	ROYAL	14,70
50	Macarrão com ovos, tipo cabelo de anjo. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	emb. de 500g	225	ROSANE	4,20

53	Macarrão com ovos, tipo parafuso. Pacotes de 500 g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	emb. de 500g	250	ROSANE	3,60
56	Óleo de soja refinado. Embalagem de 900ml, não devendo estar amassadas, enferrujadas ou estufadas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 (três) meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 900 ml	375	SOYA	4,40
60	Polvilho azedo. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	pctes de 500g	37	ZAELI	4,30
61	Sagu, classe pérola, tipo 1. Embalagens de 500g do produto. O produto deve apresentar-se limpo, seco e isento de odores estranhos. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	pctes de 500g	100	LORENZ	3,80
63	Salamoníaco: bicarbonato de amônio. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, contendo no mínimo 100 g do produto e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, informação nutricional.	Pcts de 100 g	62	APTI	2,45
65	Vinagre branco, Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	emb. de 750ml	50	HEINIG	1,95
66	Vinagre tinto. Embalagens de 750 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	emb. de 750ml	225	HEINIG	4,00
	CARNES E EMBUTIDOS				
68	Carne bovina moída de primeira categoria (acém, músculo, ponta de agulha), fresca (moída na hora), isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal no Ministério da Agricultura. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	kg	250	ROSSI	17,90
69	Carne bovina picada ou em iscas, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal no Ministério da Agricultura. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	kg	225	ROSSI	19,40
70	Carne bovina de primeira fresca, (picada em bife) tipo coxão mole ou patinho, isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal no Ministério da Agricultura. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	kg	162	ROSSI	23,90

74	Peito de frango congelado. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	kg	187	AURORA	10,80
	LEITE E DERIVADOS				
78	Leite UHT integral longa vida. Embalagem tetra pak contendo 1 litro. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, informação nutricional e registro no Ministério da Agricultura e apresentar Laudo Bromatológico.	Litros	812	TIROL	2,90
80	Leite de coco: produto acondicionado em garrafas plásticas ou de vidro de no mínimo 200 ml, intactas, bem vedadas, pasteurizado e homogeneizado, com prazo de validade de no mínimo 05 meses a partir da entrega.	emb. de 200 ml.	62	SOCOCO	4,55
87	Leite zero lactose: produto isento de lactose, acondicionado em embalagens tetrapak esterilizadas e hermeticamente fechada, contendo 01 litro. Prazo de validade mínimo de 03 meses a partir da data de entrega.	emb de 1litro	37	TIROL	5,75
	HORTIFRUTIGRANJEIROS				
102	Abacaxi Pérola. De primeira qualidade, pesando de 01 a 1,2 kg, cor e formação uniforme, com polpa intacta, com grau de maturação intermediário.	unid.	500	PEROLA	7,30
105	Acelga de primeira qualidade, apresentando grau completo do tamanho, aroma e cor própria, ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução nº 12/78 da CNNPA	Unid.	87	COLONIAL	4,80
109	Banana Caturra. Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	1000	COLONIAL	2,40
111	Batata inglesa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	312	COLONIAL	4,85
113	Beterraba. Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	125	COLONIAL	4,00
118	Chuchu. Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	37	COLONIAL	3,80
120	Laranja Pêra. Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	625	COLONIAL	2,80
121	Limão galego. Características: casca íntegra e de cor verde, odor agradável. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	37	COLONIAL	5,95
124	Mandioca descascada e congelada. Características: embalagens de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade e informação nutricional. Deve estar totalmente congelada sem indícios de descongelamento e recongelamento.	Pctes de 1kg	75	COLONIAL	4,30
125	Manga: Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	250	COLONIAL	5,30
130	Pepino. Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	50	COLONIAL	3,60
131	Ponkan ou vergamota: Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas.	kg	537	COLONIAL	3,70



133	Repolho branco: Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	Unid.	162	COLONIAL	2,90
137	Vagem. Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde ou verde com contorno marrom. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	37	COLONIAL	7,90

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 13/2016

TERMO ADITIVO Nº 19/2016

Fornecedor: SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR REGISTRADO
01	Achocolatado em pó instantâneo. Embalagens de 400 g. Ingredientes: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais (cálcio e ferro), vitaminas (A, B1, B2, niacina, B6, B12, ácido pantotênico e biotina), emulsificante lecitina de soja, aromatizante e antioxidante ácido ascórbico. O produto deve possuir 75 kcal em cada 20 g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: prazo de validade de no mínimo 05 meses a partir da entrega.	emb. de 400g	275	APTI	6,35
04	Açúcar de baunilha. Pacotes de 500 g do produto. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, livre de sujidade, e conter informações nutricionais, data de fabricação e validade do produto.	Emb. de 500 g	125	BIG ZITOS	9,90
05	Adoçante dietético líquido: adoçante 100% stevia. Em embalagens de no mínimo 80 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, com informações nutricionais do produto. Prazo de validade de no máximo 05 meses a partir da data de entrega.	Emb. de 80 g	25	ADOCYL	4,85
06	Amendoim. Pacotes de 500g. O produto não deve apresentar sujidade, umidade e bolor. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	pctes de 500g	50	BIG ZITOS	4,85
07	Amido de milho, embalagens de 500g. O produto não deve apresentar sujidade, umidade e bolor. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 03 meses da data de entrega do produto e prazo de validade.	Pctes de 500g	12	BIG ZITOS	4,30
09	Arroz parbolizado tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses.	pctes de 5kg	187	ALFINETE	11,75
10	Aveia em flocos. Embalagem de 250g. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 250g	31	ZAELI	4,70
11	Azeite de oliva, extra virgem. Embalagem de 500 ml. Em embalagens de vidro, não devendo estar enferrujadas ou quebradas, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 3 meses da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. 500 ml	37	TRADIÇÃO	17,85

13	Biscoito doce, tipo laminado de leite. Pacotes de 380g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	Pctes de 380 g	187	LUAM	4,35
14	Biscoito doce, tipo maria. Pacotes de no mínimo 740 g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 1 ano, informação nutricional e ingredientes.	pctes de 740g	250	LUAM	4,70
15	Biscoito doce, tipo rosquinha de coco, pacotes de 300 g. Os biscoitos deverão ser entregues em sacos plástico transparente, e deverão apresentar tamanho uniforme, não devendo estar amassados ou quebrados.	Pctes de 300 g	225	LUAM	4,25
17	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergelim. Pacotes de 400g. O produto deve apresentar-se íntegro, crocante, com sabor e odor agradável. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	pctes de 400g	312	LUAM	4,25
19	Café solúvel granulado, sabor tradicional, embalagem em vidro de no mínimo 200g.	emb. de 200g	62	AMIGO	10,85
21	Caldo de galinha. Embalagem com 12 tabletes, devendo estar intacta, bem vedada e constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade e ingredientes.	caixas	62	ARISCO	3,70
23	Canjiquinha ou quirera de acordo com a Portaria no 109 de 24/02/1989. Pacotes de 01 kg. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	Pctes de 01 kg	75	SINHA	3,85
24	Cereal matinal de milho com açúcar, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem plástica contendo no mínimo 225 gramas do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	Pctes de 225 g	100	BIG ZITOS	5,20
26	Chá de erva-doce, acondicionado em caixas contendo no mínimo 15 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	CX	50	DAJU	4,95
29	Chá mate, acondicionado em caixas contendo no mínimo 25 saquinhos. O produto não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	CX	100	REAL	4,90
31	Cravo da índia, Pacotes de no mínimo 10g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 03 meses da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	Pctes de 10 g	62	ARAMA	2,40

33	Canela em pó. Pacotes ou potes de no mínimo 35 g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 03 meses da data de entrega do produto, prazo de validade de 8 meses, informação nutricional e ingredientes.	Pctes de 35 g	37	TELL	2,70
35	Chocolate granulado: o produto pode ser escuro ou colorido, deve estar acondicionado em pacotes de no mínimo 150 g, em embalagens intactas e bem vedadas. Com prazo de validade de no mínimo 05 meses a partir da data de entrega.	Emb. de 150 g	125	DORIL	3,75
37	Doce de leite. Potes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade. O produto deve conter em 01 porção de 20 g, 60kcal, 47 mg de cálcio e 57 mg de sódio. Não deve ser produzido a partir do soro de leite.	emb. de 1kg	87	AUREA	11,05
38	Doce de frutas, diversos sabores. Potes de 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 1kg	87	AUREA	9,10
41	Farinha de milho (fubá de milho amarelo). Pacotes de 01 Kg. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 4 meses, informação nutricional, ingredientes e registro no Ministério da Saúde.	Pctes de 01 kg	312	SINHA	3,10
42	Farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Pacotes de 5 kg. Cada 100g deve fornecer no mínimo 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto. A rotulagem deverá apresentar registro no Ministério da Saúde.	Pctes de 5kg	200	ROSESOL	10,75
44	Farinha Láctea. Pacotes de 400g. Enriquecida com vitaminas, de preparo instantâneo, acondicionado em latas ou pacotes. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e validade de no máximo 05 meses a partir da data de entrega.	Pctes de 400g	50	ZAELI	6,70
45	Feijão preto tipo 1, selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 (dois) de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 – M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto.	Emb. de 1kg	187	GRAOS DO SUL	5,35
46	Feijão carioca, de primeira qualidade: feijão novo, tipo 01. Não poderá apresentar grãos disformes, impurezas como pedras e grãos quebrados, bolor, mofo, caruncho e o rendimento deve ser adequado. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, em pacotes de polietileno contendo 01 kg do produto, data de validade e informações nutricionais do produto.	Emb. de 1kg	125	GRAOS DO SUL	7,35

47	Feijão vermelho, de primeira qualidade: feijão novo, tipo 01. Não poderá apresentar grãos disformes, impurezas como pedras e grãos quebrados, bolor, mofo, caruncho e o rendimento deve ser adequado. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, em pacotes de polietileno contendo 01 kg do produto, data de validade e informações nutricionais do produto.	Emb. de 1kg	125	GRAOS DO SUL	7,35
49	Granola. Embalagem plástica de 5 kg do produto. Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	emb. de 5kg	25	BIG ZITOS	94,35
51	Macarrão com ovos, tipo conchinha. Pacotes de 500 g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	emb. de 500g	250	FLOR DE LIS	4,35
52	Macarrão com ovos, tipo espagete reto. Pacotes de 500 g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses, informação nutricional, ingredientes.	emb. de 500g	375	FLOR DE LIS	3,75
54	Milho para pipoca, com bom rendimento e boa qualidade de grãos. Pacotes de 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto e prazo de validade.	pctes de 500g	75	PINDUCA	3,75
55	Milho verde. Embalagem tetra pak ou sache, contendo 200g de peso drenado, não devendo estar estufada, com espuma ou vazamento. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb. de 200g	112	FUGINI	1,95
57	Orégano: produto puro, acondicionado em embalagens plásticas de no mínimo 40 g. O produto deve estar seco, livre de sujidades e constar prazo de validade.	emb. de 40 g	187	BIG ZITOS	3,10
58	Pó para o preparo de gelatina (sabores diversos). Embalagem contendo 1kg do produto. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 10 meses a partir da data de entrega, informação nutricional e ingredientes. Apresentar laudo bromatológico de laboratório oficial e ficha técnica assinada pelo técnico responsável.	Emb. de 1kg	187	APTI	15,90
59	Pó para o preparo de pudim, sabores diversos. Embalagem íntegra, sem danificações, contendo 01 kg. Na embalagem deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade de no mínimo 10 meses a partir da data da entrega, informação nutricional e ingredientes. Apresentar laudo bromatológico de laboratório oficial e ficha técnica assinada pelo técnico responsável.	Emb. de 1kg	187	APTI	15,90
62	Sal refinado e iodado. Pacotes de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	pctes de 1kg	162	CRUZEIRO	1,85
64	Suco natural concentrado, sabores: pêssego, maracujá, laranja, abacaxi, sem conservantes. Acondicionado em embalagens contendo 500ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade.	garrafas de 500ml	375	SEREGY	7,20
	CARNES E EMBUTIDOS				

71	Carne suína pura tipo lombinho, deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal no Ministério da agricultura. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	kg	100	AB. SALTO VELOSO	12,80
72	Coxa e sobre coxa congelada. A embalagem deve estar íntegra e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, peso e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação. Devendo estar separada da sambiquira.	kg	812	AURORA	7,25
73	Filé de tilápia in natura congelado, embalagens de no mínimo 1kg. A embalagem deve estar íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, data de fabricação, data de validade e com registro de inspeção animal. O produto deve apresentar odor e cor característicos.	kg	62	DEPEFAL NATU -BRAS	38,75
LEITE E DERIVADOS					
76	Bebida láctea fermentada de diversos sabores. Pacotes de 900ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	emb de 900 ml	812	CARLITOS	3,85
77	Bebida a base de soja. Embalagem tetra pak de 01 litro, diversos sabores. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no mínimo 15 dias da data de entrega do produto, prazo de validade e informação nutricional.	Litros	187	PURETY	8,95
79	Leite em pó, integral embalagens de 400 gr, tipo A. O produto não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor, coloração, sabor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes.	emb de 400g	175	AURORA	11,75
81	Leite condensado, produto acondicionado em caixas de no mínimo 395 g., intactas, bem vedadas, pasteurizado, com prazo de validade de no mínimo 05 meses a partir da entrega.	emb. de 395 g	112	ITALAC	3,55
82	Linhaça marron: produto rico em fibras, omega 3 e 6. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, contendo 500 g, em embalagem de polietileno ou potes devidamente lacrados, devendo constar: prazo de validade de no mínimo 05 meses a partir da entrega do produto.	Pcts 500 g	37	BIG ZITOS	9,90
84	Margarina com sal, de boa procedência e qualidade. Embalagens de até 500g. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	emb de 500g	100	PRIME	3,90
85	Bebida láctea a base de soja. Produto feito a base de soja, refrigerado, sabores morango, pêssego e coco, embalado em pacotes de 540 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional, ingredientes.	emb de 540 ml	25	TIROL	9,95
86	Iogurte zero lactose; produto isento de lactose, acondicionado em garrafas plásticas de 170 ml. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional, ingredientes.	emb de 170 ml	25	TIROL	5,40



88	Leite de soja: produto original, sem sabor, acondicionado em embalagens tetrapak esterilizadas e hermeticamente fechada, contendo 01 litro. Prazo de validade mínimo de 03 meses a partir da data de entrega.	emb de 1litro	37	TIROL	6,90
	HORTIFRUTIGRANJEIROS				
103	Abobrinha. Características: casca coriácea com paredes espessas e de cor verde, variando de tamanho médio a grande. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	100	COLONIAL	3,85
104	Abóbora moranga: firme, tenra, de boa qualidade, livre de batidas e manchas.	kg	37	COLONIAL	3,80
106	Agrião verdura de folhas pequenas, verdes-escuras, sabor levemente picante	mç	50	COLONIAL	4,85
107	Alface Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas.	Unid.	312	COLONIAL	2,35
108	Alho. Embalagem de até 100g	emb de 100g	43	COLONIAL	4,70
110	Batata doce: Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	Kg	100	COLONIAL	4,20
112	Batata salsa. Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	62	COLONIAL	9,20
114	Brócolis. Características: boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente.	unid.	100	COLONIAL	4,40
115	Caqui: Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em sacos plásticos de polietileno transparente ou caixas plásticas.	kg	187	COLONIAL	8,95
116	Cebola branca. Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	187	COLONIAL	5,15
117	Cenoura: Características: tenra, firme, sem manchas e batidas na casca. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	100	COLONIAL	4,70
119	Couve-flor. Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	unid.	100	COLONIAL	4,75
122	Maçã Fuji. Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	812	COLONIAL	7,35
123	Mamão. Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	562	COLONIAL	5,65
126	Maracujá: Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	37	COLONIAL	9,45
127	Melancia: Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira. Devendo varias de tamanho médio a grande.	kg	687	COLONIAL	1,75
128	Melão. Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira.	kg	500	COLONIAL	6,70
129	Ovo de galinha. Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 (uma) dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade.	dúzias	187	COLONIAL	6,10
132	Radiche: Característica folha comprida, larga, levemente aveludada, de sabor amargo suave.	Unid.	62	COLONIAL	2,70
134	Repolho roxo: Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente.	Unid.	60	COLONIAL	5,15

135	Tempero verde (salsinha e cebolinha): Características: aparência fresca, boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente.	kg	37	COLONIAL	2,90
136	Tomate. Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente.	Maço	250	COLONIAL	5,45

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 14/2016

TERMO ADITIVO Nº 20/2016

Fornecedor: COMERCIAL KARPINSKI LTDA ME

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	MARCA	VALOR REGISTRADO
	CARNES E EMBUTIDOS				
67	Apresentado fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 (um) mês da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e registro de inspeção animal no Ministério da Agricultura. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	Kg	01	FRIMESA	18,70
75	Salsicha a granel de boa procedência e qualidade. Pacotes de no mínimo 2.800 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e registro de inspeção animal. A quantidade embalada deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação.	pctes de 2.800 kg	01	COPACOL	25,35
	LEITE E DERIVADOS				
83	Queijo mussarela fatiado de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).	Kg	01	MONDAÍ	24,25
	PANIFICADOS				
89	Pão doce com farofa e creme de confeiteiro. Características: 75 gramas, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão.	kg	01	PROPRIA	11,65
90	Pão francês sovado. Características: 50g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	kg	01	PROPRIA	8,70
91	Pão de cachorro quente: Características: 75g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	kg	01	PROPRIA	8,90
92	Pão de milho: Características: 75g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados ou do dia anterior.	kg	01	PROPRIA	8,90

93	Pão integral. Características: 50 g, tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem: plástica, estéril e descartável contendo o número de pães conforme cronograma por escola fornecido pela Secretaria de Educação. Os pães deverão ser entregues em sacos plásticos transparentes, estéreis e descartáveis. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão. Não serão aceitos pães amassados.	kg	01	PROPRIA	9,70
94	Cuca alemã com cobertura de amendoim. Características: tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão.	kg	01	PROPRIA	15,40
95	Aspirais recheados com doce de leite e coco, em tamanho uniformes. Devera ser feita na data de entrega.	kg	01	PROPRIA	19,40
96	Bolo com cobertura. Nos sabores: coco, laranja, cenoura, baunilha e formigueiro. Características: tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão.	kg	01	PROPRIA	14,70
97	Bolo de chocolate, tipo nega maluca. Características: tamanho uniforme, fabricado no dia da entrega. Embalagem plástica, estéril e descartável. O transporte deverá ser feito em caixas plásticas apropriadas e não em caixas de madeira ou papelão.	kg	01	PROPRIA	18,40
98	Mini sanduíche natural, feito com pão integral, recheio de peito de frango, alface picada, cenoura ralada e queijo ralado. Deverá conter aproximadamente 50 gramas. Devera ser feito na data da entrega.	kg	01	PROPRIA	24,50
99	Torta salgada com recheio de legumes. Devera ser feita na data da entrega.	kg	01	PROPRIA	18,10
100	Grostoli com açúcar. Acondicionado em pacotes de 01 kg, feito na data de entrega.	kg	01	PROPRIA	17,80
101	Torrada crocante com pão integral. Acondicionado em pacotes de 200 gramas, feito na data de entrega.	Pctes de 200g	01	PROPRIA	4,50

Macieira – SC, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO Nº 21,22 E 23/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2016  
REGISTO DE PREÇO Nº 0010/2016

Objeto: SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME  
Vigência: Fica prorrogada a vigência até 06 de junho de 2017.  
Valor e pagamento: De acordo com o registrado em Ata de Registro de Preços.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 15/2016  
TERMO ADITIVO Nº 21/2016  
Fornecedor: ITACIR ANTONIO SERIGHELLI ME.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	MARCA	VALOR UNITARIO REGISTRADO
01	Água mineral- 20 l.	131	Galão	ACQUA 10	10,20
04	Anil para roupas, composto por pigmento e coadjuvantes, em pedra, com no mínimo 04 pedras.	55	Caixa	RECKITT	8,75
20	Colher grande	22	Unid.	MONALIZA	8,40
23	Desentupidor de vaso sanitário (composto com soda)	73	Unid.	SODABELL 99	17,40
25	Erva mate pacote de 1 kg	617	Pacote	VIOLA DE OURO	8,65

33	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades	212	Caixa	BRIGGITA	2,30
34	Filtro p/ bomba de chimarrão pacote c/02 unid	106	Pacote	J.M FILTROS	2,40
37	Lâmpada incandescente de no mínimo 25W, com garantia de um ano.	112	Unid.	EMPALUX	13,60
39	Lixeira plástica com tampa de no mínimo 30 litros	66	Unid.	GIPLAS	36,60
40	Lixeira plástica com no mínimo 07 litros	37	Unid	GIPLAS	7,30
46	Multi inseticida, com no mínimo 300 ml do produto, não contendo fluorocarbono.	91	Unid	SBP	12,40
48	Pano de prato pronto	175	Unid.	PANO SUL	2,50
50	Papel toalha pacote com 2 unidades.	268	Pacote	BOB	2,30
51	Pedra p/ vaso sanitário, fragrâncias sortidas.	243	Unid.	SANISAL	0,85
52	Prendedor de roupas de madeira c/ 12 unidades	31	Unid.	RAMAR	1,40
55	Rodo de borracha de no mínimo 60 cm, com cabo.	75	Unid.	BISSILOTTI	11,00
65	Saco plástico transparente 28x40 c/ 100 unidades	87	Pacotes	ORLEPLAST	6,50
68	Tapete tipo capacho anti derrapante 1,50mx0,60m	75	Unid.	PANO SUL	23,80

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 16/2016

TERMO ADITIVO Nº 22/2016

Fornecedor: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	MARCA	VALOR UNITARIO REGISTRADO
02	Água sanitária - 5 litros	187	Galão	CLASSLIMP	7,90
12	Cera pasta 375 gr	93	Unid.	ANDREIA	8,90
15	Copo plástico p/ café c/100 unidades	237	Pacote	COPOSUL	1,15
17	Cravo -10 gramas pacote	18	Pacote	INCAS	1,25
18	Canela em casca	18	Pacote	INCAS	1,25
21	Desinfetante – embalagem de 5 litros fragrâncias sortidas.	206	Unid.	CLASSLIMP	7,45
22	Detergente – 500 ml	587	Unid.	CHEMIX	1,28
24	Desodorizador de ambiente spray, com fragrâncias diversas, de no mínimo 400 ml	123	Unid.	ULTRAFRESCH	6,70
26	Escova de plástico p/ lavar roupa	63	Unid.	DESAFIO	2,10
29	Escovão c/ cabo p/ calçada	82	Unid.	DESAFIO	9,30
30	Esponja de espuma e manta abrasiva de alta qualidade possui adesiva a base d'água e não contem solventes orgânicos.	282	Unid.	BETANIN	0,45
31	Esponja de aço 100% ecológica pacote c/ 8 unidades	118	Unid.	INOVE	1,30
35	Fósforo maço c/ 10 caixas	100	Maço	PARANÁ	2,05
38	Limpa vidros de no mínimo 500 ml	212	Unid.	ILHA	2,85
41	Lustra móveis de no mínimo 100 ml	50	Unid.	POLVAX	3,40
42	Luvas látex tamanho P/M/G (p/ limpeza) antiderrapante, internamente forrada.	143	caixas	BOMPAK	3,95
43	Luvas descartáveis látex tamanho M/G(p/ limpeza)	43	Unid.	BOMPAK	19,80
44	Multi-uso de limpeza pesada, composto de dodecil benzeno sulfonato de sódio, tensoativos não iônicos, coadjuvantes, solubilizante, sequestrante, éter glicólico, álcool, corante, água, perfume e conservante. 5 litros.	198	Galão	ILHA	11,75
45	Multi-uso, composto Alquil Benzeno Sulfonato de Sódio, Álcool Etoxilado, Coadjuvantes, Sequestrante, Fragrância e Água, 5 litros. Fragrâncias sortidas	217	Galão	CLASSLIMP	10,85
47	Pá de lixo de plástico, com no mínimo 20 cm de largura	76	Unid	DESAFIO	2,95
53	Querosene – 800 ml	200	Unid.	ILHA	10,00
54	Rodo de borracha 40 cm, com cabo	75	Unid.	DESAFIO	6,35
56	Rodo de espuma 30 cm, com cabo	58	Unid.	DESAFIO	6,75
57	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg	93	Unid.	ZAVASKI	4,75
59	Sabonete 90 gramas, com fragrância sortidas.	87	Unid.	NIPS	1,00

60	Sabonete líquido antibactericida embalagem de 5 l.	62	Unid.	CLASSLIMP	17,50
61	Saco p/ lixo 100 litros, com dimensão mínima de 75X90, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 05 unidades.	387	Pacotes	STAR	2,00
62	Saco p/ lixo 50 litros, com dimensão mínima de 62X70, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	612	Pacotes	STAR	2,00
66	Saponáceo pó 300 gramas, com princípio ativo alquil benzeno, com tensoativo biodegradáveis. Com no mínimo 300 gramas.	257	Unid.	CLASS	1,99
67	Saponáceo líquido, com princípio ativo alquil benzeno, com tensoativo biodegradáveis. Com no mínimo 250 ml.	465	Unid.	CLASS	2,65
69	Toalha de banho simples P/ pano de chão	265	Unid.	GABELLEI	4,40
70	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco, não reciclável	270	Fardo	QUALILUX	7,90
71	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme	356	Fardo	QUALILUX	5,74
76	Vassoura de palha	32	Unid.	COLONIAL	11,00

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 17/2016

TERMO ADITIVO Nº 23/2016

Fornecedor: SUPERMAIS BERTOTTO LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	MARCA	VALOR UNITARIO REGISTRADO
03	Álcool 1 litro 46°	245	Litro	ARAUCARIA	4,50
05	Anies para chimarrão – pacote com 20 mg	155	Pacote	NOVO HORIZONTE	3,85
06	Amaciante de roupas -5 litros	83	Galão	AQUA FOST	7,75
07	Bacia plástica, de no mínimo 20 l.	52	Unid.	BELLPLAST	14,55
08	Balde – de no mínimo 20 l.	57	Unid.	BELLPLAST	15,50
09	Bomba para chimarrão	41	unid	TRADICIONAL	23,10
10	Carga de gás – 13 kg	118	Unid.	LIQUIGAS	56,80
11	Cera líquida 750 ml	240	Unid.	BRY	2,90
14	Copo de vidro liso, tamanho 200 ml	43	Unid.	NADIR	3,20
16	Copo plástico c/ 100/u 180 ml	625	Pacote	TOTAL PLAST	2,30
19	Cuia média para chimarrão	41	Unid.	CAMPERA	23,40
27	Escova p/ vaso sanitário	68	Unid.	SANI PRIN	6,00
28	Escova p/ higienização de alimentos	50	Unid.	ALKLIN	4,70
32	Esponja aço	37	Unid.	ALKLIN	1,25
36	Garrafa térmica 2 l.	57	Unid.	ALADDIN	111,50
49	Papel higiênico branco c/ 60 m fardo c/ 64 rolos	116	Fardos	TOPY	40,00
58	Sabão em pó – 1 kg contendo tensoativos biodegradáveis com efeito multi-ação e partículas de extra limpeza.	143	Unid.	ULTRA CLASS	4,75
63	Saco p/ lixo 30 litros, com dimensão mínima de 56X62, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	612	Pacotes	VERSATIL	1,70
64	Saco p/ lixo 15 litros, com dimensão mínima de 39x58 cm, na cor preta, de alta resistência. De acordo com as normas da ABNT. Pacotes com 10 unidades.	262	Pacotes	VERSATIL	1,70
72	Toalha de rosto, com medida mínima de 40cm X 65 cm, 100% algodão.	156	Unid.	DONNA	5,35
73	Touca descartável pacote c/ 100 unidades	20	Pacotes	TOP	11,45
74	Touca rede para cozinha pacote c/ 100 unidades cor preta	16	Pacotes	VOLK	30,00



75	Vassoura de nylon composta de material sintético pigmento e cabo de metal, com proteção plástica que protege o encaixe do cabo na vassoura. Com cerdas retas.	156	Unid.	ALKIN	7,50
----	---	-----	-------	-------	------

Macieira – SC, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO N° 24/2016 A ATA DE RP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0031/2016  
PREGÃO PRESENCIAL N° 0017/2016  
REGISTO DE PREÇO N° 0011/2016

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2016 – ACRESCIMO E PRORROGAÇÃO.

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras, com pedidos parcelados, visando a aquisição de pedra britas, destinados a manutenção das estradas municipais de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 18/2016.

Contratada: PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA

Valor e Pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços n° 18/2016.

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 08 de junho de 2017.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTD PREVISTAS	VALOR REGISTRADO UNIT.
01	PEDRA BRITA TIPO N° 01 M³	500	50,22
02	PEDRA BRITA TIPO N° 02 M³	500	49,77

Macieira – SC, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

### **PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO N° 33/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório n° 0041/2014  
Pregão Presencial n° 0030/2014  
3º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 0048/2014  
ADITIVO N° 33/2016

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE E ACRESCIMO.

Objeto: Contratação de empresa para divulgação de atos oficiais de interesse público do município de Macieira e festas tradicionais e comunitárias realizadas no município, através de programa de rádio com recepção de sinal e transmissão em todo o município, bem como divulgação de matérias de caráter informativo, educativo e orientação social conforme especificações do anexo I do Edital.

Contratada: RADIO TROPICAL FM LTDA.

Valor: Fica reajustado o valor do contrato de acordo com o índice de IGP-M acumulado em 12 (doze) meses em 7,13% (sete vírgula treze por cento) e fica acrescido o item 03 – Divulgação ao vivo através de cobertura de eventos, de acordo com o artigo 65, inciso I da Lei n° 8.666/93, totalizando o valor de R\$ 27.140,40 (vinte e sete mil cento e quarenta reais com quarenta centavos).

Vigência: Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo n° 0048/2014 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO N° 34/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO N° 34/2016

Processo Licitatório n° 0013/2016.

Inexigibilidade de Licitação n° 0002/2016

1° Aditivo ao Contrato Administrativo n° 0016/2016.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme Plano Anual de Trabalho, que desde já integra este instrumento.

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI

Valor e pagamento: De acordo com o Contrato Original n° 0016/2016.

Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017, conforme justificativas do Termo Aditivo.

Macieira, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO N° 35/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO N° 35/2016

Processo Licitatório n° 0009/2016.

Pregão Presencial n° 0005/2016

1° Aditivo ao Contrato Administrativo n° 0017/2016.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar com veículo capacitado, destinado ao atendimento dos alunos na rede Municipal e Estadual de ensino, conforme especificações do objeto e do trajeto do Edital e seus anexos.

Contratada: ADAILTON ABRAÃO TRANSPORTES LTDA.

Valor e pagamento: De acordo com o Contrato Original n° 0017/2016.

Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017, conforme justificativas do Termo Aditivo.

Macieira, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira.

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ TERMO ADITIVO N° 36/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

ADITIVO N° 36/2016

Processo Licitatório n° 0040/2016.

Pregão Presencial n° 0020/2016

1° Aditivo ao Contrato Administrativo n° 0034/2016.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de acesso à internet através de link dedicado em atendimento ao Município de Macieira, conforme a necessidade de cada setor, especificados no Anexo I do Edital.

Contratada: C.S NET INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA EPP.

Valor e pagamento: De acordo com o Contrato Original n° 0034/2016.

Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017, conforme justificativas do Termo Aditivo.

Macieira, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira.

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_TERMOS ADITIVO Nº 16/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2016

REGISTO DE PREÇO Nº 0007/2016

TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016 – REAJUSTE E PRORROGAÇÃO.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota municipal do Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 10/2016.

Contratada: SIVIERO DIESEL LTDA

Valor: Fica reajustado o valor do litro de óleo diesel em 5,6% passando para o valor de R\$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos) o litro, conforme requerimento da contratada e comprovação.

Pagamento: De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 10/2016.

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 14 de abril de 2017.

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor unitário (R\$)
01	01	OLEO DIESEL S10	BR	2,84

Macieira – SC, 30 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 01/2017

Decreto nº 01 de 5 de janeiro de 2017.

ESTABELECE NOVO HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO E EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30, da Carta Magna Republicana;

CONSIDERANDO que a Administração Pública rege-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Artigo 37, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que se encontra vigente o chamado e popularizado Horário de Verão, fazendo-se necessário a readequação do Horário de Trabalho e Expediente, sem prejuízo a População e aos Servidores Públicos;

CONSIDERANDO os primeiros dias de trabalho da atual Gestão Municipal de Maracajá priorizando os considerados Serviços Essenciais ao Interesse Público, de Educação, Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar e Limpeza Pública, proporcionando um atendimento com eficiência e eficácia para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos maracajaenses;

CONSIDERANDO a necessidade de adaptação de horários alternativos para melhor desempenho de atendimento a todos os Cidadãos, facilitando o acesso às repartições públicas durante o horário de almoço, e;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa, na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Novo Horário Especial de Trabalho e Expediente nos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Maracajá, que será com o cumprimento das atividades em dois turnos ininterruptos que funcionarão nos horários estabelecidos a seguir:

CHEFIA DE GABINETE		HORÁRIOS
	Assessoria de Comunicação Social	das 8:30h às 17:30h
	Controladoria Interna	das 8:30h às 17:30h
	Chefia de Gabinete	das 8:30h às 17:30h
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	DEPARTAMENTOS	HORÁRIOS
	Depto. de Assistência e Bem Estar Social	> Setor Administrativo do Departamento das 8:30h às 17:30h > Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos das 8:30h às 17:30h
	Depto. de Agricultura Indústria e Comércio	das 7h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h
	Depto. de Educação e Cultura	> Setor Administrativo do Departamento das 8h às 12h e das 13h às 17h > Escolas da Rede Municipal de Ensino das 8h às 12h e das 13h às 17h > C.E.I. Margareth Maria Tomasi Rocha das 8h às 12h e das 13h às 17h > Biblioteca Municipal das 8h às 12h e das 13h às 17h
	Depto. de Esportes	das 8:30h às 12h e das 13:30h às 17:30h
	Depto. de Obras Hab. e Serviços Urbanos	das 7h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h
	Depto. de Saúde	das 7h às 16h
	Depto. de Transportes	das 7h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h
	Depto. Administrativo e Financeiro	das 8:30h às 17:30h
	Assessoria Contábil	das 8:30h às 17:30h
	Administração do Cemitério Municipal	das 8:30h às 12h e das 13:30h às 17:30h
	Administração do Centro de Triagem	das 7h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h

	Supervisão de Costura	das 8:30h às 17:30h
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	DEPARTAMENTOS	HORÁRIOS
	Depto. de Meio Ambiente	das 7h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h
	Depto. de Turismo	das 7h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h
	Administração do Parque Ecológico	das 7h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h

Art. 2º Ao Conselho Tutelar representado por seus Conselheiros fica estabelecido Regime de Plantão a fim de garantir o funcionamento do órgão em período integral observada e respeitada as normativas e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Art. 3º Após o encerramento das atividades laborais das respectivas repartições, deverá os servidores providenciar o desligamento de todos os equipamentos elétricos e eletrônicos utilizados no setor, sob pena de responsabilidade funcional.

Parágrafo único - Durante o horário de expediente, os servidores deverão atender para uso racional de energia elétrica, combustíveis, telefones, materiais de consumo em geral e a utilização da internet somente para fins de interesse do Município.

Art. 4º A secretaria de Administração e Finanças avaliará mensalmente o impacto das medidas ora adotadas sobre a efetiva economia de recursos ao Município bem como, sobre a eventual queda de produtividade e qualidade dos serviços públicos nas áreas alcançadas por este Decreto.

Art. 5º Aos Servidores que cumprirão os Horários estabelecidos no Art. 1º deste Decreto em dois turnos ininterruptos será respeitado o intervalo de no mínimo 1 (uma) hora através de escalas de revezamento dentre os mesmos, previamente elaboradas, constituídas e comunicadas pelos Secretários e/ou Diretores de cada Órgão sem que haja qualquer prejuízo aos munícipes que necessitam de atendimentos dos serviços da administração pública municipal.

Art. 6º O cumprimento do horário de trabalho de que trata o Art. 1º será comprovado mediante o registro obrigatório de ponto, o qual servirá inclusive para fins de fiscalização quanto à pontualidade e assiduidade do servidor, excetuando os cargos de provimento em comissão (secretários e diretores).

Parágrafo único - Ficam os servidores, dispensados do registro do intervalo intrajornada (almoço/alimentação), que deverá ser controlado pelos secretários e diretores dos respectivos setores que atuam os servidores municipais.

Art. 7º A jornada de trabalho estabelecida neste Decreto Municipal poderá ser flexibilizada a requerimento do responsável pelo setor (secretários e diretores), com anuência do Secretário de Administração e Prefeito Municipal, desde que não haja prejuízo na Jornada total de Trabalho.

Art. 8º A inobservância às regras dispostas no presente Decreto culminará ao infrator a incidência nas sanções impostas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Maracajá, por desrespeito ao dever funcional.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 9 de janeiro de 2017.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 80, de 3 de outubro de 2016.

Município de Maracajá, em 5 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 5 de janeiro de 2017.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT  
Secretário de Administração



# Maravilha

## PREFEITURA

### APOSTILAMENTO CONTRATO N. 050/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato administrativo n. 050/2015. Partes: Município de Maravilha – SC e Dalba Engenharia e Empreendimentos LTDA. Objeto: Execução de obra do esgotamento sanitário no perímetro urbano do Município de Maravilha – SC. Valor do reajuste: R\$ 416.212,87. Data de assinatura do Apostilamento: 06/01/2017. Signatários: ROSIMAR MALDANER pela Contratante.

### CHAMADA PÚBLICA N. 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Chamada Pública n. 001/2017

Objeto: Exames de imagem, Tomografia computadorizada, Exames de imagem – mamografia/uss/densitometria, Exames de ressonância nuclear magnética (RNM), Procedimentos cirúrgicos em urologia – cirurgias de pequeno porte, Procedimentos cirúrgicos em urologia – cirurgias de médio porte, Procedimentos cirúrgicos em urologia – cirurgias de grande porte, Cirurgias em urologia endoscópicas – com material descartável, Cirurgias em otorrinolaringologia, Cirurgias vasculares, Procedimentos em dermatologia, Meio de contraste, Cirurgias eletivas – ortopedia, Cirurgias em ortopedia especiais e de grande porte, Cirurgias em ortopedia de pequeno porte, Cirurgias em ortopedia de médio porte, Cirurgias em ortopedia de grande porte, Cirurgias gerais – ambulatoriais(anestesia local), Cirurgias gerais – pequeno porte, Cirurgias gerais – médio porte, Cirurgias gerais – grande porte, Ginecologia – procedimentos ambulatoriais, Cirurgias ginecológicas – pequeno porte, Cirurgias ginecológicas – médio porte, Cirurgias gineco/obstétricas – grande porte, Consultas ambulatoriais especializadas, Procedimentos de urgência/emergência ortopedia e Exames Laboratoriais de Anatomia Patológica e Citologia.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que esta aberta a Chamada Pública n. 001/2017, para seleção e possível contratação de Unidades Prestadoras de Serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, consoante Tabela Unificada SUS. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a documentação, devendo estes ser entregues na Secretaria de Saúde e Saneamento do Município de Maravilha, SC, com vigência até 31/12/2017. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19 horas. Maravilha - SC, 06 de janeiro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 004/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 003/2017 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de cesto duplo monobloco sextavado e de bloqueador para boca de lobo, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, Lei Complementar Federal n.123/06, subsidiariamente pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 14 horas do dia 23 de janeiro de 2017, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19 horas. Maravilha - SC, 06 de janeiro de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº001/2017

Portaria nº001/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DEONICE GATTI MONARETTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidora.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal DEONICE GATTI MONARETTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/08/2015 A 31/07/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

### PORTARIA Nº002/2017

Portaria nº002/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOURDES ROSALEM CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidora.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal LOURDES ROSALEM CERATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/08/2015 A 31/07/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

### PORTARIA Nº003/2017

Portaria nº003/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDRIELI FERREIRA DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidora.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal ANDRIELI FERREIRA, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 16/09/2015 A 15/09/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

### PORTARIA Nº004/2017

Portaria nº004/2017

de 02/01/2017

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL LIGIANE MARIA SPEROTTO, PARA RESPONDER COMO GESTORA PELO FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS, EM CARATER TEMPORÁRIO.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE

Art. 1º – Designar o Servidor Publico Municipal LIGIANE MARIA SPEROTTO, para responder pelo FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL de Município de Marema.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º– A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº005/2017**

Portaria nº005/2017  
de 02/01/2017

DESIGNA TANIA MARIA TOFFOLO, PARA RESPONDER PELO MUNICIPIO DE MAREMA E FUNDOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo BANCO DO BRASIL.

**RESOLVE**

Art. 1º – Designar TANIA MARIA TOFFOLO, para responder como TESOUREIRA do:

- MUNICÍPIO DE MAREMA,
- FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAREMA,
- FMDR – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MAREMA,
- FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAREMA,
- FIA – FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DO MUNICIPIO DE MAREMA.

Compreendendo as funções e poderes, conforme o anexo I, e referindo-se as contas conforme o anexo II.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º– A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

**ANEXO I****FUNÇÕES E PODERES ATRIBUÍDAS AO TESOUREIRO**

009 SOLICITAR EMISSÃO CHEQUES

010 SOLICITAR ABERTURA DE CONTAS DE DEPOSITO

011 AUTORIZAR COBRANÇAS

018 UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES

020 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO

026 SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

027 REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

031 AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES

036 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

038 ENDOSSAR CHEQUE

093 EFETUAR TRANSFERENCIAS/PAGAMENTOS

094 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

095 CANCELAR CHEQUES

096 BAIXAR CHEQUES

098 EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

099 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

102 EFETUAR SAQUES - POUPANCA

104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

105 EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

118 CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS

119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO

123 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTO

124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO

126 EMITIR COMPROVANTES

128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

129 EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERARIO

133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

138 CARTAO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSF MEIO ELETRONICO

150 ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO

**ANEXO II****CONTAS VINCULADAS AOS PODERES DO ANEXO I**

CONTA CORRENTE 5428-3 29-9

CONTA CORRENTE 5428-3 37-X

CONTA CORRENTE 5428-3 5113-6

CONTA CORRENTE 5428-3 5243-X

CONTA CORRENTE 5428-3 5178-0

CONTA CORRENTE 5428-3 5451-8

CONTA CORRENTE 5428-3 5919-6

CONTA CORRENTE 5428-3 6129-8

CONTA CORRENTE 5428-3 6171-9

CONTA CORRENTE 5428-3 6242-1

CONTA CORRENTE 5428-3 6243-X

CONTA CORRENTE 5428-3 6244-8

CONTA CORRENTE 5428-3 6245-6

CONTA CORRENTE 5428-3 6257-X

CONTA CORRENTE 5428-3 6258-8

CONTA CORRENTE 5428-3 6271-5

CONTA CORRENTE 5428-3 6272-3

CONTA CORRENTE 5428-3 6413-0

CONTA CORRENTE 5428-3 6414-9

CONTA CORRENTE 5428-3 7066-1

CONTA CORRENTE 5428-3 7074-2

CONTA CORRENTE 5428-3 7082-3

CONTA CORRENTE 5428-3 8140-X

CONTA CORRENTE 5428-3 9903-1

CONTA CORRENTE 5428-3 9987-2

CONTA CORRENTE 5428-3 10344-6

CONTA CORRENTE 5428-3 10365-9

CONTA CORRENTE 5428-3 10709-3

CONTA CORRENTE 5428-3 11602-5

CONTA CORRENTE 5428-3 11604-1

CONTA CORRENTE 5428-3 13622-0

CONTA CORRENTE 5428-3 14172-0

CONTA CORRENTE 5428-3 14285-9

CONTA CORRENTE 5428-3 14690-0

CONTA CORRENTE 5428-3 17453-X

CONTA CORRENTE 5428-3 17468-8

CONTA CORRENTE 5428-3 17504-8

CONTA CORRENTE 5428-3 26761-9

CONTA CORRENTE 5428-3 29507-8

CONTA CORRENTE 5428-3 40349-0

CONTA CORRENTE 5428-3 60003-2

CONTA CORRENTE 5428-3 283141-4

**PORTARIA Nº006/2017**

Portaria nº006/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA PEROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidora.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARIA PEROTTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº007/2017**

Portaria nº007/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LAURO CREMONESE POZZATTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal LAURO CREMONESE POZZATTI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/10/2015 A 30/09/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº008/2017**

Portaria nº008/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS SEZAR SORGATTO RUSCHEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal CARLOS SEZAR SORGATTO RUSCHEL, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 06/06/2015 A 05/06/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº009/2017**

Portaria nº009/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EGIDIO CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EGIDIO CERATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/12/2015 A 30/11/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº010/2017**

Portaria nº010/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANA PAULA SEGANFREDO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ANA PAULA SEGANFREDO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 05/10/2015 A 04/10/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº011/2017**

Portaria nº011/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CRISTIANA CARLA SOTTILI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal CRISTIANA CARLA SOTTILI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 14/05/2015 A 13/05/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado



**PORTARIA Nº012/2017**

Portaria nº012/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEUZA MARIA DE SOUZA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal NEUZA MARIA DE SOUZA, por um período de 20 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 23/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 19/07/2015 A 18/07/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº013/2017**

Portaria nº013/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DANIELA MAROSTICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal DANIELA MAROSTICA, por um período de 20 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 23/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 02/06/2014 A 01/06/2015.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº014/2017**

Portaria nº014/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DESIDERIO PELEGRINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal DESIDERIO PELEGRINI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 04/03/2015 A 03/03/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº015/2017**

Portaria nº015/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOVANA SANDRA SOTTILI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal JOVANA SANDRA SOTTILI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº016/2017**

Portaria nº016/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONIO VANDERLEI ROMANINI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ANTONIO VANDERLEI ROMANINI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº017/2017**

Portaria nº017/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEUZA PELEGRINI SINISKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal NEUZA PELEGRINI SINISKI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26/12/2015 A 25/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº018/2017**

Portaria nº018/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FELIX CAREGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal FELIX CAREGNATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 06/05/2015 A 05/05/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº019/2017**

Portaria nº019/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULINDA FORT GONÇALVES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal FELIX CAREGNATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº020/2017**

Portaria nº020/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LEONIR BISON E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal LEONIR BISON, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 07/11/2015 A 06/11/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº021/2017**

Portaria nº021/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANDERLEI RIZZI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VANDERLEI RIZZI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº022/2017**

Portaria nº022/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ PEROTTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal LUIZ PEROTTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 03/05/2015 A 02/05/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº023/2017**

Portaria nº023/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAIR DA SILVEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal JAIR DA SILVEIRA, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/10/2015 A 30/09/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº024/2017**

Portaria nº024/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MERQUIO-  
NES M AGOSTINETTO BRANCALIONE E DA OUTRAS PROVIDÊN-  
CIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal MERQUIO-  
NES M AGOSTINETTO BRANCALIONE, por um período de 30 dias.  
Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será  
acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 §  
4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de  
17/12/2015 A 16/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº025/2017**

Portaria nº025/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CREUSA  
MARAN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal CREUSA  
MARAN, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir  
de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será  
acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 §  
4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de  
26/12/2015 A 25/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº026/2017**

Portaria nº026/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIANE  
BEZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ELIANE BEZ,  
por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de  
03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será  
acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 §  
4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de  
01/10/2015 A 30/09/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº027/2017**

Portaria nº027/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NELCI  
CONCARI BISON E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal NELCI CON-  
CARI BISON, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a  
partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será  
acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 §  
4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de  
01/08/2015 A 31/07/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº028/2017**

Portaria nº028/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVERTON CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EVERTON CERATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 27/08/2015 A 26/08/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº029/2017**

Portaria nº029/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELIANE DONZELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ELIANE DONZELLI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 05/05/2015 A 04/05/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº030/2017**

Portaria nº030/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VENILDA KIPERT BARBIERO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal VENILDA KIPERT BARBIERO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº031/2017**

Portaria nº031/2017

de 02/01/2017

ESTABELECE JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA SUELEN MARIA LUNARDI OCUPARTE DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR JURÍDICO CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 11 da Lei Complementar n. 36/2014 c/c Art. 33 da Lei 307/1995 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e

CONSIDERANDO que o cargo exercido pela respectiva servidora trata-se de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir, transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade, como e o caso em questão;

CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto de toda atividade administrativa;

CONSIDERANDO que a respectiva servidora foi nomeada através do Decreto n. 067/2013 para o cargo em comissão de Assessor Jurídico, com carga horaria de trabalho de 20 horas, havendo necessidade de comparecimento diário junto a Prefeitura Municipal, com o objetivo de emitir parecer de ordem jurídica quando dos atos praticado pela Administração Pública Municipal.



CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público, de acordo com a conveniência e necessidade de serviço, podendo a administração estabelecer o horário e labor dos servidores públicos, é o que garante o Art. 30, inc. I da Constituição Federal, dando autonomia aos Municípios para legislar sobre assunto de interesse local;

CONSIDERANDO que o servidor não possui direito a imutabilidade de suas atribuições, sendo permitido a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, pode a Administração Pública suprimir, transformar e alterar horário de trabalho, independente da anuência de seu titular. CONSIDERANDO os termos do Agravo de Instrumento do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, quando do julgamento do Processo 2013.004781-9.

CONSIDERANDO o julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS – AC n. 70044516680, Quarta Câmara cível. Rel. Des. Agathe Elsa Schmidt da Silva, julgado em 21/03/2012).

CONSIDERANDO a motivação do ato administrativo, bem como a supremacia do interesse público em detrimento do particular.

#### RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer jornada de trabalho da Servidora Pública Municipal SUELEN MARIA LUNARDI, a partir do dia 03/01/2017, durante o turno VERPERTINO, de segunda a sexta feira, das 13:30 às 17:30.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidor Designado

#### PORTARIA Nº032/2017

Portaria nº032/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONIO MAROSTICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ANTONIO MAROSTICA, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 27/08/2015 A 26/08/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidor Designado

#### PORTARIA Nº033/2017

Portaria nº033/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EMILENE REGINATTO XAVIER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EMILENE REGINATTO XAVIER, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/08/2015 A 31/07/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidor Designado

#### PORTARIA Nº034/2017

Portaria nº034/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARILAINE REGINATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal MARILAINE REGINATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/08/2015 A 31/07/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.  
ADILSON BARELLA  
Prefeito Municipal  
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT  
Servidor Designado

**PORTARIA Nº035/2017**

Portaria nº035/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBERTO XAVIER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ROBERTO XAVIER, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2017 A 01/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 02/05/2015 A 01/05/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº036/2017**

Portaria nº036/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GELCENI BASEGGIO DAL BELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal GELCENI BASEGGIO DAL BELLO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 04/01/2017 A 02/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26/01/2016 A 25/01/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº037/2017**

Portaria nº037/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SIDIANE REGINATTO CAREGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal SIDIANE REGINATTO CAREGNATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 04/01/2017 A 02/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº038/2017**

Portaria nº038/2017

De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDREIA TONIAZZO MORO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ANDREIA TONIAZZO MORO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 04/01/2017 A 02/02/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 26/12/2015 A 25/12/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº039/2017**

Portaria nº039/2017  
de 02/01/2017

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO, PARA RESPONDER COMO GESTORA PELO FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA EM CARATER TEMPORÁRIO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE**

Art. 1º – Designar a Servidora Publica Municipal ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO, para responder pelo FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Município de Marema.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º– A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**ANEXO I**

Funções atribuídas:

- Responder como ordenador primário;
- Responder pela abertura e encerramento de contas;
- Movimentação financeira On-Line;
- Movimentação financeira com emissão de cheques;
- Pagamento, transferências, DOC, TED e outros atos bancários;
- Demais atos que envolva movimentação financeira.

**PORTARIA Nº040/2017**

Portaria nº040/2017  
De 02/01/2017

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO, RESPONSÁVEL POR ADIANTAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal.

**D E C I D E**

Art. 1º - Designar a Servidora Pública Municipal ELIANE SONIA MASCARELLO NADAL, responsável por receber e prestar contas de adiantamentos efetuados para pagamento de pequenas despesas do Fundo Municipal de Saúde da Marema.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

**PORTARIA Nº041/2017**

Portaria nº041/2017  
De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MAGALI TERRIBELE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal MAGALI TERRIBELE, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 02/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 04/01/2016 A 03/01/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

**PORTARIA Nº042/2017**

Portaria nº042/2017  
De 02/01/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SALETE CHITOLINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal SALETE CHITOLINA, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 05/01/2017 A 31/01/2017

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 11/01/2016 A 10/01/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 02 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidor Designado

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 001-2017

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 001/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: JOÃO PAULO DUARTE MEI  
Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria em Segurança do Trabalho para o exercício de 2017.  
Valor: R\$ 7.800,00  
Vigência: Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 02 de janeiro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 001-2017 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 001/2017  
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
Contratado: AGESPLAN ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA ME  
Objeto: Prestação de serviço de capacitação de funcionários do Fundo Municipal de Saúde para atendimento aos programas CNES, SIA, FPO, VERSIA. O prazo de capacitação será de 02 (dois) meses, sendo um mês de capacitação e outro de acompanhamento e suporte. Os encontros serão semanais e presenciais e os funcionários terão acompanhamento e suporte on-line, por whatsapp e telefone.  
Valor: R\$ 7.800,00  
Vigência: Início: 04/01/2017 Término: 28/02/2017.  
Data da assinatura: 04 de janeiro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 002-2017

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 002/2017  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: CONCURSUL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA  
Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados para elaboração, organização e execução plena de todas as etapas do Processo Seletivo ACT 2017 (Admissão de Caráter Temporário) de professores, auxiliar de sala e auxiliar de serviços gerais/merendeira, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.  
Valor: R\$ 7.900,00  
Vigência: Início: 04/01/2017 Término: 31/12/2017.  
Data da assinatura: 04 de janeiro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 134-2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 134/2016  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA RETANGULAR (PAVER) NO PÁTIO DA QUADRA COBERTA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL INÊS TONELI NAPOLI, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS BÁSICOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ANEXAS AO PROCESSO.  
Valor: R\$ 67.947,81  
Vigência: Início: 15/12/2016 Término: 28/02/2017.  
Data da assinatura: 15 de dezembro de 2016.

### EXTRATO CONTRATO Nº 135-2016

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 135/2016  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: CELITO CARLESSI & CIA LDA EPP  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ALUNOS E ATLETAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO E EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO.  
Valor: R\$ 8.652,00  
Vigência: Início: 16/12/2016 Término: 31/12/2016.  
Data da assinatura: 16 de dezembro de 2016.

### PORTARIA Nº015-2017

PORTARIA nº 015/2017  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:  
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias ao servidor público municipal RAFAEL BRANDENBURG FERNANDES – matrícula 10426 ocupante do cargo de Médico – E.S.F..

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 06 de Janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### CONTRATO 012-2016 - TERMO ADITIVO 01-2016 - CIGA - PRAZO E VALOR

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2015, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DAS CLÁUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 912.833.619-49, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Contrato Administrativo nº 12/2016, celebrado em 2016, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei nº 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO

Fica aditado o prazo do contrato nº 012/2016 de 25.01.2016, Constante da Cláusula Quarta, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 57, II, da Lei 8.666/93, o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços em mais 12 (doze) meses, por conveniência administrativa e de comum acordo entre as partes, no período de 01 de janeiro até o dia 31 de dezembro de 2017.

Que o prazo de execução era de 11 (onze) meses, e iniciou-se em 1º de fevereiro de 2016 e terminaria em 31 de dezembro de 2016; porém, com este aditivo de 12 (doze) meses o prazo terminará em 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA nº 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária - Integrador Municipal (REDESIM) - R\$ 1.980,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.180,00 (seis mil cento e oitenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 515,00 (quinhentos e quinze reais), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência nº , Conta Corrente nº , de titularidade

da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal Orçamentária Anual.

Parágrafo único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 12/2016, de 25.01.2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 20 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	GILSON LUNARDI ALBINO Diretor Executivo CIGA Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome: Fernanda Rosa Socal Assistente Administrativa CIGA	Nome:
---	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
---	--

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003-2017 - 02.01.2017 - PM - IMPACTO SISTEMAS...**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2017

CONTRATO DE LICENÇA DE USO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE

MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2.996.527 e do CPF/MF nº 987.238.989-68, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, 704, Apto 201, Bairro Laranjeiras, na Cidade de Modelo – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado:

IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Carolina, 286, Centro, na Cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.546.421/0001-24, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor DANIEL POZZER, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 4.466.273 e do CPF/MF nº 049.647.839-79, residente e domiciliado na Rua Carolina, 286, Centro, na Cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, doravante somente denominado de CONTRATADO, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem contratar o objeto do presente contrato pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objetivo, a licença de uso do Software de Controle das Atividades e Serviços do Meio Rural denominado Sicas Rural, bem como a prestação de serviços de assistência técnica do referido Software pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

A presente licença de uso do Software Sicas Rural terá os aspectos da irrevogabilidade e da irrevogabilidade, ressalvando o eventual inadimplemento dos CONTRATANTES, renunciando os contratantes, expressamente, à faculdade de arrependimento concedida pelo art. 420 do Código Civil.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

A prestação de serviços de software compreenderá as seguintes atividades:

- a) Desenvolvimento e atualização do software, mantendo-os em condições de uso de maneira que atenda as necessidades do CONTRATANTE, especialmente às de natureza legal;
- b) Assistência técnica mensal necessária à utilização do software, incluindo-se neste, a instalação, suporte e orientações, bem como o fornecimento das futuras versões de atualização do software, que serão disponibilizadas no mercado aos demais clientes, isento de pagamento de qualquer taxa de atualização.

§ 1º. O suporte e as orientações serão realizados pela CONTRATADA conforme a necessidade do CONTRATANTE devidamente justificada, por telefone, internet, pessoalmente, escrito, via acesso remoto, sendo que neste caso a CONTRATANTE deverá disponibilizar as ferramentas de acesso, ou qualquer outro meio, na sede do CONTRATANTE ou da CONTRATADA, conforme avaliação e definição da CONTRATADA.

§ 2º. Considera-se também assistência técnica, aquela que foi posta a disposição do CONTRATANTE, mesmo que não tenha sido utilizada.

§ 3º. No valor da assistência técnica, não estão compreendidas as intervenções na sede do CONTRATANTE para:

- a) Restaurar programa ou dados perdidos por defeito de equipamento, ação de vírus ou qualquer origem, alheios à vontade da CONTRATADA;
- b) Para resolver problema de sistema decorrente de falha de equipamento;

c) Para resolver problema inexistente, imaginário ou decorrente do uso inadequado do sistema;

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela Licença de Uso do Software Sicas Rural e pela prestação dos serviços de assistência técnica a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 377,00 (Trezentos e setenta e sete reais), totalizando o valor de R\$ 4.524,00 (quatro mil e quinhentos e vinte e quatro reais).

§ 1º. O pagamento será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante emissão do documento fiscal hábil, podendo a cobrança ser efetuada via bancária ou em carteira.

§ 2º. O valor fixado na presente será atualizado monetariamente a cada período de 12 (doze) meses pela variação do índice INPC ou outro índice que venha substituí-lo.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO**

O presente contrato terá prazo de doze (12) meses, iniciando-se no dia 02/01/2017 e terminando no dia 31/12/2017, prorrogando-se automaticamente por um período de 12 (doze) meses se nenhuma das partes se manifestar em contrário, por escrito, até 90 (noventa) dias antes do término.

Parágrafo Único. Encerrando-se a vigência do presente contrato, encerra-se a licença de uso do software, devendo proceder-se a imediata desativação do mesmo.

**CLÁUSULA SEXTA**

Fica reservada a CONTRATADA todos os direitos autorais do software, objeto do presente contrato, sendo vedado ao CONTRATANTE, sob pena de rescisão motivada do contrato e indenização correspondente, a sua reprodução parcial ou total, sem prévia e expressa autorização da CONTRATADA.

Parágrafo Único. Em caso de rescisão contratual, a CONTRATANTE deverá permitir o acesso da CONTRATADA às máquinas onde o sistema estiver instalado para a retirada do sistema (software), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que a CONTRATADA disponibilizará os dados para consulta, até no máximo 90 (noventa) dias após a rescisão.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

A CONTRATANTE se responsabiliza por fornecer todos os equipamentos necessários à CONTRATADA, a fim de que esta possa ter condições de realizar perfeitamente o serviço contratado, bem como hardware e software com a configuração fornecida pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA OITAVA**

A CONTRATANTE assume a responsabilidade de disponibilizar pessoas tecnicamente capacitadas e/ou capacitá-las, para operação do Software, objeto do presente contrato, cabendo a CONTRATADA o treinamento dos mesmos no momento da instalação do software.

**CLÁUSULA NONA**

A CONTRATANTE se compromete quanto aos termos do contrato de adesão apresentado na instalação do Software no tocante a correta operação.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

A CONTRATADA não se responsabiliza por quaisquer despesas causadas pelo não funcionamento temporário do sistema, decorrentes de manuseio incorreto do software, falha de equipamento, perda de dados ou vírus destrutivos.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá manter sigilo das informações que tiver acesso no desenvolvimento dos trabalhos, exceto no caso de expresso consentimento da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

Fica facultada a CONTRATADA, sem interferência da CONTRATANTE,

realizar todas as alterações que reconhecer como necessárias de uma versão para outra do Software, objeto do contrato.

Parágrafo Único. Fica desde já facultado à CONTRATADA suspender a assistência técnica ou o próprio direito de uso, caso no ato da atualização verificarem-se as hipóteses previstas no Parágrafo Único da CLÁUSULA SEXTA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Qualquer omissão ou tolerância das partes da exigência do fiel cumprimento dos termos e condições deste contrato, ou no exercício de prerrogativa dele decorrente, não constituirá novação ou renúncia, ou afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

É vedado as partes ceder ou transferir os direitos e obrigações deste contrato, salvo mediante consentimento prévio e escrito da parte contrária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, mediante reunião das partes para tal finalidade, devendo ser elaborado termo aditivo a este contrato e assinado pelas partes CONTRATANTES.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A CONTRATANTE autoriza a utilização de seu nome pela CONTRATADA, podendo esta apresentá-la como sua cliente em peças de propaganda, sendo que esta autorização dependerá exclusivamente do Sr. Prefeito em exercício.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

#### CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será utilizada para o objeto do presente contrato a dotação orçamentária do orçamento vigente.

#### CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da constituição Federal.

#### CLAUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

Os recebimentos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao CONTRATADO.

Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo (SC), aos 02 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO  
Ricardo Luís Maldaner  
Prefeito Municipal – Contratante

IMPACTO SISTEMAS DE INFORMACÃO LTDA  
Daniel Pozzer  
Contratado

Testemunhas:

Nome:

Nome:

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL  
OAB/SC Nº 11.283-Assessor  
Jurídico

### DECRETO Nº 003/2017

DECRETO Nº 003/2017 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIOGO BERGHAHN PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado nesta data, o Sr. DIOGO BERGHAHN, portador do CPF nº 023.867.059-78, RG nº 3.124.654, para desempenho do cargo em comissão de COORDENADOR GERAL DE EQUIPE/AÇÕES/DEPARTAMENTOS, no Setor de Licitações e Contratos do município de Modelo – SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - O servidor nomeado através deste Decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-05, do quadro de servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 02 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN  
Diretor de Administração e Fazenda

TERMO DE POSSE 001/2017

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 003/2017

Cargo em Comissão: Coordenador Geral de Equipe/Ações/Departamentos

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu o Sr. DIOGO BERGHAHN, portador do CPF nº 023.867.059-78, RG nº 3.124.654, a fim de tomar posse no cargo de Coordenador Geral de Equipe/Ações/Departamentos do município de Modelo - SC, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 003/2017, com lotação no Departamento Municipal de Administração e Fazenda do município de Modelo - SC.



Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 02 de janeiro de 2017.

DIOGO BERGHAHN  
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

## **ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 003-2017 MECÂNICA**

Errata ao Extrato de Contrato nº 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório nº 012/2016

Pregão nº 010/2016

Contratada: IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA

Valor: R\$ 119.985,00

Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, DO DMER E VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que na publicação do extrato do contrato nº 003/2017 realizada neste órgão de publicações, edição nº 2161 de 04/01/2017, informou por equívoco o valor de R\$ 144.285,00 para esta aquisição, todavia, o correto para este contrato é o valor de R\$ 119.985,00.

Modelo/SC, 06 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº 2290/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 2290/2016 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016 DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO SC, EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

Faz saber, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde de Modelo SC, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO SC, Pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.303.339/0001-94, com sede na Av. XV de novembro, Bairro Laranjeiras, do Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para auxiliar na manutenção e custeio de suas atividades, incluído o sobreaviso de 24 horas, no atendimento hospitalar e ambulatorial de munícipes modelenses.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais), a ser pago em até 12 (doze) parcelas, para o exercício de 2017, observada as disponibilidades financeiras, programação e cronograma de arrecadação e de desembolso, conforme disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos à entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvara de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- n) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- o) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Parágrafo Único: No caso em que os recursos solicitados tiverem como objeto obras e benfeitorias a entidade deverá complementar a documentação com:

- a) Projeto devidamente aprovado pela Amerios;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Projeto;
- c) Comprovação pela entidade do Exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante escritura pública emitida em cartório (exceto rede de abastecimento de água).

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias de seu recebimento, ou conforme cronograma físico financeiro, junto ao Município de Modelo –SC/Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Cópia dos documentos da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancária emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal



quando devido;  
g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;  
h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.  
i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos – Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;  
j) Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012.  
Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.  
Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei pode ser causa de imediata da devolução dos recursos.  
Art. 8º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na transferência financeira de até 25% (vinte e cinco cento) do valor autorizado nesta lei.  
Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.  
Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.  
Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 16 de dezembro de 2016  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

FRANCIELI PAVALICINI  
ASSESSORA DEPARTAMENTO

#### **PORTARIA Nº 001/2017**

PORTARIA Nº 001/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE RETORNO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANICE GAVINESKI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando comunicação de decisão da perícia médica do INSS, atestando a capacidade da servidora para o retorno ao trabalho a partir de 03.01.2017,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica encerrada a partir de 03 de janeiro de 2017, a Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Pública Municipal VANICE GAVINESKI, matrícula nº 2057-5, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, em virtude da decisão do INSS em perícia médica realizada em 02.01.2017, benefício nº 6165623801.

Parágrafo Único: A servidora retorna ao trabalho a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 03 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN  
Diretor de Administração e Fazenda

#### **PORTARIA Nº 002/2017**

PORTARIA Nº 002/2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias dos respectivos Departamentos e requerimentos dos Servidores,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Elizete Gamba Frana	04.06.2015 a 03.06.2016	16.01.2017 a 04.02.2017 (20 dias)
Vanice Gavineski	03.02.2016 a 02.02.2017	03.01.2017 a 12.01.2017 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 03 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN  
Diretor de Administração e Fazenda

#### **PORTARIA Nº 003/2017**

PORTARIA Nº 003/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE RETORNO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOURDES DORNHAUSER CENTA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando comunicação de decisão da perícia médica do INSS, atestando a capacidade da servidora para o retorno ao trabalho a partir de 05.01.2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica encerrada a partir de 05 de janeiro de 2017, a Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Pública Municipal LOURDES DORNHAUSER CENTA, matrícula nº 1572-5, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, em virtude da decisão do INSS em perícia médica realizada em 04.01.2017, benefício nº 6166005770.

Parágrafo Único: A servidora retorna ao trabalho a partir de 05 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 05 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 004/2017**

PORTARIA Nº 004/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento do Servidor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Lourdes Dornhauser Centa	04.10.2015 a 03.10.2016	05.01.2017 a 03.02.2017 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 05 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 006/2017**

PORTARIA Nº 006/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento do Servidor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Fabrizio João Milan	26.11.2014 a 25.11.2015	16.01.2017 a 04.02.2017 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 06 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 007/2017**

PORTARIA Nº 007/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBIO SCHILD FILHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 03.01.2017 atestando a necessidade de afastamento do Servidor para tratamento de saúde por 10 (dez) dias,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal ALBIO SCHILD FILHO, matrícula nº 0154-6, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, 20 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Saúde, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 03.01.2017 a 12.01.2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 03.01.2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 06 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.920 DE 03/01/2017

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 4.920, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia o Coordenador, Conselho, Secretário, Setor Técnico e Operativo Municipal de Proteção e Defesa Civil e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso IV do artigo 56 da Lei Orgânica do Município de Mondaí, de 05 de abril de 1990.

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Municipal nº. 3.546, de 29 de maio de 2014, que cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto nº. 4.572, de 30 de junho de 2014, que regulamenta a Lei Municipal nº. 3.546, de 29 de junho de 2014;

CONSIDERANDO, que a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, é um órgão da administração pública municipal e responsável pela coordenação das ações de Proteção e Defesa Civil no município;

CONSIDERANDO, a Defesa Civil sendo um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;

CONSIDERANDO, que o desastre é o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

CONSIDERANDO, a situação de emergência um reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada pelo desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

CONSIDERANDO, o Estado de calamidade pública, é o reconhecimento legal pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes;

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº. 3.546, de 29 de maio de 2014 e o Decreto nº. 4.572, de 30 de junho de 2014 especificam as entidades representadas, como parte integrante da Proteção e Defesa Civil juntamente com o Poder Público Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os infra relacionados para compor a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil, sendo:

I – Representantes da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente:

PERCIO SCHENA – membro efetivo

CATIANE DA SILVA – membro suplente

II – Representantes da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos:

LUIZ AFONSO SPIELMANN – membro efetivo  
GERMANO CARLOS BALKE – membro suplente

III – Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

MILITÃO KNAPP – membro efetivo

MARISA WUNSCH PITTELKOW – membro suplente

IV – Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

GINTHER DREHER – membro efetivo

DECIO JOSE MACHRY – membro suplente

V – Representantes da Secretaria Municipal de Promoção Social e Habitação:

LUCIANE MARASCHIN – membro efetivo

ELOIR FARIA MIGOSKI – membro suplente

VI – Representantes da EPAGRI:

VLADIMIR ADALBERTO PICOLLI – membro efetivo

NEIDE TEREZINHA HILLESHEIM STECKER – membro suplente

VII – Representantes do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Mondaí:

FLAVIO ZANG – membro efetivo

CLEO AMAURI GOETTENS – membro suplente

VIII – Representantes da Cooperativa A1:

LARRI BRUNO BRUST – membro efetivo

ROGERIO THOMAZONI – membro suplente

IX – Representantes da Polícia Militar:

PM JAIR PICININI BARBOSA – membro efetivo

PM ALAN LUIS ROVEDA – membro suplente

X – Representantes da Polícia Civil:

ERIC ROSADA – membro efetivo

NORVALINO JOÃO ENGEL – membro suplente

XI – Representantes da Associação Comercial e Industrial:

LEANDRO LAERTE FIGLESKI – membro efetivo

THIAGO SIEVERS – membro suplente

X – Representantes do Lions Club:

ROSANI DETKE DAL RI – membro efetivo

ELIZABETH ZIMMERMANN – membro suplente

Art. 2º Fica nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal o Senhor LUIZ AFONSO SPIELMANN como coordenador da COMPDEC, conforme disposto no Artigo 6º da Lei Municipal nº. 3.546, de 29 de maio de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando na sua íntegra o Decreto Municipal nº. 4.573, de 30 de junho de 2012.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 03 de janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 087/2016

DECRETO Nº 087/2016, em 18 de Novembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 342.996,94 (Trezentos e quarenta e dois mil novecentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01.12.365.0007.2.056-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 120.000,00		
05.01.12.365.0007.2.029-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 80.000,00		
05.01.12.365.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 65.100,00		
05.01.12.361.0007.2.057-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 17.896,94		
05.01.12.365.0007.2.055-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 60.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01.12.365.0007.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 60.000,00		
05.01.12.361.0007.2.057-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 7.896,94		
05.01.12.365.0007.2.055-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 50.000,00		
05.01.12.365.0007.2.055-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 100.000,00		
05.01.12.365.0007.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 60.000,00		
05.01.12.365.0007.2.029-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações		

Diretas

Valor de R\$ 20.000,00

05.01.12.365.0007.2.028-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 5.100,00

05.01.12.361.0007.2.057-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 10.000,00

05.01.12.365.0007.2.056-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 20.000,00

05.01.12.365.0007.2.055-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 10.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Novembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 088/2016

DECRETO Nº 088/2016, em 18 de Novembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		



05.01.12.361.0007.2.057-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 400.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados os seguintes recursos:

- Excesso de arrecadação FUNDEB (186)

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Novembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 089/2016

DECRETO Nº 089/2016, em 18 de Novembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 83.000,00 (Oitenta e três mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria do Sistema Econômico		
03.01 – Secretaria do Sistema Econômico		
03.01.04.123.0003.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 83.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria do Sistema Econômico  
03.01 – Secretaria do Sistema Econômico

03.01.04.123.0003.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 50.000,00

03.01.04.123.0003.2.019-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 33.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Novembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 091/2016

DECRETO Nº 091/2016, em 01 de Dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 26.353,00 (Vinte e seis mil trezentos e cinquenta e três reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenv. Social		
07.01 – Fundo Municipal de Saúde		
07.01.10.301.0011.2.037-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 23.457,50		
07.01.10.301.0011.2.037-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 2.895,50		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenv. Social  
07.01 – Fundo Municipal de Saúde

07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 22.557,50  
07.01.10.302.0011.2.068-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 2.895,50

07.01.10.301.0011.2.037-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 900,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 01 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 092/2016

DECRETO Nº 092/2016, em 01 de Dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social			
07.01 – Fundo Municipal de Saúde			
07.01.10.301.0011.2.037-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas			
Valor de R\$ 10.000,00			

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados os seguintes recursos:

- Superávit Financeiro- Fonte de Recurso (304)

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 01 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 093/2016

DECRETO Nº 093/2016, em 01 de Dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo			
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo			
05.01.12.365.0007.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 – Transf. a Inst. Privadas s/ fins lucrativos			
Valor de R\$ 50.000,00			

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados os seguintes recursos:

- Excesso de arrecadação – Salário Educação (113)

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 01 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**DECRETO Nº 094/2016.1**

DECRETO Nº 094/2016, em 01 de Dezembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 47.850,28 (Quarenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e Ito centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01.12.361.0007.2.061-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 47.850,28		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo  
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo

05.01.12.361.0007.2.061-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 47.850,28

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 01 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**DECRETO Nº 099/2016**

DECRETO Nº 099/2016, em 09 de Dezembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.03 – Fundação Municipal do Meio Ambiente		
04.03.18.542.0015.2.044-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 27.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura  
04.03 – Fundação Municipal do Meio Ambiente

04.03.18.542.0015.2.044-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 27.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**DECRETO Nº 100/2016**

DECRETO Nº 100/2016, em 09 de Dezembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que

determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 54.676,14 (Cinquenta e quatro mil seiscentos e setenta e seis reais e quatorze centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01.12.361.0007.1.056-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 54.676,14		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados os seguintes recursos:

- Excesso de arrecadação Convênio FNDE- Quadras

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

#### DECRETO Nº 101/2016

DECRETO Nº 101/2016, em 09 de Dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01.12.361.0007.2.057-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 650.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados os seguintes recursos:

- Excesso de arrecadação FUNDEB (186)

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

#### DECRETO Nº 102/2016

DECRETO Nº 102/2016, em 09 de Dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 12.888,54 (Doze mil oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01.12.361.0007.2.025-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 12.888,54		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo  
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo

05.01.12.361.0007.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 10.000,00  
05.01.12.361.0007.2.025-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas



Valor de R\$ 2.888,54

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 103/2016

DECRETO Nº 103/2016, em 09 de Dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.700,00 (Nove mil e setecentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01.04.122.0010.2.035-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 9.700,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura  
04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura  
04.01.04.122.0010.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 9.700,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 103/2016.1

DECRETO Nº 103/2016, em 09 de Dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.700,00 (Nove mil e setecentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01.04.122.0010.2.035-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 9.700,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura  
04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura  
04.01.04.122.0010.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 9.700,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal



## REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**DECRETO Nº 104/2016**

DECRETO Nº 104/2016, em 09 de Dezembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 43.000,00 (Quarenta e três mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01.15.452.0009.2.084-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 15.000,00		
05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01- Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01.12.361.0007.2.025-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 28.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura  
 04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura  
 04.01.15.452.0009.2.084-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 Valor de R\$ 10.000,00  
 04.01.15.452.0009.2.084-3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta Op. Entre Órgãos  
 Valor de R\$ 5.000,00  
 05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo  
 05.01- Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo  
 05.01.12.361.0007.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
 Valor de R\$ 28.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

## REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**DECRETO Nº 105/2016**

DECRETO Nº 105/2016, em 09 de Dezembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria do Sistema de Saúde e Desenv. Social		
07.01 – Fundo Municipal de Saúde		
07.01.10.301.0011.2.037-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 20.000,00		
07.01.10.301.0011.2.037-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 10.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente:

- Superávit Financeiro- Recurso 326

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

## REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 106/2016

DECRETO Nº 106/2016, em 09 de Dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 101.500,00 (Cento e um mil e quinhentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01 – Secretaria do Sistema de Educação, Esportes, Cultura e Turismo		
05.01.12.361.0007.2.057-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 101.500,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados os seguintes recursos:

- Excesso de arrecadação FUNDEB (186)

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 107/2016

DECRETO Nº 107/2016, em 09 de Dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da

Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.03 – Fundação Municipal do Meio Ambiente		
04.03.18.542.0015.2.044-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 7.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura  
04.03 – Fundação Municipal do Meio Ambiente

04.03.18.542.0015.2.044-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 7.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 109/2016

DECRETO Nº 109/2016, em 29 de Dezembro de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2016.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.729/2015, de 21 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$

3.450,00 (Três mil quatrocentos e cinquenta reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01.20.606.0006.2.020-3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 3.450,00		

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria do Sistema Econômico  
03.01 – Secretaria do Sistema Econômico

03.01.04.123.0003.2.019-3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Valor de R\$ 3.450,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 29 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

# Navegantes

## PREFEITURA

**AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 FMV.**  
CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS  
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA PARA  
APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DO 5º COLOCADO DO PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 03/2016 - FMV, CONFORME SEGUE:

ITENS	5º COLOCADO
18	BLUNAC DISTRIBUIDORA

Pregão Presencial 03/2016 FMV  
Referente aos itens 07,22 E 24 do pregão presencial 03/2016 da  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILANCIA, não foram apresentadas  
as amostras. Não tendo outros classificados a serem chamados os  
itens deram se como fracassados.

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016

Atestamos para os devidos fins de comprovação junto ao certame  
licitatório de que trata o pregão Presencial 3/2016 que as empresas  
e itens abaixo não foram apresentados.

- COMERCIAL STORINNY LTDA – EPP

• Item: 22

- PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA – ME

• Item: 24

- ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA

• Itens: 07 e 18

### ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2016 PMN

Prefeitura de Navegantes /SC

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2016 PMN

POSTO DNA LTDA - EPP (11482), CATARINA COMERCIO DE COM-  
BUSTIVEIS LTDA (14353), W. K. BERNARDI STANG EIRELI (16809).  
NO DIA 06 DE janeiro DE 2017, FOI ABERTO O CERTAME COM  
A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES POSTO DNA LTDA, CATARINA  
COMERCIO DE COMBUSTIVEL, W. K. BERNARDI STANG EIRELI.  
NEHUMA SE ENQUADRA COMO ME/EPP. TODOS ESTÃO DEVIDA-  
MENTE CREDENCIADOS FOI DISPONIBILIZADO AOS REPRESENT-  
ANTES VISTARAM OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.  
NA SEQUENCIA FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOS-  
TAS. TODAS CUMPRIAM COM EDITAL. FOI DISPONIBILIZADO AOS  
LICITANTES AS PROPOSTAS PARA SEREM VISTADAS.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FOI VERIFICADO OS DOCUMENTOS  
DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS E CONSTATOU-SE  
QUE AMBAS CUMPRIAM COM O EDITAL. APÓS AS ASSINATURAS  
DAS EMPRESAS PRESENTES E NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RE-  
CURSO ENCERRA - SE O CERTAME.

06/01/2017 09:00 ATÉ 09:50

CARLA CLAUDINO TATIANA DE ALENCAR CARLINI JOSEZITE DOS SANTOS	PREGOEIRA MEMBRO MEMBRO
---	-------------------------------

### ATA TOMADA DE PREÇO Nº 107/2016 - ABERTURA DE PROPOSTA

ATA TOMADA DE PREÇO Nº 107/2016 - ABERTURA DE PROPOSTA  
DE PREÇO

Aberto o certame no dia 06 de janeiro de 2017, às 13h30min con-  
forme agendado anteriormente, com a presença da empresa do  
representante da empresa JJR, para a abertura dos envelopes de  
propostas de preços das empresas habilitadas.

A empresa J.J.R ofertou o valor de R\$ 286.456,51, V.BR\$ 328.834,00,  
Guilherme: R\$ 287.582,81, Renascence: R\$ 305.092,28 e WTM o  
valor de R\$ 263.274,55.

Desta forma, considera-se a empresa WTM vencedora da Tomada  
de Preço nº 107/2016. A ata será publicada no site e no Diário  
Oficial dos Municípios. COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 283/2016.

Extrato Contratual PMN 283/2016

Contrato Nº.: 283/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

Contratada.....KMJ TRANSPORTES LTDA.

CNPJ: 75.494.187/0001-26.

Vigência ..... : Início: 01/01/2017 Término: 30/04/2017

Licitação ..... : PP09/2014.

Valor: R\$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais).

Recursos ..... : Dotação: 2.094 / 2.090 3.3.90.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo visando a renovação do  
contrato a Prestação de Serviços nº 060/2014, referente à Locação  
de Veículos para atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de  
Navegantes, através do Pregão Presencial nº 009/2014.

Navegantes, 28 de dezembro de 2016.

### EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 250/2016 / 251/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 250/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA -  
EPP

CNPJ: 75.862.946/0001-66.

Vigência ..... : Início: 10/12/2016 Término.: 28/04/2017.\*

Licitação: TP nº 77/2016.

Recursos: Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 167/2016,  
REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLU-  
VIAL, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSTRUÇÃO DE  
PASSEIOS DA RUA GERVASIO DE SOUZA, LOCALIZADA NO BAIR-  
RO MEIA PRAIA E DA RUA MANOEL NAZARIO ALVES, LOCALIZADA  
NO BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, COM  
RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTERIO DAS CIDADES ATRAVÉS  
DO CONTRATO DE REPASSE Nº 819390/2015, COM PARTICIPA-  
ÇÃO DE CONTRAPARTIDA DESTA MUNICIPALIDADE, conforme To-  
mada de PREÇO Nº 77/2016. ,

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL.  
Contrato Nº.: 251/2016.  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP  
CNPJ: 75.862.946/0001-66.  
Vigência ..... : Início: 15/12/2016 Término:. 03/05/2017.  
Licitação: TP nº83/2016.  
Recursos: Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00  
Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 173/2016 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DAS RUAS MIGUEL NARCISO, SALVIO NARCISO E FRANCISCO VOLINGER, LOCALIZADAS NO BAIRRO GRAVATA, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDOSOCIAL TRAVÉS DO PROGRAMA DE TRANSFERENCIA Nº 2016006150 E PROPOSTA Nº 18046, COM PARTICIPAÇÃO DE CONTRAPARTIDA DESTA MUNICIPALIDADE. , conforme Tomada de Preço nº 83/2016.



# Nova Trento

## PREFEITURA

### RESULTADO HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 001/2016

Resultado do Julgamento da Habilitação – Processo Licitatório n° 109/2016 – Concorrência n° 001/2016 – SRP N° 042/2016 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de medicamentos para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade - Postos de Saúde, Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição e SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, houve a participação das seguintes empresas licitantes: ENTREGARAM TEMPESTIVAMENTE OS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA AS EMPRESAS: METROMED - MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR (CNPJ 83.157.032.0001-22); PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ 03.505.263/0001-40); DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. (CNPJ 05.531.725/0001-20); ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES (CNPJ 05.948.061/0001-07); ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. (CNPJ 00.802.002/0001-02); OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (CNPJ 03.033.589/0001-12); MF DE ALMEIDA E CIA LTDA. ME (CNPJ 05.021.932/0001-34); E FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (CNPJ 07.164.711/0001-40). Da análise de documentação, constatou-se o atendimento ao solicitado no edital. CONCEDIDA A PALAVRA AOS REPRESENTANTES NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO QUANTO A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. NÃO ESTANDO PRESENTES TODOS OS REPRESENTANTES DE EMPRESA LICITANTES, DECIDIU A COMISSAO MARCAR PARA DIA 16/01/2017 AS 10:00 HORAS, A FASE DE ABERTURA DE PROPOSTAS, CASO NUNHUM RECURSO SEJA INTERPOSTO QUANTO A HABILITAÇÃO, ATÉ A DATA APRAZADA.

Nova Trento (SC), 06 de janeiro de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.289, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.  
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000  
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.289, de 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE REGISTRO CADASTRAL DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93, com suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Registro Cadastral de Fornecedores e Prestadores de Serviços junto ao Município de Novo Horizonte, assim constituída:

NAUDIR JOSÉ CADORE- Presidente  
IDINARA CRISTINA MASSUCO - Membro  
SILVANI MOSCHEN - Membro

Art. 3º - Aos trabalhos realizados pela comissão ora nomeados não caberão nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,  
em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

RICHARDSON BATISTI  
Secretário da Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 2.290, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 2.290, de 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA PROCESSAR E JULGAR AS LICITAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 51 da Lei Federal 8.666/93, com suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial para processar e julgar as licitações do exercício de 2017, assim definida:

DIEGO CASAGRANDE – Presidente  
IVETE SANAGIOTTO – Membro  
IDINARA CRISTINA MASSUCCO – Membro

NAUDIR CADORE – Suplente

Art. 2º - Aos trabalhos realizados pela comissão ora nomeados não caberá nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,  
em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

Richardson Batisti  
Secretário da Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 2.291, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 2.291, de 02 de janeiro de 2017.

NOMEIA PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO PARA PROCESSAR E JULGAR AS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Federal 10.520/2002, com suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada interinamente como Pregoeiro Oficial do Município o Sr. RICHARDSON BATISTI, para coordenar, processar e julgar as licitações na modalidade de pregão para o exercício de 2017.

Art. 2º - Fica nomeada a Comissão de Apoio ao Pregoeiro, assim constituída:

DIEGO CASAGRANDE  
IVETE SANAGIOTTO  
IDINARA CRISTINA MASSUCCO

Art. 3º - Aos trabalhos realizados pela comissão ora nomeados e pelo pregoeiro não caberão nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,  
em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

Richardson Batisti  
Secretário da Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 2.292, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 2.292, de 02 de janeiro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2017 e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543 de 01 de dezembro de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1o – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), relativos a recursos ordinários assim consignados:

30.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
30.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Atividade 2.003 – Manutenção da Administração Geral  
Elemento de Despesa – 3.3.90-00.1.0000 aplicações diretas  
.....R\$ 120.000,00

Art. 2o – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 02 de janeiro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Richardson Batisti

Secretário de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 2.293, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br
---

DECRETO nº 2.293, de 02 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DA UFRM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e amparado pelos arts. 202, I e 393 da Lei Complementar 040/2010;

**DECRETA:**

Art. 1o – Os contribuintes que optarem pelo pagamento do Imposto sobre a Predial e Territorial Urbana – IPTU – em cota única terão desconto de:

I – 15% (quinze por cento) para pagamento em parcela única em 29 de abril do respectivo ano, para os que estiverem rigorosamente em dia com o fisco municipal com tributos vencidos até 15 de dezembro do ano anterior;

II – 10% (dez por cento), para pagamento em parcela única em 31 de maio do respectivo ano.

Art. 2o – Fica reajustada a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, no percentual de 7,19% (sete virgula dezanove por cento), referente ao período de Janeiro de/2017 à Dezembro de 2017.

Art. 3o – Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte – SC, em 02 de janeiro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Richardson Batisti

Secretário da Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 2.294, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br
---

DECRETO nº 2.294, de 03 de janeiro de 2017.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543/2016;

**DECRETA:**

Art. 1o – Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 258.389,00 (duzentos e cinquenta e oito mil trezentos e oitenta e nove reais) relativo a recursos ordinários, assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa – 3.3.90-01.0072 aplicações diretas  
.....R\$ 93.170,00  
Elemento de Despesa – 3.3.90-01.0075 aplicações diretas  
.....R\$ 22.627,00  
Elemento de Despesa – 3.3.90-01.0067 aplicações diretas  
.....R\$ 42.592,00  
Elemento de Despesa – 3.3.90-01.0076 aplicações diretas  
.....R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 258.389,00 (duzentos e cinquenta e oito mil trezentos e oitenta e nove reais).

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa – 3.3.71-01.0072 aplicações diretas  
.....R\$ 93.170,00  
Elemento de Despesa – 3.3.71-01.0075 aplicações diretas  
.....R\$ 22.627,00  
Elemento de Despesa – 3.3.71-01.0067 aplicações diretas  
.....R\$ 42.592,00  
Elemento de Despesa – 4.4.90-01.0076 aplicações diretas  
.....R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 258.389,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 3 de janeiro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Richardson Batisti

Secretário da Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 2.295, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.  
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000  
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO nº 2.295, de 06 de janeiro de 2017.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto Crédito Suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais).

5- CÂMARA DE VEREADORES

10 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001. 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 3.3.93.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 362,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito suplementar deverão ser utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor R\$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais).

10 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001. 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 362,00

TOTAL SUPLEMENTADO .....  
.. R\$ 362,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 06 de janeiro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Richardson Batisti

Secretário da Administração e Fazenda

## EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 013/16 - PR Nº 007/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 03/01/2017

CONTRATADO: SISTEMA NETGRANDE DE COMUNICAÇÕES LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual Contratação de empresa prestadora de serviços de Rádio AM e/ou FM para a prestação de Serviços de Radiodifusão com alcance em toda extensão territorial do Município de Novo

Horizonte/SC, para divulgação, em forma de inserção, de atos administrativos, avisos e informações gerais do município de Novo Horizonte/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 990,00 (Novecentos e noventa reais)

DATA: 03/01/2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

## EXTRATO DO PL Nº 006/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 006/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONsertos e MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2017, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 20/01/2017, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 10 de Janeiro de 2017. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA          Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.          Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000          Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br</p>
--

PORTARIA nº 001 de 02 de janeiro de 2017.

DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear RICHARDSON BATISTI, para ocupar o cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Nível CC-5, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
 Em 02 de janeiro de 2017.  
 VANDERLEI SANAGIOTTO  
 Prefeito Municipal

Registre-se e  
 Publique-se

**PORTARIA Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA          Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.          Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000          Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br</p>
--

PORTARIA nº 002 de 02 de janeiro de 2017.

DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Complementar nº 48 de 08 de dezembro de 2014 RESOLVE:

Art. 1º - Nomear JUAREZ ZILLI, para ocupar o cargo comissionado de Coordenador do Controle Interno, Nível CC-6, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
 Em 02 de janeiro de 2017.  
 VANDERLEI SANAGIOTTO  
 Prefeito Municipal

Registre-se e  
 Publique-se

**PORTARIA Nº. 002, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº. 002, de 06 de janeiro de 2017

Nomeia o Servidor Jorge Alexandre Cristani para exercer o cargo de Tesoureiro.

Cleonir José de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do artigo 18, inciso IV, alínea f);

Considerando a necessidade da Câmara de Vereadores ter um responsável pela Tesouraria, bem como para assinar cheques;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Jorge Alexandre Cristani para exercer a função de tesoureiro da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, SC.

Art. 2º - Fica expressamente autorizado o Tesoureiro a acessar e retirar extratos, assinar cheques, caixas e demonstrativos da Câmara Municipal de Vereadores em conjunto com o Presidente da Câmara de Vereadores Sr. Cleonir José de Lima.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº. 003/2013, de 02/01/2013.

Art. 5º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 06/01/2017.

Cleonir José de Lima

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**PORTARIA Nº. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA          Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.          Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000          Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br</p>
--

PORTARIA nº 003 de 02 de janeiro de 2017.

DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear AIMAR FRANCISCO PAVELECINI, para ocupar o cargo comissionado de Diretor de Esportes, Nível CC-3, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
 Em 02 de janeiro de 2017.  
 VANDERLEI SANAGIOTTO  
 Prefeito Municipal

Registre-se e  
 Publique-se



**PORTARIA Nº. 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.  
 Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000  
 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 004 de 02 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear Rogério Acácio Mascarello, para ocupar o cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde, Nível CC - 5, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º O servidor ora nomeado, será a gestora do Fundo Municipal de Saúde do município de Novo Horizonte.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 02 de janeiro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

**PORTARIA Nº. 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA 005/2017

ATO DE NOMEAÇÃO E DELEGAÇÃO DE PODERES

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, por meio de seu responsável, usando de suas atribuições legais, DECLARA, para os devidos fins e a quem interessar possa que, o Sr. Rogério Acácio Mascarello, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado em Novo Horizonte-SC, atual Secretário Municipal de Saúde nomeado pela portaria 004/2017 e, Altair José Mattos, brasileiro, casado, servidor público, atual Tesoureiro Municipal nomeado pela portaria 028/2003, detêm autorização para efetuar as movimentações dos recursos das respectivas contas correntes do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.411.624/0001-18, da Agência 0777-3 do Banco do Brasil S/A, de São Lourenço do Oeste - SC, estando outorgados dos poderes abaixo especificados.

**PODERES:**

9 EMITIR CHEQUES-----  
 10 ABRIR CONTAS DE DEPOSITO-----  
 11 AUTORIZAR COBRANCA-----  
 20 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO-----  
 26 SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS-----  
 27 REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES-----  
 31 AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A----- OPERACOES-----  
 36 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS-----  
 38 ENDOSSAR CHEQUE-----  
 39 ASSINAR INSTR DE CREDITO-----  
 51 EMITIR DUPLICATAS-----  
 52 ENDOSSAR DUPLICATAS-----  
 61 ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO-----

62 ASSINAR ORCAMENTO-----  
 64 ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE-----  
 69 EMITIR TITULO DE CREDITO COMERCIAL-----  
 70 EMITIR TITULO DE CREDITO INDUSTRIAL-----  
 72 ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO-----  
 73 ASSINAR A APOLICE DE SEGURO-----  
 76 ENDOSSAR TITULOS DE CREDITO-----  
 94 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES-----  
 95 CANCELAR CHEQUES-----  
 96 BAIXAR CHEQUES-----  
 98 EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS-----  
 99 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS-----  
 100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE-----  
 102 EFETUAR SAQUES - POUPANCA-----  
 104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO-----  
 105 EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO-----  
 113 RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO-----  
 119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER.----- FINANCEIRO/AASP-----  
 124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS-----  
 125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE----- CREDITO-----  
 126 EMITIR COMPROVANTES-----  
 128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-- MEIO ELETRONICO-----  
 133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO-----  
 137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO DDA-----

E, por esta ser a fiel expressão da verdade vai devidamente assinada com validade até 31/12/2020.

Novo Horizonte – SC em, 02 de janeiro de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA 006/2017

ATO DE NOMEAÇÃO E DELEGAÇÃO DE PODERES

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, por meio de seu responsável, usando de suas atribuições legais, DECLARA, para os devidos fins e a quem interessar possa que, o Sr. Vanderlei Sanagiotto, brasileiro, casado, prefeito municipal, residente e domiciliado em Novo Horizonte – SC na Rod. SC. 157 km 13, atual Prefeito do município de Novo Horizonte – SC, e, Altair José Mattos, brasileiro, casado, servidor público, atual Tesoureiro Municipal nomeado pela portaria 028/2003, detêm autorização para efetuar as movimentações dos recursos das respectivas contas correntes do MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, CNPJ 95.990.115/0001-87, da Agência 0777-3 do Banco do Brasil S/A, de São Lourenço do Oeste - SC, estando outorgados dos poderes abaixo especificados.

**PODERES:**

9 EMITIR CHEQUES-----  
 10 ABRIR CONTAS DE DEPOSITO-----  
 11 AUTORIZAR COBRANCA-----  
 20 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO-----  
 26 SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS-----  
 27 REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES-----  
 31 AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A----- OPERACOES-----  
 36 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS-----  
 38 ENDOSSAR CHEQUE-----  
 39 ASSINAR INSTR DE CREDITO-----  
 51 EMITIR DUPLICATAS-----  
 52 ENDOSSAR DUPLICATAS-----  
 61 ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO-----

62 ASSINAR ORCAMENTO-----  
 64 ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE-----  
 69 EMITIR TITULO DE CREDITO COMERCIAL-----  
 70 EMITIR TITULO DE CREDITO INDUSTRIAL-----  
 72 ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO-----  
 73 ASSINAR A APOLICE DE SEGURO-----  
 76 ENDOSSAR TITULOS DE CREDITO-----  
 94 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES-----  
 95 CANCELAR CHEQUES-----  
 96 BAIXAR CHEQUES-----  
 98 EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS-----  
 99 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS-----  
 100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE-----  
 102 EFETUAR SAQUES - POUPANCA-----  
 104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO-----  
 105 EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO---  
 113 RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO-----  
 119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER.----- FINAN-  
 CEIRO/AASP-----  
 124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS---  
 125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE---- CREDI-  
 TO-----  
 126 EMITIR COMPROVANTES-----  
 128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-- MEIO  
 ELETRONICO-----  
 133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO-----  
 137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO  
 DDA-----

E, por esta ser a fiel expressão da verdade vai devidamente assina-  
 da com validade até 31/12/2020.

Novo Horizonte – SC em, 02 de janeiro de 2017.  
 Vanderlei Sanagiotto  
 Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA 007/2017

ATO DE NOMEAÇÃO E DELEGAÇÃO DE PODERES

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, por meio de seu respon-  
 sável, usando de suas atribuições legais, DECLARA, para os devi-  
 dos fins e a quem interessar possa que, o Sr. Vanderlei Sanagiotto,  
 brasileiro, casado, prefeito municipal, residente e domiciliado em  
 Novo Horizonte – SC na Rod. SC. 157 km 13, atual Prefeito do  
 município de Novo Horizonte – SC, e, Altair José Mattos, brasileiro,  
 casado, servidor público, atual Tesoureiro Municipal nomeado pela  
 portaria 028/2003, detêm autorização para efetuar as movimenta-  
 ções dos recursos das respectivas contas correntes do FUNDO MU-  
 NICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 15.391.189/0001-68, da Agência 0777-3  
 do Banco do Brasil S/A, de São Lourenço do Oeste - SC, estando  
 outorgados dos poderes abaixo especificados.

#### PODERES:

9 EMITIR CHEQUES-----  
 10 ABRIR CONTAS DE DEPOSITO-----  
 11 AUTORIZAR COBRANCA-----  
 20 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO-----  
 26 SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS-----  
 27 REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES-----  
 31 AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A----- OPERACO-  
 ES-----  
 36 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS-----  
 38 ENDOSSAR CHEQUE-----  
 39 ASSINAR INSTR DE CREDITO-----  
 51 EMITIR DUPLICATAS-----  
 52 ENDOSSAR DUPLICATAS-----  
 61 ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO-

62 ASSINAR ORCAMENTO-----  
 64 ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE-----  
 69 EMITIR TITULO DE CREDITO COMERCIAL-----  
 70 EMITIR TITULO DE CREDITO INDUSTRIAL-----  
 72 ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO-----  
 73 ASSINAR A APOLICE DE SEGURO-----  
 76 ENDOSSAR TITULOS DE CREDITO-----  
 94 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES-----  
 95 CANCELAR CHEQUES-----  
 96 BAIXAR CHEQUES-----  
 98 EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS-----  
 99 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS-----  
 100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE-----  
 102 EFETUAR SAQUES - POUPANCA-----  
 104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO-----  
 105 EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO---  
 113 RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO-----  
 119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER.----- FINAN-  
 CEIRO/AASP-----  
 124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS---  
 125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE---- CREDI-  
 TO-----  
 126 EMITIR COMPROVANTES-----  
 128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-- MEIO  
 ELETRONICO-----  
 133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO-----  
 137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO  
 DDA-----

E, por esta ser a fiel expressão da verdade vai devidamente assina-  
 da com validade até 31/12/2020.

Novo Horizonte – SC em, 02 de janeiro de 2017.  
 Vanderlei Sanagiotto  
 Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte. sc.gov.br
--	---

PORTARIA nº 008 de 02 de janeiro de 2017.  
 DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO  
 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições  
 legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Jonivan Pereira Machado, para ocupar o cargo  
 comissionado de Assessor de Planejamento, Nível CC - 2, conforme  
 Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º O servidor ora nomeado exercerá suas funções na Secreta-  
 ria Municipal de Saúde

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
 revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
 Em 02 de janeiro de 2017.  
 Vanderlei Sanagiotto  
 Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

**PORTARIA Nº. 009, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.  
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000  
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.  
sc.gov.br

PORTARIA nº 009 de 02 de janeiro de 2017

**AFASTA TEMPORARIAMENTE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Edital de Processo Eleitoral 001/2015 e a Lei 0199/1998;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar, temporariamente, DIEGO CASAGRANDE, de Membro do Conselho Tutelar de Novo Horizonte a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

**PORTARIA Nº. 010, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.  
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000  
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.  
sc.gov.br

PORTARIA nº 010 de 02 de janeiro de 2017.

**DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear DEOCLÉCIO BASSANI, para ocupar o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Transporte Obras e Serviços Urbanos, Nível CC-3, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

**PORTARIA Nº. 011, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.  
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000  
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.  
sc.gov.br

PORTARIA nº 011 de 02 de janeiro de 2017.

**DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear CRÉLIA FERREIRA DE SOUZA CARISSIMI, para ocupar o cargo comissionado de Diretor de Departamento, Nível CC-3, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º A servidora ora nomeado exercerá suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

**PORTARIA Nº. 012, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.  
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000  
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.  
sc.gov.br

PORTARIA nº 012 de 02 de janeiro de 2017

**AFASTAR TEMPORARIAMENTE FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar 024/2003;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar, temporariamente, CRELIA FERREIRA DE SOUZA CARISSIMI, funcionária pública municipal, matrícula 289/01, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

#### PORTARIA Nº. 013, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte. sc.gov.br
---

PORTARIA nº 013 de 02 de janeiro de 2017.  
DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO  
E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

##### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear SOLANGE FRANZOSI, para ocupar o cargo comissionado de Secretária de Educação Cultura e Esportes, Nível CC-5, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

#### PORTARIA Nº. 014, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte. sc.gov.br
---

PORTARIA nº 014 de 02 de janeiro de 2017.  
DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO  
E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

##### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear MÁRCIA FURLANETTO, para ocupar o cargo comissionado de Diretora do departamento de Cultura, Nível CC-3, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

#### PORTARIA Nº. 015, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte. sc.gov.br
---

PORTARIA nº 015 de 02 de janeiro de 2017.  
DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO  
E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

##### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ROSELI ORLANDI, para ocupar o cargo comissionado de Diretora do Departamento de Educação, Nível CC-3, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

#### PORTARIA Nº. 016, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte. sc.gov.br
---

PORTARIA nº 016 de 02 de janeiro de 2017.  
DISPOE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO  
E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

##### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear LUCIMAR VIERO, para ocupar o cargo comissionado de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Nível CC-5, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

#### PORTARIA Nº. 017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.  
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000  
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 017 de 02 de janeiro de 2017.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

##### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear SONIA MARA LIMA DOS SANTOS DALZUCHIO, para ocupar o cargo comissionado de Diretor de Departamento de Promoção Social, Nível CC-3, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º A servidora ora nomeado exercerá suas funções no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Município de Novo Horizonte.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

#### PORTARIA Nº. 018, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.  
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000  
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA nº 018 de 02 de janeiro de 2017.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

##### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear DIEGO CASAGRANDE, para ocupar o cargo comissionado de ASSESSOR DE GABINETE, Nível CC-2, conforme Anexo III, da Lei Complementar 025/2003, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

#### PORTARIA Nº. 019, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA nº 019 de 02 de janeiro de 2017.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E DELEGAÇÃO DE PODERES, PARA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS E JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

##### RESOLVE:

Art. 1º - A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, por meio de seu responsável, usando de suas atribuições legais, DECLARA, para os devidos fins e a quem interessar possa que, o Sr. Rogério Acácio Mascarello, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado em Novo Horizonte-SC, atual Secretário Municipal de Saúde nomeado pela portaria 004/2017 e, Altair José Mattos, brasileiro, casado, servidor público, atual Tesoureiro Municipal nomeado pela portaria 028/2003, detêm autorização para efetuar as movimentações dos recursos das respectivas contas correntes do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.411.624/0001-18, da Agência 1884 da Caixa Econômica Federal, de São Lourenço do Oeste – SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 02 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

Registre-se e  
Publique-se

#### PORTARIA Nº. 020, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA nº 020 de 02 de janeiro de 2017.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E DELEGAÇÃO DE PODERES, PARA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS E JUNTO A CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal,

##### RESOLVE:

Art. 1º - A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, por meio de seu responsável, usando de suas atribuições legais, DECLARA, para os devidos fins e a quem interessar possa que, o Sr. Vanderlei Sanagiotto, brasileiro, casado, prefeito municipal, residente e domiciliado em Novo Horizonte – SC na Rod. SC. 157 km 13, atual Prefeito do município de Novo Horizonte – SC, e, Altair José Mattos,



brasileiro, casado, servidor público, atual Tesoureiro Municipal nomeado pela portaria 028/2003, detêm autorização para efetuar as movimentações dos recursos das respectivas contas correntes do MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, CNPJ 95.990.115/0001-87, da Agência 1884 da Caixa Econômica Federal, de São Lourenço do Oeste - SC;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 02 de janeiro de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

### **PORTARIA Nº. 021, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC. Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000 Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br
---

PORTARIA nº 021 de 02 de janeiro de 2017

#### **AFASTAR TEMPORÁRIAMENTE FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais e amparada pelo artigo 55, da lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar 024/2003;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar, temporariamente, LUCIMAR VIERO, funcionário público municipal, matrícula 380/01, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 02 de janeiro de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

# Orleans

## PREFEITURA

### 4.051

DECRETO Nº 4.051 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e com base na Lei n. 2453 de 13 de dezembro de 2012 e Decreto n. 3.585 de 06 de agosto de 2013.

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Orleans – COMDEC:

#### I. GRUPO DE DIREÇÃO

Presidente: Micheline Berger

Secretária: Valdete Deghenhard Stepaniaki

#### II . GRUPO PERMANENTE

01 Representante da Secretaria da Administração  
Mario Coan

01 Representante da Polícia Militar  
Daniel Comerlato

01 Representante do Corpo de Bombeiro  
Henrique José Schuelter Nunes

01 Representante da Polícia Civil  
Fernando Monteiro Baltazar

01 Representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação  
Rosilândia Rocha Librelato

01 Representante da Secretaria Municipal de Educação  
Lindeckson Resin

01 Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura  
Euclides Pilon

01 Representante do Departamento de Planejamento Municipal  
Ramon Cordini

01 Representante do Clube dos Diretores Lojistas - CDL  
Gustavo de Farias Lolle

01 Representante da Câmara Municipal de Vereadores.  
Sandro Luiz de Pieri

#### III. GRUPO DE EMERGÊNCIA

01 Representante da ACIO  
Ubirajara Pickler

01 Representante da Secretaria da Saúde  
Luana D. M. de Oliveira

01 Representante da Secretaria da Agricultura  
Edson Kestring

01 Representante da Rádio Guarujá de Orleans  
Eduardo Madeira

01 Representante do Jornal HOJE  
Daniel Librelato Massucco

01 Representante da Rádio Luz e Vida  
Ednilson Marcelo Perdoná

01 Representante do SAMAE  
Fabio Echeli Bett

01 Representante da CELESC  
Davi Wronski Paegle

01 Representante da COORSEL  
Ivanir Vitorassi

01 Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares  
José Carrer Neto

01 Representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Orleans  
Natalino Bianco

01 Representante da Fundação Hospitalar  
Carlos Alberto Bussolo

01 Representante da FEBAVE  
Elcio Willemann

Art. 2º Os membros do Conselho, não receberão remuneração de qualquer espécie, sendo considerada a atividade desenvolvida, de relevância para o Município.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 02 de janeiro de 2017; 131º anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### CONTRATO 1/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 1/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: CELSO DE BONA DA SILVA (ME)

Valor ..... : 129.021,81 (cento e vinte e nove mil e vinte e um reais e oitenta e um centavos)

Vigência ..... : Início: 06/01/2017 Término: 06/03/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 14/2016  
Recursos ..... : Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (89) Saldo: 350,81  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE DUAS CABECEIRAS DE PONTE EM PEDRA GRANITO A SER EXECUTADA NA LOCALIDADE DO RIO NOVO CONFORME PROJETO EM ANEXO."  
Orleans, 6 de Janeiro de 2017  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO 1/2017**

PROCESSO Nº 1/2017

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 1/2017

Tipo: Menor Preço Global, por Item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA ESCOLA SANTOS SPRICIGO, E REFORMA DO CEI GENESIO MAZON, CONFORME ANEXOS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 25/01/2017 às 08h30min.

Abertura das Propostas: dia 25/01/2017, às 09h00min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 06 de Janeiro de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

# Ouro

## PREFEITURA

### PR 0001/2017

MUNICÍPIO DE OURO / SC  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0001/2017

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 23/01/2017, às 10hs, o Processo Licitatório nº. 0001/2017, na modalidade Pregão Presencial N. 0001/2017, tipo menor preço por item, sob regime de entrega imediata Objeto: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de 01 (um) veículo zero km, fabricação nacional, tipo mini furgão, cor branca, ano/modelo 2016/2016 ou superior, motor flex 1.4 com 85 CV (gasolina) e 88 CV (etanol) ou superior. Ar condicionado (quente e frio). Direção hidráulica ou elétrica, com todos os demais equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito, com no mínimo um ano de garantia. Obtenção do edital: [licitacoes@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacoes@ouro.sc.gov.br) ou [licitacao2@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacao2@ouro.sc.gov.br) ou [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br). Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 05/01/2017. Sirlei Therezinha Antunes de Almeida, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

### TA TRANSPORTES 2017

TERMO ADITIVO N. 01/2016 AO CONTRATO Nº 018/2016  
Processo Licitatório nº 0009/2016  
Pregão Presencial nº 0006/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES LASTA LTDA - ME  
OBJETO: serviços de transporte escolar.  
ALTERAÇÃO: prorrogação.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 31/12/2017.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 38.178,00 (trinta e oito mil cento e setenta e oito reais)  
VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 76.356,00.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016.

TERMO ADITIVO N. 01/2016 AO CONTRATO Nº 019/2016  
Processo Licitatório nº 0009/2016  
Pregão Presencial nº 0006/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES MAURÍCIO LTDA  
OBJETO: serviços de transporte escolar.  
ALTERAÇÃO: prorrogação.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 31/12/2017.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 71.442,00 (setenta e um mil quatrocentos e quarenta e dois reais).  
VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 142.884,00.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016.

TERMO ADITIVO N. 02/2016 AO CONTRATO Nº 020/2016  
Processo Licitatório nº 0009/2016  
Pregão Presencial nº 0006/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES LUMATUR LTDA - ME  
OBJETO: serviços de transporte escolar.  
ALTERAÇÃO: prorrogação.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 31/12/2017.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 188.365,80 (cento e oitenta e oito mil trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).  
VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 376.731,60.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016.

TERMO ADITIVO N. 03/2016 AO CONTRATO Nº 029/2014  
Processo Licitatório nº 0107/2013  
Pregão Presencial nº 0058/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: NELSON COELLI - ME  
OBJETO: serviços de transporte escolar.  
ALTERAÇÃO: prorrogação.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 31/12/2017.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 43.058,40 (quarenta e três mil cinquenta e oito reais e quarenta centavos). VALOR TOTAL  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016.

TERMO ADITIVO N. 04/2016 AO CONTRATO Nº 030/2014  
Processo Licitatório nº 0107/2013  
Pregão Presencial nº 0058/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES COLETIVO MAIA LTDA  
OBJETO: serviços de transporte escolar.  
ALTERAÇÃO: prorrogação.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 31/12/2017.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 93.786,00 (noventa e três mil setecentos e oitenta e seis reais).  
VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 346.002,25.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016.

TERMO ADITIVO N. 04/2016 AO CONTRATO Nº 105/2013  
Processo Licitatório nº 0066/2013  
Pregão Presencial nº 0032/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES LAVÍNIA LTDA ME  
OBJETO: serviços de transporte escolar.  
ALTERAÇÃO: prorrogação.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 31/12/2017.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 34.469,40 (trinta e quatro mil quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos)  
VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 104.801,15.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016.

TERMO ADITIVO N. 04/2016 AO CONTRATO Nº 109/2013  
Processo Licitatório nº 0066/2013  
Pregão Presencial nº 0032/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES MAURÍCIO LTDA  
OBJETO: serviços de transporte escolar.  
ALTERAÇÃO: prorrogação.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 31/12/2017.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 84.924,00 (oitenta e quatro mil novecentos e vinte e quatro reais).  
VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 352.100,40 (trezentos e cinquenta e dois mil cem reais e quarenta centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016.

TERMO ADITIVO N. 04/2016 AO CONTRATO Nº 111/2013  
Processo Licitatório nº 0066/2013  
Pregão Presencial nº 0032/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES 02 AMIGOS LTDA - ME

OBJETO: serviços de transporte escolar.  
ALTERAÇÃO: prorrogação.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 31/12/2017.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 83.412,00 (oitenta e três reais quatrocentos e doze reais).  
VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 349.238,40.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016.

TERMO ADITIVO N. 05/2016 AO CONTRATO Nº 103/2013  
Processo Licitatório nº 0066/2013  
Pregão Presencial nº 0032/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTE BARTH & SAVARIS LTDA - ME  
OBJETO: serviços de transporte escolar.  
ALTERAÇÃO: prorrogação.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 31/12/2017.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 91.992,60 (noventa e um mil novecentos e noventa e dois reais e sessenta centavos)  
VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 365.915,23.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016.

TERMO ADITIVO N. 05/2016 AO CONTRATO Nº 112/2013  
Processo Licitatório nº 0066/2013  
Pregão Presencial nº 0032/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: NELSON COELI - ME  
OBJETO: serviços de transporte escolar.  
ALTERAÇÃO: prorrogação.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2017 até 31/12/2017.  
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 70.308,00 (setenta mil trezentos e oito reais)  
VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 285.265,20.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016.



# Ouro Verde

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 0001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 0001/2017

O Município de Ouro Verde, por intermédio do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Objeto: Contratação de empresa especializada (Sociedade de Advogados) para prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria jurídica na defesa dos interesses do município, nos processos judiciais, abrangendo a justiça comum estadual, justiça federal e justiça do trabalho, emissão de pareceres, acompanhamento técnico dos procedimentos legais e normativos, prestação de serviços técnicos e jurídicos em procedimentos legais próprios perante as secretarias e departamentos correlatos, na prestação de serviços com caráter local, semanal e permanente, conforme Edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 26 de janeiro 2017. Cred. sessão de lances e Hab. Às 09h05min do dia 26 de janeiro de 2017. Obt. do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3447-0007. Ouro Verde (SC), 06 de janeiro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº2869

DECRETO N.º 2869/2017

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a Pedido o servidor público municipal Sr. FLAVIO NARDON, ocupante do cargo Efetivo de Psicólogo 30:00 hs. semanais

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 05 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

### LEI Nº979

Lei Nº 979/2017.

“AUTORIZA REALIZAR DESPESAS COM EVENTO PROMOVIDO PELO CTG CANCELA DA AMIZADE - XXI RODEIO INTERESTADUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas no valor de até 3.000,00 (Três mil reais), destinados ao pagamento de despesas (compra de troféus) quando na realização do XXI RODEIO INTERESTADUAL, promovido pelo CTG Cancela da Amizade de Ouro Verde – SC.

Art. 2.º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações consignadas para o exercício financeiro vigente.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 05 de Janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº006

PORTARIA N.º 006/2017

“DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Designar a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE APARECIDA RAMOS, ocupante dos Cargos Efetivos de Professora 20:00 horas semanais e Professora 20:00 horas semanais, para responder como Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA 035/2016 - RESULTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 035/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2016, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem como objeto a concessão da execução de serviço público de remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou penalidades, nos termos da Lei nº 1.379, de 28 de fevereiro de 2002 e suas alterações.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

VALDIR LOOS ME venceu o certame com proposta de 30,45% (trinta vírgula quarenta e cinco por cento).

Palhoça, 21 de Dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº077/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 77/2016 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 45/2016– PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: – Fica alterada a empresa fornecedora do item 60 (Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm², 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades) da Ata de Registro de Preços nº 45/2016 para a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. O valor unitário do item 60 passar a ser R\$ 16,00 (dezesesseis reais).

DATA: 19/12/2016.

### EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO Nº 076/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE RESCISÃO N.º 076/2016 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 45/2016 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA EPP. OBJETO: – Fica rescindido amigavelmente o item 60 (Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm², 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades) da Ata de Registro de Preços nº 45/2016 do Pregão Presencial nº 05/2016, nos termos do art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

DATA: 19/12/2016.

# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 004/2016

Decreto nº 004, de 04 de janeiro de 2017.

ESTABELECE CALENDÁRIO FISCAL PARA OS TRIBUTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEOMAR JOSE MANTELLI, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 73, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal combinado com os artigos 138, 219, 238 e 248, todos do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar 002, de 18 de Dezembro de 2002,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Calendário Fiscal para pagamento dos tributos relativos ao exercício de 2017, da forma como segue:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Expediente, Taxa do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, Taxa de Serviços Urbanos (coleta de lixo):

Até 17 de abril: pagamento em parcela única com desconto no valor do IPTU de 12% (doze por cento).

Em 06 (seis) parcelas mensais vencíveis no dia 17 de abril, 17 de maio, 16 de junho, 17 de julho, 17 de agosto e 15 de setembro, respectivamente.

II – Alvará de Licença para Localização e Funcionamento e respectiva Taxa de Expediente:

Em parcela única, vencível em 20 de fevereiro de 2017.

III – Imposto Sobre Serviços - ISS.

No caso do imposto apurado com base no movimento mensal, o vencimento do imposto ocorre no dia 20 (vinte) do mês subsequente.

No caso de o imposto ser fixo, com parcelas trimestrais, vencíveis nos dias 03 de abril, 03 de julho, 02 de outubro e 28 de dezembro, respectivamente.

IV – Alvará Sanitário.

Em parcela única vencível em 22 de maio de 2017.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, SC em 04 de janeiro de 2017.

CLEOMAR JOSE MANTELLI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

# Papanduva

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 2678, DE 02 DE JANEIRO DE 2017 - APROVA DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.**

Decreto nº 2678, de 02 de janeiro de 2017.

#### **APROVA DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.**

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

#### **DECRETA**

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade do Município de Papanduva, com a área total de 2.400,00m<sup>2</sup> (dois mil e quatrocentos metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Joaquim Mendes, distante 60,00 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Governador Pedro Ivo campos, com base no Ponto OPP, Lote "02", Quadra nº 19, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 2.509, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "02-A" – 1.484,30m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Joaquim Mendes, distante 60,00 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Governador Pedro Ivo campos, Coordenadas E: 583937.497 e N: 7080172.095, com base no Ponto OPP, Quadra nº 19.

Frente:- 20,84 metros com o Município pela Rua Joaquim Mendes, lado ímpar;

Fundos:- 15,12 metros com o Município pela Rua Henrique Martins Haas, lado par;

Lado Direito:- 36,49 metros, 1,01 metros, 43,55 metros com o Lote "02-B" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 40,00 metros com a Matrícula nº 3.737-Papanduva/SC de Lynel Indústria Têxtil Ltda; 40,00 metros com a Matrícula nº 2.509-Papanduva/SC de Município de Papanduva.

Descrição do Lote "02-B" – 915,70m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Francisco Martins Haas, distante 60,44 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Governador Pedro Ivo campos, nas Coordenadas E: 584012.800 e N: 7080141.094, com base no Ponto OPP, Quadra nº 19.

Frente:- 14,88 metros com o Município pela Rua Henrique Martins Haas, lado par;

Fundos:- 9,16 metros com o Município pela Rua Joaquim Mendes, lado ímpar;

Lado Direito:- 36,49 metros, 1,01 metros, 43,55 metros com o Lote "02-A" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 40,00 metros e 40,00 metros com terras de Donato Kieski.

Art. 2º. Os imóveis urbanos de propriedade de Município de Papanduva e Outro, com as áreas totalizando em 4.684,30m<sup>2</sup> (quatro mil seiscentos e oitenta e quatro metros e trinta decímetros quadrados), objetos das matrículas nºs 2.509/3.737, registrados no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva, localizado

no lado ímpar da Rua Joaquim Mendes, esquina com o lado ímpar da Rua Governador Pedro Ivo campos, nas Coordenadas E: 583904.688 e N: 7080121.859, com base no Ponto OPP, Quadra nº 19, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, ficam REMEMBRADOS, passando a constar com a seguinte Área: Descrição das Áreas: Matrícula nº 2.509-Papanduva/SC-Lote 02-A/04 e Matrícula nº 3.737-Papanduva/SC-Lote "01" – 4.684,30m<sup>2</sup>

Frente:- 80,84 metros com o Município pela Rua Joaquim Mendes, lado ímpar;

Fundos:- 35,12 metros com o Município pela Rua Henrique Martins Haas, lado par;

Lado Direito:- 36,49 metros, 1,01 metros, 43,55 metros com a Matrícula nº 2.509-Papanduva/SC de Município de Papanduva, Lote "02-B";

Lado Esquerdo:- 40,00 metros com o Município pela Rua Governador Pedro Ivo Campos, lado ímpar; 40,00 metros e 40,00 metros com a Matrícula nº 2.509-Papanduva/SC de Município de Papanduva, Lote "03".

Art. 3º. Os lotes deverão ser REMEMBRADOS no prazo de 90(noventa) dias.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração

### **DECRETO Nº 2679, DE 02 DE JANEIRO DE 2017 - APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE VALMIR PINTO.**

Decreto nº 2679, de 02 de janeiro de 2017.

#### **APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE VALMIR PINTO.**

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

**DECRETA**

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de VALMIR PINTO, com a área total de 684,17m<sup>2</sup> (seiscentos e oitenta e quatro metros e dezessete decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Manoel Ramos Ribeiro, esquina com o lado par da Rua João Mendes de Souza, com base no Ponto OPP, Lote "01", neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, devidamente registrado sob a matrícula nº 2.150, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "01-A" – 324,085m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Manoel Ramos Ribeiro, esquina com o lado par da Rua João Mendes de Souza, com base no Ponto OPP, nas Coordenadas E: 583469.205 N: 7080040.723.

Frente:- 16,20 metros com o Município pela Rua Manoel Ramos Ribeiro, lado par;

Fundos:- 16,19 metros com o Lote "01-B" Desmembrado;

Lado Direito:- 21,12 metros com a Matrícula nº 3.095-Papanduva/SC de Valdemir Becker, Lote "02";

Lado Esquerdo:- 21,12 metros com o Município pela Rua João Mendes de Souza, lado par.

Descrição do Lote "01-B" – 324,085m²

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua João Mendes de Souza, distante 21,12 metros da esquina com o lado par da Rua Manoel Ramos Ribeiro, com base no Ponto OPP, nas Coordenadas E: 583451.573 N: 7080052.350.

Frente:- 21,86 metros com o Município pela Rua João Mendes de Souza, lado par;

Fundos:- 20,39 metros com a Matrícula nº 3.095-Papanduva/SC de Valdemir Becker, Lote "02";

Lado Direito:- 16,19 metros com o Lote "01-A" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 16,26 metros com a Matrícula nº 7.658-Papanduva/SC de Alexandre Ianskoski, Lote "02-B".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de janeiro de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski

Secretária da Administração



# Paraíso

## PREFEITURA

### IL 01-2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PARAISO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 FMS  
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2017 FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:  
DO OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento e Distribuição de Água Potável Encanada, segundo previsão de gastos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Paraíso - SC, para o exercício de 2017.

DO VALOR TOTAL: R\$ 4.224,24 (Quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO CASAN

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será de Janeiro até 31 de Dezembro de 2017.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

MARINES ECKERT

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL

### IL 03-2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017 FMS  
INEXIBILIDADE Nº 03/2017 FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO, através do Fundo Municipal de Saúde, torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: Contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada – STFC, através de acesso digital à RTPC e Linhas de acesso analógico para o Fundo Municipal de Saúde de Paraíso/SC, para o exercício de 2017.

DO VALOR TOTAL: R\$ 12.000 (Doze mil reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/Fundo Municipal de Saúde

DO CONTRATADO: OI S.A

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será de Janeiro até 31 de Dezembro de 2017.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

MARINES ECKERT

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

### IL 02-2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017 FMS  
INEXIBILIDADE Nº 02/2017

O MUNICIPIO DE PARAISO, através do Fundo Municipal de Saúde, torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento e Distribuição de Energia Elétrica, segundo previsão de gastos do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso - SC, para o exercício de 2017.

DO VALOR TOTAL: R\$ 22.781,04 (Vinte e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e quatro centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/Fundo Municipal de Saúde

DO CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será de Janeiro até 31 de Dezembro de 2017.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

MARINES ECKERT

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### PORTARIA 001/2017

PORTARIA Nº. 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA MARCIO LUIZ ABATTI PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

Art. 1º. - Fica nomeado, Marcio Luiz Abatti para exercer o cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de Janeiro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de janeiro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças.

### PORTARIA 002/2017

PORTARIA Nº. 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA ADILSON MOACIR MARTINS PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

Art. 1º. - Fica nomeado, Adilson Moacir Martins para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de Janeiro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de janeiro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças.

### PORTARIA 003/2017

PORTARIA Nº. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA VALTER NOE ALMEIDA NUNES PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

Art. 1º. - Fica nomeado, Valter Noe Almeida Nunes, para exercer o cargo de Assessor Adjunto de Departamento de Serviços Urbanos – DAS 3.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de Janeiro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de janeiro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças.

### PORTARIA 004/2017

PORTARIA Nº. 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

"NOMEIA JULIO CESAR HENRIQUE PARA EXERCER O CARGO DE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

Art. 1º. - Fica nomeado, Julio Cesar Henrique, para exercer o cargo de Procurador Geral do Município – DAS 1.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de Janeiro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de janeiro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças.

**PORTARIA 005/2017**

PORTARIA Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2016.

“DESIGNA JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER, PARA ATUAR COMO CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Designar Janaína Silveira Scheffer, servidora em caráter efetivo no cargo de Tesoureira, para atuar como Chefe de Gabinete, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de janeiro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de janeiro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 094/2016**

PORTARIA Nº 094, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DOMINGOS EZEQUIEL PERES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder de Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Domingos Ezequiel Peres, referente ao período aquisitivo de 02/07/2011 à 01/07/2016.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 20/12/2016 com término em 19/03/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de dezembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20 de dezembro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 095/2016**

PORTARIA Nº 095, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, AMAURETE JOAQUIM KEGELLIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder de Licença Prêmio à servidora Pública Municipal, Amaurete Joaquim Kegellim, referente ao período aquisitivo de 21/12/2004 à 20/12/2011.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 20/12/2016 com término em 19/03/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de dezembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20 de dezembro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 096/2016**

PORTARIA Nº 096, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CARINA SILVEIRA PORTO PERES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder de Licença Prêmio à servidora Pública Municipal, Carina Silveira Porto Peres, referente ao período aquisitivo de 22/07/2007 à 20/07/2012.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 20/12/2016 com término em 19/03/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de dezembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 20 de dezembro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 097/2016**

PORTARIA Nº 097 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PRICILA PERES CARDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença-maternidade a partir de 28/12/2016, por 180 (cento e oitenta) dias.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à servidora Pública Municipal, Pricila Peres Cardoso, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 28/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 28 de dezembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de dezembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 098/2016**

PORTARIA Nº 098, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SILVIA MARIA ANDRIOLI DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder de Licença Prêmio à servidora Pública Municipal, Silvia Maria Andrioli da Silva, referente ao período aquisitivo de 14/05/2007 à 13/05/2012.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 29/12/2016 com término em 28/03/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 29 de dezembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 29 de dezembro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 099/2016**

PORTARIA Nº 099, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, FLÁVIO GONÇALVES CARDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder de Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Flávio Gonçalves Cardoso, referente ao período aquisitivo de 31/01/2010 à 10/07/2015.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 29/12/2016 com término em 28/03/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 29 de dezembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 29 de dezembro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO Nº 01/2017**

DECRETO Nº01/2017

Fixa valores de cobrança por serviços prestados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, visando à regulamentação da Lei Municipal n. 714, de 30 de outubro de 1995, em consonância com a Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 (LRF):

CONSIDERANDO a necessidade de amparar o homem do campo desprovido do recurso de mecanização e/ou transporte e outros serviços;  
CONSIDERANDO a necessidade de apoiar medidas de incremento à produção de produtividade;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica estabelecido, conforme tabela abaixo, os preços a serem utilizados para a cobrança dos valores por serviços prestados por equipamentos e veículos a terceiros.

MÁQUINA	TIPO DE SERVIÇO	CONDIÇÕES	PREÇO – R\$
Trator Agrícola	Serviços agropecuários	Valor exclusivo para atividades agropecuárias.	R\$ 5,00 / hora
Patrula	Serviços próprios para patrula	Depende do serviço do município. Assim, é necessário aguardar sempre a oportunidade / programação.	R\$ 139,27 / hora
Retroescavadeira	Serviços próprios de retroescavadeira	Depende do serviço do município. Assim, é necessário aguardar sempre a oportunidade / programação.	R\$ 97,50 / hora
Retroescavadeira	Serviços agropecuários	Valor exclusivo para atividades agropecuárias.	R\$ 25,00 / hora
Caminhão	Transportes diversos	Depende do serviço do município. Assim, é necessário aguardar sempre a oportunidade / programação.	R\$ 83,56
Caminhão	Carga de aterro	Depende do serviço do município. Assim, é necessário aguardar sempre a oportunidade / programação.	R\$ 83,56

Art. 2º. Os valores pelo serviço prestado deverão ser pagos antecipadamente, exceto quando se tratar de atividades agropecuárias, quando deverão ser pagos após a realização do mesmo;

Art. 3º. Os veículos ou equipamentos serão abastecidos por conta do município, e o usuário remunerará os serviços prestados;

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**NADIR CARLOS RODRIGUES**

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 09 de janeiro de 2017.

**JOSÉ ANTONIO ROGÉRIO**

Secretário Municipal de Administração

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2017, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal com a execução técnico-administrativa da empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV, o qual reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição nos sites <http://www.paulolopes.sc.gov.br/> e <http://iobv.org.br/>

Paulo Lopes, 09 de janeiro de 2017.

**NADIR CARLOS RODRIGUES**

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 041/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 041/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Franciely Aparecida Lopes Soares, brasileira, portadora do CPF nº 057.529.999-10, matrícula nº 11293, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessora Jurídica, a disposição da Secretaria Municipal de Administração, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 042/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 042/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Diego Ruanito dos Santos, brasileiro, portador do CPF nº 055.595.919-80, matrícula nº 11294, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessor de Secretário (a) de Educação, com lotação na Secretaria de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 043/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 043/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Juliana Aparecida da Rosa Soares, brasileira, portadora do CPF nº 057.471.979-24, matrícula nº 11295, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessor Educacional, com lotação na Secretaria de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 044/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 044/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Deise Alexandre Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 017.991.119-89, matrícula nº 11296, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessor de Planejamento e Projetos de Saúde, com lotação na Secretaria de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 045/2017**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 045/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Danilo Freitas Junior, brasileiro, portador do CPF nº 932.457.779-49, matrícula nº 11297, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Municipal da Agricultura Indústria, Comércio e Meio Ambiente, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 046/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 046/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Fabrício Jair Vieira, brasileiro, portador do CPF nº 043.927.889-97, matrícula nº 11298, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Esporte e Lazer, com lotação na Secretaria de Esporte e Lazer com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 047/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 047/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Batista Custodio, brasileiro, portador do CPF nº 028.246.839-02, matrícula nº 11299, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor Departamento de Tributação e Fiscalização, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 048/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 048/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

**ERRATA**

Na Portaria nº 037/2017 de 02 de Janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 05 de Janeiro de 2017, onde se lê "LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUZA" Leia-se "LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA". Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 03 de Janeiro de 2017.  
Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério  
Secretário Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### 1ª ERRATA AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 06/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

#### ERRATA AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 06/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 2775/2015 e, de acordo com o item 9.3 do edital do Processo Seletivo nº 06/2016, torna público a presente errata:

I - Considerando o erro de digitação, onde consta repetidamente o item 3.1, o segundo passará a ter a redação de item 3.1.1

II - O item 1.4 passa a vigorar com a seguinte redação:

O prazo de validade de eventual contratação será até o dia 31/12/2017;

III – O item 3.1-A, alínea D, passa a vigorar com a seguinte redação:

D – Educação de Jovens e Adultos (EJA)

D.1 - Língua Portuguesa

D.2 - Matemática

D.3 - História

D.4 - Geografia

D.5 - Ciências

D.6 - Inglês

IV – O item 3.1.1 passa a vigorar com a seguinte redação:

3.1.1. Os cargos/áreas/disciplinas e respectivas formações mínimas exigidas, objeto do presente processo seletivo, são os seguintes:

ÁREA/DISCIPLINA	HABILITADO	NÃO HABILITADO	CARGA HORÁRIA
Professor de Educação Infantil A1 e A2	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Curso de Licenciatura em Pedagogia Educação Infantil; ou Diploma/Certificado de Conclusão de Curso Normal Superior; Ou Diploma/Certificado de Conclusão do Magistério	Certidão de Frequência a partir do 5ª período em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Pedagogia-Educação Infantil.	20 horas semanais ou 40 horas semanais
Professor de Anos Iniciais B1 e B2	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Curso de Licenciatura em Pedagogia Séries Iniciais; ou Diploma/Certificado de Conclusão de Curso Normal Superior; ou Diploma/Certificado de Conclusão do Magistério	Certidão de Frequência a partir do 5ª período em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Pedagogia Séries Iniciais	20 horas semanais ou 40 horas semanais
Professor de Anos Finais C1, C2, C3, C4, C5, C6 e C7	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena ou Curso de Licenciatura Curta nas respectivas disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Ensino Religioso e Inglês	Certidão de Frequência a partir do 5ª período em Curso de Licenciatura Plena nas respectivas disciplinas específicas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Ensino Religioso e Inglês	10, 20, 30 ou 40 horas semanais

Professor de Educação de Jovens e Adultos (EJA) D1, D2, D3, D4, D5 e D6	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena ou Curso de Licenciatura Curta nas respectivas disciplinas específicas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Inglês	Certidão de Frequência a partir do 5º período em Curso de Licenciatura Plena nas respectivas disciplinas específicas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Inglês	10, 20, 30 ou 40 horas semanais
Educação Física	Curso Superior completo na disciplina específica	Cursando a graduação na área específica a partir do 5º período	10, 20, 30 ou 40 horas semanais
Arte	Curso Superior completo na disciplina específica	Cursando a graduação na área específica a partir do 5º período	10, 20, 30 ou 40 horas semanais

V – O item 4.3 passa a vigorar com a seguinte redação:

4.3 Os documentos originais deverão ser apresentados com fotocópia simples para conferência no ato da inscrição.

VI – O item 4.8 passa a vigorar com a seguinte redação:

4.8 Os critérios objetivos analisados, de acordo com os quadros abaixo, serão os seguintes:

TÍTULO – QUALIFICAÇÃO ACIMA DA HABILITAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS
Cursando a partir do 5º período Graduação na área específica para os não habilitados.	10	1
Diploma/ Certificado de Conclusão do Magistério para Ed.Infantil e Anos Iniciais.	50	1
Diploma/Certificado Normal Superior	100	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Graduação, na modalidade de ensino escolhida.	100	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós Graduação, em nível de Especialização, na área da Educação	70	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós Graduação, em nível de Mestrado, na área da Educação.	100	1
Certificado, Diploma ou Histórico Escolar de Curso de Pós Graduação, em nível de Doutorado, na área da Educação	100	1

VII – Fica excluído o item 8.2.10.

VIII – O Anexo I passa a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO I – CARGO EM DISPUTA

CARGO	VAGAS	CH	ESCOLARIDADE MÍNIMA	REMUNERAÇÃO
Professor Educação Infantil	01	20h	Habilitado – Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Curso de Pedagogia - Educação Infantil; ou Curso Normal Superior;	PROFESSOR NÍVEL 03  40h R\$ 2.456,00 + Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
		ou 40h	Magistério  Não habilitado – Frequência a partir do 5ª período em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Pedagogia -Educação Infantil	PROFESSOR NÍVEL 01  40h R\$ 2.135,65 + Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade  20h R\$ 1.067,82 + Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade

Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental	01	20h	Habilitado – Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia; ou Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia Séries Iniciais; ou Curso Normal Superior;	PROFESSOR NÍVEL 03  40h R\$ 2.456,00 + Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
		ou 40h	Magistério.  Não habilitado – Frequência a partir do 5ª período em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Pedagogia -Ensino Fundamental	PROFESSOR NÍVEL 01  40h R\$ 2.135,65 + Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade  20h R\$ 1.067,82 + Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
Professor de Arte	01	10h 20h	Habilitado – Curso Superior completo com habilitação em Arte	PROFESSOR NÍVEL 03  20h R\$ 1.228,00 + Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
		30h ou 40h	Não habilitado – Cursando a Graduação na Área específica a partir do 5º período.	PROFESSOR NÍVEL 01  20h R\$ 1.067,83+ Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
Professor de Educação Física	01	10h 20h	Habilitado – Curso Superior completo com habilitação em Educação Física	PROFESSOR NÍVEL 03  20h R\$ 1.228,00+ Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
		30h ou 40h	Não habilitado – Cursando a Graduação na Área específica a partir do 5º período	PROFESSOR NÍVEL 01  20h R\$ 1.067,83+ Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
Professor De Anos Finais do Ensino Fundamental	01	10h	Habilitado – Conclusão de Licenciatura Plena ou Curso de Licenciatura Curta nas respectivas disciplinas específicas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte e Inglês.	PROFESSOR NÍVEL 02 20h R\$ 1.147,00+ Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
		20h 30h ou 40h		NÍVEL 03 20h R\$ 1.228,00+ Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
Português Matemática História Geografia Ciências Inglês Ensino Religioso			Não habilitado – Frequência a partir do 5ª período em Curso de Licenciatura Plena nas respectivas disciplinas específicas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Ensino Religioso e Inglês	PROFESSOR NÍVEL 01  20h R\$ 1.067,83 + Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade



Professor De Anos Finais do Ensino Fundamental – EJA	01	10h	Habilitado – Conclusão de Licenciatura Plena ou Curso de Licenciatura Curta nas respectivas disciplinas específicas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Inglês.	PROFESSOR NÍVEL 02 20h R\$ 1.147,00+ Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
		20h		NÍVEL 03 20h R\$ 1.228,00 + Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
Português		30h		
Matemática		ou		
História		40h	Não habilitado – Frequência a partir do 5ª período em Curso de Licenciatura Plena nas respectivas disciplinas específicas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Inglês	PROFESSOR NÍVEL 01 20h R\$ 1.067,83 + Gratificação de Regência e Prêmio Assiduidade
Geografia				
Ciências				
Inglês				

IX – O Anexo III passa a vigorar com a seguinte redação:

### ANEXO III - FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº06/2016

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº

DADOS PESSOAIS

NOME:

CPF:

RG:

UF:

DATA DE NASCIMENTO:

ENDEREÇO:

Nº

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

CEP:

E-MAIL:

TELEFONE FIXO:

CELULAR

CARGO PRETENDIDO:

- EDUCAÇÃO INFANTIL ( )
- ANOS INICIAIS ENS. FUN. ( )
- ANOS FINAIS ENS. FUN. DISCIPLINA ( ) \_\_\_\_\_
- EJA - ANOS FINAIS ENS. FUN. DISCIPLINA ( ) \_\_\_\_\_
- EDUCAÇÃO FÍSICA ( )
- ARTE ( )

DECLARO, SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL, QUE AS FOTOCÓPIAS DE TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO SÃO FIEIS ÀS VIAS ORIGINAIS, BEM COMO CONHEÇO E ESTOU DE ACORDO COM AS EXPERIÊNCIAS CONTIDAS NO EDITAL DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO.

DATA E ASSINATURA DO CANDIDATO

Penha, 05 de janeiro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 01/2017 - CREDENCIAMENTO UNIVERSAL 01/2017 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO - FMS

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que está efetuando Credenciamento para contratação de serviços conforme especificado abaixo, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Processo de Licitação 01/2017 - FMS e Credenciamento 01/2017 - FMS.

Objeto: Credenciamento de Empresa especializada para fornecimento de passagens, através de serviço de transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Peritiba.

As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 09 de Janeiro de 2017, com data prevista para encerramento em 31 de dezembro de 2017.

Edital na íntegra está disponível no site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 05/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 01/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 05/2017 – Pregão Presencial 01/2017.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais, produtos para desenvolvimento de atividade pedagógicas, projetos, oficinas, campanhas.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 26/01/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 26/01/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba – SC em 06 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 06/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 02/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 06/2017 – Pregão Presencial 02/2017.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores Novos, além de duplicagem de pneus dos veículos e máquinas do Município de Peritiba.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 20/01/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 20/01/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba – SC em 06 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 2-2017**

CONCEDE FÉRIAS A GEOVANE PETTER

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa.

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Geovane Petter, ocupante de cargo efetivo de Contador, no período de 09 de janeiro de 2017 a 28 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo de 04/01/2016 a 03/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 6 de janeiro de 2017.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

**PORTARIA Nº 3-2017**

CONCEDE FÉRIAS A CÉSAR CLAUDIR DA SILVA

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa.

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor César Claudir da Silva, ocupante de cargo efetivo de Técnico Legislativo, no período de 09 de janeiro de 2017 a 28 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo de 04/01/2016 a 03/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 6 de janeiro de 2017.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 02 2017 - FISIOTERAPEUTA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 02/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA REALIZAR ATENDIMENTOS DE FISIOTERAPIA, PELO PERÍODO DE 04 (quatro) MESES, CORRESPONDENTES A LICENÇA MATERNIDADE DA SERVIDORA EFETIVA, PODENDO SER PRORROGADO CASO PERDURE O AFASTAMENTO. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 30/01/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 09 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 06 2016 - PNEUS NOVOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 06/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (TRANSPORTE ESCOLAR). O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 31/01/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 09 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 05 2017 - MATERIAL DE LIMPEZA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 05/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA CONSUMO E MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DESTA MUNICIPALIDADE. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 23/01/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 09 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### **AVISO LICITAÇÃO 002/2017**

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 20/01/2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 002/2017, visando o fornecimento de serviços laboratoriais generalizados – EXAMES ENCAMINHADOS/ SOLICITADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 20/01/2017 até as 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC 06 DE JANEIRO DE 2017  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 017/2017**

PORTARIA Nº 0017/2017

ANULA O DECRETO Nº 4.116/2014 de 01 de dezembro de 2014, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSE DARCI DA SILVA

BERNARDETE PASETTO FARINA, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREPI, nomeada pelo Decreto nº 4.305, de 13 de novembro de 2015, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n.º 81, de 12 de novembro de 1999, CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Contas do Estado no julgamento do Processo APE nº – 15/00088304, que denegou o registro do ato aposentatório do servidor público municipal JOSE DARCI DA SILVA; RESOLVE, ANULAR, o Decreto nº 4.116/2014 de 01 de dezembro de 2014, que concedeu Aposentadoria Por Invalidez com Proventos Integrais para o servidor público municipal JOSE DARCI DA SILVA, ocupante do cargo de Operário Braçal SEG-02, CLASSE D do Quadro de Pessoal do Município de Pinheiro Preto.  
Pinheiro Preto, 05 de janeiro de 2017.  
BERNARDETE PASETTO FARINA  
Presidente do IPREPI

### **LICITAÇÃO 001/2017 - TOMADA DE PREÇOS**

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2017  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 25/01/2017, licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2017, visando a contratação de empresa para prestar serviço diário de reciclagem, industrialização e destino final do lixo domiciliar urbano da cidade de Pinheiro Preto.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 25/01/2017 até as 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC 05 DE JANEIRO DE 2017  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA 01/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO:  
AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA, DIESEL S10 E DIESEL COMUM, EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
CONTRATADO: AUTO POSTO LIGEIRINHO LTDA  
Endereço: BR 282 KM 464  
CNPJ: 03.671.477/0001-97  
ORIGEM: Processo 01/2017 Dispensa de Licitação n. 01/2017.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento no Inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8666/93.  
PROCESSO LICITATÓRIO N.: 03/2017.  
VIGÊNCIA: 05 a 31 de janeiro de 2017.

Ponte Serrada/SC, 05 de janeiro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

### REVOGAÇÃO PREGÃO 01/2017 TP 01/2017

AVISO DE REVOGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2017

TP Nº 01/2017

O Município de Ponte Serrada torna público aos interessados, a revogação da licitação supracitada, OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.

Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7 às 13 horas pelo e-mail compras01@gmail.com ou pelo telefone (0XX49) 34350122. Ponte Serrada, 06 de janeiro de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

# Porto Belo

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 - PMPB**

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 001/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de PORTO BELO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 – PMPB

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 001/2017 - PMPB em conformidade com o Inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93.

Processo nº. 001/2017 – PMPB

Objeto: Aquisição de Combustível (Gasolina Comum e Óleo Diesel) para atender as necessidades das secretarias, fundos e fundações do Município de Porto Belo.

Contratado: Comercio Varejista Derivado Petróleo 4 ilhas Ltda

Valor: R\$ 7.912,27 (Sete mil e novecentos e doze reais e vinte e sete centavos).

Homologado: 05/01/2017.

Porto Belo / SC, 05 de Janeiro de 2017

Eliane Tomaz

Secretária de Administração

### **AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 001/2017 - PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 001/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de Combustível (Gasolina Comum e Óleo Diesel S10) para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 19/01/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 19/01/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 09 de Janeiro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 014/2017

DECRETO Nº 014, de 05 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência à Agente Administrativo Sra. Luana Berton, CPF nº 096.151.589-92, que fica autorizada a movimentar as contas bancárias conjuntamente com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Marivaldo dos Reis Santa Isabel, CPF nº 226.353.437-72, junto à Caixa Econômica Federal, para todas as contas do Fundo Municipal de Saúde de Porto União.

Art. 2º Os mesmos estarão investidos conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;
- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos;
- 8- sustar/contra – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito.

Art. 3º Os mesmos estarão investidos isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito.

Art. 4º Revogam-se o Decreto nº 905, de 24 de março de 2016, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 015/2017

DECRETO Nº 015, de 05 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência à Agente Administrativo Sra. Luana Berton, CPF nº 096.151.589-92, que fica autorizada a movimentar as contas bancárias conjuntamente com o Secretário Municipal de Saúde/Diretor Municipal de Saúde, Sr. Marivaldo dos Reis Santa Isabel, CPF nº

226.353.437-72, junto ao Banco do Brasil, para todas as contas do Fundo Municipal de Saúde de Porto União e as contas nºs 205568-6 e 14707-9, da Prefeitura Municipal de Porto União.

Art. 2º Os mesmos estarão investidos conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;
- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos;
- 8- sustar/contra – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito.

Art. 3º As mesmas estarão investidas isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito.

Art. 4º Revogam-se o Decreto nº 919, de 01 de abril de 2016, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 016/2017**

DECRETO Nº 016, de 05 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência à Secretária Municipal de Educação, Sra. Aldair Wengerkiewicz Muncinelli, CPF nº 404.939.389-15, que fica autorizada a movimentar as contas bancárias conjuntamente com a Agente Administrativo, Sra. Cassia Nalon Conte, CPF nº 036.922.389-67, junto ao Banco do Brasil, para as contas do Fundo Municipal de Educação de Porto União, sob o CNPJ nº 11.257.464/0001-02, bem como as contas da Prefeitura Municipal de Porto União, sob o CNP nº 83.102.541/0001-58, a seguir especificadas:

- I- 19245-7;
- II- 19780-7;
- III- 21079-x;
- IV- 11934-2;
- V- 15814-3;
- VI- 12163-0;
- VII- 173275-7;
- VIII- 22941-5;
- IX- 25952-7;
- X- 25627-7;
- XI- 22940-7;
- XII- 24393-0;
- XIII- 25243-3.

Art. 2º As mesmas estarão investidas conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;
- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 8- sustar/contrar – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito.

Art. 3º As mesmas estarão investidas isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito.

Art. 4º Revogam-se o Decreto nº 1.030, de 04 de novembro de 2016, e as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 017/2017**

DECRETO Nº 017, de 05 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência à Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade Sra. Sofia Sydol, que fica autorizada a movimentar as contas bancárias junto à Caixa Econômica Federal, conjuntamente com o Prefeito Municipal.

Art. 2º A mesma estará investida conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;
- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 8- sustar/contrar – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;



- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito.

Art. 3º A mesma estará investida isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito.

Art. 4º Revogam-se o Decreto nº 817, de 02 de dezembro de 2015, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 018/2017**

DECRETO Nº 018, de 05 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Social interino, Senhor Miguel Chokailo Neto, CPF nº 509.250.249-53, que fica autorizado a movimentar as contas bancárias conjuntamente com a Agente Administrativo, Sra. Cassia Nalon Conte, CPF nº 036.922.389-67, junto ao Banco do Brasil, para as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União, sob o CNPJ nº 11.511.974/0001-56, bem como as contas da Prefeitura Municipal de Porto União, sob o CNPJ nº 83.102.541/0001-58, a seguir especificadas:

- I- 181.502-4;
- II- 21.033-1;
- III- 21.028-5;
- IV- 21.064-1;
- V- 21.034-x;
- VI- 21.030-7;
- VII- 21.029-3;
- VIII- 21.002-1;
- IX- 21.000-5;
- X- 26.706-6;
- XI- 27.048-2;
- XII- 27.047-4;
- XIII- 27.046-6;
- XIV- 27.045-8;
- XV- 27.044-x;
- XVI- 27.043-1;
- XVII- 27.042-3;
- XVIII- 21.577-5;
- XIX- 21.595-3;
- XX- 22.397-2;
- XXI- 22.523-1;
- XXII- 23.989-5;
- XXIII- 25.342-1;
- XXIV- 24.234-9;
- XXV- 25.255-7;
- XXVI- 25.256-5.

Art. 2º Os mesmos estarão investidos conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;

- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 8- sustar/contra – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito.

Art. 3º Os mesmos estarão investidos isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito.

Art. 4º Revogam-se o Decreto nº 1.032, de 04 de novembro de 2016, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 019/2017**

DECRETO Nº 019, de 05 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência à Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade Sra. Sofia Sydol, que fica autorizada a movimentar as contas bancárias junto ao Banco do Brasil, conjuntamente com o Prefeito Municipal.

Art. 2º A mesma estará investida conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;
- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 8- sustar/contra – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito.

Art. 3º A mesma estará investida isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;

- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 020/2017**

DECRETO Nº 020, de 05 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência à Secretária Municipal de Educação, Sra. Aldair Wengerkiewicz Muncinelli, CPF nº 404.939.389-15, que fica autorizada a movimentar a conta bancária nº 71.001-0, do Fundo Municipal de Educação de Porto União, sob o CNPJ nº 11.257.464/0001-0, junto à Caixa Econômica Federal, conjuntamente com a Agente Administrativo, Sra. Cassia Nalon Conte, CPF nº 036.922.389-67.

Art. 2º As mesmas estarão investidas conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;
- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 8- sustar/contra – ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques – conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito.

Art. 3º As mesmos estarão investidas isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito.

Art. 4º Revogam-se os Decretos nºs 1.031, de 04 de novembro de 2016 e 1.047, de 30 de novembro de 2016, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 05 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 001/2017 - RH**

PORTARIA Nº 001, de 02 de janeiro de 2017.

Concede a Quitação de Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 60 (sessenta) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, do servidor João Maria dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo em extinção de Guardião.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 002/2017 - RH**

PORTARIA Nº 002, de 02 de janeiro de 2017.

Deferir a Averbação de Tempo de Serviço junto ao INSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 20022011.1.00009/04-3, datada de 07 de dezembro de 2016, da servidora ELIANE MARIA SCHNECK BORTOLON.

**RESOLVE:**

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 880 dias, ou seja, 02 (dois) anos, 05 (cinco) meses, a título de Tempo de Contribuição junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento

- 01/06/1984 a 17/12/1984 – Roselaine Maria Menegotto - ME 00a 06m 17d
- 18/06/1985 a 05/05/1987 – Paulo Ricardo Murara 01a 10m 18d

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 003/2017 - RH**

PORTARIA Nº 003, de 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre Conceder Abono De Permanência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora Eliane Maria Schneck Bortolon, protocolado em 14 de dezembro de 2016, com opção expressa de permanecer em atividade laborativa, embora já tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária integral;

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sob o nº 20022011.1.00009/04-3 e a Portaria de Averbação nº 002/2017 de 03 de janeiro de 2017, da referida servidora;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, opinando pelo deferimento do pedido da servidora;

**RESOLVE**

Art. 1º CONCEDER ABONO DE PERMANENCIA a partir de 26 de novembro de 2016, à servidora ELIANE MARIA SCHNECK BORTOLON, ocupante do cargo de Farmacêutica, nos termos da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003 e Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005, observado o Decreto Municipal nº 687 de 18 de novembro de 2011.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 26 de novembro de 2016.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 004/2017 - RH**

PORTARIA Nº 004, de 02 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre designação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR o servidor efetivo Dinarte Ribeiro Guedes Neto, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Recursos Humanos, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 006/2017 - RH**

PORTARIA Nº 006, de 02 de janeiro de 2017.

Revogar a Portaria nº 301, de 16 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 301, de 16 de junho de 2016, que concede Função Gratificada como Responsável pela Contabilidade, ao servidor efetivo Alcione Regina Kaminski.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 007/2016 - RH**

PORTARIA Nº 007, de 02 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre designação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR o servidor efetivo Daniel Benoni, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Planejamento da Saúde, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 008/2017 - RH**

PORTARIA Nº 550, de 01 de setembro de 2016.

Conceder função gratificada, como Responsável Técnico pela Emissão de Laudos Sociais

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável Técnico pela Emissão de Laudos Sociais de 30% (trinta por cento), a servidora efetiva GISELE MUNHOZ PIRES BATISTA, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de setembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DE ATA 1**

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

**EXTRATO DE ATA**

Ata de Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto União para o ano de 2017.

Após empossados os Vereadores, em conformidade com o disposto no Artigo 20 § 3º da Lei Orgânica Municipal, o Poder Legislativo de Porto União realizou, no dia 01 de janeiro de 2017, a sessão que elegeu a nova composição da Mesa Diretora, a qual conduzirá os trabalhos Legislativos e Administrativos no período entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2017. A Mesa Diretora eleita foi a seguinte:

Presidente: LUIZ ALBERTO PASQUALIN (PP)

Vice-presidente: CHRISTIAN AGENOR MARTINS (PMDB)

1º Secretário: SANDRO LUCIANO CALIKOSKI (PMDB)

2º Secretário: NEILOR GRABOVSKI (PMDB)

Luiz Alberto Pasqualin

Sandro Luciano Calikoski

Presidente

1º Secretário

Christian Agenor

Martins Neilor Grabovski

Vice-Presidente

2º Secretário

**EXTRATO DE TERMO DE POSSE 2017****EXTRATO DE TERMO DE POSSE**

Termo de Compromisso e Posse no Cargo de Prefeito e Vice – Prefeito e Vereadores de Porto União (SC).

Às dez horas do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nas dependências do Clube Aliança, Município de Porto União, a Vereadora Salime Farah presidiu a Sessão de Posse para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito dos Senhores Eliseu Mibach e Percy Storck, respectivamente e também posse dos Eleitos para a 18ª Legislatura da Câmara Municipal, Senhores Carlos Roderlei Pinto, Christian Agenor Martins, Elio Miguel Weber, Fernando Antonio Moreira, Gildo Luiz Masselai, Jacir Barth, Luiz Alberto Pasqualin, Neilor Grabovski, Paulo Kovalski, Salime Farah e Sandro Luciano Calikoski os quais prestaram compromisso e juramento conforme consta na Lei Orgânica Municipal. Após assinarem o Livro de Posse foram empossados nos referidos cargos, para cumprirem seus mandatos de 01/01/2017 até 31/12/2020. Este Termo de Compromisso e Posse foi testemunhado por autoridades civis, militares, eclesiásticas, e convidados que se fizeram presentes.

Porto União, 01 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin

Sandro Luciano Calikoski

Presidente

1º Secretário

Christian Agenor Martins

Neilor Grabovski

Vice-Presidente

2º Secretário



**PORTARIA Nº 15/2017**

PORTARIA Nº 15/2017

Ementa: "Dispõe sobre nomeação"

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º NOMEIA o Senhor Julio Ilsomar Chaicowski para o Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, Símbolo AS-1, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 09 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Calikoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 16/2017**

PORTARIA Nº 16/2017

Ementa: "Dispõe sobre nomeação"

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º NOMEIA o Senhor Mario César Patruni para o Cargo Comissionado de Assessor de Comunicação Social, Símbolo ATP-2, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 09 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Calikoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**PORTARIA Nº 17/2017**

PORTARIA Nº 17/2017

Ementa: "Dispõe sobre nomeação"

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX e Artigo 33, Inciso XII do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º NOMEIA o Senhor Eroclito Hamilton Tesseroli para o Cargo Comissionado de Consultor Jurídico da Presidência, Símbolo ATP-1, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 09 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Calikoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 229/2017**

RESOLUÇÃO Nº 229/2017

EMENTA: Cria a Comissão para Revisão da Lei Orgânica do Município de Porto União e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, prevista na Lei Orgânica e Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Revisão da Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto União.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo 1º será formada pelos seguintes membros: Christian Agenor Martins, Elio Miguel Weber, Paulo Kovalski, Neilor Grabovski, Franciane Loss Laurentino, Gilmara Fatima Cordeiro, Gustavo da Silva Souza, Maira Teresinha Lusa e Silvia Regina Grabowski Grinko.

Art. 3º - O prazo para conclusão dos trabalhos é de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da publicação desta Resolução, prorrogáveis por igual período.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de janeiro de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin	Christian Agenor Martins
Presidente	Vice - Presidente
Sandro Luciano Calikoski	Neilor Grabovski
1º Secretário	2º Secretário

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### **CONTRATO 01/2017- ASSISTENCIA SOCIAL- IPM SISTEMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU

CONTRATO Nº 01/2017 DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA DE PRESIDENTE NEREU, Estado de Santa Catarina – SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.735.201/0001-89, estabelecida na Praça Leão Dehon, 50, na cidade de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. IDEMARA VENTURA VOLTOLINI, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado de CONTRATANTE, a IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, com sede a Avenida Trompowsky, 354, 7º andar, sala 701 – Edifício Ferreira Lima – Centro – Florianópolis/SC, neste ato representada por seu administrador, Sr. ALDO LUIZ MEES, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram este contrato baseados no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Este Contrato tem por objeto a locação de Software de Gestão Pública Municipal relacionado abaixo:

- CONTABILIDADE

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 – Para a locação dos softwares a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 1.587,36 (um mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos) pagos em 04 (quatro) parcelas de R\$ 396,84 (trezentos noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos) mensais.

2.2 – O valor da mensalidade deverá ser pago no quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 – O prazo de vigência deste contrato é de 04 (quatro) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – As despesas decorrentes do presente contrato correrão a contas da seguinte dotação orçamentária:

12.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.006 – Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.00000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

#### CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 – Respeitar as condições estabelecidas pela CONTRATADA para a locação dos sistemas e suas respectivas características de funcionamento;

5.2 – Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, uso e obrigações

ou qualquer serviços sem o conhecimento e autorização prévia e por escrito da CONTRATADA;

5.3 – Não utilizar o Sistema em evidência, em quaisquer eventos, promoções ou publicações, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATADA;

5.4 – Criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma;

5.5 – Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus funcionários ou pessoas as quais venham a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do sistema sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema. No caso de alguma violação se consumir contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, a CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender as ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação;

5.6 – Proteger todos os programas com os respectivos dados, contidos na máquina ou ambientes designados, e informar a CONTRATADA sobre mudanças que ocorrerem relacionadas com a versão original do sistema da CONTRATANTE;

5.7 – Permitir a qualquer tempo o acesso restrito da CONTRATADA;

5.8 – Efetuar em dia os pagamentos devidos à CONTRATADA, sob pena de imposição de multa;

5.9 – Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela CONTRATADA;

5.10 – Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA nas áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções, quando for o caso;

5.11 – Manter backup adequado para satisfazer às necessidades de segurança, assim com restart e recuperação no caso de falha da máquina;

5.12 – No momento da instalação, dispor de equipamentos de informática adequados para a instalação dos programas de computador locados, deverá notificar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 10 dias corridos antes da instalação dos programas.

#### CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar as atividades objeto deste contrato;

6.2 – Solicitar da CONTRATANTE, por escrito, a prorrogação do prazo determinado para cada etapa prevista, caso ocorram atrasos causados por motivos atribuíveis à CONTRATANTE;

6.3 – Garantir que os sistemas sejam entregues, instalados, implantados e desempenhem todas as funções e especificações necessárias ao bom cumprimento do contrato;

6.4 – Manter a regularidade e a integridade do sistema na versão corrente, ou seja, manter a versão que foi adquirida na data deste contrato;

6.5 – Informar a CONTRATANTE sobre todas as atualizações realizadas no sistema, oferecendo a possibilidade de aquisição de nova versão;

6.6 – Acatar as normas de acesso de pessoas às instalações da CONTRATANTE;

6.7 – Atender as chamadas destinadas ao esclarecimento de dúvidas e solução de problemas;

6.8 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

6.9 – Utilizar na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – A rescisão contratual ocorrerá, se for o caso, nos termos dos artigos 78 e 79 da Lei de Licitações;

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DEMAIS SERVIÇOS**

8.1 – Os demais serviços oferecidos e prestados à CONTRATANTE, que não seja a implantação e locação estipulada na Cláusula Primeira e Segunda deste contrato, precederão de orçamento próprio e pagamento à parte.

**CLÁUSULA NONA (DAS PENALIDADES)**

Ao Contratado, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

a) Atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

I) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia; e

II) atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

b) Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

I) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou

II) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do Contratado por danos causados à Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10 – O presente contrato tem por fundamentação legal o artigo 24, inciso II da Lei de Licitações 8.666/93.

10.1 – Cabe à CONTRATANTE, a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de cumprimento do presente contrato, e a CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotadas pela CONTRATANTE.

10.2 – Todas e quaisquer alterações que venham a ocorrer nas relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE deverá imediatamente ser formalizadas por instrumentos aditivos a este CONTRATO, do qual estes farão parte integrante;

10.3 – Os casos omissos deverão obedecer ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e alterações e as demais legislações correlatas;

10.4 – A CONTRATADA não se responsabilizará pelo sistema caso a base de dados sofra qualquer alteração por interferência de programas não pertinentes a sistema.

10.5 – Os contratantes elegem o Foro da Comarca da CONTRATANTE, excluído qualquer outro, para dirimir as dúvidas resultantes deste contrato.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas.

Presidente Nereu, 09 de Janeiro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
IDEMARA VENTURA VOLTOLINI  
Contratante

IPM – INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA  
ALDO LUIZ MEES  
Contratada  
Testemunhas:

Nome: VALDECI JOSÉ COMAN-DOLI	Nome: ELISANDRA DELA BENETA KINHS
CPF 018.560.459-51	CPF 065.001.199-67

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO 008 DE 06.01.2017

DECRETO Nº. 008, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

“NOMEIA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, seção III, seus artigos e subseções da Lei Complementar nº 024, de 30 de dezembro de 2014 tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Fica NOMEADO o Sr. IVAN BERNARDI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Presidente Tancredo Neves, nº. 325, Município de São José do Cedro, portador do CPF nº. 019.717.449-30, para ocupar o cargo de Assessor Jurídico, grupo/nível CC 05, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a contar do dia 02 (dois) de Janeiro de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 06 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 007 DE 06.01.2017

Decreto n. 007, de 06 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DESCONTOS NO PAGAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos V, VI, IX, e XVII, do art. 69, da Lei Orgânica do Município; combinada com o §3º, do art. 137, e §1º, do art. 238, ambos da Lei Complementar n. 18, de 17 de dezembro de 2013; considerando o §1º, do art. 14, da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000; e, finalmente, considerando razões de oportunidade, conveniência e interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica concedido desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor devido a título de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, para os contribuintes deste tributo que o pagarem a vista até o prazo máximo de 30 de abril de 2017, em parcela única.

Art. 2º. Fica concedido desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor devido a título de Taxa de Coleta de Lixo, para os contribuintes deste tributo que o pagarem a vista até o prazo máximo de 30 de abril de 2017, em parcela única.

Art. 3º. Os descontos, concedidos na forma e condições dos artigos 1º e 2º, deste Decreto, serão concedidos em caráter geral, para todos os contribuintes do Imposto Predial Territorial Urbano- IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Fica revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,  
em 06 de janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

### PORTARIA Nº 20, DE 06.01.2017

PORTARIA Nº. 20, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

#### RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias ao servidor, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
DARCI LUIZ SCHNORR	Operador de equipamentos pesados	11/08/2015 a 10/08/2016	04/01/2017 a 02/02/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 04.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 06 de Janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 21, DE 06.01.2017**

PORTARIA Nº. 21, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias ao servidor, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
FERNANDO SCHEIN	Conselheiro Tutelar	10/01/2016 a 09/01/2017	16/01/2017 a 14/02/2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 16.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 06 de Janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 22, DE 06.01.2017**

PORTARIA Nº. 22, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias a servidora, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Funcionária	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
CARMEN DOCKHORN	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	13/07/2015 a 12/07/2016	09/01/2017 a 07/02/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de 09.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 06 de Janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal



## Rio do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO Nº5816 DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5816, de 05 de janeiro de 2017.

"ANULA O DECRETO nº 5741 DE 02 DE JANEIRO DE 2017 DE EXONERAÇÃO DE EDUARDO RINNERT SCHULZE".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010,

## DECRETA:

Art.1º - Anula o Decreto nº 5741 de 02 de janeiro de 2017, a qual exonera EDUARDO RINNERT SCHULZE do cargo em comissão – Chefe do Gabinete do Prefeito, por duplicidade de atos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

## GABINETE DO PREFEITO.

05 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/17**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Marlete Aparecida Reichert Rodrigues	Xxx.914.249-xx	162376
Karla Tatiana Sieverdt	Xxx.753.499-xx	159205
Irma Rode Felber	Xxx.907.209-xx	162960
Jair Silva Pietro	Xxx.181.599-xx	161765
Maria Helena Albino	Xxx.506.909-xx	161188
Paulo Sérgio dos Santos	Xxx.028.939-xx	161913
Fábio da Silva	Xxx.798.359-xx	158252
Pilastra Engenharia e Arquitetura – Eireli ME	xx.022.813/0001-xx	162166
Maicon José Laurentino	Xxx.025.789-xx	162180
Ivan Joel da Luz	Xxx.958.589-xx	154439
Roberto Bloemer	Xxx.444.219-xx	159817

Luis Carlos Alves	Xxx.862.129-xx	160869
-------------------	----------------	--------

Rio do Sul, 06 de janeiro de 2017

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda Interno

**PORTARIA Nº. 0043/RH**

PORTARIA Nº. 0043/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/01/2017, o cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, ocupado pelo servidor HAMILTON MANOEL ADÃO, em virtude de sua Aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição e idade, com paridade e integralidade, conforme Decreto nº 5684, de 08 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 0044/RH**

PORTARIA Nº. 0044/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/01/2017, o cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, ocupado pelo servidor JOSÉ CARLOS MORAIS, em virtude de sua Aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição e idade, com paridade e integralidade, conforme Decreto nº 5685, de 08 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de janeiro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ROSILENE DUMKE PETRI**  
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ROSILENE DUMKE PETRI, nomeado (a) pela Portaria n. 1246/RH, de 11/11/2016, publicada no DOM na data de 24/11/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 18/01/2017. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo anexo.

Rio do Sul, 04 de janeiro de 2017.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - SANDRA MAY VIEIRA**  
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SANDRA MAY VIEIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 1328/RH, de 07/12/2016, publicada no DOM na data de 13/12/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 09/01/2017. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo anexo.

Rio do Sul, 04 de janeiro de 2017.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - MARIA LUCIA DOS SANTOS**  
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARIA LUCIA DOS SANTOS, nomeado (a) pela Portaria n. 1249/RH, de 16/11/2016, publicada no DOM na data de 24/11/2016, para exercer o cargo efetivo de Educador Social, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 09/01/2017. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 06 de janeiro de 2017.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - VANDREIA RICOBOM TEIXEIRA**  
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) VANDREIA RICOBOM TEIXEIRA, nomeado (a) pela Portaria n. 1335/RH, de 07/12/2016, publicada no DOM na data de 13/12/2016, para exercer o cargo efetivo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, NÍVEL H, 40 HORAS SEMANAIS, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 03/01/2017. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 02 de janeiro de 2017.

Assinatura do (a) Empossado (a)

Prefeito Municipal  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### LEI ORDINÁRIA Nº 1.934, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016. ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.934, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Rio dos Cedros, para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa no montante de R\$ 33.600.000,00 (Trinta e dois milhões e quinhentos mil reais).

§ 1º - A Receita Geral do Município será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas, Outras Receitas Correntes e Receitas de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

#### Receitas Correntes

Receita Tributária	R\$ 2.786.403,40
Receita de Contribuições	R\$ 495.231,98
Receita Patrimonial	R\$ 333.661,39
Receita Agropecuária	R\$ 9.200,00
Receita de Serviços	R\$ 57.881,25
Transferências Correntes	R\$ 24.555.541,54
Outras Receitas Correntes	R\$ 234.882,16
Subtotal	R\$ 28.472.801,72

#### Receitas de Capital

Operações de Crédito	R\$ 2.000.000,00
Alienação de Bens Móveis	R\$ 30.000,00
Transferências de Capital	R\$ 6.654.927,19
Subtotal	R\$ 8.684.927,19

#### Deduções da Receita Corrente

Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	R\$ -3.557.728,91
Total	R\$ 33.600.000,00

§ 2º - A Despesa Geral do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.01	Câmara de Vereadores	R\$ 922.589,08
02.01	Gabinete do Prefeito	R\$ 318.346,87
02.02	Assessoria Jurídica	R\$ 75.245,62
03.01	Diretoria da Administração	R\$ 2.033.934,93
03.02	Diretoria da Fazenda	R\$ 633.452,39
04.01	Serviços Urbanos	R\$ 11.171.323,39
04.02	Setor Rodoviário Municipal	R\$ 2.504.079,41
05.01	Serviço de Ensino	R\$ 7.845.223,35
05.02	Fundo Municipal de Cultura - FMC	R\$ 171.337,39

05.07	Apoio ao Desporto Amador	R\$ 193.370,60
06.01	Diretoria de Fomento Agropecuário	R\$ 933.287,26
06.02	Apoio a Preservação do Meio Ambiente	R\$ 2.894,06
07.01	Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR	R\$ 117.939,13
08.01	Apoio ao Desenvolvimento Econômico	R\$ 5.788,12
09.01	Apoio a Segurança Pública	R\$ 189.273,91
10.01	Fundo Municipal de Saúde	R\$ 5.884.687,64
10.02	Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 420.110,23
10.03	Fundo Municipal da Infância e da Adolescência	R\$ 141.230,25
90.99	Reserva de Contingência	R\$ 3.472,87
91.99	Reserva de Contingência	R\$ 32.413,50
	TOTAL GERAL	R\$ 33.600.000,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	R\$ 922.589,08
04	Administração	R\$ 2.334.917,42
06	Segurança Pública	R\$ 206.638,28
08	Assistência Social	R\$ 561.340,48
09	Previdência Social	R\$ 575.339,62
10	Saúde	R\$ 5.884.687,64
12	Educação	R\$ 7.780.396,35
13	Cultura	R\$ 171.337,39
15	Urbanismo	R\$ 6.165.941,80
17	Saneamento	R\$ 4.102.202,57
18	Gestão Ambiental	R\$ 39.637,07
20	Agricultura	R\$ 896.544,25
23	Comércio e Serviços	R\$ 117.939,13
26	Transporte	R\$ 2.504.079,41
27	Desporto e Lazer	R\$ 193.370,60
28	Encargos Especiais	R\$ 1.107.152,54
99	Reserva de Contingência	R\$ 35.886,37
	TOTAL GERAL	R\$ 33.600.000,00

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001	Processo legislativo	R\$ 922.589,08
0011	Gestão administ. do gabinete do prefeito	R\$ 376.228,12
0015	Gestão administrativa e fazendária	R\$ 2.667.387,32
0020	Melhorias e manut.do sistema viário	R\$ 5.589.956,84
0030	Melhoria/manutenção serviços urbanos	R\$ 7.921.463,82
0031	Drenagem urbana e controle de erosão fluvial	R\$ 694,57
0035	Segurança pública	R\$ 206.638,28
0040	Desenvolvimento econômico	R\$ 5.788,12
0045	Desenvolvimento do turismo municipal	R\$ 117.939,13
0050	Desenvolvimento do ensino infantil	R\$ 2.348.207,55
0060	Desenvolvimento do ensino fundamental	R\$ 5.171.028,62
0070	Apoio ao ensino médio	R\$ 208.372,49
0075	Apoio ao ensino superior	R\$ 57.997,01
0078	Apoio/desenvolvimento ensino profissional	R\$ 1.736,43
0080	Apoio/desenvolvimento ensino especial	R\$ 57.881,25
0090	Apoio a cultura	R\$ 171.337,39
0100	Apoio ao desporto amador	R\$ 193.370,60
0110	Apoio ao desenvolvimento agrário	R\$ 896.544,25
0120	Preservação ao meio ambiente e saneamento	R\$ 202.924,64
0130	Apoio a criança e ao adolescente	R\$ 228.052,12

0140	Apoio a pessoas carentes do município	R\$ 333.288,36
0150	Atendimento médico/ambulatorial aos munic.	R\$ 5.042.316,29
0151	Infra estrut. física tecnológica saúde	R\$ 727.042,92
0154	Man. das atividades vigilância sanitária	R\$ 115.328,43
9999	Reserva de contingência	R\$ 35.886,37
	TOTAL GERAL	R\$ 33.600.000,00

## IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	R\$ 22.511.060,85
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 13.424.508,71
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 153.426,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 8.933.126,14
Despesas de Capital	R\$ 11.053.052,78
Investimentos	R\$ 10.255.227,10
Inversões Financeiras	R\$ 47.841,14
Amortização da Dívida	R\$ 749.984,54
Reserva de Contingência	R\$ 35.886,37
TOTAL	R\$ 33.600.000,00

## DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Art. 2º - O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 31.506.233,17 (Trinta e um milhões, quinhentos e seis mil, duzentos e trinta e três reais e dezessete centavos) e fixa a despesa em R\$ 26.789.250,41 (Vinte e seis milhões, setecentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos) e as transferências para as unidades em R\$ 4.716.982,76 (Quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

## Receitas Correntes

Receita Tributária	R\$ 2.744.728,90
Receita de Contribuições	R\$ 495.231,98
Receita Patrimonial	R\$ 299.796,22
Receita Agropecuária	R\$ 9.200,00
Receita de Serviços	R\$ 57.881,25
Transferências Correntes	R\$ 23.132.241,57
Outras Receitas Correntes	R\$ 234.882,16
Subtotal	R\$ 26.973.962,08

## Receitas de Capital

Operações de Crédito	R\$ 2.000.000,00
Alienação de Bens Móveis	R\$ 30.000,00
Transferências de Capital	R\$ 6.060.000,00
Subtotal	R\$ 8.090.000,00

## Deduções da Receita Corrente

Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	R\$ -3.557.728,91
Total	R\$ 31.506.233,17

§ 2º - A Despesa da Prefeitura de Rio dos Cedros, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04	Administração	R\$ 2.334.917,42
06	Segurança Pública	R\$ 206.638,28
08	Assistência Social	R\$ 561.340,48
09	Previdência Social	R\$ 575.339,62
12	Educação	R\$ 7.780.396,35
13	Cultura	R\$ 171.337,39
15	Urbanismo	R\$ 6.165.941,80
17	Saneamento	R\$ 4.102.202,57
18	Gestão Ambiental	R\$ 39.637,07
20	Agricultura	R\$ 896.544,25
23	Comércio e Serviços	R\$ 117.939,13
26	Transporte	R\$ 2.504.079,41
27	Desporto e Lazer	R\$ 193.370,60
28	Encargos Especiais	R\$ 1.107.152,54
99	Reserva de Contingência	R\$ 32.413,50
	TOTAL	R\$ 26.789.250,41

## II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	R\$ 16.691.782,50
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 9.976.080,93
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 153.426,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 6.562.275,57
Despesas de Capital	R\$ 10.065.054,41
Investimentos	R\$ 9.314.838,35
Inversões Financeiras	R\$ 231,52
Amortização da Dívida	R\$ 749.984,54
Reserva de Contingência	R\$ 32.413,50
TOTAL	R\$ 26.789.250,41

## DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 2.093.766,83 (Dois milhões, noventa e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e três centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.794.393,68 (Três milhões, setecentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos), e fixa a despesa em R\$ 5.888.160,51 (Cinco milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, cento e sessenta reais e cinquenta e um centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, Transferências de outras esferas de governo, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

## Receitas Correntes

Receita Tributária	R\$ 41.674,50
Receita Patrimonial	R\$ 33.865,17
Transferências Correntes	R\$ 1.423.299,97
Subtotal	R\$ 1.498.839,64

## Receitas de Capital

Transferências de Capital	R\$ 594.927,19
Subtotal	R\$ 594.927,19
Total	R\$ 2.093.766,83

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:



## I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	Saúde	R\$ 5.884.687,64
99	Reserva de Contingência	R\$ 3.472,87
	TOTAL	R\$ 5.888.160,51

## II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	R\$ 5.023.466,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 2.802.615,43
Outras Despesas Correntes	R\$ 2.220.850,57
Despesas de Capital	R\$ 861.221,64
Investimentos	R\$ 813.612,02
Inversões Financeiras	R\$ 47.609,62
Reserva de Contingência	R\$ 3.472,87
TOTAL	R\$ 5.888.160,51

## DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DOS CEDROS

Art. 4º - O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DOS CEDROS, para o exercício de 2017, estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 922.589,08 (Novecentos e vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oito centavos), e fixa as despesas em R\$ 922.589,08 (Novecentos e vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oito centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Transferências Financeiras	R\$ 922.589,08
Total	R\$ 922.589,08

§ 2º - A Despesa da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DOS CEDROS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	R\$ 922.589,08
	TOTAL	R\$ 922.589,08

## II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes	R\$ 795.812,35
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 645.812,35
Outras Despesas Correntes	R\$ 150.000,00
Despesas de Capital	R\$ 126.776,73
Investimentos	R\$ 126.776,73
TOTAL	R\$ 922.589,08

## DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 5º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, de cooperação técnica e de saúde.

Parágrafo único - Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o município for associado.

Art. 6º - O Executivo Municipal é autorizado a tomar medidas

necessárias, para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro.

Art. 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar por Decreto, dotações de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo único - Aplica-se, ainda, o disposto no "caput" deste artigo, relativamente às dotações do Orçamento Consolidado do Executivo e Legislativo.

Art. 8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, por fonte de recurso (destinação de recurso), observada a tendência do exercício.  
II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10º - As Destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 11º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 13º - A Reserva de Contingência será destinada, por ato do poder Executivo, a atender intempéries, riscos fiscais e eventos imprevistos, obedecendo o estabelecido no anexo III (riscos fiscais LRF, Art.4º e 3º) da Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º - Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 15º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e consórcios com os governos Federal, Estadual e Municipal diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 17º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 16 de dezembro de 2016  
FERNANDO TOMASELLI  
Prefeito Municipal

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma  
regulamentar 16 de dezembro de 2016  
Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete



# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LICITAÇÃO 001/2017 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO FORTUNA/SC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO FORTUNA/SC

Processo de Licitação 001/2017

Edital de Pregão Presencial 001/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 23 de janeiro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO FORTUNA/SC.

Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/ SC, 05 de janeiro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.791/2017

DECRETO Nº 3.791/2017

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

DECRETA:

ART. 1º - Fica nomeada sem ônus para o Município, pelo período de 06 de janeiro à 31 de dezembro de 2017, a Comissão Permanente de Processamento e Julgamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Romelândia que será composta dos seguintes membros Titulares e Suplentes:

PRESIDENTE: Dariz Genz

SUPLENTE: Valquíria Giotto Genz

MEMBRO: Nilson Schafer

SUPLENTE: Edinéia Paula Meneghini Michels

MEMBRO: Milton Aimi

SUPLENTE: Robson Luiz Scholtze

ART. 2º - Fica estabelecido que na ausência do membro Titular, o respectivo Suplente assumirá as funções daquele, independente do ato.

ART. 3º - Fica revogado o Decreto nº 3.692/2016, de 18 de Março de 2016.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelândia/SC, 06 de Janeiro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

### DECRETO 3.792/2017

DECRETO Nº 3.792/2017

NOMEIA OS PREGOEIROS E A EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeado o Pregoeiro oficial do Município de Romelândia/SC e equipe de apoio para a análise, recebimento, julgamento e acompanhamento nos Processos Licitação das modalidades de Pregão Eletrônico e/ou Presencial, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas complementações, para exercer a função no período de 06 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017, composta pelos seguintes membros:

PREGOEIRO: DARIZ GENZ

SUBSTITUTO: VALQUIRIA GIOTTO GENZ

Equipe de apoio: Edinéia Paula Meneghini Michels, Milton Aimi, Nilson Schafer, Robson Luiz Scholtze.

ART. 2º - O trabalho da Comissão é considerado de caráter relevante sendo o pregoeiro remunerado, regulamentado na forma da portaria que o nomeia.

ART. 3º - Fica estabelecido que na ausência dos membros Titulares, o Substituto assumirá as funções daquele, independente do ato.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Fica revogado o Decreto nº. 3.678 de 19 de Fevereiro de 2016 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia/SC, 06 de janeiro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada o presente Decreto em data supra

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

### DECRETO 3.793/2017

DECRETO Nº 3.793/2017

DISPÕE SOBRE QUEM PODE DIRIGIR VEÍCULOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes

Considerando o número reduzido de servidores municipais ocupantes do cargo de motorista;

Considerando a Necessidade freqüente de deslocamento de veículos a serviço, para comunidades diversas ou a outros Municípios, inclusive para que servidores e agentes políticos participem de cursos, palestras, reuniões e outros;

Considerando o prejulgado n. 704 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que orienta positivamente no sentido da possibilidade de outros servidores que não, especificamente os motoristas, poderem dirigir os veículos do Município em situações especiais;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizadas a dirigir veículos pertencentes ao Município de Romelândia para serviço, quando houver necessidade e no interesse da Administração, os seguintes servidores

I- Valdinei Gregol, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I;

II- Nilson Schaeffer, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Externos;

III- Valmir Birkheuer, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura;

IV- Robson Luiz Scholtze, ocupante do cargo de engenheiro agrônomo;

V – Dariz Genz, ocupante do cargo de Auxiliar de Movimento Econômico;

VI – Josenei Sasset, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade;

VII – Romeu Kuhn, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I;  
VIII –Sergio Dorindo Meneghini, ocupante do cargo de Secretário de Educação;  
IX – Lucimar Luiz Ferrari, ocupante do cargo de Contador;  
X – Tiago Henrique Fronchetti, ocupante do cargo de Médico Veterinário;  
XI – Valdir Bugs – ocupante do cargo de Prefeito Municipal;  
XII – Loide Maria Pereira – ocupante do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;  
XIII- Jair Zimmer, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo III;  
XIV- Adriane Terezinha Merigo Jung, ocupante do cargo de Secretário de Administração;  
XV- Cláudio Elias Chenkel, ocupante do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde.  
XVI- Simone Ceccheler, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;

Art. 2º - Para que os servidores de que trata o artigo 1º, possam ser autorizados pela Chefia imediata (Secretário ou Prefeito) a dirigir veículo pertencente à municipalidade, deverá se cadastrar junto ao setor de recursos humanos, apresentando a Carteira Nacional de Habilitação.

§ 1º - O responsável pelo Departamento de Recursos Humanos expedirá documento especificando que o servidor apresentou habilitação para dirigir veículo, encontrando-se autorizado para dirigir (anexo I).

§ 2º - Tal documento deverá ser encaminhado ao Secretário da pasta a que o servidor autorizado a dirigir, está vinculado.

§ 3º - O Secretário deverá emitir autorização para que o servidor possa dirigir, em três vias, uma permanecendo no veículo, uma para o arquivo da Secretaria e outra para o setor de recursos humanos arquivar na pasta do Servidor.

Art. 3º - O servidor autorizado nos moldes dos artigos 1º e 2º, ao dirigir o veículo deverá preencher planilha (anexo III) contendo:

- I - Data;
- II- Veículo;
- III – Finalidade da saída;
- IV – Hora da saída e hora da chegada;
- V – Destino;
- VI – Quilometragem da Saída;
- VI- Quilometragem da chegada;
- VIII – Assinatura de quem autorizou;
- IX – Assinatura do Motorista.

Parágrafo único – O servidor autorizado, que utilizar o veículo e não preencher a planilha de que trata o Caput, entregando-a até o dia seguinte a viagem, ao responsável pelos veículos na Secretaria, poderá ser penalizado conforme estabelece o Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 4º - O servidor que utilizar veículo de propriedade do Município sem autorização do Chefe imediato de acordo com o presente Decreto será penalizado nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições do Decreto 3.737 de 17 de junho de 2016 e demais disposições em contrário.

Romelândia – SC, 06 de Janeiro de 2017.

VALDIR BUGS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada o presente Decreto em data supra

Dariz Genz  
Auxiliar de Movimento Econômico

### **PORTARIA 8.205/2017**

PORTARIA Nº 8205/2017

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### **RESOLVE:**

Designar o Servidor Público Municipal Sr DARIZ GENZ, cargo de carreira de AUXILIAR DO MOVIMENTO ECONOMICO, para desempenhar as funções de DIRETOR no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, percebendo Função Gratificada num percentual de 50%(cinquenta) por cento, sobre o vencimento base. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs  
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

### **PORTARIA 8.206/2017**

PORTARIA Nº 8206/2017

DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### **RESOLVE:**

Designar a Servidora Pública Municipal ROSELEI COLELLA, cargo de carreira de Técnico Administrativo I, para desempenhar a função de Diretora – CC-10, conforme Lei Complementar nº 010/2013 de 26 de dezembro de 2013, e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal, sendo responsável pelos lançamentos de tributos e outras atividades inerentes ao Departamento de Tributação do Município. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs  
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

### **PORTARIA 8.207/2017**

PORTARIA Nº 8207/2017

NOMEIA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO

DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Nomear a Servidora Pública Municipal JOICE TEREZINHA DE ANDRADE DRIES PINHEIRO, para exercer o cargo em comissão de ASSESSORA JURIDICA 20 HORAS SEMANAIS CC-13, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013, e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.208/2017**

PORTARIA Nº 8208/2017

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder à Servidora Pública Municipal JULIANA EBERTZ, Licença sem remuneração para TRATAR ASSUNTOS PARTICULARES, pelo período de até 04 (quatro) anos a partir de 02 de janeiro de 2017, conforme prevê o artigo 122 da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.209/2017**

PORTARIA Nº 8209/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALDIR INACIO WOLFART, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2015 à 04 de março de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.210/2017**

PORTARIA Nº 8210/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias ao Servidor Público Municipal ADELAR VICENTE OTT, referente ao período aquisitivo de 22 de julho de 2014 à 21 de julho de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.211/2017**

PORTARIA Nº 8211/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias ao Servidor Público Municipal MAICO EVANDRO SCOPEL, referente ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2014 à 02 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.212/2017**

PORTARIA Nº 8212/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias ao Servidor Público Municipal PAULO DE QUADROS LOPES, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2015 à 01 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.213/2017**

PORTARIA Nº 8213/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ADILCE TURANI FURTADO, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2016 à 01 de agosto de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.214/2017**

PORTARIA Nº 8214/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ADILCE TURANI FURTADO, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2016

à 01 de agosto de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.215/2017**

PORTARIA Nº 8215/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ADILCE TURANI FURTADO, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.216/2017**

PORTARIA Nº 8216/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal CELIA S. THEISEN, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos



**PORTARIA 8.217/2017**

PORTARIA Nº 8217/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal CELIA S. THEISEN referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2016 à 04 de março de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.218/2017**

PORTARIA Nº 8218/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal CLARICE N. GRUMOVSKI, referente ao período aquisitivo de 28 de setembro de 2015 à 27 de setembro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.219/2017**

PORTARIA Nº 8219/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal CLELIA SANTINA DASSOLER, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2015

à 30 de junho de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.220/2017**

PORTARIA Nº 8220/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal CLEUNICE W. HENSEL, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.221/2017**

PORTARIA Nº 8221/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal CLEUNICE W. HENSEL, referente ao período aquisitivo de 21 de dezembro de 2015 à 20 de dezembro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos



**PORTARIA 8.222/2017**

PORTARIA Nº 8222/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal DALIA SALETE RECH QUELL, referente ao período aquisitivo de 081 de março de 2016 à 07 de março de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.223/2017**

PORTARIA Nº 8223/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal DALIA SALETE RECH QUELL, referente ao período aquisitivo de 08 de março de 2016 à 07 de março de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.224/2017**

PORTARIA Nº 8224/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ELIRIA A. P. ALBRING PREDIGER, referente ao período aquisitivo de 17 de julho de 2016

à 16 de julho de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.225/2017**

PORTARIA Nº 8225/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ELIRIA A. P. ALBRING PREDIGER, referente ao período aquisitivo de 19 de junho de 2016 à 18 de junho de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.226/2017**

PORTARIA Nº 8226/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ELIZA INES SCHEIBLER, referente ao período aquisitivo de 20 de fevereiro de 2016 à 19 de fevereiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.227/2017**

PORTARIA Nº 8227/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ELIZA INES SCHEIBLER, referente ao período aquisitivo de 11 de dezembro de 2015 à 10 de dezembro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.228/2017**

PORTARIA Nº 8228/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ELIZIANE BROLLO, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2014 à 28 de fevereiro de 2015, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.229/2017**

PORTARIA Nº 8229/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal FABIANI CAMARGO DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016

à 31 de dezembro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.230/2017**

PORTARIA Nº 8230/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal IEDA WEILER BALDO, referente ao período aquisitivo de 17 de agosto de 2016 à 16 de agosto de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.231/2017**

PORTARIA Nº 8231/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal INES FATIMA PAULETTI ZAPPANI, referente ao período aquisitivo de 17 de agosto de 2016 à 16 de agosto de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.232/2017**

PORTARIA Nº 8232/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal IRACI PICININ, referente ao período aquisitivo de 24 de agosto de 2015 à 23 de agosto de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.233/2017**

PORTARIA Nº 8233/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal IVANETE HENSEL FURTADO, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2016 à 11 de fevereiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.234/2017**

PORTARIA Nº 8234/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal IVANETE HENSEL FURTADO, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2016

à 04 de março de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.235/2017**

PORTARIA Nº 8235/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal IVANI LUCIA ZANDER, referente ao período aquisitivo de 13 de maio de 2016 à 12 de maio de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.236/2017**

PORTARIA Nº 8236/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal IVANIR SALETE BONFANTI, referente ao período aquisitivo de 15 de junho de 2015 à 14 de junho de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.237/2017**

PORTARIA Nº 8237/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal JULIANA MELLA, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 à 31 de janeiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.238/2017**

PORTARIA Nº 8238/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MARGARETE PERONDI MAYER, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 à 31 de janeiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.239/2017**

PORTARIA Nº 8239/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MARIA DE LOURDES KLAUK LAMB, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de

2016 à 31 de janeiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.240/2017**

PORTARIA Nº 8240/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MARIA LUCIA RECH, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.241/2017**

PORTARIA Nº 8241/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MARIA LUCIA RECH, referente ao período aquisitivo de 01 de julho de 2015 à 30 de junho de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos



**PORTARIA 8.242/2017**

PORTARIA Nº 8242/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MARIA SALETE DE ASSIS FATURI, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 à 31 de janeiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.243/2017**

PORTARIA Nº 8243/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MARIA ZILA ERBES MANFRIN, referente aos períodos aquisitivos de 05 de março de 2016 à 04 de março de 2017 e 12 de fevereiro de 2016 à 11 de fevereiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.244/2017**

PORTARIA Nº 8244/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MARLI MARIA

MANFRIN, referente aos períodos aquisitivos de 12 de fevereiro de 2016 à 11 de fevereiro de 2017 e 02 de fevereiro de 2016 à 01 de fevereiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.245/2017**

PORTARIA Nº 8245/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal NELSI WEILER ZIMMER, referente aos períodos aquisitivos de 01 de julho de 2016 à 30 de junho de 2017 e 01 de fevereiro de 2016 à 31 de janeiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.2450/2017**

PORTARIA Nº 8250/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal TERESINHA TRENTIN, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2016 à 11 de fevereiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.246/2017**

PORTARIA Nº 8246/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal PAULA REGINA BILUCA, referente aos períodos aquisitivos de 22 de agosto de 2016 à 21 de Agosto de 2017 e 21 de março de 2016 à 20 de março de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.247/2017**

PORTARIA Nº 8247/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ROSINERI CARLA PICININ, referente aos períodos aquisitivos de 03 de agosto de 2016 à 02 de Agosto de 2017 e 01 de fevereiro de 2016 à 31 de janeiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.248/2017**

PORTARIA Nº 8247/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO

DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ROSINERI CARLA PICININ, referente aos períodos aquisitivos de 03 de agosto de 2016 à 02 de Agosto de 2017 e 01 de fevereiro de 2016 à 31 de janeiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.249/2017**

PORTARIA Nº 8249/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal SOELY MARIA BASTIAN AGNES, referente aos períodos aquisitivos de 05 de agosto de 2015 à 04 de agosto de 2016 e 25 de julho de 2015 à 24 de julho de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

**PORTARIA 8.251/2017**

PORTARIA Nº 8251/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal SILVANIA ANDREIA PRIGOL DIEHL, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 à 31 de Janeiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.



Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

### **PORTARIA 8.252/2017**

PORTARIA Nº 8252/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### **RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal SANDRA H. DEFANT DOS SANTOS, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de Janeiro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

### **PORTARIA 8.253/2017**

PORTARIA Nº 8253/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### **RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ROSANE S.SEGHETTO STEFFLER, referente ao período aquisitivo de 19 de outubro de 2015 à 18 de outubro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

### **PORTARIA 8.254/2017**

PORTARIA Nº 8254/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### **RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ODIRLENE SANDRI STEFFLER, referente ao período aquisitivo de 05 de julho de 2016 à 04 de julho de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

### **PORTARIA 8.255/2017**

PORTARIA Nº 8255/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### **RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ODETE G. SCHLINDWEIN, referente ao período aquisitivo de 22 de fevereiro de 2016 à 21 de fevereiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

### **PORTARIA 8.256/2017**

PORTARIA Nº 8256/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

#### **RESOLVE:**

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MIRIAN F. CAMERA, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 à 31 de

janeiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.257/2017**

PORTARIA Nº 8257/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MIRIAN NEUMANN LAWRENZ, referente ao período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2016 à 16 de fevereiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.258/2017**

PORTARIA Nº 8258/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MIRTES L.B.ANDRES, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2015 à 31 de agosto de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.259/2017**

PORTARIA Nº 8259/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MARTELI WEBLER, referente ao período aquisitivo de 04 de maio de 2015 à 03 de maio de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.260/2017**

PORTARIA Nº 8260/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal JONES VANDERLEI HASS, referente ao período aquisitivo de 21 de agosto de 2015 à 20 de agosto de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.261/2017**

PORTARIA Nº 8261/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal JAIRO GONÇALVES DE AZEVEDO, referente ao período aquisitivo de 011 de abril de

2016 à 31 de março de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.262/2017**

PORTARIA Nº 8262/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal DIOGO ANDRE EINSWEILER, referente ao período aquisitivo de 21 de agosto de 2015 à 20 de agosto de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.263/2017**

PORTARIA Nº 8263/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal CLEITON LUIZ TESARO, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 à 31 de janeiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.264/2017**

PORTARIA Nº 8264/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal CLAIR LIMBERGER, referente ao período aquisitivo de 22 de fevereiro de 2016 à 21 de fevereiro de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.265/2017**

PORTARIA Nº 8265/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias ao Servidor Público Municipal VOLMIR MASSOLINI, referente ao período aquisitivo de 04 de abril de 2016 à 03 de abril de 2017, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.266/2017**

PORTARIA Nº 8266/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal FABIANI CAMARGO DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de

2015 à 30 de setembro de 2016, para serem gozadas de 02 de janeiro de 2017 à 31 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.267/2017**

PORTARIA Nº 8267/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal MARISTELA DE SOUZA, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2015 à 01 de setembro de 2016, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2017 à 01 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.268/2017**

PORTARIA Nº 8268/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal IVANI SEHN, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 à 31 de janeiro de 2017, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2017 à 01 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.269/2017**

PORTARIA Nº 8269/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal NAILDE SCHAFER DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2014 à 01 de julho de 2015, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2017 à 02 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.270/2017**

PORTARIA Nº 8270/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal ADRIANA KOCH, referente ao período aquisitivo de 06 de setembro de 2015 à 05 de setembro de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2017 à 02 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

#### **PORTARIA 8.271/2017**

PORTARIA Nº 8271/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Conceder férias à Servidora Pública Municipal SELISMARA FISCHER DE MATTOS, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de

2015 à 31 de agosto de 2016, para serem gozadas de 04 de janeiro de 2017 à 02 de fevereiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de janeiro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos



# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 0001/2017

DECRETO N.º 001, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Declara situação anormal caracterizada como "Situação de Emergência" no prédio da CMEI Nova Vergínia e dá outras providências.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita de Salto Veloso/SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 12 e 88, incisos VII, XIX e XXXI, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso/SC, e

CONSIDERANDO, que, a educação, por ser um direito fundamental, deve ser tratada com prioridade pelo Estado, uma vez que, a Constituição da República, em seu artigo 6º, caput, estabelece que: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição";

CONSIDERANDO, que conforme consta na ata, em reunião realizada no dia 18/12/2016 entre a então diretora da Marilde Paganini, a Orientadora Pedagógica Juliana Basso Ansileiro, os professores, funcionários e do Conselho de Pais, registrou-se a preocupação com a situação causada pelos alagamentos e as constantes infiltrações;

CONSIDERANDO, o requerimento e as fotos encaminhadas pela atual Secretária Municipal de Educação, Sra. Ariane Spanholi Viegolo, na data de 06/01/2017, que relatam a necessidade de troca de piso, isolamento no telhado e na lage por conta de infiltrações (18 pontos de alagamento), troca de calhas e a necessidade de adaptação de espaço físico;

CONSIDERANDO, a constatação in loco do atual estado de físico do prédio da CMEI Nova Vergínia, que de fato enseja uma atenção especial e imediata reforma;

CONSIDERANDO, a necessidade da municipalidade zelar pela integridade física dos das crianças que frequentam a CMEI Nova Vergínia e dos servidores que trabalham naquele ambiente;

CONSIDERANDO, a instabilidade climática do mês de dezembro/2016 e janeiro/2017, a qual está provocando fortes chuvas, perfazendo alto índice pluviométrico;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por motivo de força maior, caracterizada como Situação de Emergência no prédio onde se localiza a CMEI Nova Vergínia, para que produza todos os devidos e legais efeitos, em função dos fatos acima relatados e comprovados documentalmente.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para a área deste Município, onde se localiza o prédio da CMEI Nova Vergínia.

Art. 2º. Em razão da urgência, as reformas necessárias no prédio da CMEI Nova Vergínia deverão ser contratadas pela municipalidade por processo de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93, independentemente do custo.

Parágrafo único: Os trabalhos de reforma só poderão ser iniciados após a elaboração do projeto pelos Engenheiros/Arquitetos da

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, sendo que, a empresa prestadora do serviço deverá necessariamente seguir as diretrizes de tal projeto.

Art. 3º. Em sendo possível, os reparos urgentes e necessários deverão ser realizados antes do início do ano letivo escolar, quando a quantidade de crianças/alunos que frequenta o estabelecimento é menor.

Art. 4º. Caso necessário, fica o Poder Executivo autorizado a lançar mão da legislação vigente, para que possa atender às necessidades resultantes da situação declarada, dentro dos limites de competência da Administração Pública.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo vigor pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único: O prazo de vigência pode ser prorrogado por no máximo 120 (cento e vinte) dias, caso não seja possível a resolução do problema ou considerado nulo, quando encerrados os reparos, e conseqüentemente, da situação de anormalidade.

Salto Veloso/SC, 06 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 01/2017, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA/MAQUINA PARA COLHEITA DE SAFRA DE MILHO EM PROPRIEDADES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 19/01/2017 até as 09h00min.

Abertura: 19/01/2017, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 06 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### PORTARIA N.º 078/2017

PORTARIA Nº. 078 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORA EFETIVA MUNICIPAL PARA COMPOR A DIRETORIA EXECUTIVA DO IPRESVEL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar Nº 016, de 23 de dezembro de 2010



e suas Alterações e no Art. 73 da Lei Complementar 035, de 23 de setembro de 2015, RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora TÂNIA GIACOMIN DE BOROTLI como Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso – IPRESVEL.

Art. 2º Conceder Função Gratificada – FG-1, para a servidora, para responder pela função de Diretora Executiva do IPRESVEL, conforme art. 73 da Lei Complementar nº 035, de 23 de setembro de 2015.

Parágrafo único - O valor correspondente à Função Gratificada – FG-1 deverá ser reembolsado pela autarquia à municipalidade, nos termos do art. 78 da Lei Complementar nº 035, de 23 de setembro de 2015.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 02 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

#### **PORTARIA N.º 079/2017**

PORTARIA Nº. 079 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. MARTINA CELZLEIN, pelo período de 03/11/2016 a 04/01/2017, correspondente a 63 dias, conforme atestado médico e Perícia da Previdência Social, partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 02 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

#### **PORTARIA N.º 080/2017**

PORTARIA Nº. 080 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. ROSEMILDA APARECIDA DE SOUZA PE´RICO, pelo período de 31/10/2016 a 02/01/2017, correspondente a 64 dias, conforme atestado médico e Perícia da Previdência Social, partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 02 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

#### **PORTARIA N.º 081/2017**

PORTARIA Nº 081 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 03 de janeiro de 2017 a 01 de fevereiro 2017, totalizando 30 dias de a SEBASTIANA ALVES PERÃO PEDROSO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 13/02/2016 a 12/02/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

#### **PORTARIA N.º 082/2017**

PORTARIA Nº 082 DE 03 DE JANEIRO DE 2017.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC. No uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada a Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora Sra. SUELI TEREZINHA CHAVES SIMÕES, matrícula funcional nº 1121, pelo período de 01/11/2016 a 31/03/2017, correspondente a 151 dias, conforme perícia da Previdência Social, parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 03 de janeiro de 2017.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

# Santa Cecilia

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 003/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 19 de Janeiro de 2017 às 09h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para aquisição de 03 (três) veículos tipo van minibus, teto alto, 0KM, ano mínimo de fabricação 2016, capacidade mínima de 15 passageiros, potencia mínima de 120CV, na cor branca. Melhores informações e cópia do presente edital na integra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br).

Santa Cecília, 06 de janeiro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### LICITAÇÃO 01/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LUBRIFICANTES PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Data, Horário e Local de Abertura: 23 de janeiro de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 06 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 091/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2016 - DL

CONTRATADO: NADIR DE SOUZA PEREIRA

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA URBANA, COM EXTENSÃO DE 330,00M<sup>2</sup> (TREZENTOS E TRINTA METROS QUADRADOS), LOCALIZADA NA AV. MANOEL PORFÍRIO DE MELO, QUADRA 104, LOTE URBANO Nº 10 - VILA ALBINA, NESTA CIDADE, DE PROPRIEDADE DE NADIR DE SOUZA PEREIRA.C

Da justificativa: Área disponível e localizada na Av. Manoel Porfirio de Melo, Quadra 104, Lote urbano n 10 – Vila Albina destina-se à ampliação do espaço em volta da Quadra Coberta da Escola Municipal Gov. Pedro Ivo Campos, conforme Decreto nº 078 de 14 de Dezembro de 2016, que declara a área de utilidade pública e interesse Social e Lei Municipal nº 1024 20 de Dezembro de 2016, que autoriza a desapropriação.

Do valor: O valor dos produtos é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Santa Rosa do Sul, 30 de Dezembro de 2016.

Ana Regina Paulo de Borba

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

## RELAÇÃO DOS ITENS ARREMATADOS LEILÃO 05/2016 SAMAE

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE SANTA ROSA DO SUL

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 5/2016</b>									
<b>Fornecedor: 6315</b>		<b>- DOUGLAS LOCH</b>		<b>Licitação: 5/2016 - LE</b>		<b>Data da Homologação:</b>			
1	175	01 (Uma) Motocicleta YAMAHAFACTOR YBR125E, Ano 2008/2009, p	UN		1,000	0,0000	1.500,0000	1.500,00	Venceu
					<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>			1.500,00	
<b>Nr. do Processo: 5/2016</b>									
<b>Fornecedor: 6316</b>		<b>- SILVANEI CARDOSO LUMERTZ</b>		<b>Licitação: 5/2016 - LE</b>		<b>Data da Homologação:</b>			
3	177	02 (Duas) Moto Bomba SCHNEIDER , Modelo BC 20, motor WEG 20	UN		1,000	0,0000	1.300,0000	1.300,00	Venceu
					<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>			1.300,00	
<b>Nr. do Processo: 5/2016</b>									
<b>Fornecedor: 6317</b>		<b>- JOSEMAR EVALDT SHARDOSIM</b>		<b>Licitação: 5/2016 - LE</b>		<b>Data da Homologação:</b>			
2	176	01 (Um) Automóvel FIAT/FIORINO FLEX, Caminhonete/Furgão, Ano	UN		1,000	0,0000	7.500,0000	7.500,00	Venceu
					<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>			7.500,00	

Santa Rosa do Sul, 20 de Dezembro de 2016.



# RELACÃO DOS ITENS ARREMATADOS LEILÃO 82/2016

Página: 1/2

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 82/2016 Fornecedor: 9173 - MARCOS BARBOSA DE MELO Licitação: 82/2016 - LE Data da Homologação:									
1	30397	TERRENO LOCALIZADO NA RUA FERMINIO PEDRO RAUPP, BAIRRO CENTR	LOTE		1,000	0,0000	40,000,0000	40,000,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			40,000,00	
Nr. do Processo: 82/2016 Fornecedor: 10727 - CHARLES MICHEL DA SILVEIRA RODRIGUES Licitação: 82/2016 - LE Data da Homologação:									
4	30481	FIAT PALIO EDX, ANO 1997/1997, PLACAS CID 2584, RE	LOTE		1,000	0,0000	2,500,0000	2,500,00	Venceu
6	30483	SIENA ELX FLEX, ANO 2009/2009, PLACAS ARE 4655, RE	LOTE		1,000	0,0000	5,700,0000	5,700,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			8,200,00	
Nr. do Processo: 82/2016 Fornecedor: 10728 - LEONIR BONOTTO Licitação: 82/2016 - LE Data da Homologação:									
7	30484	VW/GOL 1.0, ANO 2007/2008, ALCOOL/GASOLINA, PLACAS ARG 6175,	LOTE		1,000	0,0000	7,500,0000	7,500,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			7,500,00	
Nr. do Processo: 82/2016 Fornecedor: 10729 - JOÃO ALBERTO RAMOS Licitação: 82/2016 - LE Data da Homologação:									
8	30485	CHEV/ROLET/CLASSIC LS, ANO 2011/2011, ALCOOL/GASOLINA, PLACAS	LOTE		1,000	0,0000	10,500,0000	10,500,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			10,500,00	
Nr. do Processo: 82/2016 Fornecedor: 10730 - EMEYSON DE OLIVEIRA Licitação: 82/2016 - LE Data da Homologação:									
9	30486	GM/VECTRA SD EXPRESSION, ANO 2011/2011, ALCOOL/GASOLINA, PLA	LOTE		1,000	0,0000	18,000,0000	18,000,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			18,000,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/2

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 82/2016      Licitação: 82/2016 - LE			Data da Homologação:						
Fornecedor: 10731    - BRUNA GOMES GUGLIELMI									
10	30487	ENSILADEIRA BRAVA		LOTE	1,000	0,0000	500,0000	500,00	Venceu
Total do Fornecedor →					1,000			500,00	

Santa Rosa do Sul, 20 de Dezembro de 2016.

ANA REGINA PAULO DE BORBA  
Diretor de Compras

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 14/2017

DECRETO Nº014/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor publico municipal:

NOME: RODRIGO ALEXANDRO PEROSSO

CARGO: SECRETARIO DE AGRICULTURA

NIVEL: AP-05

CODIGO: 0003

LOTAÇÃO: Secretaria de Agricultura.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso

- SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

Matricula: 13034/01

### DECRETO Nº. 15/2017

DECRETO Nº015/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica revogado o decreto 234/2014 de 04 de agosto de 2014.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso

- SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

Matricula: 13034/01

### DECRETO Nº. 16/2017

DECRETO Nº016/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica revogado o decreto 195/2014 de 02 de Julho de 2014.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso

- SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

Matricula: 13034/01

### DECRETO Nº. 17/2017

DECRETO Nº17/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica exonerado em cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: AMANDIO KOPSEL

CARGO: OPERADOR DE ETA

NIVEL: II SERVIÇOS OPERACIONAIS

CODIGO: 1008

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso

- SC,

em 03 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

matricula: 13034/01

**DECRETO Nº. 18/2017**

DECRETO Nº018/2017

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº001/2017 SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica retificado o artigo 1ºdo Decreto nº001/2017 passando a ter a seguinte redação:

NOME: ALCIONI CLAUDIA STAUDT DA CRUZ

CARGO: DIRETORA DE SAÚDE

NÍVEL: CC-02

CÓDIGO: 1030

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 03 de Janeiro de 2017.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

Matricula: 13034/01

**PORTARIA Nº. 26/2017**

PORTARIA Nº 26/2017

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO PARA ASSUMIR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designada o servidor público efetivo, para ocupar o cargo em comissão:

NOME: SELMAR MAGRO

CARGO: Diretor de Transporte Escolar

NÍVEL: CC-02

CÓDIGO: 1036

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PORTARIA Nº. 27/2016**

PORTARIA Nº 27/2017

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO PARA ASSUMIR A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designada a servidora pública efetiva, para ocupar o cargo de Agente Político de Secretária de Educação:

NOME: MARCIA JACOBY

CARGO: Secretária Municipal

NÍVEL: AP-003

CÓDIGO: 003

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PORTARIA Nº. 28/2017**

PORTARIA Nº028/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE

Art.1º. Fica revogado a portaria 095/2016 de 08 de abril de 2016.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,

em 02 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

FRANCIELI FRANÇA MEIRELES KEIL

Gerente do P. e Serviço

Matricula: 13034/01

**PORTARIA Nº. 29/2017**

PORTARIA Nº29 /2017

INTERROMPE LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 41 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a demanda de trabalho no Setor de Obras e Serviços

e,  
Considerando a falta de pessoal para a regular continuidade dos trabalhos da Secretaria Municipal de Infraestrutura

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Interrompida a Licença Prêmio concedida ao Servidor Público ALMERI JOÃO RISSO, matrícula nº 10561/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, concedida por intermédio da Portaria 224/2016.

Art. 2º. Fica convertido em pecúnia o mês em que o Servidor ainda estaria no gozo de licença prêmio.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 06 de Janeiro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12/2017

DECRETO Nº 0012, DE 4 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51 da Lei nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação da Fundação Cultural os seguintes membros:

Marla Huebl Kaiser - Presidente  
Carla Eloise Mulbauer - Suplente  
Sara Giovana Dadam Ziliotto - Secretária  
Jocemari Telma Teixeira - Suplente  
Luiz Carlos Kluska - Membro  
Sérgio Ricardo Pereira - Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 086/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Medicamentos que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares e genéricos prescritos por médicos para pacientes do SUS deste município, conforme Revista ABC FARMA, que não façam parte da Farmácia Básica, conforme Edital de Pregão Presencial nº 99/2016.

DO VALOR: R\$ 120.000,00 - Valor total aproximado.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 20 de dezembro de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, como Contratada.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 300/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 300/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel para Aluguel de Espaço Físico para Abrigar o Departamento de Proteção ao Consumidor – PROCON, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. CARINA ANDRESSA DE OLIVEIRA.

DO OBJETO: Locação de uma sala comercial em alvenaria, localizada na Rua João Kiem, nº 36, Bairro Centro de São Bento do Sul – SC, com área de 210,00 m2, situada na Zona Comercial 1 (ZC-1), localizada no pavimento térreo do prédio edificado sobre o terreno de 236,40 m2, com 18,00 m de frente, em bom estado de conservação, contendo 02 BWC's, piso cerâmico e esquadrias de alumínio com vidro blindex. O prédio está localizado numa rua sem saída e não possui vagas de garagem. Inscrição Imobiliária sob o nº 01.01.028.0559.001.001, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 07.686, no livro nº 2, para abrigar o Departamento de Proteção ao Consumidor – PROCON, conforme Dispensa de Licitação nº 229/2016.

DO VALOR: R\$ 18.900,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a contar de 01/01/2017.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2016.

ASS: JOCELITO PIERIN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

CARINA ANDRESSA DE OLIVEIRA, como Locadora.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 301/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Espólio de OSVALDO RUDNICK, neste ato representado por sua inventariante Sra. PAULINA RUDNICK.

DO OBJETO: Locação de imóvel (terreno rural ondulado, parcialmente cercado e construção), com área aproximada de 31.200 m2, sendo parte ideal de um terreno maior com área total de 74.526,69 m2, localizado na Estrada Dona Francisca, s/nº, Bairro Bela Aliança – São Bento do Sul – SC, que será usado para exploração de pedreira, instalação de um britador de pedras, depósitos de materiais, guarita e sala de administração, conforme Dispensa de Licitação nº 236/2016 de 23 de dezembro de 2016.

DO VALOR: R\$ 10.308,30 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a contar de 01.01.2017.

São Bento do Sul, 23 de dezembro de 2016.

ASS: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

ESPÓLIO DE OSVALDO RUDNICK, como Locadora.



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 303/2016****EXTRATO DO CONTRATO Nº 303/2016**

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI ME.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de processo seletivo de cadastro de reserva para os mais diversos cargos da Secretaria Municipal de Educação para o ano de 2017, conforme anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 226/2016.

DO VALOR: R\$ 17.000,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias a contar desta data.

São Bento do Sul, 28 de dezembro de 2016.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI ME, como Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 305/2016****EXTRATO DO CONTRATO Nº 305/2016**

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP.

DO OBJETO: Fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para ampliação de meta da Praça dos Esportes e da Cultura – PEC, na Rua Otto Eduardo Lepper, s/n, Bairro Serra Alta, Município de São Bento do Sul, conforme Termo de Compromisso nº 0363.525-07/2011 Ministério da Cultura/Caixa e de acordo com o memorial descritivo e projetos em anexo ao Edital de Concorrência Pública nº 201/2016.

Lote 1

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Preço Total R\$
01	1	Ud.	Cobertura metálica com telha em polycarbonato alveolar 10mm – 3260 x 5070mm, conforme especificações no memorial descritivo em anexo.	R\$ 6.107,88
02	1	Ud.	Cobertura metálica com telha em polycarbonato alveolar 10mm – 3260 x 1310mm, conforme especificações no memorial descritivo em anexo.	R\$ 2.505,37
03	1	Ud.	Cobertura metálica com telha em polycarbonato alveolar 10mm – 4640 x 23900mm, conforme especificações no memorial descritivo em anexo.	R\$ 45.376,40

DO VALOR: R\$ 53.989,65 – valor total.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras deverá obedecer ao cronograma físico-financeiro estabelecido em 03 (três) meses, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço pelo fiscal da obra.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será até 31 de março de 2017, conforme Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 363.525-07/2011/CAIXA/MCULTURA, para fins administrativos e financeiros, porém a conclusão das obras deverão ser realizadas no prazo estipulado de 3 (três) meses.

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2016.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, como Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 306/2016****EXTRATO DO CONTRATO Nº 306/2016**

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP.

DO OBJETO: Fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para reforma do telhado dos fundos e da garagem lateral do Quartel Central da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul, situado a Rua Barão do Rio Branco nº 405, Bairro Centro, Município de São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao processo do Edital de Tomada de Preços nº 171/2016.

DO VALOR: R\$ 125.924,62 – valor total.

DO PRAZO: O prazo para execução da obra será de 90 (noventa) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 30 de dezembro de 2016 e com término em 28 de abril de 2017, para fins administrativos e financeiros, porém a conclusão da obra deverá ser realizada no prazo estipulado de 90 (noventa) dias.

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2016.

ASS: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 266/2016****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 266/2016**

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 224/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 12 de agosto de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 171/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 224/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Alberto Malschitzky, Bairro Progresso, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC CIDADES – II nº 2013030601;

Considerando que após a apresentação dos resultados dos ensaios tecnológicos para verificação da qualidade do pavimento conforme solicitado para a Contratada, conforme relatório anexo ao Termo Aditivo, a fiscalização verificou a necessidade de reparos em alguns pontos do pavimento para posterior continuidade da obra.

Considerando que tal processo acarretou em atraso no cronograma de execução da obra, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º inciso I e II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 28 (vinte e oito) dias, a contar de 04 de dezembro de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 20 (vinte) dias, a contar de 12 de dezembro de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 12 de agosto de 2015, Termo Aditivo nº 006/2016 de 20 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 091/2016 de 02 de maio de 2016, Termo Aditivo nº 167/2016 de 01 de agosto de 2016 e Termo Aditivo nº 230/2016 de 03 de outubro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 272/2016****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 272/2016**

DA ESPÉCIE: Nono Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 085/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 04 de março de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 13/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 085/2015, que consiste no fornecimento de material e mão de obra e demais obrigações necessárias para a revitalização da sinalização viária e implantação de passeios e ciclovia na Avenida São Bento, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 311.146-23/2009 Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, em anexo a Tomada de Preços nº 13/2015;

Considerando o vencimento do prazo de execução do referido Contrato em 10 de dezembro de 2016, e conforme justificativa enviada pela Contratada a mesma alega atraso no cronograma de execução da obra devido às condições climáticas instáveis na região, e atraso por parte de seus fornecedores;

Considerando que a justificativa apresentada pela Contratada para os atrasos da execução da obra não se enquadram nos artigos da Lei nº 8.666/93, porém levando em consideração o princípio da economicidade ao Município, sendo que a rescisão do contrato e abertura de novo processo licitatório causariam maiores prejuízos à Administração, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 03 (três) meses, a contar de 11 de dezembro de 2016 e com término em 10 de março de 2017.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 27 de dezembro de 2016 e com término em 26 de março de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 04 de março de 2015, Termo Aditivo nº 204/2015 de 09 de julho de 2015, Termo Aditivo nº 274/2015 de 05 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 328/2015 de 08 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 025/2016 de 05 de fevereiro de 2016, Termo Aditivo nº 077/2016 de 07 de abril de 2016, Termo Aditivo nº 126/2016 de 09 de junho de 2016, Termo Aditivo nº 160/2016 de 27 de julho de 2016 e Termo Aditivo nº 207/2016 de 09 de setembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 276/2016****EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 276/2016**

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 154/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 25 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 59/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 154/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Wenceslau Hubl, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 803355/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1.016.496-46/2014, anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 59/2015;

Considerando que o prazo de execução da obra teve seu vencimento em 01 de dezembro de 2016, e a obra não está concluída, porém conforme justificativa enviada pela fiscalização da obra sob Ofício nº 198/2016 SEPLU, documento anexo ao Termo Aditivo, o mesmo não foi prorrogado devido ao não cumprimento do cronograma pela Contratada, estando em andamento o Processo Administrativo nº 1746/2016; Considerando que a vigência do referido contrato tem seu vencimento em 31 de dezembro de 2016, porém o Contrato de Repasse nº 803355/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1.016.496-46/2014 teve sua vigência prorrogada até 30 de junho de 2017 conforme documento anexo ao Termo Aditivo;

Considerando que há a necessidade de conclusão do Processo Administrativo nº 1746/2016, a realização de pagamentos dos serviços executados, supressões de serviços não executados ou não aceitos e trâmites burocráticos finais, faz-se necessário prorrogar o prazo de vigência do referido contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 28 de fevereiro de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 015/2016 de 26 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 067/2016 de 31 de março de 2016, Termo Aditivo nº 120/2016 de 01 de junho de 2016, Termo Aditivo nº 163/2016 de 27 de julho de 2016 e Termo Aditivo nº 225/2016 de 29 de setembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 277/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 277/2016

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 155/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 25 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 60/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 155/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica das Ruas Jorge Weiss e Severino Eichendorf, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 803543/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1.016.603-34/2014, anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 60/2015;

Considerando que o prazo de execução da obra teve seu vencimento em 01 de dezembro de 2016 e a obra não está concluída, porém conforme justificativa enviada pela fiscalização da obra sob Ofício nº 199/2016 SEPLU, documento anexo ao Termo Aditivo, o mesmo não foi prorrogado devido ao não cumprimento do cronograma pela Contratada, estando em andamento o Processo Administrativo nº 1745/2016; Considerando que a vigência do referido contrato tem seu vencimento em 31 de dezembro de 2016, porém o Contrato de Repasse nº 803355/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1.016.496-46/2014 teve sua vigência prorrogada até 30 de junho de 2017 conforme documento anexo ao Termo Aditivo;

Considerando que há a necessidade de conclusão do Processo Administrativo nº 1745/2016, a realização de pagamentos dos serviços executados, supressões de serviços não executados ou não aceitos e trâmites burocráticos finais, faz-se necessário prorrogar o prazo de vigência do referido contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 28 de fevereiro de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 016/2016 de 26 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 068/2016 de 31 de março de 2016, Termo Aditivo nº 097/2016 de 06 de maio de 2016, Termo Aditivo nº 121/2016 de 01 de junho de 2016, Termo Aditivo nº 164/2016 de 27 de julho de 2016 e Termo Aditivo nº 226/2016 de 29 de setembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 280/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 280/2016

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 147/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 18 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 35/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 147/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações para execução de pavimentação asfáltica da Rua Cedro, localizada no bairro 25 de julho conforme memorial descritivo, projeto e convênio nº 8091272014 Caixa Econômica Federal;

Considerando que durante a execução do objeto do Contrato foram necessários reparos das concessionárias que possuem fiação e encanamento passando pela obra, acarretando em atraso no cronograma, porém tais reparos já foram executados.

Considerando que quando da continuidade da execução da pavimentação pela Contratada, foram encontradas algumas patologias na obra, sendo então notificada a mesma conforme Notificação Extrajudicial nº 43/2016 em anexo ao Termo Aditivo. Após esta notificação, os problemas foram sanados e a obra encontra-se em andamento.

Considerando também o atraso na liberação de recursos pelo órgão financiador Caixa Econômica Federal, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 28 de dezembro de 2016 e com término em 27 de fevereiro de 2017.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 18 de fevereiro de 2017 e com término em 17 de março de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 18 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 288/2015 de 15 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 005/2016 de 20 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 088/2016 de 27 de abril de 2016, Termo Aditivo nº 157/2016 de 26 de julho de 2016 e Termo Aditivo nº 223/2016 de 27 de setembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de dezembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 285/2016

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 285/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 212/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, em 27 de junho de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 186/2014 de 10 de junho de 2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 212/2014 que consiste na prestação de serviços de monitoramento de alarme eletrônico para a Secretaria de Assistência Social, CAFI e CRAS de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 186/2014.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de dezembro de 2016, e a necessidade de manter o serviço de monitoramento eletrônico dos setores da Secretaria Municipal de Assistência Social, para assim garantir a integridade do patrimônio público;

Considerando também que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Quarta – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de dezembro de 2017. Permanecem os valores mensais de R\$ 86,44 (oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) unidade/mês conforme abaixo, sendo o valor total de R\$ 7.260,96 (sete mil, duzentos e sessenta reais e noventa e seis centavos), para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para o CAFI 1º de Maio.	mês	12	R\$ 86,44	R\$ 1.037,28
2	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para o CRAS Cruzeiro.	mês	12	R\$ 86,44	R\$ 1.037,28
3	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para o CRAS Serra Alta.	mês	12	R\$ 86,44	R\$ 1.037,28
4	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para o CRAS Centenário.	mês	12	R\$ 86,44	R\$ 1.037,28
5	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para a Secretaria de Assistência Social.	mês	12	R\$ 86,44	R\$ 1.037,28
6	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para o Conselho Tutelar.	mês	12	R\$ 86,44	R\$ 1.037,28
7	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para o CAFI Serra Alta	mês	12	R\$ 86,44	R\$ 1.037,28

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de junho de 2014, Termo Aditivo nº 096/2015 de 16 de março de 2015, Termo Aditivo nº 200/2015 de 30 de junho de 2015 e Termo Aditivo nº 139/2016 de 29 de junho de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2016.

Ass: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, como Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 289/2016

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 289/2016

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 218/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, em 02 de julho de 2014, conforme Pregão nº 185/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 218/2014, que consiste na prestação de serviços de instalação e monitoramento de alarme eletrônico nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 185/2014;

Considerando o término de Contrato no dia 31 de dezembro de 2016, e a necessidade de manter o serviço de monitoramento e mão de obra técnica para as unidades educacionais sendo que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Quarta – Da Vigência, nos seguintes termos:



Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de dezembro de 2017. Permanecem os valores mensais conforme abaixo, sendo o valor total de R\$ 73.720,86 (setenta e três mil, setecentos e vinte reais e oitenta e seis centavos), para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

Item	Especificação	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de Monitoramento de Alarme Eletrônico para Escolas de Educação Infantil da Secretaria de Educação.	mês	12	R\$ 2.420,41	R\$ 29.044,92
2	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para Escolas de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação.	mês	12	R\$ 2.541,88	R\$ 30.502,56
3	Serviço de monitoramento de alarme eletrônico, para Secretaria de Educação.	mês	12	R\$ 96,74	R\$ 1.160,88
4	Serviço de Mão de Obra Técnica para manutenção e instalação de alarmes (quando necessário e for solicitado) para a Secretaria e Unidades de Ensino da Secretaria de Educação de São Bento do Sul	horas	250	R\$ 52,05	R\$ 13.012,50
				TOTAL	R\$ 73.720,86

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de julho de 2014, Termo Aditivo nº 198/2015 de 29 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 007/2016 de 21 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 142/2016 de 30 de junho de 2016 e Termo Aditivo nº 197/2016 de 29 de agosto de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, como Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 291/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 291/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência Para Pessoas com Deficiência de nº 169/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 01 de agosto de 2016, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 169/2016 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para o idoso, Sr. Dominiano Pachewsky, portador do RG nº 15.829.541/SC, idoso referenciado no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 1 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau I, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de dezembro de 2016 e a necessidade da continuidade de internamento do idoso Sr. Dominiano Pachewsky como medida de proteção, conforme determinação do Ministério Público através de Ofício nº 0226/2015/01PJ/SBS e Notícia de Fato nº 01.2014.00015843-3, documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de maio de 2017.

Permanece o valor mensal de R\$ 2.184,00 (dois mil cento e oitenta e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de agosto de 2016.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2016.

Ass: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 292/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 292/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência Para Pessoas com Deficiência de nº 170/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 01 de agosto de 2016, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 170/2016 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de

Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Elzira Hanel, portadora do CPF nº 944.227.539-91, idosa referenciada no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 2 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau II, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de dezembro de 2016 e a necessidade da continuidade de internamento da idosa Sra. Elzira Hanel, visto que a mesma estava abrigada no Asilo Recanto Doce Lar quando este encerrou as atividades no ano de 2012, e conforme Autos nº 058.12.003578-0, documento em anexo ao Termo Aditivo, foi determinado pelo Juiz de Direito que os Municípios que tinham idosos mantidos nesta entidade tomassem as providências para garantir a proteção dos mesmos, a idosa foi transferida para o Instituto Santé; Diante do exposto, e visto que a idosa não possui familiares ou demais parentes que possam lhe atender as necessidades, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de maio de 2017. Permanece o valor mensal de R\$ 2.384,00 (dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 11.920,00 (onze mil, novecentos e vinte reais) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de agosto de 2016.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2016.

Ass: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 293/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 293/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência Para Pessoas com Deficiência de nº 171/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 01 de agosto de 2016, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 171/2016 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Albertina Telma, portadora do CPF nº 558.268.499-11 e Sra. Matilde Pachewsky, portadora do RG nº 765.528/SC idosas referenciadas no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificadas como Item 3 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau III, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de dezembro de 2016 e a necessidade da continuidade de internamento das idosas Sra. Albertina Telma, e da Sra. Matilde Pachewsky, atendendo requisições do Ministério Público conforme Ofício nº 0922/2015/1PJ/SBS (Sra. Albertina Telma) e Ofício nº 0226/2015/01PJ/SBS (Sra. Matilde Pachewsky), documentos estes em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de maio de 2017.

Permanece os valores mensais de R\$ 2.584,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais) para a Sra. Matilde Pachewsky e R\$ 2.895,01 (dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e um centavo) para a Sra. Albertina Telma, totalizando o valor de R\$ 27.395,05 (vinte e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinco centavos) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de agosto de 2016.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2016.

Ass: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 294/2016**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 294/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência Para Pessoas com Deficiência de nº 168/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ELIZEU H. DE AZEVEDO E CIA LTDA - ME, em 01 de agosto de 2016, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 168/2016 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para o idoso, Sr. José Alves, portador do CPF nº 011.079.549-08, idoso referenciado no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 4 - Serviço de Residência Inclusiva para Pessoa com Deficiência, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de dezembro de 2016 e a necessidade de continuidade de internamento do idoso Sr. José Alves, conforme determinação do Ministério Público através do Ofício nº 0975/2014/01PJ/SBS e conforme Notícia de Fato (Representação) nº 01.2014.00020788-5, documentos estes em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de maio de 2017.



Permanecem o valor mensal de R\$ 2.608,10 (dois mil, seiscentos e oito reais e dez centavos), sendo o valor total de R\$ 13.040,50 (treze mil, quarenta reais e cinquenta centavos), para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de agosto de 2016.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2016.

Ass: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ELIZEU H. DE AZEVEDO E CIA LTDA - ME, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 296/2016

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 296/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 128/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 21 de junho de 2016, conforme Edital de Tomada de Preços nº 105/2016.

Considerando o objeto do Contrato nº 128/2016, que constitui no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de uma ponte, situada em Rio Natal no Km 26, comprimento total de 12,10 m e largura de 6,00 m, conforme memorial descritivo, projetos e Convênio nº 2016 TR000704, Processo nº SSP ER251089161 – SDR25 00001121/2016, em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 105/2016;

Considerando Ofício nº 48/2016 enviado pela Contratada solicitando prorrogação dos prazos de execução e vigência do referido Contrato devido ao atraso no repasse dos recursos por parte do governo estadual, acarretando em atraso no cronograma de execução da obra, sendo que a mesma terá continuidade quando da liberação destes recursos, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e VI, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 24 de dezembro de 2016 e com término em 21 de fevereiro de 2017.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 17 de janeiro de 2017 e com término em 17 de março de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 21 de junho de 2016, Termo Aditivo nº 190/2016 de 25 de agosto de 2016 e Termo Aditivo nº 235/2016 de 24 de outubro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2016.

Ass: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

GERSON EVERS MENDES, como Engenheiro Civil.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 298/2016

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 298/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Acolhimento Institucional Modalidade Abrigo de nº 343/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - IDI, em 22 de dezembro de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 227/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 343/2015 que consiste na contratação de Empresa/Entidade para operação e manutenção dos serviços de Acolhimento Institucional - Modalidade Abrigo - Municipal para atendimento de crianças e adolescentes pelo prazo de até 60 meses conforme Anexo I - Termo de Referência do Edital de Concorrência Pública nº 227/2015, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos;

Considerando o término do Contrato nº 343/2015, no dia 31 de dezembro de 2016, e tendo em vista a necessidade de manter o atendimento das crianças e adolescentes do abrigo institucional para menores, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual, com base na Cláusula Terceira – Da Vigência do referido Contrato, de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de dezembro de 2017. Permanecem os valores conforme abaixo, conforme o número de crianças/adolescentes abrigados, referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

	VALOR FIXO					
Nº CRIANÇAS/ ADOLESCENTES	PESSOAL	MANUTENÇÃO ABRIGO	VALOR VARIÁVEL	IMPOSTOS*	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 610,00	R\$ 6.729,00	R\$ 62.517,77	R\$ 750.213,30
2	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 1.220,00	R\$ 6.883,00	R\$ 63.281,77	R\$ 759.381,30
3	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 1.830,00	R\$ 7.037,00	R\$ 64.045,77	R\$ 768.549,30
4	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 2.440,00	R\$ 7.191,00	R\$ 64.809,77	R\$ 777.717,30
5	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 3.050,00	R\$ 7.345,00	R\$ 65.573,77	R\$ 786.885,30
6	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 3.660,00	R\$ 7.499,00	R\$ 66.337,77	R\$ 796.053,30
7	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 4.270,00	R\$ 7.653,00	R\$ 67.101,77	R\$ 805.221,30
8	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 4.880,00	R\$ 7.806,00	R\$ 67.864,77	R\$ 814.377,30
9	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 5.490,00	R\$ 7.960,00	R\$ 68.628,77	R\$ 823.545,30
10	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 6.100,00	R\$ 8.110,00	R\$ 69.388,77	R\$ 832.665,30
11	R\$ 46.928,77	R\$ 8.250,00	R\$ 6.710,00	R\$ 8.264,00	R\$ 70.152,77	R\$ 841.833,30

12	R\$ 53.532,58	R\$ 8.250,00	R\$ 7.320,00	R\$ 9.044,00	R\$ 78.146,58	R\$ 937.758,96
13	R\$ 53.532,58	R\$ 8.250,00	R\$ 7.930,00	R\$ 9.197,00	R\$ 78.909,58	R\$ 946.914,96
14	R\$ 58.328,41	R\$ 8.250,00	R\$ 8.540,00	R\$ 9.837,00	R\$ 84.955,41	R\$ 1.019.464,92
15	R\$ 58.328,41	R\$ 8.250,00	R\$ 9.150,00	R\$ 9.990,00	R\$ 85.718,41	R\$ 1.028.620,92
16	R\$ 63.124,24	R\$ 8.250,00	R\$ 9.760,00	R\$ 10.625,00	R\$ 91.759,24	R\$ 1.101.110,88
17	R\$ 63.124,24	R\$ 8.250,00	R\$ 10.370,00	R\$ 10.778,00	R\$ 92.522,24	R\$ 1.110.266,88
18	R\$ 67.915,07	R\$ 8.250,00	R\$ 10.980,00	R\$ 11.418,00	R\$ 98.563,07	R\$ 1.182.756,84
19	R\$ 67.915,07	R\$ 8.250,00	R\$ 11.590,00	R\$ 11.572,00	R\$ 99.327,07	R\$ 1.191.924,84
20	R\$ 67.915,07	R\$ 8.250,00	R\$ 12.200,00	R\$ 11.725,00	R\$ 100.090,07	R\$ 1.201.080,84
TOTAL PARA 20 CRIANÇAS/ADOLESCENTES POR 12 MESES						R\$ 1.201.080,84

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 22 de dezembro de 2015, permanecem inalteradas.  
São Bento do Sul, 16 de dezembro de 2016.

Ass: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - IDI, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 299/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 299/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 118/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o SR. ULISSES DONIZETE RAMOS, em 14 de abril de 2014, conforme Pregão Presencial nº 68/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 118/2014, que consiste na contratação de leiloeiro público oficial do Estado de Santa Catarina com vistas a realização, mediante Contrato específico, de leilão público de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul – SC; Considerando o término do referido Contrato no dia 31 de dezembro de 2016 e que o mesmo, conforme Cláusula Sexta – Da Vigência, pode ser prorrogado a critério do Contratante e devido à necessidade de realização de novos leilões de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul para o exercício de 2017, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57 inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 08 (oito) meses, a contar de 01 de janeiro de 2017 e com término em 31 de agosto de 2017.

Mantém-se a Cláusula Sétima – Do Pagamento, onde consta:

“O Município não terá nenhuma despesa com pagamento do contratado, o qual terá seus serviços pagos pelos arrematantes através da comissão de 5 % (cinco por cento), sobre o valor de cada bem arrematado.

Parágrafo Único: o valor recebido pelo Leiloeiro ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.”

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 14 de abril de 2014, Termo Aditivo nº 365/2014 de 15 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 234/2015 de 26 de agosto de 2015 e Termo Aditivo nº 083/2016 de 20 de abril de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2016.

Ass: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, pela Secretaria de Administração do Município.

ULISSES DONIZETE RAMOS, como Contratado.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 302/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 302/2016

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel para Aluguel de Espaço Físico para Execução do Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo de nº 044/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. HELOISA HELENA PEREIRA SANTOS, em 02 de fevereiro de 2015, conforme Dispensa de Licitação nº 26/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 044/2015, que consiste na locação de um terreno situado no bairro Schramm, nesta cidade, fazendo frente para a rua Helena Mulh Bauer, por duas linhas quebradas de 23,17 e 9,58 metros e para os terrenos de Paulo Pereira (matrícula nº 21.480), por 19,40 metros, Gilvan Luiz Gava (matrícula nº 19.857) por 20,00 metros, rua José Ossowsky, por 12,00 metros, Cleison Aduato Barbosa (matrícula nº 19.860), por 28,00 metros, Claudia Roberta Huttel (matrícula nº 21.180), por duas linhas quebradas de 8,40 e 20,00 metros e com a rua Maria Borba de Carvalho, por 12,00 metros, fundos com André Silva Santos e Heloísa Helena Pereira Santos (matrícula nº 42.927), por 39,04 metros, lado direito com Margareth do Rocio Beckerts de Oliveira (matrícula nº 17.446), por quatro linhas quebradas de 17,50, 4,30, 7,35 e 20,26 metros, lado esquerdo com Madalena dos Santos Luz (matrícula nº 26.628), por 22,05 metros e com a rua Michael Witt, por duas linhas quebradas de 67,82 e 19,00 metros, contendo a área de quatro mil duzentos e trinta e nove metros e sessenta e cinco decímetros quadrados (4.239,65 m²), edificado com uma casa em alvenaria, 02 (dois) pavimentos com área total de 444,96 m² conforme alvará e cadastro PMBSul;

Considerando solicitação de reajuste do valor mensal do aluguel enviada pela Contratada e deferida conforme Parecer Jurídico nº 254/2016, documentos anexos ao Termo Aditivo;

Considerando que quando da renovação do Contrato nº 044/2015 conforme Termo Aditivo nº 336/2015 de 14 de dezembro de 2015, o mesmo foi renovado sem o reajuste anual de valores conforme Cláusula Terceira – Do Reajuste;

Considerando que o índice IGP-M acumulado para o período foi no percentual de 10,5443%, e conforme negociação entre Secretaria e Contratada, a mesma aceitou o reajuste mensal de 8%, faz-se necessário alterar o valor mensal do aluguel conforme abaixo nos seguintes termos:

Altera-se o valor mensal de R\$ 4.250,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta reais) para R\$ 4.590,00 (quatro mil quinhentos e noventa reais) a partir de 08 de março de 2016, sendo incluso no Contrato o valor total de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) referente à diferença de valor do referido aluguel, sendo o valor de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais) mensal, para pagamentos conforme contrato original. As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 02 de fevereiro de 2015 e Termo Aditivo nº 336/2015 de 14 de dezembro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de dezembro de 2016.

Ass: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

HELOISA HELENA PEREIRA SANTOS, como Locadora.

# São Carlos

## PREFEITURA

**DECRETO 005/2017**

DECRETO Nº 005/2017, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerada, a senhora SCHIRLEY SUZANE STHAL LEONHARD do cargo de Diretor de Departamento, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 032/2006 de 03 de abril de 2006.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 02 de janeiro de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

Registre-se e publique-se

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO 004 02 01 2017 DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 04, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2017 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795, de 24/11/16;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 285.687,75 (duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos) no Orçamento de 2017 da unidade Fundo Municipal de Saúde nas seguintes programações de despesas:

Da Programação de Despesa:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.046 – Manutenção da Atenção Básica – Estado				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	18	01.0038	81.033,75
33900000	Aplicações Diretas	19	01.0038	46.305,00
44900000	Aplicações Diretas	20	01.0038	75.000,00

Para Programação de Despesa:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.1006.2.046 – Manutenção da Atenção Básica – Estado				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	23	01.0667	81.033,75
33900000	Aplicações Diretas	24	01.0667	46.305,00
44900000	Aplicações Diretas	25	01.0667	75.000,00

Da Programação de Despesa:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde				
10.302.1006.2.043 – Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica – Estado				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	22	01.0038	50.935,50

Para Programação de Despesa:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde				
10.302.1006.2.043 – Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica – Estado				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	26	01.0667	50.935,50

Da Programação de Despesa:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde				
10.305.1006.2.047 – Manutenção da Média e Alta Complexidade – Estado				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	21	01.0038	32.413,50

Para Programação de Despesa:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde				
10.305.1006.2.047 – Manutenção da Média e Alta Complexidade – Estado				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	27	01.0667	32.413,50

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 02 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda - Designada

# São Joaquim

## PREFEITURA

### EDITAL RETIFICADO PROCESSO SELETIVO 001/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016 – RETIFICADO

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2017, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital e Leis Municipais legais vigentes.

#### 1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
28/12/2016	Publicação do Edital
28/12/2016 até às 23h59min do dia 12/01/2016	Período de Inscrições
28/12/2016 a 13/01/2017	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
16/01/2017	Publicação do ROL DOS INSCRITOS E DIVULGAÇÃO DO LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS
17 e 18/01/2017	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
20/01/2017	Homologação das Inscrições
22/01/2017	Realização das provas escritas objetivas, Práticas e de Títulos
22/01/2017	Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas)
23 e 24/01/2017	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva
27/01/2016	Publicação do julgamento dos recursos contra formulação de questões e discordância com o gabarito
27/01/2016	Publicação do gabarito definitivo, nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória.
28 e 29/01/2017	Prazo para recurso contra nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória
31/01/2017	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória.
01/02/2017	Publicação do resultado final para Homologação

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

#### 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposta no Anexo I.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.saojoaquim.sc.gov.br](http://www.saojoaquim.sc.gov.br) e [www.saojoaquimonline.com.br](http://www.saojoaquimonline.com.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

#### 3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei nº 2.907, de 17 de março de 2009.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal, por SEDEX até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições, para a empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, com sede na Rua Pará, 162, bairro Estados, Timbó/SC, CEP 89120-000 os seguintes documentos:



- a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência..
- b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;
- c) parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.
- d) Anexo III deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.9. Caso a aplicação do percentual de 10% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 28/12/2016 a 13/01/2017.

#### ISENÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE

Conforme a Lei Estadual nº 10.567, de 07 de dezembro de 1997, ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo, realizado no âmbito municipal, os candidatos doador de sangue fidelizado e pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais.

A comprovação da pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação, será efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de dezembro de 1997. O candidato deve enviar os documentos acima citados até o último dia de inscrição, para o e-mail [contato@acesseconcursossc.com.br](mailto:contato@acesseconcursossc.com.br) que posteriormente irá deferir a inscrição do candidato.

A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo via internet, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

4.2.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.2.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando

as publicações e suas possíveis alterações.

4.2.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.2.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

4.2.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.2.7. Não será aceita inscrição com falta de documentos, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail contato@acesseconcursossc.com.br.

4.5. A Prefeitura Municipal de São Joaquim e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail contato@acesseconcursossc.com.br no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, e levar acompanhante maior de idade, que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.8.2.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário descrito no item 7.1.

4.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

## 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO	R\$ 40,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO	R\$ 50,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR	R\$ 60,00

## 6. DAS PROVAS

### 6.1. DAS PROVAS, DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO

6.2. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.3. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.3.1. Serão considerados aprovados todos os candidatos que não zerarem na nota da prova objetiva.

6.3.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.4. Prova de Títulos (PT) para os cargos de Professores, técnico em enfermagem – SAMU, fiscal de tributos de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva, ou seja, que não zerarem. Podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos conforme anexo IV.

6.4.1. Prova Prática (PP) para todos os candidatos aos cargos de operador de máquinas e equipamentos, agente de serviços gerais braçal – servente/merendeira/faxineira, motorista educação e demais secretarias, orientador de música, orientador artesanato, porém somente será computada a nota da prova prática para os candidatos aprovados na prova objetiva, conforme o item 6.3.1. As norma para realização da prova prática estão no anexo IV.

6.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.6. Para os cargos de professores técnico em enfermagem – SAMU, fiscal de tributos a nota final será  $PO = 70\% + PT = 30\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$ .

6.6.1. Para os cargos de operador de máquinas e equipamentos, agente de serviços gerais braçal – servente/merendeira/faxineira, motorista educação e demais secretarias, orientador de música, orientador artesanato, a nota final será:

$PO = 50\%$ .

$PP = 50\%$

$NF = PO \times 0,5 + PP \times 0,5 = NF$

6.6.1.1. A classificação dos candidatos aos cargos de Professor, será separada por HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR, NÃO HABILITADOS CURSANDO APARTIR DO 4º PERÍODO E NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO. Para contratação, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR. Esgotadas as opções, passa-se a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS e posteriormente os nível médio MAGISTÉRIO (alterado pela retificação 01/2016)

6.6.2. Para os demais cargos a Nota Final será:  $PO = 100\%$ .

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

PP = Prova Prática

NF = Nota Final

6.7 Os candidatos que não entregarem os comprovantes de títulos serão automaticamente classificados como NÃO HABILITADOS.

6.8. A classificação para os demais cargos seguirá apenas uma lista.

## 7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2017, COM INÍCIO ÀS 9H30MIN E TÉRMINO ÀS 11H30MIN, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE O ACESSO AO LOCAL DA PROVA SERÁ FECHADO ÀS 9H25MIN.

7.1.1. Será vedado o acesso ao local da prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 9 h e 25 minutos, sob qualquer alegação.

7.1.2. O LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS SERÁ DIVULGADO JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS.

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. A prova objetiva terá 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

### PARA TODOS OS CARGOS

CONTEÚDOS	NÚMERO DE QUESTÕES	ORDEM DAS QUESTÕES NA PROVA	VALOR DE CADA QUESTÃO
Conhecimentos Gerais (Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais e Atualidades)	15	1 a 5 – Língua Portuguesa 6 a 10 – Matemática 11 a 15 – Conhecimentos Gerais	0,30

Conhecimentos Específicos	10	16 a 25	0,55
---------------------------	----	---------	------

7.2.2.1. Os programas da prova objetiva estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fazer uso de telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova será desclassificado do Processo Seletivo.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática eliminação do candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito os cartões-respostas entregues sem a assinatura do candidato.

7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões respostas, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-respostas serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais candidatos será:

a) Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

b) Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Que tiver maior idade.

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;

b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1. Da impugnação do presente Edital;

8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

8.1.4. Da nota da prova objetiva, prática e de títulos;

8.1.5. Da classificação Provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração, no Município de São Joaquim.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA– [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) no campo RECURSOS, disposto na área referente a este processo seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

#### 9. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

9.1.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

9.1.5 - Carteira de Identidade;

9.1.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

9.1.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

9.1.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

9.1.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

9.1.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

9.1.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

9.1.12 - Certidão de casamento ou união estável;

9.1.13 - 01 foto 3x4

9.1.14 - PIS/PASEP (frente e verso);

9.1.15 - Número da conta corrente;

9.1.16 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda

9.1.17 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;

9.1.18 - Cópia da Carteira de Trabalho;

9.1.19 - Comprovante de endereço;

9.1.20 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

#### 10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, a contar de sua homologação final.

10.2 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a nomeação imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de São Joaquim e nos sítios [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.saojoaquim.sc.gov.br](http://www.saojoaquim.sc.gov.br) e [www.saojoaquimonline.com.br](http://www.saojoaquimonline.com.br)

11.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

11.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.5. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

11.5.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;

11.5.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;

11.5.3. Anexo III – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

11.5.4. Anexo IV – Normas para realização das provas práticas;

11.5.5. Anexo V – Normas para realização da prova de títulos.

11.5.6. Anexo VI – Atribuições dos Cargos.

Prefeitura Municipal de São Joaquim, 28 de dezembro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal



FABIANO PADILHA  
Presidente da Comissão

ANEXO I  
QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VALOR SALÁRIOS	TIPO DE PROVAS
Operador de Máquinas e Equipamentos (Todos os tipos de Máquinas das Secretarias)	CR	40	Ensino Fundamental Completo; Prática em operação de máquinas; Carteira CNH "D".	R\$: 1.867,53	OBJETIVA PRÁTICA
Agente de Serviços Gerais Braçal	CR	40	Ensino Fundamental Completo;	R\$: 880,00 Salário Mínimo	OBJETIVA PRÁTICA
Agente de Serviços Gerais - servente/faxineira/Merendeira	CR	40	Ensino Fundamental Completo; com capacidade para leitura e interpretação de texto; experiência na confecção de alimentos e limpeza em geral.	R\$: 880,00 Salário Mínimo	OBJETIVA PRÁTICA
Motorista da Educação	CR	40	Ensino Fundamental Completo com comprovada capacidade de escrita e compreensão de texto; CNH "D"; curso de qualificação para transporte escolar;	R\$: 1.258,54	OBJETIVA PRÁTICA
Motoristas demais Secretarias	CR	40	Ensino Fundamental Completo com comprovada capacidade de escrita e compreensão de texto; CNH "D";	R\$: 1.542,87	OBJETIVA PRÁTICA
Professor de Educação Infantil Alterado pela retificação 01/2016	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO (habilitação em educação infantil)	HABILITADO R\$: 1.275,43  NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Infantil Alterado pela retificação 01/2016	CR	30	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO (habilitação em educação infantil)	HABILITADO R\$: 1.913,13  NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.601,73	OBJETIVA TÍTULOS
Professor Pré – Escolar Alterado pela retificação 01/2016	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO (habilitação em educação infantil)	HABILITADO R\$: 1.275,43  NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor Anos Iniciais Alterado pela retificação 01/2016	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Pedagogia, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO	HABILITADO R\$: 1.275,43  NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Língua Portuguesa	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43  NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Língua Portuguesa	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69  NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS



Professor de Matemática	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Matemática	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de História	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Geografia	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Ciências	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Física	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Física	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Arte	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Arte	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Língua Inglesa	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
2º Professor	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Educação Especial ou cursando a 6ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor do AEE	CR	20	Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em Educação Especial ou cursando a 6ª fase..	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS

Professor de Música	CR	40	Licenciatura em Música ou 2º grau completo e habilitação específica na área, com qualificação em instrumentos de cordas (violino, viola, cello e contrabaixo); metais (trompa, trompete, trombone e tuba); e madeiras (flauta, oboé, clarinete, sax-alto e sax-tenor).	HABILITADO R\$: 2.550,92 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	20	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	30	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.913,13 NÃO HABILITADO R\$: 1.601,73	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	40	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 2.550,92 NÃO HABILITADO R\$: 2.135,64	OBJETIVA TÍTULOS
Orientador de Música	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA PRÁTICA
Orientador de Artesanato	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA PRÁTICA
Orientador de Dança	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA
Técnico em Enfermagem SAMU	CR	40	- Ensino Médio Completo; - Curso Técnico em Enfermagem; - Registro Ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina; - Experiência mínima de 06 meses comprovada em Atendimento de Urgência e Emergência Adulto e/ou Pediátrico, sendo válidos os seguintes locais: UPA (Unidade de Pronto Atendimento), Pronto Socorro, Ambulâncias de Suporte Básico de Vida, UTI (Unidade de Terapia Intensiva), Unidade Hospitalar Semi Intensiva. Escala de 12 x 36 Horas em Regime de Plantão.	R\$: 1.596,17	OBJETIVA TÍTULOS

Motorista Socorrista SAMU	CR	40	- Ensino Médio Completo; - Carteira Nacional de Habilitação Válida no ato da Contratação (CNH mínima categoria D); - Certificado do Curso de Condutor de Veículos de Emergência Homologado pelo Detran de Santa Catarina que contemple direção defensiva e noções de primeiros socorros; - Certidão Negativa de Multas de Trânsito (original); - Ter idade mínima de 18 anos completos; - Experiência mínima de 06 meses comprovada no cargo de Motorista Socorrista ou Condutor de veículo de emergência em atendimento pré-hospitalar. Escala de 12 x 36 Horas em Regime de Plantão.	R\$: 1.258,54	OBJETIVA
Fiscal de Tributos	CR	40	Ensino Médio Completo experiência comprovada na área de atuação com declaração.	R\$: 2.179,19	OBJETIVA TÍTULOS
Auxiliar de Saúde Bucal	CR	40	Certificado de conclusão do 2º grau e experiência comprovada na área (declaração) ou curso preparatório para a função.	R\$: 1.048,64	OBJETIVA

CR = CADASTRO RESERVA

## ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO

**LÍNGUA PORTUGUESA:** Interpretação de texto; Conhecimento de língua: ortografia, acentuação gráfica, pontuação, sinônimos e antônimos, encontros consonantais, vocálicos e dígrafos, alfabeto (ordem alfabética; reconhecimentos de vogais e de consoantes), separação e classificação de sílabas. Emprego, flexão e substituição de substantivos, adjetivos, artigos, pronomes e advérbios. Concordância verbal e nominal.

**MATEMÁTICA:** Sistema de numeração decimal; Operações de adição, subtração, multiplicação e divisão; Números decimais, operações envolvendo números decimais (adição, subtração, multiplicação e divisão); Medidas de comprimento, medidas de tempo, medidas de massa, medidas de capacidade, medidas de temperatura, raciocínio lógico e problemas matemáticos;

**CONHECIMENTOS GERAIS:** Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, em nível municipal, regional, nacional e internacional.

### CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR

**LÍNGUA PORTUGUESA:** Interpretação de texto. Conhecimento de língua: ortografia/acentuação gráfica; classes de palavras: substantivo: classificação, flexão e grau; adjetivo: classificação, flexão e grau; advérbio: classificação, locução adverbial e grau; pronome: classificação, emprego e colocação dos pronomes oblíquos átonos; verbo: classificação, conjugação, emprego de tempos e modos; preposição e conjunção: classificação e emprego; estrutura das palavras e seus processos de formação; estrutura da oração e do período; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal, crase. Pontuação; figuras de linguagem (principais); variação linguística: as diversas modalidades do uso da língua.

**MATEMÁTICA:** Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes; Progressão Aritmética / Geométrica; Noções de probabilidade.

**CONHECIMENTOS GERAIS:** Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, em nível municipal, regional, nacional e internacional.

### CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:**

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, DIDÁTICA GERAL. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR PRÉ-ESCOLA:**

Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil .ECA ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e Plano de Cargos e Salários Lei Complementar Nº4.183/2013. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

**PROFESSOR SÉRIES INICIAIS:**

Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola. Problemas de aprendizagem. Fatores físicos, psíquicos e sociais. Aprendizagem: Leitura/Escrita. Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático. Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação. Planejamento de aula: habilidade, objetivos à avaliação. Métodos e processos no ensino da leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita e leitura. Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental. Estatuto da criança e do adolescente. Plano Nacional da Educação – Lei 13.005 de 25 de junho de 2014.

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA:**

Metodologia de ensino de Língua Portuguesa; Compreensão e interpretação de textos; Tipologia textual; Níveis de linguagem; Funções da linguagem; Coesão e coerência; Intertextualidade; Semântica; Sintaxe de regência, colocação e concordância; Análise sintática: período simples e período composto; Metodologia de produção de textos. Localização de informações explícitas e implícitas no texto. Depreensão do significado de vocábulos e expressões em função do contexto. Identificação de relações de sentido entre orações e segmentos do texto. Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto. Estrutura e formação de palavras; emprego das diferentes classes de palavras. Valor semântico de elementos mórficos. Uso e função do artigo, dos pronomes e numerais. Valor substantivo, adjetivo e adverbial dos vocábulos portugueses. Emprego de preposições e conjunções que conferem coesão e coerência ao texto escrito. Denotação e conotação – figuras de linguagem. Variação linguística e adequação no uso da língua às situações de comunicação. Ortografia. Emprego de letras. Acentuação gráfica (conforme o atual Acordo Ortográfico). Flexão verbal – valor semântico de tempos e modos. Correlação entre tempos verbais. Concordância verbal. Concordância nominal. 8. Regência nominal e verbal – o fenômeno da crase. Uso e função dos sinais de pontuação.

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA:**

Metodologia de ensino de Matemática; Conjuntos Numéricos e Sistemas de Numeração: Números naturais; Números inteiros; Números racionais; Números irracionais; Números reais; Potenciação nos números reais; Radiciação nos números reais; Sistema de numeração decimal; Sistema de numeração binário; Sistema de numeração romano; Grandezas e Medidas: Sistema métrico decimal; Sistema sexagesimal de medidas (medidas de ângulos e medidas de tempo); Proporções (proporcionalidade entre números, proporcionalidade entre grandezas); Porcentagem; Tratamento da Informação: Gráficos estatísticos; Frequências e amostras; Medidas de tendência central (médias); Geometria Plana: Perímetros de figuras planas; Áreas de figuras planas; Número de diagonais de um polígono convexo; Soma das medidas dos ângulos internos de um polígono convexo; Soma das medidas dos ângulos externos de um polígono convexo; Semelhança de figuras planas (ampliações e reduções); Segmentos proporcionais (Teorema de Tales); O teorema de Pitágoras; Tópicos de Trigonometria: Razões trigonométricas no triângulo retângulo; Razões trigonométricas em triângulos quaisquer (lei dos senos e lei dos cossenos); Geometria Não Plana: Poliedros; Prismas retos (cálculo de áreas e volumes); Cilindros retos (cálculo de áreas e volumes); Pirâmides (cálculo de áreas e volumes); Cones (cálculo de áreas e volumes); Esferas (cálculo de áreas e volumes); Tópicos de Álgebra: Equações do 1º grau com uma incógnita; Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas; Equações do 2º grau com uma incógnita; Expressões algébricas (produtos notáveis e fatoração); Função afim; Função quadrática.

**PROFESSOR DE HISTÓRIA:**

Metodologia de ensino de História; História e Antiguidade – Pré-História; Origem do Homem; Desenvolvimento da civilização (classes sociais, Estado e divisão social do trabalho); Antiguidade Oriental: Mesopotâmia, Egito, Hebreus, Fenícia e Pérsia (características geográficas, aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais); Civilização Grega: características geográficas; civilização cretense; períodos da história grega; civilização helenística; cultura grega; Civilização Romana: características geográficas; monarquia; república; império; cultura romana; Idade Média; Civilização Bizantina: características geográficas; aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais; Civilização Islâmica: origens e doutrina muçulmana; expansão islâmica; aspectos culturais; Idade Média Ocidental: invasões bárbaras; formação dos reinos germânicos; o reino dos francos; sistema feudal (aspectos econômicos, políticos, sociais); a Igreja na Idade Média; cavalaria; cruzadas; cultura medieval; A Crise do Feudalismo: renascimento comercial; renascimento urbano; feiras; corporações de ofício; ascensão da burguesia; revoltas camponesas; Idade Moderna; Transição do Feudalismo ao Capitalismo: Estados nacionais e absolutismo; expansão marítima europeia; mercantilismo; Renascimento cultural; Reforma religiosa e Contra reforma; Antigo Sistema Colonial: conquista da América; sistema colonial espanhol; colonização inglesa na América do Norte; colonização portuguesa no Brasil (expedição colonizadora, Capitânias Hereditárias, Governo Geral, economia e sociedade açucareira, domínio espanhol, bandeirantismo, economia e sociedade do ouro); Revoluções Burguesas e Crise do Antigo Sistema Colonial: Revolução Inglesa do século XVII; Revolução Industrial; Iluminismo e pensamento liberal; Revolução Francesa; independência dos EUA; independências na América espanhola; crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (movimentos nativistas, Inconfidência mineira e baiana, vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, Independência); Idade Contemporânea; Consolidação e Expansão do Capitalismo: movimentos operários do século XIX; socialismo, comunismo e anarquismo; Imperialismo; unificação italiana e alemã; EUA no século XIX; Brasil Império (1º reinado, regências, 2º reinado, economia cafeeira, Guerra do Paraguai, imigração, campanha abolicionista); proclamação da República no Brasil; Contradições e Crises do Capitalismo e Alternativa Socialista: 1ª Guerra Mundial; Revolução Russa de 1917; crise de 1929; nazi-fascismo; 2ª Guerra Mundial; Brasil na República Velha (Revolução Federativa, política dos governadores, coronelismo, café, industrialização, movimento operário; Revolta da Vacina, guerra de Canudos, guerra do Contestado, movimento tenentista, Revolução de 1930, período Vargas, Estado Novo); Mundo Contemporâneo: Guerra Fria; descolonização; expansão do bloco socialista; revolução e reação na América Latina; conflitos no Oriente Médio; problemas atuais do Continente Africano; desestruturação do bloco soviético; Brasil contemporâneo (período populista 1945-1964, regime militar, redemocratização, Brasil atual); História do Paraná: Principais acontecimentos históricos.

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA:**

Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Concepções de Geografia; A importância da ciência de Geografia; Objetos e objetivos da ciência geográfica. Conceitos de lugar, espaço, paisagem, região e território; Correntes geográficas; O espaço geográfico; Organização sócio espacial do mundo, do Brasil e de Santa Catarina; LDB, PCN de geografia. Plano de Cargos e Salários Lei Complementar Nº4.183/2013. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS:**

Metodologia de ensino de Ciências; Biologia. Meio Ambiente: estudo do ar; da água; do solo; da ecologia; Seres Vivos; vírus; Estudo dos reinos Monera, dos Fungos e Protozoários; Reino Vegetal (classificação, organologia, fisiologia); Reino Animal (características gerais e classificação). Corpo Humano: noções do corpo humano, anatomia, fisiologia; Noções Básicas de Saúde: viroses, bacterioses, protozoonoses, verminoses e sua profilaxia; Química. Matéria: conceitos fundamentais; propriedades gerais e específicas; transformações (fenômenos físicos e químicos); estados físicos e suas mudanças; Substâncias Puras e Misturas: conceito; classificação; fracionamento. Estudo do Átomo: teoria atômico-molecular; estrutura atômica; número atômico e massa atômica; semelhanças atômicas; distribuição eletrônica por camadas ou níveis; Elementos Químicos: nomenclatura e símbolos; classificação periódica; substâncias químicas; fórmulas químicas; noções de eletro negatividade e eletro positividade; ligações químicas; Noções Químicas: ácidos; bases; sais e óxidos. Reações Químicas: conceitos; tipos (análise, síntese, simples troca e dupla troca); equilíbrio das equações químicas e leis ponderais: lei Lavoisier e Proust; Física. Noções de Estática: definição da força; unidades e sistemas de forças; equilíbrio de um corpo; máquinas simples. Dinâmica: leis da dinâmica (1ª, 2ª e 3ª Leis de Newton e Gravitação Universal, atrito); energia cinética e potencial; trabalho; potência. Noções de Hidrostática: mecânica dos fluidos; densidade absoluta/massa específica; pressão e empuxo. Termologia: calor e temperatura; propagação de calor; escalas termométricas; calorimetria; dilatação. Ótica: fundamentos básicos, espelhos planos e curvos; lentes; o olho humano e suas anomalias. Acústica: fundamentos, fontes sonoras, propagação do som, qualidades fisiológicas e propriedades das ondas sonoras. Eletricidade: eletrostática (formas de eletrização, condutor e isolantes); eletrodinâmica (corrente elétrica, intensidade de corrente elétrica, instrumentos de medida elétrica); magnetismo.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:**

Metodologia de ensino de Educação Física: Ação – vivência corporal; reflexão – significação social; nova ação – elaboração; (re)significação do conhecimento. Os conteúdos de Educação Física: Ginástica – prática corporal que possibilita a descoberta das possibilidades de movimento (Ginástica Geral, Ginástica Olímpica, Ginástica Rítmica Desportiva); Dança – forma de linguagem que expressa sentimentos, retratos de épocas, costumes, tradições (brincadeiras cantadas; danças folclóricas, populares, de salão, urbanas, eruditas, criativas); Jogo – representação simbólica da realidade, caracterizada pela flexibilidade de regras (jogos tradicionais, cooperativos, pré-esportivos). Esporte – fenômeno cultural, caracterizado pela existência de regras oficializadas que regulamentam a atuação amadora e a profissional (Voleibol, Futebol, Handebol, Atletismo e Basquetebol).

**PROFESSOR DE ARTE:**

Metodologia de ensino de Artes; A paisagem artística sob a ótica do teatro, da música, das artes visuais e da dança – suas particularidades e diferenças em relação ao tempo e espaço; A paisagem artística a partir da diversidade cultural; Aspectos formais do teatro, música, artes visuais e dança. Estudo da arte e de sua manifestação nas diferentes poéticas: visuais, cênicas e musicais; Poéticas, meios e substâncias expressivas; Composição, estrutura e organização da expressão; Técnicas, modos e procedimentos criativos; Modalidades expressivas visuais, cênicas e musicais.

**PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA:**

Metodologia de ensino de Língua Inglesa; Leitura e interpretação de textos autênticos da língua inglesa; Estrutura e formação de palavras: processos de derivação e composição de vocábulos; Antônimos, sinônimos, falsos cognatos; Aspectos morfo-sintáticos; Substantivos (caso, número, gênero, concordância); Pronomes (classificação, uso, concordância); Adjetivos (classificação, concordância, posição, flexão); Advérbios (classificação, uso, posição na sentença); Conjunções (classificação, uso); Verbos (modo, aspecto, tempos, vozes); Preposições (uso, classificação, combinações nominais e verbais); Discurso direto e indireto; Sintaxe da sentença simples e complexa.

**PROFESSOR DE MÚSICA:**

História da Música no Brasil; Alguns dados sobre o som; As notas musicais; O pentagrama Exercícios de automatismo das notas musicais; Linhas Suplementares; A pulsação; Como funcionam os grupos musicais; As propriedades do som; Atividades para debater; As propriedades do som e a partitura; Duração, Longo e Curto; Gráficos e simbologias rítmicas Notação musical-Ritmo; Notas ligadas e pontuadas; Grafia do ritmo; Compassos Indicação numérica dos compassos; A tabela de simbologias rítmicas; Fórmula de compasso e figuras rítmicas (A história da família real); Tom e semitom; Soma de tons e semitons; Digitação básica para instrumentos de cordas, sopros e teclados de percussão; Escala diatônica; Como se designam as notas de uma escala (Tônica, s, m, s, d, s, sen). Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola.



**PROFESSOR DO AEE:**

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na educação especial e a legislação vigente; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades; Desenho Universal Inclusão escolar de alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; amparo legal, legislação vigente; fundamentos e princípios da educação inclusiva; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; legislação, políticas e programas de educação especial e inclusão escolar em Santa Catarina; Alfabetização com letramento; Conceitos de deficiência. Legislação nacional, políticas públicas e documentos internacionais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Representações sociais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. A Formação de professores. Processos de ensino e aprendizagem e o aluno com necessidades educacionais especiais. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Adaptações curriculares e acessibilidade. Sistemas de apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS:**

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, DIDÁTICA GERAL. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**ORIENTADOR DE DANÇA:**

Concepções de ensino e aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; A importância de trabalhar jogos Cooperativos, conhecimento de práticas desportivas. Dança e movimento; A dimensão estética da dança; Dança e sociedade; Dança e diversidade cultural; Pressupostos metodológicos do ensino da dança. Educação integral na formação do sujeito. Recreação e Lazer como qualidade de vida. Desenvolvimento Físico, Cognitivo e Psicossocial na Meia Idade e Terceira Idade. Dança popular, folclórica e tradicional. Expressão corporal. Dança clássica. Dança contemporânea. Estilos de dança na atualidade. Conhecimentos teóricos para preparação básica de um grupo de dança. Alongamento e Flexibilidade. Ritmo: classificação, valores, composição. Movimentos: classificação, postura, posições, passagens, deslocamentos. Coreografias. Dança: história, classificação, linhas coreográficas, técnica de transmissão. Expressão e comunicação artística. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**ORIENTADOR DE ARTESANATO:**

Noções básica da prática de Artes e Pintura, materiais utilizados durante o trabalho, princípios de organização no trabalho. Técnicas de artesanatos; Técnicas de conservação e embalagem; Técnicas pedagógicas: plano de curso, plano de aula. Processo de criação. Percepção. Cor, disco cromático, espectro. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Aspectos formais da arte/artesanato: linha, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento. Integração através do trabalho artesanal. Recursos materiais. Técnicas e manuseio de materiais diversos, para confecção de produtos artesanais. Confecção de peças artesanais decorativas. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.



**TÉCNICO EM ENFERMAGEM SAMU:**

Conhecimento de anatomia e fisiologia humana; microbiologia; parasitologia; farmacologia, higiene e profilaxia; saneamento básico; nutrição e dietética; psicologia aplicada à saúde e saúde mental; Prevenção e controle das infecções relacionadas aos serviços de saúde e infecções hospitalares. Acidentes de trabalho com material biológico. Emprego de precauções por via de transmissão de doenças e medidas de biossegurança. Boas práticas para o processamento de produtos para saúde (classificação de produtos para saúde e superfícies hospitalares, desinfecção, limpeza, esterilização de material). Ética Profissional; Legislação do Exercício Profissional. Processos fundamentais da execução do trabalho (habilidade manual, técnica e científica) através da fundamentação teórico-prática: colheita de material para exames; reconhecimento e descrição de sinais e sintomas, terminologia científica; preparo e administração de medicamentos; administração de hemoderivados; realização de controles (hídrico, sinais vitais e diurese); prevenção e tratamento de feridas e diferentes tipos de curativos; oxigenoterapia; inaloterapia; enemas; aplicação de frio e calor; cuidados com cateteres urinários; cuidados de higiene, conforto e segurança; limpeza e preparo da unidade do paciente; preparo de pacientes para exames/procedimentos e consultas; cuidados na alimentação oral e por sondas; realizar registros de enfermagem; cateterismo vascular; Assistência de enfermagem a clientes/pacientes em tratamento clínico (portadores de afecção gastrointestinais, cardiovascular, respiratória, renal, endócrina, neurológica, imunológica e hematológica); Assistência de enfermagem a clientes/pacientes em tratamento cirúrgico (submetidos às cirurgias de cabeça e pescoço, tórax, de abdome, de membros e vascular) nos períodos pré, trans e pós-operatórios; Centro cirúrgico e aspectos fundamentais para a enfermagem; Cirurgia Segura; Assistência de enfermagem materno-infantil: à gestante, à parturiente, à puérpera, ao recém-nascido e à criança; Assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência (suporte básico e avançado de vida em situações clínicas e traumáticas); Assistência de enfermagem a clientes/pacientes pediátricos em estado grave; Assistência de enfermagem a clientes/pacientes adultos em estado grave; Organização do processo de trabalho em enfermagem (Administração em Enfermagem); Assistência de enfermagem na área de saúde pública/saúde coletiva/atenção primária e secundária a saúde: administração e conservação de imunobiológicos (vacinas e soros e suas indicações); doenças transmissíveis e notificação de doenças, agravos e eventos em saúde pública; vigilância epidemiológica e investigação de casos; atuação do técnico de enfermagem nos programas do Ministério da Saúde (mulher, homem, criança, adolescente, família, saúde do trabalhador, doenças crônico-degenerativas e transmissíveis, idosos e vigilância epidemiológica); educação em saúde; Programa Nacional de Segurança do Paciente, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. Legislação do Sistema Único de Saúde – SUS: Constituição da República Federativa do Brasil (Com as Emendas Constitucionais): Art.196 a 200; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações - Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências; PORTARIA MS/GM Nº 2.048 DE 03/09/2009 - Aprova o regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria Nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica.

**MOTORISTA SOCORRISTA SAMU:**

Legislação de Trânsito em geral e Código de Trânsito Brasileiro. Noções do funcionamento do veículo. Respeito ao Meio Ambiente. Velocidade Máxima Permitida. Parada obrigatória. Cuidados gerais ao volante. Direção defensiva, Convívio Social no Trânsito. Ética profissional. Portaria GM nº. 2.048, de 5 Novembro de 2002.Primeiros Socorros. Conhecimento da malha viária do território do território de abrangência do SAMU local e Regional. Noções de ética e comportamento. Relações humanas e comunicação interpessoal.

**FISCAL DE TRIBUTOS:**

O Sistema Tributário Brasileiro. Os princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. A repartição das receitas tributárias. O Código Tributário Nacional. Tributos e suas espécies. Características. Normas gerais de Direito Tributário. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Fato gerador, sujeito ativo e sujeito passivo. Solidariedade e capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Renúncia fiscal. Garantias e privilégios. Administração tributária. Fiscalização, dívida ativa e penalidades tributárias. Código Tributário Municipal de São Joaquim - SC. Normas Gerais. Características dos tributos municipais. Administração tributária municipal. (Alterado pela retificação 02/2016)

**AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL:**

Noções básicas da função; Procedimentos; Instrumental dentário; Esterilização; Formas de esterilização; Higiene – asseio; Funções do Auxiliar de Consultório Dentário; Instrumentais Odontológicos: características e finalidades de uso; Materiais Dentários: características, formas de apresentação, finalidades, técnicas de manipulação e métodos de uso; Equipamentos Odontológicos: características e finalidades. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

**ORIENTADOR DE MÚSICA:**

Práticas educativas relacionadas ao ensino de Música: noções elementares sobre o ensino de música; pedagogos musicais – suas propostas e metodologias. Linguagem e Teoria Musical: conhecimentos sobre os elementos da linguagem e das formas musicais; função destes elementos para a decodificação e entendimento do discurso musical. História da Música, noções básicas sobre os períodos e estilos da história da música; compreensão de suas principais características.

**SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA:** Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Política de Educação Especial de Santa Catarina e Programa Pedagógico da Política de Educação Especial de Santa Catarina; Atribuições do segundo professor de turma; Alfabetização com letramento; Adequações curriculares; Conceitos de deficiência, Condutas típicas e altas habilidades; Tecnologias assistivas. Orientações aos sistemas de ensino visando ao cumprimento do artigo 7º da Lei nº 12764/2012 regulamentada pelo Decreto nº 8368/2014; O projeto político pedagógico na perspectiva da inclusão. (incluído pela retificação 01/2017)

**MOTORISTA EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS:** Noções de trânsito; noções básicas de mecânica diesel e gasolina; operação e direção de veículos; serviços básicos de manutenção; equipamentos de proteção; leis e sinais de trânsito; Segurança no transporte de crianças; Manual de Formação de Condutores Veicular. Lei 9.503 de 23/09/1997 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro. Proteção ao meio ambiente: Utilização de materiais, conservação, descarte e impactos ambientais. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC. (incluído pela retificação 01/2017)

**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS BRAÇAL:** Varrição de superfícies diversas; - Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé de cabra, pá, lima, vassoura, escovão, outros; - Carregamento e descarregamento de terra, areia e entulhos em caminhões; - Conservação de ferramentas diversas; - Carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, telhas; - Uso de carriolas e similares; - Abertura de valas com utilização de ferramentas manuais (incluído pela retificação 01/2017)

**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS FAXINEIRA/MERENDEIRA/SERVENTE:** Conhecimentos específicos na área de atuação: Noções básicas de

conservação, manutenção, higiene e limpeza e conservação de móveis e instalações. Noções básicas de limpeza pública: equipamentos, utensílios e ferramentas utilizados na função. Coleta, remoção e reciclagem de lixo e detritos; tipos de lixo e reciclagem. Noções básicas sobre a utilização, guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção dos utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e manutenção do patrimônio. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs inerente às atividades a serem desenvolvidas. Noções básicas de relacionamento humano no trabalho. Prevenção de acidentes. (incluído pela retificação 01/2017)

**OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:** Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. (incluído pela retificação 01/2017)

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

#### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 "d" do Edital nº \_\_\_\_\_ do município \_\_\_\_\_ para que surta os efeitos legais que:

- 1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- 2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:


\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

### ANEXO IV

#### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

##### OPERADOR DE MÁQUINAS

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

- a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta Pontos a serem descontados  
 Faltas Graves 1,00 Faltas  
 Médias 0,50 Faltas  
 Leves 0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

**FALTAS GRAVES: APROVEITAMENTO DO EQUIPAMENTO, PRODUTIVIDADE, TÉCNICA, APTIDÃO E EFICIÊNCIA**

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos para iniciar a tarefa
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

**FALTAS MÉDIAS: HABILIDADES DO OPERADOR**

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular (com a máquina, lança, concha)
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

**FALTAS LEVES: VERIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO**

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando os três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu nível de combustíveis e nível de óleo."

O candidato realizará a prova em uma retroescavadeira.

Para realizar a prova prática os candidatos aos cargos de Operador de Máquinas, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima "D", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

**MOTORISTA EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS**

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

b) A categoria de faltas previstas no item anterior constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

**Faltas Graves:**

- descontrolar-se no plano, no aclave ou declive.
- entrar na via preferencial sem o devido cuidado.
- utilizar a contramão de direção.
- subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre.
- deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação.
- deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção.
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via ou exceder a velocidade permitida.

- deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal.
- deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela.
- fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la no percurso da prova ou parte dela.
- deixar de usar o cinto de segurança.

**Faltas Médias:**

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre.
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.
- Fazer conversão com imperfeição.
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
- Desengrenar o veículo nos declives.
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias.
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga.
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens.
- Utilizar incorretamente os freios – Frear bruscamente.
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.
- Engrenar as marchas de maneira incorreta.
- Não apresentou calma e serenidade na prática de direção.
- Não ligou sinal de alerta ao dar marcha à ré ou na parada para embarque e desembarque.
- Não acionou o freio estacionário ao terminar o balizamento ou na parada para embarque e desembarque.

**Faltas Leves:**

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular.
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores ou ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor.
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel ou deixar de observar as informações do painel antes da partida do motor.
- Não usou roupas ou calçados adequados para a prática de direção.

Os veículos utilizados para as avaliações serão de acordo com a habilitação mínima exigida e legislação de trânsito vigente.

Para realizar a prova prática os candidatos aos cargos de Motoristas, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima "D" a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS BRAÇAL – SERVENTE/FAXINEIRA/MERENDEIRA**

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Apresentação (asseio, higiene pessoal e uso de EPI's) Cabelos Presos e/ou curtos (-0,25)

Unhas curtas e aparadas (-0,25)

Roupas e Calçados adequados (-0,25)

Usou Equipamentos proteção. (-0,25)

Organização do trabalho Aguardou a ordem de início e fim, percebendo a tarefa a ser executada (-0,50)

Organizou o local antes de iniciar a tarefa (-0,50)

Soube trabalhar em equipe (-0,50)

Organizou o local e guardou os equipamentos/materiais/ferramentas após terminar a tarefa (-1,00) Uso correto dos equipamentos e materiais de trabalho Correto manuseio dos equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)

Cuidados com os equipamentos e outras pessoas (-0,50)

Execução da tarefa proposta. Postura corporal durante a execução da tarefa (-1,00)

Organizou correta e adequadamente os equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)

Realizou separação e estocagem correta do lixo (-1,00)

Executou a tarefa adequadamente (-1,00)

Terminou a tarefa no tempo estipulado. (-1,00)

#### ORIENTADOR DE MÚSICA

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas coletivamente e individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo para a execução da prova, conforme segue:

A prova prática será dividida em dois tempos, sendo:

Primeiro tempo coletivo (máximo de 30 minutos):

Elaborar um plano de aula contendo no mínimo os itens: objetivos, metodologia, recursos e critérios de avaliação (5 pontos).

Segundo tempo individual: (máximo de 15 minutos)

Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (5 pontos).

Os materiais e/ou equipamentos necessários para a realização da prova prática deverá ser providenciado pelo (a) candidato (a) e será de responsabilidade do (a) candidato (a).

#### ORIENTADOR DE ARTESANATO

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas coletivamente e individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo para a execução da prova, conforme segue:

A prova prática será dividida em dois tempos, sendo:

Primeiro tempo coletivo (máximo de 30 minutos):

Elaborar um plano de aula contendo no mínimo os itens: objetivos, metodologia, recursos e critérios de avaliação (5 pontos).

Segundo tempo individual: (máximo de 15 minutos)

Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (5 pontos).

Os materiais e/ou equipamentos necessários para a realização da prova prática deverá ser providenciado pelo (a) candidato (a) e será de responsabilidade do (a) candidato (a).

#### ANEXO V

##### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

I – Os documentos para prova de títulos serão recebidos no dia 22/01/2017 em horário e local a ser divulgado juntamente com o ROL DE INSCRITOS, os títulos dever ser entregues em cópia simples em envelope lacrado, contendo os seguintes dizeres na parte exterior do envelope: NOME, CARGO E NÚMERO DE INSCRIÇÃO.

II. Os títulos deverão ter relação com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.

III. Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentarem a respectiva carga horária no mesmo.

IV. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

V. Não haverá em hipótese alguma outro período para entrega dos documentos para prova de títulos.

VI. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

VII. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento, assinatura e carimbo do responsável pela emissão.

VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

IX. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

X. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

XI. Os pontos das linhas "a", "b" e "c" da tabela a seguir não são acumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).

XII. Somente será computado o título dos candidatos aprovados na prova objetiva.

PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES HABILITADOS SERÁ COMPUTADO NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO		
Certificado de conclusão de Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado.	Especialização	3 pontos	a
	Mestrado	5 pontos	b
	Doutorado	8 pontos	c
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Atuação realizados a partir de Janeiro de 2016.	0,1 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2 pontos.		d



PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES NÃO HABILITADOS SERÁ COMPUTADO NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Declaração ou atestado de frequência da fase ou período em que está matriculado (a).	1,00 para cada fase ou período cursado, totalizando no máximo 8,00 pontos
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Atuação realizados a partir de Janeiro de 2016.	0,1 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2 pontos.

#### ANEXO VI ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO
Agente de Serviços Gerais - Merendeira	Preparar e cozinhar alimentos, utilizando técnicas adequadas de culinária, com reaproveitamento e preservação de alimentos; controlar o estoque de gêneros alimentícios e insumos; zelar e manter a limpeza e organização de copa, cozinha, despensa, máquinas e equipamentos; Servir lanches e refeições.
Agente de Serviços Gerais – Servente/Faxineira	Serviços de limpeza, faxina, zeladoria e copa e outras atividades correlatas.
Motorista	Dirigir veículos de transporte de passageiro e de carga, inclusive operar caçamba; fazer manutenção preventiva e pequenos reparos nos veículos do município; comunicar ao chefe imediato irregularidades nos veículos; Manter atualizada sua Carteira Nacional de Habilitação e a documentação do veículo; Implementar práticas de direção defensiva; Respeitar a legislação de trânsito; Relatar as anormalidades verificadas no seu turno de trabalho; Manter o "diário de bordo" em dia; Participar de cursos e treinamentos patrocinados pelo empregador; Executar outras atividades compatíveis com o cargo e similares às atribuições.
Professor de Educação Infantil	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor Pré Escolar	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Anos Iniciais	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Língua Portuguesa	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Matemática	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de História	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Geografia	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.



Professor de Ciências	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Educação Física	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Artes	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Língua Inglesa	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
2º Professor	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de AEE	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Musica	Planejar e ministrar aulas em disciplinas do currículo do Pré ao 9º ano do Ensino Fundamental, ou no instrumento/modalidade para a área de música. Promover a educação dos alunos aplicando técnicas de música, elaborando o plano de ensino de acordo com as leis de diretrizes e bases e parâmetros curriculares; planejar as aulas, preparar o material; ministrar aulas teóricas e práticas de e avaliar o aprendizado dos alunos. - Promover a educação dos alunos aplicando técnicas de ensino da música, técnicas de ensino de cordas em grupo, técnicas específicas dos instrumentos de cordas (violino, viola, violoncelo)
Professor de Projetos Educacionais Ginásio	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal nas práticas esportivas; coordenar, promover e participar de eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador em Música	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal; coordenar, promover e participar de feiras e eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador de Artesanato	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal; coordenar, promover e participar de feiras e eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador de Dança	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal; ensino de danças; coordenar, promover e participar de eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.

Técnico em Enfermagem SAMU	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Conhecer integralmente todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica dos mesmos;</li> <li>-Executar prescrições médicas por telemedicina;</li> <li>-Realizar check-list diário dos materiais, equipamentos e medicamentos da unidade móvel, seguindo os padrões estabelecidos e mantendo a unidade e Mochilas de Atendimento em perfeito estado de conservação e assepsia;</li> <li>-Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;</li> <li>-Conhecer a estrutura de saúde local;</li> <li>-Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;</li> <li>-Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;</li> <li>-Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;</li> <li>-Realizar medidas de reanimação cardiopulmonar básica;</li> <li>-Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;</li> </ul>
Motorista Socorrista SAMU	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes;</li> <li>-Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo;</li> <li>-Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;</li> <li>-Conhecer a malha viária local;</li> <li>-Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;</li> <li>-Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;</li> <li>-Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;</li> <li>-Realizar medidas de reanimação cardiopulmonar básica;</li> <li>-Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;</li> <li>-Manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação permanente e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel.</li> </ul>
Fiscal de Tributos	<p>Executar atividades de fiscalização tributária fazendária; controlar tarefas relativas à tributação, fiscalização e arrecadação; examinar e analisar livros fiscais e contábeis, notas fiscais, faturas, balanços e outros documentos dos contribuintes; expedir notificação, autos de infração e lançamentos previstos em leis, regulamentos e no código tributário municipal; instruir processos tributários, efetuando levantamentos físicos e diligências; orientar e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e normas concernentes às obras públicas e particulares e às posturas municipais; colaborar com as cobranças da Secretaria de Fazenda, em razão de obras públicas executadas; visitar estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços com a finalidade de fiscalização do pagamento das taxas e impostos municipais; manter atualizado o cadastro econômico de contribuintes municipais; verificar a legislação fazendo uso nas situações pertinentes; emitir guias para o recolhimento das contribuições, junto ao órgão municipal ou instituições financeiras; elaborar relatório de vistoria; executar trabalhos de fiscalização no campo da higiene pública e sanitária; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas correlatas.</p>
Auxiliar de Saúde Bucal	<p>Agendar consultas; agilizar o atendimento odontológico; organizar arquivo e fichário; ensinar técnicas de higiene bucal; preparar modelos em gesso; selecionar as moldeiras; manipular materiais de uso odontológico; instrumentar o odontólogo; revelar radiografias e outras tarefas afins.</p>

## RETIFICAÇÃO 01/2017 AO EDITAL 001/2016

RETIFICAÇÃO 01/2017 AO EDITAL 001/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

GIOVANI NUNES, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO A RETIFICAÇÃO 01/2017 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016 INCLUINDO CONTEÚDO programático específico para os cargos de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS BRAÇAL, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS FAXINEIRA/MERENDEIRA/SERVENTE, MOTORISTA DA EDUCAÇÃO, MOTORISTA DEMAIS SECRETARIAS, OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E 2º PROFESSOR CONFORME SEGUE:

INCLUI-SÊ:

SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA: Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Política de Educação Especial de Santa Catarina e Programa Pedagógico da Política de Educação Especial de Santa Catarina; Atribuições do segundo professor de turma; Alfabetização com letramento; Adequações curriculares; Conceitos de deficiência, Condutas típicas e altas habilidades; Tecnologias assistivas. Orientações aos sistemas de ensino visando ao cumprimento do artigo 7º da Lei nº 12764/2012 regulamentada pelo Decreto nº 8368/2014; O projeto político pedagógico na perspectiva da inclusão.

MOTORISTA EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS: Noções de trânsito; noções básicas de mecânica diesel e gasolina; operação e direção de veículos; serviços básicos de manutenção; equipamentos de proteção; leis e sinais de trânsito; Segurança no transporte de crianças; Manual de Formação de Condutores Veicular. Lei 9.503 de 23/09/1997 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro. Proteção ao meio ambiente: Utilização de materiais, conservação, descarte e impactos ambientais. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS BRAÇAL: Varrição de superfícies diversas; - Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé de cabra, pá, lima, vassoura, escovão, outros; - Carregamento e descarregamento de terra, areia e entulhos em caminhões; - Conservação

de ferramentas diversas; - Carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, telhas; - Uso de carrinhas e similares; - Abertura de valas com utilização de ferramentas manuais

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS FAXINEIRA/MERENDEIRA/SERVENTE: Conhecimentos específicos na área de atuação: Noções básicas de conservação, manutenção, higiene e limpeza e conservação de móveis e instalações. Noções básicas de limpeza pública: equipamentos, utensílios e ferramentas utilizados na função. Coleta, remoção e reciclagem de lixo e detritos; tipos de lixo e reciclagem. Noções básicas sobre a utilização, guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção dos utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e manutenção do patrimônio. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs inerente às atividades a serem desenvolvidas. Noções básicas de relacionamento humano no trabalho. Prevenção de acidentes.

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS: Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito.

Os demais itens permanecessem inalterados.

Prefeitura de São Joaquim, 06 de janeiro de 2017

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA  
Presidente da Comissão

# São José

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 05/2017/PGM

PORTARIA Nº 05/2017/PGM

Prorrogação da Portaria nº 027/2016/PGM

O Procurador Geral Interino do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n.º 027/2016/PGM, de 24 de outubro de 2016, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do dia 06 de janeiro de 2017.

São José, 05 de janeiro de 2017.

Junior Spies

Procurador Geral Interino do Município de São José

### PORTARIA Nº. 01/2017

PORTARIA nº. 01/2017

PORTARIA nº. 01 de 05 de janeiro de 2017.

A SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar nº. 014 de 06 de dezembro de 2004, e alterações posteriores, pela presente.

Resolve:

Art. 1º Indicar que o processo seletivo para o Programa Bolsa Atleta Municipal seguirá a regulamentação dada pelo Decreto nº 5.353/2015 (de 23 de dezembro de 2015) à Lei nº 5.331/2013 (e alteração), bem como a Lei nº 5.603/2016 (de 20 de dezembro de 2016), todos anexos à esta Portaria.

Art. 2º Nos termos das normas dispostas no artigo anterior, o processo seletivo está aberto até 20 de janeiro de 2017.

Art. 3º Os atletas contemplados em 2016 devem prestar contas nos termos da Declaração anexa ao Decreto nº 5.353/2015, bem como anexando breve boletim de competições do ano, condição indispensável para o pleito em 2017.

Art. 4º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

São José (SC), 05 de janeiro de 2017.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer – SJ

### RESOLUÇÃO Nº. 15/2016/COMAD

RESOLUÇÃO Nº. 15/2016/COMAD

APROVA A PACTUAÇÃO DE CONVÊNIO DO SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO DE PESSOAS ADULTAS, DO SEXO MASCULINO, COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL LIBERDADE.

O Conselho Municipal Antidrogas de São José, no uso de suas

atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047/2003;

Considerando o Decreto nº 2.625/2014 – Regulamenta o Fundo Municipal Antidrogas – FMAD e dá outras providências;

Considerando a Plenária Ordinária de 29 de novembro de 2016 do Conselho Municipal Antidrogas de São José, que aprova os Convênios entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as Entidades Não Governamentais para o ano de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme deliberado em Plenária Ordinária do dia 29 de novembro de 2016, o convênio será celebrado com o parecer favorável da Procuradoria Geral do Município se o Serviço de Acolhimento da Associação de Assistência Social Educacional Liberdade continuar sendo realizado no imóvel atualmente instalado.

Art. 2º - O Convênio, ora aprovado, destina-se a conveniar até 20 (vinte) capacidades instaladas, para o atendimento de pessoas adultas, do sexo masculino, com dependência química, com valor anual de até R\$ 147.480,00 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de até R\$ 12.290,00 (doze mil, duzentos e noventa reais);

Parágrafo Único - O valor per capita supracitado será composto pelos somatórios dos recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 4º - Publica-se na forma da Lei.

São José (SC), 29 de outubro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Conselheira Presidente COMAD/SJ

### RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2016 - Processo nº 392/2016 – Proc. Adm. 19011/2016. Fornecedores: BMI PROSPER EIRELI EPP; DOUGLAS DE ABREU EPP; ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME; L.M. - COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME; MAYCON WILL – ME; NICK LIMPEZA E HIGIENE LTDA ME; PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA – EPP; RIGEL COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME e SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIP. LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 739.111,22 – setecentos e trinta e nove mil, cento e onze reais e vinte e dois centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, considerando a letra "d", do Inciso V, do Artigo 73, da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇO I

MARCIA MARISA DELAZARI POSTAY

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 DE JANEIRO DE 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato n. 01/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 01/2017

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSE DO CEDRO

CNPJ: 78.503.695/0001-11

CONTRATADO: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA

CNPJ: 00.956.777/0001-24

OBJETO: locação do equipamento multifuncional BROTHER 8157 DN, de propriedade da contratada juntamente com 01 (um) transformador de voltagem elétrica.

VALOR: R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

São José do Cedro, 02 de Janeiro de 2017.

CLAUDIO ARCIDIO WARTHA  
Presidente da Câmara de Vereadores.

### PORTARIA Nº 018/2017

PORTARIA Nº 018/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX do Artigo 69º da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Fica nomeada a partir de 09 de janeiro de 2017, Bárbara Lúcia Lebens Wolfart, para o cargo comissionado de Chefe de Gabinete de Secretário, Grupo DAC, Nível 07, neste município, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, de 28 de abril de 1993, com vencimentos previstos em lei, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 06 de janeiro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JULIO WILL,  
Secretário Municipal da Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 075, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

PORTARIA Nº 075, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ELISA SERVELIN, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, matrícula nº 3001/93, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 30 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

### AVISO RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 001/2017 - FMS

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o Valor Total, do extrato do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE, E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS BAIRROS: SÃO FRANCISCO, CRUZEIRO E NO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO. (PUBLICADO NO DOM/SC DIA 05/01/2017, ED. 2162, PG. 566). Onde consta: VALOR TOTAL: R\$ 201.661,20 (duzentos e um mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte cinco centavos), Passe a Constar a seguinte descrição: VALOR TOTAL: R\$ 191.208,80 (cento e noventa e um mil, duzentos e oito reais e oitenta centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### DECRETO Nº 5.589, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 5.589, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Determina Expediente Interno, fixa horário de expediente e de atendimento ao público dos órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Expediente Interno em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta do Município de São Lourenço do Oeste/SC, no horário das 07h:30min às 11h:30min.

Parágrafo único. Excetuam-se do cumprimento do horário previsto no caput os órgãos, abaixo relacionados, que permanecerão com seus horários de funcionamento inalterados:

- I - Serviço Público Municipal de Saúde;
- II - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- III - Conselho Tutelar;

IV - Núcleo de Atendimento a Criança e Adolescente (NACA/PETI);  
V - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS  
VI - Centro Especializado de Assistência Social - CREAS  
VII - Serviço de Inspeção Municipal;  
VIII - Escolas Públicas Municipais;  
IX - Estação de Tratamento de Esgoto;  
X - As escolinhas esportivas do Comitê Desportivo Municipal;  
XI - Instituto Cultural de São Lourenço; e  
XII - Parque de máquinas.

Art. 2º Fica fixado o horário de atendimento ao público e expediente externo dos órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, no horário das 13h:30min às 17h:30min.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Municipal nº 5.585, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES**

#### **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS REGISTROS CADASTRAIS DE FORNECEDORES**

O Prefeito Municipal de SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, RAFAEL CALEFFI, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que na conformidade do art. 34, da Lei nº 8666/93 e demais normas de Direito Público aplicáveis, se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder ao REGISTRO CADASTRAL como Fornecedor e/ou Prestador de Serviços da Administração Pública Municipal de São Lourenço do Oeste - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações e Compras, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min, pelo fone (49) 3344-8502 ou no site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 - ICSL**

#### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 - ICSL**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, Município de São Lourenço do Oeste/SC, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, IX, da Lei Orgânica do Município TORNA PÚBLICA a abertura das inscrições e define normas para o Processo Seletivo Público de Títulos visando à contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para o ano de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 85, de 08 de outubro de 2007, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital.

#### **1. DAS FUNÇÕES, HABILITAÇÃO, VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL E DO VENCIMENTO**

1.1. O Processo Seletivo Público destina-se ao provimento das vagas descritas na forma deste Edital e das que ocorrerem dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo.

1.2. As funções, escolaridade e requisitos para investidura, vagas, carga horária e vencimentos, objeto deste Processo Seletivo, são descritos nas tabelas de nº 1.3 e 1.5, deste Edital.

#### **1.3. Funções de Nível Fundamental:**

NOME DA FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	Nº. DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO
Instrutor de Música - 02 Instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Viola Caipira e Guitarra	01	20h	R\$ 987,20
Instrutor de Música - 02 Instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Bateria e Fanfarra	01	20h	R\$ 987,20

Instrutor de Música - 02 Instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Violino e Viola Clássica	01	10h	R\$ 493,60
Instrutor de Música - 02 Instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Acordeom e Teclado	01	20h	R\$ 987,20
Instrutor de Música - 02 Instrumentos	Alfabetizado e Conhecimento na área de Musicalização e Violão	01	10h	R\$ 493,60
Instrutor de Música - 01 Instrumento	Alfabetizado e Conhecimento na área de Violoncelo	01	10h	R\$ 313,39

#### 1.4. Atribuições do Instrutor de Música - 01 e 02 Instrumentos:

1.4.1. Organizar, coordenar e executar as oficinas específicas de Música na modalidade de instrumentos eletrônicos, corda, sopro, percussão, violão e teclado, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos;

1.4.2. Realizar um trabalho que desenvolva no aluno a prática da performance musical através de um método prático e dinâmico;

1.4.3. Explorar os recursos que proporcionam ao aluno o desenvolvimento técnico musical erudito e popular do instrumento.

#### 1.5. Funções de Nível Médio:

NOME DA FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	Nº. DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO
Instrutor de Artes Cênicas I	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Teatro	01	10h	R\$ 365,10
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica Italiana	01	10h	R\$ 365,10
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica Alemã	01	10h	R\$ 365,10
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área das seguintes Danças: Hip-Hop, Dança de Rua e Jazz	01	10h	R\$ 365,10
Instrutor de Artes Cênicas II	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área das seguintes Danças: Contemporânea, Clássica e Popular	01	20h	R\$ 730,21
Instrutor de Artes Visuais	Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Pintura em Tela	01	20h	R\$ 730,21

#### 1.6. Atribuições para Instrutor de Artes Cênicas I:

1.6.1. Organizar, coordenar e executar oficinas específicas de teatro, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos, promovendo a inserção social e cultural através da história e das teorias sobre o teatro no mundo;

1.6.2. Interpretar textos teatrais e literários.

#### 1.7. Atribuições para Instrutor de Artes Cênicas II:

1.7.1. Organizar, coordenar e executar oficinas específicas de dança com as modalidades: Dança Popular, Danças Étnicas, Dança Contemporânea, Hip-Hop, Dança de Rua, Dança de Salão, Danças Clássicas e Jazz;

1.7.2. Despertar o potencial interpretativo dos alunos;

1.7.3. Estimular a improvisação e o aperfeiçoamento dos movimentos naturais proporcionando na educação, elementos significativos que favoreçam o desenvolvimento do aluno.

#### 1.8. Atribuições para Instrutor de Artes Visuais:

1.8.1. Organizar, coordenar e executar as oficinas específicas de Pintura e Desenho, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos;

1.8.2. Proporcionar a experiência com técnicas diversas de pintura, levando o aluno a desenvolver a capacidade de pesquisa e criação através da arte;

1.8.3. Realizar trabalhos de utilização da pintura como forma de expressão da criatividade e da subjetividade;

1.8.4. Permitir que o aluno manifeste, através da arte, seu modo de perceber o mundo, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e criação, proporcionando a experiência com técnicas diversas;

1.8.5. Proporcionar ao aluno a educação do olhar através da observação, permitindo um criar espontâneo e desenvolvendo o pensar crítico acerca das atividades desenvolvidas;

1.8.6. Proporcionar o aprendizado de diversas técnicas e temáticas sobre desenho.

1.9. Será acrescido ao valor do vencimento do servidor admitido mediante o presente Processo Seletivo, a seguinte vantagem financeira: Vale Alimentação, no valor de R\$ 330,52 (trezentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos), de acordo com o que dispõe a Lei nº 1.978,

de 22 de novembro de 2011.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. A participação no Processo Seletivo Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

2.2. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e eventuais Termos Aditivos, bem como de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no mural do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

2.3. O candidato poderá fazer sua inscrição pessoalmente ou por procuração, registrada em cartório.

2.4. No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato declarará:

- a) ter nacionalidade brasileira;
- b) estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- c) não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- d) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da contratação.

2.5. A inscrição será efetuada gratuitamente, mediante o preenchimento de Requerimento de Inscrição padronizado, disponibilizado pelo Instituto Cultural de São Lourenço, no período compreendido entre os dias 23 a 27 de janeiro de 2017, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min (horário oficial de Brasília), na sala do Instituto Cultural de São Lourenço, no endereço: rua Via Parque, s/nº, bairro Cruzeiro, anexo ao Centro de Eventos, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, CEP: 89.990-000.

2.6. São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados cadastrais informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

2.7. Para realizar a inscrição, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição;
- b) conferir atentamente os dados informados;
- c) apresentar os seguintes documentos:

2.7.1. Obrigatoriamente:

- a) Cópia da Carteira de Identidade;
- b) Cópia do Título de Eleitor e comprovação de quitação eleitoral (comprovante de votação da última eleição ou certidão da Justiça Eleitoral);
- c) Cópia do comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- d) Cópia do CPF;
- e) 01 foto 3x4 recente, tirada de frente;
- f) Para as funções em nível de Ensino Fundamental, apresentar cópia e original do comprovante de escolaridade, que poderá ser: histórico escolar, declaração fornecida pela unidade de ensino que estudou e, no caso de a escola ter sido desativada, declaração do órgão competente;
- g) Para as funções em nível de Ensino Médio, cópia e original de Histórico Escolar do Ensino Médio devidamente registrado.

2.7.2. Necessários à comprovação da qualificação do candidato às vagas de Nível Fundamental:

- a) Cópia e original dos Certificados de Capacitação na área de inscrição, de acordo com o previsto no campo "Habilitação", da tabela do item 1.3 deste Edital;
- b) Comprovante de tempo de serviço (Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada, ou contrato administrativo, certidão de tempo de serviço ou portaria de nomeação com ente público) que comprove a experiência na área de inscrição;
- c) Contrato particular, na área de inscrição firmado com instituição(ões) ou empresa(as) (cujo objeto social seja compatível com a área de inscrição), para a(s) qual(is) prestou serviços, ou por entidades locais devidamente constituídas, que testemunhem a atuação na área, tais como: LIONS, LEO, direções de escolas onde houve atuação, dentre outros;
- d) Para os candidatos às vagas de Instrutor de Música 1 e 2 Instrumentos: Cópia e original dos Certificados ou Declarações de participação em grupos ou bandas musicais, desde que estes grupos ou bandas possuam inscrição no CNPJ, conforme o item 4.1.1.

2.7.3. Necessários à comprovação da qualificação do candidato às vagas de Nível Médio:

- a) Cópia e original de Certificados de capacitação na área de inscrição, de acordo com o previsto no campo "Habilitação" da tabela do item 1.5 deste Edital;
- b) Comprovante de tempo de serviço (Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada, ou contrato administrativo, certidão de tempo de serviço ou portaria de nomeação com ente público) que comprove a experiência na área de inscrição;
- c) Contrato particular, na área de inscrição firmado com instituição(ões) ou empresa(as) (cujo objeto social seja compatível com a área de inscrição), para a(s) qual(is) prestou serviços, ou por entidades locais devidamente constituídas, que testemunhem a atuação na área, tais como: LIONS, LEO, direções de escolas onde houve atuação, dentre outros.

2.8. Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado, bem como que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital.

2.9. No caso de cancelamento da inscrição com base no disposto no item 2.8, serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelos Correios, fac-símile ou por qualquer outro meio não descrito neste Edital.

2.11. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.12. Será permitida a inscrição para, no máximo, 02 (duas) funções, desde que não ultrapassadas as 40 (quarenta) horas semanais.

2.13. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alterações, a não ser o decorrente de mudança de endereço, que poderá ser feito por correspondência eletrônica ou correspondência registrada via postal, enviada ao Instituto Cultural de São Lourenço, localizado na rua Via Parque, s/nº, anexo ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, CEP: 89.990-000.

2.14. Todas as funções descritas neste Edital podem ser exercidas por pessoas de ambos os sexos.

2.15. O inteiro teor deste Edital estará disponível no Instituto Cultural de São Lourenço, no pavimento inferior do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, afixado no mural do Centro Administrativo Municipal, situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro e no site oficial do município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)), a partir do dia 10 de janeiro de 2017.

### 3. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, a partir do dia 31 de janeiro de 2017.

3.2. O candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá entrar com pedido de reconsideração, endereçado à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, por meio de requerimento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da divulgação, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente ao da publicação da lista, no horário: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas.

3.3. Após a análise dos eventuais pedidos de reconsideração de inscrição e havendo alteração nas inscrições deferidas, a Comissão de Processo Seletivo homologará as inscrições.

3.4. O ato de homologação será divulgado no mural do Centro Administrativo Municipal de São Lourenço do Oeste (situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), onde estarão indicados o nome do candidato, o número de inscrição e a função para a qual se inscreveu, bem como será divulgada a relação das inscrições indeferidas.

### 4. DA PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

#### 4.1. Da Pontuação:

##### 4.1.1. Para Instrutor de Música 01 e 02 Instrumentos:

- a) Serão atribuídos 100 (cem) pontos para Diploma de Graduação em Música (Licenciatura ou Bacharelado);
- b) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para curso técnico em Música, ou Formação em Conservatório. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída;
- c) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Música (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;
- d) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas ao ensino de música;
- e) Serão atribuídos 05 (cinco) pontos para cada 40 (quarenta) horas de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que comprove grade de estudos do curso nos instrumentos de inscrição, história e teoria musical ou cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400 (quatrocentas) horas;
- f) Será atribuído 01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses de serviços prestados na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada com empresa que atue no ramo musical, escolas de música ou bandas (com CNPJ), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição serão computados uma única vez.

##### 4.1.2. Para Instrutor de Artes Cênicas I:

- a) Serão atribuídos 100 (cem) pontos para Diploma de Graduação em Artes Cênicas (Licenciatura ou Bacharelado);
- b) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para Curso Técnico em Teatro, ou Formação em Artes Dramáticas. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída;
- c) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Artes Cênicas (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;
- d) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas ao ensino de Artes Cênicas, Contação de Histórias, Cenografia e/ou Literatura Dramática ou Direção de Espetáculos;
- e) Serão atribuídos 05 (cinco) pontos para cada 40 (quarenta) horas de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que contenha a grade curricular e disciplinas cursadas na área de Teatro, Contação de Histórias, Cenografia, Literatura Dramática e Direção de Espetáculos ou cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400 (quatrocentas) horas;
- f) Será atribuído 01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses de tempo de serviço prestado na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada com empresa que atue no ramo Teatral, Escolas Técnicas em Artes Dramáticas, Circos e Cias de Teatro (devendo ser apresentado o CNPJ da empresa, dispensando-se este em caso de notório reconhecimento público da mesma), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição não serão cumulativos.

##### 4.1.3. Para Instrutor de Artes Cênicas II:

- a) Serão atribuídos 100 (cem) pontos para Diploma de Graduação em Dança e/ou Arte-Educação com habilitação em Dança;
- b) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para Curso Técnico em Dança, ou Formação em Ballet Clássico. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída;



- c) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Dança (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;
- d) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para portadores de diploma de pós-graduação em áreas relativas à Dança e/ou Expressão Corporal, Cenografia ou Direção de Espetáculos;
- e) Serão atribuídos 05 (cinco) pontos para cada 40 (quarenta) horas de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que comprove grade de estudos do curso de dança, história e teoria da dança, ou em cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400 (quatrocentas) horas;
- f) Será atribuído 01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses de tempo de serviço prestado na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada com empresa que atue no ramo Teatral, Escolas Técnicas de atuação na área, Cias de Dança (devendo ser apresentado o CNPJ da empresa, dispensando-se este em caso de notório reconhecimento público da mesma), Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição não serão cumulativos.

#### 4.1.4. Para Instrutor de Artes Visuais:

- a) Serão atribuídos 100 (cem) pontos para Diploma de Graduação em Artes-Visuais, Educação Artística, Arte-Educação (Licenciatura ou Bacharelado);
- b) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para Curso Técnico em Desenho Artístico, Pintura em Tela, ou Formação em Artes Visuais por Escola de Artes. O certificado de conclusão deve ser expedido por centro de formação ou entidade de ensino legalmente constituída;
- c) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para aluno matriculado e cursando, a partir do 3º semestre, graduação em Artes-Visuais, Educação Artística, Arte-Educação (Licenciatura ou Bacharelado), sob comprovação de atestado expedido pela instituição de ensino superior na qual o mesmo estiver matriculado;
- d) Serão atribuídos 50 (cinquenta) pontos para portadores de diploma de Pós-Graduação em áreas relativas ao ensino de Artes;
- e) Serão atribuídos 05 (cinco) pontos para cada 40 (quarenta) horas de capacitação comprovada mediante Certificado, desde que contenha a grade curricular e disciplinas cursadas na área de desenho, gravura, pintura, história da arte e/ou cursos relacionados à área de ensino. Somente serão computadas as horas até o máximo de 400 (quatrocentas) horas;
- f) Será atribuído 01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses de serviços prestados na área de inscrição, comprovado mediante Carteira de Trabalho assinada com empresa que atue no ramo das Artes Visuais, Institutos ou Fundações de Arte e Cultura ou Contrato Administrativo, Certidão de Tempo de Serviço ou Portaria de Nomeação, com ente público. Os tempos de serviços prestados de forma concomitante a mais do que uma empresa ou instituição serão computados uma única vez.

#### 4.2. Da Classificação:

4.2.1. A classificação dar-se-á em ordem decrescente, de acordo com o número de pontos obtidos, conforme os critérios estabelecidos no item 4.1.

4.2.2. No caso de empate, a classificação levará em conta a maior pontuação obtida no critério "capacitação comprovada na área de inscrição"; persistindo o empate, serão utilizados os seguintes critérios:

- a) Nível de Formação;
- b) Parecer da Comissão Julgadora.

#### 5. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

5.1. O resultado do Processo Seletivo será publicado por Edital, a partir do dia 03 de fevereiro de 2016, no mural do Centro Administrativo Municipal (situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)), e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br))

#### 6. DOS RECURSOS E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

6.1. Somente haverá revisão dos pontos atribuídos ao candidato, mediante requerimento fundamentado, com protocolo na sede do ICSL, situado na Via Parque, s/nº, Pavimento Inferior, bairro Cruzeiro, anexo ao Centro de Eventos, neste Município, dirigido à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Público, que após análise das justificativas deliberará.

6.2. O prazo de interposição de recurso será de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de divulgação do resultado, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente.

6.3. No pedido de recurso deverá constar o nome do candidato, número de inscrição, endereço e a alegação fundamentada do recurso.

6.4. Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

6.5. Se dos exames de recursos resultar em alteração de classificação, será publicada nova lista classificatória.

6.6. Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo.

6.7. Após a análise de eventuais recursos, o Presidente do Instituto Cultural homologará o resultado final do Processo Seletivo.

6.8. O ato de homologação será divulgado no mural do Centro Administrativo Municipal (situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)), e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)).

#### 7. DA ADMISSÃO

7.1. A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Instituto Cultural de São Lourenço preencherá as vagas conforme necessidade.

7.2. Para fins de admissão, o candidato quando convocado para o preenchimento da vaga deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentar à Gerência de Recursos Humanos e Capacitação, do município de São Lourenço do Oeste/SC, os seguintes documentos, sob pena de perder a vaga, passando ao chamamento do próximo classificado:

##### 7.2.1. Cópias:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- c) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);



- d) Certidão de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- e) CPF;
- f) Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação, conforme detalhado no item 2.7.1, "f", para candidatos a vagas de Nível Fundamental e 2.7.1, "g", para candidatos às vagas de Nível Médio;
- h) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- i) Nº do PIS ou PASEP;
- j) Nº Conta na Caixa Econômica Federal (conta salário);
- k) Tipagem sanguínea.

#### 7.2.2. Originais:

- a) Atestado de Saúde Física e Mental expedido por médico indicado pelo Instituto Cultural de São Lourenço;
- b) Declaração de Bens;
- c) Declaração de não acumulação de cargo/função;
- d) Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
- e) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
- f) 01 foto 3x4 recente.

7.3. Os servidores admitidos mediante o presente Processo Seletivo serão submetidos ao Regime Jurídico Estatutário do Município de São Lourenço do Oeste, estabelecido pela Lei Complementar nº 118/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Lourenço do Oeste), conforme dispõe o art. 21, § 1º, da Lei Complementar nº 81/2007.

### 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Este Processo Seletivo terá validade até 31 de dezembro de 2017.

8.2. As contratações de que tratam este Edital terão vigência até 31 de dezembro de 2017, ou, até a conclusão do plano de trabalho do respectivo cargo, ou, ainda, até eventual provimento de referidos cargos mediante concurso público, o que ocorrer primeiro.

8.3. O Instituto Cultural de São Lourenço poderá revogar ou rescindir as contratações oriundas deste Processo Seletivo, a qualquer tempo, na hipótese de verificação de descumprimento das obrigações relativas ao cargo ou ineficácia no exercício das atribuições, ou, em eventuais casos de não preenchimento de um número mínimo de alunos interessados nas oficinas, sempre a bem do interesse público, com base em critérios de conveniência e oportunidade.

8.4. O desaparecimento dos motivos ou o atendimento integral das demandas que justificaram as contratações nos termos deste Edital, ocorridos antes do termo final de vigência dos contratos, implicarão na rescisão do contrato pelo Instituto Cultural de São Lourenço.

8.5. De acordo com os interesses e/ou necessidades do Instituto Cultural de São Lourenço, o pessoal contratado mediante o presente Edital, poderá ter sua carga horária alterada, para mais ou para menos, bem como a contratação poderá se dar para carga horária diversa daquela prevista neste Edital, em qualquer das hipóteses, o vencimento será proporcional à carga horária.

8.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de janeiro de 2017.

RENNÃ HIGOR FEDRIGO

Presidente do ICSL

### ERRATA DA PORTARIA Nº 20 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

ERRATA DA PORTARIA Nº 20 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, através do Sr. Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICA a retificação da data de edição do Portaria nº 20, de 02 de Janeiro de 2016, publicado em 06 de Janeiro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, página 598, edição nº 2163, nos seguintes termos:

Fica retificado a data de edição da Portaria nº 20, de 02 de Janeiro de 2016, publicado em 06 de Janeiro deste ano, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, página 598, edição nº 2163, passando a constar com a seguinte redação:

"PORTARIA Nº 20, DE 02 DE JANEIRO DE 2017."

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere nos incisos VII e IX, art. 55 da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 98 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Interromper, no período de 02 a 31 de janeiro de 2017, por motivos de superior interesse público, nas condições do art. 98 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, as férias da Servidora Pública Municipal KERLY CRISTINA CATANI HIPPLER, ocupante do cargo efetivo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matrícula nº 1913/04, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Gerência de Ensino Fundamental - férias concedidas através da Portaria nº 1.060/2016.

Parágrafo único. Pela interrupção dos dias de férias, a servidora terá direito de gozar trinta (30) dias em outro período.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no Mural em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 001, DE 06 DE JANEIRO DE 2017 - ICSL**

PORTARIA Nº 001, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

Constitui a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo nº 001/2017 - ICSL, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, incisos XV e XXI, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 001, de 06 de janeiro de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais, a seguir relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 001/2017 - ICSL, responsável pela execução do Processo Seletivo, aberto pelo Edital nº 001, de 06 de janeiro de 2017, para a contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para este ano de 2017:

I - Reinaldo Francisco Guerra Junior, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3007/01 - Presidente;

II - Lenir Fátima Cruzetta, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3062/02 - Secretária;

III - Daniela Bernardi, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 1905/01 - Membro;

IV - Cinara Tissiani, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 1905/01 - Membro;

V - Tatiane Lussani Dal Pont, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3011/02 - Membro.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão Coordenadora será o responsável pela coordenação dos trabalhos e pela apresentação da classificação dos candidatos do Processo Seletivo nº 001/2017 - ICSL.

Art. 2º A Comissão de Processo Seletivo, nomeada por esta Portaria, somente poderá atuar com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 4º Compete à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 001/2017 - ICSL, aferir títulos, emitir julgamentos e resolver os casos omissos sobre o mesmo.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados em relação do Processo Seletivo nº 001/2017, do Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de janeiro de 2017.

RENNÃ HIGOR FEDRIGO  
Presidente da Autarquia

**PORTARIA Nº 019, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 019, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Instituir, a partir de 02 de Janeiro de 2017, o Regime Individual de Trabalho, em favor do servidor público municipal ALEXSANDRO MEZZOMO, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, matrícula nº 3206/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo das 08h00min às 11h30min e das 12h30min as 17h00min, de segunda a sexta-feira.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 067, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 067, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, VII e IX da Lei Orgânica do Município, considerando o disposto nos artigos 4º e 6º da Lei nº 2.105, de 13 de agosto de 2013 e no Decreto nº 4.739, de 09 de outubro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar as servidoras públicas municipais: Kamila Tomazi Catani, ocupante do cargo de Diretora de Administração, matrícula nº 3275/01 e Débora Cristina Caleffi de Almeida Piovesan, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3207/01, como responsáveis pelo adiantamento de recursos para posterior prestação de contas, para custear pequenas despesas com materiais de consumo (combustível) do SAMU, despesas com serviços de terceiros, do Fundo Municipal de Saúde, no período de 60 (sessenta) dias a contar da data do depósito.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 595, de 07 de julho de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de julho de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 068, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 068, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear como Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), em conformidade com o disposto no artigo 11, da Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009, a Sra. Adriane Gorete de Jesus, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social, matrícula nº 3312/01, designada pela Portaria nº 012, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 981, de 22 de novembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 069, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 069, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Instituir, a partir de 09 de Janeiro de 2017, o Regime Individual de Trabalho, em favor do servidor público municipal WALMIR SEGATO, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula nº 506/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo das 06h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

### **PORTARIA Nº 070, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 070, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, matrícula nº 3205/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 23 de janeiro a 06 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

### **PORTARIA Nº 071, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 071, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal AIRTON FREIRE CALEFFI, ocupante do cargo efetivo de FARMACEUTICO BIOQUIMICO, matrícula nº 3000/59, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 de janeiro a 14 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

### **PORTARIA Nº 072, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 072, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal ALMIR CARLOS MOTTA, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, matrícula nº 3000/41, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 16 de janeiro a 14 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

### **PORTARIA Nº 073, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 073, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ANA BEATRIZ MARIANO ZILIO, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Saúde Bucal, matrícula nº 3221/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 de janeiro a 30 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

**PORTARIA Nº 074, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 074, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal DEBORA MOSCHEN, ocupante do cargo efetivo de PISICOLOGO, matrícula nº 3000/96, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 26 de janeiro a 09 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

**PORTARIA Nº 076, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 076, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal EVA DE FATIMA VERGUTZ, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3001/85, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 10 de janeiro a 08 de fevereiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

**PORTARIA Nº 077, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 077, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal FERNANDA MAJEWSKY, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO, matrícula nº 3001/81, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 13 a 27 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal



Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 078, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 078, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal IEDA SANAJOTTO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, matrícula nº 3001/74, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 de janeiro a 09 de fevereiro 2017, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 079, DE 06 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 079, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal JANETE DURANTE ZABOT TAVARES, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, matrícula nº 1570/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 a 30 de janeiro de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.

**PORTARIA Nº 082, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 082, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, considerando o disposto nos artigos 4º e 6º da Lei nº 2.105, de 13 de agosto de 2013 e no Decreto nº 4.739, de 09 de outubro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais: Tatiane Lussani Dal Pont, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3011/02 e Jakson Alex Kichel, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1919/01, como responsáveis pelo adiantamento de recursos para posterior prestação de contas, para custear pequenas despesas com serviços de terceiros, da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, no período de 60 (sessenta) dias a contar da data do depósito.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 745, de 24 de agosto de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### **PROSSEÇO LICITATÓRIO 04/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2017.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo Pregão Presencial "MENOR PREÇO", por item, para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de realização de Teste Seletivo para o município de São Miguel da Boa Vista/SC, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 19/01/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta – Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. º 10.520/02 com aplicação subsidiaria da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 09 de janeiro de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO 02/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 02/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2017  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Fundação Municipal de Cultura do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.  
VALOR R\$ 25.000,00.  
CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIDORA S.A.  
Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.  
CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES  
DIRETOR DE GESTÃO

### PROCESSO 1/2017 - AGRÍCOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 01/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2017  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.  
VALOR R\$ 24.000,00.  
CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIDORA S.A.  
Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.  
RENATO ROMANCINI  
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

### PROCESSO 1/2017 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 01/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2017  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos da Fundação Municipal de Cultura do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.  
Valor Total de R\$ 4.000,00. Contratada: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.  
CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES  
DIRETOR DE GESTÃO

### PROCESSO 1/2017 - ESPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 01/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2017  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Fundação Municipal de Esportes do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.  
VALOR R\$ 20.000,00.  
CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIDORA S.A.  
Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.  
JULIANO MAURICIO SIEBEL  
DIRETOR DE GESTÃO

### PROCESSO 1/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 01/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2017  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.  
VALOR R\$ 2.111.400,00.  
CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIDORA S.A.  
Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.  
ALFREDO SPIER  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### PROCESSO 2/2017 - AGRÍCOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 02/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2017  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos do Fundo de Desenvolvimento Agrícola do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.  
Valor Total de R\$ 8.000,00. Contratada: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.  
RENATO ROMANCINI  
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

**PROCESSO 2/2017 - ESPORTE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 02/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2017

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos da Fundação Municipal de Esportes do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.

Valor Total de R\$ 7.000,00. Contratada: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.

JULIANO MAURICIO SIEBEL

DIRETOR DE GESTÃO

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de telefonia fixa, segundo previsão de gastos da Fundação Municipal de Esportes do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.

Valor Total de R\$ 7.000,00. Contratada: OI S.A. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.

JULIANO MAURICIO SIEBEL

DIRETOR DE GESTÃO

**PROCESSO 3/2017 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 03/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 03/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação tendo como objeto contratação de prestação de serviços de fornecimento de telefonia fixa, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o Disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.

Valor Total de R\$ 115.000,00. Contratada: OI S.A. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PROCESSO 2/2017 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 02/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação tendo como objeto contratação de prestação de serviços de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o Disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.

Valor Total de R\$ 177.000,00. Contratada: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PROCESSO 4/2017 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 04/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto contratação de prestação de serviços de despesas com tarifas, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o Disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.

Valor Total de R\$ 210.000,00. Contratada: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.

ALFREDO SPIER

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PROCESSO 3/2017 - CULTURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 03/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 03/2017

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de telefonia fixa, segundo previsão de gastos da Fundação Municipal de Cultura do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017.

Valor Total de R\$ 15.000,00. Contratada: OI S.A. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.

São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.

CARLOS MAGNOS RIBEIRO CHAVES

DIRETOR DE GESTÃO

**PROCESSO 5/2017 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 05/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto contratação de prestação de serviços de despesas com tarifas, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o Disposto na Lei Federal nº

8.666/93, para o exercício de 2017.  
Valor Total de R\$ 295.000,00. Contratada: BANCO DO BRASIL S.A.  
Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.  
São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.  
ALFREDO SPIER  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2017 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 01/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 01/2017  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017. VALOR R\$ 152.700,00. CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO – CASAN. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.  
São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.  
LEONIR CARON  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2017 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 02/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2017  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017. VALOR R\$ 196.000,00. CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIDORA S.A.. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.  
São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.  
LEONIR CARON  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 3/2017 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 03/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 03/2017  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de fornecimento de telefonia fixa, segundo previsão de gastos do município de São Miguel do Oeste – SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, para o exercício de 2017. VALOR R\$ 103.000,00. CONTRATADO: OI S.A.. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes.  
São Miguel do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2017.  
LEONIR CARON  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 63.2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 63/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de material de expediente para a Prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara conforme especificações e quantitativos determinados no TERMO DE REFERÊNCIA que consta no ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 23/01/2017 às 08h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 07h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br ou pelo site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 206 das 07h00min às 13h00min. São Pedro de Alcântara, 06 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

### CONTRATO N.º 010/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 010/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor VILMAR FORSTER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 025.015.909-02, residente a Rua Geral Barro Branco, s/nº, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo

CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRASILEIRO, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 09/01/2017, findando no dia 07/07/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

VILMAR FORSTER  
CONTRATADO  
Testemunhas:

#### CONTRATO N.º 011/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 011/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JAISON SOARES DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 107.201.989-25, residente a Rua José Matias Junckes, s/nº, Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 09/01/2017, findando no dia 07/07/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;  
5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;  
5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;  
5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;  
5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;  
5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;  
5.2.2.7- Violação de segredo funcional;  
5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;  
5.2.2.9- Abandono de emprego;  
5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;  
5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;  
5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;  
5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.  
5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR

TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

JAISON SOARES DA SILVA  
CONTRATADO  
Testemunhas:

#### CONTRATO N.º 012/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 012/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ALDO ERHARDT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 812.337.019-31, residente a Rua Geral Campo de Demonstração, s/nº, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.



**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 09/01/2017, findando no dia 07/07/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes

verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

**CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

ALDO ERHARDT

CONTRATADO

Testemunhas:

**CONTRATO N.º 013/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

CONTRATO n.º 013/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ANTÔNIO CARLOS ELIAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 037.340.779-31, residente a Rua Antônio José Zimmermann, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e

suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 09/01/2017, findando no dia 07/07/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito

administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal nº 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS ELIAS  
CONTRATADO  
Testemunhas:

**CONTRATO N.º 014/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 014/2017

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor DJENIER DA SILVA RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 060.919.609-03, residente a Servidão Antônio Jacob Pereira, nº. 61, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 09/01/2017, findando no dia 07/07/2017, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº. 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº. 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº. 05/1997.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº. 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

**CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa



renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

DJENIER DA SILVA RODRIGUES  
CONTRATADO  
Testemunhas:

**PORTARIA N.º 020/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 020/2017

Nomeia LEANDRO RANGEL DOS SANTOS para o cargo em Comissão de Diretor de Controle Interno.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Nomear LEANDRO RANGEL DOS SANTOS para o cargo em Comissão de Diretor de Controle Interno.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 021/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 021/2017

Admite em Caráter Temporário VILMAR FORSTER para o cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, VILMAR FORSTER para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho n.º. 010/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 022/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 022/2017

Admite em Caráter Temporário JAISON SOARES DA SILVA para o cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JAISON SOARES DA SILVA para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho n.º. 011/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 023/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 023/2017

Admite em Caráter Temporário ALDO ERHARDT para o cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ALDO ERHARDT para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 012/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

#### **PORTARIA N.º 024/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 024/2017

Admite em Caráter Temporário ANTÔNIO CARLOS ELIAS para o cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ANTÔNIO CARLOS ELIAS para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 013/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

#### **PORTARIA N.º 025/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 025/2017

Admite em Caráter Temporário DJENIER DA SILVA RODRIGUES para o cargo de Motorista II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, DJENIER DA SILVA RODRIGUES para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 014/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de janeiro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

#### **TERMO DE POSSE DO SR. LEANDRO RANGEL DOS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE CONTROLE INTERNO.**

TERMO DE POSSE DO SR. LEANDRO RANGEL DOS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE CONTROLE INTERNO.

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. LEANDRO RANGEL DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Município de Palhoça/SC, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Diretor de Controle Interno, para o qual foi indicado pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investido, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 05 de janeiro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN      LEANDRO RANGEL DOS SANTOS  
Prefeito Municipal      Empossado

## Seara

## PREFEITURA

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2017		ANEXO I DECRETO 39/2009
NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS		
EDEMILSON CANALE, Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que o Município de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:		
Período/Data da Liberação dos Recursos:		19 a 30 de Dezembro de 2016
ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO
	TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	347.502,03
Programa	• Atenção Básica - PAB Fixo	
Programa	• SUS - Estado	
Programa	• Saúde da Família - PSF	19.130,00
Programa	• Saúde da Família - NASF	20.000,00
Programa	• Agentes Comunitários de Saúde - PACs	75.137,40
Programa	• Epidemiologia e Controle de Doenças	
Programa	• Farmácia Básica - União	15.152,96
Programa	• Farmácia Básica - Estado	
Programa	• Saúde Bucal	8.920,00
Programa	• Teto Municipal da Média e Alta Compl. Amb. e Hosp	94.814,84
Programa	• Incentivo Hospitalar - SUS Estado	8.580,72
Programa	• Melhora do Acesso e Qualidade - PMAQ	37.600,00
Programa	• PMAQ - Atenção Básica	
Programa	• SAMU - União	21.919,00
Programa	• Média e Alta Complexidade - Mamografia	
Programa	• Piso Fixo - Promoção Saúde PFVPS	3.483,64
Programa	Transf SUS Investimento Equip.Mat.Permanente	
Programa	• MAC - AMB Hospitalar - FAEC	
Programa	• SUS - Estado Co - Financiamento	
Programa	• Teto Municipal Rede Brasil s/ miséria (BSOR-SM)	7.500,00
Programa	• Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)	
Programa	• Transferencia SUS Cirurgias Eletivas	
Programa	• Transferencia SUS Estado - Prog. Nac. Imunização	-
Programa	• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte ANVISA	
Programa	• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte FNS	3.011,28
Programa	• Transferencia SUS Estado - Incentivo Hospitalar	8.580,72
Programa	• Transferencia SUS Estado - Co-Financiamento	
Programa	• Atenção Básica - Saúde da Família	-
Programa	• CAPS - Centro de Atenção psicossocial	
Programa	• Qualificação das ações Vigilância Saúde (PVVS)	-
Programa	• MAC- FAEC AIH - Cirurgias Eletivas Compn. Único	9.255,87
Programa	• Assistência Financeira Complementar ACE - 95%	2.889,90
Programa	• Forta. Das Políticas Afetivas da Estrat. ACE - 5%	50,70
Programa	• Incentivo Pontuais Ações de Serviços Vigila. Saúde	-

[illegible]

				Dirlei Giombelli Wildner Consultora de Controle Interno					
	Registra-se e Publica-se,								
	Em 06 de Janeiro de 2017								
	Neri Cosmann								
	Secretário de Administração								

## PORTARIA 39

PORTARIA Nº 39, de 06 de janeiro de 2017

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS BANCÁRIAS JUNTO ÀS AGÊNCIAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município e artigo 116 da Lei Complementar nº 24/2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa, define o quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Seara, e dá outras providências, RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados como responsáveis pelas contas bancárias dos órgãos da Prefeitura junto as Agências Bancárias do Município:

I – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA, CNPJ 11.672.134/0001-75

- a) Edemilson Canale – CPF 369.691.099-68 - Prefeito Municipal  
b) Neri Cosmann - CPF nº 345.803.019-00 – Secretário de Administração  
c) Julio Cesar Paludo - CPF nº 295.206.819-49 – Secretário da Fazenda  
d) Cláudia Regina Nardi - CPF nº 017.450.469-17 – Gerente de Finanças  
e) Flávia Joel Zolet – CPF nº 949.975.519-53 – Secretário da Saúde  
f) Elizabeth Aparecida Ramos – CPF nº 827.815.329-91 – Gerente de Saúde Pública

Parágrafo único. Pela designação, ficam concedidos os seguintes poderes:

- I – emitir cheques;
- II – abrir contas de depósitos;
- III – autorizar cobrança;
- IV – utilizar crédito aberto na forma e condições;
- V – receber, emitir recibos e dar quitações;
- VI – solicitar saldos e extratos;
- VII – requisitar talonários de cheques;
- VIII – autorizar de débitos em conta relativo à operações;
- IX – retirar cheques devolvidos;
- X – endossar cheques;
- XI – sustar/contra-ordenar cheques;
- XII – cancelar cheques;
- XIII – baixar cheques;
- XIV – efetuar resgates/aplicações financeiras;
- XV – cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XVI – efetuar saques de conta corrente e de conta poupança;
- XVII – efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico;
- XVIII – efetuar pagamentos e transferências, além daqueles por meio eletrônico;
- XIX – efetuar a movimentação financeira no RPG;
- XX – consultar contas/aplic. programas repasse de recursos federais – RPG;
- XXI – liberar arquivos de pagamentos no ger. financeiro/AASP;
- XXII – solicitar saldos/extratos, inclusive de investimentos e operações de crédito;
- XXIII – emitir comprovantes;
- XXIV – efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XXV – encerrar contas de depósitos;
- XXVI – consultar obrigações de débito direto autorizado – DDA.

Art. 2º A movimentação das contas se dará através da assinatura conjunta de dois dos responsáveis designados no art. 1º da presente

Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 06 de janeiro de 2017  
EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 06 de janeiro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

### **PORTARIAS 040/2017 E 041/2017**

Portaria nº 040/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

Nomeia, Gilmar Antônio Gargetti, para o exercício do cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico - ASSE, da Secretaria Municipal do Interior, Anexo I-I, Lei Complementar nº 024/2006 de 10 de março de 2006, com vencimentos previstos no Nível CC-020, Anexo II, e atribuições estabelecidas no artigo 41 da mesma Lei, a partir de 02 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Seara - SC, em 06 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 06 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann  
Secretário da Administração

Portaria nº. 041/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 118 da Lei Complementar nº 024, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Designar, Elaine Fatima Aigner Benetti, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Bibliotecário, Nível CE 90, Classe L, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente - GERE, da Secretaria Municipal da Educação, Anexo I-E, Lei Complementar nº 024/2006, com vencimentos previstos no nível CC-060, a partir de 02 de janeiro de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Seara – SC., 06 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 06 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann  
Secretário da Administração

### **TERMO DE PRORROGAÇÃO PP 043/2016 – RP 035/2016-MASTERSUL**

#### **TERMO DE PRORROGAÇÃO**

Pregão Presencial n.º 043/2016 – Registro de Preços n.º 035/2016

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº. 065/2016 - Pregão Presencial n.º 043/2016 – Registro de Preços n.º 035/2016, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 04/01/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 03 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



\_\_\_\_\_  
Mastersul Equip. de Segurança Ltda

**TERMO DE PRORROGAÇÃO PP 043/2016 – RP 035/2016-PINGO****TERMO DE PRORROGAÇÃO**

Pregão Presencial n.º 043/2016 – Registro de Preços n.º 035/2016

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Processo Licitatório nº. 065/2016 - Pregão Presencial n.º 043/2016 – Registro de Preços n.º 035/2016, pelo período de 6 (seis) meses, a contar de 04/01/2017, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 03 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

De acordo.

Em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Pingo Equipamentos de Segurança Ltda

**ITENS ADJ E SALDO PEND. PP 043/2016 - RP 035/2016- MASTERSUL**

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 04/07/2016 a 03/01/2017)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
<b>Processo / Ano: 65/2016 Licitação: 43/2016 - PR Data de Homologação: 04/07/2016 Registro de Preço: Sim</b> <b>Fornecedor.....: 12174-MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP</b>									
8	3393217	LUVA 100% POLIESTER C/BANHO NITRILICO CINZA NA PALMADORSO T	PAR	150,000	24,000	0,000	126,000	4,4500	560,70
23	3393232	BOTA DE PVC BRANCA FORRADA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, TAMANHOS	PAR	40,000	1,000	0,000	39,000	23,5000	916,50
								Total Pendente:	1.477,20
								Total Geral:	1.477,20

ITENS ADJ E SALDO PEND. PP 043/2016 - RP 035/2016-PINGO

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

Entidade Participante: Consolidado

(Período de 04/07/2016 a 03/01/2017)

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Otd. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 65/2016      Licitação: 43/2016 - PR      Data de Homologação: 04/07/2016      Registro de Preço: Sim									
Fornecedor.....: 6683-PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA									
1	3393210	CONJUNTO DESCARTÁVEL EM POLIETILENO, AZUL/TRANSPARENTE, 12 M	UN	100,000	5,000	0,000	95,000	5,9000	560,50
3	3393212	PROTETOR SOLAR C/REPELENTE FATOR FPS-30 BISNAGA 120 GRAMAS	UN	200,000	28,000	0,000	172,000	12,5000	2.150,00
11	3393220	LUVA DE VAQUETA TOTAL, MOD. PETROLEIRA C/ACABAMENTO EM VIES	PAR	20,000	12,000	0,000	8,000	11,4000	91,20
13	3393222	OCULOS DE SEGURANÇA MODELO JAVA OU SIMILAR, CINZA C/HASTE FL	UN	15,000	14,000	0,000	1,000	11,3000	11,30
								Total Pendente:	2.813,00
								Total Geral:	2.813,00

## ITENS NÃO ADJUDICADOS PP 043/2016 - RP 035/2016

Página: 1/1

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Não Adjudicados por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde. Cotada	Preço Total
<b>Processo / Ano: 65/2016</b> <b>Licitação: 43/2016 - PR</b> <b>Fornecedor.....: 6683</b> <b>- PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA</b>					
2	3393211	CREME PROTETOR P/MÃOS 3 EM 1 POTE DE 200 GRAMAS (LUVA DE SI	UN	10,000	63,50
10	3393219	LUVA 100% POLIESTER CINZA C/ PIGMENTO PRETO NA PALHA TAM: PAR	UN	10,000	25,00
18	3393227	RESPIRADOR DESCARTAVEL DOBRAVEL PFF-1 C/VALVULA P/POEIRA	UN	30,000	30,00
20	3393229	AVENTAL DE RASPA AO CROMO MACIO S/EMENDA, COM TIRAS FIXAS	UN	5,000	95,00
		60			
22	3393231	OCULOS DE SEGURANÇA CINZA MOD. JAGUAR/FENIX	UN	15,000	66,75
		C/ANTIEMBAÇANTE			
				<b>TOTAIS -----&gt;</b>	<b>280,25</b>
<b>Processo / Ano: 65/2016</b> <b>Licitação: 43/2016 - PR</b> <b>Fornecedor.....: 10574</b> <b>- OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME</b>					
21	3393230	OCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR MOD. JAGUAR/FENIX	UN	25,000	111,25
		C/ANTIEMBAÇANT			
				<b>TOTAIS -----&gt;</b>	<b>111,25</b>
<b>Processo / Ano: 65/2016</b> <b>Licitação: 43/2016 - PR</b> <b>Fornecedor.....: 12174</b> <b>- MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA - EPP</b>					
15	3393224	LUVA DESCARTAVEL DE PROCEDIMENTO EM LATEX C/AMIDO, TAM: P-M	CX	10,000	168,00
24	3393233	REPELENTE DE INSETOS AEROSOL CONTEÚDO 150 ML PESO LÍQ. 100G,	UN	300,000	4.470,00
				<b>TOTAIS -----&gt;</b>	<b>4.638,00</b>
				<b>TOTAL GERAL -----&gt;</b>	<b>5.029,50</b>

# Serra Alta

## PREFEITURA

### ATA 001/2017 REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001 DE 09/01/2017

No dia 09 de janeiro de 2017, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, do Município inscrito no CGC/MF sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI, portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente e nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 64/2009 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 051/2016, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ 11.451.859/0001-33, com endereço na Av. Dom Pedro II, 195, centro de Serra Alta/SC, representada neste ato pelo Sr. Elvio João Martello, portador do CPF nº. 503.333.139-68, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA e a empresa MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 11.451.859/0001-33, aqui representada por seu representante legal, Sr. Elvio João Martello, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 051/2016 cujo objeto é a possível Contratação de empresa prestadora de serviços de hora máquina para a confecção de silagem para atender aos agricultores do município de Serra Alta através da Secretaria Municipal de Agricultura, em conformidade com a Legislação Municipal que dispõe sobre o Programa de Incentivo Agropecuário. O serviço será realizado nas propriedades rurais conforme agendamento prévio com trator de pneu traçado acoplado com carretão basculante com ensiladeira de 1 linha, em bom estado de conservação; conforme descrições constantes no Anexo "D" do Edital e nos termos da Lei nº 10.520/02; aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e as demais normas legais correlatas.

Item	Quant/Und.	Especificação	Valor Unitário Registrado	Valor Total
1	2.000 horas	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA PARA A CONFECÇÃO DE SILAGEM. O SERVIÇO DEVERÁ SER EXECUTADO COM TRATOR DE PNEU TRAÇADO, ACOPLADO COM CARRETÃO BASCULANTE COM ENSILADEIRA DE 1 LINHA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO; OBJETIVANDO ATENDER AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO QUE NECESSITAM DO REFERIDO SERVIÇO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA DE INCENTIVO AGROPECUÁRIO (LEI Nº 1013/2014) QUE A SECRETARIA DE AGRICULTURA DISPÕE.	R\$ 126,30	R\$ 252.600,00
		(Duzentos e cinquenta e dois mil e seiscentos reais).	TOTAL	R\$ 252.600,00

1.2. O serviço da hora máquina prestado, destina-se somente ao corte, sendo que o agricultor deverá se responsabilizar pelo transporte do produto até o silo, bem como o pagamento das despesas oriundas do referido serviço.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração Municipal de Serra Alta não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços e que será(ao) pago(s) na possível aquisição dos serviços, especificado(s) no anexo da ata de abertura da sessão de licitação, e nas autorizações de fornecimento.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente

a mesma.

3.3 Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) constante(s) na proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, o(s) qual (is) também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

4.1 Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade indicada na Cláusula Segunda.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 A solicitação dos serviços será feita ao Detentor da Ata com no mínimo de 02 (dois) dias antecedência e, não serão tolerados atrasos no fornecimento dos mesmos.

5.2 A Detentora da Ata deverá prestar os serviços, objeto da presente licitação, obedecendo rigorosamente as descrições (caraterísticas mínimas) conforme constantes no Anexo "D" sendo responsável pela carga e descarga e prestação do serviço de acordo com as necessidades da Administração Municipal, e em local indicado pela Secretaria de Agricultura deste Município.

5.3 A prestação dos serviços feitos pela Detentora da Ata serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no instrumento convocatório.

5.4 Se, por motivo de dificuldades das empresas em atenderem os diversos pedidos e necessidades da Secretaria, a Detentora da Ata não puder atender a solicitação no todo ou em parte, deverá comunicar ao órgão requisitante, no prazo de até 48 horas anteriores à prestação do serviço, liberando o Município para contratar outro prestador, nos mesmos preços e condições descritos na Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 A Administração efetuará o pagamento dos serviços entregues à Detentora(s) da Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos de horas realizadas, no prazo de até 15 dias consecutivos após a execução, mediante apresentação das respectivas notas fiscais eletrônicas.

6.2 O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.3 Caso haja aplicação de multa ou o fornecedor esteja em débito da municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou Judicialmente, se necessário.

6.4 As despesas decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente em 2017, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação, de acordo com a indicação na Autorização de Fornecimento e Empenho:

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

2.010 – Assistência ao Produtor Rural - 3.3.90.00

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na entrega dos serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, sujeita(m)-se a(s) detentora(s) às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

- a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) detentora(s) as sanções previstas no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos bens não entregues.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a(s) detentora(s) da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

I - Automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) quando caracterizado o interesse público.

O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:



II - A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

8.2 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

III - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

- a) o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;
- b) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- c) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- d) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

8.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feito pessoalmente, por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM ou por informativo no Mural Público do Município de Serra Alta/SC.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

9.1 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 051/2016 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

9.2 As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução desta Ata de Registro de Preços, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

9.4 E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Ordenador da Despesa e o Fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

SERRA ALTA/SC, 09 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA ME  
ÉLVIO JOÃO MARTELLO  
REPRESENTANTE LEGAL DA DETENTORA DA ATA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI	LUCIANO DOS SANTOS
CPF: 029.867.439-43	CPF: 030.509.349-56

#### DECRETO 022

DECRETO Nº 022/2017 DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES REALIZADAS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Municipal CLAIR FATIMA ANDREIS para exercer a função de pregoeira nos processos licitatórios na modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho

de 2002:

I – EDERSON CEREZOLLI;

II – SIMONE VIVAN;

III – ANA CLAUDIA LAUXEN ZUZELISKI

Art. 3º As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º. O serviço da Comissão será considerado de caráter relevante, não lhe sendo atribuída qualquer remuneração e nem caracterizando vínculo empregatício.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/201, revogando o DECRETO Nº 016/2017, e as demais disposições em contrario.

Serra Alta/SC de 06 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SERRA ALTA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 51/2016 - PR</b>
CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 51/2016 Processo de Licitação: 51/2016 Data do Processo: 27/12/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 51/2016  
b ) Licitação Nr.: 51/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 09/01/2017  
e ) Data da Adjudicação: 09/01/2017 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Contratação de Serviços de hora máquina para a confecção de silagem para atender aos agricultores do Município de Serra Alta, por intermédio da Secretaria de Agricultura, em conformidade com o que determina a Lei Nº 1013/2014 que dispõe sobre o Programa de Incentivo Agropecuário. A silagem é uma das melhores estratégias para produtores garantirem alimento para o rebanho durante o inverno.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 004771 - MARTEPLAN TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS LTDA -	1 1	0,0000	252.600,00 252.600,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Serra Alta, 9 de Janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_  
CLAIR FÁTIMA ANDREIS  
Pregoeiro(a)

\_\_\_\_\_  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

# Timbé do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 1/2017

RESOLUÇÃO Nº 01/2017 DE 01 DE JANEIRO DE 2017.  
NOMEIA A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O presidente em exercício da Câmara Municipal de Timbé do Sul, no uso suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbé do Sul para o exercício de 2017, obedecido o que dispõe os artigos 24 e 25 da Lei Orgânica Municipal, fica assim constituída:

Presidente: Ver<sup>a</sup>. Josélia Scot Pezente (PSD)  
Vice-Presidente: Ver. Ademilson Luiz (PMDB)  
Primeiro Secretário: Ver. Amarildo Dandolini (PSDB)  
Segundo Secretário Ver. Zelindo Polli (PMDB)

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 01 de janeiro de 2017.  
Ver. Vilmar Maffiolette  
Presidente em Exercício

Publicada a presente Resolução na Secretaria Geral da Câmara na data Supra.

Luiz José Warnier  
Agente Legislativo

### RESOLUÇÃO 2/2017

RESOLUÇÃO Nº 02/2017  
Concede Licença a Vereador para assumir Cargo de Secretário Municipal.

A Mesa Diretora da Câmara, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, a requerimento do interessado, licença para assumir Cargo de Secretário Municipal ao Ver. Vilmar Maffiolette-PP - por prazo indeterminado, a contar de 01.01.17 nos termos do Art. 22, Inciso I.

Art. 2º - Para assumir a vaga oriunda do presente licenciamento, far-se-a convocação da suplência imediata.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 01 de janeiro de 2017.

Ver. Joselia Scot Pesente- Presidente  
Ver. Amarildo Dandolini - 1º Secretário

Publicada a presente resolução na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

Luiz José Warnier  
Agente Legislativo

### RESOLUÇÃO 3/2017

RESOLUÇÃO Nº 03/2017  
Autoriza a Câmara de Vereadores de Timbé do Sul a celebrar convenio com a Prefeitura Municipal de Timbé do Sul para cessão de servidor público municipal.

JOSÉLIA SCOT PEZENTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul/SC, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 30, alínea "c" e art. 14, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Considerando:

1. As disposições previstas nos arts. 27 e 60 da Lei Municipal nº 467 de 16.12.1988 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais;

2. O Ofício n.º 01/2017 – GP encaminhado pelo Prefeito Municipal de Timbé do Sul, requerendo a disponibilização de servidor;

3. Que há necessidade dos serviços prestados pelo servidor nesta Casa em caráter excepcional e temporário à Administração Municipal para atendimento das situações transitórias e de interesse público;

4. Que o ato de disponibilidade do servidor não acarreta, no momento, prejuízos a normalidade e andamento dos trabalhos administrativos e operacionais da Câmara de Vereadores:

Art. 1º Fica a Câmara de Vereadores de Timbé do Sul autorizada a celebrar convenio com a Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, para cessão de servidor público municipal, na forma do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA em anexo, o qual é parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Timbé do Sul, 02 de janeiro de 2017.

JOSÉLIA SCOT PEZENTE      ADEMILSON LUIZ  
Presidente                              Vice- Presidente

AMARILDO DANDOLINI ZELINDO POLLI  
Primeiro Secretário Segundo Secretário

### RESOLUÇÃO 4/2017

RESOLUÇÃO Nº 04/2017

COLOCA À DISPOSIÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL SERVIDOR EFETIVO DA CAMARA MUNICIPAL.

JOSÉLIA SCOT PEZENTE, Presidente da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul/SC, no uso de suas atribuições e,

Considerando:

1. As disposições previstas nos arts. 27 e 60 da Lei Municipal nº 467 de 16.12.1988 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais;

2. O Ofício n.º 01/2017 – GP encaminhado pelo Prefeito Municipal de Timbé do Sul, requerendo a disponibilização de servidor;

3. A autorização pela Mesa Diretora, através da Resolução 03/2017, para realização de convenio com a Prefeitura Municipal de Timbé do Sul para cessão de servidor público municipal;

4. O termo de cooperação técnica assinado entre os poderes Legislativo e Executivo em 02.01.2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, a servidora RUBIANE DE AGUIAR DALPONT PANATTA, ocupante do cargo

efetivo de Advogada da Câmara Municipal de Timbé do Sul, no período compreendido entre 02/01/2017 a 31/01/2017, podendo este ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Art. 2º Ao órgão de origem cabe o ônus de todas as despesas relativas à remuneração da servidora, inclusive encargos sociais e trabalhistas.

Art. 3º Será a servidora, durante o período cedido, considerada de efetivo exercício para todos os fins, inclusive promoção, progressão funcional, adicional de tempo de serviço, férias premio e licenças, previstos na legislação vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Timbé do Sul, 02 de janeiro de 2017.

Vereadora Josélia Scot Pezente  
Presidente

Publicada a presente Resolução na Secretaria da Câmara na data supra.

Luiz José Warnier  
Agente Legislativo

# Timbó

## PREFEITURA

### **ERRATA EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016.183**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/183  
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó informa aos interessados que constou informação equivocada no texto da publicação do extrato do Contrato Administrativo nº 2016/183, publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 2162, página 649, sendo que, onde se lê "CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/184", leia-se "CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/183".

Timbó/SC, 06/01/2017  
BRUNA DE ANDRADE  
Central de Licitações

### **ERRATA EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2013.32**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2013/32 SAMAE  
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó informa aos interessados que constou informação equivocada no texto da publicação do extrato quarto termo aditivo ao contrato administrativo nº 2013/32 SAMAE, publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 2162, página 650, sendo que, onde se lê "Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/201", leia-se "Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2017".

Timbó/SC, 06/01/2017  
BRUNA DE ANDRADE  
Central de Licitações

### **ERRATA EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2014.030**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2014/030 TIMBOPREV  
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó informa aos interessados que constou informação equivocada no texto da publicação do extrato terceiro termo aditivo ao contrato administrativo nº 2014/030, publicado no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 2162, página 652, sendo que, onde se lê "DATA DE ASSINATURA:12/12/2015", leia-se "DATA DE ASSINATURA:12/12/2016".

Timbó/SC, 06/01/2017  
BRUNA DE ANDRADE  
Central de Licitações



# Três Barras

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORARIA N. 558/2017**

PORTARIA N. 558, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

REVOGA PORTARIAS.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam revogadas a partir desta data as Portarias de ns. 495/2015 e 515/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras -SC, em 6 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES  
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 9 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt  
Gestor Legislativo e Contábil

**PORTARIA N. 559/2017**

PORTARIA N. 559, DE 06 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR EM FUNÇÃO GRATIFICADA DE TESOUREIRO.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Joel da Cruz, ocupante do cargo de Gerente de Informática e Patrimônio, Matrícula 3026, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores, na Função Gratificada de Tesoureiro, com 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base, nos termos do artigo 2º da Lei Complementar n. 182/2013, com efeitos a contar do dia 9 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 6 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES  
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 9 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt  
Gestor Legislativo e Contábil

**PORTARIA N. 560/2017**

PORTARIA N. 560, DE 6 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR EM FUNÇÃO GRATIFICADA DE ENCARREGADO DO PROTOCOLO E DIGITALIZAÇÃO.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor Joel Antonio Voigt, ocupante do cargo de Gestor Legislativo e Contábil, Matrícula 60-2, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores, na Função Gratificada de Encarregado do Protocolo e Digitalização, com 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base, nos termos do artigo 2º, inciso II da Lei Complementar n. 187/2014, com efeitos a contar do dia 9 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 6 de Janeiro de 2017.

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES  
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 9 de Janeiro de 2017.

Joel Antonio Voigt  
Gestor Legislativo e Contábil

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TP 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 03/2017 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de pessoa jurídica Fornecimento e Execução de gradil para fechamento dos limites do terreno da pré-escola localizada na Rua Tirol, no Município de Treze Tílias, conforme projeto, planilha orçamentária e memorial descritivo, constantes no anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 25/01/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

### PORTARIA Nº 11/2017

PORTARIA Nº 011/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Aline Beatriz Gardino	01/10/2015 a 30/09/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Ana Paula Dos Santos	05/11/2015 a 04/11/2016	02/01/2017 a 21/01/2017	20
Diles Battistela	13/06/2015 a 12/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Elizabeth Rodrigues De Souza	28/12/2015 a 27/12/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Gisele Jesus Dos Santos	01/10/2015 a 30/09/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Kiomar Fátima G. Bonadiman	01/09/2015 a 31/08/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Laismara Hofstatter Falchetti	06/11/2015 a 05/11/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Luciana Aparecida Dos Santos	12/01/2016 a 11/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Mari Elva Machado	03/11/2015 a 02/11/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Maria Da Aparecida Santos	02/08/2015 a 01/08/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Marilei Alves	29/01/2016 a 28/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Marilice Catarina Pelle	18/06/2015 a 17/06/2016	02/01/2017 a 16/01/2017	15
Marines Rodrigues Da Silva	02/02/2015 a 01/02/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Norberto João Puelacher	11/02/2015 a 10/02/2016	02/01/2017 a 16/01/2017	15
Renato Klotz	21/07/2015 a 20/07/2016	02/01/2017 a 16/01/2017	15
Valdirleene Piaia	25/09/2015 a 24/09/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 12/2017**

PORTARIA Nº 012/17 DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Adiles Concatto Dresch	10/01/2016 a 09/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Izabel Lazzari Zanatto	05/02/2016 a 04/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Rocilde Lovison	10/01/2016 a 09/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Maria Denir Borges Da Silva	08/04/2016 a 07/04/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Matheus José Brandalise	01/12/2015 a 30/11/2016	02/01/2017 a 21/01/2017	20
Marli Ansiliero	02/02/2016 a 01/02/2017	02/01/2017 a 21/01/2017	20
Tarcísio Irineu Trevisol	03/01/2016 a 02/01/2017	02/01/2017 a 21/01/2017	20
Sandro Eduardo Hartmann	02/03/2016 a 01/03/2017	02/01/2017 a 21/01/2017	20
Clarissa Anrain	03/06/2015 a 02/06/2016	02/01/2017 a 21/01/2017	20
Elisiane Santos De Moura	04/04/2016 a 03/04/2017	12/01/2017 a 31/01/2017	20
Alberto Erharter	29/01/2015 a 28/01/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 15/2017**

PORTARIA Nº 015/17 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

RESOLVE:

Artigo 1º - INTERROMPER, por motivo de imperiosa necessidade do serviço público, de acordo com o Capítulo V da Lei Complementar nº 40/2011, as férias do servidor municipal abaixo mencionado, exclusivamente no período de 03/01/2017 à 31/01/2017 (em destaque).

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO/INTERRUPÇÃO	OBS	DIAS
Aline G. Viana	19/02/2016 a 18/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	Portaria nº 169/16	30
	19/02/2016 a 18/02/2017	02/01/2017 a 02/01/2017	Efetivamente gozado	01
	19/02/2016 a 18/02/2017	03/01/2017 A 31/01/2017	Período cancelado	29

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 03 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 16/2017**

PORTARIA Nº 016/17 DE 03 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, no dia 03 de janeiro de 2017, a Sra. IVETE SCHEUER ROCHA, CPF nº 015.387.479-10 e identidade nº 11/R-1.517.078, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme portaria de nomeação nº 049/09 de 13 de abril de 2009.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 03 DE JANEIRO DE 2017.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 171/2016**

PORTARIA Nº 171/16 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR por motivo de aposentadoria, no dia 31 de dezembro de 2016, a Sra. SALETE KARLOH, CPF nº 016.279.919-56 e identidade nº 11/R-2.818.010, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Decreto de nomeação nº 951 de 08 de fevereiro de 2002.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN  
Diretor de Gestão de Receitas

# Tunápolis

## PREFEITURA

### LEI 1293/2017

Lei nº 1293/2017 de 09 de janeiro de 2017.

Autoriza o Município a abstenção do cumprimento do Parágrafo Único do artigo 11 da Lei 491/2001 e contém providências.

O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e, eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abstenção do cumprimento do Parágrafo Único do artigo 11 da Lei 491/2001 pelo prazo de 90 (noventa dias), produzindo efeitos retroativos a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único: A abstenção do cumprimento previsto no caput deste artigo se restringe apenas aos serviços para cobertura de silagem e abertura de valas para o armazenamento da mesma, além de serviços de emergência.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC,

09 de Janeiro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Contraladoria Interna

# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 02/2017

DECRETO Nº 002/17, de 03 de Janeiro de 2017.

#### SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.293/16 (Lei Orçamentária Anual), de 23.12.2016.  
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.210.000,00 (um milhão e duzentos e dez mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – VIAS URBANAS PAVIM. PASSEIO PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (083) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 300.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (084) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 200.000,00

09.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
20.608.0030.2.020 – MANUT. DO PARQ. DE EXPOS. IRIS OLIVO/REAL. FESTA COLONO

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (119) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 710.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0024 por excesso de arrecadação no valor R\$ 300.000,00 e por conta do Contrato 816341/2015 – Revitalização do Parque, no valor de R\$ 710.000,00 e da conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 200.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 03 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 008/2017

PORTARIA Nº 008/17, de 02 de Janeiro de 2017.

FAZ NOMEAÇÃO EM CARGO DE COMISSÃO, ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE 40% PARA EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENADOR GERAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar nº. 010/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Servidora Marieti Monteiro Rodrigues CPF nº 742.220.669-15, matrícula nº 1090, para exercer o cargo em

comissão de Coordenadora Geral de Ensino Fundamental e alterar a carga horária de 30 horas semanais para 40 horas semanais, com início em 02 de Janeiro de 2017 e término em 31 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Conceder gratificação de 40% a Servidora relacionada no Artigo 1º, para exercer a função de Coordenador Geral de Ensino Fundamental.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 009/2017

PORTARIA Nº 009/17, de 02 de Janeiro de 2017.

#### FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. VALERIA DE LOURDES SCARABELOT, CPF nº 050.135.059-41, para exercer o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Pessoal, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 010/2017

PORTARIA Nº 010/17, de 03 de Janeiro de 2017.

#### FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

#### RESOLVE



Art. 1º - Nomear a Sra. SOELI FATIMA FERNANDES, CPF nº 066.356.759-90, para exercer o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Compras e Licitações, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

# União do Oeste

## PREFEITURA

### ATA FMS 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017.

PROCESSO Nº 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2017.

Aos seis dias do mês de janeiro de 2017, o Município de União do Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó, Centro, União do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Gestor(a) Sra. SUSANA SERGILIO DE CARVALHO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 02/2017, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA - ME, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS AMBULATORIAIS VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº 08, EMB. COM 10 UNIDADES	PT	400,00	MARKMED	9,80	3.920,00
2	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO NUTRIÇÃO ENTERAL ESTERIL	UN	400,00	DESCARPAK	2,15	860,00
3	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 300 ML	FR	400,00	BIOBASE	1,80	720,00
4	CADARÇO SARJADO 10MM COM 10M P/ FIXAÇÃO CANULA TRAQUEOSTOMIA	UN	50,00	SONY	14,00	700,00
6	LUVA TOQUE PLASTICA TRANSPARENTE, EMB. COM 100 UNIDADES	CX	50,00	LUPLAST	11,80	590,00
7	AGUA PARA INJEÇÃO FRASCO RIGIDO, EMB. COM 250ML	UN	200,00	EUROFARMA	3,90	780,00
8	CATETER NASAL P/ OXIGENIO TIPO ÓCULOS - INFANTIL	UN	100,00	GOODECOME	3,45	345,00

#### 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2017.

#### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

#### 4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA - ME, a critério do Município de União do Oeste/FMS, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os MATERIAIS, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Expedida a Autorização de fornecimento a entrega deverá ser efetivada em até 10 dias, na Unidade Sanitária de Saúde.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

4.3. Os materiais somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

#### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após cada entrega e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.025 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 7 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.026 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA

Elemento de Despesa: 15 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade - 2.027 MANUT. DO PAB VARIÁVEL

Elemento de Despesa: 24 – 3.3.90.00.00.00.00

#### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 02/2017.

#### 8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2017 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

#### 9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

12) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não fornecer os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

#### 11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 02/2017 e documentos atinentes ao processo licitatório.

#### 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

SUSANA SERGILIO DE CARVALHO  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
CONTRATANTE

ROSIMARI BORIN BADIN  
Sócia Administradora  
Megha Equipamentos e Materiais Médicos Ltda  
CONTRATADA

01.  
Nome: Marília Miorelli  
CPF:057.672.509-95

02.  
Nome: Silvane Lazzeri Piana  
CPF: 000.246.779-81

#### **CONTRATO ADM. N. 03/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 03/2017.

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC, com endereço sito a Avenida São Luiz 531, Cidade de União do Oeste – SC, inscrita no CPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CELSO MATIELLO, portador do CPF n. 422.972.909-00, doravante denominado CONTRATANTE e ADILCE PANISSON DALA CORTI, portadora da CI N. 12R 2.655.873 e do CPF N. 763.575.549-87, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo de Dispensa de Licitação N.º 06/2017, homologado em 06/01/2017, tem justo e contratado o que segue, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

O primeiro nomeado, aqui chamado CONTRATANTE e o segundo nomeado aqui chamado CONTRATADO, sendo o segundo proprietário do imóvel situado na Rua Chapecó, nesta cidade de UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, loca ao primeiro nomeado, mediante as condições a seguir estipuladas:

1.) O Imóvel ora Locado constitui-se de em uma sala comercial, com área de 128m2, com boa iluminação e ventilação, com banheiro, ponto de água, luz e internet, grades de segurança em bom estado de conservação, destinado ao funcionamento das atividades da Secretaria

Municipal de Assistência do Social, do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social e Conselho Tutelar do município de União do Oeste – SC.

2.)O prazo de locação é de 12 (doze) meses, ou seja, de janeiro a dezembro de 2017, podendo ser prorrogado mediante acordo ente as partes e de acordo com a legislação pertinente a matéria.

3.)O valor do aluguel convencionado é de R\$ 9.912,00 (nove mil, novecentos e doze reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 826,00 (oitocentos e vinte seis reais) cada, vencendo a primeira no 10 de fevereiro e a última no dia 31 de dezembro de 2017. Durante o período de vigência do contrato a CONTRATANTE arcará com as despesas de água, luz e internet o imóvel ora locado.

3.1) No caso de haver prorrogação do contrato, a o aluguel convencionado poderá sofrer reajuste de acordo com a variação do IGP\_M acumulado nos últimos doze meses.

4.)A CONTRATANTE obrigar-se-á repor materiais que por ventura serem danificados.

5.)A CONTRATANTE fica autorizada pelo CONTRATADO, a efetuar as modificações necessárias para a atividade a que se destina o presente contrato, sendo no final do prazo devolvido o imóvel nas condições em que recebeu.

6.)Estipulam as partes contratantes que do presente contrato não caberá arrependimento em hipótese alguma a menos que as partes contratantes de comum acordo dispuserem de modo contrário.

7.)Tudo aquilo que não se encontrar discriminado neste contrato será regulado pela lei em vigor atinente a matéria, e para as questões que acaso vierem a surgir e que não comportarem uma solução amigável, terão por foro a Comarca de CORONEL FREITAS -SC.

E por assim terem contratado, assinam o presente em 03 vias, em presença das testemunhas abaixo e a seguir dão cumprimento as exigências e formalidades legais.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

União do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ADILCE PANISSON DALA CORTI

CONTRATADA

Testemunhas:

01.

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02

Nome: Silvane Lazzeri Piana

CPF: 000.246.779-81

## **CONTRATO ADM. N. 04/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 04/2017

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC, com endereço sito a Avenida São Luiz 531, Cidade de União do Oeste – SC, inscrita no CPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representada pelo Prefeito Municipal CELSO MATIELLO, portador do CPF n. 422.972.909-00, doravante denominado CONTRATANTE e PEDRO LANFREDI, residente na Avenida São Luis N.º 430, centro – União do Oeste/SC, portador da CI N. 442.402-6 e do CPF N. 305.002.147/72, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, em decorrência do processo de Dispensa de Licitação N.º 07/2017, homologado em 06/01/2017, tem justo e contratado o que segue, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

O primeiro nomeado, aqui chamado CONTRATANTE e o segundo nomeado aqui chamado CONTRATADO, sendo o segundo proprietário do imóvel situado na Avenida São Luiz - 430, nesta cidade de UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, loca ao primeiro nomeado, mediante as condições a seguir estipuladas:

1.) O Imóvel ora Locado constitui-se de em uma sala comercial contendo quatro salas e banheiros, destinado ao funcionamento das atividades da Biblioteca Pública Municipal.

2.)O prazo de locação é de 12 (doze) meses, ou seja, de janeiro à dezembro de 2017, podendo ser prorrogado mediante acordo ente as partes e de acordo com a legislação pertinente a matéria.



3.)O valor do aluguel convencionado é de R\$ 7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais), a ser pago em doze parcelas mensais de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) cada, vencendo a primeira no dia 10 de fevereiro e a última no dia 31 de dezembro de 2017. No valor hora contratado encontra-se inclusas despesas com água, luz e internet.

3.1) No caso de haver prorrogação do contrato, a o aluguel convencionado poderá sofrer reajuste de acordo com a variação do IGP\_M acumulado nos últimos doze meses.

4.)A CONTRATANTE obrigar-se-á repor materiais que por ventura serem danificados.

5.)A CONTRATANTE fica autorizada pelo CONTRATADO, a efetuar as modificações necessárias para a atividade a que se destina o presente contrato, sendo no final do prazo devolvido o imóvel nas condições em que recebeu.

6.)Estipulam as partes contratantes que do presente contrato não caberá arrependimento em hipótese alguma a menos que as partes contratantes de comum acordo dispuserem de modo contrário.

7.)Tudo aquilo que não se encontrar discriminado neste contrato será regulado pela lei em vigor atinente a matéria, e para as questões que acaso vierem a surgir e que não comportarem uma solução amigável, terão por foro a Comarca de CORONEL FREITAS -SC.

E por assim terem contratado, assinam o presente em 03 vias, em presença das testemunhas abaixo e a seguir dão cumprimento as exigências e formalidades legais.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

União do Oeste - SC, 09 de janeiro de 2017.

CELSON MATIELLO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

PEDRO LANFREDI  
CONTRATADO

Testemunhas:

01.	02
Nome: Marília Miorelli	Nome: Silvana Lazzeri Piana
CPF: 057.672.509-95	CPF: 000.246.779-81

## EXTRATO CONTRATUAL FMS N. 01/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	01/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada.:	CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Objeto .....	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO HOSPITALAR E RESÍDUOS PRODUZIDOS NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC, INCLUINDO MEDICAMENTOS VENCIDOS.
Valor .....	R\$ 19.680,00 (dezenove mil, seiscentos e oitenta reais).
Vigência .....	Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017.
Licitação .....	Tomada de Preços P/ Compras e Serviços n.º 05/2017
UNIÃO DO OESTE, 02 de janeiro de 2017.	
SUSANA SERGÍLIO DE CARVALHO	
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	



**EXTRATO CONTRATUAL N. 01/2017**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	01/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Objeto .....	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE – SC.
Valor .....	R\$ 66.840,00 (sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta reais).
Vigência .....	Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017.
Licitação .....	Tomada de Preços e Serviços n.º 05/2017
UNIÃO DO OESTE, 02 de janeiro de 2017.	
CELSO MATIELLO	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL N. 02/2017**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	02/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	RECICLEPAS SERVIÇOS DE COLETA LTDA - ME
Objeto .....	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COMPACTÁVEIS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE – SC, COM TRANSPORTE DO MESMO ATÉ O ATERRO SANITÁRIO DA EMPRESA CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, RESPONSÁVEL PELA DISPOSIÇÃO FINAL E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS COLETADOS.
Valor .....	R\$ 83.556,00 (oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e seis reais).
Vigência .....	Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017.
Licitação .....	Tomada de Preços p/ Compras e Serviços n.º 05/2017
UNIÃO DO OESTE, 02 de janeiro de 2017.	
CELSO MATIELLO	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 06/2017**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de União do Oeste

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 06/2017  
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

**RESUMO:**

LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, PARA O ANO DE 2017.

FORNECEDOR: ADILCE PANISSON DALA CORTI  
CPF: 763.575.549-87

VALOR DA LOCAÇÃO: R\$ 9.912,00 (nove mil, novecentos e doze reais).

União do Oeste, 06 de janeiro de 2017.  
CELSON MATIELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 07/2017**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de União do Oeste

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 07/2017  
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### **RESUMO:**

LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O ANO DE 2017.

FORNECEDOR: PEDRO LANFREDI  
CPF: 305.002.149/72

VALOR DA LOCAÇÃO: R\$ 7.920,00 (Sete mil, novecentos e vinte reais).

União do Oeste, 06 de Janeiro de 2017.  
CELSON MATIELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **CONTRATO 001/2017**

CONTRATO Nº: 001/2017  
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC  
CONTRATADA: CONSTRUTORA GUILHERME ARTHUR LTDA ME  
CNPJ: 20.612.502/0001-80

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a total execução da reforma, que consiste em revisão do sistema pluvial e calhas, da sede legislativa, localizada na Avenida Santa Catarina, incluindo material e mão de obra de acordo com anexos do edital.

VALOR: R\$ 3.120,00 (Três mil cento e vinte reais).

BASE LEGAL: Tomada de Preços Nº. 003/2016.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/01/2017 à 06/02/2017

União do Oeste-SC, 06 de Janeiro de 2017.

Oriberto Luiz Giachini  
Presidente

### **PORTARIA N 02/2017**

PORTARIA Nº. 02/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Ar. 64 a Lei Complementar nº 93, de 21 de setembro de 2015.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. – Conceder férias regulamentares ao servidor municipal CLAUDIO BALEN Matrícula nº. 11, ocupante do cargo de DIRETOR DA CÂMARA, de provimento efetivo, com lotação na Câmara de Vereadores, relativas ao período aquisitivo de 27.12.2015 a 26.12.2016.

Art. 2º. – Determinar que as mesmas sejam gozadas pelo período de 20 (vinte) dias consecutivos, no período de 09/01/2017 a 28/01/2017, com retorno em 29/01/2017, sendo que dez dias sejam transformados em abono pecuniário.

Art. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

União do Oeste, 05 de janeiro de 2017.  
ORIBERTO LUIZ GIACHINI  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Registrada e Publicada em data supra.

**PORTARIA N 03/2017**

PORTARIA N°. 03/2017 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei nº 93, de 21 de setembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder férias regulamentares a servidora municipal SUELEN SABINA POLLI PEGORINI Matrícula nº. 02 ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, de provimento efetivo, com lotação na Câmara de Vereadores, relativas ao período aquisitivo de 27/12/2015 a 26/12/2016.

Art. 2º. – Determinar que as mesmas sejam gozadas pelo período de 20 (vinte) dias consecutivos, no período de 09/01/2017 a 28/01/2017, com retorno em 29/01/2017, sendo que dez dias sejam transformados em abono pecuniário.

Art. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

União do Oeste, 05 de janeiro de 2017.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Registrada e Publicada em data supra.

# Urussanga

## PREFEITURA

### EDITAL PL 02 2017 PMU PR 01 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2017/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de material de limpeza. Entrega dos envelopes: até as 09h30 do dia 24/01/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 09h30 do dia 24/01/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br).

### EXTRATO DE CONTRATO N° 38/2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 38/2017

Processo de Licitação: 32/2016

Pregão Presencial nº 28/2016

Data de assinatura: 02/01/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: Farmácia Nossa Senhora da Conceição LTDA

CNPJ/CPF: 01.574.989/0001-00

Objeto: Medicamentos especiais conforme guia da farmácia – percentual de desconto, Urussanga/SC

Valor: R\$ 57.200,00

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 14/2016

Data de assinatura: 29/12/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

CNPJ/CPF: 09.427.503/0001-12

Objeto: prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Valor Global do Aditivo: R\$ 7.140,00.

# Vargeão

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 07/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 19 de janeiro de 2017 às 14h15min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição parcelada de materiais didáticos e de expediente, brinquedos e produtos para artesanato destinados ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 07/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site [www.vargeao.sc.gov.br](http://www.vargeao.sc.gov.br).

Vargeão, SC, 06 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 09/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 20 de janeiro de 2017 às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar para a rede municipal de ensino de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 09/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site [www.vargeao.sc.gov.br](http://www.vargeao.sc.gov.br). Vargeão, SC, 06 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 23 de janeiro de 2017 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço global, para contratação de empresa, para prestação de serviço a ser executada de forma contínua, para implantação de Sistema Educacional, tendo em vista a política pedagógica solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, conforme especificações, exigências, necessidades e descrições constantes do Anexo (I), visando o atendimento da clientela escolar na Rede Pública Municipal, nas áreas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações constantes no Edital de Pregão nº 08/2017. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site [www.vargeao.sc.gov.br](http://www.vargeao.sc.gov.br).

Vargeão, SC, 06 de janeiro de 2017.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017 - CONCERTO PNEUS**

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame Pregão Presencial para a contratação conforme necessidade de serviços de concerto de Pneus, montagem e desmontagem, balanceamento, alinhamento, para veículos da frota de uso da Prefeitura de Vidal Ramos e demais fundos municipais, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 03/2017, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09:00 hrs do dia 20 de janeiro de 2017.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 09:00 hrs do dia 20 de janeiro de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 06 de janeiro de 2017.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal



# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 13.668/17**

DECRETO Nº 13.668/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.  
Nomeia Diretora de Gabinete

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CLARISSE GHELLER ABATI, para exercer o cargo comissionado de Diretora de Gabinete, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete de Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.669/17**

DECRETO Nº 13.669/17, DE 5 DE JANEIRO DE 2017.  
Nomeia Chefe do PROCON

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LAURO DUARTE NETO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do PROCON, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.670/17**

DECRETO Nº 13.670/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.  
Nomeia Chefe do Departamento de Imprensa

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, NÚBIA JANAINA GARCIA, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Imprensa, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.671/17**

DECRETO Nº 13.671/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.  
Nomeia Assessor Executivo do Gabinete

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, SANDRA GORETI DE LARA, para exercer o cargo comissionado de Assessor Executivo do Gabinete, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.672/17**

DECRETO Nº 13.672/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor do Departamento de Arquitetura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, FRANCK MAYER BRANDALISE, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Arquitetura, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.673/17**

DECRETO Nº 13.673/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor de Planejamento Urbano

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Planejamento Urbano, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.674/17**

DECRETO Nº 13.674/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor de Trânsito

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, WILMAR ANTUNES PEREIRA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Trânsito, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.675/17**

DECRETO Nº 13.675/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor da ORTRAVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LUIZ HENRIQUE FREITAS MACHADO, para exercer o cargo comissionado de Assessor da ORTRAVI, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.676/17**

DECRETO Nº 13.676/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor de Segurança Operacional Aeroportuária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LUIZ CARLOS GONSALLA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Segurança Operacional Aeroportuária, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.678/17**

DECRETO Nº 13.678/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor da Procuradoria Jurídica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, TATIANE PIOVESAN, para exercer o cargo comissionado de Assessor da Procuradoria Jurídica, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.680/17**

DECRETO Nº 13.680/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor do Departamento de Compras

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LUIZ CARLOS BONDICZ, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Compras, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.681/17**

DECRETO Nº 13.681/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor do Departamento de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LUCÉLIA FEDRIGO, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Licitações, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.682/17**

DECRETO Nº 13.682/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LUCIANO CAMAROTO, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Licitações, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.683/17**

DECRETO Nº 13.683/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Administração

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, HERNANDES VEDOVATTO, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Administração, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.684/17**

DECRETO Nº 13.684/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe do Setor de Vigilância e Manutenção de Veículos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, NARCISIO KUNN, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Setor de Vigilância e Manutenção de Veículos, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.685/17**

DECRETO Nº 13.685/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, IRIO PAGANINI, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Patrimônio, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.686/17**

DECRETO Nº 13.686/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor de Cultura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, GÉDNA MELSIANA RISSI CLAUDINO, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Cultura, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.687/17**

DECRETO Nº 13.687/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor para Atividades Pedagógicas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ODIRLEI MARCELO ALFLEN, para exercer o cargo comissionado de Assessor para Atividades Pedagógicas, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.688/17**

DECRETO Nº 13.688/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor do Observatório Municipal e Museu do Vinho

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CRISTIANE MAYER CHIAPETTI, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Observatório Municipal e Museu do Vinho, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.689/17**

DECRETO Nº 13.689/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor do Núcleo de Música

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, SILVIA DE ANDRADES ZANELLA, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Núcleo de Música, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.690/17**

DECRETO Nº 13.690/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor do Departamento de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ANDREA APARECIDA BERTO, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Saúde, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.691/17**

DECRETO Nº 13.691/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor de Agricultura e Meio Ambiente

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, JOÃO LEANDRO LOCATELLI ANTUNES, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Agricultura e Meio Ambiente, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.693/17**

DECRETO Nº 13.693/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor de Infraestrutura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CLEITON RIGO, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Infraestrutura, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.694/17**

DECRETO Nº 13.694/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor de Manutenção e Preservação do Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ISRAEL ALVES RIBEIRO, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino



**DECRETO Nº 13.696/17**

DECRETO Nº 13.696/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, SILVINO DANIELLI, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.697/17**

DECRETO Nº 13.697/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Gerente Técnico da Fundação Municipal de Esportes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 001/93 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, EDERSON LEOBET, para exercer o cargo comissionado de Gerente Técnico da Fundação Municipal de Esportes, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 001/93 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.698/17**

DECRETO Nº 13.698/17, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor Executivo da Fundação Municipal de Esportes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 001/93 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, RAFAEL ANTONIO BIANCHIM, para exercer o cargo comissionado de Assessor Executivo da Fundação Municipal de Esportes, símbolo DAS-7, criado pela Lei nº 001/93 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 001/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: SERVIÇOS GUTO LTDA EPP  
CNPJ: 04.947.052/0001-20

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para prestar serviços de coleta, transporte, triagem e valorização dos resíduos domiciliares produzidos no município, tendo como base uma população de aproximadamente 5500 habitantes.

PRAZO VIGÊNCIA: O Contrato terá início a partir da data de sua assinatura com vigência do dia 02 de janeiro de 2017 até o dia 31 de janeiro de 2017 podendo ser prorrogado por períodos de 1 mês no interesse comum das partes, até que haja contratação por processo licitatório.

VALOR: O valor será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 23.951,44 (vinte e três mil e novecentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

Vitor Meireles - SC, 02 de janeiro de 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 003/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: MKM EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI EPP

CNPJ: 09.088.616/0001-30

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

PRAZO VIGÊNCIA 02/01/2017 a 31/12/2017

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), pagos em 12 parcelas de importância mensal de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

Vitor Meireles - SC, 02 de janeiro de 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0004/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI

CNPJ: 09.069.217/0001-22

OBJETO: A disponibilização ao MUNICÍPIO de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de

medicamentos e suplementos alimentares, mediante a aquisição pelo CIS-AMAVI de referidos bens e serviços nos termos e condições pactuados no presente ajuste, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

PRAZO VIGÊNCIA 01/01/2017 a 31/12/2017

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de rateio além do valor das aquisições de medicamentos e serviços.

Vitor Meireles - SC, 06 de janeiro de 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal.

### ROL DOS INSCRITOS - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES – SC  
PROCESSO SELETIVO– EDITAL 02/2016

#### ROL DOS INSCRITOS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

##### PROFESSOR DE ARTES

Nº INSC Data Nasc CANDIDATO RG  
511224 27/03/1991Anastacia Santana Goncalves 52326659  
506082 24/02/1989Gregori Mathias Soares 5091593789  
514775 28/12/1993Mikelle Anelao Pripra 4794919  
508457 05/08/1998Talita De Gracia Borges 6445470  
512641 29/09/1988Tatiana Penz Feliciano 4529471

##### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº INSC Data Nasc CANDIDATO RG  
504285 07/07/1990Amanda Bogo 53684001  
505179 22/09/1995Cristina Rengel 49358979  
511509 10/11/1982Elton Paulo 35985593  
517615 24/05/1997Fabricio Bloemer 6189379  
516121 20/11/1990Fernando Kissner 4085461  
499767 30/03/1986Jaqueline Scherer 4690087  
512758 11/08/1987Jonas Biff 4342668  
515243 31/12/1995Larissa Soethe 6645304  
504647 15/06/1973Rozane Da Silva 2628826  
505965 28/11/1990Wagner De Brito 5405544

##### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Nº INSC Data Nasc CANDIDATO RG  
500867 28/08/1990Alini Neili Masote 4744056  
516939 26/05/1969Alzira Gabriel 2499067  
501306 26/06/1993Ana Claudia Fossa 4744065  
517231 26/09/1995Angela Graziela Schafer 6190310  
502239 10/09/1995Cassiane Ignaczuk 5787927  
516024 17/10/1986Cirlei Fausto 5797133  
503560 08/06/1998Danieli Sinclair Decarli 6804680  
499508 06/11/1985Deny Elen Dos Santos 48369233  
514179 17/06/1988Edina Milena Loos 5529544  
513313 06/10/1965Eduardo Decarli 16781139  
503704 24/11/1989Elaine Beninca 4088650  
513027 15/08/1960Elisama Vieira Da Silva Miranda 43308599  
513154 22/06/1995Fernanda Barcelos 6276925  
500300 05/11/1997Giovana Aparecida Laurindo 6338989  
517496 31/03/1988Gracieli Mondini 54120616  
516527 17/04/1974Isabel Morguenroth 3394958

501334 13/01/1992Janaina Chiodini 5880281  
511898 24/07/1989Janaina Priscila Darolt Francisco 5720025  
502856 23/03/1998Jaqueline Staloch 5772768 502039  
01/07/1993Josiana Rucsinski 5772441  
500380 14/07/1990Karina Meneghelli Tomaz 4457728  
515244 31/12/1995Larissa Soethe 6645304  
508930 27/10/1975Luciane Meire Dalpra Da Silva 41879074  
505519 04/05/1991Luciara Kuhl 53689810  
516469 01/12/1982Maicon Marcelo Fossa 3693264  
507436 15/03/1979Marina De Oliveira 4342986  
516452 26/09/1991Maristela Tose 5797613  
516746 21/01/1996Monica De Oliveira 5844904  
507269 12/12/1978Noeli Sepka 4171466  
511962 16/05/1998Paloma Aparecida Bertotti 7318337  
503311 14/05/1988Patricia Hobold Zalasko 5307320  
507432 14/02/1992Patricia Tillmann 5529335  
515174 26/07/1989Priscila Marchi 52320600  
516291 27/06/1969Rosilena Medeiros Da Silva Fausto 2026454  
500308 20/09/1988Rosimeri Luzia Schutze Maiberg 5181346  
504648 15/06/1973Rozane Da Silva 2628826  
515937 16/01/1988Samira Vendrami Rodrigues 4690140  
517549 10/04/1993Taina Cirico 5307742  
498912 08/09/1997Taina Possamai 6276604  
507697 28/04/1997Tais Meneghelli 5772727  
512642 29/09/1988Tatiana Penz Feliciano 4529471  
510859 26/01/1987Thayse Tomaz 5168235  
502946 08/10/1989Vera Cristina Zwang 5548981  
511580 27/03/1973Vera Lucia Tibes De Mello 3272226  
506361 07/02/1965Zenita Ignaczuk 1420281

Vitor Meireles, 06 de janeiro de 2017.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº AM 015/2017

DECRETO Nº AM 015/2017

DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando o disposto no Ofício nº 0279/2016, de 20 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam descredenciados os seguintes monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados:

NOME CPF IDENTIDADE

Jhonatas da Silva Brizola 065.698.809-69 5.211.810

Josiane Daniela Ferreira 094.349.799-00 5.097.418

Joyce do Carmo Tavares Lima 065.055.679-84 7.678.003

Patricia Oliveira Mendes Alves 015.568.840-52 7.695.246

Thomas Dhefferson Bastos Ribeiro 996.617.802-34 5.633.129

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AM 016/2017

DECRETO Nº AM 016/2017

NOMEIA DIRETORA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a senhora LETÍCIA CARVALHO DE FARIA, brasileira, casada, jornalista, inscrita no cpf/mf sob nº 046.445.769-64, portadora da Cédula de Identidade 4.336.388, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Imprensa e Comunicação Social, lotada no Gabinete do Prefeito Municipal, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 05 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AM 017/2017

DECRETO Nº AM 017/2017

REVOGA DECRETO Nº AJG 101/2015, NOMEIA DIRETORA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Giovana Maria Weber Zandoná, brasileira, casada, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 761.065.869-34, portadora da Cédula de Identidade nº 1.786.153, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Assuntos Comunitários, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto nº AJG 101/2015, de 13 de maio de 2015.

Xanxerê/SC, 05 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AM 018/2017

DECRETO Nº AM 018/2017

NOMEIA DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E TURISMO, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o senhor WILSON NEUDI LOHMANN, brasileiro, casado, inscrito no cpf/mf sob nº 422.867.789-49, portador da Cédula de Identidade nº 1.274.394, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Empresarial e Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à

conta da dotação orçamentária própria.  
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 05 de janeiro de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº AM 019/2017**

DECRETO Nº AM 019/2017  
NOMEIA COORDENADORA DE TESOUREARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

##### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada a senhora ANADERGE MAIA DE FARIAS, brasileira, solteira, Bacharel em Ciências Contábeis, inscrito no cpf/mf sob nº 933.443.769-34, portador da Cédula de Identidade 17R-2.425.403, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Tesouraria, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 05 de janeiro de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº AM 020/2017**

DECRETO Nº AM 020/2017

REVOGA DECRETO Nº AJG 090/2013, NOMEIA COORDENADORA DE PROGRAMAS SOCIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

##### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada a senhora ROSANE TEREZINHA ZAREMSKI, brasileira, separada, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 657.574.169-04, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.784.187, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Programas Sociais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto nº AJG 090/2013, de 20 de fevereiro de 2013.

Xanxerê/SC, 05 de janeiro de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº AM 021/2017**

DECRETO Nº AM 021/2017  
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

##### **DECRETA**

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Departamento de Eventos e Lazer, FLAVIO PEREIRA, nomeado pelo Decreto nº AJG 095/2016, de 16 de maio de 2016.

Parágrafo Único. O servidor exonerado do cargo comissionado retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o decreto nº AJG 095/2016, de 16 de maio de 2016.

Xanxerê/SC, 05 de janeiro de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº AM 022/2017**

DECRETO Nº AM 022/2017  
EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

##### **DECRETA**

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Coordenadora do Departamento de Memória, Patrimônio Histórico e Difusão Cultural, MIRANGELA PALUDO BIN, nomeada pelo Decreto nº AJG 207/2016, de 04 de novembro de 2016.

Parágrafo Único. A servidora exonerada do cargo comissionado retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o decreto nº AJG 207/2016, de 04 de novembro de 2016.

Xanxerê/SC, 05 de janeiro de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº - RH AM 008/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 008/2017

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.776/91.  
RESOLVE

EXONERAR a partir de 03.01.2017, a Servidora Pública Municipal a Sra. SOLANGE FEÓ ALVES, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC., portadora do RG nº 1.786.119 e CPF nº 732.501.049-49, nomeada conforme Decretos nº JB 084/1994 e AM 072/2002 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 176.108.094-3 Espécie 57.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AM 009/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 009/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 02.01.2017 a 31.01.2017 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Ademar Isotton Junior; Alexandra Pedrosa de Campos; Alice Regina Giotti; Carmen Terezinha Zamarchi; Claudete de Fatima Anacleto; Cristiane Ortiz; Daniela Ribeiro dos Santos Meneguzzi; Denise Helena Zaffari Amoedo; Ellem Sofia Cardoso; Emilia Franciele Lopes; Franciele Brunoni; Gilmara Novello Donzelli; Heliete Fiorentini; Hugo Vladimir Noal da Silva; Jaysson Antonello; Juliana Basso Vanzin; Lidia Balbinot Cechett; Loreci de Fatima Vicari Soligo; Luciane Maria Bandeira Jardim; Marcelo Luiz Brocardo; Marcio Kornoerfer Monteiro; Marco Aurelio Orssatto Ferronato; Maria Cristina da Luz Moreschi; Marines Graine Zattera; Marli Campagnolo Linhares; Michelle Zambenedetti Barbieri; Neusa Moscon Suzana; Neuza Spigiorin; Rosane Marcia Mettler; Rosane Rigoni; Rubens Silva Amoedo; Samara Lazzari; Samelita Zandona; Sandra Laurita Z Bavaresco; Viviane Claussen; Barbara Graciele Pandolfo; Carla Regina Benedetti Benedito; Elizangela Ramos Stevkman; Maria Helena dos Santos; Rosane Terezinha de Lima da Silva; Waldereza Dalmolin; Adriana de Souza; Aline Cristina Dal Zot Rauber; Bruna Czarnovski Pozzan Verardo; Cacilda Irene Cavalheiro; Caroline

Bender; Claudete dos Santos Tessaro; Cristiane Bussaquera; Cristiane Golembieski; Edenilse Signori Bagatini; Edi Winckler; Fabiana Farias; Flavia aparecida Barbosa; Franciane Maria Schmitz Radaelli; Jonete dos Santos; Josiane Bortoluzzi Tosatti; Juliane Fatima Begotto Boscato; Karine Ferroato Pretto; Marisa Kasper Dalapossa; Marlei Terezinha Roman; Neudir Jose Lemos; Odete Terezinha Kosloski Baggio; Oneide Antonio Jaques; Regina Thomazi; Rogerio de Oliveira Junior; Rosane Pain Fraga; Rosimar Ferreira; Sandra Maria Fantin Dacheri; Sandra Ril; Silvane Aparecida Alves Miglioranza; Sonia Czarnovski; Sonia Maria de Lima; Sonia Regina Dezem; Tania Maria Alves de Mello; Tatiane Cristina Zavasschi; Valeria Patricia Turin Schulz; Sylvania Moretto; Sonia Siviero; Crisiane Biazzi Bittencourt; Samantha Roloff; Giovana Maria Weber Zandoná; Leandro Marzari Silva; Paulo Sergio Ferri da Silva; Altair Luiz Fae; Sergio Moreschi; Leodir Simonatto; Roseli Nunes de Oliveira; Rosely Ribeiro do Nascimento Sonaglio; Alexandre Rodrigues Badotti; Arisson Antonio Tosati; Carlos Martarello; Cenira Conte; Darci Wittes da Silva; Enedina M Maziero Tavares; Flavio Pereira; Giovanni Vargas; Leandro Bicigo; Luiz Vicente Paglia Junior; Marildo Pieper; Marilza Terezinha Tesser Felix; Pericles Antonio Correia; Reinaldo de Siqueira Maia; Rosimar Agda Gallon dos Passos; Sandra Cassia Lopes Mazocco; Thassio Juliano augusto Fagundes; Valdir Adilio Marical; Fernando Tavares; Simone de Ramos; Jucemara Salete Finger; Marcia Marques Andrade Werlang.

CONCEDE férias no período de 09.01.2017 a 07.02.2017 aos Servidores Municipais:

Ney Aroldo Auller Fachinello; Daniela Cristiane Rauber; Ademir Biazuz; Luiz Fernando Assis da Silva; Douglas Richard Bin;

CONCEDE férias no período de 12.01.2017 a 10.02.2017 aos Servidores Municipais:

Daniela Zamora Romero.

CONCEDE férias no período de 16.01.2017 a 14.02.2017 aos Servidores Públicos Municipais:

Julsi José Invitti; Linete Maria Brandeleiro; Neuda Maria Neres Lopes; Vera Sonia dos Santos; Letícia Maria Ogliari; Edilson Marcos Perdoncini; Michelle Garbozza Zucchi; Erico Antonio Vaiz; Fabiula Nunes de Oliveira.

CONCEDE férias no período de 23.01.2017 a 21.02.2017 aos Servidores Municipais:

Dejane Padilha; Viviane Gava; Mirangela Paludo Bin; Patricia Tessaro.

CONCEDE férias no período de 26.01.2017 a 24.02.2017 ao Servidor Municipal:

Luiz Alberto Baggio.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros a partir do dia 02.01.2016. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 04 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº - RH AM 010/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 010/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC



No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 02.01.2017 a 16.01.2017 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Andre Luiz Nora; Carmen Luiza Rodigueiro de Dequigiovani; Claudir Vellozo dos Santos; Claudir Dallalba; Claudemir Turella; Elis Francisco Vedoy; Ernesto de Lima Nunes; Israel Vaseak; Gilmar Andolfatto; Luiz Sergio Bortoluzzi; Marcelino Domingos Ferreira; Ney Roberto Isoton Dal Olmo; Neiva Maria Fava; Porcidonio de Souza; Sadi Gibikoski; Vilmar Ribeiro da Silva;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros a partir do dia 02.01.2017. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 04 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº - RH AM 011/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 011/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 02.01.2017 a 31.01.2017 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Alvaneve Fatima Moretto; Angela Teresinha Fachini Gasparini; Antonio Pagnussatto; Bruno Emilio Barcarollo; Clarice Terezinha Suzin; Claudia Siviane Favero; Deonilde Balduino; Dionisio Kohl; Edison Nilson; Elise Rosane Engers Tofolo; Elisiane Rodrigues Silveira Menegolla; Evani Carla De Quadros Valiati; Geraldo Cezar Ferreira; Jean Carlos Fiorini; Julyana Zwicker Tonial; Karlla Ferreira Pirro Filappi; Melania Zulian Fiorentin; Paulo Toriani; Ronaldo Piccoli Netto; Ronei Da Veiga Linhares; Rosangela Maria Trevisan Kohl; Salete Brizola De Jesus; Solange Vidal Da Costa Lorenzon; Valmor Jose Moreschi; Vanessa Aparecida De Castilho Correia; Vera Lucia Correa; Veronis Salete de Oliveira Gob.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 04 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº - RH AM 012/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 012/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 05.01.2017 a 03.02.2017 ao Servidor Público Municipal Sr. RICARDO ANDRE WEIS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador do RG n.º 3.450.917 e CPF n.º 007.206.769-16, nomeado conforme Decreto BLB 075/2009 no Cargo de MOTORISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 04 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº - RH AM 013/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 013/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78..

RESOLVE

CONCEDE férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sra. GABRIELA SOTILLI pelo período de 09.01.2017 a 07.02.2017, totalizando 30 (trinta) dias.

A Sra. JUCILENE GIUNTA PIVA pelo período de 09.01.2017 a 07.02.2017, totalizando 30 (trinta) dias.

A Sra. LUTÉCYA PAULA GIROLETTI pelo período de 09.01.2017 a 07.02.2017 totalizando 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 05 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA RH-AJG 039/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 039/2015

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 159/2014 QUE DESIGNAVA PARA EXERCER ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO E TRANSPORTE ESCOLAR.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3375/2011.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 159/2014 que designava para exercer atividades de fiscalização do Transporte Coletivo e Transporte Escolar ao Servidor Público Municipal Sr. VALMOR JOSÉ MORESCHI, brasileiro, separado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – SC, portador do RG nº 2.871.340 e CPF nº 788.928.059-91, nomeado conforme Decreto nº JB 278/1994 no cargo de MOTORISTA com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 159/2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 12 de Fevereiro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 001/2017

DECRETO Nº 001/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. JAIME CESAR MASIERO, ocupante do cargo comissionado de Diretor, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 002/2017

DECRETO Nº 002/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. NEIVA TEREZINHA FERRARI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Direção, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 003/2017

DECRETO Nº 003/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101

VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. EMERSON SALVAGNI, ocupante do cargo comissionado de Assessor Especial de Gabinete, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 02 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 004/2017

DECRETO Nº 004/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. EUGÊNIO FRANA PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. EUGÊNIO FRANA, portador da cédula de identidade nº 2.692.436 e CPF 777.862.629-20, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 02 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 005/2017

DECRETO Nº 005/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. SAMUEL BENCK PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004,

atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. SAMUEL ANGELO BENCK, portador do CPF nº 068.511.829-04 e RG nº 50971158, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Direção, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 006/2017

DECRETO Nº 006/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. CLAUDI BABINSKI PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. CLAUDI BABINSKI, portador do CPF nº 573.537.279-34 e RG nº 2.322.522, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Gabinete do Prefeito, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 02 de Janeiro de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 007/2017

DECRETO Nº 007/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. JAIME CESAR MASIERO PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. JAIME CESAR MASIERO, portador do CPF nº 027.225.729-07 e RG nº 4.63.362, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Administração e Finanças, gerando efeitos

a contar desta data.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 03 de Janeiro de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 008/2017

DECRETO Nº 008/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. NEIVA TEREZINHA FERRARI DE OLIVEIRA PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. NEIVA TEREZINHA FERRARI DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº 666.608.159-53 e RG nº 2.165.661-4, para exercer o cargo comissionado de Diretor Escolar, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 03 de Janeiro de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 009/2017

DECRETO Nº 009/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRTA. MAIRA LUCIA ALTENHOFEN OCUPANTE DE CARGO COMMISSIONADO DE COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Srta. MAIRA LUCIA ALTENHOFEN, ocupante de cargo comissionado de Coordenador de Controle Interno, retornando neste ato ao cargo efetivo de Fiscal Municipal, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 05 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 010/2017

DECRETO Nº 010/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. CATIA MARA COSMANN BOFF OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE TESOUREIRA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a Sra. CATIA MARA COSMANN BOFF, ocupante de cargo efetivo de Tesoureira, para exercer o cargo comissionado de Coordenador de Controle Interno, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração do Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 05 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 011/2017

DECRETO Nº 011/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. SILVANIA RABAIOLI CANESSO PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. SILVANIA RABAIOLI CANESSO, portadora da cédula de identidade nº 14/R 2.469.873 e CPF 732.407.109-00, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 09 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### PORTARIA 002/2017

PORTARIA Nº 002/2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais, a contar dos períodos aquisitivos e de gozo das férias, conforme anexo único deste decreto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 02 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativo  
ANEXO ÚNICO

Secretaria de Administração e Finanças	Período Aquisitivo	Período de Gozo
IZILDE JANDIRA PAWIOKIEVICZ FASOLO	03/02/15 a 02/02/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias

Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio	Período Aquisitivo	Período de Gozo
LUCAS CAON	12/01/16 a 11/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	Período Aquisitivo	Período de Gozo
ADRIANE DANNENHAUER	04/01/16 a 03/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ANA CHIOSSI MIRANDOLLI	02/07/15 a 01/07/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
CLEIDE SEGNETTO	11/02/16 a 10/02/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
EDINEIA FATIMA PALUDO	27/12/15 a 26/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ELENIR TICIANI	11/02/15 a 10/02/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
GEOVANI SIQUEIRA	04/01/16 a 03/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
IVANIR TERESINHA GROLI DELLAZARI	04/01/16 a 03/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JOSELAINE SCHIMIDT	10/09/15 a 09/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JUCIANE FATIMA MORETTO	03/02/16 a 02/02/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JULIANA CANTON	11/09/15 a 10/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
KATIANE MARAFON BERTAN	04/02/16 A 03/02/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias



KELIN MARI MARTINI	16/09/15 a 15/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
KERLEY BRANDELERO KIPPER	15/02/16 a 14/02/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
LEONICE GAZZOLLA DALL BELLO	08/03/15 a 07/03/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
LOIRIZANE MARIA MORETTO BALEN	25/12/15 a 24/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
LUCIVANE ONGARATTO	27/12/15 a 26/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MAITE APARECIDA BICIGO LUSSI	16/09/15 a 15/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
OSEIAS CASONATTO	10/09/15 a 09/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
RAQUEL COSMANN	06/10/15 a 05/10/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
SUELI TORTELLI TREVISAN	27/12/15 a 26/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
THAIS LUANA TRIACA	16/09/15 a 15/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
Secretaria de Saúde e Assistência Social	Período Aquissivo	Período de Gozo
ADILSON CHIOSSI	14/12/15 a 13/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ADRIANE FOREST CHIOSSI	04/11/15 a 03/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
CELMO MORA PEREIRA	12/09/15 a 11/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
CLEUSA ANA POLLI NARDINO	04/11/15 a 03/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
DILCE BUFFON TRIACA	03/03/16 a 02/03/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ELIANE DALL ACQUA	07/03/16 a 06/03/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ERONILDA DA SILVA POLLI	07/03/16 a 06/03/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
FERNANDO BORGES	19/03/15 a 18/03/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
GEAN PAULO MORES	09/09/15 a 08/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JEAN FERNANDO GANDOLFI	01/11/15 a 31/10/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
KARINE ROSSETTO	03/11/15 a 02/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MARCIO IVAN DE OLIVEIRA GONZALHES	22/10/15 a 21/10/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MARILETE LUISA PASSARELLA	13/09/15 a 12/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MARITANIA DA VEIGA	09/09/15 a 08/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MONICA CARPI DA SILVEIRA	09/09/15 a 08/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
PATRICIA CARLA BREDÁ	12/11/15 a 11/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
RONEI PAULO BERGAMIN	06/02/16 a 05/02/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
TEREZINHA APARECIDA DE SOUZA TRIACA	09/09/15 a 08/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias

Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	Período Aquissivo	Período de Gozo
ADEMIR ANTONIO PARAVISI	12/11/15 a 11/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias

ARI SPAGNOL	01/12/15 a 31/01/16	02/01/17 a 06/01/17 = 05 dias
ARI SPAGNOL	01/02/16 a 31/01/17	07/01/17 a 02/02/17 = 27 dias
CLEISSON FABIANO FOREST	01/07/15 a 30/06/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
CLEOCIR LUIZ BOENO	26/02/15 a 25/02/16	02/01/17 a 09/01/17 = 08 dias
CLEOCIR LUIZ BOENO	26/02/16 a 25/02/17	10/01/17 a 31/01/17 = 22 dias
CLEZIOMAR SIQUEIRA	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
CLOVIS ANTONIO TELÓ	03/02/14 a 02/02/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
DELMAR DALL BELLO	14/12/14 a 13/12/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
DIEGO FRANA	26/01/16 a 25/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
GELMIRO SEGNETTO	14/12/14 a 13/12/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
GILMAR JOSÉ BERGAMIN	02/01/15 a 01/01/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
GILVIAN GARBINI	01/10/14 a 30/09/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
IVONIR VIERO	14/12/14 a 13/12/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JOSE SEBASTIAO RIBEIRO BUENO	14/12/15 a 13/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JOSE SILVIO ZANANDRÉA	12/12/15 a 11/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
UDECIR FRANA	01/06/15 a 31/05/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
VALDEMAR DALL BELLO	01/12/15 a 30/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
Centro de Referência de Assistência Social	Período Aquissivo	Período de Gozo
GERSIANE CIOTTA	14/08/15 a 13/08/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MERYEN ANDRINE RENOSTRO MARTINS DE QUADROS	23/03/15 a 22/03/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
Conselho Tutelar	Período Aquissivo	Período de Gozo
SOLENI BICIGO PALUDO	11/01/16 a 10/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias

**PORTARIA 003/2017**

PORTARIA Nº 003/2017

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO E COORDENAÇÃO DA EEF (ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL) MEDIANEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal, Sra. NEIVA TEREZINHA FERRARI DE OLIVEIRA, para responder pela Direção e Coordenação da EEF (Escola de Ensino Fundamental) Medianeira no Distrito de Linha Das Palmeiras - Município de Xavantina, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.



Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 03 de Janeiro de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### **PORTARIA 004/2017**

PORTARIA Nº 004/2017  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal, Srta. MAIRA LUCIA ALTENHOFEN, para responder pelo Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Xavantina.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 05 de Janeiro de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### **PP 001/2017 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 PMXV

Objeto: Contratação de empresa(s) para prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das redes municipal e estadual de ensino, conforme especificações constantes nos Anexos "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 15:00 horas do dia 20/01/2017.

Abertura: dia 20/01/2017, às 15:30 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 09 de janeiro de 2017.  
ENOIR FAZOLO,  
Prefeito Municipal.

#### **TP 001/2017 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA SERVIÇOS Nº 001/2017 PMXV

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de forma continuada de serviços em gestão, consultoria e auditoria nas áreas administrativa, legislativa, tributária, gestão de recursos humanos ao Gabinete do Prefeito Municipal, conforme especificações constantes nos Anexos deste Edital.

Forma da Tomada de Preços: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 09:30 horas do dia 24/01/2017.

Abertura: dia 24/01/2017, às 10:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 09 de janeiro de 2017.  
ENOIR FAZOLO,  
Prefeito Municipal.

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 016

DECRETO Nº. 016/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 05 de janeiro de 2017, o Sr. DAVI PROVENZI MACHADO, CPF: 007.478.019-08, no cargo comissionado de DIRETOR GERAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto 019

DECRETO Nº. 019/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 04 de janeiro de 2017, o Sr. SADI FOPPA, CPF: 194.904.459-91, no cargo comissionado de DIRETOR DE PATRIMONIO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli  
Secretário Municipal de Administração

### DECRETO Nº 01/2017 ALTERA O DECRETO Nº 332/2016, QUE ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 01/2017

ALTERA O DECRETO Nº 332/2016, QUE ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Fica acrescido o inciso VI, ao artigo 1º do Decreto nº 332, de 05 de outubro de 2016, conforme segue:

“Art. 1º Fica estabelecido pelo presente decreto, horário de funcionamento dos Serviços Públicos Municipais, a partir de 10 de outubro de 2016, com expediente das 07h às 13:00h, exceto:

[...]

VI – Entre os dias 02 e 13 de janeiro de 2017, o centro administrativo municipal (prefeitura) adotará expediente unicamente interno, ressalvado casos de urgência ou fundada motivação.”

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 02 de janeiro de 2017.

Lirio Dagort  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Silas David Parisotto  
Procurador Geral do Município

# Associações

## AMERIOS

### BALANCETE MENSAL AMERIOS DEZEMBRO - 2016

#### Associação dos Municípios do Entre-Rios

Página: 1

Balancete de Verificação de 01/12/2016 a 31/12/2016

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
19	01	ATIVO	2.057.206,68	170.359,38	243.198,80	1.984.367,26
27	01.01	ATIVO CIRCULANTE	598.118,26	170.359,38	243.198,80	525.278,84
35	01.01.01	DISPONIBILIDADES	570.796,23	134.190,55	198.339,61	506.647,17
43	01.01.01.01	BANCO DO BRASIL S.A 3315-4	569.883,86	134.061,38	198.339,61	505.605,63
51	01.01.01.03	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	912,37	129,17	0,00	1.041,54
167	01.01.04	ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS	27.322,03	36.168,83	44.859,19	18.631,67
205	01.01.04.04	Adiantamento de 13º Salário	27.062,43	0,00	27.062,43	0,00
213	01.01.04.05	Adiantamento de Férias	0,00	36.168,83	17.537,16	18.631,67
5240	01.01.04.06	Adiantamento 13º Sal. Maternidade	259,60	0,00	259,60	0,00
345	01.02	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.459.088,42	0,00	0,00	1.459.088,42
418	01.02.06	IMOBILIZADO	1.459.088,42	0,00	0,00	1.459.088,42
426	01.02.06.01	Imóveis	87.971,65	0,00	0,00	87.971,65
434	01.02.06.02	Móveis e Utensílios	153.699,00	0,00	0,00	153.699,00
442	01.02.06.03	Veículos	104.251,39	0,00	0,00	104.251,39
450	01.02.06.04	Máquinas e Equipamentos	17.007,00	0,00	0,00	17.007,00
469	01.02.06.05	Equipamento de Informática	96.159,38	0,00	0,00	96.159,38
477	01.02.06.08	Predio	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
507	02	PASSIVO	1.871.825,84	162.391,58	162.380,27	1.871.814,53
515	02.01	PASSIVO CIRCULANTE	147,67	162.391,58	162.380,27	136,36
531	02.01.02	FORNECEDORES	0,00	42.993,12	42.993,12	0,00
4065	02.01.02.03	Medtab Segurança no Trabalho Ltda	0,00	192,00	192,00	0,00
4073	02.01.02.04	Adyr Jorge Wildner	0,00	1.325,89	1.325,89	0,00
4090	02.01.02.06	Geoterra Serviços Topograficos s/s Ltda	0,00	9.150,00	9.150,00	0,00
4103	02.01.02.07	Fecam	0,00	560,00	560,00	0,00
4111	02.01.02.08	Abastecedora FAE	0,00	1.418,37	1.418,37	0,00
4120	02.01.02.09	Patrimonial Segurança	0,00	252,98	252,98	0,00
4138	02.01.02.10	Celest Distribuidora	0,00	1.253,17	1.253,17	0,00
4146	02.01.02.11	Casan	0,00	146,37	146,37	0,00
4162	02.01.02.13	Oi S.A	0,00	462,49	462,49	0,00
4170	02.01.02.14	Infopoint Comercio de Equipamentos	0,00	2.356,32	2.356,32	0,00
4219	02.01.02.18	MHNET Telecomunicações Eireli	0,00	149,90	149,90	0,00
4235	02.01.02.20	Nairo Cezar Morandini	0,00	1.512,15	1.512,15	0,00
4260	02.01.02.23	Valquiria Astrigi	0,00	4.461,53	4.461,53	0,00
4405	02.01.02.29	Refrigeração Mozer Ltda ME	0,00	190,00	190,00	0,00
4448	02.01.02.33	Auto Mecanica Rieger Ltda	0,00	463,43	463,43	0,00
4480	02.01.02.37	Keli Fernanda Luiz	0,00	310,00	310,00	0,00
4570	02.01.02.46	Tim Celular S/A	0,00	800,00	800,00	0,00
4634	02.01.02.49	Grafisul Comunicação Visual ME	0,00	280,00	280,00	0,00
4774	02.01.02.54	Santa Catarina Informatica Ltda	0,00	286,05	286,05	0,00
4804	02.01.02.56	Adriana Stefani MEI	0,00	1.512,15	1.512,15	0,00
5053	02.01.02.72	Marlei de Fátima A. do Nascimento	0,00	660,38	660,38	0,00
5142	02.01.02.80	Arnildo Luiz Kollet Soc. Individual de Ad	0,00	6.142,40	6.142,40	0,00
5215	02.01.02.87	Azevedo Projetos e Construção Ltda	0,00	5.870,31	5.870,31	0,00
5223	02.01.02.88	Restaurante De Gusta Ltda ME	0,00	3.084,00	3.084,00	0,00
5266	02.01.02.89	Prefeitura de Iraceminha	0,00	153,23	153,23	0,00
558	02.01.03	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	147,67	61.562,74	61.551,43	136,36
566	02.01.03.01	Cofins , PIS e CSLL a Recolher	0,00	26,97	26,97	0,00
574	02.01.03.02	Cofins S/Rendimentos a Recolher	147,67	147,67	136,36	136,36
590	02.01.03.04	Irrf a Recolher	0,00	11.748,81	11.748,81	0,00
604	02.01.03.05	Inss a Recolher	0,00	40.982,43	40.982,43	0,00
612	02.01.03.06	Fgts a Recolher	0,00	7.758,34	7.758,34	0,00
625	02.01.03.08	Iss a Recolher	0,00	201,95	201,95	0,00
4618	02.01.03.09	Pis S/ Folha a Recolher	0,00	696,57	696,57	0,00
639	02.01.04	CONTAS A PAGAR	0,00	57.835,72	57.835,72	0,00
640	02.01.04.01	Salários	0,00	39.238,53	39.238,53	0,00
4340	02.01.04.12	Contribuição AAB	0,00	116,00	116,00	0,00
4359	02.01.04.13	Seguros de Vida	0,00	290,27	290,27	0,00
5231	02.01.04.15	Decimo Terceiro a Pagar	0,00	18.190,92	18.190,92	0,00
795	02.03	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.871.678,17	0,00	0,00	1.871.678,17
850	02.03.04	RESULTADOS SOCIAIS	1.871.678,17	0,00	0,00	1.871.678,17
875	02.03.04.03	Superávit/déficit do exercício	1.871.678,17	0,00	0,00	1.871.678,17
892	03	RECEITAS	(1.524.499,46)	0,00	134.207,44	(1.658.706,90)
906	03.01	CONTRIBUIÇÕES ASSOCIADOS	(1.459.773,48)	0,00	132.706,68	(1.592.480,16)
914	03.01.01	Município de Bom Jesus do Oeste	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
2160	03.01.01.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
922	03.01.02	Município de Caibi	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
2194	03.01.02.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
930	03.01.03	Município de Cunhataí	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
04/01/2017 11:17:00

## Associação dos Municípios do Entre-Rios

### Balancete de Verificação de 01/12/2016 a 31/12/2016

Página: 2

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
2224	03.01.03.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
949	03.01.04	Município de Cunha Porã	(85.280,58)	0,00	7.752,78	(93.033,36)
2259	03.01.04.01	Contribuições Mensais	(85.280,58)	0,00	7.752,78	(93.033,36)
957	03.01.05	Município de Flor do Sertão	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
2283	03.01.05.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
965	03.01.06	Município de Iraceminha	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
2313	03.01.06.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
973	03.01.07	Município de Maravilha	(308.456,83)	0,00	28.041,53	(336.498,36)
2348	03.01.07.01	Contribuições Mensais	(308.456,83)	0,00	28.041,53	(336.498,36)
981	03.01.08	Município de Modelo	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
2372	03.01.08.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
990	03.01.09	Município de Palmitos	(97.636,33)	0,00	8.876,03	(106.512,36)
2402	03.01.09.01	Contribuições Mensais	(97.636,33)	0,00	8.876,03	(106.512,36)
1007	03.01.10	Município de Riqueza	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
2437	03.01.10.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
1010	03.01.11	Município de Saltinho	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
2461	03.01.11.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3204	03.01.12	Município de Saudades	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3212	03.01.12.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3263	03.01.13	Município de Sta Terezinha do Progresso	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3271	03.01.13.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3328	03.01.14	Município S.M. da Boa Vista	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3336	03.01.14.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3387	03.01.15	Município de Tigrinhos	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3395	03.01.15.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3441	03.01.16	Município Romelandia	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3450	03.01.16.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3506	03.01.17	Município de Campo Ere	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
3514	03.01.17.01	Contribuições Mensais	(69.171,41)	0,00	6.288,31	(75.459,72)
1040	03.05	OUTRAS RECEITAS	(3.814,56)	0,00	16,89	(3.831,45)
1080	03.05.08	Receitas Diversas	(3.814,56)	0,00	0,00	(3.814,56)
5274	03.05.10	Descontos obtidos	0,00	0,00	16,89	(16,89)
1147	03.06	RECEITAS PATRIMONIAIS	(60.911,42)	0,00	1.483,87	(62.395,29)
1155	03.06.01	Rendimentos de Aplicação	(59.711,42)	0,00	1.183,87	(60.895,29)
1171	03.06.03	Aluguéis de espaços para eventos	(1.200,00)	0,00	300,00	(1.500,00)
1252	04	CUSTOS E DESPESAS	(1.339.118,62)	207.035,55	0,00	(1.546.154,17)
1260	04.01	CUSTOS	(3.500,00)	0,00	0,00	(3.500,00)
1279	04.01.01	Organização de cursos e palestras	(3.500,00)	0,00	0,00	(3.500,00)
1406	04.02	DESPESAS COM PESSOAL	(547.038,92)	123.782,18	0,00	(670.821,10)
1422	04.02.02	Ordenados e Salários	(537.875,19)	46.376,44	0,00	(584.251,63)
1449	04.02.04	Férias	(9.163,73)	23.280,88	0,00	(32.444,61)
1457	04.02.05	13º Salário	0,00	54.124,86	0,00	(54.124,86)
3115	04.03	Obrigações Patronais	(232.884,94)	38.227,25	0,00	(271.112,19)
1481	04.03.01	Pis/Pasep	(5.529,85)	696,57	0,00	(6.226,42)
1465	04.03.02	Inss	(178.618,98)	29.772,34	0,00	(208.391,32)
1473	04.03.03	Fgts	(48.736,11)	7.758,34	0,00	(56.494,45)
1546	04.04	FORNECEDOR / PRESTADOR TERCEIROS	(250.298,40)	15.434,30	0,00	(265.732,70)
1550	04.04.01	Pessoa Física	(225.916,40)	7.779,75	0,00	(233.696,15)
1562	04.04.03	Pessoa Jurídica	(24.382,00)	7.654,55	0,00	(32.036,55)
1570	04.05	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(153.182,09)	9.724,83	0,00	(162.906,92)
1880	04.05.01	Luz	(14.678,24)	1.253,17	0,00	(15.931,41)
1885	04.05.02	Água e Esgoto	(2.534,25)	146,37	0,00	(2.680,62)
1902	04.05.03	Telefone	(14.568,85)	1.279,38	0,00	(15.848,23)
1589	04.05.04	Combustíveis	(5.078,54)	1.418,37	0,00	(6.496,91)
1597	04.05.05	Manutenção de Veículos	(1.707,14)	463,43	0,00	(2.170,57)
1915	04.05.06	Material de Escritório	(10.668,24)	0,00	0,00	(10.668,24)
1619	04.05.08	Manutenção Informática	(8.988,54)	0,00	0,00	(8.988,54)
1940	04.05.09	Correios	(50,05)	0,00	0,00	(50,05)
1920	04.05.10	Material de Higiene e Limpeza	(6.028,63)	511,57	0,00	(6.540,20)
1990	04.05.11	Mantimentos para Copa	(7.261,16)	814,32	0,00	(8.075,48)
1985	04.05.12	Locação de Sistemas Informatizados	(9.010,00)	860,00	0,00	(9.870,00)
1905	04.05.14	Seguros	(1.870,75)	0,00	0,00	(1.870,75)
4650	04.05.17	Material de Expediente	(21.595,21)	391,30	0,00	(21.986,51)
1651	04.05.19	Viagens	(49,00)	0,00	0,00	(49,00)
4049	04.05.22	Vigilância e Monitoramento	(3.080,00)	280,00	0,00	(3.360,00)
4308	04.05.23	Despesas com Internet	(1.648,90)	149,90	0,00	(1.798,80)
4626	04.05.24	Despesas Serviços Gráfica	(1.865,94)	0,00	0,00	(1.865,94)
4677	04.05.25	Despesas com Segurança de Trabalho	(1.584,00)	192,00	0,00	(1.776,00)
4723	04.05.26	Materiais Elétricos	(3.197,55)	0,00	0,00	(3.197,55)

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor  
04/01/2017 11:17:00

**Associacao dos Municipios do Entre-Rios**  
**Balancete de Verificação de 01/12/2016 a 31/12/2016**

Página: 3

Código	Classificação	Nome	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
4782	04.05.27	Serviços de Processamento de dados	(975,00)	620,00	0,00	(1.595,00)
4901	04.05.28	Material de Processamento de Dados	(4.236,58)	0,00	0,00	(4.236,58)
4910	04.05.29	Serviços de Impressão de Copias	(9.063,98)	1.345,02	0,00	(10.409,00)
4928	04.05.30	Outros Materias Consumo	(1.202,99)	0,00	0,00	(1.202,99)
4936	04.05.31	Material de Consumo	(2.238,55)	0,00	0,00	(2.238,55)
5061	04.05.32	Assessoria Advocacia	(20.000,00)	0,00	0,00	(20.000,00)
1872	04.06	DESPESAS GERAIS	(146.068,11)	19.432,23	0,00	(165.500,34)
1930	04.06.01	Manutenção e reparos	(6.599,05)	7.045,00	0,00	(13.644,05)
1980	04.06.02	Diversas	(10.153,83)	0,00	0,00	(10.153,83)
1925	04.06.04	Assinatura e Publicade jornais e revistas	(740,00)	0,00	0,00	(740,00)
1955	04.06.05	CREA/SC	(537,38)	0,00	0,00	(537,38)
1960	04.06.06	CAU/SC	(438,81)	0,00	0,00	(438,81)
1998	04.06.08	Seminários, Congressos, Simpósios	(10.910,00)	0,00	0,00	(10.910,00)
2950	04.06.09	Brindes	(3.687,82)	0,00	0,00	(3.687,82)
4596	04.06.10	Despesas Topografia e Agrimensura	(100.650,00)	9.150,00	0,00	(109.800,00)
4758	04.06.11	Despesas com Gas	(478,73)	0,00	0,00	(478,73)
4847	04.06.12	Seguros	(3.298,15)	0,00	0,00	(3.298,15)
1935	04.06.20	Lanches e refeições	(5.716,79)	3.084,00	0,00	(8.800,79)
4669	04.06.32	Despesas com manutenção Jardim	(510,00)	0,00	0,00	(510,00)
4685	04.06.33	Despesa com Passagem	(214,35)	0,00	0,00	(214,35)
4693	04.06.34	Serv.de Man.,Lav. e Consertos em Veiculos	(987,00)	0,00	0,00	(987,00)
4707	04.06.35	Despesa com Plotagem	(741,20)	0,00	0,00	(741,20)
4960	04.06.36	Outros Serviços	(405,00)	0,00	0,00	(405,00)
5258	04.06.37	Multas de Transito	0,00	153,23	0,00	(153,23)
3140	04.09	PERDAS DE CAPITAL	(1.025,00)	0,00	0,00	(1.025,00)
4898	04.09.01	BAIXA BENS INSERVIVEIS	(1.025,00)	0,00	0,00	(1.025,00)
1686	04.12	MATERIAIS	(225,00)	0,00	0,00	(225,00)
1805	04.12.12	Outros materiais	(225,00)	0,00	0,00	(225,00)
1813	04.14	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(2.317,00)	136,36	0,00	(2.453,36)
1848	04.14.03	Tributos e Contribuições	(2.317,00)	136,36	0,00	(2.453,36)
2000	04.15	Tarifas Bancárias	(2.579,16)	298,40	0,00	(2.877,56)
2011	04.15.02	Tarifas Bancárias	(2.579,16)	298,40	0,00	(2.877,56)

ADRIANA ESTEFANI

Contador

CPF: 692.878.649-34

CRC: 1.SC-021143/0-2

ROGÉRIO PERIN

Outros

CPF: 024.900.719-39

ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE-RIOS

contábil SCI VISUAL Sucessor

04/01/2017 11:17:00



**AMOSC****ATA AMOSC 341**

ATA Nº 341/17

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, as nove horas, no Auditório da AMOSC, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, os Prefeitos da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, CNPJ nº 82.805.961/0001-38, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, Chapecó - SC, com registro de presença em livro próprio. O Prefeito de Formosa do Sul Rudimar Conte, na forma estatutária, deu abertura aos trabalhos, conforme Edital nº 05/2016, que trata da convocação da presente Assembleia. Iniciando os trabalhos passou-se a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o mandato de 2017, sendo suspensos os trabalhos, visando a composição das chapas para que os partidos possam indicar seus representantes. Na retomada dos trabalhos foi apresentado o registro da chapa da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A chapa única registrada e eleita por aclamação e empossada para o período 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 da AMOSC ficou assim constituída: Presidente: Janete Paravizi Bianchin, CPF nº 798.515.849-91, Prefeita de Arvoredo, 1º Vice-Presidente: Rudi Miguel Sander, Prefeito de São Carlos, 2º Vice-Presidente: Mario Afonso Woitexem, Prefeito de Pinhalzinho, 3º Vice-Presidente: Glauber Burtet, Prefeito de Caxambu do Sul, 1º Secretário: Juares Bet, Prefeito de Planalto Alegre, 2º Secretário: Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó, Conselho Fiscal - Efetivos: Neuri Meurer, Prefeito de Irati, Dorildo Pegorini, Prefeito de Jardinópolis, Luiz Clovis Dal Piva, Prefeito de Guatambu, Rudimar Conte, Prefeito de Formosa do Sul e Ricardo Rolim de Moura, Prefeito de Águas Frias Conselho Fiscal - Suplentes: Carlos Alberto Tozzo, Prefeito de Cordilheira Alta, Nédio Antônio Cassol, Prefeito de Nova Erechim, Leonir Antonio Hentges, Prefeito de Águas de Chapecó, Celso Matiello, Prefeito de União do Oeste e Izeu Jonas Tozetto, Prefeito de Coronel Freitas. Foram indicados para compor a chapa que concorrem a eleição da FECAM, ARIS, CIGA e EGEM: Éder Ivan Marmitt, Prefeito de Sul Brasil; Rudi Miguel Sander, Prefeito de São Carlos; Marciano Mauro Pagliarini, Prefeito de Nova Itaberaba e Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó indicado para diretoria da ARIS. Ato contínuo foi nomeado para responder interinamente pelo cargo de Secretário Executivo o Jorge César Drews CPF nº 852.047.659-72 para praticar atos administrativos e a movimentação financeira da AMOSC com apenas uma assinatura. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos Prefeitos presentes. Chapecó, SC, 06 de janeiro de 2017.



# Consórcios

## CIDEMA

### ATA CIDEMA 57

ATA Nº 57/17

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, as nove horas, no Auditório da AMOSC, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, os Prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e do Meio Ambiente - CIDEMA, CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Centro, Chapecó - SC, com registro de presença em livro próprio. O Prefeito de Pinhalzinho Mario Afonso Woitexem, na forma estatutária, deu abertura aos trabalhos, conforme Edital nº 03/2016, que trata da convocação da presente Assembleia. Em seguida passou-se a apresentação e registro da chapa da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o mandato de 2017. A chapa única registrada, eleita por aclamação e empossada para o período 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 do CIDEMA ficou assim constituída: Presidente: Mario Afonso Woitexem, CPF nº 449.194.929-87, Prefeito de Pinhalzinho; 1º Vice-Presidente: Glauber Burtet, Prefeito de Caxambu do Sul; 2º Vice-Presidente: Ricardo Rolim de Moura, Prefeito de Águas Frias; 1º Secretário: Julcimar Antonio Lorenzetti, Prefeito de Santiago do Sul; 2º Secretário: Dorildo Pegorini, Prefeito de Jardinópolis; Conselho Fiscal - Efetivos: Carlos Alberto Tozzo, Prefeito de Cordilheira Alta; Darci Cerizolli, Prefeito de Serra Alta; e Éder Ivan Marmitt, Prefeito de Sul Brasil; Conselho Fiscal - Suplentes: Rudimar Conte, Prefeito de Formosa do Sul; Juares Bet, Prefeito de Planalto Alegre e Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó. Ato contínuo foi nomeado para responder interinamente pelo cargo de Diretor Executivo o Morciel de Araújo Faraum, CPF nº 028.455.019-19 para praticar atos administrativos e a movimentação financeira do CIDEMA. Como nada mais havia a tratar o Presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos Prefeitos presentes. Chapecó, SC, 06 de janeiro de 2017.

## CIMCATARINA

### ATO DELEGATÓRIO 0001/2017

	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE ESTADO DE SANTA CATARINA
--	--

#### Ato Delegatório 0001/2017

Informamos Vossa Senhoria por meio deste, os poderes de conta corrente a serem cadastrados para movimentação financeira para o CNPJ n.º 12.075.748/0001-32 do Consórcio Intermunicipal Catarinense- CIMCATARINA. As contas cadastradas sob o CNPJ acima, serão movimentadas mediante assinatura do Diretor Financeiro Sr. Luiz Fernando Raldi CPF 007.140.999-88 RG. 4.059.572 e do Diretor Executivo Sr. Elói Ronnau CPF n.º 590.962.419.91 e RG. N.º 1.917.493.

Salientamos que as movimentações financeiras serão assinadas em conjunto dos 02 (dois) Diretores acima citados, sendo a primeira assinatura do Diretor Financeiro e a segunda do Diretor Executivo, com exceção da consulta a saldos e extratos, que podem ser consultados de forma individual.

Os Poderes a serem cadastrados são os seguintes:

EMITIR CHEQUES  
ABRIR CONTAS DE DEPOSITO  
AUTORIZAR COBRANCA  
UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOE  
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO  
SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES  
REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES  
AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOE  
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS  
ENDOSSAR CHEQUE  
REQUISITAR CARTAO ELETRONICO  
MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTAO ELETRON  
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES  
CANCELAR CHEQUES  
BAIXAR CHEQUES  
EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS  
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS  
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE  
EFETUAR SAQUES - BB RURAL RAPIDO  
EFETUAR SAQUES - POUPANCA

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO  
EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO  
EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG  
CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU  
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANC  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS,EXCETO INVESTIMENTO  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO

EMITIR COMPROVANTES  
EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE  
EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMER  
FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS  
ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO  
CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO  
CARTAO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSF MEIO  
AUTORIZAR ADESAO E MOVIMENTACAO DE PONTOS  
ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO

Florianópolis 02 de janeiro de 2017

Atenciosamente,

Luciano Paganini Elói Ronnau Presidente do Cimcatarina Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi  
Diretor Financeiro

### **RESOLUÇÃO 0005\_2017**

Resolução n. 0005/2017

Dispõe sobre nomeação do cargo em comissão de Diretor Jurídico.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr.Luciano Paganini, Prefeito Municipal de Iomerê, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

#### **RESOLVE:**

Art.1º Nomear o Sr. LUIS FELIPE BRAGA KRONBAUER, brasileiro, solteiro, portador de RG n. 5.469.812-0, inscrito no CPF sob n. 068.878.149-78, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, SC, para exercer cargo em comissão de Diretor Jurídico, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º. A nomeação prevista nesta Resolução deverá ser levada a apreciação da Assembléia Geral do Consórcio CIMCATARINA, para ratificação, nos termos do artigo 23, VII, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 09 de janeiro de 2017.

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito de Iomerê  
Presidente do CIMCATARINA

**CIS/AMMVI****CONTRATO 001-2017 MEDILAR IMP. DISTRIB. PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2017.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES S/A, pessoa jurídica, com sede na rua Norberto Otto Wild, nº 420, no bairro Imigrante, na cidade de Vera Cruz/ RS, inscrita no CNPJ nº 07.752.236/0001-23, neste ato representado pelo Sr. Christian de Freitas, inscrito no CPF nº 830.160.070-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecedor**

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados “Secretarias Municipais de Saúde”, conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos será pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar

o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação “VENDA PROIBIDA”, conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irreversível.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos

químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 119.857,50 (Cento e dezenove mil e oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;

b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;

c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;

d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;

e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;

f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;

g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;

h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do

Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente



do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interdito ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da

execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 05 de janeiro de 2017.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADO

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES S/A Christian de Freitas

#### CONTRATO 002-2017 ILG COMERCIAL LTDA. ME

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, ILG COMERCIAL LTDA - ME, pessoa jurídica, com sede na rua Itacolomi, nº 377, sala 01, na cidade de Pato Branco/PR, inscrita no CNPJ nº 20657.155/0001-02, neste ato representado pela Sra. Ingrid Ruth Hegele Grams, inscrita no CPF nº 240.674.909-68, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no Pregão Eletrônico - Licitação nº 007/2016, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI, conforme descrição no Edital, compreendendo:

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fornecimento

2.1. As aquisições serão realizadas mensalmente, a partir da publicação da Ata de Registros de Preço, até o 10º (décimo) dia de cada mês, conforme emissão de requisição de entrega.

2.2. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA em até quatorze (14) locais do Estado, denominados "Secretarias Municipais de Saúde", conforme endereços discriminados no Edital da Licitação (ANEXO II), observando-se a programação estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc.

2.4. A CONTRATADA fica obrigada, também, a efetuar as entregas extraordinárias, quando houver, respeitando o prazo estipulado no item anterior.

2.5. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8:00h às 17:00h. Qualquer entrega fora desse prazo será devolvida. O recebimento dos produtos sedará



pelo farmacêutico e/ou responsável de cada Secretaria Municipal de Saúde, nos locais especificados no Anexo II do Instrumento Convocatório da licitação.

2.6. Quando a CONTRATADA for distribuidora, portanto não titular do registro do medicamento no Ministério da Saúde, a nota fiscal deverá vir acompanhada de documento com data recente, comprovando autorização legal específica do titular para comercialização daquele produto (Portarias MS nº 2814, de 29.05.98, e nº 802 de 07/04/99).

2.7. A nota fiscal deverá vir acompanhada do(s) laudo(s) analítico(s) dos lotes entregues, emitido(s) pelo fabricante, e cópia do Diário Oficial da União, onde consta o número do registro do produto no Ministério da Saúde. O laudo analítico deverá comprovar o atendimento às especificações previstas pela(s) farmacopéia(s) para o princípio ativo e forma farmacêutica.

2.8. Todas as notas fiscais devem conter o número do lote de compra junto à discriminação do item, conforme especificado na requisição de entrega, o nome da Secretaria Municipal de Saúde recebedora e o endereço do local de entrega, a fim de evitar possíveis trocas de mercadorias. A liberação da nota fiscal para fins de pagamento estará condicionada ao atendimento dessas exigências.

2.9. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.10. Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos medicamentos em que o prazo de validade total for inferior a 01 (um) ano. Caso contrário, se necessário, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

2.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a regulamentação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor.

2.12. Os rótulos ou os cartuchos devem apresentar a observação "VENDA PROIBIDA", conforme artigo 7ª da Portaria nº 2814, de 29/05/1998.

2.13. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas, quando for o caso.

2.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias.

2.15. As embalagens primárias dos medicamentos (Ampolas, blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

2.16. No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre no bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento.

2.17. Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

2.18. Os medicamentos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros e equipos para aplicação, transferência

ou infusão, quando for o caso.

2.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.

2.20. Os dados constantes nas embalagens de transporte, no que se referem ao lote, a data de validade e a de fabricação, o nome do produto, o quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

2.21. Preferencialmente, deverão ser encaminhados, no máximo, três lotes por produto, visando a facilitar o controle, por lote, no recebimento, armazenamento e distribuição. Nos casos em que as quantidades adquiridas excederem ao número de unidades fabricadas por lote, aceitar-se-á o número de lotes suficientes para atendimento do pedido. Os números dos lotes com as respectivas quantidades entregues deverão estar especificados na Nota Fiscal.

2.22. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para este CONTRATANTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis a partir da data de notificação.

2.23. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.24. Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos medicamentos, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE e cumprindo o prazo previsto neste contrato para conclusão da entrega do(s) medicamento(s).

2.25. As caixas e volumes nos quais os produtos vierem acondicionados deverão estar em perfeito estado, livres de poeira, caso contrário, a mercadoria não será recebida.

2.26. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagem primária e secundária, de acordo com a publicação do registro no Ministério da Saúde.

2.27. A CONTRATADA deverá entregar o produto na marca cotada na licitação, caso contrário ser-lhe-ão aplicadas às penalidades previstas neste contrato e no item 14.1 do Edital de Licitação.

2.28. O recebimento dos produtos será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação e neste contrato.

2.29. Caso não cumprido as exigências deste Contrato ou do Edital, a CONTRATADA será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes no Edital da Licitação, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e/ou no item 14.1 do Edital.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Do Transporte dos Produtos

3.1. O acondicionamento e transporte da(s) mercadoria(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser

apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

3.2. O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as "Boas Práticas de Transporte Produtos Farmacêuticos".

3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.4. Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

3.5. Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria poderá ser recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, porém, imediatamente será solicitada a CONTRATADA a troca dos medicamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

3.6. A CONTRATADA será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Notas de Fornecimento

4.1. Além das condições estabelecidas na Cláusula Segunda deste Contrato, as notas para comprovação do efetivo fornecimento do objeto deverão conter obrigatoriamente a data de entrega, o destino, a identificação do recebedor, a descrição completa dos itens fornecidos, o valor unitário e total e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento e conferência e do responsável pela entrega.

4.2. As referidas notas, emitidas pela CONTRATADA, serão preenchidas pela mesma, em duas vias, no ato do fornecimento, entregando uma ao Município para controle do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUINTA – Dos Benefícios e Descontos

5.1. Durante a vigência do contrato decorrente desta Licitação, sempre que o preço à vista, ofertado pela CONTRATADA no mercado, for menor que o preço contratado com o CISAMVI, prevalecerá o valor à vista.

#### CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

6.1. Os preços do fornecimento objeto deste contrato são aqueles decorrentes da proposta vencedora do certame, constante do Registro de Preços, qual seja:

6.2. Os preços contratados nos termos do processo licitatório, não sofrerão reajustes.

6.3. Fica ressalvada a aplicação do disposto nos artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, no interesse do CISAMVI.

6.4. Independentemente de solicitação, o CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na licitação, em virtude de redução dos preços de

mercado.

6.5. A critério do CONTRATANTE, o(s) item(ns) ora contratado(s) poderá(ão) ter seu registro cancelado(s) por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

6.6. O valor total estimado deste contrato é de R\$ 40.014,60 (Quarenta mil e quatorze reais e sessenta centavos).

6.7. No(s) valor(es) acima já se encontram incluídos todos os custos para a perfeita execução do contrato, tais como: fretes, mão-de-obra, despesas administrativas, incidências fiscais, tributárias, trabalhistas e lucro.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

7.1. O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês seguinte às entregas em todas as Secretarias Municipais de Saúde, mediante crédito em conta corrente em banco, número e agência indicados pela CONTRATADA.

7.2. O recebimento definitivo implica na entrega total dos itens pela CONTRATADA, em todos os locais e, resolução de todas as pendências, se houver (falta de medicamentos, quebras, avarias, extravio, etc.).

7.3. A constatação pelo CONTRATANTE da conclusão da entrega dos produtos de um determinado lote de compra se dará através do envio para o Consórcio, por malote, pelas Secretarias Municipais de Saúde, de todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA para aquela requisição de entrega.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, como condição para o recebimento de cada parcela, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS, ou outra equivalente, conforme legislação própria específica;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

7.5. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos acima, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.

7.6. O CONTRATANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se no direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo CONTRATADO, independentemente de qualquer notificação Judicial ou Extrajudicial.

#### CLÁUSULA OITAVA – Da Vigência

8.1. O período de vigência deste contrato tem início na data de sua assinatura e término no fim da data de validade da Ata de Registro de Preços (25/10/2017), podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA NONA – Da Rescisão

9.1 Além das hipóteses de rescisão previstas nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93, neste ato expressamente reconhecidas e aceitas pela CONTRATADA, este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos abaixo:

a) Mediante acordo por escrito entre as partes, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias;

b) Se a CONTRATADA revelar incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade durante o prazo contratual;

c) Se forem frequentes e fundamentadas as reclamações quanto à qualidade dos produtos (medicamentos) fornecidos pela CONTRATADA;

d) Se houver subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sem a concordância expressa do CONTRATANTE;

e) Se houver qualquer recusa da CONTRATADA em fornecer os medicamentos a que se obrigou por força deste instrumento;

f) Se houver recusa da CONTRATADA em apresentar documento que comprove a procedência do medicamento, emitido pela respectiva Distribuidora do produto, podendo o CONTRATANTE solicitá-lo a qualquer momento, quando da sua conveniência;

g) Por ato unilateral do CONTRATANTE, quando o interesse público o justificar ou por sua conveniência, não sendo devida qualquer indenização à CONTRATADA, salvo pelos produtos já fornecidos até a data da rescisão;

h) Por descumprimento ou inobservância de qualquer outra obrigação estabelecida no edital da Licitação – Pregão Eletrônico nº 007/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das Penalidades

10.1. O licitante que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes aos medicamentos e/ou produtos, porventura não entregues, entregues com atraso ou fora das especificações, ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas às seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

10.1.1 - Advertência: nos casos em que houver violação dos itens 17, 18 e 19 do

Edital, podendo esta ser convertida em multa em caso de reincidência;

10.1.2 - Multa de:

a) 0,5% (meio por cento): nos casos em que houver atraso na entrega do material licitado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, devendo ser calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplida;  
O atraso, para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir da notificação encaminhada (via e-mail e/ou FAX) ao endereço fornecido no Anexo V;

b) 10% (dez por cento) do valor total dos itens em que tenha apresentado a melhor proposta nos casos de:

- Não apresentação dos documentos relativos à habilitação, no prazo estabelecido, quando vencedor de item/lote, frustrando a efetivação do certame;

- Não atendimento da convocação para assinatura do Contrato;

- Negativa de cumprimento das obrigações assumidas, expressa ou tacitamente, e/ou quando entregar o material com especificação, embalagem e/ou marca diversa daquela contratada;

10.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, segundo a gradação da penalidade que for estipulada em função da natureza da falta.

10.2 - Nos casos em que o atraso na entrega do material licitado for superior a 45 (quarenta e cinco) dias, o CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato celebrado, bem como cancelar a ata de registro de preços do vencedor do certame, aplicando-lhe,

ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

10.3 - Nos casos em que houver reincidência injustificada, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o mesmo fixar, podendo variar em decorrência da natureza da infração.

10.4 – No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso, dirigida ao Presidente do CISAMVI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.5 – A aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e neste Instrumento, não exclui a responsabilidade do CONTRATADO inadimplente por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE ou ao atendimento na rede básica de saúde dos Municípios consorciados, e/ou a eventual responsabilização criminal pela infração capitulada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Dotação Orçamentária

11.1. A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas de dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CISAMVI:

Código Dotação	Descrição
02	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAUDE MEDIO VALE ITAJAI
02.003	MANUTENÇÃO MEDICAMENTOS
004.122.0003.2006	MANUTENÇÃO ATIVIDADES MEDICAMENTOS
3.0.00.00.00.00.00.00.	DESPESAS CORRENTES
3.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições Gerais

12.1. O CONTRATANTE não se obriga a adquirir da CONTRATADA os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

12.2. A quantidade relacionada no Anexo I do Edital da licitação serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade dos materiais, o preço unitário permanecerá inalterado.

12.3. A detecção, pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo durante a utilização dos materiais adquiridos através da presente licitação, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

12.4. A critério do CONTRATANTE, os medicamentos e/ou produtos serão amostrados para fins de análise a ser efetuada em laboratórios credenciados pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde, correndo os custos por conta da CONTRATADA.

12.5. Em caso de devolução do(s) material (ais) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

12.6. Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interdito ou descontinuado a CONTRATADA deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto.

12.7 – Todas as obrigações estabelecidas no Edital da Licitação nº 007/2016, em relação ao CONTRATADO, ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de

igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 05 de janeiro de 2017.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo o CISAMVI

CONTRATADO

ILG COMERCIAL LTDA – ME

Ingrid Ruth Hegele Grams

## CIS/AMOSC

### ATA CISAMOSC 60

ATA Nº 60/17

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Auditório da AMOSC, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, CNPJ 01.336.261/0001-40, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Salas 13 e 14, Centro, Chapecó - SC, com registro de presença em livro próprio. O Prefeito de Quilombo Silvano de Pariz, na forma estatutária, deu abertura aos trabalhos, conforme Edital nº 04/2016, que trata da convocação da presente Assembleia. Na sequência, passou-se a apresentação e registro da chapa única da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o mandato de 2017. A chapa registrada, eleita por aclamação e empossada para o período de 01 janeiro a 31 dezembro de 2017 do CIS-AMOSC ficou assim constituída: Presidente: Marciano Mauro Pagliarini, CPF nº 021.563.329-67 Prefeito de Nova Itaberaba; 1º Vice-Presidente: Leonir Antonio Hentges, Prefeito de Águas de Chapecó; 2º Vice-Presidente: Elieze Comachio, Prefeita de São Domingos; 1º Secretário: Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arbutã 2º Secretário: Silvano de Pariz, Prefeito de Quilombo; Conselho Fiscal - Efetivos: Julcimar Antonio Lorenzetti, Prefeito de Santiago do Sul; Darci Cerizolli, Prefeito de Serra Alta; Luiz Clovis Dal Piva, Prefeito de Guatambu; Celso Matiello, Prefeito de União do Oeste e Juarez Bet, Prefeito de Planalto Alegre; Conselho Fiscal - Suplentes: Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó; Nedio Antonio Cassol, Prefeito de Nova Erechim; Jurandi Dell Osbel, Prefeito de Entre Rios; Mario Afonso Woitexem, Prefeito de Pinhalzinho e Ademir Madella, Prefeito de Coronel Martins. Ato contínuo foi nomeada para responder interinamente pelo cargo de Diretora Executiva a Geísa Müller de Oliveira, CPF nº 981.666.890-49, para praticar atos administrativos e a movimentação financeira do CIS-AMOSC. Como nada mais havia a tratar o Presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos Prefeitos presentes. Chapecó, SC, 06 de janeiro de 2017.

## CISAM

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CISAM Meio Oeste – SC

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário –Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: [www.cisam.sc.gov.br](http://www.cisam.sc.gov.br) E-mail: [cisam@cisam.sc.gov.br](mailto:cisam@cisam.sc.gov.br)

CNPJ: 08.484.353/0001-16

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Diretor Administrativo e Financeiro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, convoca os representantes dos entes consorciados para Assembleia Geral extraordinária que será realizada no dia 16 de janeiro de 2017, às 14:30 horas, na sede provisória do CISAM Meio Oeste, sita a Rua Lourenço Côas Netto, 140, Bairro Universitário, no município de Capinzal/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Abertura;
- Breve exposição sobre os objetivos gerais do Consórcio;
- Exposição da situação Financeira do Consórcio;

- Apresentação do Programa Anual de Trabalho/2017;
- Eleição do Presidente da Assembléia;
- Eleição do novo Presidente do Consórcio - gestão 2017/2018;
- Nomeação e aprovação dos membros da Diretoria;
- Posse do Presidente e da nova Diretoria;
- Análise e Aprovação de procedimentos de regulação: Lista de Verificação e Termos de Infração, para a fiscalização dos serviços de água e esgoto;
- Eleição do conselho Fiscal – gestão 2017/2018;
- Leitura e aprovação da Ata;
- Encerramento.
- Visita à obra da sede e laboratórios.

Capinzal/SC, 02 de janeiro de 2017.

Sidnei Penzo

Diretor Administrativo e Financeiro

**IBERE****PORTARIA Nº 001/2017**

PORTARIA Nº 001/2017.

DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DA SERVIDORA KELLEN CASSARO PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PEDRO BORSOI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - IBERE, no uso da atribuição, nos termos da Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 e demais legislações aplicáveis,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterada a carga horaria da servidora KELLEN CASSARO no cargo em comissão - emprego público de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, com lotação no Consorcio IBERE, regido pela CLT, admitida na data de 07 de janeiro de 2014 nos termos do estatuto, de acordo com portaria nº 002/2015, de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas semanais, devido a solicitação do servidor.

Art. 2º A remuneração mensal da servidora será de R\$ 1.773,51 (Um mil setecentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos), em conformidade com anexo único do estatuto do Consorcio.

Art. 3º Para fazer face as despesas decorrentes desta portaria serão utilizados recursos do orçamento do Consorcio.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Chapecó (SC), 02 de janeiro de 2017.

PEDRO BORSOI

Presidente do Consórcio